

José Maria Raposo de Amaral (1856-1919): Um progressista convicto?

Tese de Doutoramento

Afonso Alberto Pereira Pimentel



Doutoramento em

**História Insular e Atlântica
(Séculos XV – XX)**

José Maria Raposo de Amaral (1856-1919): Um progressista convicto?

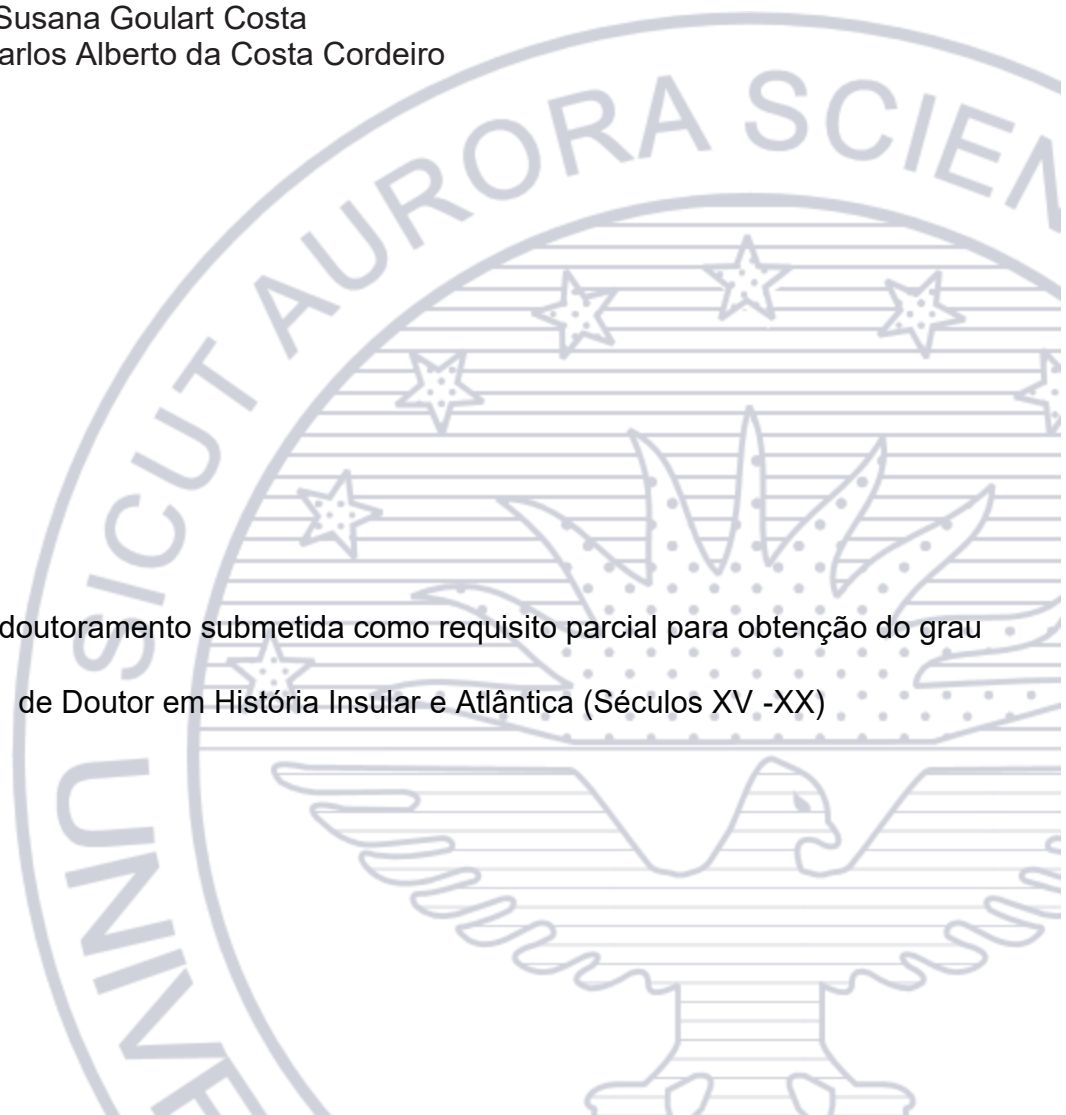
Tese de Doutoramento

Afonso Alberto Pereira Pimentel

Orientadores

Doutora Susana Goulart Costa
Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro

Tese de doutoramento submetida como requisito parcial para obtenção do grau
de Doutor em História Insular e Atlântica (Séculos XV -XX)





FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E ARTES

José Maria Raposo de Amaral (1856-1919):

Um progressista convicto



Resumo

Pelos múltiplos papéis que desempenhou - de dirigente partidário a autarca, de proprietário rural a industrial, de entusiasta da caça a impulsionador da piscicultura - José Maria Raposo de Amaral Júnior figura, sem dúvida, entre os homens cuja ação influenciou o quotidiano da ilha de S. Miguel num período que vai do último quartel de oitocentos às primeiras duas décadas do século XX.

Herdeiro de uma das mais ricas fortunas da maior ilha do Açores, Raposo de Amaral faz parte da elite micaelense, destacando-se no rol dos protagonistas do primeiro movimento autonómico dos Açores e do processo de industrialização de S. Miguel que lhe surge associado. O Senhor do Colégio, como é popularmente conhecido, está à testa dos projetos das indústrias do álcool, do açúcar e do chá, liderando, igualmente, empreendimentos tão diversos como o fornecimento e distribuição de água a Ponta Delgada, o povoamento piscícola das lagoas das Sete Cidades e Furnas ou a construção do Coliseu Avenida (hoje Micaelense).

Ora, a presente tese assume-se como uma das diversas narrativas possíveis sobre a vida de José Maria Raposo de Amaral, pretendendo-se, seja através do recurso ao testemunho direto do próprio, recolhido em milhares de cartas que escreveu e arquivou, seja com apoio de outras fontes da época ou trabalhos historiográficos já publicados, contribuir, complementarmente, para uma melhoria do conhecimento da história micaelense numa época marcada por grandes e aceleradas mudanças que culminariam na eclosão da Grande Guerra.

Palavras-chave: Biografia; Ilha de S. Miguel; Autonomia; Industrialização; Monarquia; República

Abstract

For the multiple roles that he had - from party leader to autarch, from rural landlord to industrial owner, from hunter to fish farmer enthusiast - José Maria Raposo de Amaral Júnior was without any doubt a man who influenced São Miguel Island's lifestyle from the latest 19th century until the earliest 20th century.

Heir of one of the richest fortunes of the biggest Azorean Island, Raposo de Amaral took part of the island's elite. Back then, he was in the spotlight not only for being one of the protagonists of the first Azorean autonomic movement but also for promoting the process of industrialization of São Miguel. Known as "O Senhor do Colégio (the lord of the college)", he was involved in industries such as alcohol, sugar and tea as well as enterprises such as water distribution in the city, fish farming in Sete Cidades and Fogo lakes and the construction of the Avenida Coliseum (today called Micaelense Coliseum).

Thus, the current thesis presents itself as one possible narration of José Maria Raposo de Amaral's life. Being backed up by his testimony, a sum of thousands of letters written and storage by himself and also supported by other historical sources, such as previous publications, this work aims to improve the knowledge about, not only this man's life, but also about the period that saw so many changes that eventually led to the outbreak of the Great War.

Keywords: Bibliography, São Miguel Island, Autonomy, Industrialization, Monarchy, Republic.

Agradecimentos

Em cerca de quatro décadas de exercício do jornalismo ganhei, (levianamente, é certo!), a convicção de que, mais do que os outros, estaria habilitado a prognosticar o futuro, mas nunca me ocorreu a ousadia do conhecimento do passado, apesar de um tal objetivo, árduo e seguramente de sucesso incerto, evidenciar um grau de probabilidade mais elevado.

Se para alguns os jornalistas podem ser encarados com os historiadores do dia a dia, a verdade é que a atividade das redações raramente permite a estes profissionais a elaboração de trabalhos de uma dimensão que ultrapasse a meia dúzia de páginas, desobrigando-os, portanto, de um esforço de contextualização e de detalhe que a narrativa histórica impõe, bloqueando-lhes, conseqüentemente, o acesso a uma prática produtiva regular de textos mais aprofundados que a compreensão do passado impõe.

Vêm esses considerandos a propósito da necessidade que se exige de expressar o reconhecimento aos que me ajudaram a ultrapassar os problemas de contexto que, em muito, dificultaram a tarefa de elaboração do trabalho que a seguir se apresenta:

Em primeiro lugar agradeço ao Doutor Carlos Cordeiro seja a sugestão do tema, a ajuda facultada em matéria de fontes e revisão do texto, ou/e, acima de tudo, o acompanhamento e estímulo permanente assegurado ao longo de todo o percurso académico;

À Doutora Susana Goulart Costa expresso reconhecimento pela constante disponibilidade e paciência reveladas durante mais de dois anos de pesquisas e de construção do presente texto, a que garantiu organização e coerência.

Agradeço à Biblioteca e Arquivo da Universidade dos Açores, nas pessoas da sua diretora à data das pesquisas aí efetuadas, Doutora Ana Cristina Correia Gil (minha orientadora de mestrado), que me auxiliou na escolha de bibliografia de contexto para a temática da biografia), e da Dr.^a Maria de Lurdes Fernandes França Rocha, sempre

disponível na orientação das pesquisas de arquivo e na indicação de novas possíveis pistas de trabalho.

Expresso igualmente o meu apreço ao Eng.º Nicolau Ávares Cabral, descendente da família Raposo de Amaral, o ter franqueado o acesso a um valioso acervo fotográfico que conserva e do qual permitiu a utilização de algumas imagens.

Finalmente, agradeço à minha mulher que, ao longo de todo este tempo, se viu confrontada com o convívio e presença, por vezes indiscreta, das figuras e dramas da narrativa que a seguir se regista.

Siglário

ARA - Arquivo Raposo de Amaral (C - José Maria Raposo de Amaral; D - José Maria Raposo de Amaral/filho; Y - Partido Progressista; ADP - Administração de Propriedade; DI - Documentos Individuais)

AGMS - Arquivo Mont' Alverne de Sequeira (GMS - Gil Mont' Alverne Sequeira)

ABS-JC - Arquivo Brum da Silveira-José do Canto (JC - José do Canto)

BPARPD/ACMPD - Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada

UACSD - Universidade dos Açores, Serviços de Documentação

VPGR/DROT-DsP - Vice-Presidência do Governo Regional, Direção Regional de Orçamento e Tesouro, Direção de Serviços do Património

Índice

Introdução.....	11
1. A Biografia na História, a História da Biografia.....	11
2. Objetivos, fontes e metodologia.....	26
3. O(s) tempo(s) de José Maria Raposo de Amaral.....	32
Capítulo I :Um homem de família.....	53
1. As origens.....	53
2. O Júnior.....	70
3. O casamento e o infortúnio familiar.....	75
4. Nicolau, o sucessor.....	91
5. As filhas: uma trindade feminina.....	109
Capítulo II: Monárquico e autonomista.....	118
1. A "pátria" micalense e o primeiro decreto autonómico.....	119
2. Uma autonomia austera ao serviço do progresso e desenvolvimento.....	127
3. No município gestão de rigor e prioridade a obras com impacto social.....	132
4. Na luta política até ao fim da vida.....	138
5. Desencantado com o rei mas fiel à monarquia.....	162
Capítulo III: A agro-indústria e outros negócios.....	181
1. A indústria do álcool.....	182
2. Do álcool ao Açúcar.....	195
3. Chá: uma indústria de família.....	206
4. Tabaco - desinteresse e contestação inicial.....	215
5. Outros negócios num contexto socioeconómico difícil.....	218
Capítulo IV: Rico mas socialmente comprometido.....	241
1. As viagens.....	241
2. Interesses culturais, alimentação e luxos.....	247
3. O lazer.....	252
4. Indiferente a títulos.....	262
5. Morte precoce em vida saudável.....	269
6 Projeção de uma autoimagem.....	273
7. A memória dos outros.....	277
8. "Não temos por aí nada grande a que não esteja ligado o seu nome".....	290

Conclusão	305
Fontes	315
1. Fontes Manuscritas	315
2. Fontes Impressas	315
3. Periódicos	316
Bibliografia.....	318
Anexos.....	331
1. Genealogia da família Raposo de Amaral	331
2. Documentos da vida de José Maria Raposo de Amaral Júnior	335
3. Fotografias.....	347

Introdução

1. A Biografia na História, a História da Biografia

Na introdução à biografia de D. Afonso Henriques que publicou em 2013, José Mattoso admite não ser possível traçar a história de vida de uma "personagem medieval sem uma grande dose de imaginação"¹, ou porque "os dados documentais são quase sempre escassos e fragmentários"² ou porque as informações fornecidas nos textos narrativos se encontram em autores que "não se interessavam pelo comportamento pessoal dos seus protagonistas, mas pelo que eles representavam como símbolos de virtudes ou de vícios"³. Nos relatos biográficos medievais "as ações dos santos tinham de ser sempre edificantes e miraculosas; as dos reis, sempre justas e heroicas; as dos súbditos, sempre esforçadas e obedientes"⁴. Para fazer corresponder o relato aos objetivos alteravam-se os fatos, porque a função do texto residia na promoção da moral e dos valores.

Ana Martins, numa obra sobre a viagem de Antero de Quental à América (em 1869, longe de Idade Média), que procura contestar os relatos anteriormente publicados acerca do tema, denuncia a existência de "biografias recheadas de acontecimentos deturpados, retocados, ou mesmo inventados, quase sempre fruto da confusão, da fantasia, ou esquecimento de familiares e amigos dos biografados"⁵. A investigadora não alude à insuficiência de documentos escritos relativos à viagem, aponta antes a falta de crédito de "testemunhas imprescindíveis e com referência obrigatória em publicações cujo conteúdo se torna difícil pôr em causa"⁶. Para o caso concreto de Antero de Quental, Ana Martins considera que o poeta e pensador açoriano foi "vítima desses certamente bem intencionados amigos, como várias passagens do seu *In Memoriam* claramente o demonstram", pois esse livro, "através de várias das suas páginas, ajudou na construção de um retrato fictício de um Antero transformado em personagem lendária, quase hagiográfica por vezes, e sem qualquer veracidade".⁷

¹ MATTOSO, 2013, p.9.

² Ibidem.

³ Ibidem

⁴ Ibidem

⁵ MARTINS, 2011, p. 14.

⁶ Ibidem.

⁷ MARTINS, 2011, p. 14.

No final da década de 1930, Antoine Roquentin, herói do primeiro romance de Jean-Paul Sartre, *A Náusea*, acaba por desistir de um projeto que alimentava há anos: escrever a biografia do marquês de Rollebon. A conclusão a que chega é de que o texto que constrói não passa de uma emanção de si próprio, assumindo-se como instrumento unificador dos seus conhecimentos individuais. E "não são os documentos que faltam: cartas, fragmentos de memória, relatórios secretos, arquivos da polícia. Pelo contrário, tenho documentos de mais. O que falta em todos estes testemunhos é firmeza, consistência"⁸. Após longas pesquisas, Roquentin constata que, do lado do seu biografado, "não vem uma mínima luz. Lentos, preguiçosos, os fatos conformam-se mais ou menos com que a ordem que entendo dar-lhes; mas o marquês permanece-lhes exterior. Fica-me a impressão de fazer um trabalho de imaginação pura. E, mesmo assim, tenho a certeza de que personagens de romance pareceriam mais verdadeiras: seriam, em todo o caso mais divertidas"⁹. O herói de Sartre alarga o seu ceticismo ao próprio valor da História, considerando que ao refletir-se de mais sobre o tema se "corre o risco de perder o gosto por ela [História]"¹⁰.

Embora com argumentos diferentes, José Mattoso, Ana Martins e a personagem central do romance de Jean-Paul Sartre põem sobretudo em causa a veracidade das biografias, questão que não é despicienda se o objetivo do relato de vida pretender ajudar à compreensão de acontecimentos reais e formas de pensar e de agir de uma época determinada.

Os estudiosos não estão, porém, todos do mesmo lado na relevância da escolha da verdade como motivo central das biografias. Peter St. Clair e William France, por exemplo, na introdução a uma obra editada em 2004 pela Academia Britânica para celebrar o centenário da instituição, propõem que os biógrafos devem encarar a elaboração de trabalhos biográficos como "empresa suspeita". Convém, aliás, tomar esse desiderato como a "qualidade que lhe dá um interesse primordial, tanto para escritores como para leitores, encorajando a produção permanente de novas biografias dos famosos (e ocasionalmente de desconhecidos), pois nada do que é produzido pode ser definitivo"¹¹

O essencial da biografia residirá, nesta perspetiva, em contar uma história, seguindo factos confirmados e desvendando os comportamentos psicológicos plausíveis

⁸ SARTRE, 1981, p. 22.

⁹ Idem, p. 23.

¹⁰ Idem, p.92.

¹¹ ST. CLAIR, 2004, p.2.

do biografado. Apenas no compromisso com os factos se encontrará a principal diferença entre a biografia e o romance, escapando à narrativa biográfica o propósito da fixação de uma verdade definitiva.

Mas o carácter provisório da verdade da biografia não será muito diferente daquele que caracteriza a historiografia em geral, pois se "O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar, [...] o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa"¹². Conforme sustenta Marc Bloch, um dos principais impulsionadores da primeira fase da escola dos *Annales*, movimento lançado em 1929 por dois jovens professores da Universidade de Estrasburgo (Marc Bloch e Lucien Febvre), que marcou as práticas historiográficas dos países de influência francófona por quase todo o século XX:

“As novas tecnologias e as novas descobertas permitem melhor entender o passado, mas as esperanças de tudo conhecer não são ilimitadas. Aquele sentimento de progressão verdadeiramente indefinida que se colhe de uma ciência como a Química [capaz de criar até o seu próprio objeto] não o temos. Porque os exploradores do passado não são homens inteiramente livres. É seu tirano o passado, que só lhes consente saberem de si o que ele próprio [propositadamente ou não] lhes confiou. Nunca poderemos elaborar uma estatística dos preços da época merovíngia, porque nenhum documento os registou em número suficiente. Jamais penetraremos tão bem a mentalidade dos homens do século XI europeu, por exemplo, como podemos fazê-lo em relação aos contemporâneos de Pascal ou Voltaire; porque não temos daqueles nem cartas [particulares] nem confissões; porque não temos de alguns deles senão más biografias em estilo convencional”¹³.

Ora, como se percebe, na lógica de uma tal argumentação não serão as dúvidas acerca da verdade subjacente à sua narrativa biográfica que explicarão o declínio do género biográfico enquanto narrativa histórica. Muito antes dos *Annales*, o domínio de uma História de carácter biográfico, desenvolvida em torno do relato da vida e dos feitos já tinha perdido a sua dimensão hegemónica. A desvalorização da biografia surge associada à distinção estabelecida, a partir de finais do século XVIII, entre social e o individual e ao privilégio atribuído, sobretudo a partir da centúria seguinte, ao estudo da evolução material da humanidade.

¹² BLOCH, 1997, p. 109.

¹³ Idem, p. 110.

A escrita de biografias surge documentada em muitas culturas e períodos, datando, por exemplo da Idade Média (século XIII), histórias de vida de reis de várias regiões, incluindo nórdicos, e de religiosos como Santo Anselmo, São Tomás de Aquino ou São Francisco. É, todavia, a partir do Renascimento, por via da herança greco-romana e com a valorização do indivíduo, que o género biográfico assume particular relevo. Petrarca relata a vida de romanos famosos; Bocaccio conta as vidas de mulheres ilustres, de Dante e do próprio Petrarca escreve Leonardo Bruni¹⁴, enquanto Giannozzo Manetti se ocupará de Sócrates¹⁵.

Embora tendo origem em Itália, onde se destaca a publicação de relatos de vida escritos por Maquiavel ou Tito Livio Frulovisi, a dinâmica que os ideais do Renascimento imprimiram ao género biográfico alargou-se a toda a Europa, surgindo, na Inglaterra, biografias sobre Thomas More, cardeal George Cavendish e Philip Sidney e, na França, sobre Inácio de Loyola, Guillaume Budé e Catarina de Medici.

Enquanto no mundo antigo a maioria dos biografados eram governantes e filósofos, a partir do Renascimento os relatos de vida estendem-se a mulheres e artistas, abrangendo, também, figuras de outras culturas que não a de origem judaico-cristã. Além do mais, entre os séculos XV a XVII, muitas das biografias surgem sob a forma de oração fúnebre apresentada por ocasião da morte do biografado e publicadas posteriormente. No caso dos escritores, torna-se frequente as suas histórias de vida serem incluídas como prefácios das respetivas obras, as quais ajudariam a explicar.

No que à orientação de base das biografias diz respeito, os humanistas da Renascença tomaram de herança a distinção entre as narrativas histórica e biográfica estabelecida na Grécia antiga por Plutarco, na sua biografia de Alexandre o Grande: enquanto à história competia a descrição de acontecimentos públicos, nos relatos de vida cabiam referências tanto da esfera privada, como da pública. Na argumentação de Petrarca, o género biográfico deveria preocupar-se com a vida interior do biografado, realçando pormenores que a pudessem revelar¹⁶.

¹⁴ BRUNI, Leonard (2009), *Vidas de Dante I de Patrarca*, Marid, Adesiara.

¹⁵ MANETTI, Giannozzo (1994), *Vida de Sócrates*, Lisboa, Edições Clássicas.

¹⁶ Além das obras citadas, consultaram-se para abordagem da temática, entre outras as seguintes publicações: BOURDIEU, Pierre (1983), *L' ilusion Biografique*, Paris, Éditions de Minuit; CARINO, Jonaedson (1999), "A biografia e a sua instrumentalidade educativa", in *Educação e Sociedade XX*, N.º 67, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; FERROTTI, Franco (1980), "Les biographies comme instrument analytique et interprétatif", in *Cahiers Internacionau de Sociologie, Vol. 60*, Paris, Presses Universitaire de France; MADELÉNAT, Daniel (1984), *La Biographie*, Paris, Presses Universitaires de France e ZIMMERMAN, Tânia Regina e MEDEIROS Márcia Maria de (2004), "Biografia e Género: repensando o feminino", in *Revista de História Regional*, Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Os princípios da biografia desenhados a partir do Renascimento manter-se-ão no essencial até Oitocentos, assumindo a biografia histórica especial relevo até meados do século XIX, graças à influência dos românticos, que sobrevalorizam o indivíduo e o sentimento privado, a par do processo de construção das nacionalidades que determinaram a necessidade de valorização dos heróis nacionais. Porém, ao longo da centúria, começa a ganhar preponderância uma historiografia social e económica de dimensão global, que procura descrever épocas alongadas, face à qual a vida, mesmo a de grandes homens, surge diluída e sem grande influência. Na perspetiva dos autores marcados primeiro pelo pensamento positivista, defensor da dimensão científica da História, e, depois, pelo marxismo, "a história [herdada] era, antes da mais, uma crónica dos chefes. Era às vicissitudes da soberania que ele [o historiador que o antecedeu] pedia tradicionalmente as articulações da sua narrativa: quando pelo menos não se contentava, reduzindo-se a uma analítica, com o arrastar-se coxeando de milésimo em milésimo"¹⁷.

Assim, a partir do final do século XIX, a preocupação dos historiadores concentra-se no estudo de épocas recuadas em que teriam origem as nações, cuja existência se procurava legitimar, e na descoberta das regras que teriam permitido a formação e sobrevivência dos países, perdendo dimensão tanto a abordagem da realidade contemporânea como as histórias de vida. Fundado na crença do progresso continuado do conhecimento, o pensamento positivista do final da centúria acentua a convicção de que a emergência das ciências sociais e da sociologia desacreditaram a influência do livre arbítrio na determinação da evolução histórica, explicada, antes, por leis de valor idêntico às validadas para a explicação dos fenómenos naturais. Nessa linha, como releva Fernando Catroga, "não admira que o cientismo positivista desvalorizasse tanto o acaso como o papel dos 'grandes homens'".¹⁸

Em termos temporais, e mesmo no que se refere ao que se chamou "Nova História" surgida em torno dos *Annales* nos anos de 1930, a época tratada continua a ser o que vai do Renascimento aos tempos modernos, um longo período que se alarga do século XV ao XIX e que tem por marcos relevantes a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, e o início da Revolução Francesa em 1789. Para tal opção para a qual Pierre Nora avança a seguinte justificação:

¹⁷ BLOCH, 1997, p.183.

¹⁸ CATROGA, 1996, p.93.

“Primeiro porque se operou uma renovação na Histórica Económica e porque as fontes desta História só existem a partir do Renascimento. Acessoriamente, a constituição dos Estados modernos fornecia os elementos de uma História quantitativa. Por outro lado, neste princípio do século XX, começava a sociedade tradicional e clássica a desenraizar-se profundamente, e a percepção deste fenómeno impunha a confrontação com o período imediatamente precedente, que não era exatamente o mesmo nem totalmente diferente, mas que já parecia fornecer o campo de um Etnologia relativamente à nossa própria sociedade”.¹⁹

Mobilizados por um projeto com novos horizontes, nos quais a economia ganha foros de quase hegemonia, os historiadores dos *Annales*, tanto da primeira fase do movimento (Bloch e Febvre) como da segunda (Fernand Braudel), ignoram as personagens da História, não deixando de ser sintomática a ausência completa de biografias editadas na sua revista de referência²⁰, como sublinha Miriam Pereira:

“A comparação dos temas dominantes nas duas principais revistas francesas, os *Annales* e a *Revue Historique*, esta última ligada ao grupo dos historiadores positivistas, permite apreciar a transformação em curso, tanto como a resistência à mudança. Entre 1929 e 1939, na *Revue Historique*, 69,4 % dos artigos pertencia ao âmbito da história política, militar, religiosa, ou ao género biográfico. Em contraste, nos *Annales*, 77% dos artigos eram de história económica. De notar a total ausência do género biográfico nesta jovem revista, virtude que se tornará pecado, em olhares mais recentes. Será uma das principais críticas que lhe serão dirigidas nos tempos mais recentes, associada ao desprezo pelo político, crítica algo menos justificada, pois apesar de tudo à história política pertencia 15% dos artigos”.²¹

O tratamento de privilégio garantido às temáticas económica e social não é estranho ao relevo atribuído pelo marxismo à produção e à organização da sociedade como fatores da dinâmica histórica, surgindo igualmente associada às teorias defendidas por Marx tendentes à valorização do conceito de estrutura. A opção pela historiografia económica e social implica, por exemplo, uma nova dimensão temporal no tratamento

¹⁹ NORA, 1983, pp. 51-52.

²⁰ Apesar da orientação geral adotada pelos historiadores dos *Annales*, Febvre escreve, por exemplo, as biografias de Lutero e Rabelais, ainda que inserindo-os no contexto das respetivas sociedades e chamando a atenção para a importância de um tal enquadramento.

²¹ PEREIRA, 2010, p. 30.

udas matérias, pois "A análise de tendências conjunturais e ainda mais o estudo do crescimento exigem um tempo longo e muito longo. Esta foi uma das inovações, ligada à quantificação. A Braudel (1958) se deve um estudo sobre o tempo longo, hoje um clássico da historiografia. A esta dimensão temporal atribuiu Braudel a especificidade da História, em contraste com as outras ciências sociais, reduzidas ao tempo curto e indiferentes ao conceito de tempo em si mesmo"²².

A partir da década de 1970, a terceira fase dos *Annales*, desenvolvida depois da publicação da obra, em três volumes, *Fazer a História*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, principais impulsionadores do movimento em França, a ênfase passa para as pesquisas e narrativas sobre os povos e as mentalidades. Pelos diferentes conteúdos que se propõe abordar, a nova tendência historiográfica, dinamizada no Reino Unido por várias revistas, nomeadamente pela *Past and Present*, abre caminho ao ressurgimento da biografia na construção da História. A biografia passa a ser encarada como um dos meios de acesso ao universal e o interesse pelo indivíduo assume, agora, um carácter instrumental, permitindo o entendimento dos comportamentos e dos quadros mentais. Para os historiadores da nova fase da *Nova História*, em que a antropologia surge valorizada, a biografia histórica deve assumir-se como relato, narração de uma vida articulada em torno de acontecimentos individuais e coletivos. Este novo tipo de entendimento parte do pressuposto de que, embora condições de vida desiguais marquem os percursos das existências individuais, há espaço para que os homens se possam movimentar socialmente, promovendo mudanças ainda que pequenas nos meios em que se movem. Por outras palavras, reconhece-se que a atividade individual pode não ser irrelevante para o despoletar dos acontecimentos e para o curso da História, o que representa uma cedência em relação ao pressuposto do domínio absoluto do coletivo e do longo prazo na evolução do processo histórico. Mas é também a forma como se encara o acontecimento, especialmente quando se escreve a História contemporânea que enfrenta a mudança, como sustenta Pierre Nora:

“Toda a historiografia contemporânea, a 'Nova História', a da escola dos *Annales* pretendia minimizar o acontecimento, considerado como uma bolha à superfície da História, manipulada por correntes muito profundas, de longa duração. Ora quando se está imerso no atual, numa História de que é difícil dar a data de nascimento, mas que se sabe que é a nossa para o melhor e para o pior, o caminho parece-nos o inverso:

²² Idem, p. 36.

confrontamo-nos inelutavelmente com os acontecimentos, mesmo que pareça que se trata, por vezes, de falsos acontecimentos”.²³

No mesmo sentido se pronuncia Jacques Le Goff, numa longa entrevista concedida, na década de 1990, a Francesco Maiello. Questionado sobre a importância dos acontecimentos na análise histórica, comenta o autor gaulês:

“Pessoalmente não considero que a bandeira do anti acontecimental seja uma boa bandeira para o historiador. Por muito longos que possam ser os tempos de uma mudança, é em última análise neles que o historiador deve estar interessado. Mas na realidade o que Febvre e Bloch combatiam através do acontecimento era um certo conteúdo da história de então: uma história só política, diplomática, militar, que não era e não podia ser a história do profundo. Tratava-se, tomando o partido de Febvre e Bloch, de ser contra a história da superficialidade”.²⁴

No sentido do aprofundamento do conhecimento histórico, e comentando o debate desenvolvido nos países anglo-saxónicos sobre a possibilidade de a história fornecer explicações, Goff precisa a forma como encara a tarefa do historiador contemporâneo: “[ele] não pode parar numa história puramente narrativa”, porque o que o “cultor das ciências históricas pede já não parece que sejam lições, mas explicações”²⁵

A procura de explicações justifica uma crescente revalorização tanto da historiografia política como da biografia, perdendo o exclusivo da condição de ciência a história quantitativa dos períodos alongados e das grandes sínteses. A par disso, ou em consequência disso, regressa o texto de carácter narrativo. Como sustenta Benito Schmidt “Já em 1979 Lawrence Stone [historiador britânico coautor, com Christopher Hill, dos livros sobre a 'revolução inglesa'] proclama a volta da história narrativa, que se diferenciaria da história estrutural por ser mais descritiva e por direccionar o seu enfoque ao homem e não às circunstâncias”²⁶. O mesmo autor assinala, ainda, o aparecimento de uma preocupação com os aspetos retóricos dos seus trabalhos. Apesar do debate gerado em torno das novas opções historiográficas, a verdade é que, a partir do último quartel

²³ NORA, 1983, p. 47.

²⁴ GOFF, S/d, pp. 21-22.

²⁵ Idem, p. 90.

²⁶ SCHMIDT, 2014, p. 194.

do século XX, parece estabelecer-se um consenso entre os vários investigadores quanto ao estilo a adotar na produção dos textos de temática histórica:

“O historiador não pode ser mais indiferente às figuras de linguagem que aciona, aos recursos estilísticos que utiliza, aos tempos verbais que entrecruza, pois são eles que dão sentido à narrativa e não algo que é exterior a ela. Além disso, mesmo um leigo pode perceber fortes mudanças na narrativa histórica recente: um estilo mais agradável, uma presença mais explícita da subjetividade do autor, uma construção detalhada dos personagens (que deixam de ser apenas exemplos de interpretações gerais para se tornarem elementos centrais na explicação das tramas históricas)”.²⁷

Na prática, parece assistir-se a um movimento no sentido da aproximação da História à Literatura, dele fazendo parte o retorno da biografia histórica, isto é, da produzida por historiadores e referente a figuras históricas. Mas a biografia que agora se publica surge claramente definida por contraposição, por exemplo, ao romance histórico, de que se diferencia por evidenciar uma menor liberdade criativa, um maior respeito pelos documentos e a necessidade de citações de fontes. Porém, para os partidários da *Nova História*, o texto biográfico de carácter histórico só fará sentido se evidenciar uma articulação de acontecimentos individuais e coletivos, ou seja, se o relato enquadrar a ação do indivíduo no contexto do social.

Em contraponto à biografia antiga, uma narrativa de carácter linear destinada a exaltar heróis e santos que já na infância revelavam tendências virtuosas, desafiam-se

"os biógrafos da atualidade a capturar os personagens enfocados a partir de diferentes ângulos, construindo-os não só de uma maneira coerente e estável, mas levando em conta as suas hesitações, incertezas, incoerências, transformações. Isso implica também o abandono da linearidade cronológica [...], obrigando a lidar com diferentes temporalidades: tempo 'contextual' (o panorama político, económico, cultural), tempo familiar, tempo interior, tempo da memória, etc".²⁸

Dotados de novas ferramentas, nomeadamente dos conhecimentos da psicanálise, os biógrafos contemporâneos não escapam, por exemplo, à influência das teorias de Sigmund Freud nas perguntas que se levantam a si e aos documentos que

²⁷ Idem, p. 195.

²⁸ SCHMIDT, 2014, p. 197.

trabalham. E, como para Freud, no estudo do indivíduo se coloca "não apenas a questão da abordagem psicológica sistemática, mas também o problema da interpretação dos comportamentos enquanto emanção do subconsciente"²⁹, a tarefa dos autores de biografias complexifica-se cada vez mais. É neste quadro que também se alargam os domínios da biografia, como releva Schmidt:

“Nos últimos anos, alguns historiadores têm procurado examinar facetas diferenciadas dos personagens e não apenas, como nas biografias tradicionais, a sua vida pública e os seus 'feitos notáveis'. Assim, emergem nos seus textos, entre outros aspetos, os sentimentos, o inconsciente, a cultura, a dimensão privada e o quotidiano”.³⁰

Na narrativa sobre a vida do biografado parece adotar-se, como sugere o mesmo autor, o tratamento seguido por Fernando Pessoa na criação das diferentes personalidades literárias que encarnam a sua obra. Com recurso a "heterónimos" - Ricardo Reis, Alberto Caeiro e Álvaro de Campos, investidos nas condições de clássico, bucólico e homem de vanguarda, respetivamente - Pessoa distribuiu por personagens distintas, para as quais criou biografias, descrições físicas, estilos e até caligrafia próprios, traços de personalidade que poderiam conviver num único indivíduo. O processo criativo seguido na literatura pelo autor do *Livro do Desassossego* será muito diferente das técnicas assumidas pela biografia histórica contemporânea que, ao explorar as variadas facetas de uma mesma personalidade, procura fazer luz acerca da sua experiência de vida e estabelecer, de forma coerente e documentada, o perfil do indivíduo em causa. Embora se esteja perante tarefa difícil, a elaboração de uma biografia coerente e documentada não se revela de todo impossível, como admite Marc Bloch:

“Quantos homens levam, em três ou quatro planos diferentes, várias vidas que desejam distintas e que não conseguem, por vezes, manter como tal? Daí, no entanto, a negar-se a profunda unidade do *eu* e as constantes interpretações das suas atitudes há uma grande distância. Seriam um para o outro dois estranhos, o Pascal matemático e o Pascal cristão? [...]. Mesmo quando os papéis são alternadamente desempenhados pelo ator único parecem opor-se tão brutalmente como as personagens estereotipadas

²⁹ WALTER, 2004, p. 321.

³⁰ SCHMIDT, 2014, p. 198.

de um melodrama, é possível que, vista de perto, a antítese seja apenas a máscara de uma solidariedade mais profunda”.³¹

Ao biógrafo contemporâneo coloca-se, portanto, o desafio de procurar descobrir, com recurso à análise rigorosa da documentação legada pelo próprio, por aqueles com quem se relacionou e pela época em que viveu, essa "solidariedade profunda" que vai garantir a coerência de um percurso de vida. Num processo em que a ponderação da interação de múltiplos fatores e influências se revela fundamental à construção da imagem coerente do biografado, importa ter presente tanto o peso do ambiente social como o da época:

“Uma sociedade, a bem dizer, raramente é una. Decompõe-se em meios diferentes. Em cada um deles, as gerações nem sempre se sobrepõem: as forças que agem sobre um jovem operário exercer-se-ão fatalmente, pelo menos com uma intensidade igual, sobre um jovem camponês? Acrescentemos, mesmo nas sociedades mais bem soldadas, a lentidão da propagação de determinadas correntes. 'Éramos românticos na província na época da minha adolescência, enquanto Paris já tinha deixado de o ser', dizia-me o meu pai, nascido em Estrasburgo no ano de 1848. Frequentemente, aliás, como neste caso, a oposição reduz-se, sobretudo, a um desfasamento. Quando, portanto, falamos desta ou daquela geração francesa, evocamos uma imagem complexa, e às vezes com sua discordância - mas de que é natural fixar, antes de mais, os elementos verdadeiramente diretores”.³²

Não obstante o seu desígnio surja centrado no propósito de retratar e explicar um percurso de vida pessoal, as biografias fornecem simultaneamente ao leitor o contexto geracional e de sentido de pertença do biografado, permitindo-lhe satisfazer a curiosidade acerca de matérias de natureza histórica. Evidenciando um caráter comparável à do género literário de massas moderno - o romance - a biografia possui sobre ele a vantagem de um realismo assegurado pela citação de fontes. Como sustentam Peter St. Clair e William France, é por isso que, na atualidade, nenhum género de escrita parece mais cultivado, mais útil e mais delicioso do que a biografia,

³¹ BLOCH, 1997, p. 168.

³² Idem, p. 188.

que fala ao coração com um interesse tão irresistível, que difunde a instrução entre pessoas das várias condições.³³

A crescente popularidade da biografia em geral, e da biografia histórica em particular, surge confirmada pelos níveis de vendas das obras do género do Brasil ao Reino Unido, de França a Portugal, conforme atestam as listas de livros mais vendidos nas livrarias e as páginas dos jornais.³⁴ No caso português, sublinha-se a edição pelo Círculo de Leitores, a partir de 2013, de 53 biografias respeitantes a todos os reis, rainhas e consortes reais desde a fundação do País.³⁵ A elaboração desse vasto conjunto

³³ ST. CLAIR, 2004, p. 2.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Dirigida por Roberto Carneiro, com coordenação científica de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira o Costa, a coleção de biografias dos reis portugueses inclui os seguintes títulos: MATTOSO, José (2013), *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Ciclo de Leitores; BRANCO, Maria José Violante (2011), *D. Sancho I*, Lisboa, Ciclo de Leitores; VILAR, Herminia Vasconcelos (2010), *D. Afonso II*, Lisboa, Círculos de Leitores; FERNANDES, Hermenegildo (2012), *D. Sancho II*, Lisboa, Ciclo de Leitores; VENTURA, Leontina (2012), *D. Afonso III*, Lisboa, Ciclo de Leitores; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (2005), *D. Dinis*, Lisboa, Ciclo de Leitores; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2011), *D. Afonso IV*, Lisboa, Ciclo de Leitores; PIMENTA, Cristina (2005), *D. Pedro I*, Lisboa, Ciclo de Leitores; GOMES, Rita Costa (2010), *D. Fernando*, Lisboa, Ciclo de Leitores; COELHO, Maria Helena da Cruz (2010), *D. João I*, Lisboa, Ciclo de Leitores; DUARTE, Luís Miguel (2011), *D. Duarte*, Lisboa, Ciclo de Leitores; GOMES, Saul António (2012), *D. Afonso V*, Lisboa, Ciclo de Leitores; FONSECA, Luís Adão (2005), *D. João II*, Lisboa, Ciclo de Leitores; COSTA, João Paulo Oliveira e (2005), *D. Manuel I*, Lisboa, Ciclo de Leitores; BUESCU, Ana Isabel (2005), *D. João III*, Lisboa, Ciclo de Leitores; CRUZ, Maria Augusta Lima (2012), *D. Sebastião*, Lisboa, Ciclo de Leitores; POLÓNIA, Amélia (2011), *D. Henrique*, Lisboa, Ciclo de Leitores; BOUZA, Fernando (2010), *D. Filipe I*, Lisboa, Ciclo de Leitores; OLIVAL; Fernanda (2011), *D. Filipe II*, Lisboa, Ciclo de Leitores; OLIVEIRA, António de (2005), *D. Filipe III*, Lisboa, Ciclo de Leitores; CUNHA, Leonor Freire Mafalda Soares da (2012), *D. João IV*, Lisboa, Ciclo de Leitores; CARDIM, Ângela Barreto Xavier Pedro (2012), *D. Afonso VI*, Lisboa, Ciclo de Leitores; LOURENÇO, Maria Paula Marçal (2012), *D. Pedro II*, Lisboa, Ciclo de Leitores; SILVA, Maria Beatriz Nizza (2012), *D. João V*, Lisboa, Ciclo de Leitores; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2012), *D. José*, Lisboa, Ciclo de Leitores; RAMOS, Luís de Oliveira (2012), *D. Maria I*, Lisboa, Ciclo de Leitores; COSTA, Jorge Pedreira Fernando Dores (2012), *D. João VI*, Lisboa, Ciclo de Leitores; SANTOS, Eugénio dos (2012), *D. Pedro IV*, Lisboa, Ciclo de Leitores; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, LOUSADA Maria Alexandre (2013), *D. Miguel*, Lisboa, Ciclo de Leitores; BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2010), *D. Maria II*, Lisboa, Ciclo de Leitores; MÓNICA, Maria Filomena (2010), *D. Pedro V*, Lisboa, Ciclo de Leitores; SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge (2013), *D. Luís*, Lisboa, Ciclo de Leitores; RAMOS, Rui (2013), *D. Carlos*, Lisboa, Ciclo de Leitores e PROENÇA, Maria Cândida (2011), *D. Manuel II*, Lisboa, Ciclo de Leitores.

A coleção respeitante a rainhas e reis consorte, coordenada por Ana Maria Rodrigues, Isabel dos Guimarães Sá e Manuela Santos Silva compõe-se dos títulos: AMARAL, Luís Carlos, BARROCA, Mário Jorge (2012), *A condessa-rainha, Teresa*, Lisboa, Ciclo de Leitores; MARQUES, Maria Alegrias Fernandes, DIAS, Nuno Pizarro, SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de, VARANDAS, José, OLIVEIRA, António Resende de (2012), *As primeiras rainhas, Mafalda de Mouriana, Dulce de Barcelona e Aragão, Urraca de Castela Mecia Lopes de Haro, Beatriz Afonso*, Lisboa, Ciclo de Leitores; ANDRADE, Maria Filomena (2012), *Rainha Santa, mãe exemplar, Isabel de Aragão*, Lisboa, Ciclo de Leitores; MENINO, Vanda Lourenço, COSTA, Adelaide Perrira Millán da (2012), *A rainha, as infantas e a aia, Beatriz de Castela, Branca de Castela Constança Manuel, Inês de Castro*, Lisboa, Ciclo de Leitores; Baleiras, Isabel de Pina (2012), *Uma rainha inesperada, Leonor Teles*, Lisboa, Ciclo de Leitores; SILVA, Manuela Santos (2012), *A rainha inglesa de Portugal, Filipa de Lencastre*, Lisboa, Ciclo de Leitores; RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2012), *As tristes Rainhas, Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra*, Lisboa, Ciclo de Leitores; SÁ, Isabel dos Guimarães (2011), *De princesa a rainha-velha, Leonor de Lencastre*, Lisboa, Ciclo de Leitores; SÁ, Isabel dos Guimarães, COMBET, Michel (2012), *Rainhas consortes de D. Manuel I, Isabel de Castela, Maria de Castela, Leonor de Áustria*, Lisboa, Ciclo de

de títulos, que atualiza o conhecimento sobre as famílias coroadas em Portugal, mobilizou dezenas de investigadores e historiadores das mais variadas instituições e universidades nacionais.

Tradicional seguidor das tendências culturais francesas, Portugal regista também um retorno do interesse pela historiografia política e pelo género biográfico. Mas, como refere Amado Mendes, do que se trata é de escrever uma "nova biografia", com contornos claramente estabelecidos a partir de meados da década de 1980:

“A 'nova biografia', além de procurar afastar-se do terreno do elogio - dentro dos riscos e limitações que tal domínio historiográfico comporta - procura igualmente utilizar os seguintes meios: uso de diversos tipos de fontes (como as próprias fontes orais, nas chamadas 'histórias de vida'); recurso à interdisciplinaridade (com destaque para a psicologia e a sociologia); diversificação da metodologia, incluindo a própria autobiografia e a 'biografia' dos grupos, isto é, a prosopografia. Também diferentemente do que sucedia com a 'velha biografia', a nova biografia ocupa-se de indivíduos pertencentes a todos os estratos sociais ou socioprofissionais, e não apenas aos políticos e aos militares célebres”³⁶.

Surgem, assim, em Portugal biografias quer de políticos³⁷ quer de empresários, industriais ou personalidades da cultura, como António José Gomes³⁸, Luís Augusto

Leitores; JORDAN, Annemarie (2012), *A rainha colecionadora, Catarina de Áustria*, Lisboa, Ciclo de Leitores; CANTÓ, Pilar Pérez, ROMERO, Esperanza MÓ, SANTALIESTRA, Laura Oliván (2012), *Rainhas de Portugal e Espanha, Margaria de Áustria, Isabel de Bourbon*, Lisboa, Ciclo de Leitores; VALLANCE, Monique (2012), *A rainha restauradora, Luísa de Gusmão*, Lisboa, Ciclo de Leitores; BRAGA, Isabel Drumond, BRAGA, Paulo Drumond (2011), *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus, Maria Francisca Isabel de Saboia, Maria Sofia Isabel de Neuburg*, Lisboa, Ciclo de Leitores; MIRANDA, Susana Münch, MIRANDA Tiago C. P. dos Reis (2013), *A rainha arquiducuesa, Maria Ana de Áustria*, Lisboa, Ciclo de Leitores; BRAGA, Paulo Drumond (2014), *A rainha discreta, Mariana Vitória de Bourbon*, Lisboa, Ciclo de Leitores; VENTURA, António, LYRA, Maria de Lourdes Viana (2011), *Rainhas de Portugal no Novo Mundo, Carlota Joaquina, Leopoldina de Habsburgo*, Lisboa, Ciclo de Leitores; LOPES, Maria Antónia (2011) *Rainhas que o poso amou, Estefânia Hohenzollern, Maria Pisa de Saboia*, Lisboa, Ciclo de Leitores; DURÃES, Margarida (2012), *A rainha mal-amada, Amélia de Orleães*, Lisboa, Ciclo de Leitores; LOPES, Maria Antónia (2013), *D. Fernando II, Lisboa*, Ciclo de Leitores e BRAGA, Paulo Drumond (2013), *D. Pedro III*, Lisboa, Ciclo de Leitores.

³⁶ Mendes, 1996, p. 419.

³⁷ Por iniciativa da Assembleia da República, muitos historiadores portugueses envolvem-se na elaboração de biografias de destacadas figuras públicas nacionais, publicando-se, entre outros, os títulos: SARDICA, José Miguel (2005), *Duque de Ávila e Bolama: biografia*, Lisboa, Assembleia da República; REVEZ, Ricardo (2015), *António Maria da Silva: o engenheiro da República*, Lisboa, Assembleia da República; MÓNICA, Maria Filomena (1999), *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Assembleia da República; SOUSA, Fernando (2008), *Félix Pereira da Magalhães: um político do Liberalismo Português (1794-1878)*, Lisboa, Assembleia da República; PIRES, Ana Paula (2011), *António José de Almeida: o tributo da República*, Lisboa, Assembleia da República; NAVARRO, Bruno (2011), *Governo de Pimenta da Castro: um General no labirinto da República*, Lisboa, Assembleia da República; VENTURA,

Rebello da Silva, Braamcamp Freire³⁹, José Ferreira Borges⁴⁰, José Vitorino Damásio⁴¹, Ezequiel de Campos, Calouste Gulbenkian⁴² ou José do Canto⁴³.

Embora centrados no percurso de vida dos biografados, os novos textos descrevem e documentam o seu tempo e a comunidade alargada a que pertencem. Num comentário relativo à obra *Os Cantos*, de autoria de Filomena Mónica sobre o empresário e bibliófilo José do Canto, da ilha de S. Miguel, sublinha o historiador Rui Ramos:

“É a história do século XIX, do Portugal insular, da crença no progresso e na educação. É uma história de grandes expectativas e de grandes desilusões. Mas além disso, é a história de pessoas: José do Canto, as suas irmãs, a sua mulher, os filhos, os seus amigos. Ouvimo-los falar, quase os vemos viver. É um estudo rigoroso, que não ocultou a matéria que resiste às categorias e explicações do historiador: a vida dos outros, em outros tempos, tal como eles a sonharam e sofreram”.⁴⁴

Entre as marcas da biografia contemporânea sobressai, também, o seu carácter não definitivo, isto é, a história de vida a que se reporta pode ser recontada e reinterpretada. Aliás, como sustenta Richard Holmes⁴⁵, só por via da criação de novas versões, produzidas na sequência da descoberta de outras fontes de interesse e de informação histórica, é que a obra biográfica resiste ao esquecimento, à saída de moda. Enquanto o romance constitui um trabalho acabado e que permanece tal como foi escrito na sua versão original, a nova biografia, ao assentar no pressuposto de um

António (2011), *Magalhães de Lima, um idealista impenitente*, Lisboa, Assembleia da República; SARAMA, Maria Alice (2012), *Bernardino Machado: uma vida de luta*, Lisboa, Assembleia da República; FARINHA, Luís (2009), Cunha Leal, deputado e ministro da República, Lisboa, Assembleia da República; e SILVA, Malheiro da, Cordeiro, Carlos, TORRALBA, Luís Filipe (2013), Machado dos Santos (1875-1921): o intransigente da República, Lisboa, Assembleia da República.

Com o patrocínio do Parlamento e coordenação de Fernando de Sousa e Maria da Conceição Meireles Pereira surgiu entretanto nas livrarias (2012) uma obra de síntese biográfica composta por três volumes sob o título *Os Presidentes do Parlamento Português*.

³⁸ FLORES, Alexandre (1992), *António José Gomes Machado (1847-1909), o homem e o industrial*, Almada, Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

³⁹ TAVORA, Francisco, SOARES, Joaquim, Mourão, Cátia (2011), *Anselmo Braamcamp Freire*, Lisboa, Assembleia da República.

⁴⁰ MAGALHÃES, José Maria de Vilhena Barbosa (1960), *José Ferreira Borges, Jurisconsultos Portugueses do século XIX*, Lisboa, Ordem dos Advogados.

⁴¹ ALVES, Jorge Fernandes, VILELA, José Luís (1995), *José Vitorino Damásio e a telegrafia elétrica em Portugal*, Lisboa, Portugal Telecom.

⁴² HEWINS, Ralph (2013), *A Biografia de Calouste Gulbenkian*, Lisboa, Texto Editores.

⁴³ MONICA, Maria Filomena (2010), *Os Cantos, A tragédia de uma família açoriana*, Lisboa, Alêtheia Editores.

⁴⁴ MÓNICA, 2010, contracapa.

⁴⁵ HOLMES, 2004, pp. 14-17.

questionamento e desenvolvimento constantes, assume um carácter desassossegado que contribui para a permanência na memória coletiva das figuras importantes de uma determinada comunidade.

A forma como, no decurso das várias épocas, mudam as narrativas sobre um mesmo biografado permite, por outro lado, descobrir como a sua reputação se desenvolveu, como mudaram as modas, como evoluíram as atitudes morais ou como se alteraram os padrões de julgamento de uma geração para outra. A variedade de biografias publicadas acerca da mesma personalidade coloca ainda em perspetiva a possibilidade de realização de estudos comparativos, conforme sugere o mesmo autor, concluindo pela importância da biografia contemporânea enquanto instrumento que permite exercitar a empatia e garante a entrada com imaginação num outro lugar, num outro tempo, numa outra vida.

As histórias de vida funcionam, de igual modo, como portas de acesso a momentos decisivos da História, porque no centro deles estão sempre as pessoas, como sustenta Avril Price-Budgen:

“Surgindo por vezes a partir de um simples acontecimento fortuito ou de alterações mais vastas que abalam a sociedade, [as grandes figuras da História] deram um contributo significativo para o desenvolvimento do mundo, tal como hoje o conhecemos. Oriundos de áreas como a religião, a política, ou a ciência o poder das suas convicções, filosofias ou criatividade moldou as sociedades através dos séculos”.⁴⁶

Importa, todavia, que os biógrafos não se percam em "miuçalhas estéreis, que pouco servem para a compreensão do homem e nada adiantam ao conhecimento do clima intelectual e mental da respetiva época"⁴⁷, como adverte Amadeu Carvalho Homem, ao argumentar que "Os homens representativos tendem a resumir, com as pequenas distorções das suas idiossincrasias, os aspetos dominantes do seu tempo".⁴⁸ Assim sendo, sustenta o mesmo autor: "o desafio mais instantâneo colocado ao biógrafo que deseje evitar o tropeço nos clássicos vícios positivistas ser o de permanecer atento à

⁴⁶ PRICE-BUDGEN, 1989, p. 6.

⁴⁷ HOMEM, 1989, p. II (preâmbulo)

⁴⁸ Ibidem.

diversidade dos vetores intelectuais, morais, sociais e políticos que hajam condicionado, nos vários momentos, as opções do seu biografado".⁴⁹

2. Objetivos, fontes e metodologia

Está, assim, delineado o desafio do presente estudo, que tem como propósito central uma análise biográfica, centrada na figura de José Maria Raposo de Amaral. Ao longo dos 63 anos, que percorrem o período de 1856 a 1919, José Maria Raposo de Amaral é um exemplo dos homens cuja história de vida reflete um modo de pensar e de agir plenamente representativa de parte significativa da elite do seu tempo. Apesar do protagonismo versátil que caracteriza a sua intervenção pública e o seu pensamento, ilustrativos da mundividência da sociedade europeia na transição do século XIX para o século XX, a figura deste micalense não mereceu tratamento exaustivo na historiografia local, ressaltando-se a existência dum artigo sobre a sua ação política, da autoria de Carlos Cordeiro, publicado em 1995. Referências à sua intervenção política surgem na tese de doutoramento de José Guilherme Reis Leite, editada no mesmo ano sob o título *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910 - O 1.º Movimento Autonomista*. A sua ação como gestor e empresário particularmente comprometido com a vida da fábrica de álcool de Santa Clara surge, por outro lado, pontualmente referida na obra *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, que Maria Isabel João publica em 1991. Já mais recentemente, num artigo intitulado "O Chá Raposo d'Amaral: contributo para o estudo do chá em S. Miguel", integrado na obra *Percursos da História: Estudos In Memoriam de Fátima Sequeira Dias*, publicado em 2016, Margarida Vaz do Rego Machado reporta-se, igualmente, à sua faceta de industrial. Desta forma, apesar do recente desenvolvimento de estudos sobre a História Contemporânea nos Açores⁵⁰ a presente tese visa (re) descobrir a figura de José Maria

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Além das citadas, figuram entre as obras de referência para a história contemporânea dos Açores as seguintes publicações e artigos, entre outros: CORDEIRO, Carlos (1990), "Reflexões em torno do Decreto de dois de Março de 1895", in *Insulana*, vol. XLVI (pp. 57-86), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada; CORDEIRO, Carlos (1987), "Liberalismo e descentralização - a Intervenção de Aristides Moreira da Mota", in *Atlântida, Ciências Sociais*, vol. I (pp.25-54), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura; CORDEIRO, Carlos (1990), "O Iberismo e os Açores. Notas para uma investigação", in *Revista da História das Ideias*, vol. XII, Coimbra, Universidade de Coimbra; JOÃO, Maria Isabel (1993), "Unidade Nacional Diversidade Regional: O caso dos Açores", in *Discursos Estudos de língua e cultura portuguesa* (pp. 13-28), Lisboa, Universidade Aberta; JOÃO, Maria Isabel (1992), "Reflexões sobre Insularidade e Integração. O caso do arquipélago dos Açores", in *Mare Liberum*, Lisboa; JOÃO, Maria Isabel (1992) "Origens e Causas dos Movimentos Autonomistas Açorianos", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, Horta, Núcleo Cultural da Horta; LEITE, José Guilherme

Raposo do Amaral, tentando perceber-se se a sua secundarização na ribalta da história regional açoriana é ou não justificada.⁵¹

Reis (1987) "Uma reflexão sobre a autonomia dos Açores", in *Actas da VIII Semana de Estudos dos Açores, A Autonomia como Fenómeno Cultural de Político* (pp.37-49), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura; LEITE, José Guilherme Reis (1990) "A Autonomia das Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira. A experiência açoriana do século XIX", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (pp. 388-399), Funchal; SILVA, Susana Serpa (2003), *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais, 1830-1841*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada; SILVA, Susana Serpa (2004), "Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central por meados do século XIX", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do III Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta; SILVA, Susana Serpa (2009), "Em torno da visita régia de 1901 aos arquipélagos da Madeira e dos Açores", in *Arquipélago História*, 2.^a série, XIII (pp. 157-176), Ponta Delgada, Universidade dos Açores; ENES, Carlos (1999) *Açores: a construção da unidade e identidade regional*, Lisboa, Universidade Aberta; ENES, Carlos (1994), *A Economia dos Açores entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, Salamandra; RILEY, Carlos (1995), "As ilhas e a abertura da fronteira atlântica", in *Arquipélago História*, 2.^a série, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; SOUSA, Paulo Silveira e (2016) "Os Governadores Civis do Distrito de Angra do Heroísmo", in *Povos e Culturas*, n.º 21 (pp. 315-343), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa; SOUSA, Paulo Silveira e (2016), "Manuel Inácio Brum do Canto e Salvador Manuel Brum do Canto: os açorianos e os seus descendentes entre as elites do Estado e da política (1834-1926) in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 24 (pp. 165-178), Horta, Núcleo Cultural da Horta; SOUSA, Paulo Silveira e (2013), "Emigração e reprodução social nos Açores durante a segunda metade do século XIX, o caso da ilha de S. Jorge", in *Demografia das sociedades insulares portuguesas, séculos XV a XX* (pp. 237-269), Porto, CITCEM; COSTA, Ricardo Madruga (2012), *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana do "Século Dabney"*, Lisboa, Universidade Nova/Universidade dos Açores; COSTA, Ricardo Madruga (2017), *Os dias de Charlie nas Western Island - as ilhas do Faial e do Pico na visão de um turista americano a meados do século XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta; COSTA, Ricardo Madruga (2010), "O pulsar truculento do Atlântico", in *Os Dabney, uma família americana nos Açores*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e TELO, António José (1993), *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898-1949)*, Lisboa, Edições ASA.

⁵¹ Entre os estudos de cariz biográfico publicados nos Açores contam-se os seguintes: LEITE, José Guilherme (1978), *Os Fisher, esboço histórico de uma família açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira; LEITE, José Guilherme (1988), "José Agostinho autonomista", in *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, vol. XLVI (pp. 49-59), Angra do Heroísmo, IHIT; LEITE, José Guilherme (1990), "O historiador António Ferreira de Serpa. A biografia possível", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. IX (pp.23-50), Horta, NCH; COUTINHO, Alcino Bettencourt dos Santos (1960), "Dr. Dinis Moreira da Mota", in *Insulana*, vol. XVI (pp. 183-191), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada; CARREIRO, José Bruno (1955), *Vida de Teófilo de Braga. Resumo cronológico*, Coimbra, Coimbra Ed.; CARREIRO, José Bruno (1948), *Antero de Quental. Subsídios para a sua biografia* (2 volumes), Lisboa, Instituto Cultural de Ponta Delgada; SOUSA, Fernando Aires de Medeiros (1982), *José do Canto, subsídios para a história micaelense (1820 a 1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; VILHENA, Maria da Conceição (1987), *Alice Moderno, a mulher e a obra*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura; LUZ, José Luís Brandão (2013), "Sena de Freitas e as viagens ao serviço da cultura e da religião", in *Insulana* n.º 69 (pp. 105-126), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada; LUZ, José Luís Brandão (2013), "Manuel Pereira de Medeiros (Resendes Ventura): Marcas de uma vida" in *Insulana* n.º 69 (pp.227-236), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada; LUZ, José Luís Brandão (1999), "Eugénio Pacheco e a sua polémica com Miguel Bombarda", in *Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; LUZ, José Luís Brandão (1996), "O homem e a história em Gaspar Frutuoso", in *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 52, Universidade Nova; LUZ, José Luís Brandão (1994), *Teófilo Braga : uma filosofia do aplauso*, Braga, Universidade do Minho. RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira (1982), "Dr. José Bruno Carreiro", in *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada; GREGÓRIO, Rute Dias (2002) "Algumas considerações sobre a sociabilidade nas Ilhas : Pero Anes do Canto e os Corte Real (1505-1518)", in *Arquipélago História*, 2.^a série, vol. 06 (pp.33-51), Ponta Delgada, Universidade dos Açores; RILEY, Carlos Guilherme (1999) "Um discípulo açoriano de Mahan : Alfredo Botelho de Sousa : subsídios para o estudo da sua vida e obra", in *Arquipélago História*, 2.^a série, vol.3 (pp.433-445), Ponta Delgada, Universidade dos Açores; RILEY, Carlos Guilherme (2001),

A responsabilidade por esta menorização talvez não seja de cariz historiográfico, podendo antes ser atribuível ao facto do próprio José Maria Raposo de Amaral ter preferido a sombra às luzes da ribalta, optando por um percurso de relevância de bastidores. Certamente, para lá da base familiar, a passagem por Coimbra foi fundamental na consciencialização dos desafios da época, agudizada pelas viagens que fez pela Europa e pelos relacionamentos que foi estabelecendo com as mais importantes figuras da hierarquia portuguesa - dos líderes de Governo José Luciano de Castro (seu correligionário) a Hintze Ribeiro e João Franco - a todos desafiando sempre que entendia estar em causa os interesses da sua terra. Em nome desse objetivo estabeleceu alianças locais com dirigentes de outras tendências partidárias, participando ativamente no primeiro movimento autonómico ao lado, por exemplo, de Aristides Moreia da Mota, Gil Mont' Alverne Sequeira ou Caetano Andrade Albuquerque.

Na condição de dirigente progressista micaelense, a quem foi dado viver a transição do regime monárquico para o republicano, assumiu funções como a de Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e a de Governador Civil do distrito composto pelas ilhas de São Miguel e de Santa Maria e a sua ação revelou-se determinante para a aprovação e aplicação do primeiro diploma de autonomia administrativa dos Açores - o decreto de 2 de março de 1895, assinado por um seu conterrâneo e contemporâneo, Hintze Ribeiro.

A par de uma vida política particularmente ativa, José Maria ocupar-se-á de múltiplas e diversificadas tarefas de cariz económico, em que sobressaem as ligadas à terra e ao fomento industrial: promoveu a produção de chá e dirigiu a fábrica de álcool de Santa Clara ao longo de todo o período de funcionamento da maior unidade de um sector cuja atividade se revelaria crucial no combate aos problemas económicos criados à mais populosa ilha açoriana pelo declínio a produção e exportação de laranja. Quando problemas de mercado faziam prever o fim da produção de álcool, liderou o processo de transição para o fabrico de açúcar de beterraba, que ainda hoje se mantém. Integrou a *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense* (uma instituição cuja ação se distinguiu pelo lançamento de produções pioneiras no país), criou uma associação de avicultura, impulsionou a exportação de produtos açorianos para o exterior e promoveu o povoamento piscícola das lagoas das Sete Cidades, Furnas e Fogo.

"José do Canto : retrato de um cavalheiro na primavera da vida", in *Arquipélago História*, 2.^a série, vol. 5, (pp. 211-264), Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

Na atividade empresarial e política os seus caminhos cruzaram-se ao longo de décadas com importantes grupos de famílias como os Bensaúde e Canto, privando com outras das principais figuras da elite social e económica micaelense da época, nomeadamente os marqueses da Paria e Monforte e de Jácome Correia, os Visconde de Botelho e do Porto Formoso e o Barão da Fonte Bela.

Herdeiro de uma casa fundada na segunda metade do século XVIII pelo bisavô Nicolau Maria Raposo d' Amaral contribuiu largamente para o reforço do património familiar, seja pelos investimentos que promoveu - aquisição de terras e participação no capital de empresas industriais - seja pelo seu próprio casamento, em 1879, com Maria das Mercês Fisher Berquó Poças Falcão. Pela via do matrimónio. o "Senhor do Colégio", como era popularmente conhecido em virtude da residência e escritórios da família ocuparem o antigo Colégio dos Jesuítas, adquirido na sequência da decisão do Marquês de Pombal de extinguir as ordens religiosas e de transferir para o Estado a titularidade dos respetivos bens, alargou também o seu peso político, passando a contar com o apoio de dois cunhados influentes - Luís Poças Falcão, jurista de topo e parlamentar que chegou a ocupar o cargo de presidente da Câmara de Deputados e Guilherme Poças Falcão, figura destacada do Governo Civil, seu fiel companheiro das lutas partidárias e que o sucedeu, por exemplo, na presidência da Câmara de Ponta Delgada.

Mas não só em grandes figuras e aliados influentes assentava o seu poder: Raposo de Amaral cultivava uma permanente ligação a uma vasta rede de colaboradores alargada às diversas localidades das ilhas de S. Miguel e Santa Maria com os quais se correspondia e a cujos pedidos procurava dar resposta. E eram muitos os que se lhe dirigiam com as mais diversificadas súplicas - de empregos à isenção do serviço militar, da atribuição de pensões a promoções a carreiras públicas. Era aliás esse conjunto de agentes distribuídos por freguesias urbanas ou por pequenas localidades de S. Miguel e Santa Maria que mobilizava com eficácia sempre que queria afirmar a sua vontade política seja no plano local seja no nacional, tanto em eleições como em ações de intervenção social.

O senhor do Colégio não descurava, por outro lado, a componente da promoção associada à visibilidade social, sendo regular a sua presença em procissões religiosas, casamentos e batizados, assim como a ajuda aos necessitados, quer em situações de calamidades quer em períodos de normalidade - a mulher, Maria das Mercês, organizava, por exemplo, quermesses a favor dos pobres.

A diversidade da atividade do nosso biografado, em articulação com os laços afetivos, políticos, sociais e económicos que vai estabelecendo, espelha-se nas múltiplas fontes que consultámos. De carácter biográfico, o presente trabalho procura seguir o seu percurso de vida, recorrendo, principalmente à consulta da vasta correspondência entregue pelos respetivos herdeiros à guarda da Universidade dos Açores.

A leitura e cruzamento dos conteúdos dos milhares de cartas que escreveu ao longo de toda a vida, assim como, pontual e complementarmente, de correspondência de terceiros a cuja ação surge associado, constitui a fonte basilar deste trabalho de carácter essencialmente biográfico. O confronto com o que escreveu permitiu traçar-lhe um percurso de vida, que não sendo o único possível abre, pelo contrário, caminho à realização de outras pesquisas e à formulação de diferentes leituras. A sua elaboração não constituiu uma tarefa fácil, obrigando uma tal pesquisa à consulta exaustiva de cerca de 40 grossos volumes de cartas manuscritas, algumas das quais de difícil leitura. A inexistência de um detalhado catálogo temático tornou indispensável à leitura de todas as cartas, cujo conteúdo se revelaria, porém, útil para apurar muitos dos pormenores de vida da família Raposo de Amaral (da alimentação ao vestuário e aos gostos e peripécias do quotidiano). A ausência de uma ordem cronológica no registo da vária correspondência pelos copiadores - cartas de períodos diferentes e datadas com décadas de intervalo entre si surgem arquivadas no mesmo tomo - complicaram em muito a pesquisa, obrigando a um esforço de constante reflexão sobre as ocorrências referidas. A desorganização temporal do registo em causa, atribuído pelo próprio em carta a biografado, a um dos seus correspondentes ao facto de dispor de copiadores dispersos por várias das casas em que se instalava a longo do ano, determinaria também a necessidade de uma cuidada atenção à organização cronológica final de milhares de anotações. Além da correspondência agrupada em copiadores, procedeu-se, também à consulta de dezenas de escritos avulso que integram o espólio da família Raposo de Amaral entregues à guarda da academia açoriana e ainda por catalogar, tendo sido igualmente objeto de consulta os arquivos da família Canto e de Gil Mont' Alverne de Sequeira existentes na Universidade dos Açores.

Para a elaboração do presente trabalho tornou-se igualmente indispensável a consulta da imprensa da época, disponível na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, e de documentação variada aí também depositada, a qual se revelou necessária ao apuramento de contexto explicativo para algumas das decisões tomadas

pelo biografado, caso, por exemplo, da posição radical adotada em matéria de prevenção de eventuais epidemias.

Para evitar qualquer contaminação da fonte primária - décadas de correspondência remetida por José Maria Raposo de Amaral a numerosos destinatários de estratos sociais diversificados e vivendo em lugares igualmente diferentes - optou-se por estudar a época em que viveu em primeiro lugar pela leitura do que escreveu, procurando limitar-se as pesquisas posteriores e em outras fontes ao estritamente necessário à compreensão e contextualização do pensamento e ação respetivos.

Entendeu-se que, pela sua natureza, este trabalho não deveria constituir muito mais do que uma narrativa sobre a vida de um dos protagonistas da história da ilha de S. Miguel na viragem do século XIX para o seguinte. Assim, o presente estudo desenvolve-se em quatro capítulos: os três primeiros - Um homem de família (I), Monárquico e autonomista (II) e A agro-indústria e outros negócios - têm como fonte principal (insiste-se!) a vasta correspondência legada, assumindo, por isso, contornos de uma espécie de autobiografia não autorizada, e o último - Rico mas socialmente comprometido (IV) - , procura apurar, com recurso à imprensa e ao que escreveu, a opinião que tem dos que com ele se relacionaram e o que dele fixaram seus contemporâneos.

Assumimos, desde já, a disparidade volumétrica entre estes capítulos, mas o fio da teia foi tecido respeitando o próprio percurso de José Maria Raposo do Amaral, cuja vida privada, familiar e pública se (con)funde. Acreditamos, pois, que a narrativa do que foi a sua vida se assume, neste contexto, como mais uma das ferramentas que poderá contribuir para a perceção da efervescência que caracteriza o último quartel de Oitocentos e as primeiras duas décadas do século XX na ilha de S. Miguel e, por esta via, a dinâmica do país e da Europa do seu tempo. Com efeito, num espaço temporal de menos de cinquenta anos, a Humanidade assistiria a profundas mudanças: a industrialização abriu caminho à produção em massa, ao desenvolvimento das cidades e ao encurtamento das distâncias, seja pela introdução do comboio, do barco a vapor, do automóvel e do avião. Foram décadas marcadas por uma constante disputa e definição de fronteiras na Europa, acompanhada da promoção e afirmação de nacionalismos que acabariam por dar lugar a um dos mais violentos conflitos da sua História, a Grande Guerra. E José Maria Raposo do Amaral acompanha tudo isto.

3. O(s) tempo(s) de José Maria Raposo de Amaral

No último quartel de oitocentos e nas primeiras duas décadas do século XX, o mundo evoluiu de forma vertiginosa, tornando-se mais curtas as distâncias entre continentes e regiões: em 1869, é dada por concluída a linha férrea do Pacífico, que liga os Estados Unidos de costa a costa, ocorrendo, no mesmo ano, a abertura do Canal do Suez, sendo, em 1895, construído o Canal de Kiel. Em 1904 entra em funcionamento o Transiberiano e, dez anos depois, abre o Canal do Panamá. Simultaneamente, avança o processo de gradual substituição dos veículos de tração animal por modernos automóveis equipados com motores de explosão, assistindo-se ao arranque das viagens aéreas.

O avanço tecnológico registado pelo sector dos transportes, acompanhado de uma rápida evolução nas telecomunicações - o telégrafo e o telefone (a rádio pouco depois) passam a fazer parte do dia-a-dia das sociedades ocidentais - traduz-se na criação de um mercado à escala global de que a industrialização necessita e que irá potenciar.⁵²

Na primeira metade do século XIX, a economia industrial, que teve a Inglaterra como berço, alarga-se a quase toda a Europa, primeiro à França e à Bélgica, e, logo a seguir, à Alemanha. Na sua fase inicial, a corrida progressiva pela industrialização europeia e norte-americana alimenta-se de uma indústria metalúrgica direccionada para grandes empreendimentos nas áreas ferroviária e da construção naval, da produção têxtil e açucareira. A indústria química avançará seguidamente, assentando na produção de adubos que tornará mais rentável a atividade agrícola.

Além de implicar a gradual redução das empresas artesanais, a crescente implantação de unidades fabris implica aumentos de produção que a exiguidade dos mercados locais e nacionais não permitia absorver. Assiste-se, assim, a um incremento da demanda de destinos externos para colocação de excedentes, primeiro em países ocidentais independentes, depois, nas colónias ultramarinas.

⁵² Além da bibliografia citada, para contextualização do período em questão indicam-se obras como: HOBBSAWN, Eric (1990), *A Era dos Impérios*, Lisboa, Editorial Presença; HOBBSAWN, Eric (1996), *A Era dos Impérios: história breve do século XX-1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença; AA. VV. (1990), *História Universal, Imperialismo Moderno, Guerras Mundiais, a Década de 80*, Lisboa, Ciclo de Leitores e AA.VV (1990); *Altas Histórico, Da pré-história aos nossos dias*, Lisboa, Ciclo de Leitores e DAGEN-LANEYRIE, Nadeige (dir) (2000), *Memória do Mundo, das origens ao ano 2000*, Lisboa, Círculo de Leitores.

O mercado e a constante necessidade do seu crescimento, sobretudo por via do aumento do poder aquisitivo das camadas populares, vai impulsionar a competitividade entre empresas e Estados, afirmando-se como principal motor do capitalismo. Aparentemente em contradição com o princípio da competitividade à escala global que subjaz ao novo paradigma económico, assiste-se ao aparecimento e afirmação de importantes monopólios e ao incremento de políticas protecionistas em diversos países. Se a constituição de cartéis e de *trusts* se pode explicar pela necessidade de mobilização de capitais decorrente de uma permanente exigência de modernização de equipamentos, a criação de pautas aduaneiras por alguns Estados impôs-se como meio de promoção do desenvolvimento interno e de combate a crises como a registada na Alemanha no anos 70 de oitocentos. O protecionismo revelar-se-ia, porém, uma estratégia de exceção, uma vez que tanto a França como a Inglaterra, Estados nacionais consolidados muito antes do Estado germânico e nos quais a industrialização tinha começado antes, apostavam no comércio livre como diretiva essencial ao crescimento. O capital industrial e financeiro britânico não se satisfazia com os lucros da economia nacional, procurando a realização de investimentos no exterior, nomeadamente fora da Europa. Para a Inglaterra, que recebia das suas colónias as matérias primas e nelas colocava os novos produtos industriais, não havia qualquer vantagem no incremento de um sistema aduaneiro protecionista. No último quartel do século XIX, os ingleses tinham uma posição consolidada na Índia, África do Sul, em Chipre e no Egito. Apesar de ter visto o seu crescimento económico penalizado pela participação em várias guerras, nomeadamente com a Alemanha de que saiu derrotada em 1871, e de só tardiamente se empenhar num projeto de expansão colonial, a França também acelerou o seu processo de industrialização, partilhando com a Inglaterra a aposta numa estratégia de livre comércio. Não obstante o atraso inicialmente registado ao nível na sua expansão colonial - num primeiro momento pretendiam crescer por via de conquistas territoriais na Europa - também os franceses conseguiriam consolidar um domínio colonial que lhes garantia matérias primas e o escoamento de produção.⁵³

⁵³ Como complemento à bibliografia citada consideraram-se outras obras e artigos que permitem um mais cabal entendimento da posição lusa na disputa colonial da época: ALMEIDA, Pedro Ramos (1979), *História do colonialismo português em África, cronologia século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa; GUIMARÃES, Ângela (1983), "A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX", in *Ler História*, Lisboa; MOTTA, Carlos Lima da Silva (1989), "Continuidades e ruturas da política externa portuguesa em matéria colonial (1870-1890)", in *Actas da Reunião Internacional de História de África*, Lisboa e LAINS, Pedro (1998), "Causas do colonialismo português em África, 1822-1975", in *Análise Social*, Vol. XXXIII (pp.463-496), Lisboa, Instituto de Ciência Sociais, Universidade de Lisboa.

A necessidade de ampliar mercados, aliada a uma crescente afirmação dos ideais nacionalistas que se traduzirá no agravamento das divergências entre as principais nações europeia, vai, assim, determinar uma feroz disputa por territórios coloniais ainda sem ocupação efetiva. Os bancos revelar-se-ão peças importantes na expansão colonial das potências europeias, aliando-se às empresas na organização da exploração dos novos territórios. No terceiro quartel de oitocentos assiste-se, aliás, a um acentuado crescimento da criação de instituições de captação e mobilização de poupanças privadas. Promovendo o empréstimo desses recursos às empresas industriais, os bancos, além de com elas partilharem os lucros gerados, ganham poder na gestão dos respetivos investimentos. Por via disso, passarão, igualmente, a influenciar a administração política dos Estados.⁵⁴

No plano da expansão colonial, instituições empresariais e bancárias juntam-se aos Estados, estando em jogo a necessidade de assegurar matérias primas ou a sua reserva e uma garantia de mercados essencial à preservação de postos de trabalho na metrópole. Depois da Argélia, que ocupara em 1830, a França conquista vastos territórios entre o rio Congo e o Sul do Sara, além de Tunes. Numa intervenção liderada por Leopoldo II, a Bélgica apodera-se da Região do Congo, enquanto os ingleses alargam os seus domínios à Nigéria, à Somália e ao Sudão. A Alemanha expande-se, por seu lado, ao Togo, Camarões, Guiné e Samoa, na Oceânia. Apesar das ameaças, inclusivamente protagonizadas pelo seu tradicional aliado, a Inglaterra, Portugal conseguiu conservar o essencial dos seus territórios ultramarinos. O "Ultimato Inglês" pôs fim ao sonho do chamado "mapa cor-de-rosa" - uma colónia ocupando África de costa a costa, alargando-se de Angola a Moçambique -, mas os portugueses conseguiram impedir que os britânicos concretizassem o propósito de se apoderarem da Guiné e da Baía de Lourenço Marques.⁵⁵

⁵⁴ Um título recentemente publicado - FERGUSON, Nail (2015), *A lógica do dinheiro: o poder do dinheiro e o Mundo Moderno*, Lisboa, Círculo de Leitores - fornece explicações acerca da evolução económica impulsionada e controlada pela banca e o artigo : RATO, Maria Helena da Cunha (1983) "O colonialismo português, fator de subdesenvolvimento nacional", in *Ação Social* , vol. XIX (pp.1121-1129), Lisboa, Universidade de Lisboa, fornece interessantes pistas para o entendimento das consequências da lógica capitalista no processo colonial luso.

⁵⁵ Bibliografia para o tema não citada: RAMOS, Rui (2009), *História de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros; REIS, António (1992), *Portugal Contemporâneo*. Vol. 2, Lisboa, Edições Alfa; TEIXEIRA, Nuno Severiano (1990), *O Ultimatum Inglês, política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Beta-Projectos Editoriais; FERREIRA, António Matos (1994) "Repercussões do Ultimatum no meio católico. Notas acerca do nacionalismo católico", in *Lusitana Sacra*, 2.^a série, tomo VI, Lisboa.

A ameaça à preservação do império luso contratualizada na Conferência de Berlim (1884), a qual decreta a substituição do direito histórico da descoberta pelo direito da ocupação efetiva dos territórios, irá condicionar, porém, a decisão política de Lisboa por um largo período, figurando, por exemplo, entre as principais causas da participação portuguesa na Grande Guerra.

O último quartel do século XIX caracteriza-se, também, pela emergência de dois novos protagonistas na cena internacional: Estados Unidos e Japão. Consolidados como nação com o termo da guerra civil e ocupando um vasto território que vai do Atlântico ao Pacífico, os Estados Unidos tornam-se rapidamente numa grande potência industrial e económica, exportando as suas riquezas agrícolas e minerais. No período em referência, os norte-americanos não descuidaram, também, a defesa dos seus interesses estratégicos, expandindo a sua influência a Cuba, Havai e Filipinas. Por sua vez, o Japão, com a abertura, em 1854, dos seus portos às potências comerciais estrangeiras, dá início a um processo de industrialização e de expansão alargado à Coreia e à China.

Neste cenário de disputas permanentes, os confrontos entre as grandes potências agravam-se nos primeiros anos do século XX, crescendo o número dos adeptos de ideia de que uma guerra se assumia como meio inevitável para instauração de um equilíbrio duradouro entre as nações. Em causa estava, sobretudo, a oposição irreconciliável entre as França e a Alemanha. Enquanto os alemães se batiam por substituir os franceses como principal potência continental europeia, a França não conseguia esquecer a derrota sofrida face à Alemanha na disputa territorial de 1870-1871. A entrada dos Estados Unidos e do Japão no clube das grandes potências daria, igualmente, o seu contributo para a agudização da tensão no quadro internacional, traduzindo-se numa alteração do sistema de alianças que colocava a Alemanha perante o receio do isolamento internacional.

A estratégia expansionista adotada pelos Estados, incrementada após um primeiro momento de fixação e exaltação de valores pátrios que fundamentará o ideário nacionalista moderno, cumpre duas etapas relativamente distintas: entre 1880 e 1910 assiste-se a um esforço generalizado de apropriação e exploração de colónias, a que se seguirá, até por volta de 1914, uma de época de imperialismo de carácter militarista, com mobilização de combatentes e armamentos, o que explica um crescente investimento em armas cada vez mais mortíferas.

O processo de modernização que varre o Ocidente e, em particular, a Europa quase um século depois da Revolução Francesa, ponto de partida para uma viragem de

pensamento e práticas políticas, culturais, religiosas e morais na generalidade dos Estados do velho continente, estende-se à agricultura cuja produção aumenta de forma exponencial, graças à introdução de novas tecnologias no trabalho das terras, ao apuramento de raças animais, à seleção de sementes e ao uso de adubos artificiais. Assiste-se também a uma reorganização da propriedade agrária o que, no caso concreto da Inglaterra, determinará, por exemplo, que aos pequenos camponeses seja interdito o acesso a terras de pousio onde costumavam pastar os seus rebanhos. Num mercado cada vez mais aberto e concorrencial, em que a produção deixa de dirigir-se apenas para o consumo local, irão ocorrer variações de preços que levarão à falência muitos produtores e que implicarão, mesmo, a ruína de algumas regiões. Os Estados, em particular o francês, procurarão contrariar os efeitos perversos do livre mercado, adotando legislação protecionista e criando subsídios agrícolas⁵⁶.

No plano social e político, o último quartel de oitocentos e as primeiras duas décadas do século XX caracterizar-se-ão por um acentuado aumento da população operária resultante do incremento de um processo de industrialização e modernização agrícola que se traduziu numa fuga dos campos para as cidades. Chegados em massa a centros urbanos sem condições para os acolher e obrigados a trabalhar até 15 horas por dia em condições penosas, milhões de homens, mulheres e crianças vão formar um enorme batalhão de miseráveis ao serviço de uma nova classe dominante, os grandes patrões da indústria, agrupados numa aristocracia cuja influência se alarga à política. Para se lhes opor, os operários organizam-se em sindicatos, sob cuja liderança são promovidas ações de protesto em massa, incluindo greves, muitas vezes combatidas pelos proprietários das fábricas com recurso a meios violentos. Será neste período que se intensificará a divulgação de *O Capital*, de Karl Marx, obra sobre a qual assentará uma nova ideologia política, o comunismo, que orientará a Revolução Russa de 1917, a qual pôs fim ao czarismo, implantando, em sua substituição, um regime de legitimação alegadamente popular - a "ditadura do proletariado" - , liderado por Lenine. (Vladimir Ilyich Ulyanov). O regime comunista então apenas implantado na Rússia alargar-se-á

⁵⁶ Bibliografia para contextualização da temática: JOLL, James (1982), *A Europa desde 1870*, Lisboa D. Quixote; HOLANDA, Sérgio Buarque da (filho) (1998) "Comércio Livre versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições", in *Estudos Económicos*, São Paulo, Universidade de S. Paulo; HOBSBAWN, Eric (1988), *A Era do capital (1848-1871)*, Lisboa, Presença; CABRAL, Manuel Vilaverde (1981), *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo e COTTA, Alain (1977), *O capitalismo*, Lisboa, D. Quixote.

progressivamente a toda a Europa Oriental, expandindo-se pela Ásia, incluindo a China.⁵⁷

Em Portugal, o processo de industrialização arrancou mais tarde e de forma muito incipiente. Em 1881 já existiam, porém, no país "alguns dos grandes complexos industriais, como por exemplo, a indústria dos tabacos e a indústria têxtil"⁵⁸, registando-se, a partir da década de oitenta, uma aceleração do investimento estrangeiro na implantação de novas fábricas em território nacional. Em finais de oitocentos⁵⁹ começam a surgir, por outro lado, os primeiros empresários portugueses com investimentos de maior dimensão em indústrias com a moageira, vidreira e cerâmica e, nos começos do século XX, sobressaem, na área têxtil, o empresário Narciso Ferreira (Riba d'Ave) e Alfredo Silva, na indústria dos produtos químicos.⁶⁰

Apesar dessa evolução, no início do novo século, o tecido industrial português revelava, ainda, um índice de modernidade bastante baixo, a avaliar pelo emprego. As empresas com dimensão superior a dez operários, as quais, no seu conjunto, disponibilizavam 100 mil postos de trabalho, correspondiam a um quinto da oferta global do setor secundário. Na sua "grande maioria a população 'industrial', estava, portanto, ainda distribuída por pequenas oficinas com menos de dez trabalhadores, por atividades artesanais de tipo doméstico e por tarefas semelhantes"⁶¹.

Mesmo assim, e porque as condições de trabalho na indústria se revelavam difíceis, também em Portugal, à semelhança do que acontecia nos países industrializados, se assiste à implantação de organizações de defesa dos operários, havendo registo, em 1889, de 392 associações de trabalhadores, a maioria delas (300) sedeadas nas principais cidades - Lisboa e Porto. Em 1876, seis anos depois da

⁵⁷ Acrescenta-se à bibliografia citada ou referenciada para contextualização de outra temática: FERRO, Marc (1975), *A Revolução russa de 1917*, Lisboa, D. Quixote; MINTS, I. (1987), *O grande Outubro e o mundo contemporâneo*, Moscovo, Academia das Ciências da URSS e FERREIRA, Pedro Soares (2011), *Entre o terror e a esperança: a resolução russa na sociedade portuguesa (1917-1921)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

⁵⁸ MARQUES, 1981, p.88.

⁵⁹ Além bibliografia citada, consultaram-se, entre outras, das obras: MARQUES, A.H. de Oliveira (1976), *História de Portugal, desde os tempos mais antigos até ao Governo do Sr. Pinheiro de Azevedo*, Lisboa, Palas editores; MEDINA, João (dir) (1990), *História Contemporânea de Portugal, Monarquia Constitucional, tomo II, Das origens do Liberalismo à queda da República*, Lisboa, Multilar; PERES, Damião (dir) (1935), *História de Portugal, vol. VII, Quinta época (1816-1918)*, Barcelos, Portucalense Editora; REIS, António (1989), *Portugal Contemporâneo, vol II (1851-1910). Consolidação e decadência da Monarquia liberal. Esperanças e frustrações da nova ordem socio-económica. As tensões culturais. A Evolução das mentalidades*, Lisboa, Publ. Alfa; SARAIVA, José Hermano (dir) (1983), *História de Portugal, vol. III, da Restauração à Revolução, Lisboa, Lisboa*, Publ. Alfa e MATTOSO, José (1998), *História de Portugal, vol. V, O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa.

⁶⁰ MARQUES, 1981, p. 122

⁶¹ Ibidem.

fundação do Partido Socialista, existiam no país 24 sindicatos e, em 1903, 135. Embora considerada ilegal até à implantação de República, a greve passou a funcionar como instrumento de reivindicação operária desde os inícios da década de setenta de oitocentos, ganhando expressão a partir dos primeiros anos do século XX.⁶²

Mais do que a indústria, terão sido os transportes e comunicações o principal motor do desenvolvimento nacional nas duas últimas décadas do século XIX e nas primeiras duas do seguinte, pois "a construção de estradas, redes de caminhos de ferro, portos, ligações telegráficas e assim por diante, constituiu objetivo supremo de grande número de ministérios, mormente a partir de 1851".⁶³ Os políticos portugueses de inspiração liberal, entre os quais se destacam Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro, seu continuador, entendiam que, nos domínios da indústria e da agricultura, a intervenção do Estado deveria ser mínima. A estratégia desenhada e concretizada pelo fontismo, financiada com recurso a empréstimos estrangeiros, revolucionaram as comunicações internas, passando a ser possível, a partir de finais de oitocentos, viajar de comboio entre os mais importantes centros urbanos do país e para a Europa, via Espanha. Depois de 1870, Portugal passaria também a estar ligado, por cabo submarino, à Inglaterra, entrando em funcionamento, em 1873, a ligação com o Brasil, via Madeira e Cabo Verde.⁶⁴ Vinte anos depois, as comunicações com cabo submarino estender-se-iam Açores. Simultaneamente, o Estado lançava obras portuárias de vulto, como a construção do porto de Leixões, concluído em 1892, e de desenvolvimento do porto de Lisboa, além de promover a implantação de uma rede de faróis, igualmente essencial ao incremento das ligações marítimas com o exterior.

No domínio da agricultura (desde sempre a principal atividade económica do País), não obstante a maior parte do território continuar na posse de grande proprietários que vivem nas cidades e arrendam as suas terras, em finais de oitocentos e nas primeiras décadas do século XX, a pequena propriedade começa a ganhar expressão. Os rendimentos das novas pequenas propriedades rurais revelam-se, porém, insuficientes

⁶² MARQUES, 1981, p.123.

⁶³ Idem, p. 89.

⁶⁴ COGAN, Donard (1988) "British empire cable communications (1851-1930)" in *Arquipélago História*, n.º especial (pp.165-193), Ponta Delgada, Universidade dos Açores; COGAN, Donard (S/D), *The Irish submarine cable stations : a technological history*, Norwich; University of east Anglia; CORSÉPIUS, Yolanda, COSTA, Ricardo M. Madruga da (2009) e "Um contributo para a história da Companhia Alemã do Cabo Submarino na Ilha do Faial", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, sep. n.º 18, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

para garantir o sustento de muitas famílias, confrontadas com a necessidade de assumirem, cumulativamente, a condição de rendeiros.⁶⁵

Sem acesso a processo de mecanização já comuns ao setor em vários países europeus, os agricultores portugueses continuam a dedicar-se, principalmente, a uma atividade de subsistência, produzindo milho, centeio, legumes, azeite, vinho e frutas. A expansão da atividade vinícola acentua-se com a plantação de novos vinhedos em várias regiões do País, permanecendo a colheita de trigo sempre escassa para o consumo nacional, o que estará na origem de frequentes períodos de carência e volumes de importação com especial impacto no equilíbrio da balança comercial.

O incremento da vitivinicultura acabaria por se revelar, a prazo, perversa para o desempenho económico nacional e para a subsistência de numerosas famílias e o descontentamento dos viticultores terá mesmo contribuído para a onda de protestos que iriam determinar o fim do regime monárquico. Na primeira década de novecentos, a atividade viverá uma séria crise, motivada "sobretudo pelo excesso de produção. A febre de replantar vinha, que resultara das perdas provocadas pela filoxera e outras doenças, levava finalmente a que o vinho produzido não encontrasse consumidor. A queda nos preços acentuou-se no primeiro decénio do século XX, mostrando-se os números e índices para vinho vendido no Porto (vinho tinto e vinho verde), em 1909 e 1910, muito inferiores aos de 10 anos atrás".⁶⁶ Mas outras razões estarão na base das dificuldades de escoamento da produção nacional:

"Desde meados do século XIX que a exportação de vinho português para Inglaterra vinha a sofrer a concorrência dos vinhos espanhóis e franceses. Por outro lado, no próprio mercado interno se registavam modificações fraudulentas de vulto que abalavam as constantes tradicionais da produção. Com o vinho do Porto competiam outros vinhos licorosos do Sul, mais baratos, que inundavam as adegas de Gaia para serem transformados em 'vinho do Porto' falsificado"⁶⁷.

Em finais de oitocentos e primeiras décadas de novecentos, Portugal procurava também equilibrar as suas contas com o exterior por via da exportação de cortiça, matéria-prima que, só a partir de meados da primeira década do século XX, passaria a

⁶⁵ REIS, Jaime (1993), *O atraso económico português em perspetiva histórica : estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX : 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda e SÉRGIO, António (1978), *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa Ed.

⁶⁶ Marques, 1991, p.104.

⁶⁷ Ibidem.

conhecer outras utilizações que não apenas o fabrico de rolhas - palmilhas, armações de chapéus, invólucros de charutos e pontas de cigarros. Possuidor da maior área de montado do mundo, o País conseguiu ver aumentar de forma gradual e significativa o volume das respetivas exportações, num processo que a Grande Guerra viria a comprometer: "De menos de 50.000 toneladas exportadas em 1905, passara-se para 65.000 em 1907, quase 70.000 em 1909, mais de 75.000 em 1910, mais de 86.000 em 1912 e 93.000 toneladas em 1913".⁶⁸

Tradicional aliada de Portugal, a Grã-Bretanha assumia então e até à Grande Guerra, a condição de principal fornecedor dos produtos em que o país era deficitário (têxteis de algodão, carvão industrial, aço para a construção de linhas férreas embarcações e bacalhau) e de maior importador dos bens nacionais de exportação, nomeadamente o vinho do Porto e a cortiça. De Inglaterra vinha, também, a parte de leão dos fluxos financeiros necessários ao incremento dos projetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado português, cujos orçamentos, com défices ao longo de décadas sucessivas, implicavam um constate agravamento da dívida externa.⁶⁹

Da Grã-Bretanha viria, ainda, sob a forma de ultimato, uma das maiores ameaças ao regime monárquico e à estabilidade nacional: a obrigação à renúncia de um vasto território africano reivindicado por Portugal, compreendido entre Angola e Moçambique. O "Ultimato inglês" (apresentado a 11 de janeiro de 1890), além de provocar uma "vaga nacional de indignação contra a Inglaterra e um movimento generalizado contra a Monarquia e o próprio rei, acusados de não haverem prestado suficiente atenção aos territórios ultramarinos e, assim, de terem comprometido os interesses da Nação"⁷⁰. O descontentamento popular expressar-se-ia em manifestações e tumultos ocorridos em vários pontos do País, constituindo pretexto para uma primeira revolta republicana, promovida a 31 de janeiro de 1891 e que acabaria por fracassar⁷¹.

A exigência britânica, apresentada num contexto de intensa disputa colonial alargada às principais potências mundiais, ocorre numa época de crise financeira e

⁶⁸ Marques, 1991, p. 110.

⁶⁹ Ver: PEREIRA, Miriam Halpern (1983) *Livre Câmbio e desenvolvimento económico, Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Ed. e LAINS, Pedro (1986), *"Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada"*, in *Análise Social*, vol. XXII (pp. 381-419), Lisboa, Universidade de Lisboa

⁷⁰ MARQUES, 1981, p. 37-38.

⁷¹ Bibliografia consultada: VALENTE, Vasco Pulido (1974), *As duas táticas da Monarquia perante a revolução*, Lisboa, D. Quixote; VALENTE, Vasco Pulido (1976), *A Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote; CRUZ, Maria Antonieta (2010), "O golpe de 31 de janeiro de 1891: uma ousadia breve?", in *Revista da Faculdade de Letras e História*, 2.^a série, vol. 11 (pp. 11-31), Porto, Universidade do Porto; MARQUES, A. H. (1988), *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Ed. Estampa.

económica de dimensão à escala europeia e que teria reflexos no país por toda a década de noventa de oitocentos: "A depreciação da moeda, a falência de alguns bancos, o aumento da dívida pública, a contração nos investimentos, tudo isto acentuado pela gravidade da boataria circundante, implicaram um longo período depressivo".⁷²

Pelo abalo que provocou no prestígio nacional o Ultimato contribuiu para o agravamento da descrença na classe política, adensando o sentimento de decadência que afligia a elite intelectual portuguesa agitada pelo questionamento e novidade introduzidos no discurso nacional pela chamada "Geração de 70", de que faziam parte Antero de Quental, Oliveira Martins e Eça de Queiroz, e que chegará a por em causa a viabilidade do País, admitindo a união com Espanha como via alternativa.⁷³

A drástica diminuição das remessas dos emigrantes portugueses no Brasil, cuja independência em meados da década de vinte já havia abalado a crença nacional, agudizou no final de oitocentos os problemas financeiros nacionais, contribuindo para acentuar um pessimismo, justificado, em primeiro lugar, pela incapacidade da classe política de desenvolver uma estratégia de industrialização e de desenvolvimento compagináveis com o ritmo de progresso observado na Europa.

Vivia-se um tempo de descrença e descontentamento, sentimentos que estariam na base de um gradual processo de desintegração das duas forças políticas que, desde a década de cinquenta, partilhavam o poder: os Regeneradores, de orientação conservadora e mais favoráveis ao aprofundamento do poder real, e os Progressistas, partidários de um maior impulso reformista e liberal. Começava, também, a chegar a hora propícia à propagação do ideal republicano, cujos principais mentores procuram capitalizar o mal-estar, contrapondo-lhe um plano de progresso positivista e de novo ideário colonial.⁷⁴

⁷² MARQUES, 1981, p. 38.

⁷³ Bibliografia complementar para o tema: ANTUNES, José Freire (2004), *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livros; ROCAMORA, José António (1994) *El Nacionalismo ibérico 1732-1936*, Valladolid, Publicaciones Universidad de Valladolid; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1995), *A Questão Ibérica – Imprensa e Opinião: 1850-1870* (2 vol.). Porto, Universidade do Porto; SARDINHA, António (1914), *A aliança peninsular: antecedentes & possibilidades*, Porto, Civilização; SÉRGIO, António (1913), *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, Porto, ed. Renascença Portuguesa; QUENTAL, Antero de (1868), *Portugal perante a Revolução de Espanha: Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, Lisboa, Tipografia Portuguesa.

⁷⁴ Obras e artigos sobre o tema: SARDICA, José Miguel (1994), *A dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa*, Lisboa, Cosmos; RAMOS, Ramos (1994), "O fim dos Partidos (1897-1906), in *História de Portugal A Segunda Fundação (1890-1926)* (Dir. José Mattoso) Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores; TENGARRINHA, José (1984) "Rotativismo", in *Dicionário de História de Portugal*, (dir. Joel Serrão), Vol. V (pp. 392-394), Porto, Livraria Figueirinhas; 34 RAMOS, Rui (2006), *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores e PROENÇA, Maria Cândida (2011), *D: Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores.

É assim que, logo no início do século XX, se assiste à rotura no seio dos conservadores - João Franco afasta-se, em 1901, do Partido Regenerador, então liderado por Hintze Ribeiro - ,e, quatro anos depois, José Maria Alpoim entra em confronto com o chefe do Partido Progressista, José Luciano de Castro. Ambos fundam novos partidos, defendendo, os apoiantes de João Franco, o reforço do poder real com prejuízo das prerrogativas do Parlamento, envolvendo-se, por seu lado, os progressistas dissidentes na campanha contra a Monarquia, em especial contra a pessoa do rei, D. Carlos, e aproximando-se do programa republicano.

O arranque do novo século coincide com a entrada em agonia do liberalismo monárquico que vigorara em Portugal. Durante décadas, Regeneradores e Progressistas ocuparam o poder alternadamente, orientando os negócios públicos em sentidos pouco divergentes. Apenas em momentos de crise, como o registado por altura do Ultimato, é que se assistiu à formação governos de coligação.

Apesar do Liberalismo Monárquico da segunda metade do século XIX se fundar no Parlamento, nunca a Câmara de Deputados derrubou o Governo. Competia, pelo contrário, ao executivo promover a dissolução do Parlamento, pedindo-a ao Rei, depois da sua nomeação pelo monarca para substituir um governo com maioria parlamentar.⁷⁵ Além disso, graças a um sistema eleitoral viciado, e com um universo de eleitores reduzido a menos de 20 por cento da população, o Governo, fosse qual fosse, saía sempre vitorioso do sufrágio. A força política chamada ao Governo contava, por outro lado, com o apoio de uma rede de caciques que, nos vários distritos do país, se encarregavam de lhe assegurar uma votação favorável com base em promessas de pequenas obras e de empregos públicos.

Neste quadro, importava sobretudo, e em primeiro lugar, aos candidatos à chefia do Governo obter do Rei a nomeação, o que muitas vezes conseguiam denegrindo a imagem do executivo anterior. Num clima de instabilidade e de descrença nos partidos do rotativismo, D. Carlos chama João Franco à chefia do Governo em 1906, sendo o chefe da nova formação partidária - o Partido Regenerador Liberal - investido, numa primeira fase, com o apoio dos Progressistas, mediante promessas de alargamento das garantias liberais. A pretexto do clima de agitação que domina as reuniões

⁷⁵ A Carta Constitucional não atribuía às cortes qualquer prerrogativa para a demissão dos executivos. O governo era nomeado e demitido livremente pelo rei, a quem incumbia a responsabilidade da chefia do poder executivo. Sem quaisquer mecanismos constitucionais para obrigar à queda do governo, as cortes podiam porém pressionar o rei a dissolver a câmara de deputados e convocar novas eleições, o que, aliás, ocorreu em situações de especial agitação política e social.

parlamentares e da greve académica de 1907, Franco⁷⁶ propõe e obtém do Rei a dissolução das Cortes, sem convocação de novas eleições, o que lhe abre caminho a um governo em ditadura. Sem Parlamento, o executivo franquista adota um variado conjunto de medidas repressivas, nomeadamente na área do controlo da liberdade de imprensa, e, ao publicar legislação com o propósito de regularizar as relações financeiras do Estado com a casa real, acaba por fomentar a contestação às despesas supostamente exageradas dos monarcas, intensificando o descontentamento e abrindo caminho ao recrudescimento das manobras de conspiração dos Republicanos mais radicais. Logo no início de 1908, os acontecimentos começam a precipitar-se: a 28 de janeiro fracassa uma tentativa de sublevação apoiada pelo dissidente progressista José Maria Alpoim, a qual acaba com a prisão de alguns dos seus principais chefes. A 31 de janeiro, João Franco leva ao Rei o decreto visando o degredo e perda das imunidades dos implicados na tentativa de golpe, mas, no dia seguinte D. Carlos é assassinado num atentado desencadeado em Lisboa por ativistas do movimento anarquista Carbonária e que vitimaria também o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe.⁷⁷

Com a morte do Rei e do seu herdeiro, a Monarquia aproximava-se do fim. D. Manuel II acabaria por ser coroado, mas foi afastado pela revolução republicana de outubro de 1910. No seu reinado de ano e meio, o País assiste à entrada em funções de seis governos, todos apoiados pelo Partido Progressista de José Luciano de Castro, exceto o último, chefiado pelo regenerador Teixeira de Sousa.

A mudança de regime e o exílio da família real em Inglaterra não põe termo à instabilidade que tinha caracterizado os últimos anos da Monarquia, à qual não terá sido alheio o fracasso do programa económico-financeiro de cinco decénios de Regeneração. Baseado na certeza de que o desenvolvimento das comunicações promoveria a prosperidade comercial, graças ao seu impacto na melhoria da circulação de mercadorias, o modelo regenerador reservou à iniciativa privada o fomento da agricultura e da indústria, setores que, supostamente, se desenvolveriam em função do incremento do comércio. Sendo "Indiscutível que a política regeneradora empreendeu um notável esforço no sentido da modernização das comunicações: milhares de

⁷⁶ Bibliografia complementar: RAMOS, Rui (2001), "João Franco: uma educação liberal (1884-1897)", in *Análise Social*, vol. XXXVI (pp.735-766), Lisboa, Universidade de Lisboa; RAMOS, (2001) *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e MARTINS, Rocha (2007), *João Franco, o Último consul do rei D. Carlos*, Lisboa, Bonecos Rebeldes.

⁷⁷ Além da bibliografia citada e/ou referenciada anteriormente: CASTRO, José Manuel de (2007), *D. Carlos (1863-1908): a vida e o assassinato de um rei*, Lisboa, Plátano; CASTRO, Aníbal de (2008), *O regicídio de 1908, uma lenta agonia da História*, Lisboa, Livraria Civilização Editora;

quilómetros de caminho-de-ferro, de estradas e de linhas telegráficas foram construídos; é um dado adquirido também que as décadas de 60 e 70 conheceram uma relativa prosperidade comercial; não é menos verdade que esta prosperidade não se traduziu ou não foi o resultado de um crescimento económico global".⁷⁸

Herdeira de uma situação económica e financeira pouco favorável, a República desde cedo acusaria, por seu lado, as consequências de divisões internas insanáveis declaradas entre os seus principais dirigentes. A unidade dos republicanos durou um curto período, embora tenha estabelecido parte da legislação mestra do regime, da qual sobressaem os diplomas referentes à alteração das relações entre a Igreja e o Estado, que passava a ser laico; ao quadro institucional da família (introdução do divórcio, proteção dos filhos ilegítimos, consagração do casamento civil como único legítimo e libertação da mulher de laços de subordinação relativamente ao marido); liberdade de imprensa; reconhecimento do direito à greve; e introdução da escolaridade obrigatória até aos dez anos. Durante os 11 meses do Governo Provisório republicano, presidido por Teófilo Braga, foi ainda aprovada a mudança da bandeira, do hino e da moeda nacional, que passava do real ao escudo.⁷⁹

O processo de institucionalização concluir-se-ia a 21 de agosto de 1911, com a aprovação da nova Constituição, votada por uma Assembleia Constituinte composta, na sua esmagadora maioria, por deputados eleitos nas listas do Partido Republicano Português (PRP). O novo texto constitucional valorizava o papel do Parlamento, excluindo dos poderes do Presidente da república, eleito pelo Congresso para um mandato não renovável de quatro anos, tanto o direito de veto como o de dissolução das Câmaras, prerrogativas dos anteriores chefes de Estado no regime deposto. A escolha de Manuel de Arriaga como primeiro presidente eleito da República, três dias depois de ratificado o texto constitucional, confirmaria as divergências que desde cedo grassavam no seio do PRP: o novo chefe de Estado recolhia o apoio das fações mais moderadas do partido, representadas por José de Almeida e Brito Camacho, derrotando Bernardino Machado, candidato apoiado pelo radical Afonso Costa.

⁷⁸ Ver: SILVA, António Martinho da (1993), "As Finanças Públicas", in *História de Portugal*, direção de José Mattoso, vol. p. 391, Lisboa, Círculo de Leitores.

⁷⁹ Obras complementares: MARQUES, A. H. de Oliveira (2010), *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Texto Editores; ROLO, Fernanda e ROSAS, Fernando (2009), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China; TELLO, António José (2010), *A República I, do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença e VALENTE, Vasco Polido (1976), *O poder e o povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote.

A luta interna nas hostes republicanas vai implicar o retorno do País ao cenário de instabilidade política que caracterizou os últimos anos da monarquia: Portugal vive com governos de coligação de 1911 a 1913, com executivos do Partido Democrático de Afonso Costa entre 1913 e 1915, seguindo-lhes, depois do curto governo de ditadura de Pimenta de Castro, governos com a missão quase exclusiva de preparar o país para a Grande Guerra. Os unionistas de Brito Camacho, os evolucionistas de António José de Almeida e os democratas de Afonso Costa vão alimentar um constante combate aos governos de coligação, fomentando um ambiente de instabilidade que acaba por favorecer o líder do Partido Democrático, que se revelaria o principal homem forte do novo regime. Afonso Costa consegue, pontualmente, obter o equilíbrio das contas do Estado, reprime a agitação operária, ao mesmo tempo que dá combate às tentativas de restauração da monarquia. Acaba, porém, por demitir-se, quando pressionado pelo presidente Manuel de Arriaga para rever a lei sobre as relações entre a Igreja e o Estado e amnistiar os conspiradores monárquicos. O seu afastamento durará, porém, pouco tempo (primeiro Bernardino Machado, depois Pimenta de Castro assumem o controlo do Governo entre 1914 e 1915), regressando à chefia do executivo ainda em 1915, quando o Partido Democrático consegue a eleição de Bernardino Machado para Presidente da República.

Será sob proposta de Afonso Costa que se formará, em 1916, um novo Governo de coligação - *a União Sagrada* -, chefiado por António José de Almeida e que tem por principal missão preparar a participação portuguesa na guerra. Esse executivo, em que o chefe democrático assume a pasta das Finanças, duraria apenas um ano, regressando Afonso Costa à chefia do Governo em consequência do abandono dos evolucionistas e do seu líder, António José de Almeida. Em janeiro de 1917, seguem para a França os primeiros pelotões da força expedicionária portuguesa, composta por 45 mil homens que irão participar na Grande Guerra⁸⁰. O esforço de participação nacional numa sangrenta guerra que há três anos devasta a Europa vai agravar a situação caótica e de miséria vivida no país: o desemprego alastra, o custo de vida agrava-se, sucedendo-se as

⁸⁰ Em 1914 tinham seguido militares portugueses para África, nomeadamente Angola e Moçambique, no quadro do esforço de defesa das colónias imposto pela Grande Guerra. Nos territórios africanos sob administração nacional registou-se, aliás, um número de baixas superiores ao dos soldados lusos que perderem a vida nos combates ocorridos na Flandres.

greves e multiplicando-se os assaltos e a desordem pública, a que o Governo tenta responder com a repressão policial.⁸¹

A gravidade do quadro económico e social então vivido é aproveitado pelas forças de oposição ao Governo - unionistas e monárquicos, nomeadamente - para desencadear campanhas contra a presença de Portugal na guerra e, a 5 de dezembro, Sidónio Pais, militar ligado à ala republicana conservadora, lidera um golpe vitorioso, do qual resulta a destituição do presidente Bernardino Machado, a dissolução do Congresso e a prisão de Afonso Costa. Beneficiando de um carisma que lhe assegura popularidade, Sidónio Pais faz-se eleger Presidente da República em abril de 1918, num sufrágio direto e universal convocado à revelia dos preceitos da Constituição de 1911, obtendo o partido que entretanto criou, o Nacional Republicano, a maioria nas eleições legislativas então promovidas e também disputadas pelos monárquicos, que conquistariam 37 lugares no novo Parlamento. Os três partidos republicanos recusaram-se a participar nas eleições, rejeitando pactuar com o golpe anticonstitucional. A experiência sidonista, apoiada pelos grandes proprietários, pela Igreja e pelos monárquicos, duraria pouco tempo, terminando com o assassinato do Presidente da República, a 14 de dezembro de 1918. A porta aberta aos monárquicos pelo Governo de Sidónio Pais permitir-lhes-ia ganhar algum espaço de manobra na vida política nacional, a ponto do almirante Canto e Castro, eleito pelo Parlamento para a Presidência da República, se ter visto na contingência de ceder a algumas das suas reivindicações. Tentativas monárquicas de recuperação de posições ocorrem em vários pontos do País, destacando-se a chamada "Monarquia do Norte", que Paiva Couceiro implantou no Porto e que seria esmagada pelas forças republicanas. As eleições de maio de 1919 confirmariam, de resto, o regresso ao quadro político anterior ao golpe de Sidónio Pais, voltando o Partido Democrático ao poder. António José de Almeida, que se afastara da chefia do Partido Unionista, é eleito Presidente da República, passando a dispor de poderes de dissolução das Câmaras em função da revisão constitucional entretanto realizada.

Se a situação institucional recuperava rapidamente a normalidade, o mesmo não acontecia no que toca à atividade económica e às graves condições de subsistência em

⁸¹ Além da bibliografia de carácter geral para o período ver: TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996), *O Poder e a Guerra (1914-1918): objetivos nacionais e estratégias políticas na Europa de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa; CRUZ, Henrique Manuel Gomes (2014), *Portugal na Grande Guerra: a construção do "mito" de La Lys na imprensa escrita entre 1918 e 1940*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e MARQUES, Ricardo (2014), *1914, Portugal no Ano da Grande Guerra*, Lisboa, Oficina do Livro .

que vivia a maioria da população portuguesa. Portugal conseguira preservar as colónias ultramarinas, mas saiu da Grande Guerra com a sua economia a afundar-se, com as finanças públicas especialmente desequilibradas devido às despesas militares e uma classe média ameaçada por um surto inflacionista que lhe encolhia os rendimentos. Não sendo com certeza a mais numerosa da sociedade, era a classe média que fazia funcionar o país. Esse estrato social englobava "aquele grupos profissionais desempenhando funções ligadas às tarefas diretivas da produção ou a tarefas não produtivas, mas de coordenação da sociedade ou prestação de serviços funcionários administrativos e judiciais, professores, militares, profissionais liberais, negociantes e comerciantes, proprietários"⁸². Nessa classe média sobressai, seja pelo seu poder económico e político, seja pela sua importância funcional, a figura do cacique, o qual ocupa, por vezes, o topo de hierarquia social local, graças à sua dupla condição de proprietário e burocrata. O papel do dirigente político local ganhara relevo com a valorização do Parlamento na segunda metade de Oitocentos: "Ao cacique proprietário sucede-se o cacique burocrático: o primeiro utilizava os seus recursos patrimoniais como principal fonte de influência política; o segundo aproveita-se principalmente da posição que ocupa na máquina administrativa do Estado. Estas duas categorias não eram, contudo, nem fechadas nem rígidas. O que se observou foi uma progressiva transformação do cacique proprietário em cacique burocrático, derivando de ambos um tipo misto, que mobilizava para a sua finalidade tanto os recursos privados como os políticos"⁸³.

Investidos na condição de autênticos medianeiros, pois funcionam como agentes de pressão sobre o Estado em representação das comunidades cujas reivindicações assumem, exercendo, em simultâneo, o papel de garantes da ação do Estado na sociedade que lideram, "as caciques podem considerar-se uma elite política, se o contexto em que os situarmos for a realidade local, mas, se o alargarmos ao plano nacional, ocupam claramente um lugar intermédio"⁸⁴. A sua emergência e relevância social e política surgem associadas à "relativa fragilidade da máquina administrativa, incapaz de impor eficazmente a autoridade do poder central em todo o território, com a consequente necessidade de dispor de agentes que, ao distribuir benesses, fossem

⁸² FONSECA, 1991, p. 460.

⁸³ Idem, p. 468.

⁸⁴ Ibidem.

capazes de exercer a tarefa de contenção de eventuais movimentos de protesto contra o Estado, 'cobrador de impostos' ou 'recrutador de mancebos'".⁸⁵

Enquanto principais protagonistas da vida social e política portuguesa, esses representantes da classe média serão particularmente visados na crítica dos mais relevantes autores da Geração de 70, em especial na de um dos mais famosos romancistas de Oitocentos, Eça de Queiroz. A vasta obra queirosiana não se limita a evidenciar o desencanto da elite intelectual portuguesa com os fracos índices de desenvolvimento do país, responsabilizando igreja e dirigentes partidários por isso. Recorrendo à ironia para ridicularizar a sociedade do seu tempo, coloca também em dúvida a ideia hegemónica de progresso que dominou todo o séculos XIX e o período imediatamente anterior à Grande Guerra. Na sua última obra, publicada já no novo século (1901), o companheiro de Antero de Quental, Oliveira Martins e Teófilo Braga, antecipa o ceticismo perante o desenvolvimento tecnológico em que o Ocidente mergulhará no seguimento de duas guerras mundiais com milhões de mortes que resultaram da utilização das poderosas armas proporcionadas pelo progresso.

O romance *A Cidade e as Serras* centra-se na descrição da evolução de uma personagem portuguesa de famílias distintas (Jacinto) que se instala em Paris e beneficia de todas as conquistas da civilização (progresso) as quais, porém, não o impedem de vivenciar uma vida de tédio. A residência de Jacinto - o n.º 202 dos Campos Elísios - é um autêntico museu de equipamentos que representam a civilização industrial e reduzem o espaço livre para a movimentação do respetivo inquilino. O cenário constitui pretexto para que Zé Fernandes, narrador e personagem secundária do enredo, se questione sobre a importância real dos objetos representativos do avanço tecnológico. Na descrição da moradia de Jacinto, depois de aludir aos luxos de um apartamento de dois andares já servido por elevador, assinala Zé Fernandes:

“Subitamente, a um canto, repicou a campainha do telefone. E enquanto o meu amigo, curvado sobre a placa, murmurava impaciente "Está lá - Está lá", examinei curiosamente, sobre a sua imensa mesa de trabalho, uma estranha e miúda legião de instrumentozinhos de níquel, de aço, de cobre, de ferro, com gumes, com argolas, com tenazes, com ganchos, com dentes, expressivos todos, de utilidades misteriosas. Tomei um que tentei manejar - e logo uma ponta malévola me picou um dedo. Nesse instante rompeu de um outro canto um "tic-tic-tic" açodado, quase ansioso. Jacinto acudiu,

⁸⁵ FONSECA, 1991, p. 468.

com a face no telefone: - Vê aí o telégrafo!... Ao pé do divã. Uma tira de papel que deve estar a correr.

E, com efeito, de uma redoma de vidro posta numa coluna, e contendo um aparelho esperto e diligente, escorria para o tapete, como uma ténia, a longa tira de papel com caracteres impressos, que eu, homem das serras, apanhei, maravilhado. A linha, traçada em azul, anunciava ao meu amigo Jacinto que a fragata russa Azoff entrara em Marselha com uma avaria!

Já ele abandonara o telefone. Desejei saber, inquieto, se o prejudicava diretamente aquela avaria da Azoff.

- Da Azoff?... A avaria? A mim... Não! É uma notícia.

Depois, consultando um relógio monumental, que ao fundo da Biblioteca, marcava a hora de todas as capitais e o curso de todos os Planetas:

- Eu preciso escrever uma carta, seis linhas... Tu esperas, não, Zé Fernandes? Tens aí os jornais de Paris, da noite; e os de Londres, desta manhã. As Ilustrações além, naquela pasta de couro com ferragens".⁸⁶

Será no regresso à terra, concretamente à sua quinta e casa senhorial de Tormes, no Baixo Douro, que Jacinto irá recuperar do fastio causado pela vida parisiense, redimindo-se de uma crença absoluta no progresso a que não são alheios os proprietários rurais do século XIX. Num contexto de domínio da ideologia progressista, "divulgada pelos grandes proprietários rurais, agrónomos, sociedades agrícolas e sindicais" que acusam "o campesinato de todos os males que entravam o desenvolvimento da agricultura" e condenam "os usos e costumes comunitários, considerados como os 'mais graves embaraços aos progressos da agricultura' o apego à pequena propriedade e à agricultura de subsistência, o espírito tradicionalista, a falta de capacidade de investimento"⁸⁷, *A Cidade e as Serras*, surge verdadeiramente como o último manifesto de contestação de Eça, editado um ano depois da sua morte.

Também nos Açores, o século XIX foi um século marcado pela crença no progresso tecnológico, assumindo os principais proprietários rurais a liderança de um projeto de desenvolvimento que procurou, sobretudo nas ilhas de S. Miguel e Terceira, aliar os setores agrícola ao industrial. É assim que, com a entrada em declínio de um atividade que durante décadas se assumiu como importante fonte de rendimentos, a produção e exportação de citrinos, especialmente para o Reino Unido, proprietários

⁸⁶ QUEIROZ, 2001, pp.49-50.

⁸⁷ VASQUINHAS, 1993, p. 479.

rurais e comerciantes juntam captais e esforços para o lançamento de fábricas que, embora longe de permitirem a entrada da região numa era industrial, criaram algumas centenas de postos de trabalho, permitiu o escoamento de uma produção agrícola que garantiu, durante alguns anos, o sustento das populações rurais e algum dinamismo económico. Na década de 1890 vivem-se, nomeadamente na ilha de S. Miguel, tempos de recuperação, em consequência do "estabelecimento de algumas indústrias que consumiam alguma matéria prima local e conseguiam assim combinar a produção industrial com o aumento da produção agrícola. Destas, a mais importante era, sem dúvida a do álcool, mas não é de esquecer a contribuição do tabaco, do chá e da cerveja, sobretudo como fontes de emprego de mão-de-obra".⁸⁸ No decurso de quase uma década, "e sob o impulso da indústria do álcool, há uma corrida ao arrendamento de terras, com a consequente elevação das rendas, um aumento do emprego em trabalhos agrícolas"⁸⁹. Devido, num primeiro momento, à quebra de rendimentos na produção de batata-doce, resultante do esgotamento de terrenos e do aparecimento de uma doença nas plantações e, depois, à política do Governo central de facilitar a entrada em Portugal de álcool estrangeiro em resposta às exigências dos produtores de vinho, a produção de álcool açoriano entra em declínio, confrontando-se os empresários com a necessidade de encerramento das fábricas. Os resultados da falência da indústria do álcool não se fazem esperar, apesar de os investidores procurarem outras alternativas, como, por exemplo, a implantação de uma fábrica de açúcar em Ponta Delgada: "A partir de 1901, entra-se num período de profunda miséria, com o encerramento da fábrica de destilação de Santa Clara e da Fábrica de Cerveja Melo Abreu"⁹⁰.

O que acontecera com o negócio da produção e exportação de citrinos repetia-se com a indústria do álcool, confirmando-se o elevado grau de dependência da economia açoriana em relação ao exterior e a sua elevada fragilidade. "As novas experiências industriais, com base na transformação de matérias-primas da agricultura local, em que se destacavam a indústria do álcool e do tabaco, viviam [nos finais de oitocentos e primeiras décadas do século XX] dias de incerteza, motivada pela concorrência nos mercados nacionais, os únicos a que aspiravam e mesmo assim à custa de forte protecionismo"⁹¹. Além disso, a "tradicional produção agrícola (cereais e vinho) atravessava também dificuldades de monta, com os mercados cada vez mais exíguos,

⁸⁸ MIRANDA, 1999, p. 88.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ MIRANDA, 1999, 92.

⁹¹ LEITE, 1995, p. 446.

devido à concorrência nacional e internacional"⁹² e "nem mesmo os portos artificiais, que em duas cidades capitais [Horta e Ponta Delgada] se haviam, com grande dificuldade e irritante morosidade, construído, se mostravam capazes de atrair a navegação a vapor, que se desviara das rotas que se aproximavam das ilhas".⁹³

No plano político, nos últimos anos de oitocentos as ilhas registam "uma complexa agitação de protesto contra as medidas tomadas pelos sucessivos governos expartidários, que a todos parecem asfixiar os legítimos interesses insulares"⁹⁴. Com receio do agravamento da situação⁹⁵ de revolta em gestação no arquipélago, o poder central concederia autonomia administrativa aos distritos açorianos que o solicitassem (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo aderiam ao projeto autonómico), mas "os açorianos e a rede de interesses político-partidários subordinados aos quartéis-generais de cada partido impossibilitaram um movimento de unidade regional, que libertasse a política local dos grilhões nacionais"⁹⁶

Devido à incapacidade de resposta do sistema económico às necessidades económicas de uma população em crescimento, os Açores entram no novo século sem soluções para evitar a emigração que agora conhecerá um novo destino, os Estados Unidos da América, depois do Brasil e do Havai⁹⁷.

⁹² LEITE, 1995, p. 446.

⁹³ Ibidem

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Bibliografia para complemento da entretanto referida ou citada: MIRANDA, Sacuntala (2001), *A época áurea da laranja: 1840-1875*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura; MIRANDA, Sacuntala (1989), *O ciclo da laranja e os 'gentleman farmers' da ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada; DIAS, Fátima Sequeira (2002), *A economia da laranja*, Ponta Delgada, Publiçor; DIAS, Fátima Sequeira (1999), *A indústria nos Açores durante o século XIX*, Carnaxide, Patromonia; DIAS, Fátima Sequeira (2004), "Os azares de uma comunidade respeitável: o crédito mal parado na praça micalense na segunda metade de oitocentos", in *Economia açoriana e história económica empresarial*, Ponta Delgada, Banco Espírito Santo; DIAS, Fátima Sequeira (2008), *Os Açores na História de Portugal. Séculos XIX -XX*, Lisboa, Livros Horizonte e DIAS, Fátima Sequeira (2010), *A Europa: o mercado britânico*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

⁹⁶ Além das obras de três autores de importância incontornável para o estudo do primeiro movimento autonómico já citados ou referidos na biografia - Carlos Cordeiro, Maria Isabel João e José Guilherme Reis Leite - apontam-se entre outras as obras seguintes: MOTA, Aristides Moreira (1994), *Autonomia Administrativa dos Açores. Campanha de propaganda de 1893. Reprodução de artigos publicados na 'Autonomia dos Açores'*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura; MEDEIROS, Maria Margarida Martins Franco (2014) *O Governo Civil de Ponta Delgada na década de 1880 : a sua ação política, social e económica*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; SILVA, Susana Serpa (2012), "A autonomia vista pelas primeiras gerações republicanas dos Açores (1873-1920), breve contributo com base na análise da imprensa", in *Das autonomias à autonomia e à independência*, Ponta Delgada, Letras Lavadas; AA.VV. (2012) *Das autonomias à autonomia e à independência : o atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas.

⁹⁷ Bibliografia complementar sobre emigração açoriana na época em análise: SILVA, Susana Serpa (2013) "Em torno da emigração açoriana para o Brasil: diferentes leituras e problemáticas", in *De colonos a imigrantes* (pp. 409-427), São Paulo, Alameda Casa Editorial; LEITE, José Guilherme (2006), "Os regressados do Brasil como factor de mudança social nos Açores na 2ª metade do séc. XIX", in

Com a queda do regime monárquico, em 1910, o arquipélago, longe de sair beneficiado, viu a sua situação agravada, porque a República "abandonou as teorias descentralizadoras e federalistas, que os seus mais destacados propagandistas [então defensores do modelo norte-americano] haviam defendido durante os anos de luta contra a monarquia".⁹⁸

São estes o(s) tempo(s) vividos por José Maria Raposo de Amaral. Num contexto de instabilidade e de dificuldades à escala nacional e regional, este açoriano procurará compatibilizar a defesa dos interesses pessoal e da família com os de um arquipélago, em particular de uma ilha - S. Miguel -, cujas causas desde cedo declarou constituírem uma das suas prioridades.

Arquipélago História, 2.^a série vol. 9-10 (pp.399-407), Ponta Delgada, Universidade dos Açores; COSTA, Susana Goulart (2008), *Açores: nove ilhas, uma história - Azores : nine islands, one history*, Berkeley, University of California; CORDEIRO, Carlos (2003), *O fenómeno emigratório açoriano: leituras e contextos*, Coimbra, Quarteto Ed; PEREIRA, Miriam Halpern (2002), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, São Paulo, Edusc e MENDONÇA Luís e ÁVILA José (2002), *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*, Lisboa, Imprint.2002.

⁹⁸ LEITE, 1995, p. 448.

Capítulo I: Um homem de família

Nos negócios, na ação política ou na atividade quotidiana, José Maria Raposo de Amaral parece nunca esquecer a família como um dos seus principais desígnios. Embora a condição de herdeiro de uma das principais fortunas da ilha de S. Miguel o obrigue a desempenhar funções de comando, a verdade é que desde cedo as terá assumido mais por gosto do que por imposição, procurando mesmo reforçá-las através de uma intervenção que se estenderá à gestão da vida económica e financeira de parentes integrados uma vasta família alargada, que vai do visconde do Porto Formoso ao primo José Cabral, seu parceiro na Câmara de Ponta Delgada.

Talvez por isso é na família que conhecerá os maiores desgostos da vida - o seu primogénito morre precocemente aos cinco anos, a filha mais velha foge de casa para contrair matrimónio com um homem que está longe de corresponder aos seus projetos, e não consegue esconder alguma decepção com os insucessos académicos do herdeiro que desde sempre procurou moldar. Com o primo Francisco d'Andrade Albuquerque terá uma das sua mais conhecidas e aguerridas desavenças políticas, e é, também, no seio da família que terá os principais aliados políticos, os cunhados Luís e Guilherme Poças Falcão.

1. As origens

A 1 de maio de 1971, em reposta a um officio datado do mês anterior da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada em que lhe era comunicada a decisão desta instituição de comprar a Igreja da Colégio, Maria Clotilde, filha mais velha de José Maria Raposo de Amaral, reconhece, sem qualquer reserva, a incapacidade para conservar um templo cuja posse e preservação simbolizou, durante quase 150 anos, o sucesso social, político e financeiro de uma família, que ao longo de sucessivas gerações, viu afirmar, gradualmente, o seu poder na maior ilha dos Açores, S. Miguel.

Em carta dirigida ao então Diretor das Obras Públicas, Eng.º António Damião de Medeiros Melo, a única descendente direta ainda viva do empresário e político micaelense falecido em 1919, vítima de cancro da próstata, descreve, em poucas palavras, os sucessos recentes por que passaram família e monumento:

“Esta igreja foi, como toda a gente sabe, comprada em hasta pública por meu bisavô Nicolau Maria Raposo de Amaral, em 1834, depois de ter sido abandonada, profanada e delapidada durante mais de setenta anos [na sequência da expulsão de Jesuítas, decidida pelo Marquês de Pombal].

Foi depois de grandes beneficiações por ele efetuadas que, a partir de então, o culto católico foi nela restabelecido, culto público que os seus descendentes têm sempre mantido até agora.

Na decorrência destes cento e trinta e sete anos muitas e grandes foram as somas gastas nesta igreja. Ainda em vida de minha mãe - Maria das Mercês Fisher Berquó Poças Falcão - ela obrigou, há cerca de trinta anos, à substituição de grande parte da cantaria da fachada, que se encontrava corroída e prestes a desmoronar-se.

Minha mãe dispunha, porém, do rendimento próprio das propriedades que restaram, depois das vicissitudes que muito abalaram o grande património familiar, de importante usufruto que lhe permitia arcar, sem grandes dificuldades, com todos estes dispêndios.

Esse usufruto cessou, porém, com a sua morte e o remanescente da antiga fortuna, dividido pelas três filhas que lhe sobreviveram, jamais permitiu, sem sacrificio, continuar a tradição daqueles gastos.

A morte posterior de duas filhas [Luísa e Maria da Luz], levou infelizmente a maior parte dos seus herdeiros, em número de oito, a não querer ou a não poder continuar para essas despesas e então, se o culto pôde ainda ser mantido, nestes últimos anos, por mim e por meu sobrinho José Maria Álvares Cabral (filho da Luísa), já a conservação satisfatória do edificio não foi possível”⁹⁹.

Data de 1969 a primeira tentativa de Maria Clotilde de se livrar da "joia da coroa" da família Raposo de Amaral. Em 10 de janeiro desse ano, depois de obtido o acordo dos outros herdeiros, dirigiu-se ao bispo de Angra e Ilhas oferecendo o templo e todo o seu recheio a título gratuito à Diocese, "sem outras condições que não fossem as de esta a conservar em toda a beleza da sua traça e de ali manter o culto católico através dos tempos"¹⁰⁰.

A operação não se concluiu por recusa do prelado, o qual, conforme se conclui do texto remetido à Junta Geral, pretendia que à Diocese fossem cedidos espaços contíguos à igreja:

⁹⁹ VPGRA/DROT-DsP/ Proc. Igreja Colégio (1971-1973). Documento datado de 01.05.1971.

¹⁰⁰ Idem.

“A resposta de S. Ex.^a Reverendíssima o bispo de Angra simplesmente, dizia:

- 1) a igreja, sem as instalações onde se possa desenvolver alguma atividade apostólica, não parece de aceitar,”.
- 2) se fosse cedido o corredor , ao lado a igreja, seria problema para pensar, pois ainda seriam exigidas obras de vulto para se conseguir alguma coisa de funcional. Realmente como as coisas me foram apresentadas, não vejo utilidade na aceitação”.¹⁰¹

Maria Clotilde confessa que foi uma recusa que:

"por inesperada e decepcionante ... me deixou desolada e inerte por mais de um ano até que, há cerca de dois meses, verificando que o tempo não cessava a sua obra de lenta desagregação da fachada e de outros setores do edifício (que é não só propriedade privada mas relevante exemplar do património artístico da coletividade), de novo voltei a reunir todos os seus donos para, mais uma vez, lhes propor que a igreja, com todos os seus pertences, fosse doada ao Estado nas mesmas condições de gratuidade com que se havia oferecido ao bispado, apenas com a reserva da sua reversão familiar caso se verificasse, em qualquer altura, desvio ou abandono dos fins para que tinha sido ereta".¹⁰²

Depois de negociações que envolveram herdeiros, autoridade distrital e município, a Câmara de Ponta Delgada acabaria por decidir, em reunião extraordinária realizada a 16 de Março de 1972, aceitar a Igreja com a condição de a Junta Geral assumir os encargos de restauro e manutenção, pois, como sustenta a autarquia na acta da reunião de vereação, está-se perante um "imóvel classificado de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 39175, de 16 de Abril de 1953"¹⁰³. Sabemos, todavia, por via de uma resenha histórica sobre o templo remetida à Junta Geral em 12 de maio de 1971, no quadro do processo da sua doação ao município, redigida por José Maria Álvares Cabral, um dos herdeiros da família [neto de José Maria Raposo d'Amaral], que a família lhe tirou então "as imagens e os ornamentos".¹⁰⁴

Para os Raposo d'Amaral, a doação da Igreja do Colégio, integrada no Convento dos Jesuítas de S. Miguel, ponha fim a uma longa etapa de relação com este templo, que desempenhara papel simbólico na luta política liberal: um dos seus mais combativos

¹⁰¹ VPGRA/DROT-DsP/ Proc. Igreja Colégio (1971-1973).

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

líderes, o coronel Nicolau Raposo d'Amaral, foi aí julgado e absolvido da acusação de cumplicidade com as autoridades miguelistas a 16 de Dezembro de 1833, quando o templo acolhia o tribunal.¹⁰⁵ Seria precisamente este coronel, filho do 'fundador da família', Nicolau Maria Raposo (1717-1816), que havia comprado o Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada ao Estado, depois do imóvel passar para a posse pública na sequência da decisão do Marquês de Pombal de extinguir as ordens religiosas, quem acabaria por arrematar a Igreja em hasta pública realizada a 14 de Agosto de 1834, por cento e quarenta e um mil reis. Com esta compra, Nicolau Maria Raposo de Amaral garantia a posse integral de um dos maiores e mais valiosos prédios da cidade, cuja igreja, dedicada a Todos o Santos, começara a ser construída em meados do século XVII.

A arrematação do templo, em 1834, ocorre 26 anos depois de uma prolongada e onerosa operação de aquisição da cerca e edifício do Colégio, que o pai do arrematante "acabou por comprar por 1.600.000 reis fortes (2.000.000 reis insulanos), em dezembro de 1788".¹⁰⁶ Na posse do templo, Nicolau Maria Raposo de Amaral procedeu a importantes beneficiações, tendo, nomeadamente, "feito dourar e pintar ou redourar e repintar o altar, onde, hoje, se encontra o Senhor dos Passos. Foi dourado e pintado ou redourado ou repintado por António de Melo Pacheco que, nele trabalhou de julho de 1839 a março de 1841, com algumas interrupções. Recebeu ao todo, por isso, noventa e um mil e duzentos reis".¹⁰⁷



Igreja dos Jesuítas de Ponta Delgada, que apresenta uma fachada de basalto arduamente trabalhada a cinzel, cuja edificação e ornamentação inicial se prologaram, tendo demorado a ser erigida entre 13 a 15 anos

¹⁰⁵VPGRA/DROT-DsP/ Proc. Igreja Colégio (1971-1973).

¹⁰⁶ MACHADO, 2006, p.312.

¹⁰⁷ Ibidem.

Desde os tempos do "fundador" da casa Raposo de Amaral que o antigo convento da Companhia de Jesus se transformou em residência familiar, assumindo especial destaque enquanto elemento ilustrativo do respetivo prestígio social, a par da Quinta da Glória, em Rosto do Cão¹⁰⁸. Como refere Margarida Machado, o coronel "Nicolau decorou a casa com algum requinte, pois vários foram os objetos e móveis tais como camas, mesas, canapés, cómodas e meias cómodas com tampos de mármore, entre outros, que vieram do Brasil, todos eles em madeira de pau-santo, papelarias de madeira pintada, tamboretos e canapés e coxins de damasco ou de pele, entre outros".¹⁰⁹

Na linha de uma estratégia de valorização social, especialmente direcionada para a conquista e consolidação de um lugar na fechada elite de terra tenentes micaelenses, o coronel Raposo de Amaral prosseguia uma tarefa que a família jamais abandonaria até ao seu desmantelamento. Exemplo disso é o fato de, em 1950, Maria Mercês, a viúva de José Maria Raposo de Amaral, ter empreendido o restauro de parte da fachada do templo, uma intervenção que acabaria por ser interrompida com a sua morte. Na opinião de José Maria Álvares Cabral, "ainda que louvável, essa restauração foi, em parte, infeliz por alterar a fisionomia das colunas"¹¹⁰, procedendo-se então à remoção de duas delas, que foram entregues ao Museu Carlos Machado.

Todavia, para lá da Igreja e do Colégio jesuítas, a família dos Raposo de Amaral empenhou-se na constituição de um vasto património, integrado por grandes parcelas de terrenos agrícolas e de matos dispersos por várias zonas da ilha, designadamente nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, e de casas de habitação ou de veraneio, adquiridos sempre que surgiam oportunidades de bons negócios. A formação do capital necessário à concretização de um investimento fundiário capaz de garantir à família estatuto equiparável à daquelas com origem na pequena nobreza estabelecida em S. Miguel por alturas do povoamento foi iniciada por Nicolau Maria Raposo e assentou, sobretudo na fase inicial, na atividade comercial, suspeita aos olhos da elite local, cujo poder e influência sempre esteve ligada à posse da terra.

¹⁰⁸ Localizada nos arredores de Ponta Delgada, a Quinta da Glória, que pertencera ao morgado Fernando Atayde, foi inicialmente arrendada, sendo adquirida na década de oitenta do século XVIII. O novo dono, que aí "passava algumas horas de ócio pescando, visto que a propriedade confinava com um areal" aplicou nela "muito dinheiro, incluindo intervenções na ermida, para que se não arruinasse" (cf. Machado, 2000, p.312).

¹⁰⁹ MACHADO, 2006, p.312.

¹¹⁰.VPGRA/DROT-DsP/ Proc. Igreja Colégio (1971-1973).



Nicolau Maria Raposo, bisavô do senhor do Colégio, fundador da casa Raposo de Amaral

Nicolau Maria Raposo é o quarto e último filho de Nicolau Maria Caneva, casado em segundas núpcias, em 1725, com Sebastiana Margarida Melo. Deste casamento nasceram, para lá do quarto e único rapaz, mais três filhas: Ana Felícia de Melo Raposo; Bárbara Mariana de Jesus e Constança Isabel da Soledade, tendo as duas últimas assumido a condição de freiras. Do seu primeiro matrimónio, celebrado em 1720 com Maria Rocha Benevides, viúva de Gonçalo Ferraz da Silva, não resultara qualquer nascimento.

É no Brasil que Nicolau Maria Raposo se inicia na atividade do comércio e no transporte de quase todo o género de mercadorias (incluindo escravos). No Rio de Janeiro casa, em 1756, com Isabel Jacinta da Silveira, de quem teve 10 filhos. As quatro filhas mais velhas, Maria Isabel de Melo, Sebastiana Margarida de Melo, Joaquina de Melo e Ana Felícia de Melo, nasceram e foram batizadas na freguesia de S. José, no Rio de Janeiro. De regresso a S. Miguel, o casal vê nascer, em 1770, o seu primeiro varão e herdeiro da chefia da casa, Nicolau Maria Raposo de Amaral. Outros cinco lhe sucederam: Francisco Pereira Raposo (que viria a ser padre), Martinho de Melo Raposo, Isabel Jacinta da Silveira de Melo Raposo e Antónia Maria de Melo.

A parte de leão dos proventos dos negócios era aplicada na aquisição de terrenos e os registos das compras concluídas pelo empresário revelam um crescente incremento

ao longo dos anos, pois "somando os alqueires de terra comprados nas três décadas (1769-1800- especialmente nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande), verificamos um aumento de 318 alqueires na década de setenta, para 520 na de oitenta, aumentando para 727 alqueires na de noventa.¹¹¹ Algumas terras foram compradas ao 'Real Fisco', e haviam pertencido aos jesuítas".¹¹²

Esta atividade permitia a concretização paralela de dois objetivos gizados por Nicolau Maria, casando o aumento da sua fortuna em bens de prestígio aos olhos da elite micaelense com o incremento dos negócios, uma vez que "comprar terras lavradas era uma forma de aumentar as suas exportações através da exploração direta, ou seja, produzindo cereais, ou pelas rendas que eram pagas em trigo"¹¹³.

Pelo casamento, em particular das filhas, procurou, por outro lado, estabelecer laços diretos com a classe dirigente da ilha de S. Miguel, aproveitando-se da escassez de meios financeiros de filhos segundo de famílias da pequena nobreza. Nicolau Maria Raposo conseguiu casar três filhas, não tendo, porém, garantido parceiros considerados adequados para as outras quatro. A falta de meios do consorte parece particularmente evidente no caso do casamento de D. Joana Joaquina de Melo com um filho do morgado Bernardo Manuel. Embora, na escritura de dote nupcial, o noivo se tenha comprometido a agraciar a esposa com 30 moios de trigo, a verdade é que "os problemas económicos estiveram sempre presentes, levando a pleitos entre as duas famílias".¹¹⁴ Pelo contrário, o casamento da filha Maria Felícia de Melo com o capitão Agostinho Pacheco de Melo Cabral, celebrado em fevereiro de 1791 na Igreja do antigo colégio dos Jesuítas, foi bem mais auspiciosa para a concretização da estratégia de Nicolau Maria, visto que o novo membro da família estava investido do cargo de Procurador do Conselho, conforme sublinha Margarida Machado na obra que tem vindo a ser citada.

O fundador da casa Raposo de Amaral esteve sempre consciente das dificuldades que se lhe deparavam na obtenção de reconhecimento e acolhimento por parte da elite local, uma vez que "os 'nobres da governança' não lhe perdoavam nem o

¹¹¹ O alqueire é a medida mais comumente utilizada nas ilhas para avaliar a dimensão dos terrenos agrícolas, correspondendo *grosso modo* (varia ligeiramente de ilha para ilha conforme a vara e mesmo dentro da mesma ilha, podendo ir de 968 até 1.383 metros quadrados) a 100 ares, ou seja a 0,1 do hectares.

¹¹² MACHADO, 2006, p. 320.

¹¹³ *Idem*, p. 317.

¹¹⁴ MACHADO, 2006, p. 294.

êxito económico nem as relações de negócio e amizade que mantinha com altos dignitários da corte no Reino".¹¹⁵

A resistência encontrada por parte da elite micaelense não deverá ser alheia às estranhas circunstâncias que determinaram a partida de Nicolau Maria Raposo para o Brasil na segunda metade da década de 1750. Com efeito, está documentado que se encontra no Rio de Janeiro em 1759, cerca de quatro anos depois lhe ter sido dada ordem de prisão por suspeita de envolvimento no crime de agressão com arma branca: feriu à facada, no Livramento, Francisco de Melo, um criado do capitão Manuel da Câmara e Sá, que acompanhava o morgado Francisco Afonso de Chaves. Nos termos da sentença, o condenado pretenderia atingir o morgado, "deixando o criado quase morto".¹¹⁶ O mesmo documento adianta que, na sequência dos incidentes ocorridos a 5 de abril, Nicolau Maria se refugiou na Santa Casa da Misericórdia, sendo a ordem de prisão respetiva emitida sete dias depois.

Nos termos da sentença sobre o caso, do qual viria a ser julgado em 1771, já depois do seu regresso do Brasil, Nicolau Maria Raposo foi condenado em vinte mil reis para as despesas do Tribunal e a dois anos de degredo para fora da "Vila e Termo da Mesa".¹¹⁷ A pena de degredo não lhe chegaria, porém, a ser aplicada, uma vez que o Desembargador das três ordens militares responsável pela sentença, José Alberto Leitão, acedeu comutá-la em dinheiro (dez mil reis) em função do apelo do réu que se queixou de "estar enfermo e alegando ter sete filhos menores".¹¹⁸ Também o facto de ter sido beneficiado pela obtenção do título de membro da Ordem de Cristo poderá ter contribuído para a alteração da pena.

Sejam quais forem as causas, o certo é que eram muitos os obstáculos que se lhe deparavam no processo de ascensão social, sendo também verdade que Nicolau Maria não nutria grande apreço pela nobreza micaelense, sendo que, para ele, a classe mercantil era "um grupo mais instruído, evoluído e aberto do que os nobres da terra" os quais não passavam de "uns tiranos e uns brutos, criados com liberdade no bruto degredo desta ilha". E, no caso dos "morgados [os senhores da terra] são pouco inteligentes e sem mérito para iniciarem os arroteamentos das terras incultas".¹¹⁹

¹¹⁵ MACHADO, 2006, p. 295.

¹¹⁶ UACDS/FAM-ARA/Documentação avulsa/JMRA 27518-JUD-LEI, Fol. 33.

¹¹⁷ UACDS/FAM-ARA/Documentação avulsa/JMRA 27518-JUD-LEI, Fol. 35.

¹¹⁸ Idem, Fol.35v.

¹¹⁹ MACHADO, 2006, p. 288.

Apesar de tal leitura da sociedade micaelense, Nicolau Maria vai procurar, a partir da década de noventa do século XVIII, obter a instituição de um morgadio, seja para preservar a casa, seja para atingir a nobilitação. Um primeiro passo nesse sentido tinha sido dado com a entrada na Ordem de Cristo, a que se seguiu a apresentação, em 1780, de um pedido de foro de fidalgo, cuja satisfação considerava à partida difícil, visto conhecer "muito bem a minha pouca fortuna herdada dos meus avós, que servindo el rei e a pátria com as armas à custa da sua fazenda no tempo do Sr. D. Pedro, não tiraram o seu desvelo outra coisa mais do que deixar destituídos de bens os seus herdeiros"¹²⁰. Com efeito, não só não viria a obter o título de nobreza desejado como não conseguiria a instituição do morgadio, muito embora dispusesse de importantes contatos com funcionários em lugares de destaque em diversas instituições da corte.

Ao longo de uma vida em que se afirmou como "um homem onde a modernidade e a tradição se entrelaçavam"¹²¹, Nicolau Maria Raposo procurou a integração na aristocracia micaelense, em simultâneo com o empenho no progresso, manifestado através de um interesse permanente pela introdução de novas técnicas agrícolas e económicas. A estratégia seguida, acabaria por abrir caminho à concretização, pelo seu sucessor, de algumas das metas que não concretizara. Assim, dois anos após a morte do pai, o coronel Nicolau Maria Raposo de Amaral conquistaria o vínculo pretendido, tendo alegado na respetiva candidatura, em que pedia também o título de Barão da Piedade, os trabalhos prestados enquanto "capitão de milícias do regimento de Ponta Delgada, assim como os dos seus pais, dizendo que gostaria de anexar ao seu vínculo, instituído 300 anos antes por João Dias Carvalho, a quantia de 12.000.000 reis de renda anual [atualizada no final do processo para 16.000.000 de reis]".¹²² Prometia, ainda, contribuir com uma elevada soma para a construção do molhe de Ponta Delgada, uma exigência muitas vezes reiterada pelos representantes da ilha de S. Miguel, e cuja construção só se iniciaria em meados de oitocentos.

¹²⁰ MACHADO, 2006, p. 323.

¹²¹ Idem, p. 318.

¹²² MACHADO, 2000, p. 324.



Coronel Nicolau Maria Raposo, avô de José Maria, único membro da família com a condição de morgado

Embora inicialmente sem as prerrogativas de morgado, o coronel acabaria por funcionar na prática como tal, graças à decisão do pai de lhe legar a terça parte dos seus bens assim como o terço dos da mulher, relegando para um plano secundário quadro irmãs nascidas antes dele e os dois irmãos e três irmãs que lhe sucederam na ordem do nascimento.

Tal transferência de fortuna apenas confirmaria uma decisão já assumida pelo fundador da casa Raposo do Amaral que ao longo da sua vida preparara o seu filho Nicolau para isso, facultando-lhe uma gradual responsabilização na administração dos negócios da família, cuja gestão integral lhe seria atribuída ainda em vida do pai.

O coronel Nicolau (1770-1865) terá um longa e atribulada vida de 95 anos, repartida entre a gestão dos negócios, as viagens a Lisboa e as férias no vale das Furnas, que frequentava todos os verões, tal como o pai e toda a elite da ilha de S. Miguel. O filho que o vai render na chefia da casa, José Maria Raposo de Amaral (1826-1891), tinha 39 anos à data da sua morte.

Casado em 1821 (aos 51 anos)¹²³ com Teresa Ermelinda Rebelo Bettencourt e Borges da Câmara (1797-1875), Nicolau Maria Raposo de Amaral teve sete filhos: Nicolau (falecido jovem); Maria Isabel Raposo de Amaral (casada em 1840 com Bernardo Coelho de Amaral); Isabel Raposo do Amaral (casada em 1840 com Joaquim Álvares Cabral); José Maria Raposo de Amaral (casado em 1854 com Ângela Gouveia de Medeiros); Mariana Augusta Rebelo Raposo de Amaral (casada em 1849 com José Rebelo Borges de Castro); Joana Rebelo Raposo de Amaral (casada em 1855 com Mateus de Andrade Bettencourt) e Antónia Guilhermina Raposo de Amaral (casada com Filipe Álvares Cabral).

Ao contrário do que aconteceu na geração anterior à do primeiro José Maria, em que das suas sete irmãs apenas três tinham contraído matrimónio - Ana Felícia Raposo de Amaral (casada em 1791 com Agostinho Pacheco Melo Cabral), Joana Joaquina Felícia de Melo (casada em 1787 com Luís Bernardo da Silveira) e Antónia Maria de Melo (casada com José Bento Pacheco da Câmara) -, todas as cinco filhas do coronel se casaram.

É já à beira dos quarenta anos, e onze depois do casamento, que José Maria assume em plenitude a sua parte na herança legada pelo coronel, tendo então já nascido os dois únicos filhos do casal: Isabel Maria Raposo do Amaral (1855) e José Maria Raposo de Amaral Jr. (1856).

Devido à aridez da correspondência, quase restrita à atividade comercial e direcionada sobretudo à rede de colaboradores da casa Raposo de Amaral em várias cidades portuguesas e em diversos países europeus e americanos herdada, pouco se sabe de relevante sobre a vida privada do sucessor do coronel, sendo de supor que não terá tido uma relação muito satisfatória com os pais, a julgar pelo que viria a dispor no testamento assinado em 20 de maio de 1893, em que os exclui do rol de pessoas beneficiadas com missas de sufrágio. Como refere o próprio: "destino 10.000 reis para

¹²³ Embora se desconhecem as razões para um casamento tão tardio, poderá admitir-se como causa provável a dificuldade na escolha da consorte, especialmente complexa numa época em que era prática corrente entre a burguesia estabelecerem-se alianças matrimoniais tendo em conta uma estratégia de conservação do posicionamento social. A esposa do coronel Nicolau Maria Raposo de Amaral era filha de Manuel Rebelo Borges da Câmara e Castro, capitão, escudeiro e fidalgo cavaleiro da Casa Real. Sublinha Irene Vasquinhas ("A Família, essa 'pátria em miniatura" (pp. 137-138), in *História da Vida Privada em Portugal*, Época Contemporânea, Lisboa, Circulo de Leitores): "A preocupação com a estabilidade material (bem expressa na formalização de convenções ante nupciais, comuns nas classes abastadas), a cautela na escola dos noivos e das noivas, os quais devem pertencer ao mesmo estrato social, de preferência 'una furos acima', o conhecimento dos seus antecedentes (receio de sangues avariados), tudo era bem pesado, resultando o casamento, com frequência, mais de expetativas familiares do que de afinidades pessoais".

cada uma de quatro missas, e só quatro, que desejo que sejam ditas por padre pobre e de bons costumes, e oferecidas uma por minha alma, outra pela minha consorte, quando tenha falecido, outra pelos meus avós e outra, finalmente, pela de meus irmãos".¹²⁴

No domínio da intervenção pública, José Maria Raposo de Amaral, que alarga os negócios da família a novas áreas como a do fabrico do chá e do álcool e aos transportes marítimos, aqui em associação com a Casa Bensaúde, inicia uma participação na vida política institucional, que irá ser explorada ampla e eficazmente explorada pelo filho.

Como o avô e o pai, José Maria continua a deparar-se com uma opinião pouco favorável por parte da pequena nobreza local, como o atesta o seguinte excerto de uma carta remetida por Sebastião do Canto a José do Canto, a 24 de março de 1860:

"O grande *bisbilhoteiro* José Maria Raposo passeia pelas ruas desta cidade a sua simpática companheira, cuja debilidade o obrigou a deixar a sua residência na Rua do Colégio. Está muito deteriorada a pobrezinha, e é o mesmo Josezinho... a única diferença que lhe notei é que se entretém menos a tirar caspa. Quanto ao seu carácter, estupidamente empinado, é o mesmo dos dois irmãos Coelhos Amarais; tem-se azedado extraordinariamente com a atual situação.

(...) Ele sabe o que não quer, mas o que quer não sabe, nem pode jamais saber o que quer. Têm-me contado algumas das circunstâncias da última luta em que levou um tão terrível desapontamento para as suas prosápias de grande influência muito principalmente na Povoação.

Desta vez empregou-se um novo expediente para pedir votos, deu-se dinheiro. O Barão deu o exemplo, ofereceu 120.000 reis para duas igrejas da Povoação; os outros quiserem deitar-lhe a barra adiante e lá foram para a Povoação; o José Maria e o Dr. Machado deixaram grande quantia, segundo este me disse, 150.000 reis. Assegurou-me ele que um tal sacrificio era lá inda ignorado, que quando tinham ido para a Povoação o José Jácome se tinha oferecido para a coleta, mas que ele nada lhe exigia. O comportamento comum aos dois (...). José Maria toma o maior interesse pela eleição de um homem todo oposição e recomendou com instância dos administradores; tanto zelo trouxe como consequência a reconciliação com a *sua bete noire*¹²⁵.

¹²⁴ UACD/FAM-ARA/C/DI/001/001/Lv. 20, Fol. 162-163.

¹²⁵ UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002 - 14356-c.

O despeito e desconsideração que o documento deixa transparecer também deve justificar-se pela rivalidade política que vai permanecer ao longo de décadas entre os Raposo de Amaral e a pequena nobreza da ilha de S. Miguel, cujos principais representantes vão militar no Partido Regenerador, ao lado de Hintze Ribeiro, que ocupará os cargos de líder nacional e de chefe do Governo, depois da morte de Fontes Pereira de Melo.

José Maria Raposo de Amaral estará, aliás, à cabeça do movimento que conduzirá à formalização, em 1878, do Centro Popular Progressista do Distrito de Ponta Delgada, conforme consta da ata da sua reunião constitutiva:

"Estando presentes muitos cidadãos, e sendo 1 hora e meia da tarde, o Sr. Dr. Manuel Lopes Guimarães, membro da comissão provisória, mostrando a necessidade de se dar princípio aos trabalhos, propôs para presidir a esta sessão o Dr. Francisco Manuel Raposo Bicudo Correia, que a assembleia, por aclamação aprovou unanimemente.

Em seguida, tomando a presidência, o Sr. Dr. Bicudo Correia propôs para secretários os Srs. Manuel Augusto Tavares de Resende e José Júlio Severino d'Estrela, que a assembleia também aprovou por unanimidade.

Constituída assim a magna assembleia, o Sr. presidente pediu licença para fazer algumas considerações antes que a assembleia tomasse qualquer resolução. E disse: que os cidadãos que se haviam constituído em comissão provisória do partido popular e progressista d'este distrito não tiveram nunca pretensão de se arrogar a direção do mesmo partido e colocar-se à sua frente. Que mais modestos tinham sido os seus intuitos, aceitando sem reserva, e com firmeza as ideias e princípios que se acham consignados no programa popular do partido progressista, entenderam, em atenção às circunstâncias do país e especialmente deste distrito, que prestaram um bom serviço à causa pública, promovendo neste distrito a organização do partido progressista.

Que as pessoas, que se haviam constituído em comissão provisória, não tiveram propósito de promover a formação de um partido simplesmente de localidade; porque de partido constituídos desta natureza, sem homogeneidade de ideias e princípios definidos, transformam-se em partidos de personalidades e sem forças pelo seu isolamento, para servirem a causa pública, dominados por interesses particulares, longe de aproveitarem, antes prejudicando os interesses do povo.

Que por esse motivo, os membros da comissão provisória tinham levado ao conhecimento do centro do partido progressista em Lisboa este procedimento com o fim também de estabelecer reciprocidade de relações e procederam de harmonia com os princípios do mesmo partido.

Que o centro do partido popular e progressista de Lisboa aprovou este ato dos cidadãos que se haviam constituído em comissão provisória. Que desde então a comissão teve uma existência oficial e que esses motivos pesaram sobre esta maior responsabilidade e tanto mais que a sua existência era geralmente conhecida do público e muitos correligionários nossos, mesmo dos concelhos fora da cidade, tinham feito saber que aguardavam as resoluções da comissão para em harmonia procederem. Que a comissão entendeu não deveriam demorara-se por mais tempo as nomeações da comissão central e para esse fim tratou de convocar todos os cidadãos que perfilham as ideias do partido progressista. Que feito isto, e reunida a presente assembleia, a comissão julgava terminada a sua missão, e que à assembleia competia agora resolver o que entendesse por mais conveniente.

Desejara fazer ainda algumas considerações sobre as circunstâncias do país e com relação às deste distrito; mas como era urgente proceder-se à nomeação da comissão central, reservar-se para o fazer depois, se a assembleia o permitisse. No entanto não podia deixar de observar que em vista da presente conjuntura, e das circunstâncias em que ultimamente têm estado e se acham os povos deste distrito, não podíamos nem devíamos ficar inertes e de braços cruzados; e estava persuadido era este também o parecer da assembleia e uma necessidade geralmente reconhecida. E que antes de concluir pedia licença para apresentar à deliberação a proposta seguinte:

'Proponho que o centro ou a comissão central seja constituída de todas as pessoas que fazem parte da comissão provisória e mais cidadãos que quiserem inscrever-se no centro; que se nomeie também uma comissão executiva do centro que tenha a seu cargo, para mais fácil expediente, a direção dos trabalhos da organização do partido e os tendentes à mais pronta execução das deliberações da comissão central e da realização dos princípios do partido progressista e popular, em conformidade com as deliberações do centro. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Em seguida usaram da palavra os Srs. Dr. Guimarães, José Maria Raposo d'Amaral, João Machado de Faria e Maia, Dr. Vicente Machado de Faria e Maia e Dr. Francisco Machado de Faria e Maia e conselheiro José Cândido de Moraes, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada por José Maria Raposo d'Amaral para o número de membros da comissão executiva fosse limitado a sete.

O Sr. João Leite da Gama propôs que a eleição da comissão executiva fosse feita por escrutínio secreto, falando no mesmo sentido os senhores José Maria Raposo d'Amaral e Dr. Bicudo Correia, presidente desta assembleia, sendo aprovada esta proposta.

O Sr. João Machado propôs e foi aprovado, que se desse à comissão executiva a faculdade de convidar mais algumas pessoas para fazerem parte da mesma comissão.

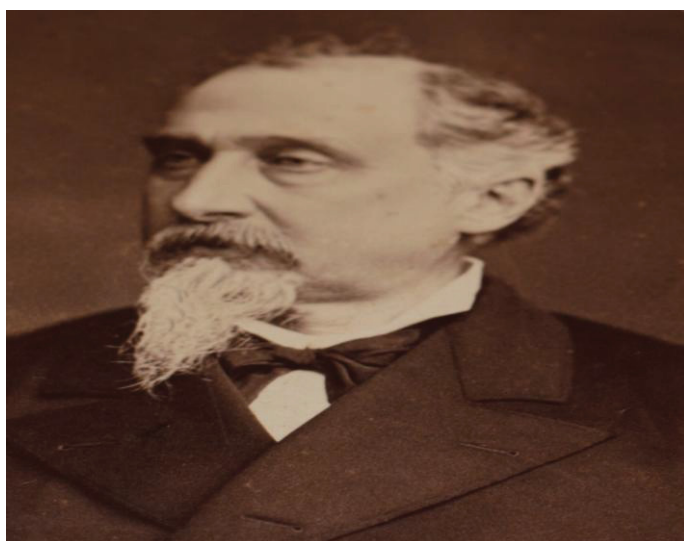
E sendo nomeados escrutinadores os Srs. José Botelho Âmbar e Manuel Moniz da Ponte, procedeu-se em seguida à eleição da comissão executiva, ficando eleitos por maioria de votos, os senhores: João Leite da Gama, Dr. Francisco Manuel Raposo Bicudo Correia, Dr. Vicente Machado Faria e Maia, Dr. Veríssimo d'Aguiar Cabral, Dr. Manuel Lopes Guimarães, José Maria Raposo d'Amaral Jr. e Dr. Caetano d'Andrade Albuquerque.

Também foram votados os Srs.: João Machado de Faria e Maia, José d'Arruda Botelho, José Maria Raposo d'Amaral, José Maria de Sousa Brandão, Dinis Augusto Teixeira, Conselheiro Cândido José de Moraes, Dr. Augusto Pacheco, João Bernardes d'Abreu e Lima, Pedro José Machado de Faria e Maia, João Carvalho Melo, Manuel Rebelo de Castro Câmara, João José de Resende, Manuel Augusto César Teixeira Dr. António Alberto Pinheiro de Barros.

Depois o Sr. presidente perguntou se mais alguém usar da palavra, e resolvendo a assembleia terminar os trabalhos, o seu. presidente declarou encerrada a sessão, sendo quatro e meia da tarde.

Sala da sessão da assembleia instaladora do partido progressista na cidade de Ponta Delgada, 9 de junho de 1878".¹²⁶

Embora dinamizador da iniciativa, o sucessor do coronel Nicolau não entra na constituição da Comissão Executiva da nova organização partidária que inclui, pelo contrário, dois dos homens que mais se distinguirão na vida política local nas décadas seguintes: o filho e o genro, Caetano Andrade de Albuquerque.



José Maria Raposo de Amaral, pai do biografado, foi primeiro chefe dos progressistas micaelenses e par do reino

¹²⁶ UACSD/FAM-ARA/y/001/Lv.01 (doc. de 09.06.1878).

A opção de ficar de fora da ação política direta, que a ausência no órgão executivo local do Partido Progressista configura, tanto pode indiciar um traço de carácter, como resultar da decisão de entregar o poder ao filho. Em carta dirigida ao Luís Poças Falcão, a poucos meses da implantação da República (01.07.1910), José Maria Raposo de Amaral Júnior recorda ao cunhado ter entrado no partido por imposição do pai¹²⁷, quando este contava 52 anos e ele apenas 22. Talvez por lhe merecer confiança, ou porque desejasse libertar-se de encargos para fazer o que mais gostava, desde cedo futuro Par do Reino incumbira o filho do desempenho de tarefas políticas, da administração da casa e da gestão de negócios próprios.

Mas, mesmo não sendo o operacional progressista, o primeiro José Maria ocupará até à morte o cargo de chefe oficial do partido no distrito, como faz questão de sublinhar o filho na correspondência com a estrutura partidária local. Esta carta, dirigida a Alberto Botelho Arruda, da Povoação, em 06 de maio de 1899, revela inclusive algum desacordo pontual entre pai e filho:

“Não sou, felizmente, chefe do Partido, nem provavelmente nunca serei, se há alguém aqui se pode dar esse nome é a meu pai que responde pelos seus atos, eu respondo pelos meus.

(...) Disse a V. Ex^a que não tinha tido conhecimento do acordo que aí fizeram nas últimas eleições e, muito menos, das bases em que foi feito; prezo-me de falar verdade e não admito que me insinuem que falto a ela.

(...) V. Ex^a procurará quem melhor do que eu quem o sirva no seu empenho [colocação do Dr. Vieira como médico do partido a Povoação], pois, depois de receber a sua carta, não vou dar mais um passo nem escrever uma letra sobre tal assunto”.¹²⁸

É, aliás, em virtude da condição de chefe partidário no distrito que José Maria Raposo de Amaral ascenderá ao cargo de par do Reino, a mais elevada posição representativa jamais atingida por um membro da família Raposo Amaral. A sua nomeação, por diploma do rei D Luís datado de 4 de março de 1880, é proposta pelo então ministro do Reino, o dirigente progressista José Luciano de Castro¹²⁹, o qual, até à

¹²⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 26, Fol. 449-452.

¹²⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 478-479.

¹²⁹ José Luciano de Castro Pereira Corte-Real, nascido em Oliveirinha, Aveiro, a 14 de dezembro de 1834 falecido a 09 de Março de 1914 na Anadia, tirou o curso de Direito em Coimbra e foi eleito deputado pela 1.^a vez em 1854, iniciando uma prolongada carreira política que incluiu o desempenho do cargo de chefe de vários governos das últimas três décadas da monarquia constitucional portuguesa. Cofundador, em

morte em 1914, se manterá como principal interlocutor da família junto do poder central. O açoriano Ernesto Hintze Ribeiro (1849-1907) afirmar-se-ia, pelo contrário, o principal interlocutor dos regeneradores ao longo de todo o rotativismo.¹³⁰

Investido dessas funções, José Maria Raposo de Amaral tornou mais assíduas e prolongadas as suas estadas em Lisboa, para onde viajava acompanhado da mulher e, por vezes, de outros membros da família, incluindo os netos. Durante as suas viagens, entregava ao filho a gestão dos negócios, tanto de natureza económica como política. Numa dessas viagens, cujo percurso inclui Paris e Londres e que ocorre em meados de 1895, José Maria e Ângela são acompanhados da filha e do genro, Caetano Andrade Albuquerque, coincidindo com uma feira de atividades económicas organizada no Relvão, em Ponta Delgada, num ambiente especialmente festivo devido à aprovação do decreto de 2 de Março que garantia, pela primeira vez, autonomia administrativa aos distritos açoriano. Seis anos depois, "Fugido à massada [da visita] das Majestades [D. Carlos e D. Amélia]"¹³¹, o par do Reino embarcou no *Peninsular*, em Ponta Delgada a 5 de junho de 1901, para a sua última viagem a Lisboa, acompanhado da mulher e de três netas, Maria Clotilde, Luísa e Teresa. Regressaria à ilha de S. Miguel a 5 de julho, na sequência da morte a mulher a 20 de junho, vítima "de uma enterite de que estava melhor, mas caiu num tal estado de fraqueza que não foi possível valer-lhe".¹³²

José Maria Raposo de Amaral sobreviveu à esposa apenas 25 dias, falecendo em Ponta Delgada, às 22:30 horas de 17 de julho, devido ao agravamento de problemas cardíacos de que padecia há anos e que se agravaram com a morte de Ângela Gouveia

1876, do Partido Progressista, a que presidiu depois da morte de Anselmo Braamcamp, em 1885, foi um dos mais notáveis mentores do chamado rotativismo, sendo dos primeiros políticos portugueses a preconizar, no início da década de 1870, a necessidade de organização de dois partidos, um mais conservador e outro mais avançado. A *velha raposa*, como ficou conhecido devido à longevidade da sua carreira política, desempenhou também funções de advogado e jornalista, tendo colaborado, ainda como estudante, em periódicos de Aveiro e Coimbra.

¹³⁰ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, nascido em Ponta Delgada a 7 de novembro de 1849 e falecido em Lisboa a 1 de agosto de 1907, licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1872, iniciando a sua carreira política como deputado pela Ribeira Grande, mandatado pelo Partido Regenerador, chefiado então por Fontes Pereira de Melo. Exerceu advocacia em Ponta Delgada por um curto período de tempo, fixando residência em Lisboa em 1877. Foi ministro das Obras Públicas aos 31 anos, no Governo de António Rodrigues Sampaio, ascendendo ao cargo de Presidente do Conselho aos 43. A morte de inesperada de Fontes Pereira de Melo, em 1887, abriu-lhe caminho para a disputa da liderança dos regeneradores, que conquista em março de 1900. Foi também ministro da Fazenda, do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Ocupava a pasta das relações externas na altura do *Ultimato Inglês* (1890 - Governo de Serpa Pimentel), tendo negociado o tratado estabelecido com a Inglaterra para resolver o conflito Na chefia do Partido Regenerador formou e dirigiu quatro governos - de 23 de fevereiro de 1893 a 7 de fevereiro de 1897; de 26 de junho de 1900 a 20 de outubro de 1904; de 19 de março de 1906 a 19 de maio de 1906.

¹³¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 379-380.

¹³² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 134-135.

de Medeiros. Foi sepultado no cemitério de S. Joaquim, num pequeno jazigo localizado no espaço em que o filho viria a erguer uma capela moderna, construída pela empresa do Continente *Germano José de Sales & Filho*, a qual custaria cinco contos de reis e ficaria concluído em março de 1904.¹³³ A direção da casa ficaria, desde então, plenamente entregue ao seu filho José Maria Raposo de Amaral Júnior.

2. O Júnior

Nascido a 20 de julho de 1856 na freguesia de S. Sebastião, José Maria Raposo de Amaral Júnior é batizado a 10 de agosto, na igreja do Colégio de Todos os Santos. Esta cerimónia foi realizada pelo reverendo José Ulisses da Normandia, sendo padrinhos os avós maternos, Nicolau Maria Raposo de Amaral e Teresa Ermelinda Rebelo. Conforme regista o assento de batismo, os padrinhos estiveram ausentes da cerimónia, tendo o ato por testemunhas Veríssimo d'Agostinho Cabral e José Rebelo Borges de Castro.¹³⁴ O documento é omissivo em relação à hora e ao local de nascimento, mas é provável que o parto tenha ocorrido na moradia onde então viviam os pais, uma residência na rua do Colégio, propriedade da família, que ele próprio viria a habitar quando casou.

O batismo de José Maria na igreja jesuíta inscreve-se numa tradição familiar introduzida pelo coronel Nicolau, que batizou todos os seus filhos na igreja do Colégio ou na ermida de Nossa Senhora da Glória, no lugar de Rosto do Cão, freguesia do Livramento. É o caso de Isabel, única irmã de José Maria, nascida a 21 de julho de 1855, e que foi batizada na ermida de Nossa Senhora da Glória, a 21 de agosto. O avô Nicolau e a mulher figuram no respetivo assento de batismo como padrinhos, assinando também como testemunhas Veríssimo d'Agostinho Cabral e José Rebelo Borges de Castro¹³⁵.

São escassas as informações sobre a infância e juventude dos irmãos José Maria e Isabel. Tendo por referência uma carta datada de 20 de janeiro de 1862, dirigida ao correspondente comercial em Lisboa da casa Raposo de Amaral, Germano Serrão Arnaud¹³⁶, sabe-se que, quando a filha Isabel tinha sete anos e o filho José Maria seis, o

¹³³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 01, Fol. 472.

¹³⁴ Livro de assentos de batismo de S. José, n.º 43 (1855-1858).

¹³⁵ Livro de assentos de batismo de S. José n.º 42 de S. José (1852-1855).

¹³⁶ UACSD/FAM-ARA/c/DI/001/001/Lv.01, Fol. 101-102.

coronel Nicolau encomendou, para suporte à sua escolarização, compêndios de instrução primária da autoria de Félix Pereira, sobre História de Portugal, História Sagrada, Preceitos de Civilidade e Preceitos de Moral. Com o mesmo fim, mandou também vir da capital a última edição do Compêndio de Geografia do Abade Gaultier, traduzido por José Inácio Roquete.



Isabel, única irmã de José Maria viria a desposar Caetano Andrade de Albuquerque, um dos mais ilustres pensadores do primeiro movimento de autonomia dos Açores

O mesmo documento sugere que, mesmo em crianças, as necessidades em vestuário e calçado dos filhos não se satisfaziam com o que o mercado micaelense oferecia. Assim, José Maria pai encomendava: "um chapéu de palha ou boné de veludo para um menino de cinco a seis anos, que ainda usa sainhas, mas que seja do feitio mais moderno, ou seja, em palha, ou doutra qualquer coisa; a medida da cabeça é de 55 cm e deve ser tomada dentro do boné e não de fora para não ficar apertado. (...) Dois pares de botinas para criança, um par para menino e outro para menina, pelas medidas inclusas; seja calçado próprio para sair à rua com bom tempo e também para servir em sala"¹³⁷.

Sobre eventuais problemas de saúde, preferências ou interesses dos filhos nada adianta, mas sabe-se que Isabel e José Maria o terão acompanhado ainda crianças ou adolescentes em viagens ao continente e estrangeiro. Com efeito, numa carta que

¹³⁷ UACSD/FAM-ARA/c/DI/001/001/Lv.01, Fol. 101-102.

enviará ao sobrinho José Jacinto d'Andrade Albuquerque para Coimbra, a 20 de novembro de 1910, José Maria Júnior revela, nomeadamente, que aos 14 anos viajou para Paris: "em 1870, em Paris, fartei-me de as ver, [manifestações populares nas ruas]", acrescentando não se esquecer de "uma (delas, ocorrida) nas vésperas de sairmos em que estive ao canto da Rue Montmartre, com a mulher do José Ferreira Rocha, deste as 10:00 até às 2:30 da madrugada à espera de ocasião para atravessar o boulevard, creio que nunca vi tanta gente junta na minha vida. Assisti já a uma revista de 30.000 homens, mas nesse dia vi muitas vezes 30.000".¹³⁸

Pela correspondência do pai com Germano Serrão Arnaud fica a saber-se, por outro lado, que, antes de completar os 16 anos, José Maria rumou ao Continente para prosseguir estudos, datando de 18 de fevereiro de 1872 a primeira ordem de pagamento de 31.500 reis para suportar esta estadia. No mês seguinte ser-lhe-ão entregues outros 44.200 reis, em abril 18.000 e, em maio, 70.500 reis.¹³⁹

Em junho, as transferências rondam os 95 mil reis, dos quais 13.500 são destinados a matrículas, ascendendo no mês seguinte a 72.500 reis. Em agosto, o estudante recebe do pai 30.000 reis, aos quais acrescem 800 réis para o embarque no *Insulano*, em que viajará para passar férias na ilha de S. Miguel.

Sem fornecer qualquer indicação acerca da carreira académica e/ou sucessos académicos do filho, a correspondência do futuro Par do Reino revela que os encargos com a estada de José Maria para estudos em Coimbra se mantêm até agosto de 1875, quando solicita ao seu representante em Lisboa que lhe entregue 122 mil reis, mais 800 para a passagem de regresso a S. Miguel.

As cartas remetidas a Germano Serrão Arnaud permitem detalhar o valor das somas entregues ao estudante durante os mais de três anos em que foi aluno no Continente, mas nada dizem quanto aos estabelecimentos de ensino frequentados nem quando ao curso frequentado. Contudo, pelo *Anuário da Universidade de Coimbra*, do ano letivo 1874 a 1875¹⁴⁰, sabe-se que José Maria terá estado matriculado na academia nesse período, frequentando Desenho, o Curso Filosófico do 1.º ano, Matemática do 1.º ano e 1.ª cadeira de Química Orgânica do 1.º ano.

No documento académico, surge indicada como residência do estudante uma moradia da Rua dos Grilos, em Carvalhosa, com o número dois. A ser exata essa

¹³⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 103-104

¹³⁹ UACSD/FAM-ARA/c/DI/001/Lv. 02, Fol.28

¹⁴⁰ Biblioteca Universitária de Coimbra, Edição da Imprensa Universitária, 1874.

informação, o jovem ter-se-á instalado longe da Universidade, vivendo numa pequena aldeia em plena serra, nas imediações de uma zona de caça e próximo de um largo existente em pleno curso do Mondego, propício ao exercício da pesca.

A residência referenciada no Anuário que, em transporte puxado a cavalo perfeitamente ao seu alcance, fica a uma distância de pelo menos duas horas da área universitária, parece menos propícia a uma frequência quotidiana da Universidade coimbrã do que à prática de atividades em que desde cedo o jovem se terá envolvido na sua ilha. A troca da frequência regular das aulas pelas atividades lúdicas da sua preferência é sugerida, aliás, em carta dirigida à irmã muitos anos mais tarde - a 17 de dezembro de 1908 -, a propósito da frequência da mesma Universidade pelo sobrinho José Jacinto: "Não te preocupes com as faltas de aulas na universidade, os rapazes, aqui para nós, tanto ficam sabendo tendo-as como não as tendo, especialmente em Direito; a questão é darem uma ou duas lições razoáveis e depois só lhes perguntam os pontos e, raríssimas vezes sabem deles, sobretudo quando estão recomendados"¹⁴¹. Com efeito, os anos passados no Continente funcionaram, principalmente, como escola de vida, conforme se depreende de uma carta enviada à irmã Isabel com conselhos acerca da educação do sobrinho: "Deixa-o andar, dá-lhe liberdade bastante e não entres nos gastos que fizer, assim há de aprender o mundo à sua custa e não lhe acontece depois, como aconteceu com o pai, que se ressentia sempre de não lhe terem dado liberdade a tempo".¹⁴²

Efetivamente, liberdade a tempo foi o que o pai sempre lhe deu, como reconhece ao sublinhar que, aos 15 anos, estava por sua conta e risco no Continente. Nem sobre este, nem sobre qualquer outro tema se queixará dos pais, por quem fez "a diligência de ser bom filho e, nisto mesmo não fiz mais do que cumprir um dever, porque meus pais eram muito bons"¹⁴³, conforme garante depois da morte de ambos em carta remetida (a 7 de agosto de 1901) ao cónego João Pereira Dâmaso, em Angra do Heroísmo.

Na verdade, José Maria Raposo do Amaral Júnior termina o seu percurso académico antes dos vinte anos, sem conseguir qualquer grau universitário. Mas a vida em Coimbra, em vez de assegurar os recursos académicos de José Maria, garantiu-lhe a construção e consolidação de uma rede de amigos composta por uma elite sociopolítica, que seria mantida ao longo da sua vida. Esta rede será relevante para a

¹⁴¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 230-233.

¹⁴² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 314-317.

¹⁴³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 137-138.

proteção e projeção da família Raposo Amaral, como atestam numerosas cartas que remeterá a importantes figuras do poder, solicitando a recomendação aos lentes universitários de membros da família, entre os quais o próprio sobrinho, para quem pediria recomendações ao seu amigo ex-chefe de Governo João Franco numa missiva datada de 12 de novembro de 1909: "Tenho um sobrinho de nome José Jacinto d'Andrade Albuquerque, único filho de minha irmã e do Dr. Caetano d'Andrade Albuquerque, falecido, que frequenta o 2.º ano de Direito na Universidade de Coimbra e, a pedido da mãe, que ali está com ele, venho rogar-te o muito especial obséquio de o recomendar, com o maior interesse, ao lente José Tavares. O rapaz é inteligente e, por ora, muito bom pequeno, mas não leva com grande prazer o estudo e necessita um certo auxílio"¹⁴⁴.



José Maria Raposo de Amaral nos tempos de jovem universitário

Exemplo de diligência semelhante consta de uma carta remetida a 02 de maio de 1908 a Augusto Castro, deputado eleito por S. Miguel e sobrinho de José Luciano de Castro: "Um primo meu, Filipe da Cunha Álvares Cabral, que frequenta este ano em Coimbra o 1.º ano de Filosofia e uma cadeira de Física, pede-me cartas de recomendação para os lentes Dr. Souto Rodrigues, Dr. Viegas e Dr. Teixeira Bastos e rogo a V. Ex.^a o muito especial obséquio de os obter de pessoa a quem aqueles professores liguem consideração, remetendo-os diretamente para Coimbra ao meu primo".¹⁴⁵

Depois do regresso definitivo a S. Miguel, em Agosto de 1875, passa a envolver-se nos negócios da família ao lado do pai e a promover as primeiras iniciativas próprias,

¹⁴⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 95.

¹⁴⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 495-496.

como, por exemplo, o plantio de araucárias, que exportará para diversos países europeus. Inicia a sua atividade política formal em 1876, aos 20 anos, quando se inscreve no Partido Progressista e, dois anos depois, entra na respectiva Comissão Executiva. É no contexto desta inicial azáfama política que, aos 22 anos de idade, José Maria Raposo de Amaral está prestes a abandonar a situação de solteiro.

3. O casamento e o infortúnio familiar

A 5 de setembro de 1879, José Maria Raposo Amaral, já possuidor do estatuto de proprietário, assina, em casa da noiva, a escritura de contrato antenupcial com Maria das Mercês Fisher Berquó Poças Falcão, do qual constam as disposições seguintes:

“Primeiro - não haverá em tempo algum comunicação dos bens entre ambos os cônjuges, nem daqueles com que cada um entrar para a sociedade conjugal, nem dos que na constância do matrimônio hajam d'adquirir por herança, legado, coação, ou qualquer outro título lucrativo;

Segundo - ainda que haja filho ou filhos estes sejam herdeiros do pai predefunto por morte de qualquer desses filhos que morrer adiantado, não sucederá na sua herança a mãe sobreviva, mas devolver-se-á a herança aos irmãos do mesmo falecido ou aos parente pelo lado donde provieram os bens ao dito falecido;

Terceiro - Que os bens adquiridos na constância do matrimônio por compra ou outro qualquer título oneroso partir-se-ão a meio entre os herdeiros do cônjuge predefunto e o cônjuge sobrevivente;

Quarto- , finalmente, que no caso da noiva segunda outorgante ficar viúva serão os herdeiros do marido, caso este tenha sobrevivido a seu pai, o Exmo. Sr. José Maria Raposo Amaral, obrigados durante a sua viuvez dar-lhe em dinheiro quanto seja necessário para que ela noiva tenha juntamente com rendimento de seus bens a renda anual de um conto e seiscentos mil reis, devendo essa quantia ser paga pelos herdeiros que sucederem nos bens do marido predefunto e segundo a parte corrente da herança em que cada um dos ditos herdeiros suceder”.¹⁴⁶

Testemunharam o ato Joaquim Álvares Cabral, casado, e José Álvares Cabral, solteiro, *sui juris*, proprietários e moradores em Ponta Delgada.

¹⁴⁶ UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa/Tab-MOR

Como garantirá em carta dirigida a 15 de outubro de 1910 ao sobrinho José, a propósito do casamento deste, o contrato celebrado com Maria das Mercês previa um regime idêntico ao celebrado pelo pai e aplicado por toda a família, tendo o mérito de "prever quase todos os casos, ficando apenas de pé a situação de haver filhos, morre um dos cônjuges e depois estes filhos, sendo herdeiros, forcem a cônjuge sobrevivente, mas não é natural que [isso] se dê".¹⁴⁷

Seis dias depois da assinatura do contrato, o casal celebra o matrimónio. Maria das Mercês, de 18 anos, e José Maria, de 23, sobem ao altar a 11 de setembro na ermida particular de Nossa Senhora da Glória, em Rosto Cão, freguesia do Livramento, de Mateus d'Andrade Albuquerque Bettencourt, que passara a ser seu proprietário em consequência do casamento (em 1855) com uma das filhas do coronel Nicolau, Joana Rebelo Raposo de Amaral, herdeira do prédio.

Com dispensa de proclamas pelo Bispo de Angra, Maria das Mercês e José Maria casaram-se numa cerimónia presidida pelo padre Jacinto da Ponte, tendo por testemunhas o pai do noivo e a mãe da noiva, além de José Álvares Cabral e Guilherme Poças Falcão (advogado, irmão da noiva).¹⁴⁸

A jovem esposa de José Maria Raposo de Amaral Júnior, de quem se separará apenas na morte, em 1919, e que durante 39 anos viverá viúva, é filha do comendador Eusébio Dias Poças Falcão¹⁴⁹, natural da freguesia de Santa Cruz de Carção, concelho de Vímia, Bragança, falecido à data do casamento desta filha, e de Maria da Luz Fisher Berquó Poças Falcão, nascida na freguesia da Nossa Senhora do Rosário da Lagoa, ilha de S. Miguel.

¹⁴⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/Lv. 27, Fol. 397-399.

¹⁴⁸ Livro de Assentos do Casamentos do Livramento de 1879.

¹⁴⁹ Licenciado em Direito na Universidade de Coimbra, onde conclui o curso em 1840, Eusébio Poças Falcão (falecido em fevereiro de 1870) entra na atividade política oito anos depois, na condição de deputado por Trás-os-Montes eleito nas listas dos cartistas (conservadores). Vem para Ponta Delgada em 1849 investido no cargo governador civil do distrito, que desempenha durante dois anos. Abriu banca de advogado na ilha de S. Miguel, onde casou com uma herdeira rica, Maria da Luz Fisher Berquó. Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e conselheiro, obtém o mandato de deputado pelo Partido Histórico no círculo de Ponta Delgada, na legislatura 1861-64. Entre 1868 e 1869 desempenha, de novo, funções de governador civil. Entre os cargos públicos ocupados pelo comendador Eusébio Falcão, que acabou por se tornar próximo de José Maria Raposo de Amaral, chefe, a partir de 1878, figura o de presidente da Câmara de Ponta Delgada. (Enciclopédia Açoriana/Centro de Conhecimento dos Açores : <http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca>).



Maria das Mercês Poças Falcão, esposa de toda a vida de José Maria Raposo de Amaral e mãe dos seus cinco filhos

O casamento de José Maria com Maria das Mercês vai revelar-se fundamental ao longo de toda a vida pessoal e pública do nosso biografado, não tanto pelos bens materiais que traz, mas principalmente pela família que acrescenta à sua. A jovem esposa é irmã de dois juristas, Luís Poças Falcão¹⁵⁰ e Guilherme Poças Falcão¹⁵¹, que se assumirão como seus companheiros e confidentes, tanto no que se refere à ação política como aos assuntos privados. Com efeito, José Maria, os irmãos Poças Falcão e o cunhado Caetano d'Andrade Bettencourt¹⁵² (casado com a irmã de Raposo de Amaral,

¹⁵⁰ Luís Poças Falcão (1852-1913) obteve o grau académico de bacharel em Direito na Universidade de Coimbra em 1875, seguindo uma carreira de magistrado que exercerá, na sua fase inicial no ultramar, nomeadamente em Angola, Cabo Verde e Índia, onde chega ao posto de governador. No fim da vida, atingiu o cargo de topo da magistratura, presidindo ao Supremo Tribunal de Justiça. Grande aliado de José Maria Raposo de Amaral Júnior, ocupou lugar de destaque no Partido Progressista, por que foi eleito deputado, a maioria das vezes sob proposta do cunhado, pelo círculo de Ponta Delgada nas legislaturas 1886-1889, 1897-1899, 1900, 1901, 1902, 1902-1904 e 1904. Presidiu à Câmara dos Deputados em 1889 e 1900, ascendendo em abril de 1905 à condição de par do Reino. (Enciclopédia Açoriana/Centro de Conhecimento dos Açores : <http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca>).

¹⁵¹ Guilherme Poças Falcão (1855-1942), formou-se bacharel em Direito em Coimbra em 1877, após o que regressou a Ponta Delgada para desempenhar, cumulativamente, funções de advogado e de dirigente no Governo Civil. Enquanto *operacional* do Partido Progressista e *braço direito* de José Maria Raposo de Amaral Júnior desempenhou diversos cargos públicos, de presidente da Câmara de Ponta Delgada (1902) a presidente da Junta Geral, entre 1908 e 1910. Com a implantação da República abanou a atividade política, dedicando-se à administração das suas propriedades e negócios e a causas sociais que levaram a que lhe fosse atribuída, em 1942, a comenda da Ordem da Benemerência. (Enciclopédia Açoriana/Centro de Conhecimento dos Açores : <http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca>).

¹⁵² Caetano d'Andrade Bettencourt nasceu em Roma em 1844 e morreu em Ponta Delgada em 1900, com apenas 56 anos. O último morgado de São Caetano formou-se em Direito em Coimbra em 1870. Escritor e político, aderiu ao Partido Progressista, integrando a Comissão Executiva da estrutura partidária local logo na sua constituição, em 1878 não conseguiu ser eleito numa primeira candidatura a deputado pelo

em 1870), formarão um quarteto essencial ao sucesso da ação política de José Maria Raposo Amaral e ao triunfo de projetos relevantes para os Açores, como o da aprovação do decreto autonómico de 2 de março de 1895.

O jovem casal passa a habitar na rua do Colégio, numa moradia propriedade da família localizada a pouca distância do antigo do antigo convento dos jesuítas, agora ocupada pelos avós maternos de Nicolau. O dia-a-dia de José Maria do Colégio, como se tornaria popularmente conhecido, é preenchido com uma multiplicidade de atividades. De manhã, o pequeno-almoço era tomado em casa com a família. Seguiam-se vários encontros no escritório particular, instalado no antigo Convento dos Jesuítas, nos quais tratava de negócios da família e de assuntos políticos, prosseguindo, à tarde, com reuniões em instituições de cuja gestão fazia parte, designadamente a Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Junta Geral, o Governo Civil, a Santa Casa da Misericórdia e a Fábrica de Álcool de Santa Clara.

Das relações afetivas com a mulher pouco se sabe através da correspondência deixada por José Maria Raposo de Amaral, não existindo nos respetivos copiadorees qualquer carta dirigida a Maria Mercês, o que poderá encontrar explicação na circunstância de serem pouco frequentes e de curta duração os períodos em que estão afastados um do outro. Apesar disso, pela apreciação do que dela conta aos seus correspondentes, é possível perceber que se estará perante um relacionamento sem sobressaltos, que coloca a família e os filhos em primeiro lugar. Mesmo em momentos de crise, como o provocado pelo casamento de Maria Clotilde, não há qualquer indicação de desavenças no seio do casal.

Nas cartas dirigidas aos mais diversos destinatários, José Maria revela-se um marido atencioso quando à satisfação das vontades da mulher e preocupado com a sua saúde e com os seus medos e fobias. Percebe-se, de igual modo, que não existirá

circulo da Ribeira Grande, conseguindo ser eleito dois anos depois por Ponta Delgada. Casado com Isabel Raposo e Amaral, filha do chefe progressista nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria, Cetano d'Andrade presidiu à Câmara de Ponta Delgada em 1890 e desempenhou funções de provedor da Santa Casa da Misericórdia Local e da influente Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense. Distinguiu-se pela autoria em 1893 do anteprojeto da Autonomia Administrativa dos Açores, que esteve na base dos debates que levariam à publicação do Decreto de 2 de Março de 1895, publicando regularmente na imprensa local, nomeadamente no Correio Micaelense, Autonomia dos Açores, Clamor Popular, Persuasão e Diários dos Açores. Caetano de Andrade, que ocupa lugar de topo na lista dos ideólogos do primeiro movimento autonomista açoriano, publicou, em 1869, uma obra intitulada *Horas de Estudos*, reunindo escritos sobre história, religião, educação e administração pública, e em 1870 deu à estampa *Direitos dos Operários: Estudos sobre as Greves*", que reproduz a sua tese de doutoramento. (Enciclopédia Açoriana/Centro de Conhecimento dos Açores : <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ccca>).

segredos entre eles, acedendo ambos à leitura da correspondência dirigida a um ou a outro.

A satisfação dos interesses de Maria Mercês está entre as prioridades do marido. José Maria garante a criação das condições necessárias ao funcionamento dos serões sociais em que a mulher é a anfitriã e encomenda roupas, calçado e chapéus que ela e as suas três filhas usam a modistas do país e do estrangeiro, nomeadamente de França. Assim, em novembro de 1909, encomenda-lhe de Paris um casaco de pele no valor de 250 francos¹⁵³ e, em março de 1915, em plena Grande Guerra, encarrega o sobrinho José Jacinto de "comprar e remeter por qualquer dos comandantes da Empresa Insulana um relógio [com pulseira e oiro] bom, de 1.ª qualidade de uma fábrica qualquer creditada, preferindo suíço *Longines* ou outra, para a Mercês, que anda sempre com relógios que não regulam e peço-te que vejas que vem bem regulado".¹⁵⁴

Outra das manifestações de apreço pela mulher revela-se na decisão de dar o seu nome à lancha destinada a passeios na lagoa das Sete Cidades, que decidiu construir cinco anos antes da morte. Com efeito, a 2 de maio de 1914, José Maria comunica ao comandante João Augusto Silveira: "O meu amigo há de ter mais a paciência de mandar fazer uma bandeirinha da Liga Naval propícia para um bote de 21 pés de comprimento e um sinal branco com letras originais assim 'MERCÊS' para a lancha".¹⁵⁵

A saúde da esposa é o que mais preocupa José Maria. Em março de 1899, Mercês é atacada por uma gripe que a leva à cama e, em abril do ano seguinte, "continua com uma boa camada de furúnculos. Está agora tomando a levedura de cerveja, vamos vez o que faz, não tenho muita fé"¹⁵⁶, como relata em carta a Luís Poças Falcão.

Em outubro de 1900, estando a família de férias no Livramento, comunica de novo ao cunhado que terá de voltar à cidade devido à saúde da mulher: "A Mercês está há dois dias de cama com uma forte constipação e alguma reação febril; nesta quadra de febres tifoides não ando muito sossegado, apesar do Mont' Alverne¹⁵⁷, que ai esteve

¹⁵³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 261.

¹⁵⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 466/471.

¹⁵⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 466/471.

¹⁵⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 177-180.

¹⁵⁷ Gil Mont'Alverne de Sequeira, um dos médicos da família, será dos seus principais aliados na vida política, destacando-se como um dos mais vigorosos impulsionadores e mentores do primeiro movimento de autonomistas açorianos. Nascido no Brasil em 1859 e falecido em Ponta Delgada em 1931, Mont'Alverne de Sequeira fez os seus estudos primários e secundários em Lisboa, concluindo o liceu na Horta (ilha do Faial) em 1879. Rumou depois ao Porto onde frequentou a Academia Politécnica para ingressar a Escola Naval, de que desistiu, concluindo o curso de Medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Fixou-se na ilha de S. Miguel em 1889, trabalhando no hospital da Santa Casa da Misericórdia

hoje, afirmar que não lhe parece nada de cuidado, dando-lhe licença para se levantar depois de amanhã. Devido à doença devemos regressar à cidade a 23 ou 24".¹⁵⁸

O que o vai preocupar mais no que à saúde da mulher diz respeito, refere-se, porém, ao que considera ser o mal da família Poças Falcão, a diabetes. Em março de 1910, referirá à irmã Isabel: "à Mercês apareceu a maldita doença da família, açúcar na urina. Creio ser coisa muito recente, pois há uns dias queixou-se de muita sede depois do jantar, mandei logo fazer a análise e encontrou-se em dose elevada. Mande logo fazer outra completa que deu volume em 24 horas - 1.875 c. cúbicos, densidade 1.041; açúcar 51,7 gr. por litro, nas 24 horas 97 gramas. Chamei depois o Mota e o Cabral que a estiveram observando, afirmando que o seu estado geral é muito bom (e realmente assim parece) e prescreveram-lhe um regime para seguir durante 10 dias, findos os quais se fará nova análise. Não é doença que tenha grande gravidade imediata, mas tem a maçada da dieta que para ela vai ser martírio e que nos vai apoquentar a todos, paciência"¹⁵⁹. No mês seguinte, tranquiliza a irmã: "A Mercês, passados 10 dias de dieta rigorosa, mandou fazer análises da urina e não tinha açúcar algum, o que confirma a minha suspeita de que aquilo estava muito no começo"¹⁶⁰. Apenas voltaria ao tema em 1912, para referir a Isabel que a mulher: "quando estive no regime diético por causa do açúcar chegou a tomar creio que oito por dia e até na sopa de couves os tomava".¹⁶¹

Sobre as doenças da esposa relatará ainda, em carta dirigida a Nicolau para Lisboa em novembro de 1912:"a mãe tem passado ligeiramente incomodada com um desarranjo do ventre e umas borbulhas na cara que já este ano nos Ginetes teve; como disse já é coisa ligeira, mas nela qualquer incômodo abate-a e fica muito impaciente"¹⁶².

Pela sua correspondência fica também a saber-se que Mercês passa mal a bordo, o que condiciona as suas viagens a Lisboa, realizadas em família apenas para

local. Além de médico, distinguiu-se como jornalista, orador e propagandista da causa autonómica, que procurou fundamentar em opúsculos intitulados genericamente *Questões Açoreanas*, colaborou regularmente nos periódicos de Ponta Delgada *Diário dos Açores*, *Diário de Anúncios* e *Correio dos Açores*. Eleito por duas vezes para a Câmara dos Deputados, a primeira das quais pelo Partido Progressista em que se filiara desempenhou, também, o cargo de reitor do Liceu de Ponta Delgada, entre 1904-1910 Com a implantação da República afastou-se da atividade política, a que apenas regressou em oito anos depois, ao lado do José Maria Raposo Amaral, na condição de regionalista e apoiante da monarquia, regime a que permaneceu fiel. (Enciclopédia Açoriana/Centro de Conhecimento dos Açores : <http://www.culturacoeres.azores.gov.pt/cca>).

¹⁵⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 485-486.

¹⁵⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 295-297.

¹⁶⁰ Idem, Fol. 315.

¹⁶¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 282-288.

¹⁶² Idem, Fol. 409-410.

deslocações de maior duração, de modo a que tenha tempo de recompor-se. Por este motivo, a esposa não o acompanha quando a mãe e a irmã morrem no Continente.

A esposa de José Maria é uma mulher religiosa, que parece ter particular devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. De facto, numa carta que o marido redige para a filha Clotilde, em junho de 1898, pode ler-se: "Tua mãe tem andado muito atarefada a pagar uma promessa de 30 missas no Santo Cristo que são às 08:00 horas, levantando-se todos os dias às 06:00 horas da manhã. Já tem, creio eu, 19".¹⁶³ Esta prática religiosa é exercida por uma pessoa que apresenta um nervosismo latente, que o marido enfrenta com compreensão, procurando dissipar. Exemplo disso foi o que aconteceu em outubro de 1902, quando se encontravam de férias nos Ginetes, como relata José Maria ao irmão Luís: "Chegou agora aqui o *Diário dos Açores* dizendo que houve um encontro de comboios no caminho de ferro de Sintra, morrendo o maquinista, dois fogueiros, havendo quatro passageiros gravemente feridos; Mercês começou logo a imaginar que tu serias um deles e não há meio de convencê-la de que se infelizmente assim fosse já cá teria chegado a notícia. Tenho tratado de a animar, apesar de que tem uma certa razão por ser, segundo o telegrama, um dos comboios da manhã e tu vires quase todos os dias a Lisboa. Demais, a tua irmã Teresa, que continua a escrever todos os dias, não o fez hoje, mas provavelmente será por saber que vamos amanhã a Ponta Delgada".¹⁶⁴

Se não nos é possível dissecar com profundidade a relação entre o casal José Maria e Mercês, conseguimos perceber o posicionamento do nosso biografado em relação ao sacramento matrimonial. As fontes apresentam um José Maria defensor da família e dos valores a ela associados, por via de posições críticas que ele assume em relação a parentes e amigos. Vejamos o conflito que vai manter com o primo José Álvares Cabral. Numa primeira carta, datada de 20 de junho de 1912, acusa-o de levar para o antigo Colégio dos Jesuítas, "onde tua mãe nasceu e morreu e onde foram criados todos os teus tios; putas reles e indecentíssimas (destas que se prestam a tirar fotos nuas), com a agravante de o fazeres ainda no coro da Igreja (nem aquele lugar sagrado respeitaste); é tudo quanto há de mais extraordinário!!! Teu avô, José, cujas ideias religiosas bem conhecias, se pudesse ressuscitar e ver, ou ter conhecimento do facto, morreria outra vez de desgosto. Vou, como sabes, sair daqui brevemente, e quando o fizeste comigo cá, com mais facilidade o farás depois, estando ausente, por isso venho

¹⁶³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 443-444.

¹⁶⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol.486-489.

pedir-te (nem sei em que nome hei de pedir) o muito especial obséquio de nunca mais repetires, pois, sabendo-o, torna-me conivente contigo, e não quero de modo algum que as cinzas dos meus avós e de meu pai, de tua mãe e minhas tias me acusem nunca de menos respeito por eles. Não vês, desgraçado, que andas há muito sendo indecentemente *explorado* e que, logo que voltas as costas, vão gozar o teu dinheiro com outros mais apreciados? Abre os olhos, não te faças anjo sem seres".¹⁶⁵

Uma semana mais tarde, volta a escrever-lhe, respondendo aos argumentos aduzidos em sua defesa: "Leste a minha carta por cima das botas, como poderás ver, pois não disse que lhe tinhas mandado tirar o retrato no coro (da igreja do Colégio); disse apenas que ela era dessas que se prestavam a tirar retratos nua, para mostrar a qualidade, porque, nos meus tempos, só as muito reles se prestavam a isso, e, dos tais retratos, vi eu dois, na mão do José Emílio, cocheiro, que os estava mostrando ao João Correia e outros, não me recordo onde, mas quer-me parecer que em casa e um relojoeiro, na Rua Direita, em Angra". Por uma terceira carta que lhe envia três dias depois, percebe-se que o primo está de relações com as "Cordeiras, a canalha mais reles dos Mosteiros"¹⁶⁶. Nesta missiva acusa-o: "meteste-a [a namorada] em casa de uma afilhada minha, rapariga até então séria e digna e filha de uma mulher que quase foi minha ama; estive nesse tempo para os pôr todos na rua a primeira vez que vieram a minha casa, porque gente séria não recebe família daquela classe, denota pouco brio e pouca vergonha, não o fiz para evitar escândalos e falatórios, mas nunca mais os vi com bons olhos", concluindo sobre a companheira de José Álvares Cabral: "Tenho para mim de há muito tempo uma classificação larga para putas: há-as sérias, decentes, ordinárias e ordinaríssimas. Na minha opinião, esta pertence à última classe". É por isso com satisfação que, três anos depois dos desentendimentos com o primo, comunica ao sobrinho: "O José Cabral [primo] creio que acabou com o negócio da mulherzinha que tinha e lhe comia os olhos. Custou-me a crer ao princípio, mas já me convenci de que é verdade"¹⁶⁷:

Na linha da tradição católica de casamentos para toda a vida, rejeita, por outro lado, a ideia de divórcio, revelando-se tolerante face a relações extraconjugais, como terá acontecido, numa determinada fase da vida, com o cunhado Guilherme Poças Falcão. Solicitado a intervir como mediador na reconciliação de casal separado, escreve,

¹⁶⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 325-316.

¹⁶⁶ Idem, Fol. 327-328.

¹⁶⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 30.

por exemplo, em meados de 1915 a Arminda dos Santos Medeiros: "O seu marido procurou-me pedindo para interceder junto de si a fim de voltar para casa, o que faço de boa vontade, porque me custa vê-los assim brigados e separados. Está bastante sentido e promete emendar-se. Pense bem na situação triste em que fica de mulher divorciada, é sempre uma posição falsa. Se não tivesse filhos ainda passava, mas tendo-os acho que deve fazer a diligência de se reconciliar com o seu marido e ensiná-lo a ter o devido respeito. Fique certa de que ninguém que seja sua amiga lhe poderá dar conselho em contrário do que deixo exposto. Se ele porventura tiver qualquer falta procure-me e o chamarei para o aconselhar".¹⁶⁸ Acerca do romance do cunhado Guilherme, que o levou a afastar-se do cargo de presidente da Junta Geral em março de 1910, apenas a questão da saúde o parece preocupar, conforme se depreende do que escreve ao irmão Luís¹⁶⁹: "não tem andado bem; umas paixões fortes a que anda muito sujeito têm o disposto mal. Creio que a isso não será indiferente umas amizades que tem com uma menina que arranjou e para onde vai todos os dias à noite com uma assiduidade extraordinária. Creio que abusa para homem da sua idade e esgotamento nervoso é a principal coisa, mas, no estado em que está, nada se lhe pode dizer".

Percebe-se, pois, a defesa do casamento com instituição fundamental para o funcionamento social. Talvez por este motivo, José Maria manifesta preferência por esposas naturais das ilhas. Com efeito, sabendo que a noiva de José Jacinto era natural do continente português, afirma: "Concordo perfeitamente em que com a perda da tua mãe ficaste numas circunstâncias muito especiais que o casamento decerto virá modificar, mas é muito velho o rifão que diz 'Antes que cases olha o que fazes' e tenho visto, na prática da vida, que tem dado maus resultados os casamentos de ilhéus com continentais; cada um puxa para o seu lado, é, aliás, natural. Há exemplos, mas cito-te o Luís Poças e o Marquês da Praia".

Apesar deste cuidado, José Maria não tem dúvidas de que "Em matéria de casamentos não se dão conselhos, quando muito, fazem-se reflexões e acredita que em mim não há a menor sombra de má vontade contra a rapariga, há apenas o grande desejo de te ver feliz neste mundo".¹⁷⁰

Confirma-se, pois, a convicção de que o casamento deveria ser baseado no amor, ferramenta capaz de assegurar a felicidade conjugal. Por este motivo, saúda o cunhado

¹⁶⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 31.

¹⁶⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 248-250.

¹⁷⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 315-316.

Luís pela notícia, recebida em meados de 1897, do seu matrimónio: "Os meus parabéns pela resolução tomada de te casares e, pelo que dizes ao teu irmão, a tua noiva tem todas as condições para te fazer feliz, o que sinceramente te desejo. Realmente já há muito que eu pensava e parece-me que te cheguei a dizer que tu precisavas de casar-te, a questão estava em achar noiva que reunisse certo mínimo de condições. A tua noiva excede certas condições que eu imaginei: deveria ser uma mulher a quem amasses e por isso creio bem que não trás de te arrepender da resolução"¹⁷¹.

É do casamento de amor entre José Maria e Maria Mercês que nasce o seu primeiro filho, que recebe o nome de Nicolau Maria, como os do avo e bisavô. Nicolau nasce a 21 de fevereiro de 1881, "nos três quartos da tarde"¹⁷², sendo batizado pelo padre Jacinto da Ponte na Matriz de S. Sebastião, a 5 de maio do mesmo ano, ao arrepio da tradição de celebração de batizados exclusivamente em templos privados, tendo por padrinhos a avó materna, Maria da Luz Poças Falcão, e o avó paterno, José Maria Raposo Amaral.

O segundo filho do casal, Maria Clotilde, nasce a 22 de março do ano seguinte, sendo batizada a 20 de maio, também na Matriz de S. Sebastião pelo mesmo padre que batizou o irmão. Mudaram os padrinhos, que agora são os avós paternos.¹⁷³

A 6 de abril de 1883, nasce Luísa, batizada a 2 de junho na Matriz pelo padre Jacinto da Ponte e tendo por padrinhos a avó Ângela e o avô José Maria.¹⁷⁴

Apenas quatro anos depois do nascimento de Luísa é que Maria Mercês volta a engravidar, dando à luz a sua terceira filha, nascida a 12 de maio de 1887, que recebe o nome da avó materna, Maria da Luz, que será sua madrinha, ao lado do avô José Maria, numa cerimónia de batismo realizada novamente na Matriz de S. Sebastião a 5 de julho e, mais uma vez, celebrada pelo padre Jacinto da Ponte.¹⁷⁵

Entre o nascimento de Luísa e Maria da Luz regista-se uma fatalidade que marcará o casal para o resto da vida: a morte de Nicolau, com apenas cinco anos, vítima de doença infetocontagiosa, eventualmente varíola. Sobre a morte do primeiro e único filho homem, até então, de Maria Mercês e José Maria, o livro de assentos e óbitos da freguesia de S. José regista:

¹⁷¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 212-215.

¹⁷² Livro de assentos de batismo da Matriz de 1881, Fol. 42-43.

¹⁷³ Livro de assentos de batismo da Matriz de 1882, Fol. 26-27.

¹⁷⁴ Livro de assentos de batismo da Matriz de 1883, Fol. 30-31.

¹⁷⁵ Livro de Assentos de batismo da Matriz de 1887, Fol. 30-31.

“Aos catorze de fevereiro de mil oitocentos oitenta e seis pela meia hora da manhã, em sua casa na Rua do Colégio, freguesia de S. José, concelho de Ponta Delgada, Diocese de Angra, faleceu um indivíduo do sexo masculino, por nome Nicolau, de cinco anos de idade, natural da Matriz desta cidade e freguês desta igreja de S. José; filho legítimo de José Maria Raposo de Amaral Júnior, natural desta Igreja de S. José, e de Dona Maria das Mercês, natural da dita Matriz, e moradores na dita rua; foi sepultado no cemitério público em jazigo particular. E para constar, lavrei em duplicado este assento que assino - pároco, António Luciano Horta”¹⁷⁶

O luto que se abate sobre toda a família leva tempo a sarar e sabe-se que a tia Isabel terá sido particularmente afetada pelo falecimento do sobrinho, passando a sofrer de pesadelos frequentes.¹⁷⁷ Quanto aos pais, pouco se sabe, a não ser o que se infere da correspondência de José Maria Raposo de Amaral Júnior, cuja primeira carta registada nos respetivos copiadores de correspondência apenas se refere à morte do filho anos depois e a propósito do nascimento de Maria da Luz. Com efeito, na missiva dirigida a 26 de maio a Caetano Moniz de Vasconcelos, seu correspondente na Horta, lastima-se da seguinte forma: "No dia 12 nasceu-me mais uma rapariga, não quer o destino confiar de mim rapazes; deu-me um para me deixar amargas e eternas saudades e levou-mo barbaramente, paciência. A mãe passou o melhor que se pode passar e já hoje se levantou".¹⁷⁸

Apenas um ano mais tarde, em carta dirigida a João Francisco de Melo, datada de 9 de junho de 1889, volta a referir-se ao desaparecimento do primogénito: "A morte de um pequeno filho do meu primo e amigo Francisco d'Albuquerque Andrade de uma doença horrorosa de que também fui vítima como pai não me tem deixado tratar de coisa alguma".¹⁷⁹

As circunstâncias em que ocorre a morte precoce do seu primeiro filho vão revelar-se determinantes na sua ação futura, tanto em matéria de discurso político, como de intervenção enquanto presidente da Câmara e dirigente distrital, ajudando a explicar o radicalismo de posições que virá a assumir, por várias vezes, nas relações com responsáveis do governo central e com dirigentes nacionais do seu partido. De facto, as doenças infetocontagiosas figuravam, sobretudo quando atingiam dimensões

¹⁷⁶ Livro de assento de óbitos da Paróquia de S. José de 1886, Fol.15.

¹⁷⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.30-35.

¹⁷⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/Lv. 13, Fol. 229-232.

¹⁷⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/Lv. 14, Fol. 07.

epidémicas, entre as principais causas de morte por toda a Europa, motivando pânico generalizado nas populações. A morte do pequeno Nicolau é uma das cerca de 100 registadas entre 1865 e 1896 em onze das 22 freguesias do concelho de Ponta Delgada devido surtos epidémicos que afetaram um total de 2.400 pessoas.¹⁸⁰

A freguesia dos Arrifes, uma das mais populosas deste concelho, foi assolada por epidemias em 1865 e 1889, registando também a dos Mosteiros dois surtos epidémicos, em 1885-1886 e em 1895-1896. Em 1867, foram atingidas Feteiras e Candelária e em 1871-1872 a Bretanha. Em 1877-1878 coube a Santo António a vez de ser afetada, registando-se outra epidemia em 1881 nos Fenais da Luz e S. Vicente. Em 1887-1888 foram atingidas as Feteiras e a Candelária, em 1892 e 1893 as Sete Cidades e em 1894 S. Roque e Livramento.¹⁸¹

Nem sempre explicitas sobre as causas das epidemias, as fontes da época sugerem que, na base do aparecimento das doenças infectocontagiosas relatadas, estarão as deficientes condições de vida num meio caracterizado pela pobreza e pela falta e higiene. Naturalmente, não são caso único no contexto dos Açores, de Portugal e da Europa, nem se revelam particularmente devastadoras, tendo por referência outros espaços geográficos ou períodos históricos.¹⁸² Porém, as epidemias assumem particular dramatismo em ilhas especialmente martirizadas por terremotos, sismos ou tempestades que marcam o quotidiano e o imaginário dos Açores desde o povoamento, ganhando relevo quer na historiografia, quer na literatura produzida por autores do arquipélago.

Pela sua dramática dimensão - o relato refere uma mortandade que pode ter atingido as 2.000 pessoas só em Ponta Delgada - a primeira epidemia de peste registada na ilha de S. Miguel (1523) assume destaque nas *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso.¹⁸³ No texto concluído em 1590 por aquele que é considerado o primeiro historiador/cronista açoriano, a epidemia, tal como o terremoto de Vila Franca, ocorrido no ano anterior, assume o carácter de "castigo enviado pelo mesmo Deus", que "comeu algum resíduo dos pecadores que ficaram do dito tremor e subversão".¹⁸⁴

¹⁸⁰ BPARPD/ACMPD, Informação não tratada, maço 439, *Epidemias - Vários documentos relatctivos às mesmas n'algumas freguesias deste concelho*, Maço 439.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Ver: SOURNIA, Jean-Charles, Jacques Ruffié (1986), *As Epidemias na História do Homem*, Lisboa, Edições 70.

¹⁸³ FRUTUOSO, 2005, p. 301: "Alguns dizem que no tempo que durou a peste morreram dela na vila de Ponta Delgada duas mil pessoas; outras mil, afora as que faleceram na Ribeira Grande. Mas, disto não há certeza; o mais certo é que , entre os que morreram no tempo do terremoto, ou tremor de subversão de Vila Franca, e no tempo da peste, seriam cinco mil em toda esta ilha".

¹⁸⁴ FRUTUOSO, 2005, p. 298.

O flagelo, com origem na Madeira, atingiu a ilha de S. Miguel quase 200 anos depois da epidemia de peste negra que varreu toda a Europa, entre 1347 e 1351. Também associada à ideia de "castigo divino", a peste negra dos finais da Idade Média deixou marcas profundas em Portugal: "embora não se disponha de números precisos, mantém-se a versão tradicional de que 1/3 da população foi dizimada, por vinte anos mais tarde ainda se falava de terras 'despoboradas' pela ação da peste. A falta de segurança [associada à calamidade] levou à fuga dos campos, implicando a cessação do trabalho agrícola e a uma grave crise económica".¹⁸⁵

Este tipo de calamidade assume igual relevo na expressão da religiosidade: a igreja matriz de Ponta Delgada é dedicada a São Sebastião desde o século XVI- santo católico protetor das epidemias. Mais tarde, em prece ao Espírito Santo, cujo culto é hoje comum a todas as ilhas do arquipélago e às comunidades de emigrantes açorianos, os nobres de Ponta Delgada erigiram na cidade o Império da Misericórdia, na sequência de um surto epidémico que, em 1673, provocou elevada mortandade na ilha de S. Miguel.¹⁸⁶

À semelhança dos povoadores, as epidemias chegavam às ilhas por via marítima, funcionando os navios como autênticos incubadores dos agentes infecciosos, fossem eles viajantes ou mercadorias. As viagens por mar, único meio de ligação regular do arquipélago ao exterior até à segunda metade do século XX, demoravam, em meados da centúria anterior, 30 a 50 dias - se o destino fosse a América - e sete a 12 dias, na rota direta de Ponta Delgada a Lisboa.¹⁸⁷ A longa duração das viagens, agravada por condições higiénicas pouco eficientes, transformava as embarcações em verdadeira fonte de infeção, ainda mais explosiva em caso de embarque de agentes patogénicos nos portos de origem.

As melhorias gradualmente introduzidas nos sistemas de vigilância sanitária e de controlo das entradas nos portos, com a aplicação, por exemplo, do regime de quarentena aos navios suspeitos¹⁸⁸, terá tido efeitos positivos na redução do impacto das epidemias chegadas às ilhas por via marítima, mas fatores internos de desenvolvimento e propagação das doenças infecciosas permanecerão pelo século XX adentro.

¹⁸⁵ SERRÃO, 1979, pp. 272-273.

¹⁸⁶ RODRIGUES, 2010, p. 265.

¹⁸⁷ COSTA, 1978, p. 236: "Ainda no meado do século passado, as viagens para a América levavam daqui 30 a 50 dias e de Ponta Delgada a Lisboa, diretamente, 7, 12 e mais".

¹⁸⁸ RODRIGUES, 2010, p. 266.

O período que vai de 1865 a 1896, quando José Maria Raposo de Amaral Júnior assume lugar de relevo nas administrações local e distrital, caracteriza-se por uma crescente empatia das elites locais pelo espírito científico e entusiasmo face às novas descobertas da ciência, que não encontra acolhimento junto das classes populares, onde persiste uma fraca adesão às medidas de prevenção, em particular à inoculação, nomeadamente à vacina contra a varíola, descoberta no final do século XVIII.¹⁸⁹

A estratégia adotada pelas autoridades - abertura temporária de hospitais e unidades de isolamento nas localidades afetadas, operacionalizados pelos médicos municipais e comissões especificamente criadas para o feito em alguns dos casos - permite que os surtos fiquem confinados às freguesias em que eclodem. Porque ficaram fora da intervenção do Hospital de Ponta Delgada, as epidemias inventariadas não chegaram à cidade e o isolamento imposto aos infetados impediu o contágio dos moradores das freguesias limítrofes da afetada.¹⁹⁰

Desse quadro geral divergem os surtos de 1867 e de 1887-88 que atingiram conjuntamente as Feteiras e a Candelária, o dos Fenais da Luz e São Vicente, ocorrido em 1881 e a epidemia registada em 1894 em S. Roque, que atingiu também o Livramento. De notar, porém, que em todas estas situações as freguesias abrangidas são confinantes, funcionando no seu quotidiano como comunidades integradas.¹⁹¹

A informação coligida pela Câmara Municipal de Ponta Delgada revela que, nas três décadas em referência, as epidemias ocorridas no concelho estão longe de se constituir como fator relevante de quebra demográfica. Tal decréscimo parece justificar-se, antes, pelo fenómeno emigratório, que terá levado à saída legal do distrito de Ponta Delgada, com destino sobretudo ao Brasil e Estados Unidos da América.¹⁹²

de 41.620 pessoas, entre 1866 e 1896.

Embora as indicações disponíveis não permitam uma desagregação do número de emigrantes pelas respetivas áreas de origem, parece ajustado supor que perto de metade deles tenham partido de Ponta Delgada, concelho em que residia aproximadamente 50 % da população de S. Miguel e Santa Maria, as duas ilhas do Grupo Oriental do arquipélago que compunham o distrito. O gráfico seguinte permite

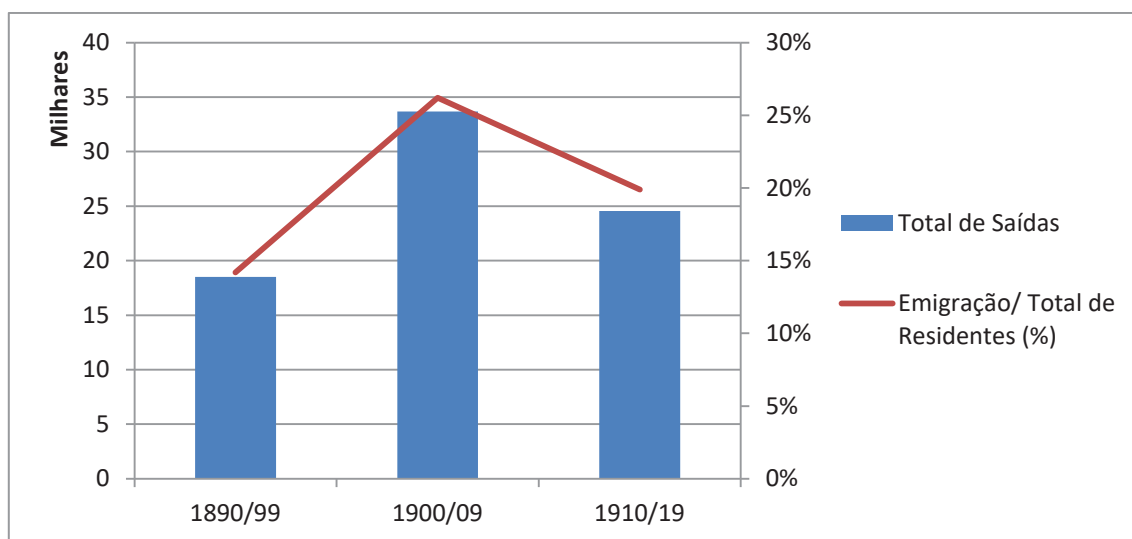
¹⁸⁹ BPARPD/ACMPD, Informação não tratada, maço 439, *Epidemias - Vários documentos relativos às mesmas n'algumas freguesias deste concelho*, Maço 439.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² MIRANDA, 1999, pp. 55-57.

ter uma ideia tanto do total de emigrantes quer do impacto das saídas em termos de efetivo populacional:



Fonte: Anuário Demográfico¹⁹³

Está-se, portanto, bem distante da mortandade registada em séculos precedentes da história humana, em que, como sublinham Sourina e Ruffie, devido às epidemias "a lenta progressão demográfica da humanidade foi marcada por brutais regressões como a do século XIV. Foram as grandes epidemias que deram a esta 'curva' considerada no espaço histórico (o único para o qual possuímos alguns dados) não uma marcha regular, mas um perfil em dentes de serra".¹⁹⁴

Porém, seja pelo tempo que demorou a sua erradicação, pelo número de pessoas infetadas ou pelo valor dos recursos financeiros alocados ao socorro às vítimas, que obrigou à instalação em algumas das povoações de hospitais provisórios de isolamento, abertos em casas particulares requisitadas para o efeito, os surtos epidémicos documentados causaram temor entre as populações, desorganizando o funcionamento da economia e da vida social nas comunidades atingidas.

Nos termos da legislação vigente à data, as despesas com a prevenção e tratamento das epidemias incumbiam aos municípios que, nos casos de dispêndios mais elevados, angariavam apoios juntos das Misericórdias. A responsabilidade atribuída aos concelhos na área da saúde, especialmente no que respeitava à assistência aos pobres, impunha à Câmara de Ponta Delgada a contratação permanente de quatro médicos, num

¹⁹³ MIRANDA, p. 56.

¹⁹⁴ SOURINA, 1986, p. 231.

quadro geral de 24 funcionários. A participação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada está documentada em várias das intervenções desenvolvidas pelo Município, assumindo particular expressão o combate à epidemia registada nos Arrifes em 1865. Mais tarde, e com o avolumar e repetição dos encargos associados a intervenções desta natureza, foi proposto à Junta Geral de Ponta Delgada a criação de um "fundo de reserva" específico, constituído com o contributo de todos os municípios da ilha de S. Miguel.¹⁹⁵

Um dos particulares esforços deste período dirige-se para a prevenção, nomeadamente por via da inoculação. Esta preocupação é partilhada pelas elites micaelenses (incluindo a família Raposo de Amaral, que convive diariamente com os médicos envolvidos na epidemia, como José Pereira Botelho, Bruno Tavares Carreiro¹⁹⁶ e Manuel Maria Rosa), que acompanham neste particular o que se passa na Europa. Todavia, a adesão popular às novas ideias tarda. Introduzida partir de 1799, a inoculação contra a varíola conhece, por exemplo, fraca adesão, face à "relutância da população em se deixar vacinar, desde que em 1808, numa das primeiras campanhas para a vacinação levada a efeito na ilha Terceira, terem morrido muitas crianças inoculadas".¹⁹⁷

Assim, e considerando que a mudança de hábitos e da condição económica são processos morosos, a descoberta, em 1897, de uma vacina eficaz contra a febre tifoide não teve consequências imediatas no meio rural de Ponta Delgada, assim como não terá acabado com as epidemias no concelho a entrada em funcionamento, curiosamente em setembro do ano seguinte, de um gabinete de bacteriologia criado pela Junta Geral de Ponta, a pedido dos médicos e numa iniciativa a que esteve ligado Francisco Afonso de Chaves.¹⁹⁸

¹⁹⁵ RODRIGUES, 2010, p. 279.

¹⁹⁶ Bruno Silvano Tavares Carreiro nasceu em Ponta Delgada a 6 de outubro de 1857, falecendo na mesma cidade a 5 de outubro de 1911. Concluiu o curso de Medicina na Universidade de Coimbra em 1882, exercendo em Vila Franca do Campo durante um ano, após o que ingressou, como delegado de saúde e diretor do serviço de cirurgia, no hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Foi o médico que assistiu a Antero de Quental, quando autor da Odes Modernas cometeu suicídio e o seu nome surge associado à instalação do Museu Municipal, embrião do Museu Carlos Machado, um projeto a que esteve também ligado José Maria Raposo de Amaral, na qualidade de autarca. Na sua condição de botânico Bruno Tavares Carreiro ocupou-se do cargo de responsável pelo setor de Botânica da instituição. Como médico da família frequentou os Raposo de Amaral com assiduidade. (Enciclopédia Açoriana/Centro de Conhecimento dos Açores : <http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca>).

¹⁹⁷ Rodrigues, 2010, p. 279.

¹⁹⁸ Francisco Afonso Chaves, que nasceu em Lisboa a 24 de janeiro de 1857 e morreu em Ponta Delgada em 23 de julho de 1926, desempenhou uma longa carreira militar que culminou com a sua promoção ao posto de coronel em 1911. Chegado a S. Miguel ainda jovem, Afonso Chaves desempenhou durante muitos anos o posto de comandante do Regimento de Infantaria 26, estacionado na ilha. Mas não foi

As dificuldades em dominar as causas das epidemias continuam, assim, a alimentar contínuos surtos epidémicos, alguns dos quais terão estado na origem de morte de outros parentes próximos de José Maria Raposo de Amaral, nomeadamente da tia da mulher, Maria Margarida, em outubro de 1890, vítima de febre tifoide¹⁹⁹, e do primo António d'Andrade (filho do tio Mateus), falecido a 28 de setembro de 1900, com a mesma patologia, "trazida das Furnas".²⁰⁰

Em junho de 1905 é a filha Luísa que será atacada pela doença, conforme comunica José Maria em carta enviada dos Ginetes, onde passa férias, ao seu empregado António Borges, em Ponta Delgada: "A minha Luísa creio que está com febre tifoide; era o que me faltava àquela pequena e a mim para apoquentar".²⁰¹

Atormentado pela profusão epidémica, José Maria Raposo de Amaral vai prestar particular importância à adoção de medidas preventivas de epidemias, quer promovendo obras com vista à garantia de fornecimento de água potável às populações, de que se destacam investimentos em captações e implantação de redes de distribuição na cidade e a construção de fontenários públicos nas freguesias rurais do concelho, quer intervindo politicamente no sentido de impedir a chegada às ilhas de epidemias vindas do exterior, nomeadamente quando a peste atinge o Porto ou a Madeira. Mas a morte do seu primogénito irá marcar definitivamente a sua vida e, por consequência, a sua relação com o seu segundo filho, Nicolau.

4. Nicolau, o sucessor

Às sete horas da tarde do dia 2 de agosto de 1894 nasce o segundo varão de Maria das Mercês e José Maria. A memória do irmão primogénito acompanhará toda a sua vida: chamar-se-á Nicolau Maria, nome com o qual é batizado a 29 de setembro pelo padre José Furtado Maia, na igreja paroquial do Livramento, lugar do Rosto do Cão, pois tanto os pais e como os avós paternos aí se encontravam nas respetivas casas

através da carreira militar que se afirmou entre os influentes locais, a sua notoriedade deveu-se, principalmente, como meteorologista e naturalista. A ele se deve a implantação da primeira rede de estações meteorológicas e sismológicas do arquipélago. Publicou diversos trabalhos científicos, alguns deles no estrangeiro, deslocando-se regularmente a vários países europeus. Acompanhou as digressões científicas do príncipe do Mónaco aos Açores, desempenhando papel de relevo no lançamento do Museu Carlos Machado, que dirigiu a partir de 1901. . (Enciclopédia Açoriana/Centro de Conhecimento dos Açores : <http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca>).

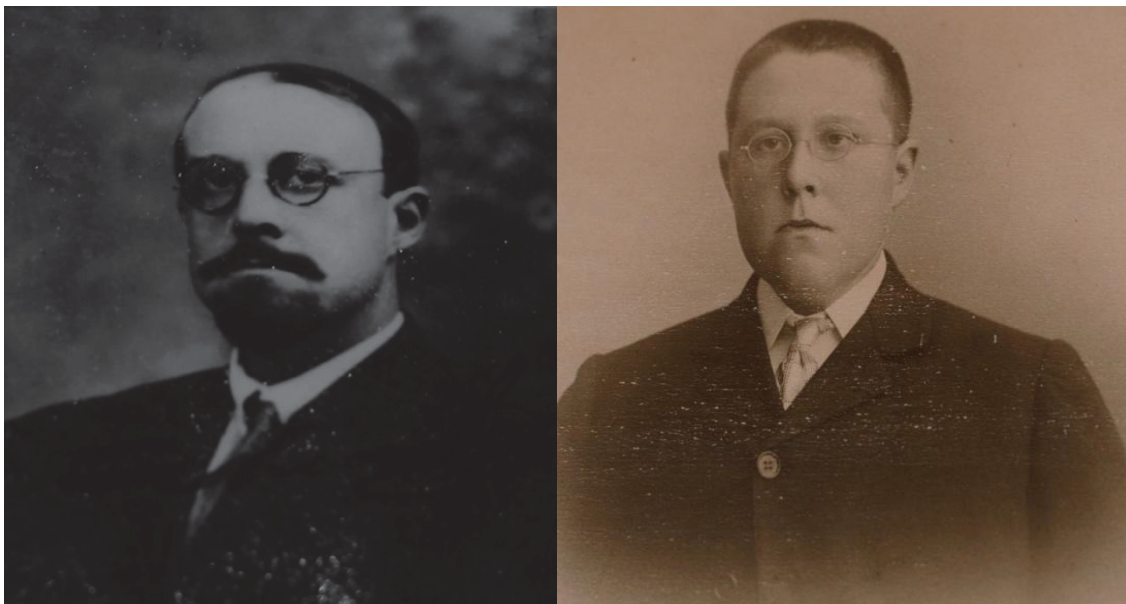
¹⁹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/Lv. 15, Fol. 64-66

²⁰⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 443-444

²⁰¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 165.

de campo. O futuro chefe da casa Raposo de Amaral tem por padrinhos o par do Reino e a esposa, Ângela Gouveia Medeiros.²⁰²

O nascimento de Nicolau é especialmente festejado e o seu percurso de vida será acompanhado muito de perto pelo pai, à semelhança do que acontecia, em oitocentos, entre as famílias portuguesas abastadas, cujos chefes eram desde cedo preparados para a liderança, preponderante no funcionamento social.²⁰³



Nicolau Maria, predileto educado para herdeiro

Ainda que refletindo a sua aposta na garantia de um herdeiro à altura, a proximidade de José Maria vai traduzir-se, porém, no estabelecimento de laços afetivos que, em determinadas ocasiões, mais se poderão confundir com camaradagem, o que acontecerá ao arripio das tendências da época²⁰⁴.

As frequentes e regulares referências à vida quotidiana de Nicolau e a descrição minuciosa dos seus feitos e desventuras incluídas na volumosa correspondência trocada entre o pai e os mais diversos destinatários relevam um progenitor preocupado,

²⁰² Livro de assento de batismos Livramento (1894), Fol. 20-21).

²⁰³ Como sublinha Irene Vasquinhas ("A família, essa 'Pátria em miniatura'", in *História da Vida Privada em Portugal - A época Contemporânea*, 2011, Lisboa, Círculo de Leitores), com o triunfo do liberalismo o "chefe de família" reforça, no plano legal, "duas importantes prerrogativas: a autoridade marital e o poder paternal", cabendo à esposa "prestar obediência ao marido" e a este "proteger e defender a pessoa e os bens da mulher". (p. 125).

²⁰⁴ Sustenta VASQUINHAS (1993) p. 145, a este propósito: "A figura do pai distante e severo que recorre à 'forma de olhar' e ao medo para impor a ordem domina as relações familiares, qualquer que seja o estrato social. A afeição paterna revestia-se de frieza"

empenhado, amigo e raramente crítico, ao contrario do que acontece, por exemplo no que a algumas das filhas respeita.

Nicolau nasceu saudável e a sua criação foi garantida pela contratação de uma ama da freguesia da Bretanha, com quem José Maria se relacionará, sendo, inclusivamente, padrinho de um dos filhos²⁰⁵. Todavia, com poucos meses de idade, o bebé teve de ser operado, como relata o pai a 5 de dezembro, em carta dirigida ao deputado Gil Mont' Alverne de Sequeira, então em Lisboa: "Ainda não vacinei o pequeno porque nos dias em que a vacina chegou teve de ser operado a uma fístula [no rabo] e entendi que não devia martirizá-lo mais. Foi o Rosa que o operou e o Jacinto enfermeiro quem lhe faz os cuidados; dizem que vai bem e que têm a esperança em que fique curado de vez, veremos!".²⁰⁶

Em julho do ano seguinte, está o filho nas Sete Cidades "de uma satisfação que dá gosto vê-lo", como escreve à mãe para Paris, a 17 de julho.²⁰⁷ E, numa carta à sobrinha Maria Amélia, que se também se encontra em Paris com os pais, José Maria deixa uma primeira nota da sua particular proximidade ao filho: "Nicolau já engatinha muito bem e dá esperanças de ser um bom companheiro para o José [sobrinho, filho da irmã Isabel] em traquinices. Está muito cozido agora e, às vezes, é necessário esconder-me dele porque, em me vendo, se não lhe pego chora e depois de estar no meu colo é uma comédia para o tirar; a única coisa que dá resultado é pôr-lhe o chapéu na cabeça e dá-lo a uma pessoa qualquer ao pé das portas do quintal e dizendo-lhe que vão para lá".²⁰⁸

Numa carta ao cunhado Luís Poças Falcão, datada de 1 de agosto de 1897, altura em que se encontram na casa de campo nos Ginetes, local da sua predileção para passar o verão, volta a sublinhar a especial satisfação do filho quando está no campo: "O Nicolau anda de uma felicidade que não podes imaginar e não quer que lhe falem em sair daqui. A tua gente quase toda passou aqui o dia 20 e voltam amanhã para os anos do Nicolau"²⁰⁹.

Em maio de 1898, o nosso biografado continua a manifestar particular afecto com o seu único filho: referindo que o "Nicolau está gordo e anda muito esperto"²¹⁰. Data deste período a primeira referência a uma "ameaça de sufocação", problema que

²⁰⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 379-380.

²⁰⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol.204-205.

²⁰⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 129-130.

²⁰⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 338-339.

²⁰⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 282-285.

²¹⁰ Idem, Fol.401-402.

irá atormentar a criança no futuro próximo. No mês seguinte, diz à filha Maria Clotilde, que se encontra na capital em companhia dos avós, que vai aos Ginetes com o irmão, "a ver se o passeio lhe faz bem [tem andado com tosse e diarreia]".²¹¹ Durante a estada da filha na capital, refere que "Nicolau fala muitas vezes em ti; quase todos os dias de manhã, quando vai para o meu quarto enquanto me visto o faz; vai guardando todas as estampilhas que apanha para te dar quando vieres e tem grande cuidado".²¹²

Os problemas respiratórios do filho agravam-se pouco antes de completar quatro anos, como se conclui de uma carta enviada a 21 de julho ao Par do Reino, então em Lisboa: "Esta noite [Nicolau] teve-a ele [sufocação] valente como me parece nunca lhe vi, era um horror ver a pobre criança a querer respirar sem poder, pedindo que lhe tirassem aquilo dali, que lhe pusessem as flanelas numa agonia extraordinária. Começou-lhe aí pela 01 hora da noite e só às 03 tinha cedido um pouco. Coisa extraordinária costuma na noite seguinte àquela em que tem a sufocação, conservar os guinchos quando dorme, mas felizmente isso passou de todo e dormiu perfeitamente com a respiração muito natural".²¹³ Três dias depois, de novo em correspondência com o pai, desabafa: "Vim para aqui confiado que teria um bocado de sossego de espírito, que bem precisava, mas esta doença do pequeno [agora constipado e com alguma tosse] tem-me posto num grande desassossego e já vou desconfiado que não logro conseguilo".²¹⁴

Em julho de 1899, dá nota a Luís Poças Falcão do reiterado interesse do filho por ele : "Nicolau anda há tempos com a telha de te escrever uma carta e tem-me pedido por várias vezes para o fazer, pegando-lhe eu na mão", vindo "todos os dias de manhã, quando me visto, para o meu quarto, não parando de taramelar e muitas vezes a teu respeito. Um desses dias, numa dessas conversas saiu-se com esta: 'o tio Luís parece que esta agora ministro da Justiça'; perguntei-lhe onde tinha ouvido isso, respondeu que Maria da Luz, Pfan, como lhe chama, tinha lido isso num jornal".²¹⁵

Mas as preocupações com a saúde de Nicolau vão estar de novo presentes em julho de 1899, sendo expressas numa carta enviada à mãe que, como habitualmente no verão, se havia deslocado para as Furnas: "Estou com muito receio de que o Nicolau

²¹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 443-444.

²¹² Idem, Fol. 434-435.

²¹³ Idem, Fol. 466-468.

²¹⁴ Idem, Fol. 470-471.

²¹⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 87-88.

apanhe uma camada de tosse convulsa, pois nos Ginetes há vários casos dela; só soube depois de que aqui estava".²¹⁶

Em meados do mês de agosto seguinte, volta a referir-se ao filho na correspondência com Luís Poças Falcão para lhe relatar que o sobrinho "deu agora em dar passeios todos os dias numa eguazinha que lhe trouxe da Terceira [oferecida pelo seu correspondente nesta ilha, José Luís Serqueira, a quem sublinhará a 'mansidão extraordinária' do animal] e nem imaginas a figura que faz escanchado no selim", adiantando que as duas filhas mais velhas, Clotilde e Luísa, "não parecem aborrecidas, trabalham e passeiam a pé, de carroça e a cavalo".²¹⁷

Por uma outra carta ao cunhado Luís, datada de dezembro de 1901, sabe-se que o filho começou "as suas lições e já lê alguma coisa"²¹⁸, depois de uma estada de dez dias nos Ginetes, onde "fui à colheita do milho [e em que] Nicolau andou de uma felicidade extraordinária, sempre de aguilhada na mão carreando milho; é curioso aquele rapaz, tendo medo de tudo, não tem nenhum dos bois".²¹⁹

Em junho do ano seguinte, José Maria manda vir de Nova Iorque uma bicicleta para o filho, que se debaterá em 1905 com problemas de saúde, reais ou imaginados, que o vão preocupar, obrigando, primeiro, ao cancelamento de uma viagem - quando me para embarcar para o Faial a fim de "me livrar da procissão do Santo Cristo, que traz sempre enormes maçadas de conversas, foram acordar o *Nicolau que começou a chorar queixando-se da cabeça*; andou por aí sarampo e receio não fosse realmente verdade e resolvi ficar, mas afinal não era nada e creio que só receio de enjoar²²⁰ e, depois, a ter de programar uma ida a Lisboa. Estavam de férias nos Ginetes quando, como relata em carta dirigida ao seu empregado António Borges de Medeiros, a 25 de outubro, Nicolau começou a sentir febre, tendo-lhe aparecido "há dias, exatamente sobre a cicatriz do abcesso que aos 18 meses teve perto do ânus, um outro que rebentou e o atormenta com dois curativos por dia, até que se restabeleça de todo da febre para então ser conveniente operá-lo"²²¹. A operação vai realizar-se em Lisboa, como confidenciará a Luís Bettencourt, " não tenho confiança nestes alfarrobas de cá".²²²

²¹⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 110-111.

²¹⁷ Idem, Fol. 165-167.

²¹⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 232-234.

²¹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 15-17.

²²⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 463-464.

²²¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 257-258.

²²² Idem, Fol. 266-2667.

À semelhança do que acontece entre as famílias abastadas da ilha, José Maria Raposo de Amaral é um entusiasta da caça, expressando satisfação por o filho lhe seguir o exemplo, como se conclui de uma carta que remete a 22 de maio de 1906 a António Júlio de Lacerda, morador em São Roque do Pico: "Tenho duas espingardas e o meu rapaz já tem também uma espingarda de dois canos de adarme 24, que lhe mandei vir e já vai matando o seu coelho na carreira; está por ora ainda muito atrapalhado, mas parece-me que há de vir a ser atirador. Por ora o que o diverte bem é caçar e todos os seus dias feriados os emprega nesse exercício".²²³

Aos 12 anos, Nicolau é já um dos seus favoritos colegas de caça. No último dia de 1906 escreve a Luís Poças Falcão: "Vim ontem das Sete Cidades onde fui passar três dias com o Nicolau, apanhámos muito bom tempo; pescamos, caçámos e estive livre de apoquentações e maçadores"²²⁴, confessando-lhe no final do ano seguinte: "Os melhores dias da minha vida são as quintas e os domingos, que passo geralmente com o Nicolau a caçar".²²⁵

A equitação é outras das atividades em que procurará entusiasmar o filho, garantindo-lhe, a par de aulas no Continente, a compra de animais de qualidade. Foi o caso de um cavalo "ensinado no picadeiro Gagliardi [Lisboa] para ele [Nicolau] ali e que ali o montou já várias vezes", conforme escreve da capital para Ponta Delgada a Henrique Pereira da Costa, em resposta a um pedido de compra de um exemplar idêntico. Acrescenta: "Não imaginas os trabalhos que passei para o comprar e valei-me um amigo que foi a Sevilha e que ali mo comprou, mas custou caro, porque o dono não o queria vender por menos de 300.000 reis fortes. O cavalinho é muito bom, muito ruço e ao mesmo tempo vivo, muito firme de mãos e muito fiel e não é fácil encontrar outro igual".²²⁶

Uma das oportunidades que se depararam ao filho para ter aulas de equitação em Lisboa surgiu associada a uma deslocação de ambos à capital na primeira metade do ano de 1907 para que Nicolau, revelando problemas de visão, fosse observado por um especialista, como se constata por uma carta enviada ao cunhado Luís em outubro do ano seguinte: o Dr. Xavier da Costa "Receitou-lhe, e instou muito pelo uso constante, uns óculos que prescreveu, e disse-me que era da maior conveniência que ele aí fosse passados seis meses. O pequeno ao princípio protestou com o uso dos óculos, mas

²²³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 108-110.

²²⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 05-06.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Idem, Fol. 147-148.

depois habituou-se e diz agora que está vendo muito melhor do olho e mesmo do estrabismo parece ter sensíveis melhoras. O pequeno com os seus estudos só podia ir nas férias de Natal e eu pretendia que, expondo-lhe o que deixo dito, soubesses dele e me dissesse qual a época que achava mais conveniente, Natal ou Páscoa?".²²⁷

Sendo uma questão a que dedicará particular atenção, os estudos de Nicolau vão passar a condicionar a sua agenda. A meados de julho de 1907, pede ao deputado Alfredo Pereira para que sejam nomeados antes do 1.º agosto os júris para os exames de instrução primária do 2.º grau, porque "Tenho um rapaz para fazer exame e queria que se despachasse o mais cedo possível"²²⁸, para poderem ir passar o verão aos Ginetes. Feitos os exames, e conforme escreve a 18 de novembro ao primo Filipe da Cunha Álvares Cabral, "o Nicolau está nos 1.º e 2.º anos do liceu e quer ver se termina também o 3.º neste primeiro ano; tem aulas de três horas seguidas diariamente com o Barbosa, afora outras de Inglês, Francês e Alemão".²²⁹

Em janeiro de 1908, José Maria confessa ao cunhado Luís, numa nova referência à aplicação do filho e ao seu empenho nessa causa: "Hoje caço mais para acompanhar o rapaz, pois nem isso mesmo já me diverte. Está bastante preso com trabalhos de estudos este ano, vai dando muito bem conta do recado e, como os seus únicos divertimentos são caçar e andar a cavalo, não tenho remédio senão acompanhá-lo e proporcionar-lhos".²³⁰

No final do ano seguinte, mais precisamente a 16 de novembro, assinala à irmã, em carta para Coimbra: "Nicolau começou no 1.º deste mês com os estudos do 4.º ano do liceu; creio que está com as suas ideias de se atirar também ao 5.º, mas duvido, por causa do Latim; no mais estou certo de que mereceria, tem sua habilidade para Matemática e gosta muito de Ciências Naturais, de modo que lhe não é muito difícil o estudo. Continua sempre cumprindo com os seus deveres sem ser necessário lembrarlhe a menor coisa; gosta ainda muito de brincar, mas só o faz depois de tudo pronto".²³¹ E, pouco depois, sublinha ao cunhado Luís que o filho, com quem esteve em Lisboa para uma segunda consulta de oftalmologia, "está realmente muito melhorado das vistas e creio que o estudo em nada o prejudica; demais ele tem o bom hábito de o fazer,

²²⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 168-170

²²⁸ Idem, Fol. 157-158.

²²⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 274-275.

²³⁰ Idem, Fol. 348-351.

²³¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 172-176.

sempre que pode, de dia e aproveitando a noite para dormir; agora que são oito horas ele está há bocado na cama e em geral é assim".²³²

O empenho escolar do filho, que nos exames do liceu garante notas sempre acima dos 14 valores, merece referência noutra carta enviada a 02 de dezembro de 1909 à irmã Isabel, de novo para Coimbra, em que garante que Nicolau "continua com a fé do costume" nos estudos, referindo, por exemplo, que apesar de "gostar muito de jogar voltarete [que lhe tinha ensinado a ele e às filhas nos Ginetes] e de o jogar todos os dias à noite ao começo do serão, por mais entretido que esteja, em chegando as oito horas larga [deixa] as cartas e vai-se deitar para estar pronto às 07:15, hora a que vem o Barbosa".²³³

A implantação da República a 5 de outubro de 1910 veio apanhar Nicolau na fase final do ensino secundário e o clima de instabilidade vivido no país refletiu-se no funcionamento do liceu. Se, em julho do ano anterior, o jovem tinha obtido 16 valores na prova final, conseguindo "um excelente exame e mostrando que estava bem senhor de todas as matérias, segundo alguns examinadores, entre eles o Aristides Moreira da Mota"²³⁴, conforme escreve o pai em carta a Luís Poças Falcão, no ano seguinte, os professores faltam às aulas e as notas baixam.

Em correspondência com a irmã datada de inícios de Junho de 1911 relata que, em virtude da "grande pândega" que é o liceu, o "Nicolau esteve agora uma grande temporada sem aulas de Matemática e Ciências, porque o Abelzinho Sotto Mayor foi a Lisboa pedir a noiva e o médico militar foi a Santa Maria, onde não há atualmente médico e houve um crime de envenenamento de que foi vítima a viúva do José Monteiro e que atribuem a Luís de Figueiredo"²³⁵, anunciando, no mês seguinte, também em carta dirigida a Isabel, que o sobrinho tenha terminado o secundário com uma média geral de 14 valores. Trata-se de uma classificação que o não satisfaz inteiramente, por considerar que "a cambada dos professores republicanos do nosso liceu está com tensão de fazer política nos exames".²³⁶ Com relação ao filho, contesta em particular "o malandro do Mota que deu sempre notas baixas ao Nicolau, 13, mas nesta última época, em que ele afirma, e os seus condiscípulos confirmam, lhe deu a melhor lição, baixou-lhe a nota para 12", desabafando: "cada vez me convenço que

²³² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 224-226.

²³³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 130-134.

²³⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 226-227.

²³⁵ Idem, Fol. 271-273.

²³⁶ Ibidem.

estes liceus centrais em terras pequenas²³⁷ são uma verdadeira calamidade para os rapazes".²³⁸

Antes de acabar o secundário, a próxima etapa na vida académica do filho, então já com uma estatura física semelhante à sua, obrigava-o a fazer planos. Em carta dirigida ao cunhado Luís, no final de 1909, dava nota de que Nicolau estaria resolvido a tirar o curso de Agronomia, no que o não contrariava, porque "é um dos cursos que está mais bem organizado no País e não tinha absolutamente vontade alguma de que ele fosse para Coimbra"²³⁹ e, além disso, nota que o filho "não tem absolutamente gosto algum por literaturas, podendo dizer-se que é o único estudo para o que Deus não o leva". Ao questionar sobre se um curso nessa área garantia ao sobrinho a possibilidade de sucessão no Pariato, José Maria explicava-se: "farei toda a diligência para afastá-lo da política, mas vejo-lhe um certo jeito para isso e pode bem ser que, se estas coisas não levarem uma grande volta por aqui, até lá queira requerer a sucessão do avô".²⁴⁰

Aparentemente clara, esta posição de José Maria Raposo de Amaral contradiz o que afirmará no início de 1912, numa carta dirigida à irmã, na qual denunciava um acordo pré-estabelecido para instalação do Nicolau numa casa que Isabel tinha adquirido em Coimbra e em que habitava com o filho José Jacinto, enquanto este frequentava o curso de Direito. Afirma, a dado passo da missiva: "Nicolau afinal resolveu ir para o Instituto Agrícola e fica o dito por não dito em relação à tua casa aí e mobília. É uma grande maçada para mim, pois estava muito melhor em Coimbra do que em Lisboa, mas há remédio senão ter paciência e levar esta cruz ao Calvário".²⁴¹

Entre o que expressa ao cunhado e o que escreverá à irmã parece haver uma contradição óbvia: ao cunhado garante acolhimento e até satisfação com a escolha de Nicolau, à irmã denotará contrariedade, preferindo vê-lo em Coimbra (preferia que se diplomasse em Direito, seguindo as pisadas do sobrinho José Jacinto, ou estaria, antes, preocupado com a segurança do filho? - no rescaldo do processo de implantação da República Lisboa vivia tempos agitados, cenário bem menos sossegado do que se registava em Coimbra, pacata cidade de província). Seja como for, satisfeito,

²³⁷ A criação, em Ponta Delgada, de uma escola com a categoria de *Liceu Central*, surgiu em resposta à reivindicação dos dirigentes locais cuja satisfação havia provocado agitação no anos 50 e 60 de oitocentos, conforme sublinha CORDEIRO, Carlos (2002), "O Liceu de Ponta Delgada - turbulências de um começo", in *Insulana*, vol. 58 (pp.05-29), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

²³⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27. Fol. 183-187.

²³⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 135-136.

²⁴⁰ *Ibidem*.

²⁴¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 27, Fol. 282-288.

contrariado ou conformado com a decisão do filho, a verdade é que Nicolau vai mesmo frequentar o curso de Agronomia em Lisboa, mas nem o pai nem a restante família o acompanham nos primeiros tempos da sua nova vida na capital, ao contrário do que estava inicialmente planeado.

Meses antes da ida do filho para Lisboa, e praticamente na mesma altura em que informa a irmã da decisão de Nicolau, escreve a um dos seus interlocutores em Lisboa, o antigo comandante navio *S. Miguel*, comandante João Augusto Silveira, a pedir-lhe para procurar uma casa que possa arrendar na capital: "No próximo ano letivo, quer dizer outubro ou novembro deste, tenho de ir aí fixar residência com o Nicolau que vai cursar o Instituto de Agronomia e venho pedir-lhe o especial obséquio de ver se me arranja uma casa rés-do-chão ou 1.º andar, pois não estou disposto a subir e descer muitas escadas, com uns 12 quartos e que tenha um pequeno quintal, preferindo o lado oeste da cidade, Estrela, Buenos Aires, etc..Se tiver mais de 12 quartos é indiferente, menos é que não. Sobre o preço nada digo, prefiro pagar mais e ficar bem servido, pagarei a renda adiantada ao semestre ou ao ano, conforme mais convier ao senhorio, sem me importar com a famosa lei do inquilinato".²⁴²

Em Maio de 1912, o negócio está feito, faltando mobilar a sua futura residência, como comunicará a Joaquim Pinto da Conceição, no Porto, quando lhe encomenda parte do recheio da moradia, o n.º 22, 1.º Esquerdo da avenida Fontes Pereira, que custará uma renda mensal de 64.580 reis. Outra parte da mobília será enviada de *S. Miguel* em "12 grades marca JMRA que daqui segue para essa capital no lugre *Henriques*"²⁴³, conforme refere em carta remetida a Germano Serrão Arnaud a 6 de agosto.

Porém, ainda no final desse mês, escreve a Joaquim Pinto da Conceição a comunicar o adiamento da saída pela primeira vez da ilha para se fixar temporariamente na capital, argumentando que "Lisboa está muito desassossegada não se atrevendo a ir ali meter-me com a família; irá o rapaz só". Dava-lhe, todavia, instruções para que "Quando a mobília encomendada estivesse pronta ter a bondade de a ver e comparar com os modelos escolhidos e mandá-la por em sua casa".²⁴⁴

Assim, Nicolau segue sozinho para a Lisboa a 19 de outubro, instalando-se no Hotel Borges, onde a família se costuma hospedar e a cujo diretor pede para lhe

²⁴² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 275-277.

²⁴³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 04, Fol. 169.

²⁴⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 380-381.

dispensar "um bom quarto e fazer-lhe preço de pensão, pois naturalmente demorar-se-á por alguns meses".²⁴⁵

Em carta datada do dia 18 do mês seguinte e dirigida ao primo Jacinto da Cunha Alvares Cabral, a estudar em Liege (Bélgica), dá nota de que o filho "tem que fazer este ano, pois tem 17 aulas por semana e o pior é que, em grande parte delas, não tem livros e tem de tomar apontamentos. As aulas são Botânica, Física, Química, Matemática, Biologia e Desenho"²⁴⁶. Três dias depois escreve a Nicolau reconhecendo ser "realmente uma grande maçada ter de estar a tomar apontamentos e de estudar por eles" e expressando satisfação por ele estar "bem acomodado no Hotel Borges e perto da rua".²⁴⁷

Mas a satisfação de ambos parece durar pouco, pois a 2 de dezembro em carta ao filho sublinha: "Noto o que me dizes com respeito ao aborrecimento de Lisboa e saudades de todos e da tua terra, o que não me admira, porque por experiência sei o que é, mas se as coisas continuarem como vão irei brevemente para aí, é uma variante e ir-te-ás, a pouco e pouco, habituando como eu me habituei também", acrescentando acerca das condições da hospedagem ter "o Hotel Borges o inconveniente de ficar longe do Instituto, mas é isso grandemente compensado por estares entre gente conhecida e mais ou menos amiga. Algum dia que te levantes mais tarde, toma uma tipoia de praça para te ir lá pôr".²⁴⁸

Não era, porém, só as condições em que vivia e as saudades da terra e dos seus que traziam Nicolau descontente, a avaliar pelo que lhe diz o pai em carta datada de 12 de dezembro: "Acho que não tens razão no que dizes com respeito ao curso de Agronomia e, creio bem, que mais tarde reconhecerás que te enganavas e vamos lá, mesmo este ano, ter em quatro cadeiras duas que te agradam não é nada mau. Creio que este 1.º ano é o mais maçador, sendo as cadeiras dos outros mais interessantes".²⁴⁹

Ao longe, José Maria empenha-se em ajudar a adaptação do filho, sugerindo que desenvolva atividades de lazer como a caça e procurando garantir a satisfação de todos os seus gostos, incluindo o que respeita ao fornecimento dos cigarros que mais aprecia, da marca Santa Justa, da Fábrica de Tabaco Micaelense. Não consegue, porém, satisfazer este desejo de Nicolau, visto a legislação aplicável dificultar a remessa dos

²⁴⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 406.

²⁴⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 348-349.

²⁴⁷ Idem, Fol. 355-358.

²⁴⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 439-442.

²⁴⁹ Idem, Fol. 446-449.

"30 a 40 (trinta a quarenta) maços de cigarros Santa Justa de 20"²⁵⁰, encomendados a José Bensaúde.

José Maria Raposo Amaral não parecendo muito entusiasmado com a mudança para Lisboa, mas acaba por ter que concretizá-la pressionado pela circunstância do agravamento do estado de saúde de Luís Poças Falcão, conforme refere em carta remetida a 24 de março de 1913 ao seu correspondente da Alemanha: "Em consequência de uma doença grave de um meu cunhado vim para aqui sem esperar. Conto demorar-me até ao verão. Estou atualmente no Hotel Borges, no Chiado, mas conto fixar residência nos começos de abril próximo na Avenida Fontes Pereira de Melo".²⁵¹

De facto, a 14 de Abril, instala-se na sua casa de Lisboa, que considera "boa, bem situada e cómoda". Com a nova residência fixada na Fontes Pereira de Melo, o pai não tem dúvidas de que "Nicolau ganhou muito, pois tem o Instituto aqui ao pé e não precisa já fazer madrugadas para entrar a horas nas aulas".²⁵² Apesar das vantagens que a nova moradia traz ao filho, para ele uma longa estada na capital não agrada, conforme confidencia em carta enviada para Ponta Delgada ao seu empregado José Carvalho: "Já estou suficientemente aborrecido de tudo isto e ansioso por me ver daqui para fora".²⁵³

A 20 de julho está de regresso a S. Miguel, de pouco lhe tendo valido o sacrifício da fixação de residência em Lisboa para apoiar o filho nos seus estudos. Como no princípio do mês anterior tinha anunciado a José Carvalho, Nicolau desistiu do Instituto: "já há muito tempo que vem embirrando com o curso de Agronomia e agora teve umas pegadas com um dos professores e resolveu abandoná-lo e seguir outra coisa. Tem boas médias e é quase certo que passaria nos exames e todos aconselhavam que os fizesse, embora abandonasse depois, mas ninguém o convence, mas eu, neste assunto, não o quero contrariar; se algum dia se arrepender do que fizer há de queixar-se só de si".²⁵⁴

Passado o verão, volta a tentar o regresso do filho a Lisboa, agora para frequentar a Escola Politécnica, onde ele se chega a matricular, como se conclui das instruções dadas em agosto a Alfredo da Costa Gouveia, um dos seus agentes. Mas, segundo explicará mais tarde ao conselheiro Alfredo Pereira, terão desistido do intento

²⁵⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 475.

²⁵¹ Idem, Fol. 498.

²⁵² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 11-14.

²⁵³ Idem, Fol. 11-14.

²⁵⁴ Idem, Fol. 38-41.

devido à instabilidade vivida em Lisboa:" Cheguei a vir com ele dos Ginetes para aqui a fim de o embarcar, mas no estado em que as coisas por aí estavam queria que levasse um passaporte para o estrangeiro a fim de se safar e regressar aqui quando entendesse. Negaram-mo, com o pretexto e estar sujeito ao recrutamento e eu resolvi deixá-lo ficar".²⁵⁵

Em carta dirigida em outubro a Alfredo da Costa Gouveia, com instruções para que se desfaça da casa em Lisboa, porque Nicolau resolveu "dar por concluídos os seus estudos em Portugal, indo para o estrangeiro quando quiser", insiste no argumento de que uma ida do filho para a capital exigia que lhe fosse facultado passaporte, visto que, na posse desse documento, "estava eu aqui descansado, porque se as coisas de transtornassem aí safava-se e vinha aqui ter; sem ele é que não o podia fazer pois, naturalmente, lhe embargariam a passagem nas fronteiras. Assim resolvi deixá-lo ficar, fazendo consideração que antes burro vivo do que doutor morto".²⁵⁶

Como o arrendamento na residência da Avenida Fontes Pereira de Melo só terminava em junho de 1914, as instruções comunicadas ao agente de Lisboa iam no sentido de que este, dispondo de algum tempo, vendesse parte do respetivo mobiliário e utensílios, remetendo outra parte para S. Miguel. O rol detalhado do que deveria ser vendido ou enviado permite avaliar do conforto que procurou assegurar à família durante a sua vida na capital, para onde fez deslocar alguns dos seus criados residentes na ilha, chegando, inclusive, a promover a eletrificação da moradia:

“Mobília e utensílios para envio: quarto n.º 1, de meu filho Nicolau - uma barra de mogno, enxerga de arame, colchão, travesseiro, etc., um guarda-roupa de mogno e todos os livros que lá existem; quarto n.º 2 - toda a mobília aí existente, incluindo os paus das cortinas; quarto n.º 3, de minha filha Maria da Luz - toda a mobília aí existente, o candeeiro móvel, um cesto para papéis e um cesto para costura; quarto n.º 4, da minha criada Maria Benta - um guarda-roupa grande de mogno; quarto n.º 5, de engomar - todos os açafates, bandeja e cesta de vimes; quarto n.º 6, de vestir da minha esposa - uma *chaise longue* forrada de veludo verde, quatro cadeiras estofadas do mesmo veludo, uma costureira com saco em seda verde, o candeeiro móvel de eletricidade, um banco de pés forrado de veludo verde, um cesto para papéis, um cesto de costura, um oleado que está no chão junto ao lavatório; quarto 7, da minha cama - um colchão, travesseiros e travesseiras, uma mesa de mogno. As enxergas de palha

²⁵⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 402-403.

²⁵⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 84-90.

não vêm, é só o colchão de lã; quarto n.º8, meu de vestir - uma armação com madeira com enxerga de arame, colchão e travesseiro, um cofre pequeno de ferro, umas ferramentas e objetos vários que estão numas gavetas pequenas do guarda-roupa; quarto 9 - nada; quarta 10, cozinha - um fogão de ferro; quarto 11 - tudo quanto lá existir; quarto 12, *water closet* - nada; quarto 13, sala de banho - um lavatório de *fiance* de atarraxar na parede; quarto 14, das criadas - uma mala de vimes.

Toda loiça e vidros, dois bidés com armação de ferro e bacia de *fiance*, todos os utensílios de cozinha em ferro, alumínio, ferro esmaltado e folha de Flandres; todos os tabuleiros só em madeira e os forrados de zinco; todos os bacios de cama em porcelana e ferro esmaltado e uma barra de ferro com enxerga de arame, colchão de lã e travesseiros que está num quarto de despejos no 3.º andar”.²⁵⁷

Nicolau desistiu de estudar em Portugal, mas o empenho do pai para que concluísse um curso vai levá-lo a frequentar uma escola agrícola da Bélgica. Quando tudo indicava que o filho teria "os seus estudos muito transtornados por causa de uma estúpida lei recrutamento que o prendia aqui até 1915"²⁵⁸, como refere a 17 de novembro a Alfredo da Costa Gouveia, a situação altera-se em função da decisão das autoridades locais de lhe concederem passaporte para estudar no estrangeiro que antes recusavam.

O adiamento do serviço militar necessário à emissão da autorização de saída dependia, porém, da apresentação prévia de uma certidão de matrícula num estabelecimento de ensino fora do país, para cuja obtenção solicita a intervenção do sobrinho Jacinto da Cunha Álvares Cabral, que se encontra a estudar numa cidade belga: "Preferia a matrícula aí em Liege porque ia estar na tua companhia, mas se vires que aí se não pode obter, em qualquer parte da Bélgica ou mesmo da Alemanha não terá remédio senão seguir para onde isso lhe for possível".²⁵⁹

Assim, Nicolau parte para a Bélgica em meados de fevereiro de 1914, numa viagem demorada. Para evitar passar por Lisboa, que vive tempos agitados de greves e manifestações, toma um barco cuja rota inclui escalas em várias cidades do Norte de África e Itália. Só a 1 de março é que José Maria recebe um telegrama do filho a dizer-lhe que se encontrava matriculado na Escola Agrícola de Gembloux, localizada próximo de Liege. Sobre o estabelecimento escolhido comenta: "O Jacinto da Cunha [Álvares

²⁵⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 84-90.

²⁵⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 385-386.

²⁵⁹ Idem, Fol. 396-397.

Cabral] não deverá ter gostado muito da tua matrícula em Gembloux, pois estou certo estimaria a tua companhia em Liege, mas poderão juntar-se em dias feriados, é já uma grande coisa ter assim tão perto uma pessoa amiga".²⁶⁰

É intensa a correspondência que mantém com o filho durante aquela que virá a ser a uma curta passagem pela Bélgica. Além de o ir pondo a par do que se passava na ilha e na família, escreve acerca de caçadas (uma área de interesse que os unia particularmente), de política, não se esquecendo dos conselhos: "Vou mandar-te todos os meses 400 francos; se crescer dinheiro vás depositando em teu nome numa conta bancária qualquer para eventualidades. (...) Livra-te de empréstimos e lembra-te do velho rifão que, na minha longa prática de vida, tenho achado ser mais do que verdadeiro. 'Quem quiser um inimigo empresta-lhe dinheiro'".²⁶¹

Para que nada lhe falte, incluindo ocasiões de lazer, sugere-lhe que alugue um terreno para caçar e aplaude a decisão de arranjar explicador, que mais não seja vais-te habituando com os termos e a expores em francês, língua em que, creio, terás de fazer exame". Ao admitir que, com a despesa do explicador, casa, comida e roupa lavada, a mesada de 400 francos não seja suficiente, escreve ao filho a 27 de março: "se entenderes que precisas de mais diz, pois enquanto estes malandros não levarem tudo não vale a pena passar provações".²⁶²

Também não lhe falta com os cigarros que aprecia, os Santa Justa da Micaelense, de que remete uma caixa num navio da fruta que deixa Ponta Delgada a 25 de Maio, nem com ananases que lhe envia para oferecer a pessoas que queira agradar, nomeadamente à dona da casa em que vive. Para satisfazer o filho ou porque quer estar perto dele, chega a pedir-lhe para se informar sobre as possibilidades de encontrar um alojamento e pessoal que permita assegurar à família uma demorada estada em Gembloux.²⁶³

Ao ter conhecimento, pela correspondência dele com a mãe, de que o filho só tencionava partir de férias para S. Miguel se passasse no exame de final de ano e, embora considerando tal decisão natural, aconselha-o a vir mesmo sem ser aprovado, depois "será o que for e aqui combinaremos o melhor caminho a seguir", tranquilizando-o, numa alusão às provas que o aguardam: "esse exame é pouco mais do que o do 7.º ano e parece que não têm por costume serem nele de uma exigência atroz,

²⁶⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 224-227.

²⁶¹ Idem, Fol. 233-236.

²⁶² Idem, Fol. 244-248.

²⁶³ Idem, Fol. 298-301.

deves ter uma certa dificuldade por causa da língua, mas creio que levarão isso em conta".²⁶⁴

A 17 de julho volta a escrever-lhe acerca do exame, aconselhando-o a procurar o diretor da escola para lhe pedir que, face às suas circunstâncias, o incluísse na lista dos primeiros alunos a prestar provas. Além de lhe dar indicações acerca do transporte eventualmente disponível para o regresso, recomenda ao filho: "Não te vale a pena trazeres os teus livros para cá: compra uma mala para os meteres aí depositados onde melhor te parecer. O dinheiro é que deves trazer todo o que tiveres".²⁶⁵

Estava então longe de imaginar que Nicolau não só não faria o exame em agosto como não voltaria a Gembloux: agora não era ele que inviabilizava a concretização das suas expetativas, como acontecera em Lisboa, era a Grande Guerra que eclodia, semeando o caos e a morte por toda a Europa. Apesar deste novo revés para com o percurso académico do sucessor, José Maria Raposo de Amaral parece um homem conformado quando, a 17 de julho, comunica o sucedido ao seu correspondente no Porto, Joaquim Pinto da Conceição: "Meu filho, felizmente, safou-se da Bélgica antes de haver a primeira declaração de guerra e veio para aqui por via de Cherburgo (França)".²⁶⁶ A eclosão do conflito agudiza ainda mais os receios de Maria Mercês. Já em 1912, numa carta dirigida ao filho que está em Lisboa, José Maria adverte-o: "Não é bom ter dia certo de telegrama, porque, se por acaso não vem, começa a mãe, com o génio que lhe conheces, a imaginar coisas".²⁶⁷ Mas, a partir de 1914, a situação complica-se: numa carta datada de 11 de fevereiro deste ano, José Maria refere: "Recebi os teus telegramas da Madeira e Gibraltar. Deves estar hoje em Argel, mas dali não veio telegrama; como é longe e complica com várias linhas é possível que venha amanhã; tua mãe está já num grande desassossego por causa disso, fazendo mil e uma conjeturas"²⁶⁸, comunicando-lhe a 17 do mesmo mês: "O teu telegrama de ontem, expedido daí às 10 e tal, só aqui chegou pelas oito horas; foram levar-me ao Teatro; a mãe estava já desatinada e não havia meio de a convencer que muitas vezes tem estas demoras".²⁶⁹

O regresso do filho a casa garante a estes pais a salvaguarda de Nicolau do cenário de conflito, mas reabre um problema que a saída em estudo para o estrangeiro lhe tinha permitido então contornar: a mobilização militar. A hipótese de entrada de

²⁶⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 320-317.

²⁶⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 458-460.

²⁶⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 348.

²⁶⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 439-442.

²⁶⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 205-206.

²⁶⁹ Idem, Fol. 215-216.

Nicolau no Exército, num tempo em que poderia vir a ser convocado para as trincheiras da guerra na Europa, deixa o pai deveras preocupado, ao ponto de admitir a possibilidade de ir viver com ele para os Estados Unidos. Numa carta para Lisboa a Henrique Bensaúde, escrita no último dia do ano, dá nota do seu objetivo prioritário de evitar deixar o filho seguir para o *açougue*: "Talvez por causa disso tenha de me ausentar para a América do Norte e residir ali o tempo necessário para me poder naturalizar e a ele cidadãos americanos; necessitava para o conseguir estar prevenido com uma ordem de 10 a 15 mil dólares sobre uma casa qualquer em Nova Iorque, de preferência, e de que me servirei ou não, conforme as circunstâncias". Acrescenta que o caso não requer "muita urgência, pois creio que antes da primavera quaisquer mobilizações que façam não o atingirão, mas esta gente que infelizmente nos governa é doida e velhaca e pode, de repente, decretar qualquer disparate".²⁷⁰

Requeria, pelo contrário, atenção imediata o preocupante estado de saúde de Nicolau, acamado desde 23 de novembro, na sequência de uma operação destinada a retirar-lhe um abcesso que novamente lhe apareceu na região do ânus. Apenas no final de fevereiro do ano seguinte é que começará a sair de casa (só sarando por completo em março), pois a ferida provocada pela cirurgia obrigou à execução de "golpes grandes e profundos"²⁷¹, conforme explica José Maria em carta remetida em meados de janeiro ao conselheiro Alfredo Pereira.

No final de 1915, é reaberta a questão da eventual mobilização do filho, a que agora vai procurar opor-se alegando os problemas de visão com que o seu herdeiro se defronta desde criança. Para documentar as limitações de Nicolau, pede a Arthur Fuchini, em carta datada de 31 de dezembro, que procure o oftalmologista do filho em Lisboa, requerendo-lhe o respetivo atestado. Na missiva, comenta que Nicolau está manifestamente muito melhorado; desapareceu por completo o estrabismo e vê mais do olho presentemente tão bem com os óculos como sem eles, mas ainda assim não é são.²⁷²

Em maio do ano seguinte escreve a José Maria Soares, correligionário da Criação, Fenais da Luz, para anunciar que o filho "foi finalmente inspecionado e foi isento definitivamente", considerando que "com a doença que tem na vista seria

²⁷⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 469-470.

²⁷¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 420-422.

²⁷² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 116-117.

necessário muita má vontade para o apurar".²⁷³ Porém, o problema não estava ainda resolvido em definitivo, uma vez que, a 15 de janeiro de 1917, em carta a Arthur Fushini revela: "o Nicolau foi chamado de novo à inspeção; não se apresentou e foi, por consequência, apurado, mas se, porventura, o que não creio, vier a ser chamado ao serviço terá, então, de ser novamente inspecionado; agora está apurado como territorial".²⁷⁴

O certo é que Nicolau nunca chegou a cumprir sequer a recruta e o seu dia-a-dia em S. Miguel, a julgar pelos documentos constantes dos copiadores de correspondência de José Maria Raposo de Amaral, terá sido passado ao lado do pai até à morte deste, seja na gestão dos negócios da família, seja na prática de atividades de lazer realizadas em conjunto, nomeadamente a caça e a pesca. Uma das caçadas em que ambos participaram ocorreu na ilha de Santa Maria em finais de 1916, tendo para ai viajado acompanhados de um criado, do caçador da casa e de um cozinheiro.²⁷⁵

Poucos anos antes da morte, e perante uma evolução avaliada como favorável face ao seu pensamento e projetos, profundamente contestados nos anos subsequentes à implantação da República em que esteve afastado de atividades públicas de relevo - António José de Almeida, do Partido Evolucionista (centro direita) assumiu em março de 1916 a chefia do Governo, rendendo no cargo Afonso Costa -, José Maria Raposo de Amaral procura colocar o seu sucessor entre os primeiros atores da ação política. Nicolau surge, assim, ao lado do cunhado Francisco Álvares Cabral [casado com a irmã Luísa] e dos primos José Jacinto d'Andrade Albuquerque e Duarte Manuel d'Andrade Albuquerque no topo de uma lista de candidatos a eleições previstas para finais do ano para a Junta Geral negociada com o Partido Unionista. As eleições administrativas acabaram por não chegarem a realizar-se devido à crise política e social desencadeada por um movimento de contestação à participação da Grande Guerra encabeçado por Sidónio Pais. Ao justificar a opção por uma aliança nas eleições administrativas com os unionistas, adversários do movimento com que se identificava e que levaria Sidónio Pais ao poder no golpe de 5 de dezembro de 1917, o senhor do Colégio explica, em carta dirigida ao Barão de Linhó em 31 de outubro de 1916: "[os monárquicos novos] procuraram em ir sós, mas consideram que os dois grupos [republicanos] se uniriam para os arrelhar e por tropeças a quaisquer medidas úteis que empreendessem.

²⁷³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 169-170.

²⁷⁴ Idem, Fol. 325-326.

²⁷⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 5

Conseguiram maioria na lista [de candidatos] à Câmara, um bom número de procuradores à Junta, ficando sujeitos à sua aprovação os nomes que os unionistas pretendam apresentar".²⁷⁶

Até ao fim da vida, José Maria vai garantir todo o apoio ao filho, tanto nas mais pequenas coisas - da encomenda de roupas à compra de cães para o canil (mesmo quando já não caçava), a negócios de maior risco, como se revelará o aval concedido a Nicolau para a instalação de um banco. Numa carta datada de 31 de outubro de 1917, dirigida a Germano Serrão Arnaud, dá nota dessa cobertura: "Organizou-se aqui uma casa bancária sob a firma Raposo Amaral, Severim & C.^a, de que faz parte o meu filho Nicolau Maria Raposo D'Amaral e de que sou sócio comanditário; ousou pedir para a nova sociedade toda a sua benevolência, responsabilizando-me por ela em quaisquer questões de crédito".²⁷⁷

A sua especial ligação ao filho, a quem atribuiu a responsabilidade integral da gestão das atividades da sua casa antes de falecer, terá sido determinante na decisão de avalizar a entrada dele numa área de negócios em que recusou participar toda a vida - a atividade financeira, a qual levaria Nicolau e a herança familiar à ruína.

5. As filhas: uma trindade feminina

Com as filhas, criadas e educadas no seio da família onde eram preparadas com cuidados especiais para o casamento sob o comando da mãe, que lhes ensinava tanto as artes do governo da casa como as do bordado e costura, à semelhança do que acontecia então nas casas abastadas do Reino²⁷⁸, José Maria Raposo de Amaral terá sido um pai que impunha algum rigor. Naturalmente, a relação maternal parece ter sido de maior proximidade, como denota uma carta de fevereiro de 1897, quando o marido escreve ao seu cunhado Luís Poças: "Mercês está ultimamente toda entregue a costumes de máscaras para as pequenas, mas está boa".²⁷⁹

²⁷⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 283-284.

²⁷⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 444

²⁷⁸ Sublinha Irene Vasquinhas (Op. cit., p.128): "Alguns autores, sem questionarem a supremacia masculina na liderança da família, seu responsável perante o exterior e a quem competem as funções socialmente relevantes, reconhecem o importante papel da mulher, sobretudo na qualidade de educadora dos filhos, a quem cabe ensinar 'desde o berço' as virtudes capitais da 'ordem doméstica': o respeito pelas instituições, o gosto pelo trabalho, o amor à pátria, a integridade moral, as boas maneiras, a disciplina".

²⁷⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol.46-50.



As três filhas, com Clotilde, a *rebelde*, em destaque à direita

Pela correspondência do chefe da família percebe-se que Maria Clotilde, Luísa e Maria da Luz tinham nos filhos da tia Isabel os seus principais parceiros de relação. O convívio com estes primos era desenvolvido sobretudo nos espaços familiares, tanto em Ponta Delgada, como nas respetivas casas de campo localizadas nas Sete Cidades, Furnas ou Ginetes. Frequentavam também, em conjunto, festejos sociais e religiosos, de bailes de carnaval às festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

José Maria contratou na Alemanha, a pedido de Isabel, uma educadora para ensinar inglês e alemão às sobrinhas, mas a sua correspondência é omissa relativamente à opção adotada no que se refere à educação das filhas. Pelos periódicos que assina - *The Illustrated London News*, *The Young Ladies Journal*, *La Vie Illustrés* e *L'Univers Illustré Reunies*, por exemplo - é possível concluir, no entanto, que desde cedo terão tido acesso ao conhecimento e ao contato permanente com as línguas inglesa e francesa.

Sobre a forma como ocupavam os tempos livres, sabe-se que passeavam a cavalo e de burro, que disputavam jogos de cartas nos serões de convívio organizados pela mãe e que se interessavam pela fotografia, uma novidade na sua época de juventude.²⁸⁰

Ao contrário do que acontece em relação a Nicolau, são escassas as referências que o pai faz ao dia a dia das filhas nas centenas de cartas que escreveu, embora se saiba que lhes dedica atenção e cuidados, viajando, por vezes, a sós com elas, nomeadamente em deslocações no arquipélago.

Nem sempre a relação com as filhas terá sido pacífica, entrando mesmo em ratura com a mais velha delas, com quem até aos 25 anos não tinha tido qualquer conflito relatado. O afastamento dá-se quando Clotilde decide casar contra a vontade

²⁸⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 336-337.

paterna, ganhando proporções de falatório público e provocando desavenças que contaminaram toda a família, levando ao afastamento, ainda que temporariamente, dos irmãos Isabel e José Maria.

A 31 de outubro de 1907, José Maria Raposo de Amaral escreve a Luís Poças Falcão dando nota do casamento da filha, cuja celebração era já conhecida na praça pública: "Oíço que Maria Clotilde pretende casar no dia 10 de novembro próximo. Não imaginas o desplante com que anda tratando deste negócio, parecendo votar-me e à mãe, a um completo desprezo. A consolação que tenho é que o malandrete [Rolando Viveiros] ou há de fazer absolutamente tudo quanto ela lhe ordenar ou tem de ser uma bruxa. Revolta realmente tanta ingratidão".²⁸¹ A 11 de novembro seguinte, numa outra comunicação com o cunhado, avança com informação mais detalhada do evento referindo algumas das suas consequências imediatas:

“Está consumado o facto: Maria Clotilde saiu de casa no sábado, 09 do corrente, à noite, foi dormir a casa da filha do Carlos Machado e casou no domingo, dia 10 de manhã.

Tuas irmãs te informarão do desapego, para não dizer cinismo, que mostrou até à última.

Eu fugi, saí na 5.^a feira para a caça e fui dormir aos Ginetes, onde me demorei até 2.^a feira; o Nicolau, também sem despedidas, foi ali ter comigo no sábado e a Mercês, Luísa e Maria da Luz no domingo. Não tive notícias dela nem quero tê-las; quem assim procede mostrou que não precisa de mim nem da mãe para nada. Este caso tem tido consequências e a minha irmã, que apadrinhou um pouco este negócio, está enxofrada comigo. Deus me dê paciência para ir levando esta vida sem desesperar”

282

No princípio de dezembro, volta a referir-se ao casamento de Maria Clotilde, de novo em carta ao cunhado, agora para elogiar o comportamento de Nicolau e relatar o estado de abatimento e de isolamento em que se encontra:

“Tens razão em dizer que o Nicolau tem juízo e ponderação e está, com efeito, dotado de muito bom senso nesta questão da irmã; é o único dos meus filhos que tem andado como deve; era muito amigo dela, muito amigo da tia Isabel e, principalmente do José

²⁸¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 168-170.

²⁸² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 270-271.

Jacinto, mas desde que se ausentaram daqui nunca mais fez a menor alusão a eles; faz a diligência, pelo menos diante de mim e da mãe, por andar alegre e satisfeito e entretém-se o melhor que pode.

Os melhores dias da minha vida são as quintas e os domingos, que passo geralmente com o Nicolau a caçar (...) Tenho passado a minha via ultimamente no Colégio e aqui em casa dos meus; a não ser o José Cabral que aqui vem passar todos os serões não me aparece ninguém, nem com franqueza por ora tenho desejo de os ver; tuas irmãs têm vindo aqui passar os serões uma, duas a três vezes por semana, o que muito estimo por causa da Mercês que dá muitos ouvidos à enorme intrigalhada que por aí vai.

Eu, felizmente, adotei desde o começo o sistema de não falar nem consentir que falem diante de mim sobre estes negócios e, por isso, sei as coisas pela Mercês e vou-as desfazendo perante ela como posso”.²⁸³

Mais de três meses depois do casamento, a 27 de fevereiro de 1908, escreve à tia Joana Raposo de Amaral a explicar o que está na base do desentendimento com a irmã e a lamentar-se acerca do sucedido no seio da família:

“Consultado por minha irmã sobre um pedido que a minha ingrata filha lhe havia feito para a receber em sua casa, respondi que escolheria entre nós os dois, que quem quisesse manter relações comigo as não teria com ela.

Sei que comunicou a todos o que lhe afirmei e, vendo eu a tia recebê-la em sua casa, convidá-la para os seus serões e até para jantar, depreendi que pretendesse cortá-las comigo.

Não sei realmente o que fiz à maior parte da minha família, mas tenho a consciência de não merecer que me abandonassem e desconsiderassem assim num dos transes mais dolorosos da minha vida. Paciência! é mais um dos muitos dissabores que nestes últimos tempos tenho tido.

O caso da tia não tem, nem podia ter, comparação alguma; o seu marido era um homem de bem a todos os respeitos, e pertencia a uma família digna e respeitável; e, infelizmente, nem uma nem outra coisa, se dá no meu.

Esta casa continua, como sempre, ao seu inteiro dispor e, tanto eu como a Mercês, teremos muito prazer em a ver por aqui, pois creio que, apesar de tudo, somos verdadeiros amigos”.²⁸⁴

²⁸³UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 270-271, Fol. 288-291.

²⁸⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24 Fol. 382-383.

Em março seguinte, escreve ao primo Bernardo Coelho d'Andrade, que vive em Newport, Inglaterra, onde exerce funções consulares, a queixar-se do comportamento de Maria Clotilde e a insistir nas críticas ao genro: "A minha filha mais velha deu-me o maior desgosto que me podia dar, casando contra minha vontade com um idiota pertencente a uma família muito ordinária e, principalmente, muito pouco escrupulosa quanto a honra e eu tenho a consciência de que lho não merecia. Há ingratidões que, por mais que se viva, nunca esquecem e esta é uma delas, paciência!".²⁸⁵

Pela sua correspondência fica sem saber-se se alguma vez se reconciliou com a filha mais velha, mas o fato do genro ser um apoiante da república que viria a triunfar em Portugal com a revolução do 5 de Outubro de 1910, acentuando os antagonismos na sociedade de Ponta Delgada, permite pensar que José Maria Raposo de Amaral e Rolando Viveiros nunca terão sido amigos.

Com as outras duas filhas, as relações do último chefe de família Raposo de Amaral com descendência - Nicolau faleceria a 29 de março de 1941, solteiro e sem filhos - parecem pacíficas, não tendo levantado obstáculo nem ao casamento de Luísa com o primo Francisco Álvares Cabral nem ao de Maria da Luz com João Maria Berquó de Aguiar.

A frágil saúde de Luísa nunca deixou, porém, de constituir fonte de preocupação. Já em julho de 1888 dava nota, em carta a Luís Poças Falcão, de que a sua segunda filha "tem estado doentinha, atacada de uma febre com ação semelhante à que teve o ano passado e que durou a bagatela de 12 semanas"²⁸⁶ e, em setembro de 1897, informava o cunhado: "A minha Luísa despediu-se das Sete Cidades [onde passava as férias em casa da tia Isabel] deixando-se cair de um burro e fraturando a clavícula, mas vai a melhorar"²⁸⁷. Em junho de 1900, quando Luísa está convalescendo de uma "grande inflamação nas orelhas", desabafa com o mesmo correspondente: "estou com cuidados naquela pequena ['sofre de um fastio enorme, está magra e abatida'], vou com ela no *Açor* até às Flores e tenho uma certa esperança de que estes dias de mar lhe farão algum bem. Oxalá que não me engane".²⁸⁸

Em várias outras cartas dirigidas a correspondentes diversos, vai dando nota da sua constante preocupação com a condição frágil da filha que se alimenta mal. Aliás, em outubro de 1905, estando de férias nos Ginetes, convoca de urgência o médico Carlos

²⁸⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 418-421

²⁸⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.250.

²⁸⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 193-194.

²⁸⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 259-260.

Bettencourt Leça, pedindo-lhe segredo sobre o motivo da visita. O diagnóstico clínico confirma as suspeitas, agravando a sua inquietação, pois, como escreve a Luís Poças Falcão "aquela pequena, sendo aliás muito boa, inquieta-me seriamente com a má vontade que tem de se alimentar, torna-se às vezes má em se tratando deste assunto"²⁸⁹. Em dezembro, já ultrapassada a crise, lamenta-se junto do cunhado: "a respeito de alimentar-se está perfeitamente no mesmo: voltou aos ovos quentes e não há forças humanas que a convençam a variar".²⁹⁰ O nervosismo da filha face a uma viagem com Nicolau que tinha programado para finais de 1907 determina o seu cancelamento, como refere em carta dirigida a 18 de dezembro desse ano a Luís Poças Falcão.²⁹¹

A saúde frágil da segunda filha vai preocupá-lo quase até ao fim da vida. Em janeiro de 1912 escreve à irmã para Coimbra, num comentário à decisão desta de amamentar o bebé que atinha acabado de lhe nascer,: "Já nada digo com respeito à Luísa criar ou não, teimou e não há meio de a convencer, há de arrepender-se depois quando vir que o filho é um encrenque, podendo ser forte e robusto, mas será tarde. Agora já come de tudo e alimenta-se razoavelmente, dantes é que não podia; muita paciência é precisa para levar esta vida!".²⁹²

Apesar de revelar algum descontentamento pontual, José Maria nutre especial estima pela segunda filha e, mesmo vivendo em Lisboa por causa dos estudos do Nicolau, não se esquece de prendá-la pelo seu aniversário, sendo minucioso nas instruções que dá ao seu funcionário em Ponta Delgada para que, no dia 26 de março de 1913, lhe entregue "em notas, 30 mil reis, sendo uma nota de 10 mil num envelope, remessa minha, outra de 10 mil, remessa da mãe, uma de cinco mil de cada um dos irmãos, Nicolau e Maria da Luz. Escreve por fora nos envelopes: lembrança de José Maria Raposo d'Amaral, de Maria das Mercês Fisher Berquó Poças Falcão, lembrança de Nicolau Maria Raposo d'Amaral e lembrança de Maria da Luz Raposo d'Amaral".²⁹³

Raras são as referências à última filha na sua correspondência e, pelo que escreve ao pai para Lisboa, em 16 de maio de 1888, percebe-se que o nascimento de Maria da Luz não terá sido especialmente festejado: "Mercês teve no dia 12 mais uma pequena que vai elevar o rol das freiras a meia dúzia. A bem dizer foi muito feliz, só

²⁸⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 163-164.

²⁹⁰ Idem, Fol. 352-356.

²⁹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 1316-317.

²⁹² À data da carta, a filha Luísa já está casada e com perto de 30 anos.

²⁹³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 282-288.

esteve uma hora incomodada e tem passado muito bem, nem mesmo febre de leite".²⁹⁴ Tal insatisfação atinge mesmo foros de lamento, em carta que dirige a Caetano Moniz de Vasconcelos: "No dia 12 nasceu-me mais uma rapariga, não quer o destino confiar de mim rapazes; deu-me um para me deixar amargas e eternas saudades e levou-mo barbaramente, paciência".²⁹⁵ Este desagrado poderá justificar o atraso com que comunica o parto ao cunhado Luís Poças Falcão, o que faz apenas em junho: "Começarei por emendar uma falta que tive no mês de maio último, participando-te o nascimento de mais uma sobrinha (...). A pequena nasceu bastante robusta, também sem novidade".²⁹⁶

Só voltará a referir-se à terceira filha em outubro de 1890, numa carta ao cunhado Luís, informando-o de que a "Maria da Luz esteve doentinha com uma bronquite acompanhada de febre que na época atual me assusta bastante, mas felizmente já está boa".²⁹⁷

Maria da Luz, a par de Nicolau, acompanha o pai em curtas estadas nos Ginetes e Sete Cidades, quando os afazeres retêm a mãe em Ponta Delgada. Em meados de julho de 1914, viaja com José Maria, a bordo do *Funchal*, para as ilhas das Flores e Corvo. Dessa viagem, idêntica a outras que ao longo da vida faz com os filhos entre as ilhas - a esposa habitualmente só o acompanha em deslocações ao Continente e na Europa - guarda boas recordações, como escreverá a Nicolau: "Regressamos hoje das ilhas; Maria da Luz e eu estivemos três dias nas Flores e Corvo, carregando gado, apanhámos lindo tempo e belo mar; as Flores é um verdadeiro encanto, já ali tinha estado, mas não me lembrava ou então não estava como agora".²⁹⁸

Já esposa de João Maria Berquó de Aguiar, a filha mais nova do senhor do Colégio, vai ser, a partir de 1924, a senhora do Palacete do Porto Formoso, construído em 1895 e onde atualmente funciona o polo de Ponta Delgada da Universidade dos Açores. Assumia, assim, e ironicamente, a posse de um dos principais bens da vasta lista do património do Visconde do Porto Formoso, cuja prodigalidade tinha sido combatida em vão por José Maria Raposo de Amaral, na sua condição de primo da viscondessa.

²⁹⁴ Recorde-se que é a terceira filha do casal e que se junta a outras três da irmã Isabel.

²⁹⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.217-227.

²⁹⁶ Idem, Fol. 239-240.

²⁹⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 64-66.

²⁹⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 466-467.

Depositário de uma tradição familiar de permanente luta pela expansão e consolidação do poder e da riqueza, comandada por um *pater familias* que surge investido de uma espécie de domínio soberano, José Maria Raposo de Amaral não regateará esforços de permanência nesse trilho em todas as áreas da vida privada e coletiva. Uma tal orientação, teimosamente adotada num período marcado pelo aparecimento de novas ideias vai colocá-lo, porém, em rota de colisão com muitos protagonistas sociais, incluindo com alguns membros do seu próprio núcleo familiar. O casamento da filha mais velha, Maria Clotilde, aos 26 anos, sem o seu consentimento, com Rolando Viveiros assumir-se-á, nas palavras do próprio, como uma das manifestações mais dolorosas da contestação ao seu poder paternal. Nascido em 1882, um ano depois de Clotilde, Rolando Viveiro terá contra si dois argumentos de peso: a falta de fortuna comparável à da noiva e a manifestação pública de simpatias republicanas. Poeta cultor lírico e humorista (publicou em vida quatro livros de poesia e duas peças de teatro cómico), Rolando Viveiros colaborou como jornalista em vários periódicos locais, nomeadamente no *Diário dos Açores*, foi dirigente do Clube União Micaelense e, embora a título interino, exerceria, em 1943 o cargo de presidente da Junta Geral dos Distrito de Ponta Delgada. Não terá sido, propriamente, a veia artística o principal motivo da sua rejeição para marido de Maria Clotilde, tanto mais que quatro anos depois Raposo de Amaral não levantará qualquer obstáculo ao casamento, quatro anos depois, de Luísa, com o pintor Francisco Álvares Cabral. O marido da segunda filha, além de ser primo, descende de uma família de recursos comparáveis aos dos Raposo de Amaral, o mesmo acontecendo no que diz respeito a João Maria Berquó de Aguiar com quem se casará Maria da Luz, em 1920, já depois da morte do pai.

A aliança de Maria Clotilde e Rolando Viveiros, que além do afastamento entre pais e filha provocou um clima de tensão nas relações de José Maria com a única irmã e com a tia Joana, por exemplo, colocava sobretudo em causa a autoridade do chefe da família numa época de "casamentos arranjados" no quadro de uma estratégia de conservação de fortunas e posições sociais. A manifestação de "ingratidão" filha não constituirá, porém, mais do que um sinal dos novos tempo, pois "Os amores contrariados pela oposição paterna são uma constante ao longo do século XIX [... mas são] cada vez mais numerosos aqueles que querem fazer coincidir casamento com felicidade, entendendo-o como uma fonte de prazer emocional e sexual" ²⁹⁹

²⁹⁹ VASQUINHAS, 2011, p. 138.

A rutura entre pai e filha irá, por outro lado, reforçar a já muito íntima ligação do chefe do senhor do senhor do Colégio com o filho Nicolau, a quem, desde sempre dispensou uma proximidade e cuidados raros para a época na classe social de pertença. Talvez devido à trágica morte do primogénito, vítima aos cinco anos de doença infecciosa, José Maria vai tratar, desde a infância, com especial atenção, o segundo descendente varão, que ficou com o nome do primeiro, atribuindo-lhe, ao longo de toda a vida, o estatuto de companheiro, tanto nos passeios, como nas caçadas, nos estudos e mais tarde nos negócios.

A dedicação ao filho irá ao ponto de admitir a possibilidade de ir viver para os Estados Unidos se com isso pudesse contrariar a eventual mobilização militar de Nicolau, cujas vontades procurará sempre satisfazer, mesmo quando lhes coloca reservas, como acontece em matéria de estudos. O investimento concretizado no filho e o especial afeto que lhe dedica não deverá ter sido também alheio ao espírito de uma época caracterizada pela especial valorização do papel do sucessor na continuação do poder e da riqueza da família encarada como "um pequeno sistema político, de estrutura hierarquizada, no qual o pai é o seu chefe natural e de autoridade incontestável, verdadeiro monarca absoluto ou quando muito, um déspota esclarecido, ao qual todos os membros do agregado tinham de se submeter"³⁰⁰. O tempo encarregar-se-á de provar que terá sido pouco prudente ao colocar *todos os ovos no mesmo cesto*.

³⁰⁰ Vasquinhas, 2011, p.123.

Capítulo II: Monárquico e autonomista

Embora se possa apontar a defesa, preservação e reforço do poder económico e social da família como trave mestra de toda a sua intervenção, a verdade é que as tarefas políticas desempenhadas pelo senhor do Colégio nos mais variados órgãos de poder, não sendo alheias a esse desiderato, terão constituído, por si só, uma força determinante de toda a sua ação ao longo da vida, proporcionando-lhe valiosos e celebrados triunfos, a par de pontuais desilusões, num percurso em que se manteve fiel aos ideais monárquicos e autonomistas.

Em 1914, José Maria Raposo de Amaral confessa, em carta dirigida a Jacinto Gago da Câmara Faria e Maia: "Politicamente nasci monárquico, monárquico tenciono morrer, se porventura conservar a minha cabeça certa até ao fim".³⁰¹

Embora se possa apontar a defesa, preservação e reforço do poder económico e social da família como trave mestra de toda a sua intervenção, a verdade é que as tarefas políticas desempenhadas pelo senhor do Colégio nos mais variados órgãos de poder, não sendo alheias a esse desiderato, terão constituído, por si só, uma força determinante de toda a sua ação ao longo da vida, proporcionando-lhe valiosos e celebrados triunfos, a par de pontuais desilusões, num percurso em que se manteve fiel aos ideais monárquicos e autonomistas

Efetivamente, a cabeça de Raposo de Amaral estaria sempre disponível para defender a monarquia portuguesa, num período de grande complexidade na política nacional. Esta defesa, todavia, assumiu contornos específicos no caso da geração micalense de José Maria, uma vez que a discussão em torno do modelo administrativo a aplicar aos Açores ganhou especial dinâmica no seio de um regime monárquico agonizante.

Desde muito cedo que o nosso biografado se identificou simultaneamente como monárquico e autonomista convicto, ligado ao partido progressista. Este posicionamento será determinante no seu percurso político, recusando aderir ao regime republicano e envolvendo-se diretamente nas questões autonomistas que marcarão a agenda açoriana no último quartel do século XIX. Como trave mestra do seu pensamento político figura o pressuposto de que a autonomia distrital constitui ferramenta indispensável ao desenvolvimento da ilha de S. Miguel. Poucos anos antes da sua morte, perante o

³⁰¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 318.

bulício que o país já republicano vivia, José Maria explicita bem o seu pensamento regionalista, afirmando: “tenho umas ideias muito especiais e minhas com respeito a patriotismo: em 1.º lugar sou micalense, em 2.º açoriano e em 3.º português”.³⁰²

1. A "pátria" micalense e o primeiro decreto autonómico

É, pois, na salvaguarda dos interesses da “pátria” micalense que José Maria se envolve na esfera da política insular, começando a afirmar-se politicamente pela mão do Partido Progressista, a meados dos anos oitenta. A subida de José Luciano de Castro à chefia do Governo, em fevereiro de 1886, abre-lhe caminho a uma relação direta seja com o novo presidente do Conselho, seja com os seus ministros, muito embora liderança formal dos Progressistas esteja, então, acometida ao pai.

José Maria não perde tempo no envio de cartas aos membros do novo executivo, formulando pedidos que vão de mudanças de juizes e padres à nomeação de novos responsáveis de serviços públicos tão diversos como os correios, porto de Ponta Delgada ou alfândega da cidade. Na correspondência com os membros do gabinete de José Luciano insiste na necessidade de assegurar a colocação de progressistas nos principais cargos da administração do distrito. Trata-se de uma estratégia que prosseguirá ao longo de toda a sua intervenção pública, a qual permitirá, além da conservação do poder progressista, uma ascensão política fundamentada numa rede de interesses e amigos. Por via do controlo dessa rede vai transformar-se, gradualmente, numa das mais influentes figuras da sociedade micalense, condição que arguirá repetidas vezes, especialmente nas disputas com o Governo central.

Não será, porém, com facilidade que ganhará tal estatuto. Aliás, nos anos iniciais do primeiro executivo de José Luciano, José Maria reagirá intempestivamente às recusas ou falta de respostas de um governo que, orientado pela filosofia de sistema "rotativista", se via obrigado a negociar cargos com a oposição do momento. Desempenhando pela primeira vez funções de Governador Civil, na qualidade de substituto na transição de executivos, insistiu repetidas vezes num conjunto de reivindicações que, não sendo satisfeitas, o levaram a pedir, a 29 de maio de 1886, ao chefe do executivo a urgente nomeação de um titular para o cargo alegando os "transtornos que causa à minha vida a continuação da minha estada neste lugar".³⁰³

³⁰² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 101-105 (Carta de 1915).

³⁰³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 12, Fol.63.

Com efeito, na qualidade de dirigente do Partido Progressista, Raposo de Amaral assume papel de revelo na concretização do projeto aprovado na reunião de lançamento de um movimento de defesa da autonomia dos Açores, sob o lema da "Livre Administração dos Açores pelos Açorianos", inscrito na capa do projeto de autonomia enviado à Mesa da Câmara dos Deputados, em 1892, pelo regenerador Aristides Moreira da Mota.³⁰⁴

A dissolução do Parlamento impediu a discussão do documento de Aristides Moreira da Mota, mas não cessou a discussão insular em torno da autonomia. Assim, em fevereiro de 1893, é criada uma *Comissão de Propaganda da Autonomia Administrativa dos Açores*, destinada a impulsionar a instalação do movimento, dela fazendo parte representantes dos maiores proprietários micaelense, um abastado comerciante e industrial, quadros do funcionalismo e membros das profissões liberais, além do professor primário Manuel Jacinto da Ponte, líder republicano na ilha.

Salienta-se, pois, a conjugação dos esforços micaelenses em prol do objetivo autonomista, nos quais se envolveram, precisamente, os chefes locais dos dois principais partidos portugueses, José Maria Raposo de Amaral, pelos Progressistas, e o Conde Jácome Correia, pelos Regeneradores. Da comissão alargada sairia uma subcomissão encarregada de elaborar um anteprojeto de autonomia administrativa mais consensual do que o de 1892, integrada por Aristides Moreira da Mota, Mont' Alverne de Sequeira e Caetano d'Andrade Albuquerque, este último com a função de redator. A 5 de Março de 1893 saía o 1.º número do jornal *Autonomia dos Açores*, órgão dos autonomistas micaelenses e, em maio seguinte, ficava concluído o projeto de autonomia administrativa da *Comissão de Propaganda da Autonomia Administrativa dos Açores*, que seria apresentado, em julho, na Câmara dos Deputados por Diniz Moreira da Mota, mas que não chegaria a ser debatido, mais uma vez devido à dissolução do Parlamento.

Tal como antes, o projeto autonomista não avançou. Aliás, José Maria Raposo de Amaral Júnior explicava ao chefe progressista, José Luciano de Castro, o sucesso e o sentido do movimento autonomista lançado em Ponta Delgada, sugerindo-lhe uma estratégia a dotar com relação às aspirações locais:

³⁰⁴ Ver: LEITE, José Guilherme Reis(1990), *Sobre a autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Eurosigno e LEITE, José Guilherme Reis (1995), *Política e Administração dos Açores de 1890 a 1910 - o 1.º Movimento Autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Letras.

“De Fevereiro para cá tem-se manifestado uma corrente de opinião pública em sentido da descentralização, pedindo *a autonomia administrativa do arquipélago*, e num comício imponente elegeu-se então uma comissão de propaganda que elaborou o projeto hoje pendente nas Cortes que me consta ter merecido de V. Ex.^a. palavras de louvor.

Nos Açores voga há muito o descontentamento pela forma por que tem sido gerido pelo Estado a fazenda e serviços públicos aqui, dando-lhe nos saldos livres superiores a 400 contos de reis por ano sem termos serviços de comando geral competentes. Este desgosto público tem por vezes desafogado em manifestações separatistas.

Parece-me, pois, que dirigido por um fim prático, alimentando a utilidade geral ao respeito da tradição pátria seria um bom serviço que faria como açoriano e português. Por isso a ideia elementar de várias fações políticas para, sem quebrar a nacionalidade, se defender a descentralização administrativa e por na sombra a ideia separatista. E como a descentralização está no programa do nosso partido, ainda como progressista me posso gloriar desta iniciativa.

Hoje o projeto respetivo está apresentado, mas se fala em dissolução, virá reforçar a nossa causa partidária, uma declaração de V. Ex.^a favorável à aprovação desse projeto. Os regeneradores têm-se dividido aqui nesta questão, convém aproveitarmos essa desunião, e uma adesão de V. Ex.^a declarando que patrocinará a aprovação da reforma administrativa descentralizadora para os Açores, segundo os traços gerais da proposta, virá dar-nos uma força considerável.

A Comissão Autonomista interroga a este respeito, por meio dos deputados do círculo, os chefes dos dois partidos na capital e o presidente de ministros. Creio que António Serpa e Hintze Ribeiro serão evasivos. V. Ex.^a respondendo que segundo os princípios do Partido Progressista não hesita em aprovar que se anseie no Açores à descentralização pedida, dá-nos enorme vantagem para a próxima eleição, mas não respondendo assim, a corrente autonomista passará por cima de nós como nas questões da lei de 3 de Abril aqui e nos lados da Madeira já sucedeu e agora *descentralização* somente pode ser amanhã *republicanismo* como expediente e *separatismo* como bandeira definitiva e, embora me custe, não poderei evitá-lo, a não ser prevenir tudo como lembro hoje".³⁰⁵

De facto, o consenso alargado registado no comício de 1893 e que vinha sendo preparado desde um primeiro encontro realizado no verão de 1891 na casa dos Raposo

³⁰⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 7-10.

de Amaral nas Furnas com os autonomistas Mont' Alverne de Sequeira e Aristides Moreira da Mota duraria, porém, pouco tempo. No ano seguinte, por não se reverem no projeto autonómico proposto pela comissão, os republicanos, defensores de uma descentralização de natureza federal, semelhante à adotada nos Estados Unidos, decidiram concorrer sozinhos às eleições parlamentares, com uma lista liderada por Teófilo Braga, e progressistas e regeneradores desentenderam-se quanto à apresentação de uma candidatura conjunta ao sufrágio, nisso contrariando a intenção dos respetivos chefes locais expressas em várias reuniões da Comissão Autonómica.

Em fevereiro de 1893 o regenerador Hintze Ribeiro, (ainda sem ser chefe do partido, liderado então por Serpa Pimentel), foi chamado por D. Carlos a presidir ao novo Ministério, em substituição de independente Dias Ferreira, resolvendo, no final do ano, dissolver o Parlamento e convocar eleições. É neste contexto que Aristides Moreira da Mota, autor do primeiro projeto autonomista apresentado ao parlamento e um dos mais relevantes ativistas do movimento rejeita candidatar-se a deputado autonomista, sendo substituído por Gil Mont' Alverne Sequeira. Entre as hostes regeneradores instala-se a divisão, enquanto Francisco Pereira d'Ataíde e Duarte Andrade Albuquerque Bettencourt integram a lista autonomista, ao lado do independente Mont' Alverne, Henrique de Andrade Albuquerque Bettencourt, Carlos Machado e Francisco Manuel de Medeiros Correia concorreram como candidatos governamentais (regeneradores).³⁰⁶

Os progressistas, pelo contrário, abstiveram-se de apresentar lista própria, participando os seus principais dirigentes, nomeadamente Caetano d'Andrade Albuquerque e José Maria Raposo d'Amaral, pai e filho, no combate eleitoral ao lado da lista autonomista, acabando, assim, por assumir a liderança do processo ao ponto de passarem a designar-se de autonomistas-progressistas.

Contrariamente ao sucedido nas eleições parlamentares de 1892, realizadas sem disputa graças ao acordo estabelecido entre regeneradores e progressistas que permitia uma partilha igualitária dos quatro mandatos, o plebiscito de 1893, que decorreu em abril, seria bem mais agitado, sendo ganho pelos autonomistas que obtiveram 27.390 votos, contra 25 201 dos regeneradores.

José Maria Raposo do Amaral envolveu-se ativamente na campanha dos autonomistas, deslocando-se, inclusivamente, à ilha de Santa Maria. Por isso, a meados

³⁰⁶ A obra LEITE, José Guilherme Reis (1995), *Política e Administração dos Açores de 1890 a 1910 - o 1.º Movimento Autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Letras, constitui um estudo relevante para a compreensão dos primeiros passos do processo autonómico açoriano.

de maio, queixa-se a Afonso Gomes de Meneses da atuação do Governo na sequência dos resultados do escrutínio: "Vejo o que me diz com respeito a transferências e represálias prometidas por aí, já sabia delas e por cá vai o mesmo, mas como *o medo é que guarda a vinha* e sabem que nós temos muito mais que fazer e transferir do que eles estou bem certo que entre mortos e feridos todos escaparão. Até agora apenas demitiram o reitor do liceu, *Dr. Eugénio Pacheco*³⁰⁷, regenerador façanhudo, mas que é autonomista".³⁰⁸

Apesar das divergências com o Governo de Hintze Ribeiro, a verdade é que será com o seu ministro do Reino, João Franco, que os progressistas autonomistas se vêm obrigados a negociar o decreto autonómico, o qual viria a ser aprovado pelo Executivo, tendo as Cortes encerrado, para não voltarem a abrir, a 28 de novembro de 1894. Sobre as conversações a decorrer em Lisboa, nas quais Gil Mont' Alverne Sequeira é o principal representante açoriano, Raposo de Amaral comenta, em carta remetida a 5 de dezembro ao deputado micalense: "Não dou muito pelas promessas de João Franco, mas confesso que tive bastante prazer em ver a sua última carta ao Caetano dando informações sobre a conferência com o José Luciano".³⁰⁹ Já no início de janeiro refere a Jacinto Monteiro Bettencourt: "Vieram os nossos deputados muito esperançados com as promessas do Ministro do Reino (João Franco) de incluir o nosso projeto autonómico na próxima reforma administrativa que tencionam decretar em ditadura. José Luciano também disse que se não ficassem satisfeitos com as concessões desse ministério não teria dúvidas em ampliá-las, pois eram essas as suas ideias, quando subisse ao poder".³¹⁰

A 2 de Março de 1895 é publicado o decreto do Governo que concede a autonomia administrativa aos distritos dos Açores "que a requeressem por dois terços,

³⁰⁷ Nascido em Ponta Delgada em 8 de novembro de 1863, Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro faleceu na mesma cidade a 28 de julho de 1911. Licenciado em Filosofia na Universidade de Coimbra, desempenhou, a partir de 1890 e 1894. Eugénio Pacheco distinguiu-se como investigador, jornalista e político, tendo integrado a comissão administradores e protetora do Museu Municipal de Ponta Delgada, antecessor do Museu Carlos Machado. Fundador, proprietário impressor e administrador do jornal *O Preto no Branco*, desempenhou funções de redator no *Autonomia dos Açores* e colaborou em outros títulos como *Arquivo dos Açores*, *O Norte*, *O Novo Micros*, *Diário de Anúncios* e *O Localista*. Envolveu-se no movimento autonomista da década de 1890, tendo a sua aproximação às ideias federalistas preconizadas pelo Partido Republicano contribuído para os conflitos em se envolveu com a sociedade local. Durante uma curta vivência nos Estados Unidos, onde esteve em 1902 e 1903 com o patrocínio do Governo de Hintze Ribeiro para estudar laboratórios de línguas na Universidade de Harvard, publico o jornal *Açores-América*, que nos 13 números editados tratou de temas relacionados com a melhoria das condições de vida das comunidades açorianas fixadas na América. Terminada a experiência americana fixou-se em Lisboa onde voltou a dar aulas, regressando a Ponta Delgada pouco antes da morte. (Enciclopédia Açoriana/Centro de Conhecimento dos Açores : <http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca>).

³⁰⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 111-112.

³⁰⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol.204-205.

³¹⁰ Idem, Fol. 222-223.

pelo menos, dos cidadãos elegíveis para corpos administrativos", sendo a chegada a Ponta Delgada do pacote *Açor*, que trazia o Diário do Governo contendo o diploma, celebrada efusivamente a 9 e 10 daquele mês, nomeadamente por iniciativa do município local, então presidido por Raposo de Amaral.

O diploma autonómico segue o projeto da Comissão Promotora da Autonomia de Ponta Delgada, mantendo, nos Açores, as Juntas Gerais extintas no país pelo novo Código Administrativo e atribuindo-lhes poderes mais amplos. Confia a esses corpos administrativos diversos serviços até então a cargo do Estado, nomeadamente nas áreas da viação não municipal, construção, reparação e policiamento dos portos artificiais, agricultura e pecuária. A principal fonte de receitas das Juntas Gerais passa a ser o produto líquido das despesas de cobrança das contribuições direta, predial, industrial, de renda das casas e sumptuária e todos os adicionais, tanto os fixados pelas leis gerais do Estado como os por elas estabelecidos num limite máximo de 15 por cento. Nos termos do diploma, a tutela das Juntas Gerais é exercida pelo Governo, tutelando estes órgãos a atividade das câmaras municipais da área da respetiva geográfica. Nos termos do decreto autonómico compete ao Governo a nomeação do presidente da Junta Geral, escolhido de entre os procuradores eleitos pelos concelhos, carecendo de autorização ou ratificação governamental o estabelecimento do quadro de pessoal e as decisões relacionadas com a organização e dotação de serviços, empréstimos, orçamentos, impostos ou quaisquer contribuições.

Em carta datada de 8 de maio seguinte, José Maria escreve a Caetano Moniz de Vasconcelos garantindo que a "representação [necessária à criação dos novos órgãos administrativos das ilhas de S. Miguel e Santa Maria] já foi assinada por muito mais de dois terços dos elegíveis"³¹¹, sublinhando: "Conquanto não seja ainda tudo quanto se desejava foi *um bom passo dado a favor da ideia*. [de autogoverno]. Oxalá agora saibamos administrar e empregar utilmente os rendimentos do distrito. Se assim fizerem há de mais algum seguir o exemplo", mas só a 18 de novembro é que sai em *Diário do Governo* o decreto que aplica ao distrito de Ponta Delgada a organização administrativa instituída a 2 de Março.

A demora na publicação do diploma em causa tinha sido justificada mês e meio antes por João Franco numa carta a Gil Mont' Alverne, em resposta aos pedidos de explicações dos deputados açorianos:

³¹¹UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 289-290.

"Não publiquei o decreto relativo à autonomia desse distrito por duas razões; 1.^a, porque foi sempre meu pensamento que todas as nossas corporações administrativas filhas de medidas pelo Governo publicadas em ditadura só entrassem em exercício em janeiro de 1896; 2.^a, porque, dependendo a fixação do número de procuradores da divisão de classificação concelhia não pude publicar a relativa aos distritos das ilhas adjacentes. Posso, porém, assegurar a V. Ex.^a que tudo estará feito a tempo de no dia 08 de dezembro, data marcada para a eleição das câmaras municipais, se elegerem ao mesmo tempo os procuradores à Junta Geral desse distrito, que assim entrará em exercício no novo ano de 1896. Escuso de explicar a V. Ex.^a quer as razões de conveniência política das corporações administrativas entrarem em exercício de gerência no princípio do ano civil, quer os motivos por que foi oportuno começar a publicação dos decretos relativos às novas circunscrições administrativas e jurídicas pelos distritos do Continente".³¹²

As eleições parlamentares ocorreriam no distrito de Ponta Delgada a 17 de novembro (só no dia seguinte, não por acaso, era publicado o diploma que criava os novos órgãos administrativos distritais), decorrendo sem a candidatura dos autonomistas, conforme tinha ficado estabelecido no quadro do acordo que permitira a publicação do decreto de 2 de março. Em carta que lhe dirigira em vésperas do ato eleitoral, João Franco tentou convencer Gil Mont' Alverne Sequeira a integrar a candidatura do Partido Regenerador, afirmando: "Vai proceder-se a novas eleições gerais e muito estimaria que V. Ex.^a pertencesse à nova Câmara. Procuramos assentar as bases de uma verdadeira representação das forças vivas do País, e agora o meu desejo é de reunir na nossa causa elementos de valor e de autoridade que possam dar-lhe um carácter nacional, regenerando assim o regime parlamentar tão abandonado nos últimos tempos. Por todos os motivos V. Ex.^a honraria a nossa Câmara e eu, repito, muito folgaria em o ver nela. Venha V. Ex.^a pertencer a esta cruzada de ressurgimento patriótico".³¹³ Contudo, o médico micalense resistiu-lhe, optando por manter-se fiel aos compromissos assumidos com os progressistas.

Nas primeiras eleições para a Junta Geral criada na sequência do decreto de 2 de março, marcadas para dezembro seguinte e realizadas conjuntamente com a escolha de novos autarcas no distrito, progressistas e regeneradores acabariam, porém, por

³¹² UACSD/PSS-AGMS(GMS/007/001/cx.2 155-1667

³¹³ UACSD/PSS-AGMS(GMS/007/001/cx.2 155-1667.

enfrentar-se. Em finais de novembro, a Comissão Executiva do Centro Progressista Autonomista de Ponta Delgada encarregou José Maria Raposo de Amaral Júnior de negociar candidaturas conjuntas, tendo em conta o interesse previamente manifestado nesse sentido pelo chefe regenerador local, conde de Jácome Correia. Nos termos da procuração com plenos poderes passada ao seu negociador, os progressistas entendiam, por seu lado, que "a criação da nova *Junta Geral do distrito* correspondia à necessidade de que as eleições corressem dentro da possível harmonia".³¹⁴ O chefe regenerador e os progressistas acabariam, todavia, por ver falhar os seus propósitos. A 30 de dezembro, já depois de realizadas as eleições, José Maria Raposo de Amaral escreve a Caetano Moniz de Vasconcelos explicando o fracasso da tentativa de união: "Está concluída a luta eleitoral; entendíamos, e a meu ver bem, que esta primeira eleição da Junta Autónómica deveria ser feita em paz e harmonia, escolhendo-se de todos os partidos homens que soubessem e quisessem trabalhar, e para o conseguirmos fizemos tudo quanto humanamente era possível fazer-se. Como terá visto dos jornais, os regeneradores, a título de uns ditos de rua, não quiseram entrar em acordos e apanharam neste concelho, principalmente, uma das maiores derrotas de que há memória".³¹⁵ Os progressistas autonomistas venceram nos concelhos de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Nordeste e Vila do Porto, obtendo 15 dos 25 mandatos de procuradores à Junta Geral, ficando os regeneradores com os outros 10 lugares. Ernesto do Canto, eleito pelos progressistas, acabaria por ser nomeado pelo Governo primeiro presidente do órgão autónómico, cuja sessão inaugural ocorreria a 1 de janeiro de 1896, sob a presidência de João Soares Albergaria, eleito por Santa Maria.

Estava conseguida a primeira conquista autónómica dos Açores, desenhada com competências meramente administrativas, e José Maria Raposo de Amaral fora um dos credores do processo que permitira a sua concretização. É, aliás, na casa da família nos Ginetes, em que passa a maioria dos verões da sua vida adulta, que será hasteada pela primeira vez a chamada Bandeira da Autonomia, como relata o *Diário dos Açores* em notícia publicada na edição de 6 de novembro de 1897.³¹⁶ A criação de um símbolo

³¹⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06. Fol. 410-411.

³¹⁵ Idem, Fol. 417-418.

³¹⁶ Escreve o *Diário dos Açores*: "No começo da semana passada, foram aos Ginetes retificar o local destinado ao Farol da Ferraria que a Comissão Distrital pensa em construir no próximo ano, o senhor presidente daquela corporação, Diretor de obras Públicas e dois vogais da Comissão Distrital. Foram acolhidos na passagem pela casa, pelo digno Par do Reino, Sr. José Maria Raposo de Amaral, com todas as manifestações de contentamento, que justamente anima o povo dos Ginetes, pela próxima realização daquele grandioso serviço. Consta-nos que, por essa ocasião foi içada, cremos que pela primeira vez nesta ilha, a nova bandeira definitivamente adotada para simbolizar a Autonomia Administrativa Açoriana. É

heráldico representativo da autonomia açoriana surge, então, dissociada de qualquer ideia de hostilização do projeto de unidade nacional, assumindo-se, sobretudo, como meio de valorização dos esforços de defesa dos interesses específicos, em particular das ilhas de S. Miguel e Santa Maria.

2. Uma autonomia austera ao serviço do progresso e desenvolvimento

Porém, José Maria confere prioridade absoluta ao rigor na gestão dos dinheiros públicos, exigência que o coloca frequentemente em conflito com correligionários políticos e com familiares próximos, os quais não hesita em enfrentar sempre que lhe parece estar em causa uma aplicação adequada de recursos. Esta postura vai levá-lo a contestar a Junta Geral pelo modo como aplica parte das receitas localmente geradas, chegando a questionar o interesse da autonomia de 1895 que ajudara a conquistar.

Pouco depois da publicação do decreto de 2 de março, já o autarca de Ponta Delgada expressava, em carta remetida a Caetano Moniz de Vasconcelos, na Horta, um desejo que em si continha um receio: "Oxalá agora saibamos administrar e empregar utilmente os rendimentos do distrito. Se assim fizerem há de haver mais algum [distrito das ilhas] seguir o exemplo".³¹⁷

O decreto autonómico tinha sido acolhido com satisfação nos vários setores da sociedade micaelense, vivendo-se então na ilha momentos de algum desafogo e até de entusiasmo que o contagiaram, como se percebe pelo que escreve para Paris, a 01 de julho, ao cunhado Caetano Andrade d'Albuquerque, que se encontra em viagem com a irmã e com os pais dela. Nesta missiva, José Maria dá conta do sucesso alcançado pela exposição organizada no Relvão, em Ponta Delgada, no quadro das festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que descreve ao detalhe:

"A nossa exposição correu muitíssimo melhor do que eu esperava, tanto em produtos como em concorrência, ouço que as visitas tinham chegado a perto de 15.000.No

um estandarte com as cores nacionais (azul e branco), tendo no lugar do escudo um açor voante, encimado por nove estrelas indicativas das nove ilhas do arquipélago e, para vincar bem a ideia de que a causa autonómica dos Açores em nada hostiliza a união nacional, tem a nova bandeira a coroa e o escudo portugueses no canto superior da faixa azul. Suprimiu-se nela, com razão, a legenda 'Autonomia', que em tempo ali apareceu numas bandeiras feitas a título de experiência, visto que o estandarte é mais um símbolo do que um dístico, e estes, só é costume pô-los nos pendões e estandartes de sociedades particulares. Vimos um exemplar da nova bandeira, feita na Alemanha, e de que a casa do Sr. Eiffé recebeu já bastantes encomendas. Parece-nos que preenche bem o fim de simbolizar a grande generosa causa açoriana".

³¹⁷UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 289-290.

domingo do Santo Cristo venderam-se três mil e tantos bilhetes fora os de entrada permanente que andavam pelos 300 e tantos, no dia da exposição de gado perto de 3.000.

A exposição ocupou vários pavilhões: a estufa pavilhão do sul - loiça de barro de Santa Maria, esteiras, capachos, joias, cordas de espadana e modelos de construção de navios; pavilhão do meio - louças das fábricas Manuel Leite e Bernardino da Lagoa; pavilhão do norte - ferragens, caldeireiro, etc. (neste pavilhão tinha o Leite uns homens a fazer loiça).

Edifício central, Pavilhão do Leste - Pinturas (estava cheio); pavilhão do meio - marcenaria, ourivesaria e indústrias diversas; Pavilhão do Oeste - bordados (estava cheio a mais não poder).

Edifício do lado: Pavilhão do norte - vinhos, álcool, aguardente, produtos agrícolas, maçãs doces, flores e produtos farmacêuticos; pavilhão do centro - colchas e tecidos de lã, flores e chapéus; pavilhão do sul - calçado, jornais, livros de cartografia. Neste pavilhão estava uma caricatura de Augusto Cabral, a *Torre Autonomica* em que figuram o Conde de Jácome Correia, Luís Soares, Mont'Alverne, meu Pai, Supico, Galvão, Visconde, tu, eu, Francisco Bicudo, Manuel da Ponte, Carlos Machado, Manuel Moreira [Governador Civil] e Pereira d'Ataíde, que foi coisa que mais atraiu os visitantes, era sempre muito difícil entrar lá e faziam cauda para a ver”³¹⁸.

Apesar do entusiasmo local que a Exposição de 1895 provocou em Ponta Delgada, apresentando o desenvolvimento técnico, material e industrial do distrito, a verdade é que a situação insular continuava frágil. José Maria rapidamente se apercebe das dificuldades que as ilhas mantinham e mostrava-se desiludido com os resultados reais da autonomia alcançada em 1895, conforme constata em carta que dirige a 12 de agosto de 1898 a Jacinto Monteiro Bettencourt, Vila do Porto:

“Não ando há muito tempo contente com estes membros da Junta que mentiram a esta pobre gente quando andamos por aí em comícios na célebre eleição autonómica e me fizeram mentir depois quando se tratou da eleição da Junta, porque, apesar de muitos desenganos que tenho tido na minha vida política, ainda tínhamos restos de boa fé e acreditei na sua necessidade.

Prometeu-se então a esta gente que se ia tratar a sério das suas estradas, dos seus portos, mas eu agora vejo tratar mais de embelezamento do *excomungado* Vale das

³¹⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. LV.06, Fol. 308-311). Uma perspetiva dessa mostra é fornecida em ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de (1973), “Catálogo da Exposição distrital de Artes e Indústrias de Ponta Delgada” in, *Etnografias, Arte e Vida Antiga dos Açores*, vol. II (pp. 343-38), Coimbra, Biblioteca Geral.

Furnas, de praças de Município e ruas Formosas em Ponta Delgada e descurar muito o que prometeram; daí o meu arrefecimento e talvez o meu abandono da causa autonómica, que, a meu ver, vai tomando um caminho que nunca esperei ela tomasse. Cada um se governa e não se atende, como se deveria, à comunidade e aos direitos dos pobres habitantes das povoações rurais que são tanto do distrito como o são os habitantes de Ponta Delgada por causa de quem são as luxuosas obras das Furnas. Desculpe-me este desabafo e esta maçada, mas creia que dos poucos autonomistas de boa fé que ainda hoje existem prezo-me de ser um deles".³¹⁹

Já antes, em maio, tinha dado nota ao pai, então em Lisboa, do seu descontentamento com a gestão da Junta: "Nas Furnas são obras e obrinhas por toda a parte; aquilo é que é gastar dinheiro doidamente e sem a menor utilidade"³²⁰, do mesmo se queixando a Caetano Moniz de Vasconcelos: "a meu ver tem-se despendido verbas importantes em obras e luxo, prescindíveis, enquanto as há de necessidade absoluta".³²¹

Com base em argumentos semelhantes, vai opor-se à construção de uma linha férrea na ilha de S. Miguel, assumindo-se, inclusive, como um dos principais detratores do projeto. Enquanto na Europa e na América o comboio se implantava a todo o vapor, encurtando as distâncias, simbolizando o progresso, José Maria Raposo Amaral, partidário e impulsionador dos ideais progressistas, não se contentou em declarar-se contrário à sua introdução na maior ilha açoriana, mas procurou também levantar obstáculos à execução do empreendimento que chegou a empolgar os dirigentes do primeiro movimento autonómico.

Numa primeira abordagem à questão, reconhece em carta dirigida a Luís Poças Falcão a 20 de dezembro de 1897: "Esta gente da Junta Geral (não todos, felizmente) andam doidos com o caminho de ferro e já alguns falam de prolongar a sessão [do principal órgão administrativo distrital em que o tema estava em debate]", advertindo-o de que, na eventualidade de o projeto ser aprovado, lhe enviaria um telegrama com a palavra *parabéns*, face ao qual "terás a bondade de ir logo pedir ao José Luciano que não conceda, sob pretexto qualquer, é empenho meu, do meu pai e do Caetano".³²²

Ano e meio depois, e apesar dos obstáculos levantados ao andamento do projeto, nomeadamente a indicação recebida do Governo Central de que à Junta Geral competia

³¹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol.497-498.

³²⁰ Idem, Fol. 395-400.

³²¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 318-319.

³²² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 243-244.

assegurar a construção e manutenção da rede viária, que deixou "azoados" os partidários do comboio, relatava ao pai a realização de festejos na cidade por causa do caminho de ferro, os quais incluíram a iluminação das casas dos entusiastas e do Asilo de Mendicidade, entre outros. Segundo acrescenta na missiva ao Par do Reino, a decisão aprovada, com vista à execução do empreendimento, não garantia o limite legal para o respetivo empréstimo de 5% sobre os rendimentos da Junta Geral, estimando-se um encargo anual com o serviço da dívida a contrair de 60 a 80 contos.³²³

Por essa altura escreve também ao cunhado Luís Poças Falcão para explicar, de modo enfático e com algum detalhe, as razões da sua oposição ao plano para implantação do caminho de ferro na ilha de S. Miguel. Além de alegar, em primeiro lugar, ser falaciosa a ideia de que todas as pessoas querem o comboio - "a gente sensata não a aprova e diz, como eu digo também, que era negócio para se tratar mais tarde, quando o que é absolutamente necessário estivesse concluído. A não ser uns certos ratões que todos, mais ou menos, têm interesses ligados ao caminho de ferro, toda a gente a olha uma questão de crença"³²⁴ - , sustenta com números a inviabilidade de um projeto, cuja execução iria comprometer a administração do distrito: "A Junta tem de despesas obrigatórias pagamento a empregados seus, veterinário, agrónomo, cobrança de impostos, quer dizer contribuições, etc. mais de 30 contos de reis; quer criar um corpo de polícia que não lhe custará menos de oito a 10 contos; a garantia dos juros não andará por menos de uns 60 contos, o que tudo junto perfaz entre 100 a 110 contos e, na melhor as condições de cobrança, fica uns 40 contos para reparar as suas estradas, construção de faróis, estrada para o Nordeste, etc. etc"³²⁵, concluindo a missiva num tom que revela algum agastamento: "Enfim façam o que muito bem quiserem, espatifem à vontade, eu, Luís, passarei por onde os demais passarem e acomodar-me-ei com o que quiserem".³²⁶

Não obstante os apoios e entusiasmos que congregara, a verdade é que o projeto de implantação de uma linha de comboio em S. Miguel não saiu do papel, nem mesmo por iniciativa de privados, como os seus partidários chegam a pensar poder acontecer face a uma proposta para o efeito apresentada em maio de 1900 pela companhia de gaz, que se propunha levar o empreendimento por diante com financiamentos ingleses.³²⁷

³²³ Idem, 19, Fol. 114-115.

³²⁴ Idem, Fol. 103-106.

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 369-37.

O apego de José Maria Raposo de Amaral ao rigor na gestão dos recursos públicos, em particular no que se refere ao primeiro órgão autonómico, vai manifestar-se, de novo, a propósito dos gastos com a preparação da visita dos reis D. Carlos e D. Amélia em 1901 aos Açores, de que procurou afastar-se, abandonando o cargo de presidente da Câmara de Ponta Delgada, alcançado em 1896, que o obrigaria a participar em algumas cerimónias, como a da entrega das chaves da cidade aos monarcas. Para evitar a presença nos atos previstos no programa da visita régia, o pai e a mãe viajaram para Lisboa. Durante a estada na capital a mãe de José Maria adoeceu, obrigando o filho a tomar o barco para assistir à sua morte. Poucos dias depois de chegar a S. Miguel, era o pai que falecia, vítima de complicações cardíacas. A visita de D. Carlos e D. Amélia a S. Miguel acabaria, assim, por ocorrer num período de profundo luto para família Raposo de Amaral.

Nas últimas cartas que José Maria envia ao pai, informa-o dos preparativos da visita régia e dos elevados encargos assumidos pela Junta Geral. A 13 de junho relata que "Estão fazendo uma escada para o lado da rua de S. Miguel que me dizem custará mais de três contos de reis. As obras que meu pai viu ainda aqui fazer na Matriz da demolição das capelas junto às portas dos lados foram feitas por conta da Junta. Ficou arrasado e custa realmente imenso ver esta derrocada; meu pai fez muito bem em sair, porque isto por mais que a gente queira ser indiferente incomoda bastante. Para a exposição [da visita régia] estão trabalhando mais de 200 carpinteiros, tendo mandado vir de todos os pontos da ilha, mas está tudo muito atrasado".³²⁸ Na mesma carta, em relação à gestão do principal órgão distrital refere que "Cada dia que vem são mais asneiras. O outro dia mandaram um cheque de cinco contos e tanto para pagamento de férias [salários] para o Banco de Portugal e responderam-lhes dali que não podiam pagar porque a Junta não tinha lá dinheiro; apuradas as coisas viu-se que na secretaria da Junta se tinham esquecido de lançar nada menos do que 18 contos e tantos de vários cheques. Foram levantar dinheiro na Caixa Económica e creio que já têm levantado mais. Disse-me pessoa bem informada que nas *obrecas* do Governo Civil já tinham gasto 20 contos e ainda não acabaram".³²⁹

Aos problemas de má gestão na Junta Geral, que passa a integrar como vogal eleito por Vila Franca do Campo depois de deixar, em 1901, a presidência da Câmara de Ponta Delgada, em que será substituído pelo cunhado Guilherme Poças Falcão, Raposo

³²⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol.104-108.

³²⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol.104-108.

do Amaral vai referir-se por várias vezes nos anos seguintes, tanto para insistir no impacto nas contas do Distrito dos encargos com a visita régia, como para alertar para falhas graves na administração de recursos financeiros e de pessoal. Em maio de 1904 comenta, em carta remetida Jacinto Monteiro Bettencourt, Vila do Porto: "Não imagina, nem pode imaginar o estado em que o Aristides [Moreira da Mota] deixou as finanças e administração da Junta; é um verdadeiro caos em que os empregados estavam roubando descaradamente de sociedade com os empreiteiros, etc., etc.; empregados extraordinários com grossos ordenados e que de nada serviam apuraram-se 55, mas creio que ainda há mais".³³⁰

3. No município gestão de rigor e prioridade a obras com impacto social

Na administração local, em particular na Câmara Municipal de Ponta Delgada, que dirige de meados dos anos oitenta do século XIX até inícios de novecentos (integrou os elencos camarários em 1887e 1895, de 1896-1898, 1899-1901 e 1908-1910), sempre procurou impor, pelo contrário e como alega repetidas vezes em coerência com o que exigia em relação à gestão distrital, rigor, o que significava alocar recursos e verbas prioritariamente a obras com reflexos na qualidade de vida da população do concelho e para as quais insiste na obtenção de transferências do Governo central. Entre as áreas em que concentra o investimento, figura a captação e fornecimento de água, com montagem de rede de distribuição na cidade e instalação de fontes públicas nas freguesias rurais³³¹. Para abastecer Ponta Delgada decide em 1887, por exemplo, a compra da nascente da Grota do Lanço por cerca de 2,5 contos³³², executando obras orçadas em mais de trinta contos em aquedutos e encanamentos que permitam o abastecimento das fontes públicas da Relva, Capelas, Fajã de Cima, Bretanha, S. Vicente, Candelária, Fenais da Luz, entre outras localidade.³³³

Como autarca, deixará marcas ainda hoje visíveis na sua cidade. É o caso do fontenário implantado na Praça Vasco da Gama, primeiro monumento evocativo dos

³³⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 157-160.

³³¹ Em 1875, 1888 e 1889, a Câmara de Ponta Delgada contraiu, para a realização de obras de abastecimento de água ao concelho, empréstimos num montante global ligeiramente superior a 263 contos de reis, amortizáveis em 54 anos e com encargos de cerca de vinte contos/ano, valor correspondente quase um quarto das despesas anuais do município (Cf. MACHADO, José Joaquim Ferreira (2004), A Administração Municipal de Ponta Delgada nos primórdios da autonomia (1896-1910), Ponta Delgada, Universidade dos Açores (pp.87-98).

³³² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol. 25.

³³³ UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada.

ideais da liberdade a chegar às ilhas. Como explica ao pai, que se encontrava em Lisboa em maio de 1887, a companhia estrangeira a quem a Câmara adjudicou a canalização de águas à cidade, comprometera-se a oferecer ao município "uma *Fontaine Monumentale*, que faço tenção de colocar no Relvão, tendo assim finalmente vez o eterno monumento à liberdade". Além do mais, José Maria mostra-se muito satisfeito com a forma como a companhia realiza trabalhos, para cujo financiamento a autarquia acabara de emitir um segundo empréstimo obrigacionista: "Fez-se já a primeira experiência de encanamento de 1.500 e tantos metros, dando excelentes resultados; veio mais um mostrador e creio que em agosto ou setembro teremos a água na cidade. O trabalho vai realmente muito bem feito e vê-se bem que aquela gente sabe do ofício".³³⁴

Agrado expressa também com a entrada em funcionamento, em fevereiro de 1900, do relógio da Matriz, como se percebe da notícia que envia ao cunhado Guilherme Poças Falcão, de viagem por Itália: "já está trabalhando; parece ser uma máquina de primeira ordem"³³⁵. Desde que projetou a instalação desse importante equipamento coletivo para a época, cuja colocação obrigou à realização de obras na torre do templo com acréscimo de uma estrutura quadrangular encimada por uma cúpula, foi sua preocupação a aquisição de um exemplar moderno. Isso mesmo o expressou na carta enviada aos agentes comerciais da casa Raposo de Amaral em Londres e em Paris William Hooton & Yates e Rey&Braga Bross, em 18 de março de 1898: "A Câmara desta cidade pretende fazer aquisição de um relógio de primeira qualidade com quatro mostradores iluminados para uma torre. Deverá o relógio ser colocado no extremo de uma torre".³³⁶

Depois de negociações que se prolongaram por algum tempo a produção do relógio foi adjudicada a uma empresa inglesa da especialidade, custando o seu fabrico 376 libras, 15 dinheiros e três xelins, cerca de quatro contos, como referirá ao pai, dando conta da sua chegada a Ponta Delgada a 14 de agosto de 1899: "O relógio já cá está, tem obrigação de ser bom; é um das melhores casas de Inglaterra e custou cerca de quatro contos de reis, sem sinos. Os mostradores são iluminados durante a noite e têm 3,30 metros de diâmetro".³³⁷

Em junho, a abóboda da estrutura acrescentada à torre tinha já sido fechada, mas a instalação do relógio vai ser atrasada devido a problemas de transportes do

³³⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.30-35.

³³⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 115-118.

³³⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 364-365.

³³⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 165-167.

maquinismo e do respetivo montador, associados à declaração de uma epidemia de peste bubónica que inviabilizava a operação no porto local de navios procedentes de portos do Continente.

Pelo seu elevado custo, a instalação de um relógio na torre da principal igreja de Ponta Delgada, visível em todos os pontos da cidade graças aos seus quatro mostradores, poderia ser encarada como um investimento público criticável num período em que as condições de vida da população da cidade e do concelho estavam longe de satisfatórias. O empreendimento, cuja concretização assenta como uma luva nos propósitos de modernidade assumidos por José Maria Raposo de Amaral, nos quais a regulação do ritmo da vida pelo relógio assumia particular relevância não representou, porém qualquer encargo para a Município, visto ter sido integralmente financiado com recurso a uma doação deixada em testamento pelo comerciante Joaquim Nunes da Silva.³³⁸

A austeridade na aplicação dos recursos e meios privados e públicos constitui uma das marcas da seu posicionamento seja em relação aos amigos seja em relação às instituições e o rigor da sua gestão à frente da Câmara viria a ser confirmado por uma sindicância realizada à autarquia em 1890, por iniciativa de um Governador Civil nomeado então pelos regeneradores que haviam subido ao poder em Lisboa. Substituído temporariamente à frente da liderança do município por Aristides Moreira da Mota, na qualidade de presidente da comissão administrativa entretanto nomeada, regressaria aos comandos da autarquia, após eleições realizadas no final do ano. Publica no *Diário dos Açores* a correspondência trocada com a comissão de inquérito, enviando o periódico a Luís Poças Falcão com a indicação: "Por aí verás que a sindicância é honrosa para nós e principalmente para mim".³³⁹

³³⁸ MACHADO, 2004, p.31: "A aquisição e montagem do relógio da Matriz foram proporcionados pela doação de oito contos de reis em testamento de Joaquim Nunes da Silva, falecido em 1898. No verão do mesmo ano era decidida a aquisição do equipamento proposto pela empresa londrina 'Gillett and Jonhston' pelo preço de 350 libras. (cf. BPARPD.FAMPD, livro de actas (1898-1900), n.º 52, sessão 2-VII-1898, fol. 28v".

³³⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 14, Fol. 261-262.



Relógio da Matriz de Ponta Delgada, empreendimento simbólico da ação de Raposo de Amaral no município

O rigor da sua gestão à frente da Câmara viria a ser confirmado por uma sindicância realizada à autarquia em 1890, por iniciativa de um Governador Civil nomeado então pelos regeneradores que haviam subido ao poder em Lisboa. Substituído temporariamente à frente da liderança do município por Aristides Moreira da Mota, na qualidade de presidente da comissão administrativa entretanto nomeada, regressaria aos comandos da autarquia, após eleições realizadas no final do ano. Publica no *Diário dos Açores* a correspondência trocada com a comissão de inquérito, enviando o periódico a Luís Poças Falcão com a indicação: "Por aí verás que a sindicância é honrosa para nós e principalmente para mim".³⁴⁰

Como gestor camarário bater-se-á também pela defesa das competências municipais, opondo-se a tentativas de menorização da autarquia ensaiadas pela administração distrital, garantindo a Inácio Morais Carvalho em julho de 1898, numa declaração a propósito de obras públicas que ameaça embargar por prejudicar a estrada municipal e o serviço de abastecimento de água: "Os senhores da Junta ou das Obras Públicas costumam tratar as comunidades dos povos e as propriedades municipais como verdadeira *roupa de franceses*, mas enquanto eu estiver na Câmara hei de fazer tudo quanto a meu alcance estiver para o obstar".³⁴¹

Apesar de deixar a liderança do município em 1902, a que regressará apenas por um curto período de tempo antes da implantação da República, continuará a acompanhar a respetiva gestão até ao fim da vida, sempre com a preocupação de uma boa administração dos recursos autárquicos.³⁴² Em 1909 adverte, por exemplo,

³⁴⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 14, Fol. 261-262.

³⁴¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 479.

³⁴² Durante grande parte do período em que está à frente da gestão municipal enfrenta dificuldade associados à exiguidade de receita resultantes de impostos decorrentes das crises económicas que o concelho atravessa. Conforme Sublinha Joaquim Machado, na pesquisa anteriormente citada, "a insuficiência de meios acabava sendo um óbice ao desenvolvimento, que a vereação [camarária] queria mais célere e profundo, tendo em vista que as verbas de despesas permanentes [a autarquia assumia, por

José Cláudio de Sousa, um colega autarca: "Nada tenho a dizer quanto à tal avenida em miniatura, se bem que muitas coisas há a fazer com mais proveito, nem ao nome; o que peço é que não se metam em cavalarias altas, comprometendo mais as finanças municipais. Tinha alto empenho em deixá-las organizadas este ano, mas já vejo que o não posso conseguir porque o rendimento falta. Lembre-se o meu amigo da dívida enorme que temos de gás e que nos pode ser exigida de um momento para o outro, logo que possam provar que são os donos daqui, e é muito conveniente ir deixando dinheiro esquecido para lhe fazer face".³⁴³

Em 1915, já completamente afastado da autarquia, lamenta a falta de verbas municipais numa carta que envia ao sobrinho José Jacinto: "A Câmara creio que está sem recursos para pagar os juros e amortização do empréstimo das águas em Dezembro, é a 1.^a vez que tal sucede!".³⁴⁴ No ano seguinte, dá nota ao padre dos Ginetes, Mariano Carvalho, de uma iniciativa que tentou lançar para combater os problemas camarários: "Conhecendo as tristíssimas circunstâncias económicas a que o nosso município chegou tentei, ainda, por um pouco de amor a esta terra, salvá-las [as contas da câmara] de uma ruína certa e recorri a alguns amigos a fim de fazerem o que possível fosse perante as juntas de paróquia [com vista à sua mobilização para tal propósito], mas a malandragem atacou-os [aos membros dos órgão de freguesia] por todos os meios e conseguiu [inviabilizar a intervenção que pretendia]. Ouvi ainda há pouco que a Câmara fechou as suas contas do ano findo com um défice de 25 contos e tanto e creio bem que, pelo que particularmente me consta, faltará ainda alguma coisa que se não deu ao manifesto. As receitas diminuem, as despesas aumentam".³⁴⁵

A sua permanente preocupação com o equilíbrio financeiro não se limitará à gestão dos recursos públicos sendo transversal a todos os projetos ou negócios em que participa ou em que é solicitado a intervir, inclusive naqueles com que se entusiasma e a

exemplo, outras despesas avultadas com a assistência às crianças enjeitadas, os chamados 'expostos' e com o combate às epidemias] envolviam mais de metade da receita orçamental" (pp.97-98). Segundo o mesmo autor, "no período compreendido entre 1896 e 1910, as despesas orçamentadas anualmente ultrapassaram em média os 117 contos de reis. Todavia o dispêndio público não obedeceu a um critério de regularidade ou de crescimento regular. Muito pelo contrário", o que encontra explicação na irregularidade da receita proveniente de impostos. As despesas camarárias orçamentadas atingiram no período estudado pelo mesmo investigador os seguintes montantes: 1896 - 86:787\$630 reis; 1897 - 91:469\$694; 1898 - 105:417\$221; 1899 - 125:133\$529; 1900 - 125:419\$323; 1901 - 132:277\$122; 1902 - 116:061\$751; 1903 - 125: 014\$693; 1904 - 121:084\$223; 1905 - 120:937\$012; 1906 - 116:252\$536; 1907 - 116:324\$536; 1908 - 118:890\$817; 1909 - 126:725\$275 e 133:700\$000 (p. 89).

³⁴³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 47- 48.

³⁴⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 91-94.

³⁴⁵ Idem, Fol. 143-144.

que atribui relevante importância, como foi o caso do colégio que fundou em 1901 em Ponta Delgada, com apoios da Junta Geral e da Câmara Municipal.

A ideia de criação de uma nova instituição privada destinada a acolher jovens que queriam continuar estudos além da educação primária, mas que tinham dificuldades por viverem afastados da cidade, afigura-se-lhe como única possibilidade de fuga a uma educação formatada pelo pensamento jesuítico³⁴⁶, como refere em carta ao correspondente da Povoação, Domiciano Pacheco, que lhe pedira ajuda para um filho em idade de ir estudar em Ponta Delgada: "com franqueza, repugnava-me um pouco concorrer, ainda que indiretamente, para a entrada do rapaz no *colégio de padres*, podia muito bem sair de lá um jesuíta consumado e eu depois ter remorsos disso".³⁴⁷

Assim, José Maria investe pessoalmente na criação deste novo estabelecimento de ensino. Em meados de junho de 1901, encomenda no Porto e em Lisboa mobílias e objetos para a nova escola que, como explica a Daniel Moura Lane, "não devem ser de luxo, nem também muito ordinários. As colheres é que devem ser finas, pois, como sabe, sendo ordinárias estragam-se depressa".³⁴⁸ Nesta carta, Raposo do Amaral expressa de forma clara os seus propósitos educativos, afirmando pugnar pela instalação de um "colégio liberal a fim de nos colocarmos em condições de combater os jesuítas".

Em outubro, anuncia ao cunhado Luís Poças Falcão ter vindo a ordem de abertura do *Colégio Açoriano*, com 91 rapazes matriculados.³⁴⁹ Numa carta que dirige em maio de 1901 a Eugénio Moniz³⁵⁰ na qual convidava a esposa deste para primeira diretora do Colégio, sabemos que ao projeto aderiram figuras importantes da sociedade local, estando incluídos na respetiva comissão instaladora, a que presidia, Dinis Moreira da Mota, Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, Luís Botelho da Mota e Francisco Afonso Chaves.

Apesar de arrancar com importantes financiamentos assegurados pela Câmara Municipal - 3.000.000 reis, no primeiro ano, 2.000.000 no segundo e 1.000.000 daí em diante - e Junta Geral, a verdade é que a nova instituição cedo revelou dificuldades em matéria de equilíbrio de contas, registando um saldo negativo de quase dois contos de reis em finais de 1903.³⁵¹

³⁴⁶ Deverá estar a referir-se ao Instituto Fisher, fundado em Ponta Delgada em 1892 e da responsabilidade de padres da Congregação do Espírito Santo. Foi muitas vezes acusado de ensino jesuítico pela imprensa.

³⁴⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 468-469.

³⁴⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 486-487.

³⁴⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 187-190.

³⁵⁰ Idem, Fol. 87-89.

³⁵¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 01, Fol. 412

As dívidas da instituição prejudicavam principalmente o principal impulsionador do projeto e vão aumentando gradualmente, até atingir, em 1905, os três contos. Em carta dirigida ao diretor de então, António Germano dos Reis, Raposo do Amaral admite que o projeto "não tem condições de vida sendo necessário tomar-se uma resolução".³⁵² Só abandonará, porém, a direção do colégio em 1910, dando como perdida uma dívida de 3.000.160 reis.³⁵³

Presente em todos os cenários da vida social, política e económica da sociedade micaelense, o senhor do Colégio ganhava particular visibilidade em períodos eleitorais, que nos tempos conturbados do rotativismo se revelavam frequentes e não poucas vezes com um calendário irregular. Não sendo candidato em muitas eleições (nunca disputou, por exemplo, um lugar de deputado) sempre desempenhou papel destacado como negociador, gestor e ativista das campanhas eleitorais, fossem elas para o Parlamento, Junta Geral, autarquias ou misericórdias. Ainda antes da morte do pai e, sobretudo a partir do primeiro movimento autonómico que acaba por alavancar o Partido Progressista Micaelense, nunca mais deixará de ter papel preponderante em tudo o que são consultas populares nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria até ao fim da monarquia.

A correspondência que mantém com os mais diversos colaboradores fornece pistas para se perceber quer o seu envolvimento na luta política quer a forma empolgada e até apaixonada como participava e vivia a disputa partidária do dia a dia de uma época de muitas mudanças.

4. Na luta política até ao fim da vida

As suas cartas permitam seguir algumas das peripécias da vida política local, sendo particularmente relevantes para o conhecimento de factos ocorridos nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria principalmente a aplicação do Decreto de 2 de Março de 1895.

Um ano após as primeiras eleições dos novos órgãos autonómicos, a 7 de fevereiro de 1897, caia o Governo de Hintze Ribeiro, não sem antes nomear, para o cargo do Governador Civil de Ponta Delgada, o Conde de Paçô Vieira, aliado de João Franco e escolhido por este, conforme se percebe por uma carta enviada pelo ministro do Reino a Gil Mont' Alverne Sequeira em 19 de dezembro de 1896: "Breve, princípios de janeiro, conto que irá para aí, como Governador Civil, o nosso conselheiro na

³⁵² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 04.

³⁵³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 152.

Câmara de 1894 e meu distinto e particular amigo Conde Paçô Vieira; ele procurará, estou certo, caminhar de acordo com todos e fazer antes uma política açoriana do que partidária, certo de que V. Ex.^a lhe prestará o seu auxílio e coadjuvação e disso já lho fiz constar".³⁵⁴

Com José Luciano de Castro à frente do Governo, são convocadas eleições parlamentares que se realizariam em maio, levando à escolha, mediante acordo entre regeneradores, agora chefiados no distrito pelo Marquês da Praia em substituição do Conde de Jácome Correia, entretanto falecido, progressistas e autonomistas. No quadro desse entendimento, o conde de Paçô Vieira, que abandonara o cargo de Governador Civil antecipando-se à queda do Governo, foi eleito na Ribeira Grande, sendo mandatados por Ponta Delgada e Povoação (inclui a ilha de Santa Maria) Luís Poças Falcão e Francisco Almeida Brito, respetivamente.³⁵⁵

Embora apoiasse a eleição de Paçô Vieira, José Maria Raposo de Amaral previne o cunhado Luís, pouco depois do ato eleitoral, quanto à necessidade de agir com reservas em relação ao novo deputado, afirmando que "o Paçô Vieira afinal, a trocas e barrocas, foi eleito pela Ribeira Grande e como ele é muito intrujão é conveniente recomendar aos ministros que nada despachem para aqui sem tu seres ouvido e quando se fizer qualquer coisa, para evitar que ele arrogue a si o que se fez, é conveniente participar por telegrama logo a seguir ao despacho, a fim de fazermos correr a notícia antes que ele a participe".³⁵⁶ É por causa desta desconfiança que José Maria indica ao cunhado que proponha ao Governo a nomeação do primo Francisco Andrade Albuquerque (bacharel) para o cargo para Governador Civil, iniciativa de que se virá a arrepender.

Com efeito, Francisco Andrade viria a desrespeitar a fidelidade à família Raposo de Amaral quando, na segunda metade de 1899, estala um conflito entre os progressistas micaelenses e o executivo de José Luciano de Castro, a propósito da adoção de medidas para evitar a entrada na ilha da epidemia de peste registada no Porto. A avaliar pela correspondência de José Maria Raposo de Amaral Júnior, as relações com o Governo progressista já não corriam ao gosto dos dirigentes locais, que se queixavam da falta de resposta a reivindicações consideradas importantes no plano da concretização da sua estratégia política. Em setembro, numa carta dirigida ao cunhado Luís, Raposo do

³⁵⁴ UAC/PSS-AGMS/GMS/001/001.

³⁵⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 166-171.

³⁵⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 166-171.

Amaral sublinhava mesmo, ao insistir na exigência da nomeação do padre José Furtado da Ponte para pároco de Vila Franca e de Dinis Moreira da Mota para a direção das obras no porto de Ponta Delgada que “o Governo tem-se encarregado bem de desmanchar o nosso trabalho de tantos anos na organização do nosso partido”.³⁵⁷

A crise surgida em torno da questão da peste teve início em meados de setembro, com base no pretexto da decisão do Governo de permitir a atracagem em Ponta Delgada do paquete *Funchal*. Em carta dirigida a meados desse mês a José Monteiro Bettencourt, em que aconselha a adoção de cautelas em Vila do Porto, José Maria Raposo de Amaral Júnior clarifica a sua posição e dos dirigentes progressistas locais sobre a matéria: "O Funchal vem aí; foi desinfetar a Londres, mas ainda assim eu não lhe dava prática". De igual modo, critica o que considera ser uma ação branda por parte do Governador Civil, que assumia igualmente as tarefas de guarda-mor da saúde, afirmando: “A *única vantagem* que temos em estarmos aqui isolados no meio do oceano é livrar-nos facilmente deste flagelo que de vez em quando persegue a humanidade, mas não a querem aproveitar”.³⁵⁸

Em sinal de protesto contra a persistência do Governo na decisão de permitir a escala do paquete em Ponta Delgada, solicita ao Rei, em carta datada de dia 21, a exoneração de funções de Governador Civil substituto para que tinha sido nomeado por despacho de 11 de fevereiro de 1897³⁵⁹ e, a 27, subscreve, conjuntamente com os outros membros da Comissão Executiva do Centro Progressista Micaelense, um comunicado de alerta à população "Não tendo [os dirigentes locais progressistas] conseguido evitar a deliberação de se dar prática a navios diretamente procedentes do Continente Português e de quaisquer portos onde ela lhes seja concedida, vem por este meio declarar aos seus correligionários e público que não aceitam responsabilidade nos factos de daí provenham contra a segurança dos seus conterrâneos".³⁶⁰

A 1 de outubro, o órgão executivo do Partido Progressista de Ponta Delgada reitera a sua exigência em telegrama ao chefe do Governo "Pedimos instantemente ordem urgente e terminante ao Governador Civil não dar prática vapor Funchal e todos procedentes Continente Português. Funchal chegará aqui 03 corrente. Aguardamos e pedimos resposta urgente, caso não venha ordem Centro Político dissolve-se"³⁶¹,

³⁵⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 390-392.

³⁵⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 205-206.

³⁵⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 19.

³⁶⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 217.

³⁶¹ Idem, Fol. 218.

Contudo, o apelo não é atendido e a resposta de José Luciano de Castro é desfavorável: "Não posso dar ordens Governador Civil contrárias às expedidas governadores todas ilhas; peste benigna, localizado Porto, resto País indemne. Muitos açorianos aqui sem recursos pretendem regressar, nós temos porto de Lisboa limpo. Pânico injustificável; só para tranquilizar população é necessário quarentena. Estabeleçam-na aí. Partido e política devem conservar-se estranhos esta questão".³⁶²

Face à radicalização de posições, decidem os progressistas micalenses convocar uma reunião partidária no Teatro Micaelense para 13 de outubro, da qual resultou a dissolução da Comissão Executiva e a suspensão de todos os trabalhos políticos. Quatro dias depois, em carta dirigida ao cunhado Luís, José Maria será particularmente crítico em relação ao comportamento do primo Francisco d'Andrade Albuquerque (filho da tia Joana), acusando-o de aproveitar a crise para "prestar serviço ao Governo a fim de ver se apanha depois pasta gorda" e queixando-se e detalhando o que se passou no encontro:

“A reunião do Partido de 13 de outubro, com a presença de freguesias de toda a ilha, aprovou por unanimidade a nossa declaração e resolveu suspender todos os trabalhos políticos, ficando meu pai encarregado de o convocar novamente quando entenda que se deu satisfação aos nossos pedidos.

A Comissão Executiva foi dissolvida. Resolveram oficiar ao Francisco para não dar prática à carga do Funchal, proveniente na sua quase totalidade do Porto. Por minha proposta, o Centro resolveu 'dar plena liberdade a todos os seus membros nas próximas eleições, inclusive de guerrear candidaturas oficiais progressistas'. O que nós queríamos, e era muito razoável, é que os passageiros, cargas e bagagens para aqui fossem convenientemente desinfetadas e acho que não era muito. Querem meter a peste à força aqui, metam-na, mas nós protestamos protestámos com todos os meios ao nosso alcance e sempre. Quando foi a cólera aí, partiu de nós a guerra contra a livre prática nos paquetes da Empresa [Insulana de Navegação]; nesse tempo estava Francisco muito aceso, agora em nada há perigo.

Não imaginas as mudanças repentinas de opinião e disparates que ultimamente ouvi nas sessões da Junta de Saúde: há médicos que numa sessão dizem uma coisa e na seguinte perfeitamente o contrário”³⁶³

A forma de agir do primo Governador Civil deixou-o anormalmente irritado, conforme desabafa na mesma carta:

³⁶² Idem, Fol. 219.

³⁶³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 224-231.

"Se não fossem o tio Mateus e a tia Joana, há muito que teria partido com o Francisco e não sei mesmo se não chegaria a vias de facto, pois não imaginas às vezes, com aquele risinho que bem conheces, faz ferver o sangue, mas vejo sempre por trás dele os vultos daqueles dois velhos a quem respeito e que não têm culpa das asneiras do filho. Perdeu completamente a vergonha; depois do que lhe temos feito era pelo menos andar ressentido, mas qual, está cada vez mais *amável*. Por um lado afirma, com um desprante sem igual, que tem a certeza de que a peste não virá cá; por outro, anda atrapalhadíssimo a ver se consegue arranjar alguns meios de defesa contra ela, meios que nunca conseguirá pelo menos nestes primeiros anos. Lembrar-me que fui eu que propus este malandro para Governador Civil e contra a vontade de meu pai!!".³⁶⁴

Com efeito, a raiz do antagonismo entre os primos residia na ‘rebelião’ de Francisco d'Andrade Albuquerque que, depois de ascender ao cargo de Governador Civil por sua indicação, se recusará a acatar as indicações que José Maria lhe dá, nomeadamente no respeitante às relações com o Governo Central. Esta divergência manter-se-á por muito tempo e contaminará as relações familiares, como refere Raposo do Amaral a propósito do velório da tia Joana, em setembro de 1915: "Fui lá passar a noite de 13 para 14 e não imaginas o nojo que fazia a figura do Francisco e respetiva esposa, querendo apesentar um certo desgosto, mas sadicamente de contentamento no íntimo, pequenas coisas também bastante nojentas que se deram depois da morte dela levariam folhas de papel a contar".³⁶⁵ Pela mesma altura e ao mesmo destinatário sublinha: "Creio que toda a família está de relações tensas com o Francisco d'Andrade; Maria e Visconde romperam com ele e não se falam, de Teresa nada sei; os Cabrais, assim como eu, não o visitaram pela morte da mãe, a irmã, ainda em vida da mãe, quando lhe deram a tutela rompeu, dizendo-lhe que fizesse de conta que não existia, mas ele é capaz de se me ir meter em casa agora quando for para baixo, pois a vergonha é pouca e sei que se tem queixado, dizendo que não sabe o que me fez".³⁶⁶

³⁶⁴ Idem, Fol. 224-231.

³⁶⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 91-94.

³⁶⁶ Idem, Fol. 91-94.



Francisco d'Andrade Albuquerque, primo e pontual adversário político de Raposo de Amaral

Se o desagrado com o primo assumia contornos políticos contundentes, a realidade insular não ajudava ao apaziguamento das partes. De facto, a crise vivida pelos progressistas micaelenses em consequência do conflito com o Terreiro do Paço inviabilizou participação deste partido com candidatos próprios nas eleições parlamentares de 26 de novembro, apresentando-se a votos, em resultado de um acordo negociado entre o Governador Civil, o Governo e os regeneradores, Luís Poças Falcão (progressista - Ponta Delgada), o coronel Sousa e Silva (independente - Vila Franca do Campo) e Conde Paçô Vieira (regenerador - Ribeira Grande).

No rescaldo eleitoral, José Maria Raposo de Amaral comenta ao cunhado Luís: "a tua eleição correu pacífica como te tinha dito e foi razoavelmente concorrida; não havia da parte dos eleitores a menor repugnância em votar em ti, mesmo do grupo regenerador muitos foram votar"³⁶⁷. Logo de seguida, volta a insistir na necessidade de afastamento do Governador Civil, afirmando que o sobrinho "Francisco cada vez se torna mais incompatível connosco; se quiserem partido é necessário acabar com isso o mais rapidamente possível". Seja como for, a verdade é que, com maior ou menor exposição, Raposo do Amaral envolvia-se sempre nas questões eleitorais, como se confirma quando responde a um agradecimento que lhe enviara o Conde Paçô Vieira, afirmando que "O Marquês da Praia descuidou-se muito com elas [eleições], confiado em que não tinha oposição. Descobri por mero acaso que um grupo importante de

³⁶⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, fol. 258-260.

progressistas tentava levá-la de assalto e creia bem que o teria conseguido se não os tivesse feito mudar de tensão".³⁶⁸

Nos primeiros meses de 1900, quando a morte, a meados de fevereiro, do cunhado Caetano d'Andrade Albuquerque em consequência de um ataque cardíaco, o deixa particularmente fragilizado, permanece o seu ressentimento para com o presidente do Conselho, como dá conta em carta dirigida a Luís Poças Falcão: "Progressista, Luís, nunca mais serei pelo menos enquanto for chefe do partido o Sr. José Luciano de Castro; estou satisfeito, mesmo satisfeitíssimo, da sua chefiatura. É provável que não entre mais em política, a lição foi dura e dura bastante, mas se o fizer será no Partido Republicano".³⁶⁹

Muito embora tenham vencido as eleições, os progressistas acabariam por ser afastados do Governo em junho, tendo D. Carlos encarregado, de novo, Hintze Ribeiro a constituir um gabinete que se vai manter em funções por quatro anos.

A queda do executivo progressista implicou, naturalmente, o afastamento de Francisco Andrade d'Albuquerque do cargo de Governador Civil, mas não reduziu a inimizade entre os primos, como confidenciará a Luís Poças Falcão em vésperas das eleições parlamentares: "A tua eleição vai correndo sem a menor oposição; Francisco é que tem apoquentado, querendo render serviços que creio ninguém os pediu, e mostrar a sua grande *importância e influência!*".³⁷⁰. Apesar dos seus aparentes receios, a verdade é que o primo não lhe fará sombra.

José Maria assume formalmente a liderança do Centro Progressista de Ponta Delgada quando o pai morre, em agosto de 1901. Não perdendo tempo, escreve a José Luciano de Castro no mês seguinte, a pretexto de agradecer o telegrama de pêsames que este lhe dirigiu pelo falecimento do Par do Reino. Falará então ao velho chefe partidário sobre a estratégia a adotar localmente nas eleições convocadas para outubro, em consequência da cisão Hintze Ribeiro - João Franco ocorrida em maio e que se traduzirá na perda da maioria regeneradora no Parlamento:

"O Partido Regenerador local está, positivamente, com medo da luta e a meu ver com razão, pois não tem elementos para vencer. Nas circunstâncias atuais, com a vida arrastada que o Governo leva, creio que nenhuma vantagem haverá nela e se nos derem em troca da maioria o mesmo quando formos governo - dois terços da Junta

³⁶⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 90.

³⁶⁹ Idem, Fol. 107-114.

³⁷⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 12-13.

Geral e as câmaras municipais de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Nordeste, Lagoa e Vila Franca do Campo - sem a menor oposição talvez aceitemos um acordo. Os três concelhos que restam no distrito e que pouca importância têm ficarão livres para os nossos amigos fazerem o que entenderem. Além de tudo o que deixei exposto no estado de desânimo em que estes profundos e repetidos desgostos me têm posto, custar-me-ia agora entrar numa luta eleitoral e (modéstia à parte) eu faria nela muita falta".³⁷¹

As eleições de deputados realizadas em outubro decorreram localmente conforme o acordo proposto pelo novo chefe progressista, que verá a sua estratégia e liderança confirmadas numa reunião partidária no Teatro Micaelense, a qual aprovou, também, a escolha de Clemente Joaquim da Costa, um capitalista casado com uma filha da irmã Isabel, para ocupar o lugar que vagou na Comissão executiva por morte do cunhado Caetano de Andrade Albuquerque. Foram assim reeleitos Luís Poças Falcão, Conde de Paçô Vieira e Luís de Melo Correia.³⁷²

Pouco depois da escolha dos deputados, realizavam-se, a 3 de novembro, eleições para a Junta Geral, as primeiras que decorrem no quadro da legislação publicada a 12 de junho de 1901 que alterou o decreto de 2 de Março de 1895, nomeadamente no que se refere ao número de procuradores com assento no principal órgão distrital que passa de 25 para 15: quatro mandatados por Ponta Delgada, três pela Ribeira Grande, dois pela Lagoa, Povoação e Vila Franca e um cada pelo Nordeste e Vila do Porto. No quadro do acordo estabelecido entre regeneradores e progressistas, os primeiros elegeram oito procuradores e os segundos sete. Raposo de Amaral que, entretanto, abandonara a presidência da Câmara de Ponta Delgada, passou a integrar a nova Junta Geral, eleito por Vila Franca, tendo por companheiros de partido na instituição Luís Bettencourt, Francisco D' Andrade (Ponta Delgada), António da Silva Cabral (Vila Franca) e Gil Mont' Alverne de Sequeira (Vila do Porto). Por nomeação governamental, o regenerador Aristides Moreira da Mota passou a ser o novo presidente.³⁷³

Em consequência da nova composição da Junta Geral, a maioria dos cargos eletivos passariam a ser ocupados por regeneradores, dispondo os progressistas de apenas um vogal na Comissão Distrital. Para ocupar esse cargo foi escolhido Francisco

³⁷¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 159-161.

³⁷² Idem, Fol. 187-190.

³⁷³ Idem, Fol. 77-80.

d'Andrade Albuquerque, ao arrepio da vontade do chefe progressista local, conforme refere em carta remetida ao cunhado Luís a 3 de janeiro, e pela qual se percebe que continua desconfiado em relação ao primo:

"Na minha opinião quem devia ser nomeado para a Comissão Executiva da Junta era o Supico³⁷⁴, mas soube que alguns partidários nossos levaram isso a mal e convoquei os eleitos para uma reunião a fim de decidirem quem deveria ser. Votaram no Francisco, mas a meu ver hão de em breve arrepender-se disso, porque o Aristides, que, segundo ouço, vai ser nomeado presidente, intruja-o muito e ele, depois que foi Governador Civil, não é homem que faça o que se lhe diz. Queriam que fosse eu, mas isso já se vê nem era conveniente, nem eu estava disposto a entrar nas circunstâncias económicas em que a Junta está, devendo cerca de 60 contos de reis, restos da malfadada visita régia".³⁷⁵

A rotura no seio dos regeneradores acentuou-se durante o Governo de Hintze Ribeiro, apesar da vitória conseguida em 1901. Avolumaram-se os apoios a João Franco que, em Maio de 1903, fundava o Centro Regenerador Liberal, passando a fazer-lhe dura oposição, ao lado do Partido Nacionalista, surgido no ano anterior por iniciativa de Jacinto Cândido da Silva, e dos tradicionais adversários progressistas. Cada vez mais isolado no Parlamento e na sociedade, Hintze Ribeiro propôs ao Rei a dissolução do Parlamento, o que aconteceria em abril de 1904, ficando as eleições marcadas para finais de junho.³⁷⁶

Apesar de unidos na oposição ao Governo, franquistas e progressistas estiveram em campos opostos no sufrágio, optando o partido de José Luciano de Castro por negociar um entendimento eleitoral com os regeneradores. O distrito de Ponta Delgada,

³⁷⁴ Nascido na Lousã a 1 de Novembro de 1830 e falecido em Ponta Delgada a 20 de agosto de 1911, Francisco Maria Supico fixou-se na ilha de S. Miguel em 1852, onde acabou por permanecer toda a vida, desempenhando funções de administrador da farmácia do Hospital de Ponta Delgada. Concluiu o curso de Farmácia Prática na Universidade de Coimbra em 1851, mas não foi como boticário que mais de distinguiu, atingindo notoriedade na sociedade micaelense sobretudo como jornalista de um periódico de que foi proprietário, editor e redator - *A Persuasão* -, do qual foi proprietário, editor e redator, publicado entre 1862 e 1911. O jornal funcionou como porta-voz distrital do Partido Regenerador, apesar da simpatia pelas republicanas por vezes demonstradas por Francisco Maria Supico, amigo de Teófilo Braga. Foi também investigador da história local, sendo publicada postumamente (1995) uma obra em três volumes intitulada "Escavações" em que arquiva variada informação acerca do século XIX nos Açores. Envolveu-se no movimento autonomista da década de 1890, mas manteve-se fiel aos regeneradores de Hintze Ribeiro, recusando apoio à candidatura apresentada pelos autonomistas nas eleições parlamentares de 1893.

³⁷⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 77-80.

³⁷⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 147-152.

onde os apoios de João Franco eram escassos, seguiu a mesma orientação, acatando os progressistas a estratégia que, já em abril, Raposo do Amaral defendera em carta a Luís Poças Falcão: "Convinha muito fazer um acordo tratado aí mesmo - dois [deputados] progressistas, dois regeneradores -, visto haver em novembro nova eleição, não vale a pena haver luta. Franco [João] não tem aqui nenhum elemento".³⁷⁷

Numa reunião partidária alargada realizada a 8 de maio, os progressistas ratificavam a estratégia proposta pelo seu chefe local, sendo o acordo com os regeneradores assinado a 17 do mesmo mês, conforme Raposo de Amaral dá nota, em telegrama, ao Conde de Botelho³⁷⁸. Pelo Partido Progressista foram eleitos Luís Poças Falcão e Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, jovem advogado que viria a destacar-se como Governador Civil e, pelo Partido Regenerador, António Sousa e Silva e Luís de Melo Correia. Nesta consulta eleitoral o chefe progressista micalense recomendara aos seus correligionários pouco empenho, como se percebe do que escreveu a Jacinto Monteiro de Bettencourt: "não vale a pena incomodar muito os eleitores desta vez; qualquer votação serve, mesmo porque teremos de os importunar nas administrativas, em que talvez esta gente tenha a veleidade de dar batalha, o que, até ver, não creio. Temos brevemente eleições administrativas e, logo a seguir, teremos outra de deputados; três lutas em tão pouco tempo era muito e levarmos dois deputados contra o Governo representa para nós uma grande vitória e uma importante manifestação de força".³⁷⁹

Os regeneradores venceram as eleições parlamentares, mas não conservaram o Governo, sendo José Luciano de Castro empossado como presidente do novo Ministério a 20 de outubro de 1904. O chefe progressista não tardou a pedir ao Rei a dissolução do Parlamento, sendo novas eleições convocadas para fevereiro do ano seguinte.

Antes disso, porém, Raposo de Amaral empenhava-se em eleições para a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada e dos responsáveis autárquicos das ilhas de S. Miguel e Santa Maria. Realizado a 9 de novembro, este ato eleitoral traduzir-se-ia na consagração de uma completa hegemonia do poder dos progressistas, face à desagregação do Partido Regenerador local, então liderado por Augusto Ataíde

³⁷⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 147-152

³⁷⁸ Idem, Fol. 175.

³⁷⁹ Idem, Fol. 177-180.

Estrela³⁸⁰, o que José Maria participa a José Luciano e Castro num telegrama que lhe envia a 4 de dezembro:

"Já por telegrama tive a honra de participara a V. Ex.^a que tínhamos obtido todas as câmaras municipais e procuradores à Junta Geral. Em Santa Maria, como eu previa, cõnscia de uma derrota certa, a oposição abandonou as urnas. O Partido Regenerador local, em consequência das últimas eleições de deputados dissolveu-se, mesmo antes de V. Ex.^a ser encarregado do Governo tinha resolvido não entrar nas eleições administrativas. Houve apenas luta renhida no concelho da Lagoa, onde tinham mais alguns elementos e, apesar de eu pouco ter influído ali, deixando a eleição perfeitamente entregue aos nossos amigos locais, perdeu-a por uma grande maioria. É muito provável na futura eleição de deputados neste distrito possamos disputar maioria e minoria, V. Ex.^a ordenará o que se faça".³⁸¹

Nas eleições parlamentares de 12 de fevereiro, a nomeação de Luís Poças Falcão para Par do Reino retirou-o da corrida eleitoral pelo Distrito que decorreu conforme o combinado com os regeneradores: estes elegeriam um deputado, José da Mota Prego, que desempenhara o cargo de Governador Civil, e os progressistas três, nomeadamente Gil Mont' Alverne de Sequeira, Alfredo Pereira e Silva Teles, indicado por Lisboa.

Numa apreciação a estas eleições, Raposo de Amaral relatará, uma semana depois, ao cunhado Luís:

"Está finalmente terminada a renhida luta eleitoral em que a regeneração positivamente queimou o seu último cartucho, não perdendo um único voto, valendo-se das mais pequenas dependências para apoquentar o eleitorado, andavam verdadeiramente doidos, ameaçando céus e terra, prometendo a vida eterna. Já com as listas feitas e dobradas pelas 'pequenas', recebemos o telegrama do José Luciano dizendo que serias feito Par do Reino e pedindo para o teu nome ser substituído na lista pelo Alfredo Pereira ou Madeira Pinto; não hesitamos na escolha do primeiro por ser para nós mais simpático e conhecido e lá se mandou fazer novas listas, caçando de todas as distribuídas e valeu-nos estar aqui a canhoeira *Açor* que foi a Santa Maria levar as novas e explicar a razão porque isto se fazia. Estimei bastante esta grande

³⁸⁰ Nascido a 2 de maio de 1850 e falecido em 5 de julho de 1931, Augusto Ataíde Estrela era membro de uma família aristocrática da Ribeira Grande e dirigiu o Partido Regenerador no segundo maior concelho da ilha de S. Miguel, tendo contribuído para a primeira eleição de Hintze Ribeiro como deputado. Com a morte deste, em 1907, assumiu o cargo de chefe distrital dos regeneradores.

³⁸¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 256-257.

vitória, como deves imaginar, especialmente por ser a primeira luta depois de eu ser chefe; nos últimos tempos de meu pai já eu o era porque, coitado! agoniava-se muito com estes negócios e declinava tudo em mim, mas era ele que tinha a responsabilidade. Os regeneradores tentaram dar uma manifestação ao Hintze de uma importância por este ter escrito pessoalmente a quase todos e descendo mesmo a indivíduos de pouca ou nenhuma influência, mas fizeram um fiasco completo. As nossas maiorias são de 1.200 votos neste concelho, 210 na Lagoa, 300 na Vila Franca, 401 no Nordeste e 340 na Ribeira Grande".³⁸²

Porém, a sua satisfação duraria pouco visto que, à semelhança do que aconteceram nas hostes regeneradoras, também o Partido Progressista viria a ser afetado por divisões internas no final do ano, sendo a liderança de José Luciano contestada pelo seu ministro da Justiça, José Apoim. A rutura no seio dos progressistas teve consequências em Ponta Delgada, pois dois dos deputados localmente eleitos - Gil Mont' Alverne Sequeira e Silva Teles - identificavam-se com a linha contestatária ao velho chefe. Raposo do Amaral manteve-se fiel a José Luciano, criticando o parlamentar autonomista, em carta que, a 10 de novembro, dirigiu a Luís Bettencourt: "O Mont' Alverne creio que anda doidinho de todo; disse a uma pessoa que me merece crédito que se houver dissolução em janeiro, embora nós não o apresentemos, ele se vai propor deputado *por sua conta*!!(...) diz que tu e o Guilherme o querem por fora do Partido Progressista".³⁸³

As novas eleições realizar-se-iam a 29 de abril de 1906, já depois da queda do Governo de José Luciano de Castro e da posse de um novo Executivo chefiado por Hintze Ribeiro, tendo os progressistas micaelenses decidido apresentar apenas um candidato a deputado, Alfredo Pereira, candidatando os regeneradores, fieis ao novo Presidente do Conselho, eleito António Hintze Ribeiro, Jaime de Sousa e Mota Prego.

O escrutínio realizou-se enquanto decorriam negociações para um acordo que visava unir os progressistas fiéis a José Luciano e os regeneradores liberais de João Franco num combate contra Hintze Ribeiro e os dissidentes progressistas chefiados por José Alpoim.

Já antes da escolha de deputados, o senhor do Colégio revela acompanhar as negociações, declarando-se favorável ao projeto, como se conclui do que escreve ao

³⁸² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 371-380.

³⁸³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 266-267.

cunhado Luís a 7 de abril³⁸⁴: "A fusão com João Franco vai por diante: fez-se agora acordo eleitoral e depois das eleições vai tratar-se de a fazer. Como te disse é para mim uma esplêndida solução. O João Franco é um homem de fortuna, sério e honrado e há de manter as tradições dos nossos chefes; é enérgico bastante e não pode ver a pandilha do Hintze, que cada vez tem menos vergonha e há de tratar a sério destes distritos dos Açores". Uma semana depois, também antes das eleições, comunicava a consumação da rutura dos alpoínistas com os progressistas locais, concretizada pela saída de dois dirigentes do Partido Progressista Micaelense: "Mont' Alverne e Manuel de Teves oficiaram pedindo a demissão da Comissão Executiva do Partido que lhes foi concedida, elegendo-se para os substituir Luís Bettencourt e João Moniz Feijó".³⁸⁵

A vitória de Hintze Ribeiro nas urnas revelou-se insuficiente para por termo à agitação vivida no País, particularmente em Lisboa, optando D. Carlos por aceitar a sua demissão, nomeando em maio João Franco como novo chefe de Governo. A nomeação de um novo Executivo implicou a convocação de novas eleições, para as quais desde cedo Raposo de Amaral se começou a preparar. O ato eleitoral só ocorreria em Agosto, mas já em junho escrevia ao padre dos Arrifes, José Jacinto Vieira, a explicar o respetivo enquadramento, justificando o pedido de apoio que lhe dirigia:

"A luta vai ser renhida, a meu ver sem razão de ser, porque o nosso interesse comum está em andar bem com os governos constituídos, a fim de ir obtendo deles o maior número de concessões possível a favor do nosso distrito que, nas atuais circunstâncias, bem precisa delas. O atual presidente do Conselho que muito bem conheço por ter sido meu contemporâneo em Coimbra, é homem que tem energia de sobeja para o por em prática [programa confirmado pelo Rei] e, se o conseguir, como creio bem que o conseguirá, por ter todo o apoio da Câmara e do País, é Governo para largos anos. O Distrito de Ponta Delgada tem uma dívida de gratidão a pagar ao conselheiro João Franco: foi ele que, sendo ministro do Reino, e contra a opinião do conselheiro Hintze Ribeiro, então presidente do Conselho, nos deu a nossa autonomia administrativa, cujos efeitos para o desenvolvimento do distrito e para a sua economia interna creio que são indiscutíveis".³⁸⁶

³⁸⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 17-19.

³⁸⁵ Idem, Fol. 33-36.

³⁸⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 186-187.

No final do mesmo mês escrevia a José Luciano de Castro pedindo-lhe para pressionar a adoção pelo novo Governo de medidas favoráveis ao Distrito de modo a facilitar o trabalho eleitoral:

"Um dos grandes elementos, talvez o maior, que temos contra nós é o funcionalismo, quase na totalidade aparentado com o Sr. Hintze Ribeiro ou com a sua família e que, habituado à nossa benevolência não tem menor receio de se manifestar o mais hostilmente possível, contra o Governo. Tudo isto produz uma péssima impressão nos nossos amigos e mais uma dificuldade que temos a vencer. A última situação progressista deixou aqui o nosso Partido muito falto de ânimo e algumas deserções houve para as fileiras contrárias. Peço a V. Ex.^a o obséquio de na sua primeira conferência com o Sr. João Franco lhe expor circunstanciadamente as condições especiais deste distrito, pátria do Sr. Hintze para que tem sempre aberto o cofre das graças legais e ilegais, onde tem uma numerosa série de parentes e adeptos que não nos guerreiam mais porque mais não podem, fazendo-lhe ver que muito precisamos de um pouco de apoio do Governo nos nossos pedidos".³⁸⁷

Mais uma vez, José Maria gere as eleições de acordo com os seus interesses, informando o chefe progressista que "O conselheiro João Franco empenha-se para que o seu amigo Aristides Moreira da Mota seja proposto por aqui e, se V. Ex.^a também não nos levar a mal isso, pretendíamos que os outros dois fossem o Sr. conselheiro Alfredo Pereira e o nosso amigo Dr. António da Silva Cabral, guarda-mor da saúde em Vila Franca".³⁸⁸

A campanha para as segundas legislativas de 1906 seria uma das mais trabalhosas da sua carreira política, levando-o a percorrer locais recônditos das ilhas de S. Miguel e Santa Maria, como relata, a 18 de julho, ao cunhado Luís:

"[os regeneradores] bastos como formigas, trabalham todos de alma e coração e nós temos três ou quatro que se mexem e os mais conversam, faltam-nos elementos de valor que o Mont' Alverne nos levou e o próprio Luís de Bettencourt pouco ou nada faz nem mesmo tem jeito para o fazer. Tenho percorrido esta ilha quase toda e no próximo domingo parto a correr o resto; já fui inclusivamente a Nordeste³⁸⁹. correndo

³⁸⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 23, Fol. 191-192.

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ Viajou na ida a bordo do rebocador Júpiter, acompanhado de Aristides Mota, Luís Bettencourt, Guilherme Poças e do Visconde do Porto Formoso.

o concelho todo, de freguesia em freguesia, montado num burro e eu já não estou para essas folias. Domingo próximo tenciono ir ao Faial da Terra e depois à Povoação por mar, voltando por terra pelas Furnas, Ponta Garça, Vila Franca, Ribeira Chã e Água de Pau. Estes malandros dos regeneradores de tudo se servem contra nós: como sabes estamos atravessando uma crise medonha de abundância de milho, não tem preço nem procura e eles meteram na cabeça a esta gente que quem tem culpa é o José Luciano, porque deixou entrar uma grande porção de milho estrangeiro e não há meio de os dissuadir disso porque infelizmente é verdade".³⁹⁰

O trabalho vai ser intenso até ao fim. Todavia, a três dias das eleições, José Maria está otimista, garantindo a José Luciano de Castro que, apesar "dos empenhos dos marqueses Jácome Correia e da Praia e Monforte na campanha regeneradora, para a qual chegaram aqui ultimamente...creio poder afirmar que a vitória será nossa".³⁹¹ Não se enganara: a coligação progressista/ franquista elegeria três deputados, designadamente Aristides Moreira da Mota (5.126 votos), António José da Silva Cabral (5.107) e Alfredo Pereira (5.073), enquanto os regeneradores apenas mantaram um deputado - Jaime Júlio de Sousa (4.032 votos).³⁹² No rescaldo do ato eleitoral, José Maria não esconde a sua satisfação:

"A luta foi realmente rija, mesmo como não tenho memória aqui; os nossos adversários, bastante poderosos e grandes proprietários, exerciam sobre os seus dependentes toda a sua influência, fazendo as maiores pressões, prometendo a vida eterna, comprando votos a 5.000, 10.000 e 20.000 reis etc., etc.; os empregados públicos, na sua quase totalidade aparentados ou afeiçoados ao Sr. Hintze, se mais não fizeram foi porque mais não puderam. O diretor da Alfândega [tio da esposa do Hintze] chegou a ameaçar os reformados daquela casa fiscal que lhes suspenderia o pagamento dos seus ordenados se não votassem contra o Governo!!.Vencemos em todas as assembleias deste concelho de Ponta Delgada e em muitas dos outros. Na freguesia dos Arrifes, freguesia próxima de Ponta Delgada e para onde costume ir assistir à eleição, tem o Marquês da Praia vinte e tantos contos de rendimento em propriedades, mas , apesar disso, perderam aí por 59 votos; aquela gente é-me muito afeiçoada e só não engana os regeneradores quando de todo não pode. O resultado

³⁹⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 240-246.

³⁹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 110-11.

³⁹² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 337-40 e 344.

excedeu a minha expectativa, contava com uma maioria de 500 a 800 votos e ela passou além dos 1.000".³⁹³

João Franco vai governar pouco tempo com a nova Câmara de Deputados constituída por uma maioria de eleitos pela coligação de progressistas e regeneradores liberais, que será dissolvida em maio de 1907, entrando no sistema ditatorial, de que resultou o rompimento da coligação. No Distrito de Ponta Delgada, o estabelecimento da ditadura franquista foi bem aceite por Raposo de Amaral. Aliás, quando João Franco decide cancelar a escolha de novos dirigentes para as autarquias, temendo os resultados de um confronto eleitoral realizado sem a aliança com os progressistas, o chefe progressista micaelense aceitou sem protesto a decisão do Governo, tanto mais que os dirigentes escolhidos pelo Ministério franquista para as comissões executivas nomeadas face ao adiamento das eleições pertenciam ao partido, tal como o Governador Civil à data, Luís Bettencourt³⁹⁴. Em carta dirigida em outubro a Alfredo Pereira, Raposo de Amaral comenta: "O João Franco não esteve para mais medidas e lá adiou, *sine die*, as eleições administrativas [previstas para 03 de novembro]; é realmente de uma energia a toda a prova. Aqui para nós, agradou-me a medida, que me livrou da enorme maçada de umas eleição que me parece ia ser muito disputada".

A meados de janeiro de 1908, a poucos dias do regicídio e do consequente termo da ditadura franquista, ainda se mantinha satisfeito com o chefe do Governo em funções, contestando a oposição que lhe era feita³⁹⁵, inclusivamente a promovida pelo seu próprio partido, conforme sublinha ao primo Bernardo Coelho d'Amaral:

"O João Franco tem a meu ver boa administração e melhor teria feito se não fora a oposição intransigente que lhe têm feito os outros partidos monárquicos e o republicano, a pretexto de estar fora da Constituição por estar a governar sem Câmara, etc., etc.; cantigas, porque os outros têm feito também várias ditaduras e pretendido fazer mais a que o Rei de tem oposto. Este distrito está numas circunstâncias muito excepcionais, quando se rompeu a liga liberal o meu chefe, José Luciano de Castro, disse-me que, como era amigo particular do João Franco, me continuasse a entender

³⁹³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 326-329.

³⁹⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 242-243.

³⁹⁵ A posição então assumida não passará despercebida especialmente aos seus adversário políticos, como se percebe pelo artigo: CORDEIRO, Carlos (2010), "José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957): de abnegado regenerador a autonomista pragmático", In *Outros Combates pela História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

com ele e assim tenho ido, mas sempre de acordo com ele, José Luciano; creio que há mais dois no País - Viana do Castelo e Vila Real - em que os progressistas estão unidos a João Franco, fazendo-lhe a guerra que podem todos os outros. Vai fazer eleições a 5 de abril e está-me a parecer que, apesar da união dos outros partidos monárquicos, levará maioria à Câmara. Meu cunhado Luís pertence ao grupo dos de Lisboa que está a ferro e fogo com o João Franco".³⁹⁶

O assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro no início do mês seguinte implicará o definitivo afastamento de João Franco da política, mas as eleições parlamentares realizar-se-ão a 5 de abril, uma vez que o novo Rei, D. Manuel II, decidiu manter a convocação para a data fixada pelo Governo que cessara funções, substituindo-o por um executivo chefiado pelo almirante Ferreira do Amaral.

Conforme refere a 18 de março, em carta dirigida a Jacinto Monteiro Bettencourt, a lista de candidatos no distrito de Ponta Delgada a esse ato eleitoral resultaria de um acordo feito em Lisboa entre os chefes partidários: "elegemos dois deputados e os regeneradores outros dois. Os nossos serão o conselheiro Alfredo Pereira e o Dr. Augusto de Castro Sampaio Corte Real, sobrinho do conselheiro José Luciano de Castro. Os nossos deputados, conjuntamente com o António Hintze, creio eu, regenerador, serão eleitos pela maioria, e o Mota Prego, regenerador, pela minoria"³⁹⁷. Trata-se de uma escolha que não satisfaz José Maria, conforme confessa em carta dirigida no dia seguinte ao cunhado Luís:

"O Sr. José Luciano não quis aceder ao nosso empenho de eleger um candidato franquista, parece que, no regime de concentração monárquica, e estando dentro dela os franquistas, que a meu ver é o verdadeiro partido monárquico do País, não haveria a menor dúvida. Paciência, atrás do tempo, tempo vem, e terei ocasião de fazer o mesmo quando ver decidido empenho em qualquer coisa. Deixou-nos aproveitar com a maior facilidade os benefícios do Governo franquista porque isso convinha ao prestígio da sua política e agora manda-nos ser ingratos com quem tão bem nos tratou. Numa carta que me escreveu por este paquete dava-me a livre escolha do candidato e resolvi convidar o Aristides que, infelizmente, por motivos de família não pôde aceitar, e eu, que nunca hei de acabar de ser tolo, se me hei de calar e eleger quem me parecesse,

³⁹⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 339-340.

³⁹⁷ Idem, Fol. 408.

quis consultá-lo para receber aquela resposta, que fica registada e mais tarde terá as suas consequências".³⁹⁸

Apesar do desacordo com José Luciano, com quem se manterá em conflito até à implantação da República, Raposo do Amaral empenha-se em eleições em tudo combinadas, até no que se refere à distribuição dos votos, como se percebe pelo que comunica a 26 de março a Jacinto Monteiro Bettencourt quanto à votação na ilha de Santa Maria:

"O Luís de Figueiredo propôs para aqui dar-se 600 votos a cada um dos deputados, mas como os eleitores do concelho são ao todo 852, achei que isso seria escandaloso de mais, por ter de se descarregar quase todos, e entre os quais iriam com certeza mortos e ausentes, e combinei com o Augusto Ataíde o seguinte, pouco mais ou menos, já se vê, como os nossos amigos melhor entenderem: Alfredo Pereira, Dr. Augusto Castro e António Hintze (558/560), Mota Prego (550 votos). Se os nacionalistas estiverem por aí muito teimosos, os amigos combinarão dar-lhes um voto em todo o concelho, reduzindo o mais possível o mais possível os números, pois não convém que haja protestos".³⁹⁹

A 30 do mesmo mês, promete, por outro lado, ao Marquês da Praia a eleição dos "dois deputados seus protegidos, o conselheiro Mota Prego e o António Hintze Ribeiro", garantindo que "nós, em todas as assembleias onde for possível fazê-lo dividimos a votação por forma a garantir a eleição de todos os quatro".⁴⁰⁰

O único senão que previa poder fazer perigar uma tal estratégia derivava do aparecimento de uma candidatura apoiada pelo Partido Nacionalista e que regista o apoio dos católicos, como refere a Alfredo Pereira a 31 de Março, afirmando que:

"A maior parte dos padres desta Ilha aderiram ao movimento e têm dito nas igrejas e nos púlpitos os maiores disparates acerca dos partidos progressista, regenerador e republicano, que qualificam por igual. Afirmam a esta pobre gente que votando nos nacionalistas vão para o céu e que irão com certeza para o inferno se votarem com os outros partidos. Parece-me que, apesar de tudo, nada conseguirão. Não receio nada pelos nossos dois deputados que serão com certeza eleitos, mas os regeneradores estão

³⁹⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 412-415.

³⁹⁹ Idem, Fol. 427-428.

⁴⁰⁰ Idem, Fol. 441-442.

aqui muito fracos e eu tenho de os auxiliar para elegerem também os seus, e é isto que me está dando bastante que fazer. Como só apresentaremos dois nomes nas nossas listas, pedem os patifes aos eleitores que podem votar com os tais partidos que eles excomungam e votar também com eles incluindo mais um e é necessário uma vigilância grande e prevenção para que isto não suceda".⁴⁰¹

A verdade é que os seus receios não se confirmarão, sendo eleitos deputados Alfredo Pereira (5.589 votos), Augusto Castro (5.427), António Ribeiro (5.166) e Mota Prego (4.957).

Até ao fim da monarquia vai empenhar-se, ainda, em eleições administrativas, que se realizarão a 1 de novembro no quadro de um acordo estabelecido entre os partidos do rotativismo, conforme dá conta Raposo de Amaral ao Conde de Botelho, a 22 de outubro:

“A combinação [com os regeneradores] ficou assim: Câmaras de Ponta Delgada e Vila Franca, todas progressistas; Câmaras da Lagoa e Ribeira Grande, todas progressistas ou com minoria regeneradora, conforme combinarem nas respetivas localidades; Câmara da Povoação, toda regeneradora; Câmara de Nordeste, dois progressistas dois regeneradores e presidente o prior José Luciano da Graça. Nós elegeremos os procuradores à Junta por Ponta Delgada, Vila Franca e Vila do Porto e os dois da Lagoa ou um daqui e do Nordeste, depende da resolução que tomarem em Nordeste e de que ainda não temos conhecimento. Os regeneradores elegerão os três da Ribeira Grande, os dois da Povoação e o de Nordeste ou um na Lagoa".⁴⁰²

No balanço eleitoral que faz a 3 de dezembro, José Maria informará José Luciano de Castro que "As eleições administrativas correram aqui muito pacatas, pois, nas circunstâncias atuais da política portuguesa, embora o Partido Regenerador esteja de uma fraqueza extrema, não valia a pena envolver os nossos amigos numa luta que, conquanto fosse de fácil vitória, sempre traria esforços e sacrifícios desnecessários, e, por isso, resolvemos fazer acordo com os contrários, dando-nos eles as vantagens a que

⁴⁰¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 199-201.

⁴⁰² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 142-143.

tínhamos direito. Dos 15 procuradores que constituem a nossa Junta Geral ficámos com nove e com todas as Câmaras mais do Distrito, à exceção da Povoação".⁴⁰³

Na eleição de deputados para a última Câmara de Deputados do regime monárquico, que desde o regicídio conhecera cinco governos de diversas formações partidárias, José Maria terá uma participação pouco empenhada, atribuindo as responsabilidades da campanha local ao cunhado Guilherme Poças Falcão e a Luís Bettencourt, embora se tenha envolvido nos últimos dias de atividades, como explica ao cunhado Luís, afirmando:

"Nada te posso afirmar ao certo sobre o resultado das eleições, se bem que me parece que a coligação vencerá, apesar do pouco trabalho e desordem que se tem feito. Estes políticos modernos são muito comodistas para se sacrificar nas ocasiões; estão espalhados por toda a ilha passando o verão e, lá de vez em quando, vão a Ponta Delgada. Na última eleição do João Franco, que foi a 19 de agosto, se bem me lembro, gemi na cidade até que ela se fez e só para aqui vim depois. Não fazia tensão como disse de entrar ativamente nesta, mas não tenho remédio senão sacrificar-me pelos outros, provavelmente irei amanhã a Ponta Delgada estar uns dias, porque de toda a parte me requisitam; estão com saudades de me ver e não sabem nadar sem bexigas. O Marquês da Praia está muito animado e trabalhando bem, mas há elementos seus que o não acompanham devido às promessas e vai ter nesta ocasião muitas desilusões".⁴⁰⁴

Contados os votos, comentará a Alfredo Pereira, deputado reeleito para um lugar que não chegará a voltar a ocupar devido ao triunfo da República: "Como disse a V. Ex.^a não tencionava entrar nelas [eleições], mas forçado pelas circunstâncias e principalmente pelo abandono em que tudo estava, fiz das fraquezas forças e fui estar na semana anterior à eleição cinco dias em Ponta Delgada. Hoje estou convencido de que se por acaso não tenho ido era a derrota completa, porque encontrei tudo muito abandonado e, principalmente, muita desanimação. Felizmente as coisas não correram tão mal como poderia ser, e eis o resultado: Jaime de Sousa (regenerador, 4.662 votos); Alfredo Pereira (Progressista, 4.609), António Hintze (regenerador, 4.605), Conselheiro

⁴⁰³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 219-220.

⁴⁰⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 23-24.

Silveira (4.590), Júlio Cabral (4.553) e Prazeres (4.552). Os quatro primeiros são eleitos".⁴⁰⁵

É neste contexto de algum desânimo em relação à vida política do país e dos Açores que José Maria tem notícias do regicídio. De facto, pela correspondência trocada com vários amigos e colaboradores, é perceptível a ideia de que, embora sendo um ferrenho adversário dos republicanos, José Maria Raposo de Amaral não será surpreendido pelos acontecimento que se registarão no final do primeiro decénio do século XX. Já em 1907 alertava o primo Augusto Ataíde sobre a crescente debilidade de João Franco que, na sua opinião, se metera “numa aventura arriscada, dissolvendo a Câmara e pretendendo fazer uma ditadura por anos. Todos os partidos monárquicos estão contra ele e creio que vão protestar perante o Rei, o Conselho de Estado, os deputados dissolvidos, a Câmara dos Pares, etc., etc.”.⁴⁰⁶ Estava então em Lisboa, conforme refere em carta a Luís Bettencourt, datada de 19 de maio e na qual sublinha ainda esperar medidas favoráveis do chefe de Governo: "O João Franco creio que não está mal connosco e não nos convém de forma alguma romper acintosamente com ele. Ainda não de tinha visitado; veio ontem aqui [hotel Borges, Chiado], depois desta trapalhada toda, mas eu não estava em casa".⁴⁰⁷ Em janeiro do ano seguinte, referia ao conselheiro Alfredo Pereira: "Por um telegrama de ontem do João Franco ao Governador Civil vejo que houve ai uma tentativa de revolta e que efetuaram ai algumas prisões de republicanos e dissidentes e diz-se que veio um telegrama para um jornal de Angra dizendo que o Alpoim andava homiziado. Lamento profundamente estes casos, mas os republicanos e dissidentes andavam realmente desaforados e o corpo a pedir-lhe folia. Não querem convencer-se de que o João Franco é dotado de uma energia realmente extraordinária e que desconhece por completo o medo. Oxalá que tomassem juízo e se deixassem de aventuras que só trazem desgostos e arrelias".⁴⁰⁸

Assim, a consciência que mostra ter sobre os problemas da monarquia mantém-se a par da defesa deste regime, pelo que se compreende o desgosto com que recebe a notícia do regicídio, como se percebe pelo que escreve ao cunhado Luís Poças Falcão, a 6 de fevereiro de 1908:

⁴⁰⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27. 38-39.

⁴⁰⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 127-128.

⁴⁰⁷ Idem, Fol. 130-137.

⁴⁰⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 188-189.

“Trouxe-nos o telégrafo no domingo, 2 do corrente de manhã, a horrorosa notícia do bárbaro e cobarde assassinato do Rei e do Príncipe real e não imaginas e impressão que tal notícia me causou e que ainda me dura. Os senhores José Luciano, Júlio de Vilhena, Teixeira de Sousa e muitos outros mais, terão com certeza remorsos cruéis, pois devem estar convencidos no íntimo de que com o sistema adotado por todos de excitação e ânimos pelos malditos jornalecos, calor aos republicanos e desordeiros etc., etc., muito concorreram para que tal se desse. Estão satisfeitos; já o João Franco largou de vez, creio eu, o poder e passam eles a suceder-se uns aos outros, sem terem quem os incomode nem lhes faça sombra. A cambada regeneradora cá da terra, com muito pequenas exceções, regozijou-se imenso com o nefando crime; dizem que foi muito bem feito e muitas asneiras mais. Até as senhoras estão radiantes de felicidade!!!

Pelo telegrama vindo hoje vejo que vai presidir à sessão de juramento do novo Rei na Câmara dos Pares; não sei se é caso de parabéns, mas se assim o entenderes, aceita os meus muito sinceros”.⁴⁰⁹

Em carta que dirige ao primo Bernardo Coelho d'Amaral, a 22 de fevereiro, insiste na responsabilização dos dirigentes monárquicos, incluindo os do seu partido, pelo regicídio, "pois nos seus jornais estavam usando de uma linguagem contra os reis realmente extraordinária", acusando o governo nomeado pelo novo monarca, composto por regeneradores e progressistas e chefiado por Ferreira do Amaral: de ter entrado “no caminho das concessões, não lhe dando muito tempo para se convencer de que não é com brandura que esta cambada se leva”.⁴¹⁰

Apesar das suas reservas quando ao futuro do regime, manifesta agrado pela entrada em funções de D. Manuel II, não deixando de o saudar através de telegrama remetido ao Rei no dia a sua investidura, a 6 de maio: "Associando-se júbilo nacional, Partido Progressista Ponta Delgada saúda respeitosamente Vossa Majestade, fazendo votos longo venturoso reinado e prosperidade Pátria Portuguesa", voltando a dirigir-se-lhe, também por telegrama, a 14 de novembro, a propósito da deslocação ao Porto.⁴¹¹ Acerca de viagem régia ao norte dirá, a 1 de dezembro, ao cunhado Luís Poças: "Tenho visto com muito prazer as manifestações feitas ao nosso reizinho e que provam bem à evidência que o nosso país é ainda hoje essencialmente monárquico. Mas estou com grave receio da volta que se deve efetuar; creio que no dia 04 os republicanos não

⁴⁰⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 358-359.

⁴¹⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 195-196.

⁴¹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 166.

deixarão por certo de fazer disparates, promovendo manifestações e este Governo é capaz de as não reprimir quando, em visto que se tem passado com o Rei na sua viagem, tem toda a obrigação de o fazer".⁴¹²

Nos dois anos que mediaram entre o regicídio e a implantação da República, D. Manuel II nomeou nada menos do que seis governos, assistindo-se a uma permanente mudança de responsáveis políticos no Terreiro do Paço que deixaram o chefe progressista micaelense sem interlocutores válidos em Lisboa. José Maria Raposo de Amaral vive então uma das suas piores épocas enquanto dirigente político, entrando em conflito aberto com José Luciano de Castro, a quem comunica a decisão de abandonar as funções partidárias em vésperas da realização de eleições parlamentares previstas para finais de 1910. Em carta ao cunhado Luís, datada de 1 de julho, garante ser irrevogável a resolução de se afastar, face a falta de resposta às reivindicações do distrito. No final de maio, tinha escrito ao chefe progressista alertando-o para o seu descontentamento e comunicando a decisão de sair:

"Sabe V. Ex.^a melhor do que ninguém que, desde 1876, não me tenho poupado a sacrifícios de toda a natureza para o bem servir, que nunca pedi nada para mim nem recebi favor algum pessoal. Felizmente saio como entrei, apenas com alguns cabelos brancos e talvez alguns anos de vida a menos (...). Os ministros do meu Partido não têm para nós a mínima consideração e este ministério deu em fazer deste distrito escala de acesso a seus afilhados e protegidos. Estas coisas hoje arreliam-me e incomodam-me, passo muitas noites inteiras sem dormir, tendo a minha saúde muito abalada, e V. Ex.^a decerto não exigirá de mim que, além dos sacrifícios, faça mais pela política do que por mais algum tempo de vida. Demais, se este ministério [presidido por Veiga Beirão] cair agora, à semelhança do último, perante as ameaças da Câmara, dá-me a tristíssima ideia de que o Partido Progressista não tem condições de vida, pela falta absoluta de pessoal com energia suficiente para organizar ministério"⁴¹³.

Data de 14 de julho a última carta que envia ao chefe partidário com quem mais longo tempo se relacionou e que terá sempre em elevada conta, ao ponto de lhe mandar vir dos Estados Unidos, em 1912, quando já não tinha quaisquer funções políticas, um aparelho de elevação para o ajudar a movimentar-se e por cuja alma mandou celebrar missa no Colégio, por altura do seu falecimento em 9 de março, aos 80 anos. Apesar do

⁴¹² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 191-194.

⁴¹³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 397-399.

apreço em que o tem, José Maria é pouco meigo nessa derradeira missiva, bastante eloquente quanto ao seu estado de espírito e ao clima de insatisfação localmente vivido em vésperas da revolução republicana:

“V. Ex.^a não imagina, nem pode imaginar, a soma de trabalho e sacrifícios que representa para nós uma eleição neste distrito que é grande, pois abrange toda a ilha e vizinha Santa Maria, sendo necessário percorrer todas as povoações, atender às suas exigências, etc., etc.

(...)Lamento profundamente que os ministros do Partido Progressista não tenham pelo seu chefe o devido respeito e consideração a ponto de não poder este obrigá-los a acabar com abusos como se deram e estão ainda dando, com o do escrivão da Lagoa nomeado há mais de um ano sem nunca tomar posse, e arrancar-lhes a nomeação de um escrivão de fazenda de 4.^a classe.

"Com a minha resolução não pretendo castigar ninguém, trato apenas de mim. Tenho ressentimentos de todos; de todos, de V. Ex.^a a quem a Comissão Executiva se dirigiu em data de 17 de janeiro do ano corrente, pedindo providências para o estado caótico em que se achava e acha o Regimento de Infantaria 26; V. Ex.^a não só não deu providência alguma, mas nem se dignou dirigir-nos uma palavra de resposta.

"Do Sr. conselheiro Alfredo Pereira, que, por mais que eu pedisse, que embora fosse a costumada resposta *não pode ser*, me dissesse sempre alguma coisa sobre os negócios que lhe incumbia, a fim de comunicá-la aos interessados, ainda hoje espero resposta sobre uma grande parte deles.

Recusou ao Governador Civil, a meu cunhado Guilherme Poças Falcão e a mim a nomeação de um praticante para o Correio, nomeando ultimamente, ignoro a empenho de quem, um regenerador desses que ladram aos quatro cantos das ruas contra o Partido Progressista, para esse lugar, etc., etc., não quero maçar mais V. Ex.^a com exemplos.

Diz V. Ex.^a que eu sou injusto para consigo; mas que nome tem então o procedimento de V. Ex.^a e desses senhores todos para comigo? (...)

Também como V. Ex.^a não tenho ambições; nunca as tive mesmo e os interesses do País pouco cuidado me dão presentemente; a meu ver está perdido e sem remédio. É tal o desânimo e o nojo que me causa esta política da atualidade, vil e interesseira, que mais de uma vez tenho pensado em ir fixar residência no estrangeiro”⁴¹⁴

⁴¹⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 468-471.

5. Desencantado com o rei mas fiel à monarquia

O desencanto com o desempenho dos últimos governos da monarquia não o fará, todavia, simpatizar com o novo regime que, conforme explica a A.S. Gouveia, seu correspondente em Nova Iorque a 15 de outubro, só logrou vingar graças ao "grande descontentamento com o Rei, pela proteção dispensada ao último presidente do Conselho [Teixeira de Sousa], um malandro que entrou no assassinato do pai e do irmão".⁴¹⁵

A sua aversão à República estende-se aos partidários do regime, de que tem uma imagem pouco favorável, como se percebe pelo que escreve a um mês da queda da monarquia ao sobrinho José Jacinto "Não sei como estas coisas estarão agora, mas, há ainda dois anos, todas as manifestações republicanas eram feitas por uma sucia de malandros com cara de assassinos e não se via um único sujeito decente".⁴¹⁶ Talvez por isso, sejam quase nulas as suas referências a dois açorianos que se notabilizaram no processo de implantação da República - Teófilo Braga e Manuel de Arriaga.⁴¹⁷ Apesar de terem ambos desempenhado o cargo de Presidente da República, a correspondência de Raposo de Amaral sugere que nunca com eles se tenha relacionado.

Sobre o que lhe sucede e acerca do que se passa no distrito nos primeiros tempos do novo regime vai dando nota aos seus correspondentes, relatando ao cunhado Luís, a 21 de outubro, ter reunido o Centro Progressista que resolveu por unanimidade dissolver-se, dando plena liberdade a todos para seguirem o caminho que mais lhes conviesse. Num comentário ao desaparecimento da estrutura partidária local acrescenta: "Ainda às vezes me parece que estou sonhando quando penso que, finalmente, estou de vez livre desta maldita política".⁴¹⁸ Refere-se também à dissolução da Junta Geral e da Câmara de Ponta Delgada e à nomeação de comissões administrativas republicanas, não

⁴¹⁵UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 70-71.

⁴¹⁶Idem, Fol. 103-104.

⁴¹⁷Nascido a 8 de julho de 1840, não se sabe ao certo se na ilha do Faial ou do Pico, e falecido em Lisboa a 5 de março de 1917, licenciou-se em Direito em Coimbra em 1865. Abriu banca em Lisboa, desempenhando funções de advogado em paralelo com a de professor de Inglês no Liceu. Participou na organização das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, promovidas em 1871 por Antero de Quental, sendo eleito deputado nas listas do Partido Republicano, cujo Diretório integrou em 1891-94 e 1897-99, pelo círculo do Funchal nas legislaturas de 1882-84 e 1890-92. Com 70 anos, empenhou-se ativamente no movimento revolucionário que conduziria ao derrube da monarquia. Nos primeiros dois anos do novo regime desempenhou o cargo de reitor da Universidade de Coimbra e de procurador-geral da República. Em 24 de agosto de 1911 foi eleito Presidente da República, com os votos do Bloco Conservador, renunciando ao cargo a 26 de maio de 1915, na sequência de um movimento revolucionário que afastou da chefia do Governo o general Pimenta de Castro.

⁴¹⁸UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 248-249.

parecendo muito agradado com o comportamento de D. Manuel II na resposta à revolução republicana: "Por telegrama aqui recebido diz-se que o Rei deposto vai fazer proclamação ao povo português!! depois de ter fugido, vergonhosamente, é caso para dizer: Asno morto...".⁴¹⁹

Apenas um mês depois da entrada em funções das comissões administrativas republicanas, José Maria escreve à irmã Isabel: "Esta gente por cá creio que está convencida de que nem na Câmara nem na Junta Geral e Misericórdia [até então dirigidas por progressistas] encontra os escândalos por que tanto almejavam e estão assim um tanto desconcertados. Vingam-se de mudar nomes a ruas e creio que poucas, afinal, ficarão com os antigos".⁴²⁰ Numa outra carta, datada de dezembro, também dirigida à mesma destinatária, José Maria regista alguns incidentes registados em Ponta Delgada: "Atiraram três bombas ali: uma à porta do padre Herculano, de S. Pedro, outra ao general Castro e outra ao padre Heitor. Foi obra de um sargento da Armada, criatura muito ordinária que para ai veio inspecionar boias, pelo que ganha a bagatela de 90.000 reis mensais e do malandro do Amaral que foi caixeiro dos Grandes Armazéns do Chiado. Estes mesmos estão a dirigir cartas anónimas ameaçando com bombas de dinamite e fogo nas casas etc., etc. A nós, para admirar, têm-nos poupado, ainda não recebi uma única".⁴²¹

Apesar de ter escapado aos desacatos e ameaças dos escassos extremistas republicanos locais, a meados de junho do ano seguinte confessa ao primo Bernardo Coelho Amaral já estar "inquieto para ver entrar isto na normalidade, preferindo que fosse com a monarquia", acrescentando: "Entraram numa ocasião esplendida em que todos estavam desorientadíssimos com o Governo do celeberrimo Herói de Alijó, Teixeira de Sousa, e se tivessem tido juízo, se apresentassem logo a sua constituição, fizessem as suas eleições, em vez de fazerem perseguições e leis para servir amigos seria difícil pô-los fora; assim o descontentamento é enorme e quase geral no país e creio bem que uma revolta monárquica será bem sucedida".⁴²²

Descontente com a República, rejeita, porém, a ideia do seu eventual envolvimento em movimentos conspiratórios, como se percebe no que escreve ao primo Jacinto da Cunha Álvares Cabral, a 02 de janeiro de 1912, denunciando a falsidade de uma referência na imprensa sobre o tema: "O *Comércio do Porto* diz, em

⁴¹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 248-249.

⁴²⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 113, 116.

⁴²¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 286-288.

⁴²² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 178-179.

correspondência de Lisboa, que consta ao Governo que o Marquês da Praia, os condes de Botelho e Albuquerque e eu, andamos conspirando, que tinham pretendido prender-nos, mas que o povo se opusera à minha prisão e do Marquês, que havia receio de alteração da ordem pública e, por isso, o Governo mandara para aqui um navio de guerra. É assim que se faz história. Se em todo o País se conspirasse tanto como aqui, a República não tinha inimigos; creio mesmo poder afiançar que foi coisa que aqui ninguém pensou".⁴²³

Adversário da conspiração enquanto meio de restauração da monarquia, José Maria opta por não colaborar com a República. Estando nos Ginetes em junho de 1913, escreve uma carta a Luís Bettencourt que é particularmente elucidativa quando à sua condição e pensamento à data:

“Vivo perfeitamente isolado do mundo: não leio jornais e ignoro uma grande parte das misérias que vão por este malfadado país; na atual conjuntura acho que é o melhor sistema de levar a vida. Como muito bem sabes, politicamente já dei entrada no cemitério há umas boas dúzias de meses, mas se queres a opinião de um morto eis que aí vai: concordo plenamente com o Aristides, Marques Moreira e Francisco d'Andrade; abstenção sistemática e o mais rigorosa possível.

O grande desejo desta malandragem que nos rege seria ver os monárquicos a entrar francamente na luta; fariam todas as patifarias necessárias para obter maior votação e, depois, arranjariam as coisas por forma a fazer constar lá por fora que tínhamos sido vencidos legal e honradamente.

Deixá-los esgrimir uns com os outros e cada vez mais me convenço de que o José Luciano tinha muita razão quando dizia: 'Não lhes mexam, deixem-nos que eles por si se aniquilarem'

Certamente que esta gente aqui e em quase todo o País não tem com quem compor listas para as corporações administrativas e terão de ir buscá-las fora da sua política, mas ainda neste caso a minha opinião é que ninguém devia aceitar, fazendo-o mesmo constar o mais publicamente possível antes das eleições.

Além de muita falta de pessoal partidário, cortaram a torto e a través nos recenseamentos; nos Mosteiros deixaram apenas 14 eleitores constam mais alguns na lista, mas estão mortos e outros ausentes e, na faina de cortar, excluíram o seu atual regedor e todos os membros da comissão paroquial”.⁴²⁴

⁴²³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 268-269.

⁴²⁴ Idem, Fol. 170-171.

Raposo do Amaral vai manter a ideia de completo afastamento de atividades políticas até 1915, altura em que a profunda divisão da sociedade portuguesa a propósito da entrada ou não do país na Grande Guerra se traduz no enfraquecimento do Partido Democrático, propiciando a formação de um governo liderado pelo general Pimenta de Castro, antigo ajudante de campo de D. Manuel, que aprovará legislação que abre a possibilidade de constituição de organizações partidárias monárquicas.

No final de 1914, Portugal assiste à definição de dois campos políticos antagónicos: de um lado estão os 'guerristas', ancorados nos republicanos radicais do Partido Democrático de Afonso Costa, favoráveis ao envio de tropas para o cenário de guerra em França, do outro, os 'anti-guerristas', que pretendiam limitar o esforço de guerra português unicamente à defesa das colónias africanas⁴²⁵, apontando a Inglaterra, tradicional aliada de Portugal, como opositora à participação do país na guerra por discordar do envio de soldados portugueses mal preparados e equipados para a frente de batalha. Os 'anti-guerristas' contarão com a adesão de algumas dezenas de oficiais protagonistas do chamado 'movimento das espadas', liderado pelo capitão Martins de Lima. Num primeiro momento, os cerca de 40 oficiais envolvidos no movimento são detidos quando pretendiam entregar simbolicamente as suas espadas ao Presidente da República. A sua prisão, além de gerar a contestação generalizada de responsáveis militares de vários ramos, culmina com o ato de entrega de espada de um dos heróis da Revolução Republicana Machado dos Santos, a Manuel de Arriaga, sendo o seu exemplo seguido por centenas de oficiais. Na sequência do 'movimento das espadas', e a solicitação dos militares, o Presidente da República dirige, a 23 de janeiro, um convite para formar Governo ao general Pimenta de Castro.⁴²⁶

Governando à revelia do Parlamento, onde os democráticos são majoritários, o Executivo de Pimenta de Castro aprova e faz publicar a 24 de fevereiro uma nova lei eleitoral que permite aos monárquicos e católicos organizarem-se para disputar eleições e, em março seguinte, anuncia a realização de um sufrágio para a escolha de novos deputados.

⁴²⁵ Ver: MARQUES, A.H. de Oliveira (1976), *História de Portugal, desde os tempos mais antigos até ao Governo do Sr. Pinheiro de Azevedo*, Lisboa, Palas editores; MEDINA, João (dir) (1990), *História Contemporânea de Portugal, Monarquia Constitucional, tomo II, Das origens do Liberalismo à queda da República*, Lisboa, Multilar; PERES, Damião (dir) (1935), *História de Portugal, vol. VII, Quinta época (1816-1918)*, Barcelos, Portucalense Editora; REIS, António (1989), *Portugal Contemporâneo, vol II (1851-1910). Consolidação e decadência da Monarquia liberal. Esperanças e frustrações da nova ordem socio-económica. As tensões culturais. A Evolução das mentalidades*, Lisboa, Publ. Alfa.

⁴²⁶ Ver: TELO, António José (coord.) (2015) *O Assalto à Escola de Guerra 1915-2015*, Porto, Fronteira do Caos.

Este cenário abre uma nova janela de oportunidades aos monárquicos, que José Maria Raposo de Amaral se apressa a aproveitar, garantindo, em carta dirigida ao general António Augusto de Sousa e Silva, datada de 2 de março, o seu total empenho em eleições, caso seja essa a opção dos partidários da causa: "Já nos últimos tempos da monarquia tinha resolvido retirar-me por completo da política, mas certamente que não hesitarei em voltar a ela e empenhar todos os meus esforços para uma restauração do regime. Entre nós uma eleição não dará grande trabalho, porque, mesmo com o recenseamento atual, em que fizeram toda a sorte de tropelias, é mais do que certo que numa luta aberta a vitória será nossa e por uma boa maioria.guardo ordens de V. Ex.^a na certeza de que podem contar com o meu apoio incondicional e que trabalharei de alma e coração", avançando sobre a candidatura pelo círculo: "Seria uma verdadeira ingratidão da nossa parte se não nos lembrássemos do nome de António Hintze, a todos os respeitos digno e honrado".⁴²⁷

Duas semanas depois, volta a escrever a Sousa e Silva para dar conta do seu descontentamento com a demora do Rei na escolha do órgão dirigente dos monárquicos portugueses e da sua participação no processo de nomeação de novos dirigentes para instituições públicas no distrito: "El Rei D. Manuel tem realmente levado muito tempo para escolher e nomear o Comité Diretor; oxalá que o tenha feito já, pois era muito conveniente, a meu ver, aproveitar o tempo. O Governador Civil nomeou já administradores para os concelhos da Lagoa e Povoação; ambos me vieram pedir conselho sobre se deveriam ou não aceitar; aconselhei-os afirmativamente, por me parecer que dali não poderia vir mal e podem ser-nos úteis. [O Governador Civil] Mandou-me consultar, também, por terceira pessoa, sobre a nomeação de alguns regedores e dei as indicações que me pedia".⁴²⁸ Ainda no final do mês, voltará a dirigir-se ao mesmo dirigente sublinhando o seu desapontamento com a forma como ocorre o processo de reorganização das hostes monárquicas, preconizando a sua expurgação de elementos nocivos à causa:

"Vejo por ela [sua carta] que está tudo no mesmo que era dantes e que a dura lição de uns anos de República em nada aproveitou aos monárquicos, porque não admito, nem posso admitir nunca, despeitos numa ocasião destas em que todos se deveriam sacrificar pela justa causa que defendem. Vejo que em vez de se aproveitar o ensejo

⁴²⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 433-434.

⁴²⁸ Idem, Fol. 488.

para se expurgar o que havia de mau nos antigos partidos monárquicos, como João Anois, e outros quejandos, se trata de os chamar, etc., etc. Se por acaso resolverem entrar nas eleições creio poder afirmar que aceitaremos, sem discussão, para deputados quaisquer nomes que daí nos indiquem, mas ousou pedir a V. Ex.^a que faça todo o possível para que, pelo menos, sejam honrados. Não concordo com V. Ex.^a no proceder de El Rei, a meu ver já deveria ter feito há muito; era um ato de energia que, se desgostasse os que têm suscetibilidades monárquicas (maus partidários e de quem não há muito a esperar) agradariam à grande maioria, muito principalmente se a escolha fosse bem feita. Tem de sobejo, felizmente, ainda no partido monárquico homens à altura e que saberiam cumprir o seu dever".⁴²⁹

Não obstante as reservas que coloca à forma como decorre o processo de reorganização das forças monárquicas em Portugal, empenha-se na constituição do Centro Monárquico de Ponta Delgada, reunindo para o efeito alguns dos principais dirigentes da elite política local, entre os quais Aristides Moreira da Mota, a quem se dirige em carta datada de 30 de abril: "À semelhança do que se tem feito em Portugal, pensamos em organizar um centro monárquico e temos uma reunião preparatória no domingo, 2 de maio, pelas 02 horas da tarde no Colégio, por não ter sido ainda possível arranjar casa própria. Propositadamente não se fizeram convites; a notícia tem andado de boca em boca, mas como é possível que te não chegasse venho comunicar-te".⁴³⁰

No dia seguinte à realização da reunião, Raposo do Amaral telegrafa para o jornal *O Dia* a seguinte informação: "Ontem realizada nesta cidade reunião monárquica, eleita junta distrital, saudação entusiástica correligionários. Obséquio comunicar imprensa monárquica. Presidente, José Maria Raposo Amaral". A 12 de maio, entrega ao Governo Civil o ofício tendente à legalização da nova organização partidária: "Nos termos e para os fins da Lei de 14 de fevereiro de 1907, venho participara a V. Ex.^a que uma associação de fins legais políticos e eleitorais vai instalar-se nesta cidade, freguesia da Matriz, Rua João Chagas, n.º 7, com a denominação e Centro Monárquico de Ponta Delgada, sob a direção e gerência temporária de uma comissão de que sou presidente efetivo. Devendo seguir-se em breves dias a eleição do corpo gerente da mesma associação, dele darei oportunamente conhecimento a V. Ex.^a e do mais que respeite ao regime interior da mesma".⁴³¹ Da iniciativa dá também conta a D. Manuel II, numa carta

⁴²⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 454-455.

⁴³⁰ Idem, Fol. 476.

⁴³¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 12.

que remete ao seu correspondente em Londres com o pedido de encaminhamento ao Rei e na qual lhe garante fidelidade.⁴³²

Criado pouco depois da abertura oficial do Centro de Monárquico de Lisboa, ocorrida a 17 de Abril, o Centro de Ponta Delgada também viria a funcionar por pouco tempo, em consequência do regresso dos republicanos radicais ao poder em maio de 1915 e do afastamento tanto de Manuel de Arriaga como de Pimenta de Castro dos lugares de Presidente da República e de chefe do Governo. O golpe do Partido Democrático foi liderado por Álvaro de Castro e contou adesão de vários navios da Armada atracados em Lisboa, mobilizando centenas de civis armados. O exército, inicialmente fiel ao Governo, acaba por aceitar um cessar-fogo decidido por Pimenta de Castro. Assiste-se, então, ao assalto por civis armados de centros ligados ao Governo e às sedes monárquicas. Tratou-se da mais violenta das ações registadas no conturbado período da República, registando-se um total de 102 mortes.

Neste contexto, em carta dirigida a 30 de maio a Sousa e Silva, José Maria Raposo de Amaral relata o que se passou em Ponta Delgada:

“Realmente o que aí se deu ultimamente foi mais do que extraordinário e não há a menor dúvida de que este malfadado Portugal passou a ser o México da Europa. O Exército ficou colocado em condições tais que não pode, por mais que faça, sair-se airosamente delas.

(...)Resolvemos conservar aqui o Centro no mesmo pé, com a única diferença que temos a casa fechada, porque, nas atuais circunstâncias, ninguém pode prever o que será o dia de amanhã. Por aqui limitaram-se a fazer uma pequena manifestação pouco ruidosa acompanhada por alguns oficiais do Exército, gente da canhoeira Zambeze, Rodrigo Guerra, o diretor dos Correios, e uma dúzia de garotos, com uma filarmónica, não parando em parte alguma porque os músicos a isso se opuseram. Noticiou ontem o telegrafo que foi chamado à Presidência da República o *grande Teófilo Braga*, depois do que disseram dele, e ele deles, é um cúmulo, o que muito bem prova que a vergonha é coisa que pouco abunda no bando republicano.⁴³³

⁴³² Idem, Fol. 15. Veja-se a análise à criação do Centro Monárquico em CORDEIRO, Carlos (1999), Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República (pp. 57-61), Lisboa, Salamandra.

⁴³³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28. Fol.498-499.

Em carta dirigida no dia seguinte ao sobrinho repetirá o mesmo relato, acrescentando: "Acompanhava esta folia num carro a Alice Moderno⁴³⁴ e Décia [professora primária com quem a primeira terá mantido relações de intimidade suspeitas para a época, segundo o próprio], no seu costumado estado de embriaguez e consta-se que ouviram piadas grossas por onde passaram".

Na sequência da revolta de 1915, o Centro Monárquico de Ponta Delgada acaba por ficar definitivamente fechado, sendo deportados para a ilha de S. Miguel o presidente do governo da "ditadura", dois dos seus ministros, Goulart de Medeiros e Xavier de Brito e o apoiante do governo, Machado Santos. Acerca dessas deportações, José Maria diz a 16 de junho ao sobrinho: "Chegou aqui o 5 de Outubro, trazendo a bordo o Pimenta de Castro, Goulart de Medeiros, Machado dos Santos, Xavier Brito e não sei quem mais e ouvi, ontem à noite, que viera ordem para lhes darem plena liberdade, podendo seguir para onde quisessem; mandaram-lhes fazer uma viagem aos Açores que não terá custado muito à Nação para os soltarem; que grande pândegos!!!".⁴³⁵ José Maria, aliás, responsabiliza o chefe de Governo afastado com o golpe: "O Pimenta de Castro pela sua fraqueza ou por amor à República foi o único culpado do que aí se deu; os revoltosos foram pedir o armistício ao general Branco que lhes não deu e preparava-se para os atacar valentemente, mas viraram-se ao Pimenta que não só o concedeu, mas pediu a sua demissão".⁴³⁶

Falhou essa tentativa de retorno à atividade política, mas o prestígio de que goza na sociedade micalense e, provavelmente, o poder económico de que dispõe enquanto chefe da casa Raposo de Amaral, permitem-lhe atravessar incólume os anos mais conturbados do novo regime. Assim, quando em 1917 regressa à ação, junta importantes apoios entre a elite local, conseguindo, inclusivamente concitar a adesão dos socialistas para o movimento regionalista que procurará impulsionar.

Sem filiação partidária, vai assentar o seu fugaz regresso à ação política nas suas convicção monárquicas e no apoio ao ressurgimento de um projeto que desde sempre procurou valorizar, o da autonomia administrativa das ilhas de S. Miguel e Santa Maria.

Seja pela perturbação e instabilidade geradas ou pelos graves problemas

⁴³⁴ Nascida em 11 de Agosto de 1867 e falecida em Ponta Delgada a 20 de Fevereiro de 19146, Alice Moderno viveu na ilha de S. Miguel a partir de 1883, sendo a primeira mulher a frequentar o Liceu de Ponta Delgada, em finais da década de 1880. Exerceu a atividade docente como professora particular e dirigiu o jornal *Diário de Anúncios* entre 1892 e 1893. Autora de várias obras literárias nas áreas da poesia, romance e teatro, distinguiu-se pelo seu empenho nas causas republicana e feminista. Em 1911, fundou a Sociedade Micalense Protetora dos Animais.

⁴³⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 27.

⁴³⁶ *Ibidem*.

sobrevivência enfrentados pela população, agudizados pela participação portuguesa na Grande Guerra, a verdade é que o regime republicano nunca terá tido grande apoio na sociedade micaelense. Um novo afastamento do poder em Lisboa dos republicanos radicais com o golpe que permitiu a tomada do controlo das instituições da República por Sidónio Pais, abre, de novo, caminho ao regresso de José Maria Raposo de Amaral ao comando da vida política e institucional local.

Com o carismático líder radical republicano, Afonso Costa, empenhado na guerra e nas relações internacionais, assiste-se a um recrudescimento da agitação social em Portugal nos meses do verão e outono de 1917, que obrigam o Governo a agravar as medidas de repressão contribuindo para adensar o clima de impopularidade do líder democrático instalado desde o início do ano, quando desembarcaram em França os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português. O país registava, então, uma generalizada escassez de bens de primeira necessidade e situações de fome, sobretudo entre a população mais carenciada dos centros urbanos.⁴³⁷

É neste cenário que, a 5 de dezembro, estando a maioria dos ativos do Exército mobilizados em França e em África, Sidónio Pais lidera uma revolta em Lisboa, apoiada pelos cadetes da Escola de Guerra e por elementos populares. Face ao sucesso do golpe, o presidente interino do Governo, Norton de Matos, demite-se, o presidente da República Bernardino Machado é intimado a deixar o país e Afonso Costa é preso quando regressa a Portugal. Membro do Partido Unionista, Sidónio Pais é apoiado na fase inicial do processo pelos unionistas de Brito Camacho, que o abandonam quando se apercebem de que a chamada "República Nova" assume o carácter de ditadura⁴³⁸

Pela sua correspondência, percebe-se que as movimentações de José Maria Raposo de Amaral para um novo regresso à ação política antecedem a revolta de Sidónio Pais, pois já a 31 de outubro de 1916 anuncia, em carta dirigida ao Ayres d'Ornelas, madeirense que representa D. Manuel II perante as forças monárquicas no país, ter convocado o antigo Centro Monárquico de Ponta Delgada para debater a possibilidade de participação em futuras eleições administrativas. Segundo refere, a reunião recusou a ideia de uma presença eleitoral própria, mas "Um grupo de novos, com o fim de estabelecer moralidade nas administrações, resolveu ligar-se com o grupo unionista, obtendo maioria nossa na lista, e eu, dentro do limite do caminho que me

⁴³⁷ Ver: CARVALHO, Manuel (2015) *A Guerra que Portugal quis Esquecer*, Porto, Porto Editora.

⁴³⁸ Ver: REIS, António (1992), *Portugal Contemporâneo*. Vol. 2, Lisboa, Edições Alfa; VALENTE, Vasco Pulido (1974), *As duas táticas da Monarquia perante a revolução*, Lisboa, D. Quixote; VALENTE, Vasco Pulido (1976), *A Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote

propus seguir, dar-lhes-ei o meu apoio. Estou mais do que satisfeito [farto] da política atual e dos políticos, em que mesquinho interesse reina sobre tudo e muito resolvido a retirar-me para sempre dela".⁴³⁹

O ato eleitoral acaba por não ocorrer, mas, em janeiro seguinte, José Maria garante ao conselheiro José d'Azevedo Castelo Branco, monárquico que foi Par do Reino de 1900 a 1910 e ministro dos Negócios Estrangeiros do último Governo da monarquia: "As eleições administrativas estavam neste distrito preparadas e parece-me poder afiançar que a derrota do Governo seria grande e mais do que certa".⁴⁴⁰ É nesta carta que raposo de Amaral alude, pela primeira vez, à possibilidade de se empenhar na criação de um novo partido de carácter regionalista: "Penso fazer reviver aqui o antigo Partido Autonomista para tratar de questões locais e, quando necessário, será uma agremiação política organizada que nos poderá prestar serviços".

O motivo para esta revitalização são as questões do Distrito, que o preocupam muito. Numa carta que escreve ao Marquês de Jácome Correia a 20 de março de 1917, pode ler-se: "Não resta a menor dúvida de que a administração das nossas corporações administrativas anda muito mal entregue; ouço que as vão dissolver e nomear comissões; oxalá o façam ao menos com gente que tenha algum tino".⁴⁴¹ Porém, a 13 de outubro, ainda se revela convencido de que a opção certa na conjuntura presente será esperar melhor oportunidade para agir, conforme refere a Gil Mont' Alverne de Sequeira: "A desmoralização no pessoal das corporações é mais do que extraordinária, o estado financeiro não pode ser pior, etc., etc. Nas circunstâncias atuais, por coisa alguma deste mundo entraria em qualquer delas e o que não quero para mim não o desejo aos amigos. A meu ver o nosso papel deverá ser esperar; deixá-los dar cabo desta autonomia que tanto nos custou a obter, e então, um dia, quando porventura mudarem as circunstâncias, tratarmos a sério de a estabelecer novamente, em bases que a prática nos tem mostrado serem verdadeiras e úteis. Teria pelo menos a grande vantagem de fazer uma limpeza no pessoal e começar-se-ia de novo".⁴⁴²

Todavia, José Maria não levou mais que duas semanas para mudar de ideias. Com efeito, a 30 de outubro, escreve a António Melo Cabral e ao Barão de Linhó (filho do Marquês da Praia e Monforte) a anunciar a organização, a 4 de novembro, no

⁴³⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 324.

⁴⁴⁰ Ibidem.

⁴⁴¹ Idem, Fol. 375-375.

⁴⁴² Idem, Fol. 435-436.

Coliseu Micaelense⁴⁴³ de uma reunião para tratar de questões relacionadas com o funcionamento das autarquias, da Junta Geral e das eleições administrativas⁴⁴⁴. Na reunião participam elementos das mais variadas tendências políticas, incluindo socialistas⁴⁴⁵, que subscrevem uma proclamação formal elucidativa do descontentamento vivido no distrito:

“Nós socialistas micaelenses, coerentemente com a nossa atitude, iniciada quando iniciamos a nossa vida pública, devemos primeiramente apresentar a V. Ex.^a [JMRA, que preside ao comício e que o convocou] as felicitações que lhe cabem por este plausível proceder face ao descabro político e administrativo que bastante tem envergonhado as tradições da nossa terra, bem como saudar a iluminada Assembleia patrioticamente agora reunida e decerto convicta da imperiosa necessidade de fazer arredar da nossa representação popular e da gerência dos interesses coletivos esses perniciosos elementos dessa política também bastante avariada que durante sete longos anos pouco mais têm feito do que patentear uma incompetência bem manifesta, aliada a um desrespeito pela opinião pública.

Não é decerto este o momento em que devemos historiar o que tem sido ultimamente a administração das nossas corporações públicas, todavia afigura-se-nos necessário não olvidar essa história.

Não vamos aqui bajular nem atacar pessoa alguma, mas sim dar o nosso pequeno mas sincero e leal apoio moral à grandiosa política que se pretende efetivar entre nós, a bem do nosso distrito, a bem do progresso desta ilha.

Incondicionalmente nos encontramos dispostos a essa ação, colaborando com todos os nossos limitados recursos, os quais também há muito que jamais titubearam um instante, quer em impressos avulso, quer no jornal *O Protesto*, órgão local do nosso

⁴⁴³ José Maria Raposo do Amaral figura entre as personalidades que integraram os primeiros órgãos dirigentes da já então maior casa de espetáculos dos Açores, à data chamada de Coliseu Avenida pela sua localização - numa esquina entre a Rua Formosa e a Avenida Roberto Ivens, fazendo parte da respetiva Assembleia Geral, conjuntamente com Francisco Luís Tavares, Luís Bettencourt Medeiros de Câmara e Nicolau de Sousa Lima. Inaugurado a 10 de maio de 1917 é a segunda sala do género implantada em Portugal, arrancando a sua construção, no quadro de um projeto inspirado pelo do Coliseu dos Recreios aberto em Lisboa em 1890, em abril de 1913. Pela sua dimensão - 80 camarotes, 600 cadeiras de plateia, 1.200 lugares de geral e um palco com nove metros de boca de cena, 16 de fundo e 24 de altura, o Coliseu Avenida simbolizava, para a elite micaelense, a capacidade empreendedora local nos primeiros anos do século XX (a sua construção fora lançada pela empresa "Santos & C.^a, de que João Inácio Pacheco Leal era sócio maioritário) não sendo, por isso, de estranhar a decisão do Senhor do Colégio de para aí convocar o comício de que resultaria o lançamento de um novo movimento de caráter autonomistas/regionalista.

⁴⁴⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 440-441.

⁴⁴⁵ A posição dos socialistas de aproximação à ideias autonomistas defendidas Raposo de Amaral não constitui propriamente uma surpresa, como se percebia pelo que "namoro" que lhe faziam *O Protesto*. Ver: CORDEIRO, Carlos (1999), *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República* (307-370), Lisboa, Salamandra.

partido, em combater essa ruinosa política administrativa que tem posto a descrédito os sacrossantos princípios de uma verdadeira democracia.

A mui louvável pretensão de agrupar as forças de todos aqueles que desinteressadamente quiserem salvar do caos o prestígio e regalias populares do nosso pacato povo, não podemos ficar indiferentes, nem regatearemos aplausos.

E por isso, fazendo votos para que resulte desta magna reunião política benefícios para o povo micaelense, saudamos uma vez mais a patriótica e ilustrada assembleia".⁴⁴⁶

No rescaldo da reunião do Coliseu, José Maria escreve, no dia seguinte, a Gil Mont' Alverne Sequeira, explicando a sua convocação, quando pouco tempo antes tinha defendido uma posição contrária: "Devo-lhe uma explicação por ter mudado de parecer, aparentemente depois da minha carta de 13 de outubro findo. Fui altamente perseguido por pessoas de todas as classes para irmos à eleição e consenti, finalmente, em convocar uma reunião, a que me prestava a presidir, para decidirem o que melhor fazer. Dividi assim responsabilidades e não terão de se queixar só de mim, pois estou convencido do que na minha carta lhe afirmava. O tempo decidirá se tenho ou não razão".⁴⁴⁷

Entre as decisões tomadas no comício, Raposo do Amaral destaca a da "criação de um grande partido que certamente tomará o feitio autonomista para defender os nossos interesses locais, perfeitamente alheio a políticas". No mesmo dia, refere ao Visconde da Palmeira, que os participantes "Deliberaram entrar nas eleições em todo o distrito e criar um grande Partido do Distrito de Ponta Delgada, *perfeitamente alheio a políticas*, para zelar por todos os nossos interesses locais", tendo nomeado "uma comissão composta do que resta da antiga autonomista e dos deputados de então, com poderes para chamar para auxiliar quem entendesse".⁴⁴⁸

Por uma carta que lhe dirigiu, sabe-se que Luís Bettencourt se escusou a participar nas eleições, o que entristece José Maria, que lhe responde: "Lamento profundamente a tua resolução e avalias bem a falta que nos fazes. Estou velho e doente; será provavelmente esta a última eleição em que me meto e deixa-me dizer-te, com a maior franqueza, que considerando a nossa velha amizade e a boa camaradagem política em tempos idos, nunca esperei que me abandonasses nessa conjuntura".⁴⁴⁹

⁴⁴⁶ UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa/e - CEN.

⁴⁴⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 448-449.

⁴⁴⁸ Idem, 29, Fol. 446-447.

⁴⁴⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 451

Apesar de se queixar deste abandono, José Maria obtém resultados favoráveis, como explica a Aires d'Ornelas, a 13 de dezembro, uma semana depois do golpe de Sidónio Pais:

“Altamente instados por alguns amigos, resolvemos, num comício convocado por mim 15 dias antes das eleições [Administrativas e das juntas de paróquia] entrar nelas.

Deram-me nesse comício plenos poderes para organizar as listas, mas quando disto tratei pretendiam alguns que tivéssemos entendimentos com os partidos militantes, o que neguei, declarando que ia só.

Destes, a que acima me refiro e que se apregoavam monárquicos por toda a parte, houve um, o Dr. Henrique Bettencourt de Medeiros e Câmara, que no dia seguinte se passou para eles, fazendo-nos a guerra mais acintosa que pode.

Foi a eleição mais renhida a que tenho assistido: pressões, ameaças, patifarias, Etc. não faltaram; mandou-se grandes contingentes de forças para todas as assembleias, constituíram à força as mesas com gente sua, escolhida entre a maior garotagem que por lá têm; não deixaram votar grande número de eleitores recenseados, obrigando-os a escrever no ato de votar, enfim, seria um nunca acabar para relatar minuciosamente o que a canalha pôs em prática, mas apesar de não termos a menor sombra de organização e de termos começado os nossos trabalhos eleitorais oito dias antes, porque a 1.^a semana foi para a organização de listas, apresentação de candidaturas, estudar as inúmeras leis e decretos eleitorais que têm feito, demos-lhes uma derrota valente e que muito maior seria se tivessem deixado os votar os eleitores que a isso tinham direito e não tivessem conseguido não fazer a eleição na assembleia das Capelas, onde ganharíamos por 150 votos.

Vencemos no concelho de Ponta Delgada por 352 votos, na Ribeira Grande por 240, no Nordeste por 40, no de Vila Franca, maioria e minoria, na Lagoa e Vila do Porto as maiorias e na Povoação não entramos por falta de tempo.

Nas juntas de freguesia a derrota foi maior: das 18 freguesias deste concelho vencemos 14; na Ribeira Grande, Nordeste e Vila Franca todas nossas e nos outros concelhos temos muitas.

Não contentes com as violências cometidas, acabam de fazer mais uma na eleição da Misericórdia, que tinha sido convocada para o dia 10 do corrente; como viam que a perdiam, o Governador Civil, sem motivo justificado, adiou-a; protestamos e oficiamos ao provedor que não acatávamos o adiamento e, nesse dia, apresentámo-nos em grande número para o fazer; foi-nos proibida a entrada, estando à porta do edifício um grande contingente de força armada e polícia; retiramos e fomos fazê-lo no

edifício do Teatro, sendo a eleição mais concorrida de que há memória naquela casa de caridade, pois entraram 224 listas.

Prometiam vinganças extraordinárias, mas os últimos acontecimentos creio que lhes abrandaram as fúrias”⁴⁵⁰

O triunfo nessas eleições não teria, porém, consequências práticas uma vez que, como refere em janeiro seguinte ao Barão de Linhó, o novo Governo decretou a dissolução das corporações administrativas quando os novos dirigentes acabavam de ser empossados. Na mesma ocasião, dá conta ao filho do Marquês da Praia do andamento do processo em curso de instalação do "nosso antigo Partido Autonomista, que passa a denominar-se de Regionalista"⁴⁵¹, revelando estar já composta a comissão encarregada disso, da qual fazem parte Aristides Moreira da Mota, Gil Mont' Alverne de Sequeira, Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, Luís d'Ataíde Corte Real da Silveira Estrela, Francisco de Carvalhal, Conde d'Albuquerque (Duarte d'Andrade Albuquerque) e o próprio.

Mas ao contrário do que previa, disso dando nota, a meados de janeiro, ao presidente da Comissão Eleitoral Monárquica, D. Luís Filipe de Castro, a quem comentou: "Pelos atos do Governo parece-me muito inclinado para o Camacho que, a meu ver, é igual senão pior do que o Afonso Costa e, quando as coisas não lhe correm ao seu agrado, prepara-lhe uma coisa semelhante à que preparou ao Ministério Pimenta de Castro"⁴⁵², Sidónio Pais não partilhou o poder conquistado no golpe do final de 1917, optando ao invés concentrá-lo. Destituíu o Presidente da República, dissolveu o Congresso e alterou a Constituição, acabando por institucionalizar um regime presidencialista do tipo americano.

A atuação do novo homem forte do Terreiro do Paço acabará por ir ao encontro dos seus propósitos políticos, como reconhece em carta que dirige a 26 de fevereiro a João Severino Gago da Câmara, um correligionário de Vila do Porto: "Temos novo Governo que tem já prestado bons serviços e, principalmente, que nos aliviou da quadrilha que nos governava; veremos se o Sidónio Pais leva, como desejo, a cruz ao Calvário, mas duvido. O novo Governador Civil tomou posse ontem; ouço que traz recomendação especial para se entender connosco".⁴⁵³ Poucos dias depois, adianta a

⁴⁵⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 168-172.

⁴⁵¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 468-470.

⁴⁵² Idem, Fol. 471-473.

⁴⁵³ Idem, Fol. 482-483.

Aires d'Ornelas: "O novo Governador Civil trouxe ordem expressa do chefe de Governo, Sidónio Pais, para se entender connosco acerca da nomeação das autoridades e comissões administrativas e, seguindo a orientação aconselhada por V. Ex.^a e pelos jornais monárquicos, resolvemos fazer as indicações pedidas e tomaram hoje posse as da Câmara, Junta Geral e Misericórdia".⁴⁵⁴

Estavam assim criadas as condições para o seu envolvimento nas eleições presidenciais e legislativas convocadas por Sidónio Pais para Abril, que os partidos da "República Velha" se recusaram a disputar. O líder do golpe de dezembro foi eleito Presidente da República, ficando o novo Congresso constituído por uma maioria governamental do Partido Nacional Republicano (acabado de ser constituído) e por uma minoria de monárquicos e de católicos.

De acordo com o combinado com o representante de D. Manuel II e com o próprio Sidónio Pais, no distrito de Ponta Delgada os monárquicos concorreram numa lista apresentada pelo Partido Regionalista.⁴⁵⁵ A escolha dos candidatos foi ratificada em reunião de dirigentes regionalistas, segundo se percebe por uma carta enviada por Raposo de Amaral a 22 de abril a Aires D'Ornelas: "mandei convocar a Comissão Diretiva do Partido Regionalista que resolveu o seguinte: dar a maior votação possível ao Sr. Sidónio Pais para Presidente da República e propor deputados por este círculo António Hintze Ribeiro, Dr. Duarte Manuel d'Andrade Albuquerque [primo], Dr. José Jacinto d'Andrade Albuquerque [sobrinho]. Com respeito a senadores resolveu mais a Comissão, aguardar o entendimento de V. Ex.^a com outros distritos insulares, pois, de contrário, entende perfeitamente inútil o trabalho, considerando mesmo ridícula a pretensão de os eleger isoladamente; na falta de entendimento resolveu a Comissão votar em lista branca".⁴⁵⁶

Na sua correspondência, apenas se referirá por mais uma vez à República Nova em carta de 10 de junho dirigida a Gil Mont'Alverne, antes de ser operado à próstata: "Machado dos Santos saiu, mas creio que a bem com o Sidónio, e isso é bom, porque tem também a sua formiga, que dizem não ser nada inferior a outros, mas que vai denunciando conflitos".⁴⁵⁷ Sidónio Pais será assassinado seis meses depois e José Maria Raposo de Amaral morrerá no final do ano seguinte, com uma nova preocupação

⁴⁵⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 187-188.

⁴⁵⁵ Ver: CORDEIRO, Carlos (1999), *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República* (307-370), Lisboa, Salamandra.

⁴⁵⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 197-198.

⁴⁵⁷ UACSD/PSS - AGMS/GMS/001/001/ cx. 3, 177-192.

relacionada com a presença de americanos estabelecidos na sua ilha a pretexto da Grande Guerra.

É certo que o desagrado de José Maria em relação aos Estados Unidos é anterior ao conflito mundial, recuando aos finais do século XIX. Efetivamente, em março de 1898, no contexto do âmbito do conflito hispano-americano, manifesta-se a favor da independência de Cuba referindo que “teria grande prazer se a América levasse uma boa lição, pois é ela a única culpada da guerra e tenho fé de que assim sucederá”.⁴⁵⁸ A sua posição justifica-se pela associação que faz entre os apoiantes dos Estados Unidos e os simpatizantes republicanos nacionais, como explicita em carta remetida ao pai a 16 de maio de 1898: "Por aqui há grande entusiasmo a favor da Espanha: os americanos são muito raros e pode dizer-se que se reduzem aos nossos *sábios* republicanos, só porque vêm na derrota da Espanha a proclamação da República ali, não importa que fique sem aquelas importantíssimas colónias, a questão é que seja republicana".⁴⁵⁹

Nas vésperas da eclosão da Grande Guerra, a opinião de José Maria em relação aos norte-americanos continua na mesma linha, quando desabafado que "Aqui para nós, e muito particularmente: os americanos são boas pessoas, mas muito trapalhões, e, com franqueza, é gente que não merece a minha simpatia".⁴⁶⁰ Aliás, quando Ponta Delgada é alvejada por um submarino alemão, no único ataque de que é alvo na Grande Guerra, procura desvalorizar o ataque ocorrido a 4 de julho, em relato dirigido a José Luís Serqueira, a 20 de agosto de 1917:

“As notícias do nosso bombardeamento chegaram aí, como aliás costuma suceder, muito alteradas e exageradas, é mais do que certo que o submarino que aqui esteve não tinha em mira fazer-nos mal; atirou uns tiros para acusar a sua presença, amedrontar e, talvez, fazer constar na Alemanha que por ora aqui estava; um cruzador ou transporte americano que, por acaso, estava em conserto da hélice e com a popa levantada a ponto de ver por cima da doca, respondeu-lhe e então deu mais alguns tiros com pontaria muito alta. Duas granadas foram parar à Fajã de Cima, deitando o canto de uma casa abaixo, e outra matou uma pobre rapariga, feriu outra e uma mulher, que tiveram a imprudência de sair para a rua. Creio que ambas estão em vias de restabelecimento”.⁴⁶¹

⁴⁵⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 388-389.

⁴⁵⁹ Idem, Fol. 403-411.

⁴⁶⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 82-83.

⁴⁶¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 429-430.

Pelo contrário, a utilização da cidade como base de apoio à movimentação de forças americanas para o teatro do conflito na Europa vai preocupá-lo seriamente, constituindo tema de comunicação com vários dos seus correspondentes. A 30 de junho de 1917, escreve ao comandante João Augusto Silveira, que estava em Lisboa: "Esteve aí uma esquadilha de navios de recreio americanos armados em guerra!!; demoraram-se uns poucos de dias, mas felizmente saíram todos ontem. Estava a ver que não saíam e que conseguiam chamara para os nossos mares os submarinos [alemães]. As tripulações [são] tudo o que há de mais indisciplinado, como aliás são todos daquele país".⁴⁶² Em janeiro do ano seguinte, sente-se incomodado com o desembarque de forças em Ponta Delgada, como declara ao primo Bernardo Coelho d'Andrade: "Está isto por aqui cheio de tropas, navios, aviões, etc. americanos; guardas, sentinelas etc. em terra, guardados os seus armazéns; enfim considerando isto já país conquistado. Meteram-se aqui com pés de lã e estou mais do que certo que depois de terminada esta maldita guerra teremos outra, com teatro aqui, para os pôr fora".⁴⁶³ Com mais detalhe, volta ao tema em carta endereçada a 20 de março ao seu correspondente no Porto, Joaquim Pinto da Conceição:

"Os americanos meteram-se aqui a título de nos protegerem não sei de quê, pois estou mais do que certo de que os alemães não tencionavam voltar aqui se não fosse este estado bélico em que nos puseram, mas o seu fim é manifestamente uma ocupação pela mansa, à semelhança do que os ingleses fizeram no Egito. Tratam isto já como um país conquistado e fazem tudo quanto bem entendem, sem dar satisfação a ninguém. O pior é que no fim, quando finalmente se fizer a almejada paz, teremos, muito naturalmente, aqui uma nova guerra entre eles e ingleses.

A posição geográfica destas ilhas no meio do Atlântico, a meio caminho da América para a Europa, torna-nos, principalmente agora que aquela *começa a deitar as mangas de fora*, um ponto estratégico de alto valor e que disputarão altamente entre si. Quem viver verá.

Chegou antes de ontem aí a Vasco da Gama, dizem-me que o comandante é homem competente e enérgico; oxalá assim seja, porque a autoridade marítima, capitão do porto que cá tínhamos, é uma perfeita nulidade, com medo da própria sombra. Tiveram aí os americanos uma rendalha de navios sem valor algum, cheios de tripulações fandanga, onde havia todas as nacionalidades e que muito concorriam para o encarecimento da vida que até então não se tinha feito sentir muito, mas a semana

⁴⁶² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 413-414.

⁴⁶³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 187-188.

passada mandaram retirar uma porção deles, ficando apenas um muito velho, quatro ou cinco submarinos muito pequenos e ordinários e dois ou três rebocadores”.⁴⁶⁴

Em janeiro de 1919, relata ao primo Bernardo que "devido à base naval americana, começamos já a sentir falta de muita coisa", referindo, a título de exemplo: "Estão-se abatendo cerca de mil cabeças de gado mensalmente, o que para um pequeno meio como este é importante, e aparece pouca carne no mercado".⁴⁶⁵ Seis meses depois, pouco antes de falecer, em carta a José Luís Serqueira descreve o cenário político vivido na ilha de S. Miguel em consequência da presença norte-americana, esclarecendo a sua posição:

“Por aqui, como por aí, vai uma grande corrente de separatismo e americanismos; a meu ver, caminham num grande erro, porque, infelizmente, pelas nossas circunstâncias só nos convém pertencer a Portugal; todos os nossos produtos, pertencendo a uma outra nação qualquer, passavam a não ter valor algum; dizem os entusiastas que adotariam novas culturas, etc., etc., mas, admitindo mesmo essa hipótese, que não parece muito prática, da possibilidade dessas culturas, primeiro que se conseguisse estabelecê-las passariam muitos anos de uma crise medonha para a nossa economia.

A América trata muito mal as suas colónias; nas Filipinas já se suspira pelo domínio espanhol e, nas ilhas Sandwich [Havai], exploraram tudo o que entendiam lhes daria dinheiro e abandonaram-nas à sua sorte.

Não há a menor dúvida de que os Açores estarão na discussão da paz, mas qual será a nossa sorte?; ninguém pode prever, pois pela sua posição geográfica serão muito ambicionados pela grandes potências”.⁴⁶⁶

A morte já não lhe permitiu assistir ao encerramento da base americana em Ponta Delgada e ao segundo movimento autonomista nos Açores, mas morreu fiel aos seus valores, como autonomista monárquico.

Raposo de Amaral admira em José Luciano de Castro, "velha raposa", a longevidade política assegurada pela negociação e capacidade de manobra nos bastidores, mas entusiasma-se com a ação de João Franco ou de Sidónio Pais, dirigentes mais propensos à ditadura do que ao diálogo. Na política como na família, o senhor do

⁴⁶⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 489-491

⁴⁶⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 30, Fol. 05-06.

⁴⁶⁶ Idem, Fol. 64-66.

Colégio prefere chefes e lideranças fortes. Talvez aí se encontre a explicação da sua fidelidade à monarquia, regime com o poder formalmente centralizado num único chefe detentor de poder soberano e a dificuldade de convívio com a república e com o clima caótico criado por um sistema caracterizado por uma tendencial maior participação popular na vida política. Também nesse pressuposto deverá encontrar-se a explicação para preferir os alemães aos norte-americanos, entendidos como simbolizado a boa organização em contraponto com a desordem.

Apesar da dimensão multifacetada da sua intervenção no quotidiano da sociedade açoriana e micalense, que será objeto dos próximos *intems* deste capítulo, é na política que o senhor do Colégio mais investirá ao longo de toda a vida, dela colhendo algumas das suas maiores alegrias e/ou desenganos.

Seguindo o rastro deixado pela sua vasta correspondência, já parcelarmente trabalhada por vários investigadores empenhados na busca de explicações para algumas das questões mais relevantes da história açoriana do último quartel de oitocentos e primeiras duas décadas do século XX, percebe-se que para José Maria Raposo de Amaral Júnior a ação política tudo ligava, permitindo cimentar e alargar o poder pessoal e dos grupos de pertença, seja a família ou o partido em que desde muito jovem militou e dirigiu.

A política orienta os seus passos no dia a dia, fazendo-o participar em combates em que os interesses particular e coletivo se confundem, ao ponto de não se ter a certeza do que o moverá em alguns dos combates que trava enquanto proprietário, industrial, financeiro ou filantropo.

Diretamente presente, ou com representação delegada, desempenha papel destacado em quase todas as instituições locais, de órgãos de gestão autárquica à administração distrital, das misericórdias às principais organizações económicas e financeiras e até de lazer, várias deles surgidas em resultado do seu impulso.

Sendo certo que a sua participação e esforço de controlo da generalidade das instituições que comandam a vida micalense o tornam, para o bem e para o mal, num dos mais relevantes *caciques* locais, também será legítimo atribuir-lhe o estatuto de um dos principais vultos do primeiro movimento autónomo, figurando entre aqueles que ajudaram a lançar empreendimentos de natureza económica e financeira que marcarão o futuro do desenvolvimento de S. Miguel no seu tempo e nas décadas seguintes.

Capítulo III: A agro-indústria e outros negócios

Seja pela condição de proprietário agrícola empenhado em garantir rendimento aos seus terrenos e capitais ou por uma herança familiar que o impele ao empreendimento e ao envolvimento social e político José Maria Raposo de Amaral procura ocupar, desde cedo, um lugar de charneira num movimento de industrialização assente na utilização de modernas tecnologias e em novos métodos de organização do trabalho que irá ocorrer na ilha de S. Miguel no último quartel do século XIX, "a exemplo do que se estava a experimentar nos países de industrialização tardia".⁴⁶⁷ O investimento em prol do progresso material das ilhas, que se cruzaria com o desenvolvimento sócio cultural do povo açoriano, foi uma realidade projetada por uma elite local, que tenta replicar no arquipélago os elementos técnicos, científicos, sociais, económicos e culturais dos países europeus considerados mais desenvolvidos.

Na concretização deste propósito, a elite insular assume uma postura experimentalista, considerando o território arquipelágico propício a experiências diversas principalmente na atividade agrária. A fundação da *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, em 1843⁴⁶⁸, seria um dos rostos mais visíveis do desenvolvimento do sector primário na ilha, dinamizando a agricultura nos seus produtos tradicionais e inovando as culturas, que obedecem agora a um critério mais contemporâneo, em que a atividade do sector primário passa a estar ligada à do secundário, por via do cultivo de plantas agroindustriais, como a batata-doce, a beterraba, o chá ou o tabaco. E se é certo que a experimentação de novas culturas

⁴⁶⁷ DIAS, 1995, p.9.

⁴⁶⁸ Criada a 11 de janeiro de 1843, a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, a cuja ação desde cedo se associou José Maria Raposo de Amaral, dada a sua dupla condição de empresário agrícola e de industrial, tinha por objetivo principal a promoção do desenvolvimento da agricultura na ilha, através do desbravamento de terras incultas, adoção de métodos científicos, contato com associações estrangeiras e de divulgação por via do seu jornal de espécies de plantas suscetíveis de se adaptarem ao solo e clima da ilha, sendo a primeira metade de oitocentos. Esta iniciativa pioneira justifica-se tanto pela prosperidade da elite de proprietários local envolvidas na produção e comércio da laranja, produção dominante na economia de S. Miguel durante grande parte do séc. XIX. A SPAM pretendia funcionar como um centro coordenador em benefício do desenvolvimento da ilha editando um periódico mensal, "O Agricultor Micaelense", dedicado à divulgação dos mais recentes conhecimentos agronómicos. Além do jornal criou uma biblioteca e um gabinete de consultas agronómicas, organizou cursos e cultivou viveiros de espécies a introduzir na ilha. Ligada à sua ação surgem alguns dos mais importantes jardins de S. Miguel e desenvolvem-se culturas de substituição da laranja como tabaco, ananás e chá. Na segunda metade do século XIX teve importância revelante na agricultura regional, sendo extinta na segunda década do séc. XX. Ver: SOUSA, José Manuel Mota de (1960), *A Economia Micaelense da 1.ª metade do século XIX e a ação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, subsídios para o estudo de uma época*, Coimbra, Universidade de Coimbra e MACHADO, Margarida Vaz do Rego (2010), "A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: A Intervenção Associativa das Elites Sociais no Mundo Económico das Ilhas", in *Anuário*, n.º2, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

começa a ser dinamizada a partir da década de 1840, sob o impulso dos membros da *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, o certo é que, com o declínio do cultivo das laranjeiras, por problemas fitossanitários, e da exportação, devido à concorrência externa, entre outros fatores, e a sequente diminuição da exportação, há um notório incremento das agroindustriais⁴⁶⁹, que cada vez mais começam a ser consideradas como potenciais substitutas das laranjeiras. É nesta linha que se deve compreender todo o trabalho de José Maria Raposo do Amaral, que irá estar envolvido na produção de chá, álcool e açúcar de forma veemente. Com efeito, além de expandir e modernizar, sobretudo após a morte do pai em 1901, a fábrica de chá implantada pela família na Ribeira Grande, vai desempenhar, já a partir dos anos oitenta, papel decisivo na instalação, funcionamento e permanente luta pela sobrevivência da principal fábrica de álcool dos Açores, instalada em Ponta Delgada (zona de Santa Clara).

1. A indústria do álcool

A destilação de batata-doce e de cereais para fabrico do álcool industrial surge nas ilhas na década de 1880, assumindo-se como a mais significativa atividade de substituição e alternativa à produção e exportação de citrinos que entrara em declínio, provocando graves problemas económicos e sociais no arquipélago.

Já em 1881 funcionava na ilha Terceira uma fábrica de álcool, como regista o Inquérito Industrial dessa data⁴⁷⁰, sendo nesse ano instalada na Lagoa, pela Casa Bensaúde e outros parceiros privados, a primeira unidade destilação da ilha de S. Miguel. A fábrica de Santa Clara, implantada em Ponta Delgada por uma sociedade por quotas, só entrará em atividade em 1885. Começava então, para José Maria Raposo de Amaral, uma saga que se prolongará por duas décadas, só terminando com a substituição do fabrico de álcool pelo de açúcar de beterraba.

Além de integrar, com a irmã Isabel, o grupo de acionistas da Fábrica de Destilação de Santa Clara, subscrevendo 100 ações cada - os outros sócios são o conde da Praia e Monforte (800 ações), Clemente Joaquim da Costa (150), João Moniz Feijó

⁴⁶⁹ Ver: DIAS, Fátima Sequeira (1995) "A importância da 'economia da laranja' no Arquipélago dos Açores durante o século XIX", in *Arquipélago, História*, 2.ª série, n.º 1 (pp.189-240), Ponta Delgada, Universidade dos Açores e MIRANDA, Sacuntala (1989), *O ciclo da laranja e os 'gentleman farmers' da ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada

⁴⁷⁰ JOÃO, 1991, p.88.

(116), Richar Seemenn (90), Visconde de Botelho (80), Leonel Tavares do Canto Taveira (80), António José de Vasconcelos (60), Jacinta Júlia Dias (60), João José Cordeiro (60), Maria Luísa Botelho Arruda (58), Mateus de Andrade Albuquerque (52), Afonso Henriques de Vasconcelos (46), Filipe Álvares Cabral (44), Caetano de Andrade Albuquerque (44), João Maria Berquó de Aguiar (44), Adolph . Eiffe (44), Amâncio Silveira Gago da Câmara (40), Domingos Dias Machado (40), José Bensaúde (40), José do Canto (40), Viscondessa das Laranjeiras (40), Agnelo Augusto da Silveira (40), José Inácio Rebelo (40), José Martins do Rego (40) e Manuel Rebelo Moniz (40) - assume, desde o arranque do empreendimento, funções de administrador principal.⁴⁷¹

É nessa condição que, a 17 de setembro de 1885, escreve ao Conde da Praia e Monforte dando conta das primeiras decisões da respetiva Assembleia Geral, nomeadamente a "contração de um empréstimo de 100 contos junto do Banco de Portugal com vista a garantir o início da laboração e de aumento do respetivo em 80 contos, através da emissão de ações".⁴⁷² No final do ano, com a fábrica ainda por abrir, alertava o acionista maioritário para a ameaça ao projeto que representava a legislação em preparação sobre a eventual redução dos direitos alfandegários sobre o álcool importado para que pudesse competir no mercado português, desabafando que "Neste malfadado país não se pensa senão nas receitas do Estado e não se vê que 400 ou 500 contos que [elas] devessem subir [em resultado da medida] venham a produzir nas circunstâncias económicas".⁴⁷³

Mas o quadro legal com que se depara a fábrica de Santa Clara na fase de arranque favorecerá o seu crescimento e a entrada em funcionamento da nova unidade industrial em 1886, ainda numa fase ainda experimental, revela-se benéfica tanto para os agricultores e rendeiros que lhe fornecerão a matéria-prima, como para os proprietários dos terrenos ocupados pelo cultivo da batata-doce. Em carta dirigida ao cunhado e deputado progressista Luís Poças Falcão, nos finais de novembro de 1887, pouco depois de publicada a decisão governamental de baixar os direitos sobre o álcool importado de 120 para 115 reis por litro, José Maria sublinha que os valores recebidos pelos pequenos lavradores permite pagar atempadamente as rendas aos proprietários, o que não acontecia antes da entrada em funcionamento desta indústria, permitindo as vendas de álcool das duas fábricas então em laboração na ilha de S. Miguel (Santa Clara

⁴⁷¹ JOÃO, 1991 p.102.

⁴⁷² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv.12, fol. 1-4.

⁴⁷³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv.12, Fol. 25.

e Lagoa) arrecadar 500 contos fortes por ano. Por este motivo, Raposo do Amaral deposita elevadas esperanças sobre as receitas da indústria do álcool na economia insular, considerando até que “esta indústria pode salvar este malfadado Distrito que chegou, como muito bem sabes, a circunstâncias económicas aterradoras, que o digam os registos da conservatória”.⁴⁷⁴.



Instalações da fábrica de açúcar de Santa Clara , resultantes da adaptação da antiga unidade produção de álcool

Face à perspectiva de novas decisões do Governo na área da fiscalidade sobre a produção de álcool, o gestor da Fábrica de Santa Clara mostrava a sua preocupação, afirmando que “a resolução de expropriação das fábricas seria para nós uma verdadeira calamidade, mas a entrada de álcool alemão com o direito de 60 reis por litro, que dizem ser a ideia do Mariano, seria muitíssimo pior, pois além de vir matar a indústria reduziria a um valor insignificante grande capital empregado nas duas fábricas que temos. Nas condições atuais sabemos que o litro de álcool fica-nos entre 130 e 150 reais fracos. Os alemães estão a por no Tejo álcool a 60 reis o litro, com 60 reis de direitos ficaria a 120, preço com que de forma alguma podemos competir. Estamos diligenciando arranjar representações da Junta, Câmara, Associação Comercial e Sociedade Agrícola para que vão no Funchal, pedindo para a nossa indústria a mesma

⁴⁷⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.73-75.

proteção que até agora tempos tido. Porque se não há de criar um imposto sobre o álcool produzido de vinho ou de qualquer outra matéria, onerando com taxas as importações para proteger a produção nacional?"⁴⁷⁵

Para compensar a perda de receitas resultante do aumento da produção nacional, em especial devido ao seu incremento nas fábricas açorianas, o Governo publica, a 13 de julho de 1888, legislação que cria um imposto de 20 réis por litro de álcool puro saído das fábricas, subindo para 150 réis os direitos sobre o álcool estrangeiro importado. Pela correspondência de José Maria, percebe-se que esta alteração, desde logo contestada em representação remetida ao executivo pelos influentes locais, não lhe causa de imediato especiais motivos de preocupação. Aliás, dois dias depois da saída da nova lei, não se lhe refere na carta ao Conde da Praia em que faz um balanço financeiro da atividade da unidade de Santa Clara: "A nossa fábrica há já dois anos que trabalha regularmente dando de lucros na campanha 1886-1887 cerca de 30 contos de réis e calculámos que nesta dará 37 a 40 contos"⁴⁷⁶. Comunica-lhe igualmente a decisão da Assembleia Geral de nomear João Melo Abreu como gerente e de recorrer a um empréstimo de 100 contos para a compra de equipamentos que permitam aumentar a produção e os lucros. Revela ainda que os Bensaúde vão financiar a laboração na próxima campanha, visto serem concessionários da venda do álcool em Lisboa. Com uma laboração contínua no período de destilação de batata-doce ou de milho, as fábricas micaelenses trabalham durante metade do ano, ocupando parte do seu pessoal nos outros seis meses em tarefas de limpeza e de retificação do álcool armazenado em bruto.

Contudo, nos começos do ano seguinte, a sua contestação à política fiscal de Lisboa será notória, quando a atividade se deparar com outro problema, a da falta de escoamento da produção, relatando ao cunhado Luís que "As fábricas estão quase a parar, não têm onde deitar álcool". E desabafa: "Se eu estivesse tão arrependido dos meus pecados como estou de me meter na construção daquela fábrica ia direitinho para o céu, pois é verdade que nisso presto um serviço à minha terra que ninguém me agradece e eu é que sei os desgostos e arrelias que ela me tem trazido. O maldito do imposto veio transtornar todos os meus cálculos".⁴⁷⁷

Assim, na dupla qualidade de Presidente da Câmara e de gestor da fábrica de Santa Clara, Raposo do Amaral subscreverá, em conjunto com outros 15 "dedicados do

⁴⁷⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.73-75.

⁴⁷⁶ Idem, Fol. 259-262.

⁴⁷⁷ Idem, Fol. 358.

Governo [progressista, chefiado por José Luciano de Castro] e dos interesses económicos do distrito", uma representação dirigida a 17 de janeiro ao executivo, descrevendo o quadro difícil em que vive a indústria açoriana de álcool:

“Antes da aplicação desse imposto viviam as fábricas desafogadamente, liquidando o seu produto logo depois de fabricado; no período anterior ao atual, até 12 de janeiro, tinha, por exemplo, a Fábrica de Santa Clara vendido 964 cascos de álcool com menos um retificador que atualmente, enquanto que no período atual e em igual data deste ano tem apenas vendido 322 cascos, o que é devido ao baixo preço por que podem levar álcool ao mercado destilações que, com flagrante desigualdade, estão vivendo à sombra de isenções de impostos que nos sobrecarregam. O capital investido nas duas fábricas anda pelos 500 contos de reis e os seus dividendos e ainda com a matéria prima e outras assessorias de fabrico por 600 contos. A construção das fábricas de álcool teve por função "substituir uma cultura decadente [a da laranja] por outra próspera. Acresce que as duas fábricas existentes nesta ilha são na sua quase totalidade pertencentes a proprietários e agricultores que ali lançaram as economias da sua agricultura para obterem uma colocação remunerada dos seus produtos e manter os salários o que em parte têm evitado o exagero da emigração. As fábricas não tiveram da laboração os lucros apregoados e sirva para prova disso o fato de a Fábrica de Santa Clara que tem ainda dívidas de perto de 130 contos de reis”.⁴⁷⁸

Além de alertar o Governo sobre a possibilidade da ocorrência de uma movimentação popular, advertindo-o para a conveniência de adotar medidas que evitem eventuais manifestações violentas, o documento propõe a "Suspensão temporária do imposto até se seja tomada qualquer das seguintes resoluções: igualdade de tributação de todas as matérias primas, incluindo o vinho [o imposto de 20 reis incidia sobre a produção de álcool com destilação de batata doce e cereais]; expropriação das fábricas e sua exploração pelo Estado, ou monopólio da retificação, pagando-se às fábricas um preço remunerador”⁴⁷⁹.

Numa carta que remete ao cunhado Luís a 17 de janeiro, realça, por outro lado, a difícil situação em que a questão o coloca, pois "como presidente da Direção da fábrica e como influente político sou o que estou mais entalado; não sei o que farão os outros à vista da resposta desses senhores, mas eu e os meus todos, se teimarem em considerarmos enjeitados, tributando só a nossa matéria prima e continuando livre o vinho,

⁴⁷⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol. 360-368.

⁴⁷⁹ *Ibidem*.

mandámo-los todos à grandessíssima puta que os há de parir e abandonámos de vez esta maldita política que nos não tem trazido senão dissabores e apoquentações".⁴⁸⁰

O Governo cede às exigências dos industriais locais, mas, como se percebe por uma carta que envia a Abraão Bensaúde a 16 de fevereiro dando conta da decisão de suspensão do imposto, nem todo o Executivo estará de acordo quando às causas das dificuldades das fábricas açorianas, tendo o ministro da Fazenda considerado que na base da crise estará "o preço por que se está vendendo o vinho, em virtude de excepcional produção do ano passado e não por causa do imposto".⁴⁸¹

Na realidade, a suspensão do imposto está longe de solucionar o principal problema que passará a afetar ciclicamente as fábricas, o da irregularidade do mercado nacional enquanto consumidor do álcool açoriano. Desta situação dará conta José Maria a Luís Poças Falcão: "Oxalá que esta falta de venda do álcool fosse só devido à abundância de álcool de vinho, mas eu receio, e receio muito, que também entre em grande parte a diminuição do consumo; a última lei francesa sobre alcoolização dos vinhos deve ter por força influência neste estado de coisas. No próximo mês de outubro quando quisermos começar a laboração sem termos despejado já deste álcool o suficiente número de vasilhas para deitar o que vamos fabricar? Não sei, mas receio que não".⁴⁸²

Contrariando os seus receios, o mercado reanimou, conforme revela em finais de janeiro de 1890 afirmando que "A nossa fábrica de Santa Clara tem neste ano um ano em cheio: há muita procura de álcool e por um preço como nunca houve - 3.000 reis fortes por almude de 17 litros; pena é que não haja vasilhame em abundância para o mandar".⁴⁸³

Em Lisboa, com a nomeação de um novo Governo - o regenerador António de Serpa Pimentel formara um novo executivo, substituindo no início de 1890 o de José Luciano de Castro - volta ao debate a questão da fiscalidade do álcool, sendo o Executivo autorizado, pela Lei de Meios de 30 de julho de 1891, a adjudicar o exclusivo do fabrico do álcool e aguardantes industriais, em regime de monopólio. Face aos

⁴⁸⁰UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv., Fol. 372-373.

⁴⁸¹ Idem, Fol. 399-400.

⁴⁸² Idem, Fol. 408.

⁴⁸³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 14, Fol.140-143.

protestos que gerou, o projeto seria abandonado, sendo publicada, em seu lugar, legislação que levaria à criação de um grémio de fábricas de álcool.⁴⁸⁴

Na contestação à proposta de monopólio, Raposo de Amaral não exclui os seus próprios correligionários, criticando a intervenção do chefe dos progressistas no processo, em carta dirigida ao deputado Francisco de Almeida Brito:

"Vi com profundo pesar pelos jornais o que o Sr. José Luciano disse na Câmara com respeito ao álcool. Além dos grandes dissabores que a política me tem trazido estou vendo que terei de sofrer ainda mais o de ver o Governo do meu próprio partido mata uma indústria que é hoje o único e exclusivo recurso deste Distrito. O Sr. José Luciano quando afirmou que o imposto do álcool rendia 500 contos e que agora rendia uma insignificância não se lembrou também de dizer que o custo do álcool que pagava aquele imposto era uma cifra importante que saía para o estrangeiro e que agora é distribuído por agricultores, trabalhadores, enfim para uma infinidade de gente, ficando todo no país. Os governos lembram-se de tudo isto e muito mais, mas não lhes convém porque o povo português não é papalvo como o nosso e não aceita assim de mão beijada tudo o que lhe impõem. O Partido Republicano aproveita-se dos descontentamentos e engrossa".⁴⁸⁵

A nova legislação estava longe de agradar aos industriais açorianos, que procuram mobilizar a população para a contestação, como se percebe na missiva que endereça a 1 de julho a Narciso de Carvalho, informando-o de que "A proposta de monopólio do álcool vem aqui fazer muito má impressão, como verá de suplementos a diversos jornais da terra que mando. Houve um comício na véspera em que os espíritos estiveram muito exaltados. Nunca vi assim os meus patrícios e não os julgava capazes de tanto. O Pereira falou e muito bem como poucas vezes tenho ouvido e resolveu-se criar uma comissão de vigilância com carácter permanente e que já teve uma primeira sessão. Havia no comício regeneradores e progressistas, mas daqueles há um grupo que levou muito a mal e que faz guerra à comissão, o Dr. Joaquim F. Bicudo e quejandos. A questão é muito grave e de vida ou de morte para este Distrito".⁴⁸⁶

⁴⁸⁴ Ver: SARAIVA, José Hermano (dir) (1983), *História de Portugal, vol. III, da Restauração à Revolução, Lisboa, Lisboa*, Publ. Alfa e MATTOSO, José (1998), *História de Portugal, vol. V, O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa;. PERES, Damião (dir) (1935), *História de Portugal, vol. VII, Quinta época (1816-1918)*, Barcelos, Portucalense Editora.

⁴⁸⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 174-176.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

Contrário a uma política de monopólio, preferindo que se continuasse com o regime de produção livre, Raposo de Amaral opõe-se também à expropriação das indústrias pelo Estado, pois, como alerta Abraão Bensaúde, responsável pela fábrica da Lagoa, uma eventual nacionalização da fábrica de Santa Clara, por pertencer a agricultores e proprietários de terrenos, "viria decerto produzir uma crise grave de abundância de capitais neste pequeno meio em que vivemos; não poderíamos dar-lhe um outro caminho industrial".⁴⁸⁷

Neste contexto, José Maria acaba por aceitar negociar a integração no Grémio, desde que a proposta em apreciação fosse concretizada, ou seja, a fábrica de Santa Clara produziria 3.000.000 a 3.500.000 de litros/ano e a da Lagoa de 2.600.000 a 3.000.000 litros de álcool de batata ou qualquer outra matéria-prima. O monopólio compraria esse álcool a 160 reis fortes o litro e o Grémio pagaria ao Governo 100 reis fortes por cada litro que deixasse de consumir à produção açoriana dentro dos limites fixados, caso importasse álcool do estrangeiro. Nestas condições, o gestor mostrava-se otimista, afirmando que "Assim pode ser que se obtenha o nosso fim de garantir a produção para a agricultura e por um preço que remunere, mas é necessário que a Lagoa se obrigue connosco a produzir o álcool que lhe fica destinado".⁴⁸⁸

Desta forma, no final de 1891, José Maria dá o seu aval ao acordo negociado para a entrada em funcionamento do Grémio e comunica ao deputado Almeida Brito o seu regozijo com o rumo tomado pelo processo, uma vez que "O negócio do álcool afinal resolveu-se de modo satisfatório para nós; é garantida a produção de álcool e a cultura da batata doce, o que era exatamente o que queríamos e para aí segue neste paquete o meu colega diretor da Fábrica de Santa Clara e particular amigo José Congumbreiro para assinar o nosso contrato com o grémio".⁴⁸⁹

Apesar destes incentivos, a dificuldade da falta de escoamento da produção volta a preocupar Raposo do Amaral, obrigando-o à adoção de novas técnicas de armazenamento. Com efeito, nos inícios de 1892, ele informa que "Estamos cheios de álcool em Santa Clara e creio que outro tanto sucede na Lagoa. Já resolvemos mandar vir este ano um depósito grande, a encomenda vai por este paquete e a Lagoa devia também pensar nisso. As fábricas mal imaginam quanto perdem em ter o álcool em

⁴⁸⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 257-258

⁴⁸⁸ Idem, Fol. 318-320.

⁴⁸⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 367.

cascos expostos ao tempo como muitas vezes sucede”.⁴⁹⁰ Além do mais, começa a mostrar-se também inquietado com a quebra na produtividade dos terrenos cultivados com batata-doce, considerando “que dentro em pouco será necessário ajudá-los com algum adubo”.⁴⁹¹

A 2 de março de 1893, menos de um mês depois da posse do primeiro Governo do regenerador açoriano Hintze Ribeiro, saía um novo diploma sobre a fiscalidade do álcool que voltaria a semear a agitação entre os produtores das ilhas. Com a publicação do novo decreto terminava a curta vida do Grémio e o imposto pago pelas fábricas sofria um agravamento de 100 por cento, passando de 50 para 100 reis o litro.⁴⁹² A reação dos industriais micalenses não se faz esperar, realizando um grande comício no Campo de São Francisco para protestarem contra o novo imposto, no qual “há de fazer-se bastante barulho”.⁴⁹³ O município de Ponta Delgada remete uma representação à Câmara dos Deputados, em que realça a importância económica e social da produção de álcool, sublinhando que um imposto de 100 reis por litro inviabiliza a continuação desta atividade produtiva e, por sua vez, os progressistas micalenses remetem ao seu chefe uma exposição detalhada sobre a questão em aberto:

“O decreto de 2 de Março dissolveu o Grémio [das indústrias do álcool], criado por decreto de 12 de abril de 1891, cuja constituição foi aprovada por contrato bilateral do Governo com os representantes do Grémio por portaria de 8 de Abril de 1892. A lei criava o imposto de 50 reis em litro de álcool e adotou para a sua cobrança o regime do grémio, impondo como multa ao fabrico que ficasse fora do grémio um imposto de 100 reis por litro; o regulamento explica ser esta taxa de 100 reis só quando esse grémio se constitua. Não podia portanto o atual Governo, que entendeu dissolver o grémio por irregularidade na sua constituição, mandar, como fez no decreto de 2 de Março, que o álcool nacional das fábricas agremiadas ficasse sujeito à taxa de 100 reis por litro. À cobrança ilegal da taxa de 100 reis acresce a ordem arbitrária de quererem recebe-la por todo o álcool desde a constituição do grémio que agora dissolvem. Com que direito se aplica essa retroatividade em absoluto proibida na nossa legislação?”.⁴⁹⁴

⁴⁹⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 405.

⁴⁹¹ Ibidem.

⁴⁹² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16, Fol. 327-328.

⁴⁹³ Idem, Fol. 336-339.

⁴⁹⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16, Fol. 358-362.

Este documento considerava que o alegado fraco rendimento do imposto face às expectativas criadas com a institucionalização do grémio se devia à sua deficiente cobrança no Continente e “não aqui, onde o imposto é cobrado real a real”, acrescentando que os 10 milhões de litros de álcool que se produziam anualmente no país deviam dar 500 contos, sendo que em 1891 o ministro da Fazenda aspirava a receber 450 contos. Desta forma, era necessário cobrar com rigor e pagar a quem fiscalizava, em vez de extinguir o monopólio.

A questão da tributação do álcool acabaria por gerar um forte consenso político na ilha de S. Miguel. De facto, a importância da indústria do álcool era estrutural nesta ilha, que estava a tentar ultrapassar as debilidades causadas pelo declínio da produção e exportação de laranja, que causara perdas de rendimentos em valor de “800 a 1000 contos anuais”. A memória recente da fragilidade económica micalense incentivou o primeiro movimento em defesa da autonomia das ilhas, de que resultaria a eleição de deputados autonomistas para o Parlamento, entre os quais Gil Mont' Alverne de Sequeira, e a publicação, a 2 de março de 1895, do primeiro do decreto que atribuiu autonomia administrativa aos distritos dos Açores.⁴⁹⁵

Concebida num ambiente de grande contestação, a nova legislação sobre o álcool, aprovada no Parlamento em 11 de julho de 1893 e promulgada 10 dias depois, fixa o imposto em 70 reis por litro, em vez dos 100 inicialmente previstos, continuando a não satisfazer o gestor da fábrica de Santa Clara. Apesar do seu desagrado, a verdade é que as novas regras se revelariam favoráveis aos industriais, pois estabeleciam um preço baixo da matéria-prima, prevendo que, em tempos de escassez de batata-doce ou quando esta tivesse um preço superior ao máximo dos últimos três anos, poderia ser autorizada a destilação de qualquer outra substância. Garantia, ainda, um preço remunerador de venda do álcool e direitos de importação de álcool estrangeiro que permitia proteger a produção nacional.⁴⁹⁶

Em julho de 1894, o Governo de Hintze Ribeiro volta a alterar a lei, fixando em 240 reis fortes o preço de venda do álcool, incluindo o vendido nos Açores, que as fábricas comercializavam a 400 reis fracos (320 fortes), e proibindo os municípios açorianos de cobrarem impostos sobre o álcool importado do estrangeiro ou do Continente. As medidas representavam, na prática, o fim do monopólio das fábricas do

⁴⁹⁵ Esta questão já foi abordada na parte dedicada às dinâmicas políticas de Raposo de Amaral (pp. 116-124.)

⁴⁹⁶ João, 1991, p. 95.

arquipélago no mercado local e uma quebra nas suas margens de lucros, o que motivou novos protestos por parte de Raposo de Amaral, que sobe o tom das críticas no final do ano, quando o Executivo apresenta à Câmara dos Deputados uma proposta para atribuição a uma entidade única o exclusivo da retificação e venda do álcool, de forma a centralizar a fiscalização e garantir a pureza do produto. Quem viesse a obter a concessão do serviço, atribuído por concurso público e por um período de 15 anos, comprava às fábricas o álcool bruto para retificação. A propósito deste projeto, surgido pela necessidade de aumentar as receitas e de satisfazer exigências dos vicultores do Norte, Raposo do Amaral comenta ao deputado autonomista Gil Mont'Alverne de Sequeira a 1 de novembro:

"O Hintze não para no caminho das represálias a este distrito [os autonomistas tinham imposto uma pesada derrota aos regeneradores em S. Miguel e Santa Maria nas eleições parlamentares] e o monopólio do álcool, como o decreto proibindo as câmaras de lançarem a cobrança de impostos no importado, são-nos diretamente endereçados. O monopólio tal como foi proposto dará esse triste resultado: os 6,5 milhões que os monopolistas têm obrigação de comprar às fábricas podem ser produzidos pelas fábricas da Lagoa e Santa Clara sem grande esforço e o preço de 137 reis também é desgraçado".⁴⁹⁷

O monopólio da ratificação e venda do álcool acabaria por não ir além da proposta e as preocupações do gestor da fábrica de Santa Clara, no que à produção de álcool diz respeito, vão centrar-se, entre finais de 1894 e inícios de 1896, nas quebras de rendimento das plantações de batata-doce. Desse problema dará conta ao deputado Francisco Lopes Bettencourt Ataíde, em carta datada de 5 de dezembro de 1894, afirmando que "As terras, creio por princípio de esgotamento, começam a produzir muito menos; este ano, apesar de haver todas as probabilidades de ser uma boa colheita, tem sido uma calamidade; o rendimento em álcool da batata decresce sensivelmente de ano para ano e o Governo cada vez exige mais impostos e nos aumenta as dificuldades na laboração. Estou resolvido a mandar vir da Alemanha ou de França um químico agrícola que aqui virá estudar a cultura da batata, aproveitamento dos resíduos para

⁴⁹⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 98-99.

adubo e, além disso, um outro adubo qualquer que levante a produção ao nível antigo e a riqueza em matéria alcoólica".⁴⁹⁸

A preocupação com o decréscimo de bata-doce irá, de fato, agudizar-se, refletindo-se a escassez de matéria prima na redução do período de laboração das fábricas e no volume do respetivo de álcool destilado, conforme dá nota a Henrique Bensaúde a 31 de dezembro: "As nossas fábricas estão a terminar a laboração. Creio que só teremos batata até 15 de Janeiro, se chegar. Creio que cada uma não chegará este ano aos 2.000.000 de litros. Terceira creio que acaba também já".⁴⁹⁹ Para combater a quebra de produtividade apostará tanto na experimentação de novos adubos e de novas espécies de batata de origem nos Estados Unidos da América como na realização de estudos a realizar durante três anos por um especialista alemão contratado pelas fábricas de Santa Clara e Lagoa. Percebemos, pois, que também neste domínio, a admiração de José Maria pela cultura alemã sobressai, como explicita ao londrino W.F. Walker a 19 de fevereiro de 1888: "Não concordo com o meu amigo no que diz respeito à indústria alemã: há mau como há em todo o lado, mas há tão bom como há em Inglaterra por quase metade do preço, o que não admira, pois o meu amigo sabe perfeitamente que ninguém pode competir em barateza de salários. Os alemães estão para a Europa como os chineses estão para o mundo".⁵⁰⁰

Face à reduzida produção de álcool nos Açores, principal fonte de abastecimento do mercado nacional, o Governo decide, a meados de 1895, cortar nos direitos de importação, dando Raposo de Amaral nota a Henrique Bensaúde do seu receio de que a medida permita um volume de compras que "venha afetar o nosso da próxima laboração e quem sabe se vai ainda mais adiante".⁵⁰¹ Apesar da concorrência de produtos importados, escreverá de novo ao mesmo destinatário no início de 1896, opinando que ele "Fez muito bem em não baixar o preço do álcool, mesmo mais barato do que está, como muito bem sabe, pouco ou nada se ganha".⁵⁰²

Em princípios de 1896, volta a registar-se um clima de desentendimento entre os produtores açorianos de álcool e o Governo, agora por causa do pagamento do imposto exigido aos industriais pelo produto perdido em derrames e a fiscalização e limitações impostas à utilização de milho como matéria-prima alternativa à cultura da batata-doce.

⁴⁹⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 195-197.

⁴⁹⁹ Idem, Fol. 219.

⁵⁰⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol. 137.

⁵⁰¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 154-155.

⁵⁰² Idem, Fol. 204-209.

É certo que os cultivadores micaelenses tentavam contrariar as baixas produções de batata com a introdução de fertilizantes, cuja eficácia Raposo de Amaral ensaiara, como vimos. A experiência deste agroindustrial nos seus próprios terrenos é muito positiva, como relata a Henrique Bensaúde em novembro "Já posso afirmar que [a batata cultivada com fertilizante] dá mais 1, 2 % de álcool que a outra cultivada sem adubo, pelo menos. O rendimento também em geral é melhor. Eu tive no Livramento 7,5 alqueires com adubo que me deram 304 arrobas, e a terra cultivada sem adubo era em geral um pouco melhor do que a outra".⁵⁰³

Todavia, apara lá do esgotamento dos terrenos, um outro problema irá ensombrar a produção da matéria-prima da indústria do álcool no arquipélago, nomeadamente a contaminação dos campos plantados de batata-doce por uma doença responsável por perdas de produto que podem atingir os 30 por cento. O diagnóstico do problema e as medidas aconselhadas ao seu combate virão da América, para onde foram enviadas amostras do produto para análise. Em carta datada de 26 de junho de 1897 e dirigida ao capitão Afonso Chaves, que intermediou a ligação entre os industriais açorianos e os investigadores norte-americanos, o Dr. William Trehase, de St. Louis, informa que:

“Examinando cuidadosamente os exemplares, conclui que a batata doce está afetada com lack-rot *ceratocutis fimbriata* (ell. e halst), como diz o seu correspondente em Lisboa. Esta doença no nosso país já tem causado prejuízos, os quais evidentemente indicam a necessidade de medidas enérgicas e imediatas para lhe por termo. Diz-se que doença neste país existe há muito tempo, tendo ultimamente aumentado, fazendo perder 25 a 30% das colheitas. Sabe-se que a infeção da planta tem lugar quando a batata é posta a brotar em terrenos infetados pelo fungous. A batata doente é plantada em terrenos não infetados, produz raízes que contaminam a doença a esses terrenos. O resultado é que área do terrenos infetado alastra-se rapidamente e ali ficam elementos que se propagam indo afetar novas planta não afetadas. Uma batata infetada num monte delas é o suficiente para arruinar todas as outras, fazendo-as apodrecer dentro de pouco.

Regras práticas para combater a doença: 1) plantar unicamente plantas saudáveis, nascidas de broto sadio, 2) nos terrenos em que se tenha desenvolvido a doença não se deve fazer plantio durante alguns anos a fim da doença desaparecer; 3) todas as raízes, ramos, tubérculos ou qualquer outra coisa que mostre pertencer à batata doce

⁵⁰³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 75-77.

devem ser tirados do terreno e queimados para evitar a propagação do fungo. Até hoje não se obteve resultado algum com o emprego de drogas sobre as plantas afetadas".⁵⁰⁴

As conclusões a que chegara o especialista de St. Louis viriam a ser corroboradas poucos dias mais tarde por outro investigador dos Estados Unidos, B.T. Galloway, do Departamento Agricultura, em Washington, o qual acrescentava que "Julga-se que grande quantidade de adubo de curral favorece o desenvolvimento da doença e, portanto, os adubos químicos devem substituir o acima mencionado sempre que seja possível. A mais importante precaução é, contudo, plantar o brolho perfeitamente sadio e livre de *ceratocytis fimbriata* (H. e Hals) que causa a doença".⁵⁰⁵

2. Do álcool ao açúcar

Esta nova causa de agravamento dos problemas da indústria do álcool levarão o gestor da fábrica de Santa Clara a começar a admitir a hipótese de procurar alternativas industriais , disso dando conta a Luís Poças Falcão, em agosto de 1897: "O álcool creio bem que é vinha que deu uvas e é muito provável que depois nos convenha substituir esta indústria pela do açúcar. A beterraba de açúcar produz aqui muito bem com a vizinhança do mar dava pouco açúcar cristalizável, mas com os novos processos através da força centrífuga cristaliza toda"⁵⁰⁶. Por este motivo, José Maria envia um telegrama a José Luciano de Castro, que substituíra Hintze Ribeiro na chefia do Governo, pedindo-lhe que fossem acautelados os interesses das ilhas na legislação que se estava a discutir sobre produção de açúcar.⁵⁰⁷

Apesar de começar já a projetar a mudança, adotando uma estratégia de antecipação que se revelará crucial, a verdade é que, ainda a 18 de julho de 1898, Raposo do Amaral reconhecia, em carta enviada ao cunhado Luís, a pujança da indústria de álcool açoriana quando posta com confronto com a estrutura de produção existente no Continente, pois "Esses sujeitos imaginam que as fábricas daqui são fabriquelhas como as daí, mas fazem muita diferença: em Santa Clara há dias em que chegam a entrar, das 06:00 da manhã à 04:00 da tarde, quinhentas carroças de batata,

⁵⁰⁴ UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada.

⁵⁰⁵ Ibidem.

⁵⁰⁶ Ibidem.

⁵⁰⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 292-293.

que o fiscal tem de escriturar por um sistema muito especial adotado e que dá muito trabalho para toda a escrituração de álcool e laboração que é obra também".⁵⁰⁸

Em novembro desse ano, e face aos dados do consumo recente, o gestor micaelense revela algum desânimo em carta dirigida a Henrique Bensaúde, admitindo que as fábricas teriam em stock produção para dois anos. No entanto, passado pouco mais de um mês, mostra-se mais otimista ao aperceber-se de uma reanimação do mercado, como sublinha a Luís Poças Falcão: "Sobre o álcool agente nunca sabe a quantas anda; agora, de repente, animou-se bastante e tem havido muita procura devido, diz-se, aos vinhos serem em geral muito baixos em consequência da água que juntaram às uvas na vindima".⁵⁰⁹

Apesar da reanimação dos mercados, José Maria continua a recear as medidas fiscais do setor, pois "A aguardente de vinho pode com efeito fazer-nos muita concorrência, principalmente se continuar com o privilégio de não pagar imposto algum, mas eu não creio que o Governo, vendo sumir-se-lhe o rendimento do álcool, que é importante, continue com este estado de coisas. Não sei realmente que diferença haverá entre cultura da vinha e cultura da batata para proteger tanto uma e sobrecarregar a outras. Será porque em Portugal se cultiva vinha e não batata doce? é a teoria de Deus para uns e diabo para os outros".⁵¹⁰ As suas preocupações são reais, pois em junho do ano seguinte queixa-se ao cunhado da decisão governamental de impor às fábricas o pagamento da fiscalização do álcool, o que considera "uma patifaria".⁵¹¹ Em finais de fevereiro, revela poucas expectativas quanto ao futuro, afirmando a Luís Poças Falcão:

“[Estou a]ver que muito brevemente matam esta indústria e tu não podes imaginar a crise económica que isto se ia traduzir neste distrito, seria ainda muito pior do que foi a da laranja, porque esta indústria tem a vantagem de espalhar dinheiro por muita gente. O ano passado a laboração das fábricas ficou aproximadamente a metade do normal e bastou isso para fazer uma diferença enormíssima nas condições económicas de toda a ilha”.⁵¹²

A 18 maio volta a dirigir-se ao cunhado para comentar as medidas em preparação pelo Governo de José Luciano de Castro no sentido de ir ao encontro do que

⁵⁰⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 376-379.

⁵⁰⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 428-432.

⁵¹⁰ Ibidem.

⁵¹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 79-80.

⁵¹² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 107-114.

tinham exigido os produtores de vinho no congresso. "Recebi telegrama dos Bensaúde em que me dizem que conseguiste obter que na proposta de Lei a garantia da cultura de batata nas ilhas até 50 milhões de quilos; esse volume já nós - Santa Clara e Lagoa - queimamos num ano, em 1897, creio eu, e o que hão de então queimar na Ribeira Grande e duas fábricas da Terceira?".⁵¹³ Dá-lhe também das conclusões de uma reunião da Assembleia Geral da fábrica de Santa Clara realizada dois dias antes, as quais confirmam a sua convicção de que os bons tempos tinham passado:

"Resolveu-se pedir ao Governo a expropriação da nossa fábrica com o fim de proteger e animar a agricultura neste distrito, continuando a laboração por conta do Estado com a garantia de queimar 25 milhões de quilos de batata e o preço estabelecido em 150 reis por 15 kg., moeda insulana, ou seja 10 reis por quilo; no caso do Governo abandonar por qualquer causa a exploração da fábrica ou mesmo entender que lhe não convinha, fazê-lo conceder aos atuais acionistas o estabelecimento de uma nova indústria de açúcar de beterraba, isentando-a de qualquer imposto pelo prazo de 15 anos"⁵¹⁴. Como sublinha, a iniciativa colocava o Executivo perante o seguinte questão: "Se entende que o negócio é bom e que nós podemos pagar mais que explore a fábrica por sua conta". No dia seguinte escreverá a Henrique Bensaúde, comunicando-lhe o teor da proposta dirigida ao Governo e confessando-lhe: "Não creio que o Governo nos conceda o que pedimos, pois isso seria um ideal, mas deitamos barro à parede e em todo o caso protestamos assim contra a iníqua lei apresentada".⁵¹⁵

O desalento de José Maria em relação ao álcool faz com que ele recentre as suas atenções na produção de açúcar. Como expressa ao já referido químico alemão Dr. Wellhäuser, "Estamos em luta com o Governo por causa das nossas fábricas de álcool, querem aumentar-nos o imposto para proteger as aguardentes de vinho de Portugal e nós, como sabe, para vivermos não podemos pagar mais. A doença da batata também vai progredindo a olhos vistos de modo que receio muito a morte desta indústria que tanto bem fazia à economia deste distrito".⁵¹⁶

Com efeito, a sua proposta de expropriação das fábricas pelo Estado não será acolhida pelo Governo e conseqüentemente, em novembro, manifesta a Henrique Bensaúde disponibilidade para se avançar com a compra de sementes destinadas ao

⁵¹³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 186-190.

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 191-192.

⁵¹⁶ Idem, Fol. 183-185.

cultivo de beterraba sacarina em 50 hectares de terrenos na ilha de S. Miguel.⁵¹⁷ Apesar de dar o seu apoio à iniciativa, está convencido de que "a cultura da beterraba não substitui de modo algum, perante a nossa agricultura, a batata doce. Qualquer das nossas fábricas de álcool dá mais aos cultivadores da sua matéria prima do que duas de açúcar de beterraba darão".⁵¹⁸

Esta opinião de José Maria é partilhada por outros. Com efeito, em fevereiro de 1901, quando inicia os contatos para o lançamento da cultura experimental da beterraba, depara-se com um clima pouco entusiástico, como relata a Henrique Bensaúde:

"Os cultivadores estavam muito frios com o preço que marquei de quatro reis por kg [de beterraba]. Tive hoje uma reunião com todos os que tencionavam cultivar um bocado, disse-lhes que a fábrica pagaria este ano a beterraba a cinco reis por kg, que forneceria a semente e que só pagariam metade dos adubos empregados; no caso da cultura ser remuneradora, não rendendo, nada pagariam. É necessário animá-los neste primeiro ano e estou mais do que certo que vão tirar com esta cultura lucros superiores aos da batata".⁵¹⁹

Seja pela fraca adesão ao projeto de produção de beterraba seja pelas suas próprias dúvidas em relação ao sucesso do empreendimento, o certo é que José Maria ainda continua a acreditar na resiliência de uma atividade que, durante duas décadas, seguiu a economia do distrito. Anima-se, por isso, com as notícias que chegam de Lisboa, nomeadamente a nova proposta de Lei relativa ao regime fiscal do setor do álcool, que previa a fixação de limites de produção para cada unidade industrial, dizendo mesmo que "esperava pior", considerando a média dos últimos cinco anos como limite de produção para Santa Clara (19.681.906 kg de batata) e para a Lagoa (16.525.808 kg). Pelo contrário, a situação da fábrica da Ribeira Grande parecia mais frágil, uma vez que a "vingar esta parte da lei terá forçosamente de fechar, pois desde o seu princípio ainda não conseguiu mais de 3.000.000 de kg em cada ano e tem alguns menos de 2.000.000 kg".⁵²⁰

Segundo dados constantes dos seus copiadores de correspondência, a fábrica de Santa Clara recebeu na campanha de 1896-1897 um total de 25.579.910 kg de batata

⁵¹⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 15-16.

⁵¹⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 216-217.

⁵¹⁹ Idem, Fol. 379-381.

⁵²⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 449-450.

doce, produzindo 3.045.740 litros de álcool. Na colheita seguinte, as cerca de 28 mil toneladas de batata entregues renderam cerca de 3,2 milhões de litros. Na campanha de 1898-1899, registrar-se-á uma primeira quebra no volume da matéria prima entregue para transformação, totalizando 18.595.260 kg, que se traduziram na produção de 2.176.074 litros de álcool, voltando a registrar-se novas quebras na colheita seguinte, que desceu para 10,7 mil toneladas de batata entregue e 1,2 milhões de litros de álcool produzidos. Nos anos de 1900-1901, regista-se uma melhoria, sem, contudo, se atingir os valores obtidos em 1896-97: 15, 3 mil toneladas de batata e 1,6 milhões de álcool destilado.⁵²¹

Para a fábrica da Lagoa, os números apurados revelam idêntico sentido: na campanha de 1896-1897 os 23.444.310 kg de matéria prima recebidos permitiram uma produção de 2.616.980 de litros de álcool, registrando-se na colheita seguinte um total de 24, 9 mil toneladas de batata entregue e uma produção de 2,9 milhões de litros. Na campanha de 1898-1899 registrar-se-á uma quebra para 14.532.230 de quilos de matéria prima, obtendo-se uma produção de 1.925.325 de litros e álcool, a qual se agravará na campanha seguinte, com mínimos de 7,7 mil toneladas e 923 mil litros de batata entregue e álcool produzido, respetivamente. Em 1900-1901 assiste-se, tal como o acontecido com a fábrica de Santa Clara, a uma recuperação, atingindo o volume da batata recebida 12.214.430 kg, que se traduziu numa produção de 1.620.062 litros de álcool.⁵²²

A nova legislação sobre o álcool acabará por ser publicada a meados de junho de 1901, implicando não só o estabelecimento de limites de produção como um agravamento do imposto de 70 para 80 reis o litro. Em carta que envia por essa altura a Salvador Azulay, representante da Casa Bensaúde, Raposo de Amaral alerta que "A lei deve vir no Funchal e começa a vigorar oito dias depois, isto é, deve pôr-se em execução aqui no dia 1 de julho próximo. As nossas fábricas têm grande interesse em fazer sair antes daquela data a maior quantidade de álcool possível, não só para não pagarem o aumento do imposto, mas também para salvaguardar a futura laboração, pois creio bem que o álcool que sair até 1 de julho será levado em conta para o limite do próximo ano".⁵²³ A sua preocupação consistia, então, em aproveitar todas as

⁵²¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 92.

⁵²² *Ibidem*.

⁵²³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 490-491.

oportunidades, por mais pequenas que fossem, de salvar uma indústria nunca antes tão ameaçada.

Especialmente penalizadora para os lucros dos industriais não será, porém, a nova legislação que mais contribuirá para a nova crise que, de forma irreversível, prejudicará a produção açoriana de álcool. Com efeito, a atividade vai ressentir-se principalmente pela acentuada quebra na procura. É isso mesmo que se percebe pelo que comunica a Luís Poças Falcão a 20 de dezembro de 1901: "Tivemos ontem uma Assembleia Geral [da fábrica] de Santa Clara que, em vista do grande *stock* e dificuldade na sua venda resolveu não laborar no próximo ano. É o começo do fim por que já espero há tempo"⁵²⁴. No rescaldo da decisão remeterá a Luís Poças Falcão, em janeiro de 1902, uma nota detalhada dos impostos pagos nos últimos anos pela fábrica agora com a atividade suspensa e cuja produção correspondia a um terço do total regional, assegurada também pelas fábricas Lagoa, Ribeira Grande e Terceira, a qual podemos apreciar no quadro abaixo:⁵²⁵

Impostos do álcool (valor em reis insulanos - 30% menos do que a moeda forte, nacional)

Ano	Valor/ reis
1889	18.1788.023
1890	4.882.773
1891	60.050.773
1892	74.307.057
1893	250.298.874
1894	68.639.137
1895	251.437.102
1896	200.503.062
1897	184.628.435
1898	182.555.775
1899	223.401.685
1900	235.055.006
1901	93.993.134
Total	1.856.543.597

Por sua iniciativa realizar-se-á a 20 de abril uma reunião em Ponta Delgada para debater a gravidade da situação económica e social vivida na ilha de S. Miguel em consequência da suspensão da laboração da fábrica de Santa Clara. Efetivamente, a debilidade industrial prejudicava vários sectores da população, como refere José Maria Augusto Silveira: "A crise de trabalho começa aqui a manifestar-se e não imagina como

⁵²⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 232-234.

⁵²⁵ UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada.

me têm apoquentado com pedidos de serviço, principalmente carpinteiros, pedreiros e canteiros, mas ainda a procissão vai no adro da Praça".⁵²⁶

A reunião, "bastante concorrida", decorreu no Teatro da Rua Formosa e nela criou-se uma "Comissão de Vigilância e Defesa dos Interesses deste Distrito, composta dos presidentes de todas as câmaras municipais, presidente da Junta Geral, presidentes da Associação Comercial e da Sociedade d'Agricultura, direções e agentes das fábricas do Álcool, Francisco Maria Supico e Mont' Alverne de Sequeira, representando a imprensa local; Dr. Francisco d'Andrade Albuquerque, Dr. Francisco de Melo Amaral Leite Arruda e António José de Canavarro Vasconcelos (proprietários), José Canavarro de Faria e Maia (agrónomo), Dr. Pereira Ataíde e Dr. Luís Bettencourt Câmara (advogados)"⁵²⁷, conforme relata ao Marquês da Praia. Esta Comissão, presidida pelo Dr. Pereira d'Ataíde e secretariada pelo Dr. Luís Bettencourt, ficou encarregada de redigir um documento que pedia "o livre fabrico de açúcar e isenção do imposto de produção para o álcool desnaturado [para iluminação]".⁵²⁸

Entre as principais figuras da elite política e económica micalense parece consensual, a partir de então, que a indústria do álcool entrou claramente em declínio, sendo urgente avançar com a produção de açúcar como alternativa. Mesmo assim, Raposo de Amaral e os seus aliados da Casa Bensaúde continuam a desenvolver esforços para assegurar, por mais algum tempo, a sobrevivência de uma atividade que durante duas décadas garantiu rendimento a agricultores e proprietários. Assim, empenham-se em descobrir utilizações alternativas para álcool açoriano, admitindo, por exemplo, que possa vir a ser usado na iluminação, como refere a Henrique Castro: "Diz-me o Henrique Bensaúde o seguinte: 'o Carlos Mayer, que está em Paris estudando esta questão [do uso do álcool para iluminação], encontrou na Alemanha um bico que consome um litro em 25 horas e que dá o dobro da luz do petróleo e o consumo no Continente é de cerca de 15 milhões de litros'. Será, mas o Carlos Mayer é, como muito bem sabe, um grande visionário e dou sempre uma grande quarentena aos seus otimismo".⁵²⁹

Para garantir a sobrevivência da produção de álcool nas ilhas, outro projeto ganha, entretanto, consistência: o da concentração das fábricas numa única entidade gestora. José Maria refere que o projeto de fusão das fábricas de álcool pelo prazo de

⁵²⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 278-279.

⁵²⁷ Idem, Fol. 361-364.

⁵²⁸ Ibidem.

⁵²⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv . 09, Fol. 123-124

cinco anos lhe parece razoável⁵³⁰, opinando aliás, numa carta dirigida ao Marquês da Praia e Monforte, que a fusão das fábricas “deve ser de todas as dos Açores, incluindo a da Terceira, pois só assim podemos obter o monopólio do fabrico do álcool. Como V. Ex^a sabe a última lei proíbe, expressamente, a fundação de novas fábricas e, reunindo-as todas, ficaremos os únicos no país”.⁵³¹

Apesar de ser favorável à junção das fábricas opõe-se à sua concretização a qualquer preço, não abrindo mão, por exemplo, da localização em Ponta Delgada do órgão de gestão conjunta que vier a ser criado. Assim, desde o início do processo, José Maria estranha o propósito da instalação da respetiva sede em Lisboa, como refere a Henrique Bensaúde em setembro: "Porquê a sede da sociedade ser em Lisboa? Parece-me que devia ser aqui, onde se vai trabalhar por muitas razões; é possível, porém, que haja um motivo poderoso que o determinasse e que eu ignoro".⁵³² Voltará ao assunto em outubro, em carta dirigida ao mesmo destinatário: "As razões que V. Ex^a apresenta para a sede da nova sociedade aí não me convenceram e, para Santa Clara, que eu represento, tem isso, ao contrário do que V. Ex^a julga, muita importância. Realmente não me parece que seja mais bem administrada uma indústria a 300 léguas de distância do local em que se exerce a sua atividade do que no próprio sítio em que funciona. Os lucros da nova sociedade não devem ser muitos e economizar-se-ia a percentagem da delegação aqui".⁵³³

Finalmente, em dezembro, José Maria dá notícias sobre a fusão das indústria açoriana, informando que "As fabricas de álcool desta ilha e da Terceira reuniram-se por cinco laborações a fim de trabalharem em comum, cabendo a Santa Clara 32%, à Lagoa 28%, à Ribeira Grande 20% e à Terceira 20% dos lucros ou perdas. Já há muito tempo que eu penso que era este o meio único de conservarmos por mais algum tempo a indústria do álcool entre nós. Pela última lei é proibida a montagem de mais fábricas, de modo que ficámos com o monopólio e podemos limitar o fabrico ao consumo sem empate de capitais. No próximo ano laboram apenas Santa Clara e Lagoa Vamos a ver nesta experiência de cinco laborações, se estou ou não enganado".⁵³⁴

A assinatura do contrato de fusão do consórcio, cuja sede se vai localizar em Ponta Delgada conforme impôs o gestor da fábrica de Santa Clara, ocorre numa altura

⁵³⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 419-420.

⁵³¹ Idem, Fol. 442-448.

⁵³² Idem, Fol. 455-466.

⁵³³ Idem, Fol. 492-493.

⁵³⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 207-208.

em que o mercado revela uma grande procura de álcool, como dá nota ao cunhado Luís, a quem afirma que "O stock de álcool está quase colocado e calculam que além deste serão necessários ainda mais 1.200 cascos; quem tal haveria de dizer!!".⁵³⁵ Mas mais uma vez, o desafogo é momentâneo. Em 1903, a decisão governamental de liberalizar a importação e o aumento da emigração ocorrido na sequência da suspensão da laboração da fábrica de Santa Clara, que se traduziria na carência de mão-de-obra e numa subida nos preços dos salários com reflexos no aumento do custo da matéria-prima, nada mais seria como dantes.

Assim, Raposo do Amaral volta a dar mais atenção à indústria açucareira. Logo no início de janeiro de 1903, escreve ao líder da oposição José Luciano de Castro a pedir-lhe apoio para a aprovação do projeto de lei que abre caminho à introdução da indústria de açúcar nas ilhas.⁵³⁶ Em fevereiro, durante uma escala em Lisboa numa viagem de nove meses com a família que o levará a vários países europeus, reúne-se com o chefe progressista num encontro que tratará do tema, como dá nota ao Marquês da Praia: "Entreguei ao Sr. José Luciano uma cópia do relatório e proposta de lei sobre o açúcar em que assentámos na reunião que o outro dia tivemos. Mostrou muito boa disposição de nos prestar todo o seu auxílio. Era da maior conveniência que V. Ex^a entregasse também ao Sr. Presidente do Conselho o exemplar que o Sr. Silvestre de Almeida lhe ofereceu".⁵³⁷

No início de 1904, os ensaios sobre o cultivo da beterraba continuam, segundo informa a Carlos Mayer⁵³⁸: "Estamos preparando as terras e vamos encarregar da direção destes trabalhos o agrónomo deste distrito José Canavarro de Faria e Maia, que

⁵³⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 11-12.

⁵³⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 215.

⁵³⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 78-79.

⁵³⁸ Nascido em Lisboa em 1846 e falecido, por suicídio, em 1910, este médico, empresário e intelectual (pertenceu ao grupo 'Vencidos da Vida, integrado, entre outros, por Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro) concluiu os estudos em França, mas frequentou a Universidade de Coimbra, onde se poderá ter cruzado com Raposo de Amaral. Talvez devido a contatos anteriores com ele, reivindica, em carta dirigida ao cunhado em Março de 1902, o conhecimento de aspetos do seu carácter: 'O Carlos Mayer, que está em Paris estudando esta questão [do uso do álcool para iluminação]. encontrou na Alemanha um bico que consome um litro em 25 horas e que dá o dobro da luz do petróleo e o consumo no Continente é de cerca de 15 milhões de litros (...). Será, mas o Carlos Mayer é, como muito bem sabes, um grande visionário e dou sempre uma grande quarentena aos seus otimismo'. (UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 123-124).

se tem ultimamente dedicado muito ao estudo da beterraba sacarina".⁵³⁹ No entanto, a campanha experimental da beterraba não corre conforme as expectativas, a avaliar pelo que Raposo de Amaral relatará a Henrique Bensaúde em outubro de 1904: "O prejuízo calculado chegará aos 10 contos de reis, mas há ainda muita coisa por liquidar e o Conselho [da união das fábricas] resolveu incluir na conta deste ano oito contos de reis de prejuízos prováveis e o resto, se o houver, liquidar-se-á no futuro ano".⁵⁴⁰ As causas do insucesso são apontadas pelo próprio José Maria, que se mostra cético em relação aos proveitos desta indústria: "O ano correu péssimo para a experiência [da cultura de beterraba], pois este verão raros foram os dias em que não choveu e positivamente não houve calor. Em consequência disto a beterraba que na última experiência amadureceu muito depressa, este ano, nas terras mais altas, o não estava quando foi colhida. A meu ver este negócio de exploração de beterraba está bom para ser explorado por uma companhia qualquer que nos compre as fábricas, mas nunca por nós. Infelizmente vejo que este *desideratum* se não poderá levar a efeito e acho que o melhor que temos a fazer é irmo-nos remediando com o fabrico de álcool de batata enquanto nos deixarem".⁵⁴¹

Face a estas dificuldades, consolida-se a ideia de aliar um parceiro estrangeiro ao projeto de produção de açúcar de beterraba na ilha de S. Miguel. Em fevereiro de 1905, José Maria informa que "Os Bensaúde mandaram ultimamente uma nota para base de contrato com uma casa alemã para exploração da beterraba. A proposta consta basicamente no seguinte: forma-se uma sociedade anónima em que entram todas as fábricas açorianas no valor de 1.000 contos fortes, os alemães entram com 600 contos, 500 em dinheiro, montando em Santa Clara uma fábrica de açúcar de beterraba para 300 toneladas diárias, sede da direção em Lisboa e delegações aqui e na Terceira. Santa Clara quer primeiro que se vendam as fábricas e só quando isso seja absolutamente impossível concordariam em princípio com as bases apresentadas, reservando-se o direito de discutir as condições do contrato a fazer".⁵⁴² A entrada dos alemães no empreendimento acaba, porém, por ser rejeitada, face às condições de aumento de capital exigido por uma mudança que implicaria uma alteração dos estatutos da União. A 12 de abril, comentará a Henrique Bensaúde, numa carta em que dá o seu aval à prorrogação por mais 15 anos do acordo que constitui a União das Fábricas Açorianas de Álcool: "O recurso a capitais estrangeiros sempre foi, segundo a minha opinião, um

⁵³⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 302-303.

⁵⁴⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 268-269.

⁵⁴¹ *Ibidem*.

⁵⁴² *Idem*, Fol. 473-474.

triste remédio, de que só se deverá lançar mão em últimos extremos, mas não *de forma alguma* em condições tão onerosas como as propostas. Os lucros que adviriam ao nosso capital seriam diminutos e a parte de leão da riqueza gerada seria transferida para o estrangeiro".⁵⁴³

Os industriais de álcool açorianos acabam por decidir avançar sozinhos com a implantação de uma fábrica de açúcar que acabará por ficar instalada em Santa Clara, uma vez que se trata, conforme sublinha a Henrique Bensaúde em julho de 1905 da "[única] suscetível de ser transformada para o fabrico de açúcar, pela sua posição, pela amplitude dos seus edificios etc., etc."⁵⁴⁴ Esta decisão é consciente dos riscos implicados, conforme explica José Maria a Carlos Lima Mayer:

"Não há a menor dúvida de que nas nossas condições é absolutamente impossível cultivar por conta da União [das fábricas] toda a beterraba para a 1.^a laboração, por muitas e variadas razões, mas bastará apresentar-lhe duas, que são verdadeiras para se convencer: parte dos terrenos necessários em tão curto espaço de tempo, os proprietários têm-nos arrendados a rendeiros antigos por quem têm muitas considerações e não os despedem por coisa alguma. É impossível obter braços para trabalhar por conta de um só tão grande quantidade de terra; o cultivador em pequena escala leva a mulher e a família toda para fazer os serviços, mas essa mulher e essa família não trabalham por conta de outro. Na última experiência, pequeníssima relativamente a esta, lutamos muito com essa dificuldade e a procura de braços elevou consideravelmente os salários. O que convém é dividir o mais possível a cultura, exercendo uma fiscalização rigorosa de que as lavouras se façam, os adubos espalhem, etc. , prestando a União aos Cultivadores todo o auxílio possível, fornecendo-lhes a semente, adubos, arado, grades, semeador, etc. etc."⁵⁴⁵.

É neste enquadramento que avança o processo de lançamento da cultura, realizando-se os primeiros contratos.⁵⁴⁶ A intervenção para transformação da fábrica de Santa Clara decorre em paralelo e, no princípio de janeiro de 1906, José Maria informa Luís Poças Falcão que "Foi daqui pedido de licença devidamente informado pelo comissário do álcool para a fábrica de Santa Clara começar a desmontar os seus aparelhos a fim de fazer as obras necessárias para a montagem dos aparelhos do açúcar.

⁵⁴³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 411-414.

⁵⁴⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 485-486.

⁵⁴⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv.09, Fol. 472-473.

⁵⁴⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 04-05.

Não há muito tempo a perder e por isso te peço o maior empenho para que seja este assunto resolvido. Até para desmanchar é preciso licença, louvado seja Deus!! Temos de ter tudo pronto em Maio e o tempo não é muito para as obras necessárias".⁵⁴⁷

A 1 de setembro notifica Henrique Bensaúde da entrada em funcionamento daquela que viria a ser a primeira e única fábrica de açúcar dos Açores, não ignorando as dificuldades notadas no arranque do projeto, como refere: "Santa Clara começou a sua laboração: o açúcar é de muito boa qualidade, mas o rendimento não tem sido o que era para desejar. Deve-se isto primeiramente, a meu ver, à falta de competência do mestre e muito em especial à desarmonia que há entre ele, contramestre e em geral todos os operários alemães O homem [o mestre], que é bom sujeito, compenetrado-se disto, estabeleceu uma fiscalização nossa a cada secção dos empregados alemães a fim de cumprirem rigorosamente as instruções recebidas, e daí para cá já não há açúcar nas polpas nem nos resíduos de cal, parece estar resolvido o problema. Os nossos cultivadores queixam-se do preço e se não for aumentado dificilmente se obterá quem queira cultivar no próximo ano".⁵⁴⁸ Em 1907, José Maria mostra o seu contentamento em relação à alteração à lei do açúcar concretizada pelo Governo de João Franco, para a qual obteve o apoio de José Luciano de Castro, conforme relata a Duarte Andrade d'Albuquerque, seu substituto na presidência da União das Fabricas de Álcool:

"Conseguimos, o Aristides e eu, uma alteração da lei do açúcar que se afigura muito vantajosa para a nossa agricultura e indústria. Podemos fabricar o máximo, isto é, as 4.000 toneladas daqui a dois anos, abatem-nos 20 reis fortes no direito do açúcar importado para o Continente e as fábricas são obrigadas a pagar a nove reis a beterraba aos cultivadores".⁵⁴⁹

Este enquadramento legal irá beneficiar a fábrica micaelense e, com mais ou menos sobressaltos, a nova indústria irá manter-se em funcionamento até à atualidade.

3. Chá: uma indústria de família

Se o envolvimento de José Maria Raposo do Amaral nas indústrias do álcool e, posteriormente, na do açúcar, surge enquadrado num projeto coletivo abrangente que

⁵⁴⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 368-372.

⁵⁴⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 124-125.

⁵⁴⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 461.462.

contamina e condiciona a respetiva ação política, a atividade como proprietário e gestor de uma fábrica de chá herdada do pai na Ribeira Grande manterá sempre a natureza de empreendimento familiar de dimensões relativamente modestas.

As primeiras experiências de plantação de chá com fins industriais em S. Miguel datam dos últimos anos da década de oitenta de oitocentos, quando se deslocaram à ilha (5 de março de 1878) dois chineses, "o mestre Lau a Pan e Lau Teng, que aqui permaneceram ano e meio a trabalhar e a ensinar a manipulação do chá, seguidos de perto por uma comissão eleita pela SPAM (Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense)".⁵⁵⁰ Na qualidade de membro dessa comissão, José Maria Raposo de Amaral Júnior acompanharia de perto o trabalho desenvolvido pelos técnicos chineses, envolvendo-se no projeto ainda na sua fase embrionária. Na fase de arranque o empreendimento ter-se-á deparado com variadas dificuldades, dando nota, por exemplo, em carta dirigida ao pai em maio de 1895: "O coelho continua a comer o chá, hei de ir lá um dia para ver se ponho uns espantalhos".⁵⁵¹ A primeira colheita da plantação da família, instalada em terrenos da Ribeira Seca da Ribeira Grande onde é montada uma pequena unidade artesanal de processamento da folha, realiza-se no ano seguinte, como se sabe pelo que escreve a João Patrício Álvares Ferreira a 2 de julho: "Meu pai tem já uma porção de chá insulano que não está nada mau, poderá vender-se aí por que preço? O meu amigo pode encarregar-se da venda?".⁵⁵²

Em 1898, a pretexto da instalação de um novo secador na fábrica, percebe-se, porém, que se trata de um empreendimento que avança de forma algo desorganizada e que as plantações da família já não se restringem ao concelho da Ribeira Grande. Com efeito, em carta que dirige ao Par do Reino, José Maria refere que se o pai "quiser continuar com esta cultura [do chá] precisa arranjar uma casa e por os meios para a colheita e manipulação se fazer a tempo e horas. Meu pai não imagina como ele tem aquela sua casa com máquina, secador, tabuleiros, o diabo. É chá por todos os quartos, por todos os cantos, no quintal e ainda assim mesmo tem a colheita muito atrasada e creio bem que isso influirá bastante na qualidade. O chá Tamigal já este ano dá uma apanha que se fará na próxima semana. Dos Ginetes já tem vindo algum e as plantas que vi o outro dia estão bonitas".⁵⁵³

⁵⁵⁰ MACHADO, 2016, p. 309.

⁵⁵¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 302-303.

⁵⁵² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 56).

⁵⁵³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 403-411.

Dois anos depois, ao anunciar a montagem de novos equipamentos que vão revolucionar o funcionamento da fábrica da Ribeira Grande⁵⁵⁴, fará ao seu correspondente em Angra do Heroísmo, José Luís Serqueira, um breve retrato do que se passa com a produção na ilha: “A cultura do chá aqui tem hoje uma certa importância: há uns poucos de moios plantados e a exportação atinge já talvez uns 18.000 quilos. Meu pai fabrica cerca de 3.000 kg e tem chá plantado para uns 18.000, pouco mais ou menos. A produção de um alqueire de terra da nossa medida (13,9392 ou 200 varas de 12 palmos) regula entre 20 a 30 kg”.⁵⁵⁵ Todo este trabalho acarretava para a fábrica da Ribeira Grande a contratação de dezasseis operários, sete dos quais mulheres.

Será já depois da morte do pai que começarão a trabalhar as novas máquinas, cujo funcionamento representa, na prática, a abertura de uma unidade de produção bem diferente da existente, como sugere o que relata a José Jacinto Pavão Júnior, um amigo emigrado em Minas Gerais, no Brasil: "Montei com efeito na Ribeira Grande uma fábrica de chá, mas nem eu assisti à inauguração, porque não tive tempo para isso; dirigi a montagem a pu-la a trabalhar, mas no 1º dia em que trabalhou não pude lá ir".⁵⁵⁶ Com o falecimento do Par do Reino, passa a dirigir em exclusivo o negócio do chá, mediante acordo estabelecido com a irmã, com quem irá partilhar os respetivos lucros.

No início da primeira colheita realizada com processamento na fábrica renovada, Raposo do Amaral dá instruções a Joaquim Pinto da Conceição, correspondente no Porto, para não baixar o preço do seu chá, que se deverá manter nos 1.250 reis por quilo, acrescentando que não se importa “que haja demora na venda do mesmo, porque o chá daqui melhora muito com o clima de Portugal”.⁵⁵⁷

Em princípios de 1902. Raposo do Amaral começará a investir na imagem do seu produto, para o que encomenda a João Patrício Ávares Ferreira o desenho de um rótulo com a marca "Chá Raposo D'Amaral"⁵⁵⁸, encarando, paralelamente, o processo de divulgação com especiais cuidados, como explica a Rafael Almeida a 2 de abril: "Tenho sempre receio de qualquer reclame sobre o nosso chá por causa do Governo. Conquanto nesta altura tenha, como se costuma dizer, o pai alcaide, porque o Artur Hintze é um dos maiores cultivadores [a família produz o chá Canto], tenho sempre receio de um imposto que, por mais pequeno que seja, nas atuais circunstâncias a viria

⁵⁵⁴ Nomeadamente um “ um ensolador mecânico grande, um secador e uma máquina de vapor para mover isto tudo” (cf. UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 340-341).

⁵⁵⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 340-341.

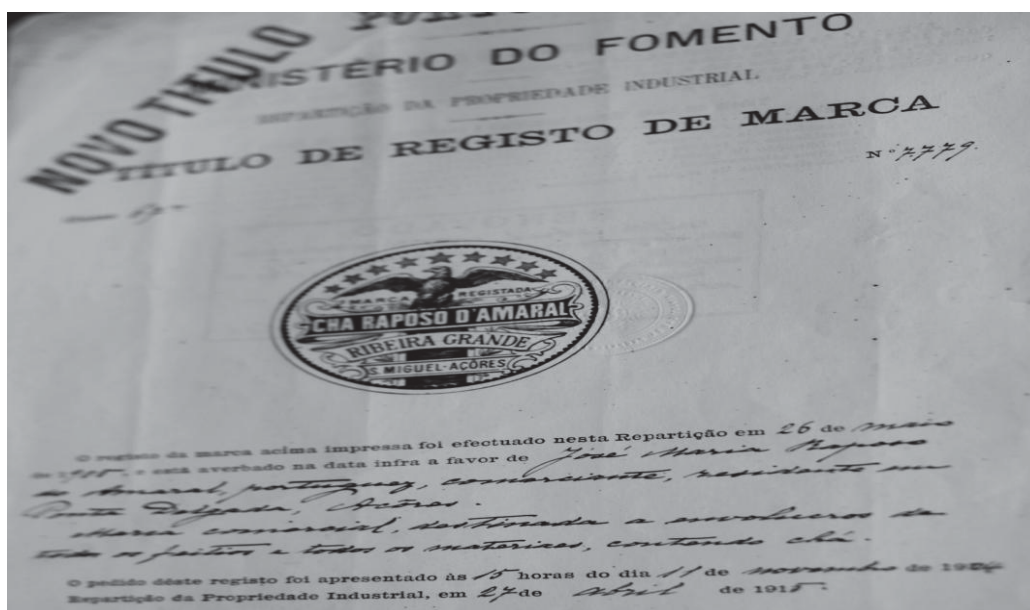
⁵⁵⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 154-155.

⁵⁵⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 423-424.

⁵⁵⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 280-281.

decerto matar, porque o preço de venda hoje é muito baixo e as despesas da cultura muito grandes.⁵⁵⁹

Dá nota no final do ano seguinte a Joaquim Pinto da Conceição de algum descontentamento pela depreciação do seu produto face ao da concorrência: "É realmente espantosa a classificação dada ao chá pela Junta de Saúde, pois o chá 'Raposo d'Amaral' em nada se afasta do chá 'Canto'".⁵⁶⁰ A confiança no seu produto leva-o a decidir registar a marca em 1904, cujas latas passarão a ter o seguinte rótulo "'Chá Raposo Amaral - Ribeira Grande, S. Miguel', sendo no meio ocupado um Açor e nove estrelas, representando as 9 ilhas do arquipélago".⁵⁶¹



Título de registo do chá Raposo de Amaral. Os rótulos das embalagens do produtos destacam o Açor da bandeira autonómica

Devido ao incremento da produção em S. Miguel, a fábrica de Raposo de Amaral começará a deparar-se, a partir de 1906, com dificuldades na venda do seu chá. Mesmo assim, recusa-se, num primeiro momento, a baixar o valor de venda de um produto então colocado no mercado em dois tipos diferenciados, como se conclui do que comunica a Joaquim Pinto da Conceição em janeiro: "Peço para manter o mais que puder o preço de 1.250 reis para o chá de 1.^a qualidade, pois como V. Ex.^a sabe é de um fabrico especial, tendo um acondicionamento dispendioso e diferente de todos os outros

⁵⁵⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 330-331.

⁵⁶⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 01, Fol. 362.

⁵⁶¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 259.

que aí concorrem, razão porque o podem dar por mais baixo preço. Tenho cerca de 6.000 kg da colheita de 1905 de 1.^a qualidade e 459,660 do de 2.^a que envio por este paquete"⁵⁶². Em dezembro seguinte comunica ao mesmo destinatário, responsável pela venda no Norte do País de todo o chá enviado para o Continente, que a última colheita lhe terá rendido cerca de 7.000 kg de 1.^a, sondando-o sobre a eventual necessidade de passar a colocar o produto também em Lisboa.⁵⁶³

Os problemas de escoamento do chá açoriano irão manter-se no ano seguinte, obrigando-o a ter de aceitar uma redução no valor de venda, como refere em outubro a Joaquim Pinto da Conceição, comunicando-lhe, também, a decisão de começar a colocar a sua produção na capital e pondo em dúvida as vantagens da aposta na qualidade em que se tem vindo a empenhar. A estratégia que segue parece ser a utilizada pela concorrência, pois:

"Os donos do chá Canto com quem falei dizem que mandaram baixar para dar saída também a grande quantidade e não pude convencê-los a conservar o preço. O meu amigo terá a bondade de baixar também no preço do meu e vender a maior quantidade possível. Vou também começar a vender chá em Lisboa e vou mandar abrir o preço a 1.200 reis o kg. Não compreendo realmente este negócio do chá, porque os sucessores de Luís Soares de Sousa [uma casa comercial de Ponta Delgada] continuam a comprar tudo o que lhes aparece a mil reis fortes por kg, e a alguns pagam mais, ordinaríssimo, mal preparado; de modo que não vejo a menor vantagem em ter com o meu os cuidados que tenho no fabrico e encaixotamento. O preço de mil reis é sem lata, e sei que o exportou todo para essa cidade".⁵⁶⁴

Mas as suas dúvidas não se reportarão apenas ao comportamento do mercado, como se infere do que comenta com Guilherme Arnaud, com quem combina a venda em Lisboa na mesma altura: "Tenho quantidades [de chá] que irei mandando à medida que fores pedindo. Tenho-o vendido até agora no Porto, mas as vendas ali vão diminuindo e creio que o meu correspondente, que recebe chá de outras proveniências à consignação, atende primeiro a elas. Se conseguisse aí obter colocação para todo o meu chá - uns

⁵⁶² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 02, Fol. 303-305.

⁵⁶³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 450-451.

⁵⁶⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 160-161.

7.000 a 8.000 kg - convinha-me muito mais, porque o frete é mais barato e creio que as despesas são menores".⁵⁶⁵

O mercado de Lisboa, onde, como referirá em dezembro a Guilherme Arnaud, não tinha querido entrar para não fazer concorrência ao chá Canto, só optando por mudar de estratégia quando o produto do concorrente começou a ser vendido no Porto, não terá acolhido a sua marca como desejaria, a avaliar pelo acordo que estabelecerá em fevereiro de 1908 com Joaquim Pinto da Conceição.⁵⁶⁶ Em janeiro anterior, o agente no Porto dava-lhe nota de um cenário pouco auspicioso, porque "Por estarem muito fornecidos de chá Canto e outras marcas, os armazenistas não querem tomar compromissos para o nosso chá de modo que nada de vantajoso tenho conseguido, havendo apenas ofertas que somam os 3.000 kg com a cláusula de entrega de 500 kg cada duas vezes, isto é, aquela quantidade levaria um ano a entregar. O preço para este caso seria 1.100 ou talvez 1.130 reis, pois nada fechei definitivamente para primeiro ouvir a sua opinião".⁵⁶⁷ José Maria não lhe tardará com a resposta: "Aceito a proposta de venda de chá e espero remeter-lhe pelo próximo Funchal uma partida de 3.000 a 4.000 kg".⁵⁶⁸

No final desse ano, Raposo do Amaral conseguirá angariar em Lisboa um comprador que virá a ser cliente habitual do seu chá, a empresa Jerónimo Martins & Filho. Em março de 1910, explica à irmã Isabel os contornos e as circunstâncias em que conseguiu o negócio: "Vendi com efeito este ano ao Martins do Chiado 2.000 kg de chá; falaram-me nisso em setembro quando aí estive e aproveitei logo, se bem que o preço fosse um pouco baixo (mil reis por kg, com 2% de desconto por pronto pagamento), mas as vendas vão-se tornando cada vez mais difíceis e não há remédio senão aproveitar o mercado e arranjar fregueses. Os Cantos têm uma grande porção em depósito e têm baixado os preços doidamente".⁵⁶⁹

Motivado sobretudo pela necessidade de responder às contingências de um mercado que exigia diversidade e pela importância de acompanhar a concorrência, José Maria vai ensaiar, na colheita de 1910, a introdução de uma nova variedade numa marca de até então confinada à produção de chá preto, disso dando conta a Alfredo Augusto da Costa Gouveia: "Tenho aqui uma porção de chá verde feito que mandarei no próximo

⁵⁶⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 162.

⁵⁶⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 314-315.

⁵⁶⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 03, Fol. 106-108.

⁵⁶⁸ Idem, Fol. 112.

⁵⁶⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 388-393.

inverno a título de experiência, mas esta qualidade de chá dá muito mais trabalho, pois tem de ser feito todo à mão. As máquinas até hoje inventadas não dão grandes resultados. Veja o meu amigo se arranja uma amostra do chá verde que aí se vende e mande-me para ver. Os herdeiros do José do Canto mandaram vir este ano uma máquina para o fazer, mas creio que não tem dado bom resultado. É possível que o chá aí exposto à venda seja deles e não do José Bensaúde [outro dos principais concorrentes], como imaginara"⁵⁷⁰. Apesar desta experiência, continuará a concentrar a sua produção no chá preto, porque "o fabrico do chá verde é muito mais caro do que o preto, necessita de um mecanismo especial e que nem sempre dá os resultados desejados".⁵⁷¹

Para combater os problemas de escoamento apostará, nos tempos mais imediatos, numa nova estratégia de comercialização, explicada a Joaquim Pinto da Conceição a 26 de Outubro de 1911: "Estes negócios do chá vão de mal a pior e vejo que é necessário mudar o sistema de venda, tornando a compra mais acessível ao pequeno consumidor. Para isso penso que dividindo-o em latas de 1,2, 5 e 10 kg e em pequenos pacotes de papel de 125 gr., conseguir-se-ia os meus intentos. As latas, mesmo as mais pequenas, deverão ter a forma de paralelepípedos por causa do encaixotamento, pois sendo redondas perde-se muito espaço".⁵⁷²

Não abandonará, no entanto, a ideia de diversificação da produção e o chá verde volta a surgir como uma boa aposta. Assim, em julho de 1912, dá nota ao seu agente em Londres, William Hooton & Yates, do interesse na compra de equipamentos para fabricar chá verde: "Tenho atualmente uma fábrica de chá montada com máquina a vapor, secador, enrolador, partidor, peneiros, etc. e fabrico anualmente oito a dez mil quilogramas de chá *preto*, mas vai-se tornando difícil a sua colocação nos mercados de Portugal e, por isso, pretendia montar um enrolador para chá *verde*, movido pelo mesmo motor que tem a força suficiente a fim de fabricar metade de uma qualidade e metade de outra. Todos os aparelhos que tenho foram-me fornecidos pela Marshall Sons & C.^a. O enrolador que desejo poderá ter a capacidade de uma carga de 40 a 50 kg de folha verde"⁵⁷³. Encomendará as novas máquinas em março do ano seguinte, solicitando à mesma casa inglesa para lhe mandarem para S. Miguel "juntamente com os aparelhos plantas detalhadas para a sua montagem e, sendo possível, desenho ou fotografia deles montados, pois não conheço nem faço a menor ideia do que sejam". Na justificação do

⁵⁷⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 30-31

⁵⁷¹ Idem, Fol. 107.

⁵⁷² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 284.

⁵⁷³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 359-360.

pedido acrescenta que "Os herdeiros do José do Canto têm já uma montada, mas, por sinal, creio que não tem dado bons resultados por não saberem ainda trabalhar com ela, mas fazem segredo e não a mostram".⁵⁷⁴



Desenho da máquina para produção de chá verde encomendada ao fornecedor britânico

Só em abril de 1914 é que receberá parte dos equipamentos encomendados, tendo-se "sumido na alfândega uma das caixas com os aparelhos"⁵⁷⁵, como explica à William Hooton & Yates, ao pedir para o reenvio das máquinas em falta, apenas anunciando a respetiva montagem em carta dirigida a Joaquim Pinto da Conceição no último dia de 1915: "Vou montar o mecanismo para o chá verde e farei a experiência na futura colheita, mas, como lhe disse já, tenho pouca esperança nela. Os Cantos têm fabricado porção mas não lhe tem saído coisa capaz, apesar de terem tido aqui um inglês e ensinar o fabrico"⁵⁷⁶. Além dos percalços surgidos com a encomenda, um outro fator poderá ter explicar a demora na concretização da iniciativa: a deflagração da Grande Guerra, ao condicionar as importações portuguesas do estrangeiro, implicará uma valorização acentuada do chá açoriano no mercado nacional, dispensando o produtor micaelense de se empenhar no fabrico de uma nova variedade para satisfazer clientes mais exigentes.

⁵⁷⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 26.

⁵⁷⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 444-445.

⁵⁷⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 54.

Efetivamente, o crescimento da procura do chá de S. Miguel coincide como o início da guerra na Europa. Por este motivo, José Maria, a 30 de setembro de 1914, manifesta estranheza ao seu agente no Porto por ainda não ter procedido a um aumento do valor do produto: "Estou admirado de não ter ainda recebido telegrama seu sobre o aumento do preço do chá, como pedi; o Canto está-se vendendo a 1.125 reis e não é em nada melhor do que o meu. Sei que por este preço tem feito ultimamente vendas consideráveis. Acho que é conveniente ir agora para 1.000 reis e, depois, ir subindo a pouco e pouco; mas o meu amigo fará o que melhor entender".⁵⁷⁷ Antes do final do ano procede à renovação da marca e, em abril de 1915, confrontado com um crescente aumento da procura face à completa suspensão das importações do estrangeiro, adverte Joaquim Pinto da Conceição que "O meu stock de chá de 1.^a qualidade é de cerca de 7.500 kg. e torna-se necessário ir sustando um pouco as vendas para poder abastecer as principais freguesias, pois só para fins de dezembro, ou janeiro de 1916, poderei ter chá em condições de venda da nova colheita".⁵⁷⁸

Os preços dos produtos da marca aceleram rapidamente, conforme se percebe do que refere em dezembro de 1915 a Caetano Moniz de Vasconcelos: "Estou atualmente vendendo o meu chá no Porto a 1.400 reis fortes por kg; aqui na terra vendo muito pouco o de 1.^a qualidade que tenho vendido a 1.600 reis fracos por kg. O chá de 2.^a qualidade vendo a 900 e o chá pó a 875 insulanos. Este último tem muita procura porque é realmente igual ao de 1.^a menos na aparência, são resíduos que o igualador faz e que são depois separados no peneiro".⁵⁷⁹ A grande procura leva ao integral esgotamento do produto em armazém, disso notificando Joaquim Pinto da Conceição em novembro do ano seguinte "Esgotou já o meu stock de chá antigo; não gosto de exportar o da colheita nova muito cedo, porque tem um certo gosto a verdura que o torna desagradável, por isso só para dezembro próximo, ou janeiro, farei a 1.^a remessa".⁵⁸⁰

Na comercialização da nova colheita, cujos preços de venda atingirão em novembro um novo recorde de 2.000 reis por quilo, no mercado de Lisboa⁵⁸¹, vai confrontar-se com problemas no condicionamento do chá. Com efeito, devido ao prolongamento da Grande Guerra, deixaram de lhe ser fornecidas embalagens em folha

⁵⁷⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 363.

⁵⁷⁸ Idem, Fol. 456.

⁵⁷⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 130-133.

⁵⁸⁰ Idem, Fol. 304-305.

⁵⁸¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 05, Fol. 252.

de Flandres, vendo-se obrigado ao fabrico de caixas de madeira, conforme explica ao seu agente no Porto: “Estou tratando de mandar fazer caixas de madeira para remeter parte do meu chá desta colheita, vamos ver o resultado que dá. Não é prática a pintura nas caixas e peço o obséquio de mandar fazer uns papéis com os dizeres das tampas das latas: 'Chá Raposo d'Amaral, Fabricado a Vapor, Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, Açores, Marca Registada' e umas tiras largas, 'Chá Raposo d'Amaral, R. Grande...".⁵⁸²

Terminada a guerra, os preços por que é vendido o chá açoriano no mercado nacional continuarão elevados por mais algum tempo, sendo comercializado em janeiro de 1919 por um valor acima dos 3.000 reis o quilo. Porém, a queda não demorará a iniciar-se, e no final do mês seguinte, notifica os seus agentes em Lisboa e no Porto sobre a pertinência da baixa.⁵⁸³ A 18 de outubro de 1919, pouco antes de morrer, volta a escrever a Germano Serrão Arnaud, agente em Lisboa, com novas instruções". Estou vendendo chá no Porto a 2.300 reis o kg e não desejo vendê-lo a menos aí em Lisboa; quando tiver comprador era favor comunicar-me o preço a ver se me convém ou não".⁵⁸⁴

Embora sob outro rótulo - "Chá Barrosa", como veio a ser designado a partir de 1924, quando o filho Nicolau anuncia a constituição de uma sociedade como o mesmo nome integrada pelos seus herdeiros - o chá Raposo de Amaral, com plantações em zonas tão distintas da ilha como a Ribeira Grande, Sete Cidades ou Ginetes, continuará a ser vendido até aos anos 70 do século XX⁵⁸⁵, sobrevivendo quer à morte do senhor do Colégio como à crise que afetará esta indústria de S. Miguel em consequência do protecionismo que o Estado garantirá à produção originária da África Portuguesa. A partir e então foram fechando as dez fábricas de chá da ilha, apenas restando a da Gorreana até à reabertura recente da fábrica do Porto Formoso.

4. Tabaco - desinteresse e contestação inicial

Ao contrário do que acontece em relação às indústrias do álcool, açúcar e chá, em cujo desenvolvimento se empenha de modo comprometido, a sua posição no que respeita à produção e transformação de tabaco, implementada a partir de princípios da

⁵⁸² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 159.

⁵⁸³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 30, Fol. 23e 24.

⁵⁸⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 05, Fol. 443.

⁵⁸⁵ MACHADO, 2016, p. 321.

década de setenta do século XIX nas ilhas Terceira e S. Miguel, revelará alguma hostilidade.

A legislação nacional publicada a 13 de maio de 1864, que põe termo ao monopólio dos contratadores, permitindo a produção, transformação e comércio de tabaco no Continente e ilhas, abriu caminho ao incremento desta cultura industrial no arquipélago. Tal como sucedeu em relação às demais plantas agroindustriais, o cultivo de tabaco surge nos Açores como uma via de combate aos problemas que afetavam a economia local na sequência do crescente declínio da exportação de citrinos. Em 1868, José Bensaúde consegue licença para fundar uma fábrica de tabacos (a Micaelense), sendo atribuída, três anos depois, uma autorização de teor idêntico a Manuel Bento de Sousa para fundar a Fábrica de Tabacos da Maia. A Fábrica de Tabacos Estrela, outra das unidades instaladas em S. Miguel, surgirá em 1882, alargando-se a indústria tabaqueira à ilha Terceira com a fundação da Fábrica de Tabacos Flor de Angra em 1886. Em S. Miguel abrirão ainda outras duas pequenas tabaqueiras: a Fábrica de Tabacos Insulana (1877) e a Fábrica de Tabaco União (1880).⁵⁸⁶

A proliferação de empreendimentos criará problemas de sobrevivência associados às dificuldades de escoamento do tabaco produzido nas ilhas. As dificuldades dos produtores açorianos irão agravar-se a partir de finais da década de 1880, como se queixou então José Bensaúde, afirmando que "os governantes devem contentar-se com o enorme mal feito pela lei [18 de agosto] de 1887, que nos fechou o continente, agravando-nos os efeitos do excesso de produção, pois somos nove fábricas a fornecer umas pequenas ilhas que apenas têm cerca de 300 mil habitantes".⁵⁸⁷ Com a entrada em vigor do diploma em causa, os tabacos manipulados nas ilhas passavam a pagar no mercado nacional impostos idênticos aos cobrados sobre produtos importados do estrangeiro.

No mercado insular, a venda dos produtos insulares continuava, no entanto, a não ter concorrência, em virtude dos direitos de importação fixados para a entrada no país de tabaco estrangeiro. Alheio aos interesses da produção açoriana, José Maria Raposo do Amaral pede ao pai, então Par do Reino, que se empenhe no assunto, com vista à criação de legislação que ponha termo a tal proteção. Numa carta que lhe dirige para Lisboa a 29 de março de 1888, refere: "Soube que o Sr. Clemente se empenhou com o Visconde para que continue a proteção escandalosa que se dá a estas fábricas,

⁵⁸⁶ DIAS, 1995, p. 102-103.

⁵⁸⁷ Idem, p. 24.

mas faça-lhe meu pai ver a importância deles que não pagam nada que preste e realmente não se pode sacrificar os interesses de um Distrito aos senhores Clemente Bensaúde e P. Jácome, ainda mesmo que o Visconde insista, veja meu Pai o que pode fazer particularmente com o Mariano e com J. Severiano".⁵⁸⁸ No início de junho insiste no pedido ao pai, aduzindo novos argumentos: "Quem vem sempre a pagar é o consumidor; estas fábricas daqui não têm a menor importância, pois, como sabe, é uma indústria em que lucram meia dúzia, abrigados por uma proteção desmedida que não produzem nada que jeito tenha".⁵⁸⁹ A meados do mesmo mês, quando tem conhecimento da legislação que será publicada em novembro implicando a redução de direitos sobre tabaco estrangeiro e a extensão ao mercado insular dos preços idênticos aos cobrados em todo o país quanto à venda de tabaco produzido no Continente, continua insatisfeito, pois "Isso de não ser expresso na legislação sobre tabacos a livre entrada de tabaco nacional aqui não me agrada e afinal creio bem que no fim de contas o José Bensaúde logrará e tornará a lograr o que pretende; acho que os nossos deputados deveriam ter proposto uma emenda ao projeto".⁵⁹⁰

Quase dez anos depois, voltará a referir-se à indústria açoriana de tabaco. Agora, com a produção de álcool em claro declínio, reconhecerá em carta dirigida a Luís Poças Falcão, datada de 1 de agosto de 1897, que "As fábricas [de tabaco] daqui têm realmente uma certa importância, alimentam uma cultura mais e, principalmente, dão trabalho a muita gente com especialidade das mulheres".⁵⁹¹ Em plena República e em vésperas da Grande Guerra, continua clara a pouca simpatia que nutre pelas tabaqueiras açorianas, como se percebe pelo que escreve ao cunhado "Agora à noite [o telégrafo] diz que foram as câmaras municipais dos Açores autorizadas a lançar impostos de 500 reis fortes em cada quilograma de tabaco. Que dirá a isto o José Bensaúde que estará todo republicano?"⁵⁹² Na realidade, José Maria Raposo do Amaral nunca teve interesse em investir na indústria do tabaco, optando por centrar os seus esforços na produção de álcool, açúcar e chá. As referências a José Bensaúde em todas as cartas em que aborda o tema permitem talvez supor que uma eventual incompatibilidade pessoal entre os dois poderá ter determinado o fraco entusiasmo com que sempre encarou o desenvolvimento da indústria de tabaco nos Açores. Por outro lado, cedo poderá ter tido consciência de

⁵⁸⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, fol. 169-177.

⁵⁸⁹ Idem, Fol.217-227.

⁵⁹⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, 201-209.

⁵⁹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 282-285.

⁵⁹² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 272-273.

que a política protecionista do país em relação ao tabaco era particularmente lesiva dos interesses açorianos e seria uma batalha dificilmente ganha.

As regras da fiscalidade e os interesses associados ao cultivo e transformação do tabaco em Portugal, objeto de legislação específica introduzida em 1736 no reinado de D. João V e repetidas vezes alterada para se ajustar às conveniências de alguns das mais poderosos agentes económicos do país, acabaria por se tornar um dos principais problemas enfrentados portuguesa entre os séculos XIX e XX, determinando a queda de dois governos e o desgaste do próprio regime. As receitas geradas por esta indústria proporcionaram a formação de valiosas fortunas que permitiram aos donos das fábricas, a construção de construírem palacetes privados e financiaram importantes obras públicas, como foi o caso de Joaquim Ferreira dos Santos, Conde de Ferreira, que legou em testamento parte do património para a edificação de 120 escolas e dum hospital para doentes mentais. Por seu lado, a família Eugénio de Almeida, outro dos industriais do setor financiou o restauro do Mosteiro dos Jerónimos e construiu o Parque Eduardo VII em Lisboa.

Sendo tão avultados o rendimentos proporcionados com a produção e transformação do tabaco, sempre que os governos procuravam alterar a legislação aplicável introduzindo-lhe medidas favoráveis ao cofres do Estado confrontava-se com a poderosa oposição dos industriais, instalando-se um clima tenso na política portuguesa cujo desfecho ou assentava no estabelecimento do monopólio do tabaco, um regime que permitia ao Governo o controlo direto da produção e comercialização do tabaco, ou no arrendamento da atividades às fábricas, ficando com o dinheiro dos impostos.

As limitações administrativas e fiscais impostas pelo Estado para proteção dos poderosos interesses em jogo acabariam por confinar a indústria tabaqueira açoriana a uma produção quase exclusivamente destinado ao mercado regional, assistindo-se, complementarmente, a quebras de consumo nas ilhas em consequência das guerras mundiais e da emigração de potenciais consumidores para os Estados Unidos⁵⁹³.

5. Outros negócios num contexto socioeconómico difícil

Os recursos obtidos com a agroindústria representam apenas uma parcela dos rendimentos do senhor do Colégio, que, na qualidade de proprietário de vastas áreas

⁵⁹³ DIAS, 1995, p. 80.

aráveis e matos, herdados ou comprados por quase toda a ilha, mas particularmente concentrados nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, acumula a condição de senhorio de elevado número de reдеiros com a de produtor direto de culturas tradicionais como milho e favas, feijão ou vinha, e de criador gado bovino, algum do qual colocará em vivo no mercado do Continente.

A produção de milho assume especial importância entre as culturas que desenvolve, como se percebe pelas frequentes referências que lhe faz em cartas dirigidas quer ao pai e a vários dos seus correspondentes⁵⁹⁴ e dá também relevância na correspondência à produção e exportação de gado, referindo-se, nomeadamente, ao embarque regular de animais para o Continente e ao valor da respetiva venda⁵⁹⁵ e à atenção que dedica à criação de bovinos, demonstrada, por exemplo, com a introdução na manada da família de novilhos importados da Holanda.

A sua atividade como produtor agrícola não será muito diferente daquela que à época é desenvolvida um pouco por toda a ilha pelos seus próprios reдеiros, como se depreende do conteúdo de um relatório que remete ao cunhado Luís em 1900 acerca das principais exportações locais, respetivos rendimentos e impostos, no último triénio de novecentos:

Exportações de trigo, milho e leguminosas da ilha de S. Miguel:

	Trigo/litros	Milho/litros	Favas/litros	Feijão/litros
1897	284.140	4.352.014	8.526.808	
Valor/reis	15.534.365	130.608.720	306.965.080	
Receita total/reis	443.108.164 r			
1898	97.560 litros	8.369.394	5.023.164	1.840
Valor/reis	5.263.240	250.781.820	180.833	132.480
Receita total/reis	437.016.410			
1899	39.324l	3.011.180	4.501.040	80
Valor/reis	2.134.296	90.335.400	162.037.440	5.760
Receita total/reis	254.512.896			

⁵⁹⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19; Fol. 306-307; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv.13 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 18-19, por exemplo.

⁵⁹⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 04. Fol.2 42; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 330 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 231.

Exportações de ananases:

	Totais- unidade	Via Lisboa	Direitos pagos/reis ⁵⁹⁶
1897	530.822	27.514	3.706.983 reis
1898	615.099	68.788	4.108.976
1899	621.600	45.559	4.242.420

A produção de plantio de araucárias que exportará principalmente para diversos países europeus⁵⁹⁷ é outra das atividades ligadas à terra que lhe garante receita, produzindo, igualmente ananases⁵⁹⁸, ainda que em pequenas quantidades. Nos negócios agrícolas, como em todas as outras atividades de caráter económico o seu propósito consistia sempre, como explicou em carta dirigida em março de 1892 ao primo José Cabral a respeito da sua casa, em "fazer dinheiro de tudo quanto pudesse".⁵⁹⁹

A necessidade permanente de "fazer dinheiro" e de garantir a entrada de recursos na ilha por via das vendas ao exterior não deverá ter sido alheia aos tempos difíceis enfrentados pela população micalense do seu tempo aos quais, desde cedo, se manifesta sensível.

Na maior ilha açoriana os problemas sociais agudizaram-se a partir da década de 1860, com o declínio da exportação da laranja que disseminou a pobreza nos diversos extratos populacionais, mas principalmente entre os grupos mais carentes. José Maria Raposo do Amaral Júnior, em carta que dirige ao pai, a de 8 de julho de 1883, no rescaldo de um motim popular, demonstra revelar, desde cedo, especial atenção aos dramas dos milhares de pobres que povoam a sua ilha e uma sensibilidade de repórter que manterá ao longo da vida:

“Aquela gente depois de saquear o mercado, roubando, dizia-se esta manhã, 27 moios de milho, o que creio, pois tinham entrado perto de quarenta e a *Casa Bensaúde* que lá tinha 20 moios realizou apenas a venda de três, aproximadamente, e o resto, em sacos,

⁵⁹⁶ Os direitos pagos referem-se apenas aos ananases exportados por via direta. Dos outros (via Lisboa) não há nota, atingindo o total de ananases exportados : 1897- 558.336; 1898 - 684.778 e 1899 - 667.150. Nos três anos em referência S. Miguel exportou 1.910. 27 ananases. (UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 329-331).

⁵⁹⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.217-227; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 231; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 18, Fol. 248-249; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 462-46 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/L. 09, Fol. 249-250.

⁵⁹⁸ Alguns dos melhores frutos da sua produção destinavam-se a obsequiar todos os anos, pelo Natal, vários amigos e principais figuras políticas com quem mantinha relações regulares, entre elas José Luciano de Castro. A uma lista restrita remete também chá da sua fábrica. (UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24 Fol. 313 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 420-422)

⁵⁹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 472-477.

desapareceu; um outro homem que tinha nove moios achou-se no fim daquilo com 54.000 reis na algibeira e nem um grão de milho, etc., etc.. Dirigiram-se, depois, ao Governador Civil pedindo milho; o Valadares falou-lhes da janela, prometendo mundos e fundos, mas os homens não se contentavam com palavras; houve carga de baionetas em que, felizmente, se não feriu ninguém e ai por volta das duas horas começaram a dispersar, atiraram algumas pedradas para as varandas, umas das quais foi empregada na quina do Seirão que estava também de janela; o Júlio (delegado) saiu prometendo que ia abrir uma inscrição para dar milho a alguns necessitados e creio que chegou a arranjar duzentos e tantos mil reis que agora não sabe o que deles há de fazer. Reuniu-se o Conselho do Distrito que deliberou pedir à Câmara para obter uma porção de milho a fim de vender por preço razoável; a Câmara reúne-se amanhã e creio que, debaixo de um certo número e condições e frisando bem até ao conhecimento do público um certo número de coisas, resolverá favoravelmente; com vagar aí contarei pormenores bastante cómicos de todas estes acontecimentos. Foi uma força para a Fábrica.

O Açor trouxe milho, não sei quanto, mas mandei saber e disseram-me 2.500 sacos, mas creio que será mais".⁶⁰⁰

Dificuldades no abastecimento de cereais idênticas à que estive na origem do assalto e motim relatados são frequentes em S. Miguel nas décadas de 1870 e 1880, agudizando-se nos períodos seguintes em consequência decadência da produção da laranja, que agravou a debilidade do setor primário nos Açores em geral. Num quadro de carências tão gritantes as restrições colocadas à produção de álcool, que começa a desenvolver-se nos anos oitenta revelam-se particularmente graves pelo seu impacto social imediato. A propósito de uma das muitas crises por que passará a indústria do álcool, José Maria Raposo de Amaral Júnior chamará a atenção tal circunstância em carta dirigida em fevereiro de 1889 a Luís Poças Falcão: "Dizes que somos um pouco inofridos e que nos zangámos logo à primeira, mas se por cá estivesses verias que temos razão e principalmente eu que sou o que estava mais entalado nesta questão como geralmente sucede em quase tudo. Há dias que tenho à minha espera quando saio de casa mais de 20 homens a pedirem-me pelo amor de Deus que lhes valha"⁶⁰¹.

Um dos principais traços da economia micaelense da época consiste na sua célere mutabilidade: a bons anos agrícolas sucedem-se períodos de grande carência

⁶⁰⁰ UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa/e AMA (Ral, Jos)- AMA(Ral, Mar).

⁶⁰¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.394-397.

produtiva. Na primeira década do século XX, ao declínio da indústria do álcool vem juntar-se a questão da falta de mercado para o milho, uma das principais produções agrícolas locais, o qual, como refere em finais de 1902 ao cunhado Luís Poças Falcão: "não tem preço nem procura e esta pobre gente está a querer liquidar para satisfazer rendas sem o poder fazer. Todos querem vender gados o que deu em resultados uma baixa repentina como me não lembro no seu valor e não há compradores".⁶⁰² Três anos depois, sucedia precisamente o contrário, pois devido ao mau tempo a escassez de milho que trazia a fome. Raposo do Amaral apelava então ao cunhado: "Não te esqueças do meu pedido com respeito à dotação da doca"⁶⁰³ [subsídio para as obras]; é uma questão da alta importância para este distrito que vai atravessando uma crise de falta de trabalho, especialmente para carpinteiros e pedreiros, realmente assustadora. A crise financeira também se vai fazendo sentir e estou certo que receberei este ano a terça parte das minhas rendas e que o mesmo sucederá a muita gente".⁶⁰⁴

No início de 1907, será de novo o excesso de produção de milho a afetar a ilha, obrigando José Maria a ser solidário com os seus rendeiros, como comenta em carta remetida a José Luís Serqueira, em Angra do Heroísmo: "O mercado de milho aqui continua fraco e por preço baixo. Para auxiliar os meus rendeiros vi-me obrigado a receber milho por conta das rendas, a 400 reis por alqueire, mas já me vou convencendo que terei de o liquidar por preço mais baixo. Mande para o Porto uma porção de [milho] branco e este creio que o liquidarei razoavelmente, está a 500 reis fortes por 20 litros. O mercado de Lisboa está abarrotado e o milho amarelo tem pouca saída no Norte do País".⁶⁰⁵

Todos estes fatores agravam a situação económica insular no início do século XX, bem registada pelo nosso biografado em 1902, quando constata que "estamos entrando numa crise agrícola bastante grave; a visita régia veio determinar uma financeira, e, logo a seguir, resolvem as fábricas de álcool, em consequência do grande

⁶⁰² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 186-188.

⁶⁰³ A primeira pedra do porto artificial de Ponta Delgada foi lançada a 30 de setembro de 1861, mas o empreendimento conheceu avanços e recuos, enfrentando problemas técnicos e financeiros que prolongaram por 82 anos a sua execução. No início do projeto previa-se que as obras fossem custeadas com recurso a um imposto alfandegário pago pelos exportadores micalenses, acabando o Estado por assumir os encargos da maior parte do empreendimento. Da lista de 13 membros que integraram a Junta Administrativa criada em nomeada em 1860 para o empreendimento constava o nome de José Maria Raposo de Amaral (Dias, Fátima Sequeira - 2012, "A Difícil Construção do Porto Artificial de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, arquipélago dos Açores (1861-1943), in *Estudos em Homenagem da Joaquim Reomero Magalhães, Economia Instituições e Império*, Coimbra, Almedina).

⁶⁰⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 360-365.

⁶⁰⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 18-19.

stock e fala de venda do seu produto, não laborar no presente ano agrícola 1901-1902. Os paquetes para a América já começam a ir carregados de emigrantes e daqui a pouco não terão lugar para os pedidos".⁶⁰⁶

Como se percebe, a pobreza arquipelágica vai agravar o fenómeno emigratório, que será uma realidade sobretudo a partir do princípio do século XX. Não se trata de uma questão que diga respeito em exclusivo ao distrito de Ponta Delgada nem sequer aos Açores ou Portugal, embora tenha particular impacto nas ilhas no período de vida de José Maria Raposo de Amaral.

Entre início do século XIX e fim da I Guerra, cerca de 50 milhões de pessoas - de uma população global europeia que se aproximava dos 188 milhões nos começos da centúria - abandonaram o Velho Continente para se fixarem principalmente nas Américas⁶⁰⁷. Nunca como até então a Humanidade conheceu um fluxo migratório tão massivo e abrangente - alargou-se à Oceânia e à África Subsariana - ,mesmo considerando o intenso movimento que o Atlântico conheceu a partir do século XV, com as viagens de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses.⁶⁰⁸

É verdade que, já a partir de Quinhentos a Europa se tornara um continente de "exportação" de recursos humanos para outros continentes, promovendo também a colonização americana com milhões de negros capturados em África. Porém, em 1800 o total de americanos descendentes de europeus ficava-se apenas pelos oito milhões - 4,5 milhões na América do Norte e 3,5 milhões nas Américas Central e do Sul, dos quais 2,5 milhões nas colónias espanholas e um na colónia portuguesa do Brasil. Para a mesma altura, calcula-se que o total da população negra que se fixou nas Américas, proveniente de África, se situe nos 5,6 milhões⁶⁰⁹. Os 50 milhões de emigrantes europeus que cruzaram o Atlântico para se fixarem no continente americano "correspondem a 12 vezes volume da emigração registada nos três séculos anteriores"⁶¹⁰.

Vários fatores terão contribuído para o incremento das migrações no período em referência: os transportes conheceram uma revolução - a navegação a vapor encurtou as distancias e o caminho-de-ferro ligou os Estados Unidos de costa a costa, permitindo a circulação de pessoas e mercadorias. A bordo dos grandes navios a vapor começaram a

⁶⁰⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 240-241.

⁶⁰⁷ LIVI-BACCI, 2012, p. 47.

⁶⁰⁸ VER: NUGENT, Walter (1992), *Crossing, The Great Transatlantic Migrations, 1870-1914*, Indianapolis, Indiana University Press.

⁶⁰⁹ LIVI-BACCI, 2012 p. 15.

⁶¹⁰ Idem, p. 47.

chegar à Europa produtos agrícolas norte-americanos, cuja concorrência obrigou a uma revolução agrícola geradora de mão-de-obra rural excedentária.

Uma emigração tão massiva não seria todavia possível sem o crescimento exponencial do efetivo demográfico ocorrido no período por toda a Europa: entre 1800 e 1913 a população europeia mais do que duplicou, passando de 188 milhões para 458 milhões. Ao longo do século XIX, e apesar dos conflitos, das pontuais crises alimentares e das epidemias, assistiu-se a uma constante queda das taxas de mortalidade, a qual, combinada com a manutenção de elevados índices de natalidade, se traduziu em saldos fisiológicos positivos prolongados.⁶¹¹

Para essa evolução demográfica favorável contribuíram, conjuntamente, fatores como a melhoria generalizada das condições alimentares que, ao longo da centúria, se tornaram menos precárias, especialmente em consequência do alargamento dos mercados abastecedores, resultante do gradual processo de globalização, a evolução galopante dos conhecimentos médicos, em particular no respeitante ao combate às doenças infecciosas, e ao incremento do emprego no setor industrial.

Enquanto três quartos da força laboral da Europa trabalhava na agricultura em 1800, cinquenta anos depois esta taxa caiu para metade, sendo de um terço nos inícios do século XX. Uma das consequências mais visíveis da secundarização da economia europeia consistiu na concentração urbana: a população de 39 cidades europeias com mais de 100 mil habitantes em 1850 cresceu de seis milhões em 1900 para 34 milhões em 1910.⁶¹²

Mas a disponibilidade de empregos na indústria esteve longe de ser idêntica em todos os países europeus, sendo mais expressivo e prolongado o fenómeno emigratório nas nações com uma revolução industrial mais tardia. Nas décadas que antecederam a Grande Guerra, além da Inglaterra, apresentavam elevadas taxas de industrialização a Bélgica, que nunca experimentou uma emigração em massa, a Alemanha e a Suíça. Nestes países, a população empregue nas fábricas superava a da agricultura, nos finais do século XIX e inícios do XX, pelo que a emigração caiu. Posição contrária ocupavam as nações do Mediterrâneo, como a Itália, Espanha e Portugal, onde a industrialização só arranca efetivamente na décadas seguintes à II Guerra. Consequentemente, a emigração nos países do Sul só começa a baixar depois de meados do século passado.⁶¹³

⁶¹¹ Ver: BAGANNHA, Maria Iaoannis (1997), *Imigration in Souther Europe*, Lisboa, Celta.

⁶¹² LIVI-BACCI, 2012, p.49.

⁶¹³ NUGENT, Op. cit.

Entre as causas que estão na base do massivo movimento migratório europeu de oitocentos inscrevem-se igualmente a crise generalizada que se seguiu à construção e a queda do império Napoleónico, a fome na Irlanda ocorrida em 1846-47, a que se seguiu a da Escandinávia, a perseguição dos Judeus na Rússia, a crise económica dos anos 1890 e a abolição da escravatura no Brasil, por diploma de 13 de maio de 1888.

Se, para a Europa, a emigração de Oitocentos funcionou como principal regulador da população, permitindo dirimir alguma da pressão e violência dos conflitos sociais, nos países de destino o fenómeno potenciou uma efetiva ocupação do território, traduzindo-se num crescimento acelerado das economias e cidades do Novo Mundo.

Por toda a América, de norte a sul, incluindo a América Central e as suas ilhas, a colonização de territórios até então inexplorados acentuou-se, florescendo produções como o algodão, cereais, açúcar e café. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, o total das explorações agrícolas duplicou entre 1870 e 1900.⁶¹⁴

Alguns dos produtos das fazendas e explorações agrícolas vão impulsionar a explosão industrial, particularmente expressiva nos Estados Unidos, um vasto país já ligado pelo caminho-de-ferro, empreendimento que já tinha alavancado a indústria extrativa do aço e a construção, duas importantes atividades de concentração de mão-de-obra.

É a indústria, da mineira à têxtil, que vai impulsionar o crescimento urbano por toda a América. Nos Estados Unidos, Nova Iorque, sem incluir Brooklyn, ultrapassou um milhão de habitantes em 1880, e o número de residentes em Chicago cresceu, apenas na década de oitenta, de 503 mil para 1,1 milhões. Outras dezenas de pequenas cidades surgidas por todo o país ultrapassaram os 100 mil habitantes.⁶¹⁵

Num processo que progrediu a partir das costas do Atlântico, - os primeiros colonos britânicos fixaram-se na Nova Inglaterra - e do Pacífico, aqui intensificada pela corrida ao ouro, milhões de europeus vão distribuir-se por todo o território norte-americano no pós guerra civil, desafiados e seduzidos pelo programa de cedência de terras promovido pelo Governo federal.

De 1871 a 1920, os Estados Unidos receberam 20,1 milhões de emigrantes procedentes de quase duas dezenas de países europeus. Antes da entrada em funcionamento das vias férreas e do incremento da navegação a vapor, a emigração para a América do Norte era originária das ilhas Britânicas, da Alemanha e da

⁶¹⁴ NUGENT, 1992, p.163.

⁶¹⁵ Ibidem.

Escandinávia.⁶¹⁶ Entre 1880 e 1990, começaram a chegar italianos e emigrantes do Leste Europeu.

Para Portugal e Espanha - os países ibéricos cujos navegadores foram os primeiros a chegar ao Novo Mundo (Cristóvão Colombo às Antilhas, em 1492, e Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 1500) - o destino da emigração quase se circunscreveu, até ao último quartel do século XX, às respetivas colónias, em particular às da América Central e do Sul.

Apesar das limitações das fontes, é possível estimar que, de Portugal e Espanha, tenham seguido para as Américas, entre 1871 e 1914, cerca de 4,7 milhões de pessoas.

Tal como acontecia na Europa em geral, nos dois países ibéricos e no período em referência, os nascimentos excediam as mortes, em consideráveis margens, na maioria dos anos. Outra característica que aproxima os países peninsulares refere-se ao facto de, em ambos, existir uma emigração tradicional para a Europa e um tardio arranque do processo de industrialização.

Enquanto países colonizadores, Portugal e Espanha conseguiram criar indeléveis laços de língua e de cultura com toda a América Central e do Sul, circunstância que determina e é determinada pelo facto de a emigração ibérica se destinar a essa vasta região.

Não obstante essa afinidade cultural e linguística, os Estados Unidos são, a partir do último quartel do século XIX, a segunda escolha da emigração portuguesa, logo a seguir ao Brasil. E são justamente os Açores a região que assegura essa condição. É das ilhas que partem em maior número os emigrantes portugueses para território norte-americano - 14.710 em 1913.⁶¹⁷ Quando na Nova Inglaterra se intensifica o crescimento industrial, alavancado pela indústria têxtil, a presença açoriana na Costa Leste, como também na Califórnia, levava já dezenas de anos, tendo raiz no embarque de numerosos insulares nas baleeiras dos Estados Unidos, "empurrados" para o arquipélago pelos ventos dominantes e pela Corrente do Golfo e atraídos pela abundância de cetáceos nas suas águas. Com grande importância enquanto fonte de extração de combustíveis - o óleo de baleia assumia-se como principal carburante para a iluminação antes da descoberta do petróleo - a baleação americana encontrava nas ilhas espaço de reabastecimento e de recrutamento de marinheiros para reforço das suas tripulações. Na

⁶¹⁶ NUGENT, 1992, p.151.

⁶¹⁷ Ver: TRINDADE, Maria José Lagos (1976), "Portuguese Immigration from Azores to the United States during the nineteenth century - A contribution to its study", in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (coord. Henry Keith e Joel Serrão).

verdade, "os açorianos estiveram presentes nos vários baleeiros americanos logo a partir do século XIX"⁶¹⁸, e "já para o fim da época baleeira, eles haviam-se tornado a força dominante na baleação americana, ocupando posições de capitães (comandantes), de oficiais e mesmo de armadores".⁶¹⁹

Essa realidade traduzida em números resultou em que o total de emigrantes portugueses e seus descendentes residentes nos Estados Unidos, na sua maioria de origem açoriana, tenha aumentado, entre 1870 e 1920, de 9.000 para 104 000, duplicando nas décadas de 1900 e de 1910, de 38 000 para 77 000 e atingindo os 104 mil no final dos anos vinte, segundo os censos norte-americanos.⁶²⁰

À semelhança do que aconteceu com relação à vaga de emigração que varreu a Europa em oitocentos, também a massiva emigração portuguesa e, em particular, açoriana não se deveu exclusivamente à atração exercida pelo Novo Mundo, enquanto terra de novas oportunidades, seja pelos recursos de que dispunha, seja pela possibilidade que abria de acesso a uma vida independente.

Abandonado pouco depois do início do século XIX pela corte, que se transferiu para o Brasil face à ameaça que as invasões francesas representavam tanto para a monarquia como para a sobrevivência do reino, Portugal assistiu, depois, a uma crise social e política que se prolongou por décadas e que incluiu uma guerra civil, cujo desfecho, em meados da década de 1830, se traduziu na transição de um regime absolutista para uma monarquia liberal.

Com maior ou menor intensidade, com mais ou menos frequência ou gravidade, o cenário de instabilidade e de miséria que caracterizaram, para as massas populares, o século XIX português, estendeu-se aos Açores, cujos habitantes se viram também forçados a emigrar em massa, primeiro para o Brasil e ilhas Sandwich (Havai), depois rumo os Estados Unidos da América.

Apesar de apontado pelos historiadores como "o do longo ciclo de prosperidade económica micaelense assente na exportação de citrinos e de milho para os mercados britânicos e nacional e materializado na construção do grande porto [de Ponta Delgada], na construção de inúmeros palacetes particulares e no embelezamento e na organização

⁶¹⁸ VERMETTE, 1998, p. 191-196.

⁶¹⁹ Ibidem.

⁶²⁰ NUGENT, 1992, p. 151.

do espaço urbano"⁶²¹, o século XIX registou desemprego e períodos de carência alimentar.

Pela primeira vez na sua história, o arquipélago gerou receitas que permitiram às grandes famílias investir no património e acumular recursos financeiros, mas a maioria da população, particularmente em S. Miguel, a maior e mais populosa ilha açoriana, permaneceu dependente da terra arrendada a um pequeno grupo de proprietários.

Tal como aconteceu na Europa e por todo o país, os Açores conheceram na centúria saldos fisiológicos positivos, mas a sua população aumenta, decresce ou estabiliza em função da emigração.

Sem ter conseguido impedir por completo a emigração, o chamado "ciclo da laranja", cujo apogeu ocorreu entre 1840 e 1875, tinha garantido emprego a milhares de braços envolvidos nas mais diversas tarefas - da produção e colheita de citrinos ao fabrico de caixas para embalagem e de carros destinados ao transportes dos frutos embarcados nos navios que os levariam para o estrangeiro, sobretudo para o Reino Unido -, contribuindo para uma relativa sustentação económica, que permitiu aos proprietários acumular riqueza.

Recorrendo aos capitais acumulados nos bons anos do período da laranja, alguns proprietários, nomeadamente da ilha de S. Miguel, ensaiaram na década de 1880 produções alternativas, surgindo então plantações de chá, de tabaco e de batata-doce para fabrico de álcool, como já referimos. Entre as novas produção assumiu particular relevo o fabrico de álcool, cujo incremento determinou "uma corrida ao arrendamento da terra, com a conseqüente elevação das rendas, um aumento do emprego em trabalhos agrícolas e uma diminuição relativa da emigração".⁶²² Mas porque não asseguraram um número de postos de trabalho suficiente para compensar os que se haviam perdido com o declínio da atividade dominante no período imediatamente anterior, e apesar do mérito de possibilitarem o "casamento" da exploração da terra com o funcionamento de pequenas indústrias, os novos projetos económicos revelaram-se incapazes de acabar com a emigração.

Assim, considerando adequada a teoria de M. I. Baganha segundo a qual na determinação dos fluxos migratórios de comunidades de reduzida dimensão e influência, como é o caso da açoriana, os fatores ligados às dificuldades da económicas na sociedade de origem dos emigrantes assumem maior relevância do que respeitam à

⁶²¹ DIAS, 2002, p. 16.

⁶²² MIRANDA, 1999, p. 90.

expansão económica do país de acolhimento, a extinção da indústria do álcool em S. Miguel poderá ser tida como uma das explicações para o incremento da emigração insular rumo aos Estados Unidos da América.⁶²³

Em defesa da sua tese, e como salienta a mesma autora, citada por Sacuntala de Miranda, "o recrutamento feito durante as primeiras três fases da emigração para aquele país não tem lugar por iniciativa do Governo Federal americano ou dos estados individuais: é obra, sim, de empresários particulares e utiliza as mais das vezes a rede informal da emigração constituída por familiares e vizinhos, para fugir às restrições legais impostas tanto pelas leis americanas como pelas leis portuguesas".⁶²⁴

Apesar disso, importa referir que a emigração açoriana para a América do Norte só ganha dimensão quanto as zonas em que se estabeleceram os primeiros emigrantes do arquipélago conhecem crescimento económico: a partir da década de 1880, a indústria têxtil conhece grande desenvolvimento nos estados de Rhode Island Massachusetts, assistindo-se na Califórnia ao incremento da horticultura, da fruticultura e dos lacticínios na Califórnia.

Ora o florescimento económico vivido nesses estados, além de assegurar oportunidades de crescimento aos primeiros emigrantes, funcionou como fator de atração especialmente para os respetivos familiares que passavam grandes dificuldades nas ilhas. E tal poder de atração, associado à melhoria das condições das viagens, que passaram do navio à vela para o navio a vapor, tornando-se mais rápidas e económicas, funcionou, como confirmam as estatísticas norte-americanas: em 1860, as comunidades portuguesas estavam confinadas a 1.980 pessoas (290 em Massachusetts, 1.580 na Califórnia e 110 em Rhode Island), enquanto sessenta anos mais tarde atingiam um total de 104 mil - 57. 485 em Massachusetts, 33.566 na Califórnia e 12. 948 em Rhode Island.⁶²⁵

Não obstante documentarem uma presença reduzida de açorianos em terras dos Estados Unidos nos primeiros anos de emigração açoriana com esse destino, as estatísticas norte-americanas parecem mais próximas da realidade do que as disponibilizadas pelas autoridades das ilhas, que apenas reportam as saídas das pessoas a quem eram atribuídos passaportes.

⁶²³ BAGANNHA, Op. cit.

⁶²⁴ MIRANDA, 1999, p. 89.

⁶²⁵ VERMETTE, 1998, pp. 191-196.

Os dados dos governos civis indicam, por exemplo, que do distrito da Horta, integrado pelas ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo, partiram para os Estados Unidos entre 1860 e 1867 um total de 1.979 emigrantes documentados, enquanto no de Ponta Delgada (S. Miguel e Santa Maria) o total de saídas com esse destino se terá ficado pelas 150.

Numa análise à escassa informação disponibilizada pelas autoridades das ilhas, que dados recolhidos nos Estados Unidos parecem contrariar - em 1874 a cidade de Fall River, na costa Leste, já contava com 104 açorianos⁶²⁶ e, em 1910, os portugueses "chegaram a ser o maior grupo de pessoas nascidas no estrangeiro na cidade de New Bedford [na mesma zona do centro urbano anteriormente referido], representando 24% do total (10.185)"⁶²⁷, Maria Lagos Trindade sublinha no trabalho anteriormente citado o facto de a maioria dos emigrantes documentados pertencerem ao sexo masculino, não saberem ler nem escrever e não disporem de um estatuto profissional específico. Notou, igualmente, que entre eles era significativa, nomeadamente no caso dos saídos da ilha de S. Miguel, a presença de artesãos (21,9 %) e de comerciantes e vendedores (15,6%).⁶²⁸ Sobre a magreza dos números arquivados pelos governos civis, a mesma autora adianta que outros estudiosos calculam a emigração clandestina numa relação de 20% sobre a legal.

A insuficiência das fontes e a aparente discrepância dos dados que fornecem dificultam um conhecimento rigoroso da história dos emigrantes saídos dos Açores na centúria de oitocentos para se fixarem nos Estados Unidos, sabendo-se que alguns se deles ganharam visibilidade, designadamente no Oeste. Entre estes pioneiros figura um jovem baleeiro conhecido por Joseph King, contratado em 1864 na Califórnia por um explorador de minas, William Wrighton, que acabou morto pelos apaches em Tabuac. Conhecido como El Português, King resistiu a repetidos ataques dos índios. Outro açoriano que sobressaiu no Oeste foi o picoense Manuel Filipe Cardoso, John "Portugee", que "incorpora as qualidade do homem de ação do velho Oeste. Colérico, carregando duas pistolas, deixou mais de um homem a tremer de medo por ameaçar-lhe a vida. Foi comandante de um bando em 1862, procurando jazidas de ouro no atual estado de Idaho".⁶²⁹

⁶²⁶ GRACIA, 1998, p. 197.

⁶²⁷ VERMETTE, 1998, pp. 191-196.

⁶²⁸ TRINDADE, 1976, pp. 375-376.

⁶²⁹ WARRIN, 1998, pp. 431-446.

Foi a rede de acolhimento montada por esses pioneiros que permitiu o incremento da emigração insular para a América do Norte, mas o fenómeno terá também sido estimulado pela forma favorável como nas ilhas se encarava o novo país, em particular quando confrontado com os destinos tradicionais, Brasil e ilhas Sandwich e por um sistema de ligações marítimas que ganhou eficiência com a entrada ao serviço nas linhas entre os Estados Unidos e a Europa de navios a vapor que escalavam os portos açorianos, em particular o de Ponta Delgada, para se reabastecer de carvão.

Já na década de 1880 se defendiam, com direito a publicação própria no distrito - jornal *A República Federal* - os ideais republicanos e se elogiava o país que no outro lado do Atlântico procurava pô-los em prática. Surgida em 1880 com uma periodicidade semanal, *A República Federal* esclarece em editorial de primeira página incluído no seu primeiro número, saído a 17 de abril, os objetivos da missão a que se propõe, enquanto órgão do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada: "é para divulgar estes princípios [do republicanismo e do federalismo] e para os defender que este jornal aparece a luz pública. O modo como o havemos de o conseguir pertence ao futuro; que o povo há de vê-lo e a sua aceitação ou a sua indiferença, será o seu *verdictum*, será o nosso prêmio ou o nosso castigo". Tal linha editorial⁶³⁰ deixa antever uma especial simpatia pelos Estados Unidos, cuja condição de país republicano e federal sai reforçada da guerra civil, que acabara de referendar a União.

A leitura favorável sobre tudo o que se passa nos EUA não demora a ser assumida, publicando o jornal na 2.^a e 3.^a páginas do n.º 17, de 3 agosto de 1880, um artigo sobre as eleições norte-americanas intitulado "Revista Estrangeira - Estados Unidos) em que se "[demora na exposição do fatos] para que os republicanos portugueses compreendam que nas repúblicas há partidos e esses partidos têm cada um os seus grupos, que discutem os princípios e as personalidades, ganhando sempre o povo com estas discussões por isso mesmo que delas é que sai a verdade e a luz".

Em 15 de março do ano seguinte, no n.º 48, volta à explicação do sistema político americano, agora através da publicação de um longo artigo, que se reparte por mais quatro edições, alusivo à constituição do Estado da Califórnia, da autoria do Dr.

⁶³⁰ Convém realçar que a imprensa oitocentista portuguesa, e na mesma linha a açoriana, se dividia então em dois tipos de títulos distintos - um dedicado à divulgação das descobertas científicas e/ou à publicação de artigos de natureza cultural e artística e outro comprometido com causas políticas. Por exemplo, enquanto do *Açoriano Oriental*, fundado em 1835 por Manuel António Vasconcelos se assume como paladino da autonomia açoriana, *A Persuasão*, cujo primeiro número dada de 1862 e que tem como redator principal o influente jornalista Francisco Maria Supico, surge comprometida com o Partido Regenerador de Fonte Pereira e Melo e, mais tarde dirigido pelo micalense Hintze Ribeiro.

José de Sousa Bettencourt, um emigrante de S. Miguel que está na ilha para visitar a família. O médico, que exerce clínica numa cidade da costa Oeste, considera que o diploma regulamentar do funcionamento das instituições estaduais, que entrara em vigor em 1880:

“Contém algumas imperfeições, sendo em alguns sentidos incompleta; porém, considerada *in toto*, como deve ser, é progressiva e digna de ser imitada a muitos respeitos. A sua linguagem é simples, exata, bastante clara e positiva; a ideia dominante, o espírito que a anima, e a justiça completa e imparcial, guardando e protegendo sempre os interesses das classes laboriosas e produtoras, sendo esta que mais necessita de proteção, por ser a mais fraca e a que é sem dúvida a base fundamental, a coluna vertebral da uma nação”.⁶³¹

Em Junho de 1881, na edição nº 9, ano II, em artigo de primeira página, Teófilo Braga⁶³², futuro primeiro chefe de um Governo republicano em Portugal, retoma o tema da organização política dos EUA, valorizando em particular a opção federal:

“Os estados gregos federaram-se para resistirem contra as invasões da Ásia; os povos italianos federaram-se para resistirem contra as invasões militares e absorção de Roma; as repúblicas italianas da idade média ligaram-se para resistirem ao despotismo alemão, como os países baixos se ligaram para venceram a prepotência monárquica espanhola. A natureza achou o seu caminho: *fata viam inveniunt*, as juradas foram o rudimento natural da ideia científica da associação, como meio definitivo do indivíduo, e as ligas foram o sebo embrionário das federações, que os povos que chegaram ao mais alto de concreência da sua liberdade, como os Estados Unidos da América, escolheram como estrutura nacional”.⁶³³

Para sublinhar o êxito do sistema norte-americano *A República Federal* aponta os resultados alcançados pelo jovem país, traçando um paralelo com a situação

⁶³¹ *A República Federal*, n.º 48, de 15 de março de 1881.

⁶³² Várias vezes candidato a deputado pela ilha de S. Miguel, o micalense Teófilo de Braga mantém, muitas vezes nessa condição, uma presença constante em *A República Federal*. Apesar do lugar de relevo que ocupa no movimento republicano fálhou as várias tentativas de eleição, ao contrário do que aconteceu com Manuel de Arriaga, outro açoriano que se destacou no processo de implantação do novo regime e que acabou por ser eleito primeiro Presidente da república. Arriaga conseguiu da década de 1880 a eleição ao Parlamento pela Madeira, assumindo na qualidade de deputado presença destacada nas páginas do periódico.

⁶³³ *A República Federal*, n.º 9, 2.ª série, de 14 de junho de 1881.

portuguesa, como se pode constatar no excerto de uma notícia que publica na última página da edição n.º 128, de 3 de outubro de 1882, com o título "As Escolas nos Estados Unidos":

“Segundo a estatística oficial, recentemente publicada, os Estados Unidos têm 200 mil escolas públicas, 300 mil professores, com 10 milhões de crianças matriculadas e com uma frequência média de seis milhões. A estatística não fala das escolas e institutos particulares. Em Portugal há dinheiro para toda a classe de desmoralização, mas não resta um centil para propaganda e instrução. As repúblicas tiram a sua força da instrução pública, e as monarquias só estão bem com a estupidez dos explorados”.⁶³⁴

Em janeiro de 1883, na 3.ª página do n.º 143, a comparação entre a "A República dos Estados Unidos da América do Norte e o reino de Portugal" alarga-se à situação financeira, realçando-se, também nesta área, a superior eficácia das políticas adotadas no Novo Mundo:

“Atendendo às condições vantajosas do tesouro nacional [o Governo Federal dos EUA] resolveu diminuir[o seu valor] em 78 milhões de dólares. Ainda assim o orçamento para este ano mostrou um enorme saldo a favor do tesouro. É o que estamos vendo nas repúblicas da atualidade, países riquíssimos governados com moralidade e economia: aumentar a riqueza pública e diminuir as contribuições. Nós os portugueses, com a nossa monarquia legítima, como o nosso rei tradutor de Shakespeare, com o nosso Fontes pintado, com os nossos Basorras judeus e com o nosso buranhém das luvas só vemos aumentar os empregos, as contribuições. Os impostos, a emigração... É a ocasião da bancarrota. Então os nossos tutores hão de dizer: salve-se quem puder!”.⁶³⁵

No final do mesmo ano, na edição n.º 192, de 25 dezembro de 1883 (3.ª página), ganha de novo destaque no jornal o elogio aos EUA, agora por intermédio de um artigo subscrito por Alex. Del Mar e que vai prolongar pelos dois números seguintes. Traduzido do *Sundy Chronicle*, que se publicava em S. Francisco, Califórnia, e intitulado "A vida em Portugal - um país em que o feudalismo sobrevive", o texto compara Lisboa a S. Francisco:

⁶³⁴ *A República Federal*, n.º128, 2.ª série, de 3 de outubro de 1882.

⁶³⁵ *Idem*, n.º 143 de 16 de janeiro de 1883.

“A população das duas cidades é quase a mesma, mas tão diferentes como do dia para a noite nos costumes e na aparência. Em S. Francisco observa-se movimento, atividade e inteligência; em Lisboa prevalece por toda a parte o quietismo e a inação da decadência. A água é principalmente obtida nas fontes publicas; pobres homens com barris e mulheres com cântaros à cabeça, cheios de água, percorrem as ruas. A indústria não tem atividade e o trabalho é de barato; daqui vem que não é raro encontra-se, em razão da falta de meios, numa mulher descalça carregando pesados fardos à cabeça, ou um homem com uma cômoda ou um sofá as costas. A pobreza e a falta de invenção unem-se para perpetuar o carro de novilhos do Faraó, muitos dos quais, puxados a bois estrondeia através das calçadas das ruas no meio dos protestos dos ecos. A gente é de bom aspeto, tanto homens como mulheres, vigorosos, saudáveis, prazenteiros. As tradições das instituições públicas são tais que sobrevivem a um vasto meio que desaparece todos os anos por causa da propriedade que, com o presente regime, não pode suportá-las”.⁶³⁶

A elevada consideração pelos Estados Unidos expressa pelo periódico republicado de Ponta Delgada ao longo de mais de oito anos, num total de 434 edições, prevalece mesmo em situações de conflito social, que parecem revelar falhas do sistema. É o que se pode concluir de um artigo da autoria de Rodrigues Freitas cuja publicação começa na 3.^a página do n.º 418, de 8 de maio de 1888, e se prolonga na edição seguinte, com o título "O socialismo nos Estados Unidos":

“De longe em longe, notícias vindas do Estados Unidos falam de greves e de distúrbios em que se manifesta a força da organização das classes laboriosos; às vezes a luta das classes toma proporções horríveis; e aos desvarios do anarquismo seguem-se processos famosos como, ainda não há muito, o de Chicago.

As grandes riquezas naturais da América do Norte, a laboriosidade e o espírito inventivo de tantos de seus habitantes, não poderão evitar que o socialismo ali nasça, como brotará na Inglaterra e na Alemanha; é que também nos Estados Unidos há miséria a par de enormes riquezas; é que em toda a parte onde a indústria se tem desenvolvido, os assalariados mais ou menos têm cuidado de melhorar pela união de esforços as suas condições económico políticas (...) mas, quaisquer que tenham sido os sofrimentos das classes laboriosas nessa parte da América, lembremo-nos que também lá têm sido enormes os progressos financeiros; e que a propagação do ensino, o

⁶³⁶ *A República Federal*, n.º 192, 2.^a série, de 25 de dezembro de 1883.

movimento dos correios e telégrafos, os depósitos nas caixas econômicas e os outros muitos marcos mostram a difusão da riqueza por todas as classes. Nem o desenvolvimento das associações operárias deve ser considerado como proveniente só daqueles sofrimentos, procede também de ser maior a influência dos operários, influência que se manifesta não só quando se ocupam de questões econômicas, mas também se vai acentuando nas lutas políticas”.⁶³⁷

O olhar lançado sobre a América vai além da valorização do projeto aí desenvolvido, expressando-se, por vezes, sob a forma de maravilhamento. É o que transparece na notícia publicada na 1.^a página do n.º 396, de 6 dezembro 1887, intitulada "Um cortejo cívico nos EUA":

“Nas festas do centenário da Constituição, celebradas ultimamente em Filadélfia, montou-se um cortejo cívico verdadeiramente extraordinário, e sem rival na história da nossa civilização. Desfilaram 40 mil homens. 10 mil cavalos e mais de mil veículos, representando diversas indústrias.

Uma serie de quadros vivos, reproduzindo as cenas da revolução, outras expondo os progressos sucessivos das artes e ofícios.

Via-se a companhia dos carpinteiros com dois templos, sustentados o primeiro por 13 e o segundo por 18 colunas, correspondentes ao número de estados da União em 1787 e 1587.

Seguiam-se os representantes da agricultura, todas as suas máquinas e alfaias antigas e modernas, incluindo moinhos, que funcionavam durante o trânsito como se estivessem na laboriosidade quotidiana do casal.

A companhia dos impressores, ostentando todos os aparelhos de impressão usados desde Gutenberg até aos nossos dias. (...) Os habitantes de Filadélfia hão de por muitos anos lembrar-se da importância e brilho desta grandiosa manifestação, do que pode e vale o trabalho da ciência”.⁶³⁸

Não obstante apontar o sistema político e as conquistas civilizacionais dos Estados Unidos como modelos que devem ser replicados por Portugal, o periódico, que tem Caetano Moniz de Vasconcelos como redator principal em toda a sua existência, nem por uma vez aconselha expressamente a emigração açoriana para a América. Trata-se, aliás, de uma opção compreensível, tendo em conta a posição dos republicanos nesta

⁶³⁷ *A República Federal*, n.º418, 2.^a série, de 8 de maio de 1888.

⁶³⁸ *Idem*, n.º 396, de 6 dezembro 1887.

matéria. Em editorial intitulado "A Emigração", que publica a 7 de novembro de 1882, na 1.^a página do n.º 133, pronuncia-se sobre uma sangria que há muito atinge o arquipélago, procurando fazer luz acerca das suas causas:

“Este fenómeno social [da emigração] tem tomado entre nós uma marcha regular e permanente que, bem se pode dizer, vai progredindo na razão do agravamento das causas (...) Não é, em nosso entender, a área que nos limita agora o aumento da população, tanto assim que se ela tende, não obstante a emigração, a crescer; são antes as condições econômicas que, suposto melhorarem entre nós, não o fazem tão rapidamente como a população aumenta. [Face ao facto de a propriedade estar] aglomerada é muito poucas mãos, sendo quase toda cultivada (...), de não haver indústria e dos baixos índices de educação não há outras alternativas para a população de S. Miguel senão a emigração, [tendo os seus habitantes de ser] vendidos por três anos aos roceiros das ilhas Sandwich ou do império do Brasil, porque geral não têm com que pagar o frete e as despesas de transportes, com a que a lei, justa lei, os tosquia a última hora”.⁶³⁹

Já na 1.^a página do n.º 49, de 22 março 1881, num artigo sobre a falta de trabalho, com o título "Notícia da população dos distrito [de Ponta Delgada]", abordara a questão, pondo em causa a tese da inevitabilidade da emigração enquanto consequência da reduzida dimensão territorial:

“[Em 1878 eramos] 129.377 e sendo a média de crescimento anual de 1.593 indivíduos, supondo que esse crescimento tem sido anulado pela emigração, fica-nos intacta aquela existência. Todos afirmam que é uma população excessiva para a nossa área, mas o simples facto de exportarmos cereais em todos os anos de colheitas regulares está demonstrando o contrário; e assim parece-nos mais conveniente que, em lugar de simples e fáceis afirmativas sem fundamento, que não servem senão para desviar a atenção da verdadeira causa do mal estar do nosso povo, encaremos as coisas como elas são, procurando a verdadeira causa do mal, para o podermos combater eficazmente. (...) A causa da falta de trabalho é resultado, antes da crise, da falta de indústrias; e a falta destas, resultado do egoísmo dos grandes proprietários e capitalistas. (...) O resultado final é: deficit geral na nossa receita, aniquilamento da

⁶³⁹ *A República Federal*, n.º 133, 2.^a série, de 7 de novembro de 1882.

pequena propriedade e de qualquer tentativa industrial, fome, nueza e ignorância nas classes trabalhadoras”.⁶⁴⁰

Para *A República Federal*, a emigração açoriana assume, mesmo, contornos de autêntica subjugação, como sublinha num comentário publicado na 2.^a página do n.º 34, ano II, de 13 de dezembro de 1881, intitulado "Temos liberdade ou escravatura?":

“O Sr. Fontes [Fontes Pereira de Melo, chefe do Governo de então] numa reunião do partido regenerador, antes da eleição de deputados, disse que em Portugal não havia razão nenhuma para existir um partido republicano, porque o nosso país era dos que mais liberdade gozavam. Vê-se agora na saída de barca inglesa, no dia 3 do corrente, para as ilhas Sandwich, entre outros, António Guindim embarcar com a sua mulher e filhas, e alguns filhos pequenos, recusando-se passaporte a dois, um de 15 e outro de 17 anos, separando-se assim da família dois filhos que ficam à conta não sabemos de quem. Gostaríamos que esta liberdade de que goza o nosso país fosse experimentada pelo Sr. Fontes, ou familiares. Mas isso não acontecerá porque família de trunfos como a de v. Ex.^a e de todos os que abicham as pastas de ministro, nunca se vêm na necessidade de embarcar par as Sandwich ou para o Brasil”⁶⁴¹.

Na edição n.º106, de 3 de maio de 1882, 3.^a pág., o jornal noticia, na sua habitual rubrica "Carta dos Açores", que a "Emigração continua em larga escala para o Brasil e ilhas Sandwich", adiantando que "só o Monarch levou mais mil açorianos para as terras de S.M. Kalakaava; de S. Miguel foram 800 e tantos súbditos de S.M. Fidelíssima".

Recorrendo a um artigo transcrito do *San Francisco Chronicle*, publicado na edição n.º120, de 8 Ago de 1882 e nas duas seguintes, sob o título "Uma voz de Hawah - provas funestas de escravatura n'estas ilhas, fatos narrados por uma testemunha presencial" descreve a situação de dificuldade enfrentada pelos emigrantes nas ilhas Sandwich, sujeitos a "chibatadas nas plantações e escarnecidos pelos poderes públicos", sendo "a prisão preferível ao alojamento" que lhes é disponibilizado.

A emigração para o Havai volta, de resto, a ser notícia na última página da edição n.º 176, de 4 setembro de 1883 com o título "Emigrantes para Sandwich":

⁶⁴⁰ *A República Federal*, n.º 49, 2.^a série, de 22 março 188.

⁶⁴¹ *A República Federal*, n.º do n.º 34, 2.^a, de 13 de dezembro de 1881.

“Saíram de S. Miguel para aquelas ilhas no vapor Bell-Rok 1.412 indivíduos, que foram procurar no estrangeiro o pão quotidiano que não podem obter em terras de Portugal, nação a que coube, em sorte, aos micaelenses pertencer.

A pobreza da nossa população é tanta que se chegar a este porto outro vapor de igual lotação ou superior, partir repleto, do mesmo modo como tem acontecido com todos os que aqui aportam para tal fim.

Para ajudar a decadência de S. Miguel vai ficando a nossa ilha reduzida a velhos, mulheres e crianças, cujo trabalho, de certo não é igual ao da gente robusta e nova que se expatria.

Estes braços trabalhavam muito e não ganhavam o suficiente para se manter; faziam por conseguinte parte da propriedade dos proprietários. Como ainda fica muita gente, que irá continuando a pôr-se de fora da garras da fome que a espera, a falta que fazem, por ora, os que para lá vão, não será muito sensível aos antigos donos.

Quando sentirem falta, queixem-se contra a sua ambição e a dos governos monárquicos, que ajudam a sustentar”.⁶⁴²

Com a política adotada em Portugal, o semanário republicano de Ponta Delgada admite, em artigo de 1.^a página intitulado "Emprego-mania" e publicado no n.º34 de 13 dezembro de 1881, serem escassas as alternativas à saída dos ilhéus para o estrangeiro, pois até a mobilização para o continente de mão de obra sem ocupação no arquipélago se revela inviável, face ao atraso de uma agricultura que denota "falta de proteção, de capital, de canalizações de águas para irrigação" e que não oferece "vantagens aos colonos, que fizessem convergir a emigração açoriana para nossos terrenos do continente, o que animaria o comércio"

E a gravidade da situação vivida em S. Miguel bem que exigia outro tipo de respostas, segundo o periódico, que em artigo com o título "Miséria e mais miséria", publicado em 6 de junho de 1880, edição n.º 13, 3.^a página, descreve o quadro então existente nos seguintes termos:

“São assustadoras as proporções da miséria nesta ilha, outrora tão florescente. A falta de trabalho afeta todas as classes operárias. Braços válidos vem-se paralisados por não terem que fazer, e as famílias sofrem a consequência da penúria e da fome. E não só os operários padecem, também o mesmo mal ataca os pequenos proprietários. A laranja, único recurso de muitas famílias, hoje, pelo mal que os laranjais se ressentem

⁶⁴² *A República Federal*, n.º 176, 2.^a série, de 4 setembro de 1883.

tem quase desaparecido, deixando muitos proprietários de remediados que eram mergulhados na penúria. Daí a grande falta de trabalho”.⁶⁴³

Ainda que não privasse no seu quotidiano com a condição de pobreza que determinou o crescimento constante da emigração para os Estados Unidos, agravado no início do século XX e que, apesar de restringido nos anos vinte pela introdução do sistema de quotas, só seria interrompido na década de 1930⁶⁴⁴, devido à recessão norte-americana, José Maria Raposo de Amaral teve portanto conhecimento, desde jovem, da dimensão do fenómeno, confrontando-se com as críticas que a propósito do tema eram dirigidas aos proprietários da ilha de S. Miguel. Procura, de resto, e por várias formas, contrariar um problema de cuja dimensão dá conta em 1903, em carta a José Luís Serqueira: "Tanto o Peninsular como o Pátria foram daqui cheios e dizem-me que o D. Maria que aqui deve chegar nos princípios o próximo mês já não tem lugar para mais. Vai por aí uma febre de emigração realmente espantosa e o que vale é que não há vapores que levem todos, senão, creio bem, que esta ilha ficava reduzida a metade da população"⁶⁴⁵.

Nas questões emigratórias, para lá da sua preocupação perante o esvaziamento populacional, Raposo do Amaral empenha-se, concretamente, no combate à emigração ilegal, supostamente lucrativa para alguns. Numa denúncia e recomendação que dirige ao Governador Civil e seu correligionário Luís Bettencourt, em outubro de 1905, refere que "Soube agora como o Visconde [de Santa Bárbara, regenerador] continua a exportar rapazes sujeitos do recrutamento: compra os polícias que estão a bordo, dando-lhes 2.500 reis por cada rapaz e o mais insigne nesta façanha é um tal cabo Moniz, que não conheço... Depois de entrarem os passageiros legais [no navio Peninsular] mandam arrear os botes e logo que apanham o António da Cunha distraído atacam de novo e saltam os de contrabando. O António da Cunha não irá feito também? Tenho visto tanta coisa que me não custa a crer. Custa-me realmente ver o patife do Machado a caçar

⁶⁴³ Idem, edição n.º13, de 6 de junho de 1880.

⁶⁴⁴ Ver: SILVA, Susana Serpa (2004) "Emigração clandestina nas ilhas do Grupo Central em meados do século XIX", in O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX: nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo: actas do III colóquio. Horta: Núcleo Cultural da Horta e CORDEIRO, Carlos e MADEIRA, Artur Boavida (2003), "A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820), uma leitura em torno de interesses e vontades", in *Arquipélago História* 2ª série, VII (pp. 99-123), Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

⁶⁴⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 129-131.

conosco e se pudes manda junto com os polícias pessoa diligente a fim de se ver se se acaba de vez com essa patifaria".⁶⁴⁶

Sendo verdade que a emigração incomoda do senhor do Colégio enquanto proprietário rural que precisa de braços para rentabilizar as suas propriedades e que em quase todas as causas de natureza económica e social em que se envolve a defesa dos interesses pessoais (é acionista das fabricas do álcool e do açúcar, proprietário de uma fábrica de chá e produtor de cereais), se confunde com o que parece ser o *bem comum*, não deixa de ser relevante, em si mesma, a circunstância do seu empenho em lançar novos projetos com impacto no progresso local. Importa considerar que a riqueza recebida da família permitir-lhe-iam viver das rendas, à semelhança do que acontecia com outros dos mais importantes proprietários da ilha, casos, por exemplo, dos marqueses da Praia e Monforte e de Jácome Correia.

O seu envolvimento na concretização de empreendimentos de natureza económica poderá, por outro lado, ter que ver com a opção de viver quase permanentemente em S. Miguel, ao contrário do que ocorria com muitos dos titulares de casas ricas da ilha que optavam por viver em Lisboa à custa das rendas localmente cobradas.

A constante ligação que mantém com as classes populares, associada a uma dedicada e eventualmente interessada intervenção política, parece garantir-se uma constante consciência das dificuldades económicas enfrentadas pela maioria da população micalense, impelindo-o ao lançamento ou à adesão a projetos com possibilidade de impulsionar o progresso local.

A ideia de progresso comum à elite do seu tempo não deixa de contagiar toda a ação de um homem que permanece, porém, essencialmente conservador e, sobretudo, tradicionalista, em matérias como a família, os valores e os costumes.

A fragilidade económica da ilha de S. Miguel, que provoca o fenómeno emigratório, impulsiona igualmente em Raposo do Amaral uma preocupação latente no apoio aos mais debilitados, assumindo uma filantropia de que beneficiam alguns dos seus conhecidos mas que não prejudica uma existência que conhece os luxos e os prazeres próprios da sua condição e homem rico.

⁶⁴⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22. Fol. 62-65.

Capítulo IV: Rico mas socialmente comprometido

José Maria Raposo de Amaral viajou com a família pela Europa, em casa prevalecia um ambiente de requinte e, à semelhança do que ocorria entre as classes abastadas de oitocentos, a sua mesa era farta e cheia de produtos a que poucos tinham acesso, como se percebe pela sua correspondência (especialmente pela referente a encomendas de bens alimentares). No seu tempo, aliás, "nas famílias da aristocracia, as refeições eram atos de requinte social, sendo a mesa geralmente abundante e muito variada".⁶⁴⁷

As condições financeiras permitem-lhe um quotidiano confortável, inclusive com traços de luxo, especialmente se enquadrado na vida micaelense da segunda metade de Oitocentos. Nesta biografia, destaca-se o gosto pelas viagens, muito comum na época, as quais, no caso de Raposo do Amaral, se destinam ao continente português e a vários países europeus. De facto, desde muito jovem que sai de S. Miguel para estudar ou em deslocações na companhia dos pais, sabendo-se, nomeadamente, que esteve em Paris. As suas saídas para o exterior tornam-se mais regulares depois da morte do pai, em 1901, quando assume formalmente a chefia da estrutura local do Partido Progressista. Mas é em 1903, depois de "assinar a partilha com a minha irmã, um grande encargo que me tiraram de cima e que se fez em boa paz e harmonia", como refere a João Augusto da Silveira⁶⁴⁸, que realiza a mais demorada e dispendiosa viagem da sua vida: durante nove meses vai percorrer, acompanhado da mulher e filhos, diversas regiões de vários países europeus, confraternizando com responsáveis políticos, correspondentes e amigos.

1. As viagens

Semanas antes de largar de Ponta Delgada rumo a Lisboa, o que acontece em princípios de fevereiro, não descuida a preparação da digressão europeia, como se percebe das cartas que envia a Filigénio Andrade em dezembro de 1902, dando conta de que, devido aos elevados encargos previstos com a viagem, está "tratando de liquidar as

⁶⁴⁷ Sublinha CASCÃO, 2011, p. 77: "O quadro material: entre paredes. À volta da mesa: sociabilidade de gastronomia".

⁶⁴⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol.175.176.

contas, pois, a família é grande e é preciso dinheiro"⁶⁴⁹, a 1 de janeiro de 1903 ao seu agente na capital João Patrício Álvares Ferreira para encomenda 24 colarinhos destinados às camisas que vai usar na deslocação e, no dia seguinte, ao cunhado Luís Poças Falcão encarregando-o de "prevenir um camarote ou frisa", pois " a Mercês e os pequenos estão com vontade de ouvir S. Carlos".⁶⁵⁰ Antes de partir, deixa todos os negócios pendentes tratados, prevenindo os seus correspondentes, nomeadamente José Luís Serqueira, de que, depois de embarcar no Funchal e até ao regresso à ilha qualquer assunto deve ser tratado com António Borges de Medeiros, responsável pelo escritório da casa Raposo de Amaral.⁶⁵¹

Já em Lisboa, descreve, a 20 de fevereiro, ao seu chefe de escritório, a quem irá dando conta dos sucessos da digressão, a primeira etapa do périplo europeu: "Com uma esplêndida viagem aqui chegámos no dia 13, perto das 05 horas da tarde. Apesar de trazermos um bispo, o tempo parecia de encomenda e poucas vezes tenho apanhado mar tão manso, o Funchal quase não se mexia. Desembarcámos na Madeira que é bonita, mas acidentada, passamos a noite em terra e embarcámos no dia seguinte às 10 horas da manhã. Já tenho visto de Lisboa o suficiente para avaliar o grandíssimo melhoramento que ultimamente aqui se tem feito, há uma verdadeira febre e novas construções e há bairros inteiros e grandes feitos de novo".⁶⁵² Nesta carta percebe-se que, na capital, terá frequentado os meios políticos, o que lhe poderá ter causado algum mal-estar, como refere a António Borges: "já estou um pouco aborrecido disto aqui e inquieto que venha o mês de abril, não posso aturar de modo algum estes alfacinhas e a vida que levam".⁶⁵³

Só deixará Lisboa, no entanto, depois da histórica visita a Portugal do rei de Inglaterra, cuja passagem por Portugal relata em carta dirigida a 4 de abril a Gil Mont' Alverne:

“Tudo são festas e algumas há que muito melhor fora tê-las eliminado do programa. O cortejo nos coches antigos da casa real com archeiros, tropa, etc. esteve verdadeiramente à altura e muito bom. As iluminações no Tejo e na Outra Banda esplêndidas. O fogo, ornamentações das ruas, um completo desastre; em qualquer aldeia faz-se melhor. Hoje há récita de gala em S. Carlos e , na segunda-feira, 6, tourada que promete ser um dos melhores números da festa. Tenho-me fartado de ver

⁶⁴⁹ Idem, Fol. 185.

⁶⁵⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 218-219

⁶⁵¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 01, Fol. 224.

⁶⁵² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 74-76.

⁶⁵³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 89-93.

o Eduardo VII por todos os cantos destas ruas; é exatamente como muitas gravuras que todos conhecemos, e, apesar dos seus 62 anos, está de bom parecer. Diz-se, por aqui, que o Eduardo VII saindo cairá o Ministério, sendo chamado Júlio Vilhena, mas o José Luciano, com quem falei um destes dias, disse-me que nada sabia a tal respeito e que não acreditava, porque o Rei não gosta de ministérios de transição.

Tenciono sair daqui no fim da próxima semana para o Porto e, de lá, para Madrid, Barcelona, Marselha, Nice, Itália, etc.”.⁶⁵⁴

Por uma carta enviada a Joaquim da Conceição, sabe-se que, no Porto, se instalou no Grande Hotel, onde pediu para lhe reservar "quatro quartos no 1.º ou 2.º andar com duas camas cada um, podendo um ter cama de casal, preferindo que fossem a seguir e, sendo possível, com comunicação interna de um para os outros"⁶⁵⁵, perdendo-se-lhe, porém o rasto até Paris, de onde comunica a Gil Mont'Alverne, a 2 de outubro, o regresso ao país: "Parto amanhã de manhã para Lisboa; avalia decerto o quanto terei de fazer em vésperas de partida e, por isso, desculpará a pressa com que escrevo. Tenho, *felizmente*, a minha viagem terminada e dentro em pouco estarei aí".⁶⁵⁶ Pelo que dirá no ano seguinte a Luís Bettencourt, quando este também viaja pela Europa, pode fazer-se uma ideia não só dos países visitados no seu périplo europeu, como das impressões que a viagem lhe causou: "Soube que as últimas notícias tuas eram de Roma e que estavas entusiasmado com esta cidade, realmente quem quiser ver grandeza há de ir aí. Ignoro que mais terras de Itália percorreste; Florença tem muita coisa digna de ver-se; Milão é uma bela cidade e Veneza, se se pudesses chegar à noite, ir ao Grande Canal e sair antes da manhã, formar-se-ia uma bela ideia, mas à luz do dia perde-se muito. No seu género, cada um desses países [tinha referido antes, num outro passo do texto: Suíça, Alemanha, Holanda, Bélgica, Inglaterra] têm curiosidades e coisas a ver, mas a mim os que mais agradam são a Suíça e a Alemanha".⁶⁵⁷

Já em Lisboa, escreve em outubro a Gil Mont' Alverne, numa missiva se percebe o seu intuito de regressar aos Açores, pois pedindo-lhe para "deitar um pouco de água fria nesses entusiasmos [dos amigos que projetam recebê-lo em festa], dizendo-lhes que são coisa que não me agrada muito; terei muito e muito prazer em ver todos à minha chegada, mas sem espalhafatos de música e festas"⁶⁵⁸. Com efeito, chega a S. Miguel a

⁶⁵⁴ UACSD/PSS-AGMS/GMS/001/001/ cx. 3, 177-192.

⁶⁵⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 121.

⁶⁵⁶ UACSD/PSS-AGMS/GMS/001/001/ cx. 3, 177-192

⁶⁵⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 272-273.

⁶⁵⁸ UACSD/PSS-AGMS/GMS/001/001/ cx. 3, 177-192.

bordo do *Açor* a 08 de novembro, tendo sido recebido pelos seus *patrícios e amigos* com “uma receção realmente imponente” que muito lhe agradou.⁶⁵⁹ A magnitude desta receção é compreensível, pois ocorre quando José Maria atinge o auge da sua influência na sociedade micaelense. Por outro lado, a satisfação do biografado também é compreensível pelo agrado manifestado com o regresso à ilha, depois da viagem em que gastara, apenas no estrangeiro, cerca de 14 contos, e que o deixara “*estafado de capitais*”.⁶⁶⁰

Em 1911, volta a viajar com a família, embora sem Nicolau que fica em S. Miguel por causa das aulas no liceu. Desta vez, visita as cidades espanholas de Granada, Sevilha, Córdoba e Málaga. Em Lisboa, onde permanecerá depois da digressão por Espanha, instala-se, como habitualmente, no Hotel Borges, a cujo gerente dá indicações precisas sobre o alojamento pretendido, designadamente uma “sala e dois quartos, sendo um com cama de casal e outro com dois leitos, preferindo o 1.º andar, e, no caso de ser possível, o que fica no canto da Rua Serpa Pinto, com janelas para esta e para o Chiado. Se o quarto de cama de casal não for grande, precisava de um contíguo para vestir”.⁶⁶¹

Sobre esta viagem, José Maria fornece poucos detalhes, sabendo-se apenas que tomou o vapor em meados de janeiro, em Ponta Delgada, rumo a Gibraltar, e que esteve também com a irmã Isabel, a viver em Coimbra, para acompanhar os estudos universitários do filho José Jacinto. Em princípios de fevereiro já estará em Lisboa, regressando a S. Miguel no início de abril, como escreve à irmã, numa carta em que relata a tempestade que se lhe deparou à chegada:

“Com uma viagem muito tormentosa, pois apanhámos muito mar desde a saída da barra até à entrada na doca desta, chegámos no dia 8 pelas 08:00 de manhã e chegaríamos de madrugada se não fosse o termos estado cerca de duas horas defronte de Nordeste à espera que clareasse para vermos terra. Não pudemos fazer cálculo às sete porque o sol não apareceu, governando-nos pelo barco e por ele tínhamos as milhas andadas; estávamos realmente sobre a terra, mas a noite estava muito negra e cerrada e só quando rompeu a manhã conseguimos vê-la. Na noite anterior à da minha chegada tinha havido aqui um temporal grande de sueste que dizem os patrícios não terem memória de outro assim. Todas as embarcações que estavam na doca rebentaram as amarras e andaram aos trambolhões umas com as outras, encalhou um

⁶⁵⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 238-239.

⁶⁶⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 104.

⁶⁶¹ Idem, Fol. 134.

navio de vela e foram a pique 17 barcos dos Bensaúde e quatro do pobre Loureiro. Felizmente havia ali poucos navios, se estivesse cheia como às vezes sucede, os prejuízos teriam sido consideráveis”.⁶⁶²

Seis anos depois, volta a tomar o navio para uma deslocação a Lisboa que começa no início de fevereiro e se prolonga até princípios de julho. Pelo que percebe da correspondência, trata-se de uma deslocação cuja agenda se relaciona, sobretudo, com questões políticas e de negócios, mantendo encontros com José Luciano de Castro e com João Franco. A 19 de fevereiro, diz a Luís Bettencourt que "O carnaval passou aqui como sempre sem graça nenhuma. Tinha feito antes da minha chegada muito frio, mas vim trazer o calor a esta gente e daí para cá tem havido uma temperatura muito agradável!"⁶⁶³. É nesta ocasião que Raposo do Amaral aproveita para conhecer o sul do país, pois "Estão todos de férias na Semana Santa; este hotel está quase sem ninguém. Tenciono ir amanhã até Faro, não conheço o Algarve e há muito que tenho empenho em o ver"⁶⁶⁴.

Se o carácter cosmopolita das viagens de José Maria traduz o seu gosto pelo conhecimento de outras realidades, a verdade é que serão também os seus afetos que o levam a outras deslocações. Em 1913, José Maria embarca rumo à capital, perante a notícia do estado grave em que se encontrava Luís Poças Falcão. Como relata a 9 de março, encontrou o cunhado muito doente: “teve umas melhoras sensíveis que chegaram a dar esperança, mas piorou e, na noite de 9 para 10, teve uma congestão renal que o derrotou; daí para cá caiu num estado extraordinário de prostração que acabou com a morte no dia 16 de manhã, pelas 09 horas. Era muito estimado e considerado e o seu enterro altamente concorrido por gente de todas classes e quadrantes políticos bem o demonstraram”.⁶⁶⁵

Então com casa própria na Avenida Fontes Pereira de Melo, acaba por ficar em Lisboa fazendo companhia ao filho que frequentava o Instituto de Agronomia, mas, como Nicolau resolve abandonar o instituto, regressa a Ponta Delgada em junho. Voltará mais uma vez a Lisboa, em meados de 1918, para se submeter a uma cirurgia, como explica ao primo Bernardo Coelho d'Amaral, cônsul português em Newport, Inglaterra, a 13 de janeiro do ano seguinte: "Tenho passado mal da bexiga e tive de ir a

⁶⁶² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 263-266.

⁶⁶³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 42-43.

⁶⁶⁴ Idem, Fol. 42-43.

⁶⁶⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 38-41.

Lisboa, donde regressei nos começos de outubro, para ser operado da próstata. Fizeram-me a operação a 27 de junho, mas ainda não estou bom; tenho temporadas que urino bem por mim, nas outras, em geral mais longas, em que é necessário recorrer à algália para o conseguir. Dizem os médicos que é uma questão de tempo e que ficarei bom, mas fio-me pouco neles".⁶⁶⁶

Do conjunto das suas diversas viagens, não chegará a ir ao Brasil, país onde o seu bisavô começou a construir a fortuna da família e a que gostaria de ter ido como confidencia a Jaime Nobre d'Oliveira em finais de 1915: "tive sempre grande empenho de a ir ver [à cidade do Rio de Janeiro], mas nunca me foi proporcionada ocasião e agora estou velho para uma viagem tão longa".⁶⁶⁷ Pelo contrário, quis e teve oportunidade de visitar os diversos recantos das nove ilhas dos Açores, viajando quase todos os verões dentro do arquipélago, acompanhado por vezes da mulher e, quase sempre, dos filhos. Em julho de 1900, descreve ao cunhado Luís Poças Falcão as peripécias de uma dessas deslocações "No dia em que o Açor saiu do Faial para as Flores houve um verdadeiro temporal, ao ponto do comandante me dizer na volta que 'durante todo o inverno não tivemos uma viagem assim'. Consultei as pequenas que resolveram [face ao mau estado do mar] ficar no Faial, nós tivemos ali sempre bom tempo. Na volta [a S. Miguel] apanhámos bons dias e tu não imaginas como é bonito o canal entre o Pico e o Faial e Faial, Pico e S. Jorge. Estafa-se a gente a gastar muito dinheiro para ir para fora para ver coisas dez mil vezes piores. Desembarcámos em todas as ilhas, apanhamos duas touradas uma de corda e outra de praça na Terceira".⁶⁶⁸ Mais tarde, a 18 de julho de 1914 (referida anteriormente a propósito da relações na família), relata ao filho Nicolau que está em Gembloux: "Regressamos hoje das ilhas; Maria da Luz e eu estivemos três dias nas Flores e Corvo, carregando gado, apanhámos lindo tempo e belo mar; as Flores é um verdadeiro encanto, já ali tinha estado, mas não me lembrava ou então não estava como agora".⁶⁶⁹ No ano seguinte, comunica a Henrique Bensaúde, a 1 de julho, ter regressado do Faial onde foi com a família. Em 1916 agradece a José Luís Serqueira a hospitalidade com que foi recebido na Terceira: "Mais uma vez muito e muito obrigado por todas as atenções e obséquios prestados

⁶⁶⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 30, Fol. 05-06.

⁶⁶⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 39-40.

⁶⁶⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 276-278

⁶⁶⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 32-33.

durante a minha estada nessa ilha. O passeio à caldeira não foi nada maçador, pelo contrário, todos gostaram dele"⁶⁷⁰.

O seu conhecimento e interesse pelo arquipélago abrangia também um dos seus mais importantes ilhéus, as Formigas, aonde foi pescar no verão de 1902, atividade pela qual tem particular apreço, como veremos. Assim, anuncia ao comandante João Augusto da Silveira, a 17 de junho: "Fui domingo, 15 do corrente, com alguns amigos até às Formigas num vaporzinho que aqui tem o Laurénio; já tinha empenho em ver de perto aqueles cachopos que são muito mais extensos do que eu imaginava. Há muito peixe e fizemos uma boa pescaria de pargos, gorazes, meros. Estão bem isoladas no meio do oceano e creio bem que terão sido testemunhas mudas de muita infelicidade".⁶⁷¹ Volta ao tema em carta dirigida ao mesmo destinatário no mês seguinte: "Deve muita gente ter perdido a vida nas Formigas e vendo-se faz-se bem a ideia disso; o mar, mesmo junto às pedras é fundo bastante, umas 25 braças pelo menos, mas o baixio que se prolonga com elas é muito extenso e muito vasto".⁶⁷²

2. Interesses culturais, alimentação e luxos

As suas diversas viagens e a sua educação justificam o interesse demonstrado por José Maria no plano cultural, mostrando particular interesse pela ópera, cujo repertório conhecia, não só porque a frequentava em Lisboa, como porque assistia aos eventos que eram realizados em S. Miguel, apesar dos riscos inerentes aos gastos da deslocação obrigarem a que os espetáculos fossem apresentados de forma concentrada. Esta realidade desagradava a José Maria, como se percebe na carta que escreve à mãe a 21 de maio de 1892: "Veio como se esperava, no Vega e no Funchal a companhia [de ópera]; não é nada má, já eu assisti a três récitas, duas vezes a Saumanila e ontem a Lucrécia Bórgia, que vai também hoje. Na terça-feira levam o Rigoletto, em que debuta o barítono, única figura que ainda não cantou. O pior é isto ser tudo por atacado; cinco vezes por semana teatro é de mais"⁶⁷³. Dias depois confessa ao pai "É hoje, felizmente, a última récita de assinatura do Teatro, e digo felizmente porque estou já bastante aborrecido de músicas".⁶⁷⁴

⁶⁷⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 191-193.

⁶⁷¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 403-404.

⁶⁷² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 175-176.

⁶⁷³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16, Fol. 61-62.

⁶⁷⁴ Idem, Fol. 51-52.

Não obstante o desgaste, não deixava Raposo de Amaral de assistir aos espetáculos que se realizavam na ilha, inclusive opinando sobre a qualidade artística dos mesmos. Em 1898, comenta com a mãe que "A nova companhia [de teatro Pedro Cabral] tem tido bastante concorrência; não é boa e está muito longe disso, mas tem figuras razoáveis e é um género de espetáculo que agrada ao nosso público. Tem uma dançarina muito razoável, a melhor que até aqui tenho visto, esta gente gosta muito de danças!!"⁶⁷⁵. Em 1909, aliás, o seu tom será crítico sobre o estado da representação teatral no país, pois "Realmente os teatros portugueses atravessam uma crise grave de falta de gente de merecimento; cá para mim, os dois melhores, o Ferreira da Silva e o Brazão, foram-se meter no Príncipe Real com uma companhia muito ordinária em geral e que se não pode aturar". Numa referência específica à sala que costuma frequentar quando vai a Lisboa, José Maria acrescenta: "As companhias de S. Carlos há muito tempo que para nada prestam; dantes quando as havia boas o teatro muitas vezes estava quase deserto. Hoje, que não prestam, está quase sempre à cunha, mas é moda ir ao S. Carlos e *noblesse oblige*. Devias ter notado que ao falares com qualquer pessoa em Lisboa, uma das primeiras perguntas que te fazem é: 'já foi ao S. Carlos?' e todos eles são maestros e entendem de música como uns senhores, na sua opinião, aliás porque sabem tanto como eu"⁶⁷⁶. Numa outra missiva dirigida a Gil Mont' Alverne de Sequeira, Raposo do Amaral volta a afirmar que "Em São Carlos há um tenor Caruso de 1.^a ordem, mas o resto da companhia não é grande coisa e, francamente, não me conformo com estas músicas modernas que estes alfacinhas fingem, creio eu, apreciar muito".⁶⁷⁷ O seu gosto pela música levam-no a encomendar, em 1910, 21 discos no valor de 77.100 reis à *Sociedade Phonográfica Portuguesa*, contando-se entre eles óperas e fados interpretados por Caruso, Titta Beffo, e Maria Calvani.

Para lá da música, José Maria demonstra um interesse sólido por outras diferentes áreas, revelando o desejo de estar permanentemente atualizado em relação às novidades europeias, o que lhe é facultado por via dos periódicos e das publicações especializadas nacionais e estrangeiras que assinava. Da longa lista de títulos que recebe ao longo da vida constam *O Século*, *A Época*, *Journal d'Agriculture Pratique*, *L'Agriculteur*, *The Illustrated London News*, *The Young Ladies Journal*, *The Engineer*, *La Vie Illustrés*, *L'Univers Illustré Reunies*, *Salon des Modes Parisienne*, *Revue*

⁶⁷⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 377-378.

⁶⁷⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 372-374.

⁶⁷⁷ UACSD/PSS - AGMS/GMS/001/001/ cx. 3, 177-192.

Horticole, Revue de Photographie, La Pure Horticole, La Chasse Illustrée, L'Illustration, La Vie à la Campanhe, Leipziger Illustr. Zeitung" (durante a Grande Guerra), *Blanco y Negro e ABC*.

Um melhor domínio do francês poderá explicar a predominância da assinatura de periódicos editados em França. Aliás, é de França que importa a sua primeira máquina de escrever, uma Lambert, que "se vende na Rue Vivienne, do tipo melhor que fabricarem, com todos os acessórios necessários, pronta para trabalhar e com as respetivas instruções".⁶⁷⁸ Todavia, como explica em várias das cartas dirigidas aos seus correspondentes, entende ser necessário diversificar as suas fontes de informação, observando-se a já referida admiração pela Alemanha. Assim, em plena I Guerra, pede ao seu correspondente na Alemanha que lhe remeta o "melhor jornal ilustrado alemão, a começar no 1.º de janeiro de 1915", sublinhando que "no caso de publicarem alguma edição em francês ou inglês, preferia esta, pela ordem em que as línguas vão enumeradas, porque, infelizmente, pouco ou nada conheço de alemão".⁶⁷⁹

O apreço de José Maria pela cultura europeia é visível na forma como se desenrola o seu quotidiano doméstico, importando vários produtos nacionais e estrangeiros que diariamente chegam à sua mesa, os quais equilibra com mercadorias insulares. Queijos de diversos tipos e proveniências, - londrinos, flamengos, Serra da Estrela, parmesão, roquefort ou S. Jorge - bacalhau da Noruega, espargos, presuntos de Chaves e de Lamego, atum enlatado Ramirez, conservas de sardinhas, salmão, carneiro com ervilhas, pato com azeitonas, língua estufada, pêssegos, damascos, cerejas, ginjas e chocolate e cocos verdes são alguns dos produtos que integram regularmente as listas de encomendas dirigidas a fornecedores de Lisboa e do Porto. Os barcos da Insulana de Navegação trazem-lhe também maçãs, peras, bolachas Crawfords Butter Puffs e Crawfords Lethian Shortbread, açúcar refinando para sobremesas, chá verde de 3.500 reis o quilograma (apesar de produtor), cafés Moka, de São Tomé e Cabo Verde.⁶⁸⁰

Quando permanecia em Lisboa por períodos mais demorados, recebia do mesmo navio alguns produtos alimentares da ilha, como aconteceu em fevereiro de 1907, como se conclui do que escreve ao seu empregado António Borges de Medeiros: "Recebi

⁶⁷⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 333-334.

⁶⁷⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 398.

⁶⁸⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 05. Fol. 21-22 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 170-171.

cestas com laranjas, tangerinas e anonas, que chegaram em muito bom estado; verei se pelo Funchal devolvo as cestas".⁶⁸¹

No que se refere a bebidas, o seu gosto e o da família variaram com o tempo. No início, encomendava vinhos de mesa sem distinção de marca, exigindo apenas qualidade, acabando por optar, definitivamente, pelo Colares, branco e tinto. Em matéria dos chamados aperitivos ou digestivos, encomendava, entre outros, Lágrima do Douro, vinhos do Porto Duque reserva, Madeira, Moscatel de Setúbal, champanhe de Reimes, espumantes da Real Companhia Vinícola do Douro e conhaque.⁶⁸²

Apesar de na fase de arranque ter posto em causa a qualidade dos produtos das tabaqueiras locais, contestando inclusivamente sua relevância social e económica, a verdade é que as boquilhas que utiliza vêm do Continente, mas os charutos que fuma compra-os, primeiro, a Luís Soares (da Estrela de Tabacos) e depois à Fábrica Micaelense, a quem pede especial cuidado na seleção da folha e na sua confeção. Em março de 1910 é claro no que requer ao responsável da Micaelense, José Bensaúde: "Poderia V. Ex.^a mandar fazer-me, na Fábrica de Tabacos Micaelense, uns charutos no tipo do Couraçado, mas de melhor tabaco e mais cuidadosamente feitos? No caso afirmativo convinha fazer-me uns seis de cada qualidade, devidamente numerados para se distinguirem, e eu escolheria o que mais me agradasse. Não entro na questão do preço; V. Ex.^a indicá-lo-á, garantindo eu um consumo anual de 3.000 a 4.000 charutos, fazendo as devidas requisições com o prazo que V. Ex.^a determinar".⁶⁸³

As encomendas dirigidas aos seus fornecedores revelam também ter um especial cuidado com as loiças e faqueiros utilizados à sua mesa, tendo mandado vir da Fábrica Vista Alegre para a casa de campo que, já no final da vida construiu nas Sete Cidades, 36 pratos chatos, 12 fundos, 24 de sobremesa, 7 travessas de vários fundos, 13 chávenas de almoço, 13 de café, 4 pratos grandes, 4 taças para conservas, duas molheiras, um açucareiro e 4s manteigueiros.⁶⁸⁴

A mesma preocupação com a qualidade do produto parece ter em relação ao vestuário que adquire. Boa parte da roupa da família vem de Paris ou de Lisboa: em França, fazem compras nos *Grandes Armazéns do Louvre*, designadamente camisas de

⁶⁸¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 52-55.

⁶⁸² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 04, fol.242 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 141.

⁶⁸³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 280.

⁶⁸⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 328.

seda, e na modista de chapéus *Madmoiselle Alice*; no Continente aviam encomendas de vestuário na modista *Henriqueta das Neves* e camisaria *Pitta e Confiança*.⁶⁸⁵

Aos seus correspondentes de Lisboa e Porto encomenda também regularmente calçado, livros e peças específicas de vestuário, como "xaile manta para homem dos maiores que fabricam de boa qualidade e cor escura" que pediu a João Patrício Álvares Ferreira, jogos para ocupação de jovens e adultos nos serões organizados por Maria Mercês.⁶⁸⁶

O comodismo que José Maria parece querer manter no seu espaço doméstico é também visível na modernização dos transportes que faz questão de utilizar. Dos Estados Unidos mandou vir, em 1909 uma lancha para passear e pescar nas lagoas das Sete Cidades. Da América veio também, em 1901, uma parelha de éguas destinada a puxar o seu landó, que custou 800 dólares. Para um homem que se assume como defensor e impulsionador do progresso, a encomenda de um landau no final da primeira década do século XX afigura-se anacrónica, encontrando, todavia, justificação no receio com que encara os veículos movidos a motor. São muitos os desastres com automóveis na sua correspondência: em 1906 refere que o Marquês Jácome Correia se feriu gravemente num acidente que vitimou mortalmente o seu condutor e três anos depois, apesar de aconselhar a irmã a comprar um automóvel, aconselha-a a que contrate um condutor para dirigir a viatura. Desconfiado da segurança oferecido pelos novos meios de transporte e fiel à tradição da tração animal, José Maria encomenda em 1908, um landau novo, que será fabricado em Portugal, mediante indicações precisas dirigidas a Joaquim Pinto da Conceição, pois deseja que o mesmo seja "Construído de bom material, o mais leve possível, perfeitamente igual ao modelo que por este correio devolvo, apenas com a diferença que vai marcada no mesmo, de guarda lama na boleia, com perfeito acabamento, encaixotado, posto a bordo, preço de 800 mil reis, acrescento as rodas, com aros de borracha de 1.^a qualidade, pois resolvi empregar os que aqui tenho noutro carro. O estufo deve ser azul escuro e a pintura subordinada a esta cor. Desejo os forramentos amarelos. Deve ter a altura suficiente para uma senhora sentada com o chapéu a não tocar no teto".⁶⁸⁷

O convívio frequente com o automóvel não reduz o receio de José Maria em relação a este meio de transporte. Em 1912, informa o sobrinho de que "o pobre do Dr.

⁶⁸⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 08, Fol. 181 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 261.

⁶⁸⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 05. Fol. 222.

⁶⁸⁷ Idem, Fol. 19.

Raposo matou esta manhã uma criança de cinco anos com o automóvel", sublinhando que "não se querem convencer que isto não é cidade para andarem nas correrias que andam"⁶⁸⁸. Dois anos depois volta ao tema, relatando ao filho que "O José Emílio matou ontem, sem culpa, segundo afirmam, com o automóvel do Marquês de Jácome, um rapaz de 17 anos e magoou outro. Não tive quem me informasse bem como o caso se deu, mas ouvi que iam ambos sentados no estribo e foram cuspidos num balanço, ficando o que morreu debaixo da roda e o outro indo bater com a cabeça na parede, uma verdadeira desgraça!"⁶⁸⁹ Face a esta constante preocupação, compreende-se que, em 1914, José Maria faça questão de informar o filho Nicolau de que "Estivemos ontem nas Furnas, a mãe, Maria da Luz e eu; fui lá ver umas obras na levada dos moinhos da Isabel; fomos e viemos de automóvel e, felizmente, sem desgraça alguma".⁶⁹⁰

3. O lazer

Raposo do Amaral demonstra ser ainda um homem interessado em múltiplas atividades nos seus períodos de lazer. Com condições económicas e com um claro espírito de aventureiro comedido, José Maria Raposo do Amaral distribuiu, ao longo da via, os seus interesses por diversificadas atividades relacionadas com a natureza, que vão da piscicultura, à pesca, caça e avicultura, a ele se devendo, por exemplo, o povoamento piscícola das mais importantes lagoas da ilha de S. Miguel e a introdução na ilha de várias espécies cinegéticas.

Ainda na condição de estudante já se empenha na criação de peixes nas lagoas micaelenses, como se percebe por uma carta que enviará, em março de 1895, a Francisco Afonso Chaves: "Trouxe de Coimbra, do Mondego, em 1876, a *Ablette Lucicus Alburnus*; chegaram aqui vivos uns cinco, creio eu, que chegaram a desovar numa cisterna de estufa em que os deitei. Ali estiveram até 1889 (janeiro) e estavam reduzidos a três que mandei nesta época para a lagoa das Sete Cidades. Todos os que aí há são descendentes desses três. Eram todos já grandes. Não os deitei senão na lagoa das Sete Cidades e creio que só lá existem".⁶⁹¹

São muitas, algumas delas falhadas, outras coroadas de êxito, as experiências que vai desenvolver para o povoamento piscícola das lagoas de S. Miguel, importando

⁶⁸⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 337-338.

⁶⁸⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 363-368.

⁶⁹⁰ Idem, Fol. 286.

⁶⁹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 257.

peixes e ovas de vários pontos da Europa e América. Em 1887, manda vir ovas de truta de Londres e, em 1895, é com satisfação que comunica ao pai, que estava em Paris, que "As carpas do tanque já começaram a desovar, já apanhei 54 peixinhos que temos num dos tanques da quinta e tem ainda mais".⁶⁹² Dois anos depois, recebe exemplares de uma espécie que povoa rios e lagos da América, mostrando-se otimista: "Vamos lá ver se levo a cabo esta empresa de introduzir do Black Brass que, segundo todas as informações que tenho, é muito bom e viverá no nosso meio, nas Lagoas das Sete Cidades".⁶⁹³ Ainda em 1897, dá conta ao cunhado Luís Poças Falcão das suas expectativas sobre a espécie entretanto recebida dos Estados Unidos: "Deitei ultimamente nas Sete Cidades duas variedades de peixes que, segundo todas as informações, são das melhores coisas que existem em água doce - o Black Brass (*Microferus Calmardes*), importado da América, e Perche (*Perca Fluviatilis*), importado de Londres; oxalá que vinguem como vingaram as carpas".⁶⁹⁴

Cerca de 10 anos depois, Raposo do Amaral faz um balanço das iniciativas realizadas nesta matéria e dos resultados conseguidos, em carta dirigida a Duarte d'Azevedo Feio:

"A 7 de outubro de 1898 lancei na Lagoa Grande das Sete Cidades seis peixes Black Brass oriundos dos Estados Unidos; têm-se desenvolvido e procriado bem; já em 1904 apanhei ali uma redada de 74 peixes. A carne desse peixe, que chega a pesar 7 a 10 kg, é esplêndida e a gente das Sete Cidades conhece-os por peixe de dentes.

Em 1888 deitei (na Lagoa Pequena das Sete Cidades) oito percas fluviais que vieram da Inglaterra; têm-se desenvolvido e procriado muito bem e há hoje milhares, para não dizer milhões; não atingem o desenvolvimento dos Black Brass; têm três a quatro quilos no máximo, mas também têm muito boa carne. A gente das Sete Cidades conhece-as como peixe riscado.

Tenho mandado deitar carpas nas seguintes lagoas: Caldeira de Santiago, Caldeira Funda ou Caldeira do Peixe, Lago do Canário, Charco da Madeira, Lagoa do Fogo, Lagoa do Congro, Lagoa das Furnas.

Deitei Black Brass na Caldeira de Santiago e não o tenho feito ainda nas outras pela grande dificuldades que há em os apanhar pequenos".⁶⁹⁵

⁶⁹² Idem, Fol. 326-329.

⁶⁹³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06 Fol. 326-329.

⁶⁹⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 409-410.

⁶⁹⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 207-208.

Quase no fim da vida, em carta dirigida a Armando Peres, quando admite o falhanço de várias tentativas de introduzir a perdiz como espécie cinegética em S. Miguel, reconhece maior eficácia nos seus esforços relativos ao povoamento piscícola das lagoas da ilha, procedendo a um balanço atualizado:

"Com peixes tenho sido mais feliz: depois de um insucesso completo com as trutas que importei em ovos por via da Alemanha dos lagos da Itália e da Suíça com o fim de povoar dois grandes lagos que temos nas Sete Cidades, consegui introduzir ali três variedades que estão aclimadas e já há anos se reproduzem e que dão perfeitamente o resultado que tinha em vista. A perche da Europa e o black bass da América para consumo e que são esplêndidos e nada inferior aos melhores peixes do mar e as carpas, que são tão boas mas se reproduzem em grandes quantidades e servem de pasto aos outros. As trutas desenvolviam-se extraordinariamente, cheguei a pescá-las ali com um metro e vinte centímetros de comprimento e pesando 8 a 10 quilos, mas devido à alta temperatura das águas (10 a 12 graus centígrados mínima, mesmo nas maiores profundidades) morriam todas congestionadas e não chegavam a reproduzir-se".⁶⁹⁶

O seu entusiasmo pela pesca de água doce e pelo ambiente repousante das Sete Cidades, onde passa boa parte do seu tempo livre, em alternativa aos Ginetes, explicará a decisão de aí construir de uma casa de campo, que começa a edificar em meados de 1914. Como refere ao filho em 26 de Maio, quando este se encontra na Bélgica a estudar, está presente no arranque das obras da nova construção, implantada em terrenos do sobrinho José Jacinto: "Estive a semana passada passando três dias nas Sete Cidades a fim de dar começo à casa, os alicerces foram fundos como o diabo, na frente para a lagoa têm mais de dois metros de altura. No sábado, quando saí já estavam ao raso da terra e iam já na fiada seguinte contra a parede. Fica com uma linha de frente sobre a lagoa e muito perto dela". Aproveita a estada para uma pescaria, como lhe relata: "Corri a lagoa toda; não anda lá nada a não ser alguns relos e garças; corriquei um bocado, mas só me pegou um perche grande na península, e um black brass, muito pequeno, junto à Rocha da Bretanha, que deitei outra vez à água. Vi vários black brass grandes, mas não queriam pegar".⁶⁹⁷

⁶⁹⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 155-159.

⁶⁹⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 449-450.

Para lá de espécies piscícolas, José Maria também irá entusiasmar-se, na década de 1890, pela criação de pombos, garantindo a José Pereira da Cunha e Silva, um criador do Porto com quem se corresponde: "Vou entregar-me à reconstituição das raças, hei de ter de certo muita decepção, mas tenho fé que, com tempo e paciência, conseguirei alguma coisa".⁶⁹⁸ Já em janeiro de 1891, em carta ao proprietário do jardim zoológico de Lisboa, Alfredo Augusto Gouveia, destinada a agradecer um casal de pombos correio que lhe remetera, salienta: "Tenho já um bom número de variedades que dão já para me entreter e conservá-las puras", reconhecendo que, em S. Miguel, à semelhança do que acontece no Continente, se assiste a um crescimento do número de criadores. Não deixa, porém, de constatar que "infelizmente, a maior parte [deles] não se dão ao trabalho de estudar e conhecer as raças que escolhem e em vez de indivíduos puros aceitam tudo quanto lhes vem".⁶⁹⁹

A codorniz é, entre as espécies de aves que se esforça por introduzir em S. Miguel, aquela com que tem mais sucesso. Como ele próprio refere a Henrique Anacoreta, em 1906, "há caçadores que têm morto 100 e mais num dia". Em 1910, sabe-se que, neste ano, procedeu ao lançamento na zona dos Ginetes de 16 perdizes cinzentas provenientes de França e vinte perdizes de pé vermelho originárias do Alentejo.⁷⁰⁰

O entusiasmo de Raposo do Amaral em relação às aves impulsiona-o a fundar a *Sociedade de Avicultura e Aclimação*, de que irá ser diretor, e que ficará formalmente constituída em 1892, conforme se conclui de um pedido que dirige, em abril desse ano, ao seu agente em Lisboa, Patrício Álvares Ferreira, tendente à emissão dos respetivos títulos: "As condições económicas da Sociedade [de Avicultura e Aclimação] não são por ora muito prósperas, por isso não podemos mandar fazer os títulos tão caros. Peço que mande fazer 500 títulos para custar cada um entre 20 e 30 reis fortes".⁷⁰¹ O proprietário do Jardim Zoológico de Lisboa fica encarregado de tratar das aves durante a sua escala na capital e garantir o seu embarque em condições para a viagem com destino a S. Miguel.

Em 1908, participa na fundação de uma outra organização destinada a promover iniciativas ligadas ao lazer, a *Sociedade de Caça e Pesca de S. Miguel*, que se envolverá em projetos de povoamento cinegético e no processo de registo de cães. À semelhança

⁶⁹⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 07-09.

⁶⁹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16, Fol. 12.

⁷⁰⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 355.

⁷⁰¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 194.

do que acontece nessa época entre as famílias abastadas do país, a caça constitui uma oportunidade para o exercício físico e para o convívio social e José Maria irá desenvolver esta atividade até ao fim da vida, fornecendo detalhes sobre caçadas e encomendas de equipamentos ou animais, cães e furões ao longo de toda a sua correspondência. A casa Raposo de Amaral tem mesmo um empregado dedicado exclusivamente a esta atividade que o acompanha quando sai para caçar, seja sozinho seja acompanhando de amigos ou do filho, o que acontece frequentemente.⁷⁰²

O entusiasmo pela atividade leva-o a equacionar, a partir de 1900, a possibilidade de criação de uma reserva de caça numa área de 1000 alqueires de terra (terrenos lavrados, pastos, matas e mato) que possui no Monte Gordo, mas a correspondência não responde com clareza acerca da concretização ou não de um projeto de que, em 1905, ainda não terá desistido, segundo se depreende da carta que, em abril, remete a Henrique da Silva Anacoreta, diretor do jornal *A Caça*: "Possuo aqui uma propriedade rica em caça que mede aproximadamente 900 hectares, tapada nos seus limites por ribeiras e valados, onde desejava também estabelecer uma coutada. Tenho há muito aí a caça proibida e esta gente, mais ou menos, respeita a minha proibição, mas luto sempre com dificuldades todas as vezes que há abusos, e por isso queria regular legalmente esse direito".⁷⁰³ Nessa altura, instala aí, "em pleno mato e num local bastante húmido" um pavilhão de caça, encomendando para o mobiliário a Joaquim Pinto da Conceição: "duas camas à francesa para uma pessoa só com 1,9 metros de comprimento, pois são para servir pessoas altas [ele e o filho]; dois colchões de arame fortes; uma cómoda grande com quatro gavetas grandes e taça de madeira; uma banda de cabeceira ou peniqueira com taça de madeira e uma prateleira para poder levar dois bacios; uma mesa de quatro pés para dentro de casa com taça de madeira e duas gavetas baixas (1 metro por 65 centímetros, pouco mais ou menos), um toalheiro para chão; seis cadeiras bastante fortes com travessas de pé a pá travados com pregos e assentos do que melhor conseguirem para resistir à humidade".⁷⁰⁴

Por uma carta dirigida a abril de 1906 a António Borges de Lacerda, caçador residente no Cais do Pico, sabe-se ser exigente na compra das armas com que abate coelhos e outras espécies cinegéticas: "Forneço-me de espingardas da França e principalmente da Alemanha, igualmente boas mas em geral mais caras", abastecendo-

⁷⁰² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 108-110.

⁷⁰³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 416-417.

⁷⁰⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 451-452.

se de pólvora na Inglaterra e nos Estados Unidos”.⁷⁰⁵ Efetivamente, os coelhos constituíam, por essa altura, o principal alvo das caçadas de Raposo do Amaral, habitualmente realizadas em grupo, como se percebe pelo que escreve ao primo José Cabral: "Fui ontem como de costume caçar ao Monte Gordo, apesar de estar mau tempo matamos 10 coelhos velhos. Foram comigo o José Machado, o Joaquim, teu sobrinho António d'Andrade e António Soares".⁷⁰⁶ O relato que fará ao filho, em carta datada de 14 de abril de 1914, parece indiciar, por outro lado, a existência de alguma rivalidade e até ciúme no que à constituição dos grupos diz respeito: "Apanhámos no sábado um dia razoável, e até ao meio dia caía água de vez em quando, mas depois fez uma boa tarde. Os cães estavam muito ruins, mas, ainda assim, a trancos e barrancos, matámos 19 coelhos velhos. O Joaquim quis fazer rancho à parte e tinha convidado o Barão, Carlos Arruda e Duarte Manuel para uma caçada na Candelária, mas na sexta-feira foi às galinholas para a Lagoa do Congro com o Barão, atolou o automóvel e só aqui chegaram, depois de ter apanhado muito frio, às 03:00 da manhã; foram dormir e viram-se obrigados a ir ter connosco aí pelas 2:00 da tarde. O Duarte tinha-os largado e foi comigo de manhã".⁷⁰⁷

A caça ao coelho permite-lhe não só o convívio com familiares e amigos, mas também a observação da vida animal que lhe não será indiferente, como se pode constatar pelo extrato de uma carta que escreve ao filho em abril de 1914, a propósito de mais uma caçada: "Vi ontem no Monte Gordo um coelho fazer uma coisa bonita e que nunca vira antes; foi no pasto junto ao 2.º arco que tem a cova muito coberta de silva, do lado da cidade; apertado no valado saiu e os cães em cima dele; dois estavam para fazer-lhe frente e ele forma um pulo perfeitamente perpendicular e bem mais de um metro de altura, o Funchal ainda lhe atirou para o ar, mas ele salvou-se e foi outra vez meter-se no valado; foi realmente um bonito salto! Saiu depois no canto perto do sítio em que estava e dei-lhe um tiro".⁷⁰⁸

Em 1915, José Maria confirma a sua predileção pelos coelhos quando agradece a Domiciano Alberico Pacheco a oferta de um cão, pois "Hoje talvez o meu único divertimento é uma caçada aos coelhos e muito aprecio um bom cão; tudo o mais me aborrece".⁷⁰⁹ Esta é um legado que pretende deixar ao seu filho e por isso, a 21 de

⁷⁰⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09. Fol.174.

⁷⁰⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16. Fol. 4-7.

⁷⁰⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 269-270.

⁷⁰⁸ Idem, Fol. 363-368.

⁷⁰⁹ Idem, Fol. 46.

março de 1919, pouco antes de morrer, faz uma encomenda de cães a José Maria Soares, de Rabo de Peixe: "Não são para mim porque me parece que já cacei as vezes que tinha de caçar, mas o Nicolau ainda sai e o caçador precisa de melhorar-lhe a matilha".⁷¹⁰

No plano da sua agenda social e de lazer, destaque ainda para o seu envolvimento e participação em algumas das principais manifestação de religiosidade do povo, incorporando procissões e frequentado, por exemplo, os arrais das festas em honra do Senhor Santo Cristo de Ponta Delgada, nos quais se faz acompanhar pelos filhos⁷¹¹, isso apesar de não demonstrar, pelo menos no que escreve aos amigos, particular devoção religiosa. Talvez em consequência dos cargos que desempenha não deixa também de marcar presença em cortejos religiosos, como se percebe pelo que afirma numa carta que envia no final de junho de 1889 a Luís Poças Falcão: "Acabo de sair de uma Assembleia Geral [da Fábrica de Álcool de Santa Clara], vou-me vestir para ir a uma procissão, por isso não posso ser mais extenso".⁷¹² A sua condição de senhor do Colégio impõe-lhe também a obrigação de funcionar como anfitrião de amigos que se deslocam a S. Miguel para as festas do Santo Cristo, uma condição que o aborrece, conforme confidência ao cunhado Luís em 1905, ao revelar que por altura dos festejos: "estava para ir ao Faial para me livrar da procissão do Santo Cristo, que traz sempre enormes maçadas de conversas".⁷¹³

Seja pelo sua simpatia ou relevo social, José Maria será, por outro lado, convidado como padrinho para numerosos casamentos e batizados⁷¹⁴, uma tarefa que delegará nos filhos mesmo sendo estes ainda menores.⁷¹⁵

⁷¹⁰UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 30, Fol. 32-33.

⁷¹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16, Fol. 61-62.

⁷¹² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol. 479.

⁷¹³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 463-464

⁷¹⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 453-458 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 336-337.

⁷¹⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 485-486) e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 379-380.



Fachada da casa de José Maria Raposo do Amaral na antiga Rua do Frias, que hoje tem o seu nome e acolhe a delegação em S. Miguel da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Aqui recebia nos serões da Mercês.

Sem fornecer pormenores, a sua correspondência revela, por outro lado, que na sua casa da Rua do Frias acolhe regularmente membros da família alargada, incluindo a irmão, cunhados, sobrinhos e primos em serões organizados pela mulher.⁷¹⁶

Apesar de uma vida que obedecia aos paradigmas elitistas da época, José Maria Raposo do Amaral não chegará, todavia, a obter qualquer título ou cargo de distinção social. É certo que, por opção pessoal ou por força dos acontecimentos, nunca ocupará posições publicas relevantes: o mais alto cargo que desempenhou foi de Governador Civil substituto, uma posição de segunda linha, cujo protagonismo foi exercido, muitas das vezes, por homens que ele próprio escolhia. Outra razão poderá ajudar a explicar tal circunstância: nunca pediu nada para si, mas sempre intercedeu por outros. É o caso do primo Duarte Andrade d'Albuquerque, para quem conseguiu o título de conde de Albuquerque. Escreverá, então, à irmã: "o Duarte está satisfeitíssimo com o condado e o Francisco tem tido, com isso, uma grande arrelia e não sabe encobri-la. Aquelas coisas são boas para quem gosta e quanto ao mais há por aí muito conde e mesmo, creio, que alguns marqueses, empregados de secretaria. As teorias que apresentam eram para outros tempos, hoje até isto se tem democratizado um pouco".⁷¹⁷. Na mesma linha segue o testemunho que sobre ele dá Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, que reconhece que, por detrás da sua carreira pública, está Raposo do Amaral, como afirma no documento que endereçou ao seu neto Luís Guilherme de Medeiros e Câmara Vaz do Rego:

⁷¹⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 288-291; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 351-353; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 187-190 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 130-134.

⁷¹⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 418-421.

“A mesma amizade [que antes referida em relação aos irmãos Luís e Guilherme Poças Falcão] senti sempre de José Maria Raposo d’Amaral, que sucedeu a seu pai como chefe do partido progressista neste distrito e foi sem dúvida a mais popular e prestigiosa figura política do seu tempo entre nós. Cai-lhe em graça e desde cedo, e logo que me formei, ele me procurou oferecendo a sua ajuda, procedimento este que contrastou com a que comigo tiveram alguns parentes e outros que se diziam amigos. Fiquei desde então e sempre, até à sua dissolução, membro do partido progressista, desde 1895 denominado progressista-autonomista, devido ao seu papel em prol da Autonomia”.⁷¹⁸

Esta independência de José Maria é manifesta numa carta que dirige a 29 de maio de 1910 a José Luciano de Castro, em fase de descontentamento com o Partido Progressista que ameaça deixar: "Sabe V. Ex.^a melhor do que ninguém que, desde 1876, não me tenho poupado a sacrifícios de toda a natureza para o bem servir, que nunca pedi nada para mim nem recebi favor algum pessoal. Felizmente saio como entrei, apenas com alguns cabelos brancos e talvez alguns anos de vida a menos (...). Os ministros do meu Partido não têm para nós a mínima consideração e este ministério deu em fazer deste distrito escala de acesso a seus afilhados e protegidos. Estas coisas hoje arreliam-me e incomodam-me, passo muitas noites inteiras sem dormir, tendo a minha saúde muito abalada, e V. Ex.^a decerto não exigirá de mim que, além dos sacrifícios, faça mais pela política do que por mais algum tempo de vida".⁷¹⁹

Todavia, se, de acordo com o que escreveu a Jacinto Pavão Júnior para o Rio de Janeiro em 1901, "nem ele nem o chorado pai caíram nunca na tolice de aceitar título"⁷²⁰, pretendendo manter sempre o nome de batismo, a verdade é que, em determinada fase da vida, José Maria não recusou a proposta de nomeação para Par do Reino que lhe foi feita por João Franco. A oportunidade surgiria em 1908, em circunstância que detalha ao cunhado Luís Poças Falcão em janeiro desse ano:

“Como me parece te disse aí, o João Franco nas primeiras vezes que me falou disse-me que tencionava dar-me uma prova da sua consideração, etc. Imaginei que fosse um título qualquer e disse ao Aristides para lhe dizer que eu não era homem para essas

⁷¹⁸ REGO, 1995, p. 263.

⁷¹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 397-399.

⁷²⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 154-155.

coisas e que se deixasse disso. Ignoro o que se passou, porque o Aristides não me falou mais em tal.

A última vez que aí lhe falei levou-me para a sala do Conselho de Estado, creio eu, e entre outras coisas disse-me então que tencionava na primeira ocasião nomear-me Par do Reino, agradei a atenção e disse-lhe que depois falaríamos sobre o assunto, na certeza de que se esqueceria, mas não se esqueceu e por este paquete recebi uma carta cuja cópia incluo.

Claro está que se nela não frisasse bem que a minha nomeação era feita sem carácter algum partidário não me restaria a menor dúvida em dizer que não podia aceitar, mas a carta está de tal modo clara e precisa que não me parece haver para mim o menor desaire em dizer que sim.

Devo dizer-te que a ter de aceitar um lugar de Par agradar-me-ia muito mais que viesse de qualquer outro que não fosse o Sr. José Luciano; até hoje não recebi do meu partido benefício algum direto e queria morrer assim.

Conquanto não mereça (aqui para nós) que eu tenha com ele tanta atenção disse ao João Franco que lhe não podia dizer se aceitava ou não sem consultar o meu chefe, que o ia fazer por tua via.

Mas recomenda-lhe, ao José Luciano, segredo pois é, como muito bem sabes, muito solto de língua e não vá ele fazer alguma que me exponha ao ridículo como já por vezes tem feito”.⁷²¹

A 29 do mesmo mês, e em resposta ao que lhe escrevera o chefe de Governo⁷²², dir-lhe-á que "Já me havia esquecido um pouco a conversa que tivemos sobre o pariato e devo dizer-te que muito me surpreende não te ter sucedido o mesmo, o que era mais do que natural com os múltiplos negócios que tens sempre entre mãos e com a vida atribulada que os politicões te têm feito passar neste últimos meses de Governo. É uma atenção que nunca me esquecerá, crê-o, e a que serei eternamente grato. Deves compreender que, dadas as circunstâncias especiais em que me acho, não te posso dar uma resposta definitiva sem consultado o meu chefe, José Luciano de Castro; entendo isso do meu dever de lealdade para com ele e quero caminhar como até aqui, sempre com o seu consentimento".⁷²³

⁷²¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 348-351.

⁷²² A carta em referência encontra-se transcrita num artigo que o historiador Urbano Mendonça Dias publicará no Diário dos Açores em 1944, sendo referida no III capítulo deste trabalho, p. 289.

⁷²³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 352-353.

O assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro, a 2 de fevereiro de 1908, e a consequente substituição de João Franco à frente do Governo por Francisco Ferreira do Amaral acabaria por impedir a concretização do projeto. Apesar de rico e filantropo, José Maria Raposo do Amaral seria enterrado em 1919 com o mesmo nome com que fora batizado em 1856, sem títulos nobiliárquicos ou altas condecorações

4. Indiferente a títulos

Se não parece ter-se preocupado com títulos, a verdade é que, pese embora as condições privilegiadas em que vivia, nunca deixou de ser sensível aos graves problemas que enfrentavam as classes populares ilha de S. Miguel, surgindo a sua intervenção ao nível social enquadrada numa orientação seguida pelas elites da sociedade portuguesa de então, descrita por Susana Serpa Silva nos seguintes termos:

"A beneficência e a filantropia, incorporadas no espírito associativista, foram práticas muito significativas, no Portugal de oitocentos e novecentos. Apesar de o laicismo liberal não descuidar os princípios humanistas, a herança católica ainda pesava nas mentalidades de então, para as quais a moral impunha o dever de amos, respeito, gratidão, justiça e caridade de todos os homens para com os seus semelhantes".⁷²⁴

No caso particular do senhor do Colégio, a intervenção social não se ficou pela ação ao nível institucional, seja como dirigente da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, entidade de quem depende o hospital da cidade e que tem especiais responsabilidades na área da assistência sanitária particularmente dirigida aos pobres, ou na condição de autarca que o punham em contato permanente com as classes populares, surge incorporada, também, na sua atividade diária de cidadão.

Vejamos alguns exemplos da benevolência de José Maria. Em Maio de 1905 pede a Henrique Bensaúde que interceda a favor de "Artur Botelho Arruda, que teve em pagamento de batata umas falhas na importância de 29.000 reis; creio que escreve a V.

⁷²⁴ SILVA, 2011, p.395. Da mesma autora Ver : "Damas da Elite e Mulheres do Povo — a figura feminina na História dos Açores (século XIX)" in *Violante: 450 Anos do Nascimento de D. Violante do Canto. Comunicações do Colóquio*, Angra do Heroísmo, DRC / Centro do Conhecimento dos Açores, 2007, pp. 19-30; "Associativismo e filantropia no tempo do Ernesto do Canto", in *Actas do Colóquio Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores / Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp. 49-69 e "Luxo, Riqueza e Distinção: a vida quotidiana das elites sociais oitocentistas", in *Arquipélago - Ciências Sociais, Homenagem ao Prof. Doutor Francisco Carmo, Universidade dos Açores*, n.ºs. 11-12, 1998, pp. 715-748

Ex.^a pedindo que lhe sejam perdoados e eu ousou juntar ao seu o meu pedido no mesmo sentido; o rapaz não tem muitos meios".⁷²⁵ Cinco anos depois escreve ao deputado Alfredo Pereira sobre o caso de "Maria do Carmo Chaves, professora oficial dos Arrifes, doente com uma tuberculose, creio, que requer agora passar à inatividade, mas desejava que lhe fosse concedida com vencimento. É muito pobre e se não for assim nem terá com que tratar-se".⁷²⁶

De igual modo, José Maria financia os estudos de muitos estudantes pobres empenhados em frequentar estabelecimentos escolares em Ponta Delgada ou no exterior e assume os encargos de muitos dos alunos micaelenses do Seminário de Angra, cuja sorte acompanha, como se depreende do desabafo com Luís Poças Falcão em 1899:

"O padre Jorge continua em Angra sem ordem do Bispo para o colocarem e a igreja do Porto Formoso, cujo concurso acabou há um ano também [está] à espera de sua reverendíssima para o fazerem. Estão realmente abusando muito da paciência desta gente! Os pobres seminaristas que concluíram os seus cursos o ano passado estão também por ali derramados à espera que ele venha para lhe dar Ordem, por a alimária nem vem nem lhes quer dar permissão para se irem ordenar a outra diocese. São maior parte filhos de gente muito pobre que fez altos sacrifícios para os levar até àquele ponto e agora, quando deviam começar a ganhar, anda o Sr. Bispo a passear e não há neste malfadado país um ministro que o faça cumprir com as suas obrigações".⁷²⁷

Manuel dos Santos Furtado está entre os seminaristas cuja frequência do Seminário de Angra financia, como refere em dezembro de 1899 a José Luís Serqueira: "Peço para [lhe] dar 8.000 reis mensalmente , debitando esta importância na minha conta. Este rapaz é muito pobre e a mesada sou eu quem lha dou. Não seria possível obter para ele entrada no número dos almoços gratuitos do seminário?"⁷²⁸. João Pascoal Machado Benevides é outro dos jovens a quem garante apoio nos estudos. Neste caso trata-se da atribuição de uma bolsa para frequentar a Escola de Guerra em Lisboa, como se conclui pela carta que lhe escreve em fevereiro de 1917: "Como estou convencido de que não precisa já para continuação do seu estudo da mesada que, por minha ordem, lhe entregava o Sr. Germano Serrão Arnaud, pois já deve estar recebendo quaisquer vencimento como militar que é, venho comunicar-lhe que dei ordem àquele senhor para

⁷²⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 458-461.

⁷²⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 354.

⁷²⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol.449-454.

⁷²⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08, Fol. 54-55.

lhe suspender a mesada de 15.000 reis mensais, quantia esta que tenciono entregar mensalmente aqui a sua mãe, que me consta estar passando por sérias dificuldades de vida".⁷²⁹ Numa carta datada de 28 de fevereiro de 1914 garante a Maria José Soares Gamboa Ferreira que , apesar de : "Bastante sobrecarregado com subsídios a estudantes, para ser agradável a V. Ex^a, concorrerá com cinco mil reis mensais para a educação da sua excelentíssima filha"⁷³⁰, e a um antigo colega de Coimbra (Dr. António Pereira de Figueiredo) que passa por dificuldades comunica, por outro lado, em março de 1902, que " A um correspondente em Lisboa - João Patrício Álvares Ferreira - dei ordem para te remeta uma quantia [25.000 reis] para ajudar a renda da casa".⁷³¹) A atividade beneficente do senhor do Colégio estende-se a antigos trabalhadores da casa, Maria José da Silva que serviu como criada e que vive em Angra do Heroísmo, quando, em agosto de 1901 informa, tratando-a por *minha querida Maria José*: "O José Serqueira há de mandar entregar-te 25.000 reis que eu e a Isabel te mandámos".⁷³²

Além de contribuir frequentemente para o financiamento de festas religiosas, do Senhor da Pedra, em Vila Franca do Campo, aos festejos de verão da vila da Nordeste⁷³³, assume o papel de apoiante ativo de filarmónicas de vários pontos da ilha, umas vezes atribuindo-se verbas regularmente outras concedendo-lhes instrumentais e fardamentos.⁷³⁴

Em situações de calamidade, José Maria exerce uma filantropia direcionada àqueles que ele, embora não conhecendo em particular, considera merecerem apoio justo. Assim, nas cheias que ocorrem na Povoação em 1896, disponibiliza apoio aos sinistrados, remetendo duas carroças e donativos, lembrando, porém, ao seu correspondente local Domiciano Pacheco que, para o caso, "os mais necessitados não são de certo os que pedem esmola, mas sim os que antes dessa desgraça estavam numa posição razoável e que ela deixou reduzidos à miséria".⁷³⁵ Em setembro de 1919, pouco antes de morrer, manda um seu empregado remeter a Aristides Soares Gamboa 500 mil reis para "distribuir pelas pessoas realmente pobres e que mais sofreram com a

⁷²⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 05, Fol. 185.

⁷³⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 219.

⁷³¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 301.

⁷³² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 139.

⁷³³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 04, Fol. 164 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 267.

⁷³⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 02, Fol. 303-305; UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa/e/AMA(RAL, Jos); UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 03, Fol. 135-136; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 314; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 305-306; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 02, Fol. 147-148 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 28, Fol. 395, entre outros.

⁷³⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 271-272.

catástrofe que a 9 de agosto⁷³⁶ atingiu a Ribeira Grande", recomendando "desejar que esta importância seja distribuída com o maior segredo, isto é, sem alarde e sem divulgar a ninguém".⁷³⁷

A caridade de José Maria era possível não só devido à herança familiar, aos investimentos económicos que ia fazendo, mas igualmente devido ao seu rigor financeiro. O cuidado que tinha na gestão do que era seu não se limitava aos negócios de maior dimensão, respeitava igualmente à atividade corrente das várias áreas por que a sua intervenção se repartia, como se depreende da repreensão escrita enviada em 1906 a José Carvalho, um dos encarregados da casa: "Dos ananases que vieram rejeitaram-se com razão, por estarem furados pelos grilos, 53 que, pelo preço que os tinha vendido, representaram 21.200 reis. Não devem faltar bicheiros e se tivesses um bocadinho de cuidado em os por nas estufas e engodá-los nada disso sucederia, mas o que te merece cuidado são as vacas, as cabras e os cães, o mais que é meu e tens à tua conta, pouco ou nenhum cuidado te dá. Isto não pode continuar assim, e, ou tomas caminho, e *como* *deves* tratares do que é meu e tens à tua conta ou ver-me-ei obrigado a procurar quem sirva e zele o meu trabalho".⁷³⁸ O mesmo se conclui do que escreve, a 10 de outubro, a Luís Bettencourt, sobre os gastos com as eleições parlamentares de 1906⁷³⁹: "O António

⁷³⁶ A 11 agosto, segunda-feira, o *Diário dos Açores* relatava na sua edição n.º 8.263: "Chuvas torrenciais da noite de sábado para hoje [domingo, data o despacho do seu correspondente] engrossaram extraordinariamente as águas das ribeiras que saíram dos leitos, derrubando muros, arrasando moios de terrenos, levando colheitas e árvores, dois moares, uma vaca muitos porcos e galinhas, destruindo três casas na Ribeira Seca, seis na Ribeira Grande, três na Ribeirinha e parapeitos e pontes. Foi tal o volume de água na Ribeira Grande que galgou a Ponte do Paraíso, levando-lhe o parapeito do lado sul, invadindo o jardim, destruindo parte do mesmo, levando o gradeamento e a casa grande ao lado da Câmara, alodando tudo. Os prejuízos são incalculáveis, não havendo memória de tamanha calamidade, sobretudo na presente estação. Foram destruídos três moinhos e os restantes ficaram danificados". No dia seguinte o mesmo periódico acrescentava: "Na Lombinha da Maia Também há casas destruídas, havendo a lamentar a perda da quatro vidas, uma mulher e dois filhos e uma criança que habitavam uma das casas que sofreram. (...) Nas Furnas foi destruída uma oficina de carpintaria, parte da avenida D. Carlos I, ficando inundada a casas dos banhos nova. A ponta da Serra do Trigo desapareceu. Apenas alguns animais morreram. Na Ribeira Quente duas pontes ficaram destruídas e uma casa foi ter ao mar".

Um semana depois da ocorrência, o *Açoriano Oriental* referia, na sua edição n.º 4395: "Em Água de Pau a água chegou a atingir dois metros de altura lavando casas, árvores, animais e fugindo o povo para os pontos mais altos da freguesia. (...) Nas Caldeiras ficaram danificadas as instalações das águas das Lombadas e o edifício dos banhos. Na Ribeira Grade foram destruídas as pontes, casas e o jardim público. Nas Furnas o parque, os banhos, as ruas e muitas casas foram bastante danificadas sendo incalculáveis os estragos produzidos pela enchente. Na Ribeira Quente desapareceram as pontes, uma casa e as sementeiras de muitas terras. Em todos os pontos as terras ficaram totalmente arrasadas perdendo-se as novidades. Até agora há notícia de cinco mortos, sendo quatro na Lomba da Maia e um em Água de Pau, além do desaparecimento de animais como porcos, cavalos, bois, vacas, galinhas, etc. Também as instalações da empresa de eletricidade em Água d'Alto foram afetadas". Para a carta de José Maria, veja-se

⁷³⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 05, Fol. 432.

⁷³⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 11.

⁷³⁹ Muitos dos principais documentos relativos à atividade do Partido Progressista estão integrados nos arquivos da família Raposo de Amaral, a qual durante décadas garantiu o pagamento das suas principais

Borges mandou-me uma conta de despesas eleitorais ali [no Nordeste] na importância de 181.800 reis, que, juntos com os 140.000 que mandei para a Achada, perfazem 321.800 e que divididos por 405 votos que ali tivemos dá 794, 567 reis por cada um!!!. É mais uma vantagem do rompimento do acordo de que sou eu a vítima!"⁷⁴⁰.

Para lá da gestão pessoal, José Maria mostra-se rigoroso com familiares e amigos, recomendando o equilíbrio orçamental a todos, incluindo que se lhe dirigiam a solicitar intervenção em casos de dificuldades pontuais ou com problemas de gestão que se arrastavam, ameaçando as respetivas fortunas. De facto, em 1892, depois de inventariar as dívidas do primo José Cabral - 13.562.532 reis, vencendo juros de 800 mil reis, face a um rendimento de 1.785 mil reis, não hesita em aconselhá-lo: "É muito urgente e necessário que tomes uma resolução enérgica para acabar com este estado de coisas e principalmente, emendes-te para o futuro teres uma nota circunstanciada da tua receita e despesa para veres o que gastas e o que tens". Adverte também o primo: "É necessário perderes o amor a um certo número de coisas, reduzires o mais possível as tuas despesas e ter muito juízo daqui por diante. Cada dia que passa, José, aumenta consideravelmente a tua dívida e por isso, insisto, para que tomes desde já uma resolução enérgica, caso queiras salvar-te ainda".⁷⁴¹ Numa outra carta que lhe remete pouco depois, dá exemplos de despesas em que o primo pode cortar, chamando-lhe a atenção para a poupança que resultaria, nomeadamente, da venda de um carro e dos respetivos animais de tração: "Pensa neste negócio, José, de mais a mais isto tudo de pouco ou nada te serve, senão para dizeres: tenho um carro montado e um macho".⁷⁴²

Os gastos descontrolados e sumptuários do Visconde do Porto Formoso, casado com uma prima, vão também incomodá-lo até quase ao fim da vida, justificando a sua intervenção em várias ocasiões. A propósito de uma carta de alerta que no início de 1910 lhe enviara o empresário João Melo Abreu⁷⁴³, reclamando atrasos no pagamento

despesas, da impressão de listas eleitorais e ações de campanha à edição do jornal progressista, *Correio Micaelense*. Sempre que progressistas e regeneradores estabeleciam acordos pré-eleitorais não havia necessidade de campanha, limitando-se os custos com o sufrágio à impressão das listas de candidatos.

⁷⁴⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 376-377.

⁷⁴¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16, Fol. 4-7.

⁷⁴² Ibidem.

⁷⁴³ Natural do Porto, João Melo Abreu emigrou para o Brasil aos 13 anos, regressando à sua cidade natal em 1865, donde partiu no final desse ano para Ponta Delgada, aí permanecerá até ao fim da vida (1911). Na ilha de S. Miguel começou por ser guarda-livros da casa do visconde do Porto Formoso, foi diretor da fábrica de álcool de Santa Clara e ocupou o cargo de presidente da Associação Comercial de Ponta Delgada. Fundou em 1884 a empresa Melo Abreu Lda., inicialmente destinada à exportação de ananases e à atividade financeira desenvolvida em associação com vários bancos e casas comerciais do Continente. A intervenção da firma alarga-se, depois à área industrial, instalando, em Ponta Delgada, a única cervejeira açoriana, que viria a ser inaugurada oficialmente em 1893. O baixo consumo no mercado local,

de encargos assumidos pelo visconde, aconselha-o a "ter muito juízo e muita conta nas despesas, a abandonar por completo a mania dos negócios em que sabes tens sempre perdido muito dinheiro e se o não fizeres daqui a poucos anos estás absolutamente sem nada e obrigado a trabalhar para te sustentares e aos teus filhinhos", acrescentando: "Não creio mesmo que seja possível pagares o que ainda deves sem venderes alguma coisa, embora faças todas as economias possíveis; quando deixei os teus negócios tinhas ainda setenta e tantos contos e creio que já aumentaste a dívida dai para cá".⁷⁴⁴

Pouco depois, combina com a prima a hipoteca de prédios de que ela é proprietária, pedindo-lhe, porém, urgência numa decisão - "há letras vencidas na Caixa Económica que precisam de ser reformadas ou pagas" - e para ver "se evita que a mãe saiba disto porque vai com certeza apoquentar-se, e isto não lhe faz nada bem".⁷⁴⁵

A meados de 1912, ao tomar conhecimento de novos negócios duvidosos do visconde, volta a escrever-lhe para o desafiar a mudar de vida: "Enche-te de brio e resolução e tem dó dos teus pobres filhinhos que, no andar em que vais, ficam reduzidos à miséria. Se tu, e a Maria também, quiserem compenetrar-se da verdade das coisas e viver uns tempos como quem realmente tem poucos meios, é possível que tudo se endireitasse, a tomares juízo e mudares de vida para o futuro. Estou velho, doente e não sei se terei tempo de vida, mas acredita que da minha parte faria para isso tudo quanto ao meu alcance está, pois não imaginas a satisfação que teria se visse garantido o futuro daquelas pobres crianças"⁷⁴⁶. Cinco anos depois, perante a ameaça concreta de ruína, José Maria volta a aconselhar o Visconde, pois "Soube por acaso um deste dias que a tua dívida ao Tavares Neto, consequência de juros não pagos, estava em cerca de 60 contos de reis!!" e que "dentro em pouco vão começar as execuções que não darão para saldar o que atualmente deves". Por este motivo, José Maria propõe-lhe que peça "a tua mulher, ou a tua mãe, que te requeiram uma tutela e entras, de vez, numa vida regular e pacata, deixando-te para sempre de negociatas e bambochadas em que andas constantemente envolvido". Trata-se, adverte, da única forma de não deixares "os teus pobres filhos a pão e laranja".⁷⁴⁷

aliado às pesados impostos que inviabilizavam a sua colocação no Continente, dificultaram a vida da fábrica da cervejas e refrigerantes João Melo Abreu, não impedindo porém o seu funcionamento até aos dias de hoje.

⁷⁴⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 13-14.

⁷⁴⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 27, Fol. 17-18.

⁷⁴⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 300-301.

⁷⁴⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 338-339.

Não viverá o tempo suficiente para assistir ao desmoronamento efetivo da fortuna do Visconde do Porto Formoso, cujo palacete em Ponta Delgada, que acolhe hoje a reitoria da Universidade dos Açores, viria a ser habitado pela sua filha mais nova, Maria da Luz.

Conseguindo ou não resultados, José Maria Raposo de Amaral nunca deixará de exigir contenção e rigor na gestão de recursos a familiares e amigos, mesmo correndo o risco de ser mal interpretado. Em outubro de 1913 quando empresta 300 mil reis a uma prima residente em Lisboa, Cecília de seu nome, não hesita em exigir-lhe a assinatura de uma letra e o pagamento de juros a uma taxa de cinco por cento e, tendo conhecimento de que ela tinha contraído outros empréstimos, não evita o conselho: "tem em vista que receber não custa, pagar é que muitas vezes custa muito".⁷⁴⁸

Quando lhe pedem empréstimos procura, sempre que pode, evitar concedê-los, argumentando com o ditado popular '*Quem quer um inimigo empresta-lhe dinheiro*' e com os desgostos que teve neste tipo de atividade, sendo partidário da ideia de que a administração financeira é uma tarefa que não está ao alcance de todos. Isso mesmo o dirá quando um seu correligionário da Povoação, Domiciano Pacheco, lhe pede, em meados de 1905, que obtenha a sua nomeação para recebedor do concelho: "É bom pensar, e pensar bem, antes de dar qualquer passo; aquele lugar é de grande responsabilidade, precisa de fiança, que ignoro até quanto chega, e não vai o meu amigo buscar trapalhadas para o fim da vida. Sabe que eu tenho o máximo empenho em o colocar, mas queria uma coisa de menos responsabilidade; isto de receber dinheiro não é para todos, e, falta hoje, falta amanhã, pode, no fim do ano, dar quantias importantes"⁷⁴⁹. Pouco depois, em resposta a uma carta em que a sua argumentação fora contestada, insiste, alegando não estar em causa a honestidade do correligionário: "Um empréstimo a um amigo numa ocasião difícil, com promessa solene de pagamento numa certa e determinada época em que o dinheiro tem de dar entrada no cofre, se este amigo faltar ao cumprimento por circunstâncias alheias à sua vontade, o amigo vê-se embaraçado. É esse um exemplo do que receio".⁷⁵⁰

Não será, assim, com grande surpresa que receberá, em 1909, do recebedor da Povoação um pedido de empréstimo de 1,5 contos, que satisfaz, exigindo juros de 5% ao ano, não se esquecendo de lembrar-lhe que "quando o meu amigo pretendia ser

⁷⁴⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 79.

⁷⁴⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 446-447.

⁷⁵⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 59-60.

nomeado para esse lugar de recebedor receava eu, já, que sucedesse o que agora se deu, e oxalá que esta lição um pouco dura lhe aproveite".⁷⁵¹ Antes de concluído um ano sobre a concessão do empréstimo, não se esquece da dívida de Domiciano Pacheco, recordando-o de que "Está quase a fazer um ano que lhe fiz um empréstimo de 1.500.000 reis por uns dias, pois ia vender a terra que hipotecou, mas até hoje nada fez do que prometeu. Venho encarecidamente pedir-lhe o obséquio de mandar saldar o quanto antes aquela quantia. Não lhe faltará com certeza quem compre a terra, desde o momento que a queira vender. Não lhe falo do débito antigo; este liquidará quando puder, mas, repito, este último terá e sê-lo brevemente".⁷⁵²

5. Morte precoce em vida saudável

São episódicos e de pequena gravidade os problemas de saúde que incomodarão José Maria Raposo do Amaral ao longo da sua vida e de que irá dando conta aos seus correspondentes. Em março de 1889 comunica a Luís Poças Falcão uma constipação que o afetou durante mais de uma semana⁷⁵³ e, em setembro do mesmo ano, terá uma infeção num orelha que o impede de apanhar sol. Em janeiro de 1890, volta a estar constipado, vendo-se obrigado a ficar em casa mais de uma semana e, sete anos depois, relata ao pai, então nas Furnas: "Ontem de tarde voltaram-me as dores da nuca e hoje ainda não estou tão bem da cabeça como estive ontem de manhã, apesar de dormir bem esta noite. A língua está um pouco menos suja, mas tenho ainda muito fastio e um mal estar contínuo".⁷⁵⁴ Em julho do ano seguinte, é acometido de problemas nos ouvidos, de que se queixa de novo ao pai: "Ontem estive muito incomodado com uma dor de ouvidos que me apareceu de manhã quando acordei e que me durou sem parar um segundo até perto das quatro horas da tarde. Não me lembro de ter dores assim e por fim eu estava quase doido. Era um abcesso dentro do ouvido que rebentou de noite. Não me faltam coisas este ano".⁷⁵⁵

No final de 1898 vai ser afetado por "uma furunculose na cara que o pôs de fel e vinagre" e que o obrigou a barbear-se, segundo refere a Luís Poças Falcão em março, dando-lhe conta de melhoras: "Dos furúnculos estou um pouco melhor e parece-me que

⁷⁵¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 119-120.

⁷⁵² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 253.

⁷⁵³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 13, Fol.408.

⁷⁵⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 185-186.

⁷⁵⁵ Idem, Fol. 185-186.

agora acabarão, mas do beijo ainda me apoquentam e não sei quando isto melhorará. Tive de cortar a barba toda e bigode, de modo que estou assim meio padre".⁷⁵⁶ Em princípios de 1901 dá nota ao cunhado de problemas hepáticos: "Eu não tenho passado muito bem do meu fígado, desde que o meu pai faltou nunca mais deixei de ter dores dele; ao princípio pensei que fosse algum jeito apanhado nalgum esforço, mas agora vejo que não foi e tenho-o mesmo um pouco volumoso".⁷⁵⁷ Em março do ano seguinte, alude à mesma maleita, informando que "Há muito tempo que não bebo vinho de espécie alguma porque vi que me fazia mal ao fígado. Tenho tomado várias drogas mas sem resultado prático, ainda não experimentei águas, mas, com franqueza, não tenho nelas a menor fé, mas em todo o caso se isto continuar hei de experimentar".⁷⁵⁸ Padezia, então, de gripe: "Tenho estado há quase oito dias com o meu primeiro ataque, creio eu, de influenza: é realmente uma doença muito tola e que incomoda muito pelo mal estar contínuo e prolongado. Com oito dias de doença ainda tudo o que como me sabe à mesma coisa e o fumo então é um horror!".⁷⁵⁹

Em outubro de 1906 queixa-se ao cunhado Luís de uma nova patologia: "Agora tenho andado com umas dores reumáticas creio nas costas, ombros e braços, que muito me têm apoquentado; é o caruncho que vai invadindo este edifício a passos de gigante"⁷⁶⁰, dando conta ao primo Bernardo Coelho d'Amaral, dois anos depois que "Também já não posso escrever sem óculos e a minha vista está a decair de dia para dia; são efeitos da velhice que não têm remédio [em dia de navio chega a escrever quatro horas seguidas]".⁷⁶¹ Em 1910, em carta à irmã Isabel, refere-se a precauções adotadas para evitar uma eventual progressão da diabetes: "Estou também com a minha dose de açúcar na urina, uma bagatela de dois grammas em dois litros, creio eu em consequência e um incómodo do fígado, mas cá estou com a respetiva dieta que me custa bastante a suportar".⁷⁶²

Mas não será a diabetes a causa da morte, nem qualquer outra patologia diretamente associada ao uso do álcool ou a excessos alimentares que o afetarão no fim da vida. Alto (as camas que manda vir para equipar o pavilhão de caça no Monte Gordo

⁷⁵⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 07-11.

⁷⁵⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 187-190.

⁷⁵⁸ Idem, Fol. 317-320.

⁷⁵⁹ Ibidem.

⁷⁶⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 392-396.

⁷⁶¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 339-340.

⁷⁶² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 315.

são encomendadas com um mínimo de 1,9 metros de comprimento), forte e saudável, José Maria Raposo de Amaral não resistirá a um cancro da próstata.

Pelo que comunica a 20 de maio de 1918 ao correspondente no Porto, Joaquim Pinto da Conceição, sabe-se que seguiu nesse mês rumo a Lisboa a fim de tratar-se de "um impertinente incómodo de bexiga"⁷⁶³, sendo mais precisas as informações contidas numa carta dirigida a 6 de junho pelo seu empregado a José Luís Serqueira: "As notícias que há do meu Exmo. patrão são, felizmente, boas, pois os médicos dizem que S. Ex.^a tem uma inflamação na próstata, de que estou certo se curará brevemente".⁷⁶⁴

Instalado no Hotel Borges, José Maria vai ser ainda mais clarificador na carta que escreve a 10 de junho a Gil Montalverne Sequeira: "Eu vou andando no mesmo para não variar; tenho andado em análises de urina, radiologias, etc. e, ultimamente, o Belo de Moraes prescreveu-me uma dieta para o açúcar que tenho em pequenas doses - oito gramas por litro -, durante oito dias que termina a 16, depois nova análise, depois resolverão. Consultei o Cabeça que me mandou para o Serra Pereira e Belo Moraes. Creio que a ideia deles é a extração da próstata e estou resolvido a fazê-lo, minhas curas não me servem; ou ficou curado de vez e livre de algalias, ou morro da cura".⁷⁶⁵

A nota de uma fatura emitida por Serra Pereira no valor de 1.417.000 reis confirma ter sido este médico a operá-lo⁷⁶⁶, sabendo-se que terá convalescido no hotel Borges, a que regressa em agosto, depois da cirurgia, conforme informação fornecida por José Carvalho a Joaquim Pinto da Conceição, a 11 desse mês: "Mais uma vez agradeço a V. Ex.^a o cuidado que tem tido procurando saber o estado de saúde do Chefe desta casa e muito me apraz comunicar a V. Ex.^a que saiu já da Casa de Saúde para o Hotel Borges, achando-se, felizmente, com consideráveis melhoras".⁷⁶⁷ Já em Ponta Delgada, José Maria comunica em 17 de outubro ao seu correspondente no Porto "No vapor Funchal regresssei a minha casa nesta cidade e muito agradeço os bons desejos de V. Ex.^a pelas minhas melhoras, que, felizmente, se vão acentuando".⁷⁶⁸

Conforme se percebe pelo que dá conta a 13 de janeiro do ano seguinte ao primo Bernardo, a crença num completo restabelecimento já será menor: "Tenho passado mal da bexiga e tive de ir a Lisboa, donde regresssei nos começos de outubro, para ser operado da próstata. Fizeram-me a operação a 27 de junho, mas ainda não estou bom;

⁷⁶³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 05, Fol. 308.

⁷⁶⁴ Ibidem.

⁷⁶⁵ UACSD/PSS-AGMS/GMS/001/001/ cx. 3, 177-192.

⁷⁶⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 05, Fol. 346.

⁷⁶⁷ Idem, Fol. 326.

⁷⁶⁸ Idem, Fol. 340.

tenho temporadas que urino bem por mim, nas outras, em geral mais longas, em que é necessário recorrer à algália para o conseguir. Dizem os médicos que é uma questão de tempo e que ficarei bom, mas fio-me pouco neles".⁷⁶⁹ Em Março acentua-se o seu pessimismo, lamentando o seu estado a Filipe da Cunha Álvares Cabral: "Eu cá vou indo da forma como de costume, sem melhora nenhuma; continua a necessitar de algália a maior parte do tempo e, com o seu uso frequente, tenho tido a uretra muito escamada; dizem os médicos que é necessário aumentar o calibre, mas no estado em que tenho a uretra não é possível presentemente. Fui passar a semana de entrudo aos Ginetes; apanhei lindo tempo e matei saudades daquilo, onde contava não voltar mais".⁷⁷⁰ Porém, em finais de abril, parece voltar a acreditar nas melhoras, conforme se pode concluir do que refere a José Luís Serqueira: "Sinto-me bem e peso mais uns quilos, mas a bexiga sempre com os seus caprichos, muitos sem explicação possível: há dias em que estou urinando bem e, de repente, tapa-se, e passo a não poder expelir nem mais uma pinga".⁷⁷¹

Talvez por acreditar que pode recuperar e que não está à beira do fim, José Maria cuida da alimentação, pedindo a Germano Serrão Arnaud, no fim de junho, que lhe mande "em todas as viagens dos paquetes por mão de alguém de bordo um cesto ou canastra com peras carvalhais, ou quaisquer, à exceção de pérolas, de que não gosto, ameixas, pêssegos, alperces, damascos, cerejas, enfim, das frutas que houver boas no mercado, um pouco de cada variedade".⁷⁷² De igual modo, frequenta os banhos na Ferraria para combater as "dores reumáticas e nevrálgicas nas costas, quarto e perna esquerda" com que se debate ultimamente, conforme refere a João Augusto da Silveira, no mês seguinte.⁷⁷³

A encomenda, em inícios de Setembro, ao seu correspondente em Londres do "telescópio em segunda mão, a que aludem na carta de 14 de agosto findo, pelo preço de 31 libras"⁷⁷⁴ e de uma cadeira de braços, poderão indiciar que não esperaria falecer tão proximamente. Acabaria, porém, por sucumbir a 16 de dezembro de 1919, vítima de uma doença de natureza semelhante à que vitimara a irmã Isabel. Se, no caso dela, o tempo que mediou entre as queixas relativas à patologia se prolongaram de 1895, quando pela primeira vez consultou especialistas em Paris, até 1912, data do

⁷⁶⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 30, Fol. 28-30.

⁷⁷⁰ Ibidem.

⁷⁷¹ Idem, Fol. 53-55.

⁷⁷² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 297-301

⁷⁷³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 30, Fol. 91.

⁷⁷⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 30, Fol. 100.

falecimento, no caso de Raposo do Amaral tudo aconteceria de forma mais célere, sendo surpreendido pela morte aos 63 anos. Uma vida curta, se comparada com a do pai, que morreu 12 anos mais velho, e, mais ainda, com a do avô Nicolau, que faleceu com 95 anos de idade.

Sem ignorar os interesses pessoais ou de grupo e sem abdicar dos luxos e prazeres que a sua condição de homem rico lhe permitiam (da boa mesa e luxo doméstico às viagens, da caça aos passeios lúdicos e festejos) o senhor do Colégio parece ter tido quase sempre presente enquanto homem de negócios as consequências das suas decisões nas condições de vida das camadas populares de S. Miguel, constantemente a braços com grandes dificuldades de subsistência. Na luta que liderou em defesa das indústrias do álcool, encarada como uma verdadeira causa, do açúcar ou do chá alegou constantemente a sua relevância no combate à miséria na ilha, que procurou minimizar com uma diversificada intervenção tanto na condição de dirigente de várias instituições como na de simples cidadão. Garantiu apoio a jovens no acesso ao ensino, financiou bandas de música e festas religiosas um pouco por toda a ilha e relevou-se benevolente com os seus rendeiros em períodos de crise e garantiu o seu contributo na ajuda às populações em casos de calamidade.

Na sua correspondência, José Maria Raposo de Amaral Júnior revela-se, ainda, um homem austero capaz de ser particularmente severo com quem aplica mal os seus rendimentos, sejam eles o 2.º Visconde do Porto Formoso, casado com uma prima, ou o primo José Cabral, demonstrado coerência com o que procura fazer relativamente aos seus próprios negócios e modo de vida (com alguns luxos, mas sem nunca comprometer o bom rumo das finanças da família).

6 Projeção de uma autoimagem

"Nunca pedi nada para mim nem recebi favor algum pessoal"⁷⁷⁵

A independência face a outros atores políticos com quem se relaciona pelos cargos que desempenha, é uma prerrogativa que frequentemente alega, inclusive na correspondência que mantém com dirigentes de um nível mais elevado, como é o caso de José Luciano de Castro, a quem explica, em carta datada de 29 de maio de 1910, que

⁷⁷⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 397-399.

a sua condição de independente encontra justificação num facto muito simples: "nunca pedi nada para mim nem recebi favor algum pessoal".⁷⁷⁶

A 16 de agosto de 1890, em resposta a uma carta de José Pereira da Cunha e Silva a propósito do entusiasmo comum pela criação e pombos, afirma numa avaliação das suas próprias capacidades intelectuais: "Diz-me V. Ex.^a que presume em mim um amador inteligente e entusiasta. Entusiasta de acordo, mas inteligente, modéstia à parte, é que não".⁷⁷⁷ Contudo, ao realçar o que considera ser um seus traços de carácter, acrescenta: "Vou entregar-me à reconstituição das raças, hei de ter de certo muita deceção, mas tenho fé que, com tempo e paciência, conseguirei alguma coisa". A persistência como meio de alcançar objetivos constitui um método que, além de seguir, aconselha aos seus colaboradores, como sugere o que recomenda, em agosto 1905, a Luís Bettencourt, então investido no cargo de Governador Civil: "Deves adotar agora o sistema de os perseguir com telegramas repetidos sobre o mesmo assunto; adota como obrigação em todos os dias em que vieres a Ponta Delgada [está de férias nas Caldeiras da Ribeira Grande] expedir telegramas para todos os ministérios pedindo a breve solução dos negócios pendentes e indicando-os. Há força de muito maçar talvez saiam à espora".⁷⁷⁸

Avesso a formalismos, José Maria reivindica também o estatuto de pessoa desinteressada em títulos e honrarias. Em vésperas da visita às ilhas de D. Carlos e D. Amélia, comenta ao cunhado: "Com respeito às majestades, Luís, não me parece que modifique as minhas tenções de as evitar o mais possível. Não imaginas a diferença que ultimamente tenho feito no meu génio: estou velho, cansado e principalmente com muita falta de paciência. Nos meus bons tempos não era muito para etiquetas e agora o caso é muito pior. Com franqueza não estou com forças e disposição para os aturar".⁷⁷⁹

O seu pouco entusiasmo por cargos e funções que o coloquem na primeira linha das atenções terá que ver com outro dos traços de carácter que reivindica: a difícil convivência com a contingência de ter de agir contra os seus princípios. Já em 1897 dava disso nota a João Cabral de Melo: "Aguardo ansioso a nomeação do proprietário do cargo [de Governador Civil] porque não tenho feito nem me agrada exercer este

⁷⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 07-09.

⁷⁷⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 62-65.

⁷⁷⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 31-33.

cargo em que, muitas vezes, para se servir a política é necessário sacrificar a consciência".⁷⁸⁰



O senhor do Colégio em duas diferentes etapas da vida

A partilha de responsabilidades na ação política é outra das orientações que sustenta como definidora do seu modo de ser e que recomenda aos correligionários. Em março de 1903, comenta ao deputado Francisco d'Almeida Brito que "Não quis resolver só por mim o negócio de governador civil; convoquei a Comissão Executiva [do Partido Progressista local] para a consultar".⁷⁸¹ Três anos depois, recomendará a Domiciano Alberico Pacheco, seu correligionário da Povoação, a consulta a outros responsáveis políticos locais antes da tomada de decisões, alegando o seu próprio procedimento: "Eu aqui faço assim, divido com os meus amigos as responsabilidades da decisão política do concelho e do distrito e creia que nunca me dei mal com este sistema, pelo contrário, arrependo-me sempre de resolver só por mim as poucas vezes que a isso me tenho visto obrigado".⁷⁸²

Afirma-se, por outro lado, particularmente sensível em questões referentes à salvaguarda do seu bom nome e honra da família. Em 1904, numa polémica mantida com o gerente da fábrica de álcool da Lagoa, não esconde a sua irritação: "nunca fui nem sou intrigante e se desejar a sua saída da Casa Bensaúde terei a energia suficiente

⁷⁸⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 53.

⁷⁸¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 09, Fol. 238-239.

⁷⁸² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 120-121.

para o pedir diretamente".⁷⁸³ Dez anos depois, rompe com uma das empresas (Robert Mac Andrew & C.^a) com que a casa Raposo de Amaral se corresponde em Londres, a propósito de uma nota sobre liquidação de passivos: "As relações comerciais da minha família com a casa de V. Ex.^a datam do tempo dos nossos avós; creio que nunca nenhum dos meus, que chegaram a ter aí saldos importantes, ficou devendo coisa alguma e imaginava que o seu crédito perante V. Ex.^a valia bem mais do que duas míseras dezenas de libras; vejo, porém, com profundo pesar, que me enganava. Queiram V. Ex.^a ter a bondade de me devolverem o cheque que para aí mandei, devidamente endossado a mim, se porventura tiver já outro endosso, e entregar o saldo da minha conta, que creio ser pouco mais ou menos £8-12-4 aos senhores William Hooton & Yates, ficando assim liquidadas as nossas relações comerciais de tantos anos!".⁷⁸⁴

A obediência filial será também uma marca orientadora das suas atitudes, exprimindo que tem a "consciência tranquila porque fiz sempre a diligência de ser bom filho; nisto mesmo não fiz mais do que cumprir um dever, porque meus pais eram muito bons".⁷⁸⁵ Em 1907, não hesitará em pedir a intervenção do diretor do Teatro Almeida Garrett, em Lisboa, quando esquece num dos camarotes desta casa de espetáculos uma bengala que o Par do Reino lhe deixara: "A bengala tem um certo valor, mas para mim tem muito mais por ser uma recordação do meu falecido pai e, por isso, peço-lhe o especial obsequio de ver se será possível fazer com que apareça".⁷⁸⁶

Entre as qualidades que se atribui, figura, por outro lado, a capacidade de memorização, nomeadamente visual, que sublinha a Eugénio Pacheco de Canto Castro, a quem se vangloria também do conhecimento detalhado que tem de S. Miguel: "Pouca gente haverá que conheça como eu esta ilha, porque poucos ou nenhuns sítios há onde não tenha estado por várias vezes. Tenho uma certa memória fotográfica".⁷⁸⁷ A esse conhecimento não deverá ser alheio o especial gosto que revela pelo convívio com uma natureza e uma paisagem que o tranquilizam. Disso mesmo dá nota ao cunhado Luís, numa das muitas das cartas em que descreve o prazer que lhe dá o silêncio e beleza da sua ilha: "Sempre me safei até às Sete Cidades uns dias onde apanhei um esplêndido tempo. Fui num sábado e vim na terça-feira de manhã. No domingo à noite estava aquilo realmente um verdadeiro encanto. Estava uma destas noites raras ali em que não

⁷⁸³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 297-301.

⁷⁸⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28, Fol. 356-357.

⁷⁸⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 137-138.

⁷⁸⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 117-118.

⁷⁸⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol.60-62.

há uma nuvem, muitas estrelas, as lagoas não se mexiam, de modo que as estrelas refletiam-se tão bem que quem estava nas pontes via o céu por baixo e por cima; parece-me que nunca ali estive numa noite assim".⁷⁸⁸

7. A memória dos outros

"Estes políticos novos querem açambarcar o mundo com um fio"⁷⁸⁹

Na expressão de desabaços, para prevenir os destinatários sobre comportamentos mais adequados a adotar ou simplesmente a título de confiança, José Maria Raposo de Amaral pronuncia-se, na sua vasta e diversificada correspondência, sobre algumas das figuras do meio político e empresarial local e do país com que se relaciona ao longo de toda a vida, circunstância que permite apurar o que pensa e como evolui o seu pensamento acerca das personalidades em causa.

Porque foi o seu chefe partidário e de Governo durante muitos dos anos em que esteve politicamente ativo, José Luciano de Castro surge entre as figuras sobre quem mais vezes José Maria se pronuncia, alternando as críticas com os elogios. Apesar de um quase permanente conflito que com ele mantém, especialmente quando falha na concretização das suas reivindicações em defesa dos interesses locais, Raposo do Amaral não hesita em considerá-lo, em carta dirigida da Gil Mont' Alverne Sequeira em março de 1903, como "O grande homem que todos aqui [em Lisboa] positivamente respeitam"⁷⁹⁰. E, dois anos mais tarde, confia a Luís Poças Falcão: "Se não fora o José Luciano, a quem devo muitas atenções e a quem não quero dar no fim da vida um desgosto, pois estou certo que o teria, agora nesta ocasião, depois da luta, entregava o ramo e mandava-os todos de vez à tábua, mas a figura veneranda daquele velho que muito respeito impõe-se-me e não tenho outro remédio senão sofrer com resignação e levar esta cruz maldita até ao Calvário enquanto ele tiver vida"⁷⁹¹. Entre os vários defeitos que aponta ao seu líder, José Maria destaca um para que alerta o cunhado, em 1908, quase no fim da vida do velho chefe progressista: "O José Luciano com a sua mania de conversar com quanto malandro haja, ainda que seja redator de jornal, mesmo com aquele que dele e da família tem dito tudo e mais alguma coisa, o de *O Mundo*".⁷⁹²

⁷⁸⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 131-132.

⁷⁸⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 330-336.

⁷⁹⁰ UACSD/PSS - AGMS/GMS/001/001/ cx. 3, 177-192.

⁷⁹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 493-498.

⁷⁹² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 348-351.

Acerca de João Franco, apesar de ser dirigente do partido regenerador a que desde sempre deu combate, não esconde também uma opinião favorável, chegando mesmo a tornar-se aliado deste seu conhecido dos tempos de Coimbra, quando este assume funções de Presidente do Conselho. No início da carreira política, quando o dirigente regenerador ocupou o cargo de ministro do Reino, por altura da publicação do decreto autonómico de 2 de março, não lhe merecia, todavia grande confiança, como refere a Gil Mont' Alverne Sequeira: "Não dou muito pelas promessas de João Franco, mas confesso eu tive bastante prazer em ver a sua última carta ao Caetano dando informações sobre a conferência com o José Luciano; *hoje para mim o decreto da nossa autonomia aparecerá com certeza nestes primeiros 18 meses*".⁷⁹³ Pela mesma ocasião, admite, em carta dirigida a Duarte d'Andrade Albuquerque, mudanças na forma de atuar do antigo colega: "O João Franco⁷⁹⁴ pelo que vejo mudou de feição; naquele tempo de manhoso é que nada tinha e creio mesmo que está mais fino do que era".⁷⁹⁵ Mas pouco depois de D. Carlos encarregar Franco de formar Governo, José Maria Raposo de Amaral já é um homem rendido às suas qualidades de estadista, como se compreende pelas razões que aponta ao Padre José Jacinto Vieira, dos Arrifes, ao apelar ao voto na lista que apoia o executivo: "O atual presidente do Conselho que muito bem conheço por ter sido meu contemporâneo em Coimbra, é homem que tem energia de sobeja para o por em prática [programa confirmado pelo Rei] e, se o conseguir, como creio bem que o conseguirá, por ter todo o apoio da Câmara e do País, é Governo para largos anos. O Distrito de Ponta Delgada tem uma dívida de gratidão a pagar ao conselheiro João Franco: foi ele que, sendo ministro do Reino, e contra a opinião do conselheiro Hintze Ribeiro, então presidente do Conselho, nos deu a nossa autonomia administrativa, cujos efeitos para o desenvolvimento do distrito e para a sua economia interna creio que são indiscutíveis".⁷⁹⁶ Dele dirá ainda a Luís Bettencourt, em fevereiro de 1907: "conserva-se firme no seu posto, respondendo como um catita a todos e a tudo na Câmara; mas quanto a política está impossível, segundo me afirmam. Dedicar aos dinheiros da Nação o mesmo zelo que aos seus e não há meio de conseguir qualquer coisa que envolva uma

⁷⁹³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 204-205.

⁷⁹⁴ João Franco foi ministro de vários governos do Partido Regenerador onde partilhou responsabilidades com Hintze Ribeiro, um dos seus principais rivais com quem entraria em rutura, criando uma nova formação partidária, o Partido Regenerador Liberal, que o levaria à Presidência do Conselho, cargo exercido 19 de maio de 1906 e 4 de fevereiro de 1908. Na fase inicial, o seu Governo recebeu o apoio do Partido Progressista, que dele se afastou, forçando-o a governar em ditadura na parte final de um consulado a que o assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro pôs termo.

⁷⁹⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 17, Fol. 107-108.

⁷⁹⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 186-187.

pequena despesa".⁷⁹⁷ Já depois da sua substituição, na sequência do regicídio, reconhece em carta ao cunhado Luís que "O último Ministério [de João Franco] habituou-nos mal, nada absolutamente nada se fazia por todos os ministérios, sem exceção, que eu ou o Luís Bettencourt não fosse consultado. O ministério da Guerra então excedida a todos, fazia-se-lhe um pedido qualquer num dia e, no seguinte, estava a resposta e, se por acaso, o que poucas vezes sucedida, não podia atender os nossos pedidos vinha circunstanciadamente justificada a razão se não havia que replicar".⁷⁹⁸

De Hintze Ribeiro, um contrerrâneo que chefiou três governos na fase final da monarquia (1893-1897, 1900-1904 e de março de 1906-maio de 1906) tem pelo contrário, uma opinião bem menos favorável, apesar de reconhecer, como escreve em 1901 a Luís Poças Falcão que ele "tem realmente macaca, nunca vai ao poder que não haja complicações com o estrangeiro".⁷⁹⁹ Ao criticar o perfil do dirigente regenerador sublinha, por exemplo, no ano seguinte, em carta a João Augusto da Silveira que "O Governo lá vai levando uma vida arrastadíssima e é necessário ser da laia do Hintze e com pouca ou nenhuma vergonha que o caracteriza para ainda estar no poder".⁸⁰⁰ Em 1904, em vésperas de eleições e sobre a possibilidade de celebração de um acordo no distrito entre progressistas e regeneradores, comenta a João Cabral de Melo: "Não me convenço de que o Hintze, com o seu orgulho desmedido que todos lhe conhecemos, queira ceder os dois deputados e por isso julgo que, como já disse, a luta é certa".⁸⁰¹ Dois anos depois, quando D. Carlos o afasta do Governo, nomeando João Franco para Presidente do Conselho, comenta a Luís Poças Falcão: "Realmente não me lembra de uma substituição tão rápida de Ministério como a que se deu: o Hintze é destes homens que seja em que circunstâncias for não resiste à tentação de ser Governo e desta vez quero acreditar que há de expiar essa tentação".⁸⁰² Pouco tempo depois, refere ao cunhado, a propósito da carta em que o Rei explicava a sua opção: "se [o Hintze] tivesse ainda uns restos de brio e vergonha o melhor que tinha a fazer era retirar-se em boa ordem e pedir que lhe arranjassem um nicho qualquer para viver, mas isso é coisa que ele não conhece, fica e ficará eternamente".⁸⁰³ Mas depois da morte súbita daquele que elegeu como um dos seus principais adversários, admite, em carta a José Luís de

⁷⁹⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 42-43.

⁷⁹⁸ Idem, Fol. 384-386.

⁷⁹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 164-165.

⁸⁰⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 20, Fol. 380-381.

⁸⁰¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 164-165.

⁸⁰² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 33-36.

⁸⁰³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23 Fol. 403-404.

Serqueira, datada de 24 de agosto de 1907, que o seu falecimento pode ser prejudicial para as ilhas, pois "O pobre do Hintze acabou o seu fadário, não julgava que tivesse vida longa, porque estava realmente muito abatido, mas não esperava que fosse tão cedo e faz falta a esta distrito, conquanto não fizesse tudo o que podia, sempre puxava por nós o que decerto não vai suceder com quem o substituir".⁸⁰⁴

Quanto a Teófilo Braga, outra das figuras açorianas que se notabilizou no tempo em que viveu, apenas se lhe refere uma única vez e em tom depreciativo, numa carta dirigida em maio de 1915 ao general António de Sousa e Silva: "Noticiou ontem o telegrafo que foi chamado à Presidência da República o *grande Teófilo Braga*, depois do que disseram dele, e ele deles, é um cúmulo, e muito bem prova que a vergonha é coisa que pouco abunda no bando republicano".⁸⁰⁵

Amigo de festas e de casa⁸⁰⁶, companheiro de todos os combates políticos e na ação do dia-a-dia, não é por isso que o cunhado Guilherme Poças Falcão escapa ao seu olhar crítico. Reconhece-lhe o empenho e o trabalho pela causa progressista, mas aponta-lhe falhas de carácter. Em carta enviado ao irmão Luís, queixa-se, em finais de 1899, da posição por ele assumida a propósito do conflito surgido por causa das medidas a adotar para evitar que às ilhas chegasse a epidemia de peste declarada no Porto, sublinhando que o "Guilherme anda também obstinado e brigou comigo, dizendo-me coisas que nunca mais me esquecerão".⁸⁰⁷ A mais contundente crítica ao cunhado será, porém, formulada numa carta que, em novembro de 1905, dirige a Luís Bettencourt: "Guilherme Poças não serve [para provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Delgada]; é criatura que faz tudo quanto o Bruno [Tavares Carreiro] lhe manda fazer, é homem de facilidades e péssimo administrador. Demais, quando vê as coisas embrulhadas safa-se, haja visto o que fez na Câmara [onde o tinha sucedido três anos antes]".⁸⁰⁸

⁸⁰⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv 24, Fol. 176-177.

⁸⁰⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 28. Fol. 498-499.

⁸⁰⁶ Pela sua correspondência sabe-se que o cunhado é presença frequente nas suas casas da Rua do Frias, onde frequenta os serões organizados pela irmã Mercês, ou dos Ginetes, em que passam parte das férias juntos (UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv.23, Fol. 392-39; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 87 e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 19, Fol. 206-208.

⁸⁰⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 08. Fol. 32-34.

⁸⁰⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 392-396.



Casa dos Ginetes (Lomba dos Gagos) - Retiro predileto de férias, onde o senhor do Colégio recebe amigos e familiares, entre eles o cunhado Guiherme e mulher (está hoje abandonada e em avançado estado de degradação)

A Luís Bettencourt, progressista de primeira linha que entrara no partido por sua iniciativa e que o vai acompanhar até ao fim da vida, fazendo-lhe o elogio fúnebre, apontará como falha principal a ambição e a defesa dos interesses particulares. Em 1904, e a propósito da ideia de apresentar Luís Bettencourt como candidato às eleições parlamentares pela Horta por forma poder conservar o cargo de Governador Civil de Ponta Delgada, incompatível com a eleição pelo círculo da ilha de S. Miguel, comenta ao cunhado Luís: "Oxalá esta mania do Luís Bettencourt de ser Governador Civil não dê bota com respeito à sua candidatura; estes políticos novos querem açambarcar o mundo com um fio".⁸⁰⁹ Em março de 1906, volta a queixar-se, em carta com o mesmo destinatário, da suposta índole interesseira do seu correligionário: "Acho que está com muita pressa [de regressar de uma viagem de trabalho a Lisboa] e oxalá não se arrependa depois de não se demorar mais algum tempo. Provavelmente viu que não conseguia o que desejava para si e o mais para ele pouco importa; são todos assim os políticos novos".⁸¹⁰ Seis meses depois insistirá em crítica de teor idêntico, a propósito da participação em tarefas eleitorais e em carta remetida também a Luís Poças Falcão: "Teu irmão e eu, principalmente, [estivemos empenhados na campanha] porque os outros pouco fizeram: o próprio Luís Bettencourt não tem absolutamente feito algum

⁸⁰⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 344-351.

⁸¹⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 368-372.

para estas coisas e, como é destes homens essencialmente interesseiros, não quer dever favores para não ter de os pagar na advocacia; são assim os políticos novos".⁸¹¹

Sobre Gil Mont' Alverne de Serqueira, que com ele esteve no mesmo lado da barricada no movimento que levou à publicação do decreto autonómico de 2 de março de 1895 e cuja carreira de médico, de deputado (eleito por duas vezes com a sua colaboração) e de reitor do Liceu de Ponta Delgada apoiou, prevalece uma opinião elogiosa, apesar das divergências que com ele teve, sobretudo na altura em que José de Alpoim entrou em conflito com José Luciano de Castro, causando uma cisão no Partido Progressista. Então, Raposo de Amaral manteve-se fiel ao velho líder progressista e Mont' Alverne aproximou-se de Alpoim. Disso dá conta, sem expressar qualquer rancor, a Jacinto Monteiro Bettencourt, em abril de 1906: "O nosso Dr. Mont' Alverne tem andado um pouco arredio, o Alpoim subiu-lhe um pouco à cabeça e julgo que queria que fôssemos todos na sua corrente, mas isso de modo algum nos convenceu".⁸¹² Quatro meses antes tinha, aliás, manifestado a Luís Bettencourt compreensão para com a atitude do seu médico de família: "Mont' Alverne já conferenciou comigo, está muito brande e pronto para tudo, cada vez me convenço mais de que tem muita razão em dizer do José Luciano o que diz e bastante pena tenho em não estar em circunstâncias de fazer como ele, ao menos desabafava e, assim, ando embuchado"⁸¹³. Apesar disso, em finais de outubro de 1906 propõe a José Luciano de Castro o seu afastamento de reitor do Liceu de Ponta Delgada, pois "o Dr. Gil Mont' Alverne de Sequeira, alpoimista *engagé* tornou-se incompatível com o Governador Civil".⁸¹⁴ As divergências que os afastaram revelaram-se insuficientes para por em causa o apreço que por ele sempre nutriu, conforme sublinha no início de 1906 ao cunhado Luís "Mont' Alverne é com efeito um espírito muito irrequieto e tem defeitos grandes, mas nas ocasiões serve e presta muito bons serviços; quando está perto de mim regula melhor e este último caso [a aproximação a José Alpoim] não se teria dado se não fosse a minha grande demora nos Ginetes".⁸¹⁵

A Aristides Moreira da Mota, adversário do Partido Regenerador, mas aliado em momentos decisivos da sua ação política, nomeadamente no processo de lançamento do primeiro movimento autonómico e no apoio ao Governo de João Franco, em que

⁸¹¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 330-336.

⁸¹² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 178-170.

⁸¹³ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 343-347.

⁸¹⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 417-418.

⁸¹⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 368-372.

estiveram juntos em campanha eleitoral, reconhece os seus méritos de advogado que se faz pagar bem: "o advogado da parte contrária, o Dr. Aristides Moreira da Mota, declarou aí a quem quis ouvir que não levará menos de um conto de reis da sua constituinte e foi isso que fez o Pereira puxar um pouco mais".⁸¹⁶ De igual modo, José Maria reconhece a capacidade de Aristides Moreira da Mota manipular o juiz em funções na maior comarca açoriana em 1906, que se torna "um verdadeiro manequim que o Aristides Mota mexe à sua vontade".⁸¹⁷ Entre as outras qualidades que lhe atribui, aponta, em carta a José Luís Serqueira, sobre o desempenho de funções como Governador Civil de Angra em que foi investido, em 1907, com o seu próprio apoio, a aptidão para gerir conflitos: "As circunstâncias em que ele para aí foi não são boas, mas ele é fino e é possível que saiba conciliar certos elementos".⁸¹⁸ Não hesita, também, em reconhecer o carácter leal do seu companheiro nas fileiras de João Franco, numa carta dirigida a Duarte de Andrade Albuquerque, em outubro de 1906: "O que te disse o Visconde [do Porto Formoso] não é verdade; é uma das muitas que ele costuma inventar para se divertir; o Aristides tem sido connosco de uma lealdade que, aqui para nós, eu não esperava".⁸¹⁹ Como principal falha, aponta-lhe, porém a falta de capacidade de gestão, como se percebe do que escreve a Jacinto Monteiro Bettencourt a meados de 1905: "Não imagina nem pode imaginar o estado em que o Aristides deixou as finanças e administração da Junta; é um verdadeiro caos em que os empregados estavam roubando descaradamente de sociedade com os empreiteiros, etc., etc.; empregados extraordinários com grossos ordenados e que de nada serviam apuraram-se 55, mas creio que ainda há mais".⁸²⁰

Francisco Maria Supico é outro dos regeneradores micaelenses que tem em boa conta, sobretudo desde que o jornalista da *Persuasão* se manteve fiel na defesa da causa autonómica, quando as hostes locais do partido então no poder em Lisboa viviam um clima de divisão. Da posição assumida por Supico dá conta ao pai, a 12 de junho de junho de 1895: "Supico continua firme. O Carlos Machado criou um novo partido regenerador, chamado de dissidente, cujo fim é a demissão do Moreira [Governador Civil], apoiará o Governo se conseguir o seu fim, apoiará a lista da oposição se

⁸¹⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 07, Fol. 228-229.

⁸¹⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 22, Fol. 457-460.

⁸¹⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 179-180.

⁸¹⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 403-404.

⁸²⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 21, Fol. 157-160.

acontecer o contrário".⁸²¹ Por essa altura, dá também notícia ao Par do Reino da decisão do influente farmacêutico de se afastar do Partido Regenerador, na sequência da nomeação do corpo clínico da estação médica das Furnas, recentemente criada e do qual pretendia que fizesse parte um seu protegido: "Rebentou a bomba com respeito ao Supico: a mesa da Misericórdia, reunida em granel completo, nomeou médicos para a estação das Furnas: Rosa em Julho, Mont' Alverne em Agosto, e Gil Medeiros em Setembro e o boticário Vieira, preterindo o afillhado médico da Povoação e o João Joaquim. O Supico no calor da discussão com o Governador Civil, apontou-lhe que já o ano passado viera ordem para o subsídio [destinado à abertura do novo serviço], o que até agora não tinha querido acreditar. Meu pai há de lembrar-se da discussão acalorada que ele teve com o Mont' Alverne na *Persuasão e Autonomia* a este respeito e diz agora que o Alverne tinha razão no que dizia, mas que não julgava os seus correligionários tão patifes que fez sem o prevenirem".⁸²² Quando, no final de junho de 1895, informa José Luís Serqueira sobre a decisão de José Maria Supico, não tem dúvidas sobre o importante papel desempenhado por este na política local, pois trata-se da "Primeira influência do Partido Regenerador, saiu do mesmo por muitas desconsiderações recebidas".⁸²³ Não mudará de opinião até à morte do famoso jornalista, de que dá conta à irmã, a 1 de maio de 1911: "Morreu o Supico".⁸²⁴

Outro dos protagonistas da sociedade micalense do seu tempo que lhe merece consideração é Eugénio Pacheco⁸²⁵, cuja defesa assume quando está em causa a permanência deste no cargo de reitor do Liceu de Ponta Delgada. A 14 de abril de 1891, escreve ao conselheiro Narciso Álvares Cabral narrando os fatos que estão da base do processo visando o seu afastamento: "Houve grande conflito entre o Carlos [Machado, Governador Civil] e o Eugénio Pacheco em que ambos, a meu ver, exorbitaram grandemente das suas atribuições por causa da nomeação da mesa de admissão. O Carlos queria uma mesa para passar uns certos rapazes, entre eles o irmão da Laureana, amiga dele, e o Eugénio opôs-se, nomeando uma mesa estranha ao liceu.

⁸²¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 383-387.

⁸²² Idem, Fol. 330-335.

⁸²³ Idem, Fol. 352.

⁸²⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 271-273.

⁸²⁵ Eugénio Pacheco (do Canto e Castro) participou no movimento autonómico dos anos 90 de oitocentos, conjuntamente com monárquicos do Partido Progressista e vários republicanos. O tom crítico em relação à política local que adotado nos artigos publicados na imprensa micalense (*Preto no Branco, Autonomia dos Açores e O Localista*, entre outros) e a sua intervenção pública favorável à república criaram-lhe problemas na sociedade de S. Miguel, forçando-o a abandonar a ilha. Viveu, por isso, temporariamente no Continente e nos Estados Unidos.

Quando estava a começar os seus trabalhos, apresentou-se o administrador interino com uns poucos polícias e intimou o reitor a dissolvê-la. Foi um chinfrim medonho que durou vários dias e creio dura ainda. O Carlos publicou um alvará suspendendo os exames até que haja resolução superior. Para aí vão as queixas de ambos eles. Era de uma conveniência extraordinária que o António Cândido amparasse o reitor".⁸²⁶ Eugénio Pacheco não permanecerá, porém, por muito tempo no cargo, sendo demitido três anos depois, como refere em carta a Afonso Gomes de Meneses, datada de 16 de maio de 1894, na qual reconhece a qualidade de autonomista do ex-reitor: "Vejo o que me diz com respeito a transferências e represálias prometidas por aí [em Lisboa], já sabia delas e por cá vai o mesmo, mas como *o medo é que guarda a vinha* e sabem que nós temos muito mais que fazer e transferir do que eles, estou bem certo que entre mortos e feridos todos escaparão. Até agora apenas demitiram o reitor do liceu, *Dr. Eugénio Pacheco*, regenerador façanhudo, mas que é autonomista".⁸²⁷

A sua opinião sobre Carlos Machado é, pelo contrário, bem mais desfavorável. Em janeiro de 1896, no relato que faz a Jacinto Monteiro Bettencourt sobre a primeira reunião da Junta Geral eleita no quadro do decreto de 2 de Março, não esconde as críticas à sua atuação: "O Dr. Carlos Machado logo na primeira reunião quis fazer-se esperto, mas o Pereira [Francisco Pereira de Ataíde, autonomista e antigo dirigente regenerador] chegou-lhe bem e creio que não quererá mais".⁸²⁸ Em fevereiro do ano seguinte, ao propor a José Luciano de Castro a nomeação de Mont' Alverne de Sequeira para o cargo de reitor do Liceu de Ponta Delgada, então desempenhado pelo ex-Governador Civil, alega: "O Dr. Carlos Machado, além de faccioso regenerador, abandonou completamente o lugar e de nada trata".⁸²⁹ Ironicamente, será na casa de uma descendente deste seu adversário que se vai acolher a filha mais velha, quando foge para casar em novembro de 1907, como já referimos.⁸³⁰

Francisco d'Arruda, chefe dos regeneradores locais na fase final do regime monárquico e último Governador Civil de Ponta Delgada antes da implantação da República, terá sido, porém o adversário político que mais o irritava. A sua aversão ao dirigente regenerador agravou-se quando Gil Mont' Alverne, reitor do Liceu de Ponta Delgada em 1906, decidiu propor a nomeação do dirigente regenerador para substituir

⁸²⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 15, Fol. 183-184.

⁸²⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 111-112.

⁸²⁸ Idem, Fol. 421-422.

⁸²⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 18, Fol. 57-65.

⁸³⁰ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 24, Fol. 270-271.

Aristides Moreira da Mota como professor do quadro. Em carta remetida em setembro ao deputado. António Cabral dá conta do caso, solicitando a sua intervenção: "O Luís Bettencourt está furioso e creio que pediu a demissão do reitor do Liceu ou a sua [do cargo de Governador Civil], e tem razão: combinou com o Mont 'Alverne a nomeação do João de Medeiros para substituir o Aristides, comprometeu-se a fazê-lo e propõe, agora, o Francisco Arruda!! O meu amigo avalia bem na atual conjuntura o péssimo efeito que faria a entrada do Francisco Arruda para o Liceu e peço-lhe encarecidamente que faça tudo quanto está ao seu alcance para que não suceda, que seja nomeado o João de Medeiros".⁸³¹ Em março de 1910, a poucos meses da mudança de regime, era particularmente expressivo no modo como descrevia o chefe regenerador micaelense ao deputado Alfredo Pereira: "O presidente [do Partido Regenerador local, conhecido por *mouco*, como referira em missiva anterior dirigida a outro destinatário] é um homem que não tem vida, passa o seu tempo pelas praças e clubes a bisbilhotar e intrigar, o que é nele frequente, e todos os meios lhe servem para chegar aos seus fins".⁸³²

Também não tem em boa conta José Bruno Tavares Carreiro, filho de um dos médicos da família, Bruno Tavares Carreiro, que integra a direção do Partido Regenerador local na sua última fase, como se percebe do que escreve a Alfredo Pereira na carta citada anteriormente: "[trata-se de] um garoto de Coimbra, filho natural de um médico daqui e que não tem a menor sombra de vergonha".⁸³³ Em várias outras cartas denuncia o suposto carácter agitador de José Bruno, referindo, por exemplo à irmã, em carta datada de abril de 1909, que, na base da decisão do Governador Civil, Luís Bettencourt, de proibir a exibição em Ponta Delgada de uma revista de teatro vinda de Lisboa teve que ver com o teor de umas coplas que "o menino José Bruno tinha preparadas para serem cantadas por um dos cómicos".⁸³⁴ A verdade é que se José Maria Raposo do Amaral não nutria o mínimo de simpatia por José Bruno, o inverso também é verdadeiro, tendo ambos militando sempre em campos políticos opostos. Na monarquia um era progressista e outro regenerador, com a mudança de regime, um manteve-se fiel ao Rei e o outro aderiu ao regime republicano, sendo José Bruno investido, "logo no mês a seguir à implantação da República, no cargo de secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada"⁸³⁵, numa decisão que mereceu o aplauso de dois jornais defensores

⁸³¹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 23, Fol. 361-363.

⁸³² UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 262-267.

⁸³³ *Ibidem*.

⁸³⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 433-435.

⁸³⁵ CORDEIRO, 2010, p. 113.

do republicanismo *Diário dos Açores* e *A Folha*, o último dirigido por Alice Moderno.⁸³⁶

A 20 de junho de 1907, na primeira página da seu n.º 45, o semanário *O Districto*, de que é proprietário e diretor José Bruno Carreiro, revela-se particularmente contundente na apreciação que faz à ação de José Maria. O dirigente histórico dos progressistas é contestado em dois artigos insertos na mesma edição do periódico. Nenhum deles é assinado, mas a sua autoria é, sem dúvida, do diretor da publicação. Com título "Uma autópsia moral", o primeiro desses textos, que ocupa quase toda a primeira página, começa por questionar, numa alusão ao apoio a João Franco (abordado anteriormente), "o procedimento político do Sr. José Maria, que, com uma clareza que nunca nos atrevíamos a desejar, acaba finalmente de desafivelar a máscara e de se revelar tal qual sempre o consideramos um chefe político sem ideias, sem convicções, sem princípios e sem brio, excelente galopim eleitoral apreciável *meneur* de eleições". As acusações subirão de tom ao longo de todo o artigo, assumindo, por vezes, carácter jocoso:

"Afigura-se-nos inútil insistir na absoluta nulidade da ação política de sua ex.^a no que diz respeito a conquistas que representem um progresso ou um melhoramento, social ou económico, para os habitantes desta ilha, que têm o inefável prazer e a alta honra de contar sua Ex.^a no número dos seus patrícios... Essa insistência, afinal, tornar-se-ia ridícula.

Já lá vão os tempos em que tivemos a ingénua ilusão de pretender obter uma resposta a esta simples e categórica pergunta: - O que devem os micaelenses ao sr. José Maria?

Muitas vezes o fizemos à *Defesa*, ex-órgão do partido de que sua Ex.^a é chefe. Um eloquente e significativo silêncio nos respondeu, até que, passadas as eleições, e quando já não havia perigo de fiasco, o mesmo órgão nos deu esta colossal e estupenda resposta, no número com que fechou a sua efémera e atribulada

⁸³⁶ Nascida em Paris em 1867 e falecida em Ponta Delgada aos 79 anos de idade, fixou-se na ilha de S. Miguel em 1883, acompanhada dos pais. A primeira mulher que frequentou o Liceu de Ponta Delgada foi professora e distinguiu-se com escritora, republicana (envolveu-se ativamente no movimento republicano de 1910) e feminista. Publicou várias obras em prosa (romance e teatro) e poesia, fundou a Sociedade Micaelense Protectora dos Animais e os jornais *O Recreio das Salas* e *A Folha*, colaborando no *Diário de Anúncios*, que dirigiu entre 1892 e 1893.

existência - O sr. José Maria tem gasto boa parte da sua fortuna em lutas políticas !!!".⁸³⁷

Acrescenta o articulista que o próprio dirigente progressista "num louvável impulso de sinceridade declara que [os seus processos] unicamente residem num virtuosos hábito de peitar e subornar o público, a tantos mil reis por consciência, firmando sobre essas consciências peitadas, subornadas e vendidas a veneranda base do seu alto prestígio e da sua nobre autoridade moral...".⁸³⁸

Ao admitir a Raposo de Amaral o "direito e o dever de exigir respeitos e considerações"⁸³⁹ aos que têm beneficiado dos seus alegados subornos, recusa reconhecer-lhe a possibilidade de "fazer idêntica exigência à parte honesta e independente da opinião pública, àqueles que, por sua honra, não ajudaram a gastar esses contos de reis, àqueles que, enojados com os seus processos e com tais ações, têm também um direito e um dever: - o direito de discutir os atos públicos de sua Ex.^a e o dever de os expor à gloriosa e imaculada luz do sol, mostrando-o tal qual ele é - um chefe político sem a menor ideia da situação em que se investiu, sem a consciência das obrigações inerentes à sua ação, sem coerência, sem princípios - e reduzindo-se às suas verdadeiras proporções de galopim eleitoral, a quem tudo serve, para quem todos os processos são dignos e para que todos os meios são honestos, logo que se trate de conquistar um voto".

José Bruno Carreiro acusa ainda o líder progressista de ter o partido "de joelhos e em oração aos seus pés"⁸⁴⁰, sendo "temido (...) infundir horror (...) e meter medo"⁸⁴¹ e de "não se desviando do caminho que um dia traçou, na realização de qualquer plano, mesmo de natureza pessoal, com que pretenda obter um fim político".⁸⁴²

Em coerência com o título do texto, insiste na denúncia de supostas falhas de caráter, éticas e morais, evidenciadas pelo comportamento do histórico dirigente progressista micaelense: "O sr. José Maria, para ganhar esta influência [política e eleitoral] assume todos os compromissos que lhe impõem, atravessa o Atlântico para procurar satisfazê-los e, sem escrúpulos de qualquer natureza, faz toda a sorte de *demarches*, - não se vão perder os queridos votos", pelos quais "sua Ex.^a não só recomenda processos para os tribunais, mas

⁸³⁷ *O Districto*, 1.^a Pag. edição n.º 45 de 20 de junho de 1907.

⁸³⁸ *Ibidem*.

⁸³⁹ *Ibidem*.

⁸⁴⁰ *Ibidem*.

⁸⁴¹ *Ibidem*.

⁸⁴² *Ibidem*.

assume a responsabilidade (!) das decisões do juízes, intervém espontaneamente em questões de interesse puramente particular e domestico, - numa espantosa ausência de senso moral, sem a menor noção dos seus deveres e da sua posição, sem se lembrar de que o terror infundido por esses atos nos correligionários não compensa moralmente a indignação, a reprovação e o desprezo, que eles levantam na maioria do público!"⁸⁴³

Já no texto intitulado "Pau de dois Bicos - a atitude do Sr. José Maria ", é o suposto domínio absoluto do chefe sobre as hostes do seu partido que Bruno Carreiro mais contesta:

"Efetivamente não há *progressistas* neste distrito. Há *josémarialistas*, ou *raposistas*, ou *amaralistas*, como lhes quiserem chamar.

Aquilo que por mera convenção se chama o partido progressista micaelense não passa de um grupo, aliás numeroso, de pessoas que rodeiam em extasi o Sr. José Maria.

O robusto e pujante cérebro do chefe pensa por todos. Abdicam de tudo perante ele e, incapazes de qualquer manifestação individual, vivem na enternecedora e magnífica convicção de que sua ex.^a é um homem entre todos grande, entre todos sublime, e de que fortes e altíssimas razões invariavelmente influem no profundo e esclarecidíssimo espírito de sua ex.^a.

Isto não é novidade para ninguém. À parte meia dúzia, talvez menos, de luminosas exceções é esta a deprimente organização do partido progressista micaelense."⁸⁴⁴

Mas não só sobre responsáveis políticos se pronuncia José Maria Raposo de Amaral, sendo frequentes na sua correspondência as referências a importantes figuras da vida empresarial e social da ilha de S. Miguel. Os membros da família Bensaúde, com quem manterá negócios ao longo de toda a vida, figuram na lista de *influentes* do seu tempo acerca dos quais se pronuncia. A 23 de dezembro de 1892 adverte, por exemplo, o seu correspondente em Lisboa João Patrício Álvares Ferreira, a propósito de um processo em negociação com a Casa Bensaúde: "Daquele caso pode tratar-se com o Abraão, mas só com ele, porque esse, pode ser que me engane, por ora é para mim um cavalheiro digno de todos os respeitos, todos os outros, incluindo mesmo o seu agente aqui, tanto dizem como desdizem, são uns verdadeiros troca-tintas".⁸⁴⁵ No ano seguinte, em carta ao mesmo destinatário, confidencia, numa alusão à intervenção da fiscalização

⁸⁴³ *O Distrito*, 1.^a Pag., edição n.º 45 de 20 de junho de 1907.

⁸⁴⁴ *O Distrito*, 2.^a Pag., edição n.º 45 de 20 de junho de 1907.

⁸⁴⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16, Fol. 250-251.

na fábrica de álcool de Santa Clara: "O que quer ele [fiscal] é que lhe unte as mãos para me apoquentar menos, mas eu é que o não quero fazer porque me repugna este sistema adotados em Portugal ultimamente. Os Bensaúde não pensam assim, dão-lhe dinheiro e por isso fazem com ele o que querem, mas realmente é repugnante, principalmente para um homem que tem um bocado de consciência ser necessário comprar os empregados para cumprirem o seu dever".⁸⁴⁶ Em 1915, não esconde, por outro lado, um desentendimento pessoal com Henrique Bensaúde, por causa de um pedido que lhe dirigira no sentido de troca do navio Funchal pelo S. Miguel na viagem que programar fazer em junho às ilhas das Flores e do Corvo e que ele se recusara a satisfazer.⁸⁴⁷

Sobre a família Canto, sua rival na produção de chá, confidenciará, entretanto, a João Patrício Alves Ferreira, em finais de 1893: "Não sei se o amigo conhece pessoalmente o José do Canto; tem um génio muito desconfiado e creio bem que será muito difícil sustentar um negócio com ele"⁸⁴⁸, manifestando também reservas quanto a Afonso Chaves, seu parceiro em projetos como o da instalação do Museu Municipal e de um colégio privado de instrução primária e secundária em Ponta Delgada. Em carta ao cunhado Luís, datada de 30 de janeiro de 1910, adverte-o: "Há muito que ando para dizer-te que tomes cautela com o tenente-coronel [Afonso] Chaves e com os seus empenhos; este amigo faz-se de só, arrota por aqui postas de pescada, vangloriando-se que consegue tudo sem pedir nada a ninguém, mas sei que se dirige a ti quando precisa. Está muito tontinho e caricato com as suas ciências e relações com as cabeças coroadas com quem, diz ele, se corresponde".⁸⁴⁹

8. "Não temos por aí nada grande a que não esteja ligado o seu nome"⁸⁵⁰

Apenas um mês depois da morte, José Maria Raposo de Amaral recebia uma das mais simbólicas e permanentes homenagens a que uma vida de ação e envolvimento nas causas públicas lhe dava direito: a rua em que morou na fase adulta da vida recebia o seu nome.

⁸⁴⁶ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16, Fol. 283-284. Em várias cartas remetidas a diversos correspondentes insiste a necessidade preservação de valores, denunciando um alegado clima de corrupção vivido em Portugal especialmente na fase final da monarquia e nos primeiros anos da república. Ver: UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 154-155; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 16; UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 25, Fol. 26-27) e UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 10, Fol. 154-155, entre outras.

⁸⁴⁷ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 11, Fol. 10-11 e .Idem, Fol. 32-33.

⁸⁴⁸ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 06, Fol. 13-14.

⁸⁴⁹ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 211-214.

⁸⁵⁰ *Açoriano Oriental*, edição de 20 de dezembro de 1919, 1.^a pag.

A decisão da maior autarquia dos Açores é notícia em dois jornais da cidade. *A República* transcreve o edital camarário respetivo na edição n.º 2.628 de 17 de janeiro de 1920, a uma coluna da 2.ª página: "Manuel Martins Correia, servindo de Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Ponta Delgada: Faço público que, por deliberação da Comissão Executiva desta Câmara, já devidamente aprovada pela Câmara Municipal, passa a Rua do Frias desta cidade a chamar-se 'Rua José Maria Raposo d'Amaral'. Para geral conhecimento se passou o presente. Paços do Concelho de Ponta Delgada, 16 de janeiro de 1919". O *Diário dos Açores*, na sua edição n.º 8.393 de 19 de janeiro de 1920, na 2.ª página, 1.ª coluna, anuncia: "Por deliberação da Câmara municipal desta cidade, a rua do Frias passa a dominar-se Rua José Maria Raposo d'Amaral".

A homenagem municipal surge sem comentários nos dois diários, pois ambos já se tinham referido ao homenageado a pretexto da sua morte e do respetivo funeral, também aproveitados por outros dois periódicos de Ponta Delgada - *Açoriano Oriental* e *A Pátria* - para abordarem a ação pública e alguns traços do caráter do senhor do Colégio.

No n.º 8.368, saído no dia da sua morte - 16 de dezembro de 1919, terça-feira -, o *Diário dos Açores*, além de anunciar o falecimento, a uma coluna no centro da primeira página sob o título " José Maria Raposo d'Amaral", sugere tratar-se de uma morte já esperada por padecer "de doença que vinha há tempos sofrendo e que ultimamente se agravou" e, ao associar o seu nome ao do pai, destaca a notoriedade que ambos atingiram na ilha enquanto chefes do Partido progressista. O periódico, que então tem como redator principal Victor Cabral e como editor Manuel Rezende Carreiro, comenta especificamente acerca do falecido:

“O nome agora extinto, mantendo íntegra a tradição política da sua casa, desde muito novo até à implantação da república, ligou-se ao desempenho de um vasto papel nos sucessos políticos do distrito. A sua participação no movimento autonómico de 1895, foi tão importante como decisiva. Todos os principais elementos desse movimento cooperaram ao seu lado, em conjunto com a sua ação.

Em consideráveis empresas como a da fábrica do álcool de Santa Clara, a que a atual fábrica de açúcar sucedeu, a iniciativa e preponderância social de que gozava, influíram, fazendo-as florescer como sobe uma égide protetora e impulsiva.

O trato do extinto era acessível e lhano, contribuindo não pouco para a popularidade que o rodeava e de que provinha muitas vezes as mais rudes campanhas eleitorais. Na sua ação tem de ser compreendida uma grande parte dos progressos micaelenses dos últimos tempos. Com sentimento registamos o triste sucesso, tanto mais que por 63 anos andava a idade do Sr. José Maia Raposo d'Amaral".⁸⁵¹

Dois dias depois, o mesmo jornal descreve com algum detalhe as cerimónias fúnebres realizadas na véspera, a uma coluna ao centro da 1.^a página e sob o título "Funeral":

“Foi uma das mais desusadas, a homenagem fúnebre prestada ontem aos restos mortais do Sr. José Maria Raposo d'Amaral, cujo préstito se efetuou da sua residência na Rua do Frias para o cemitério, depois das 11 horas da manhã. A comparência de pessoas de todas as classes era enorme, ocupando no ato do enterramento uma grade parte do cemitério. Nos funerais incorporou-se a Câmara Municipal com a sua bandeira forrada de crepes, igualmente tomaram parte no preito as principais autoridades do distrito e concelho. Acompanharam o cortejo quatro bandas: 'Voz do Progresso', da Ribeira Grande, 'Progresso do Norte', Rabo de Peixe, 'Lira Luz e Glória', dos Fenais da Luz e 'União Fraternal', desta cidade.

Junto da campa falaram os srs. Dr. Luís Bettencourt e Dr. Mont'Alverne de Sequeira, cujos discursos fundamente impressionaram, memorando os serviços e a estima popular que distinguiam o extinto".⁸⁵²

No mesmo dia, *A Pátria*, jornal republicano que não esconde divergências com a causa monárquica defendida ao longo de toda a vida pelo falecido, realça as suas especiais capacidades, lamentando que não tivesse aderido ao novo regime. O periódico, que tem José Mota Vieira como secretário e Dinis Silva como administrador, destaca a três colunas na 2.^a página da edição n.º 37, sob o título "J.M. Raposo d'Amaral" ter ido a enterrar um "ilustre e prestigiado chefe político"⁸⁵³, que na condição de herdeiro de uma enorme fortuna e de uma imensa influência no distrito se empenhou numa "persistente e efetiva ação nas lutas políticas da nossa terra, na sua vida administrativa, na das suas instituições caritativas e no seu desenvolvimento industrial".⁸⁵⁴ Além de sublinhar o afastamento da vida política do senhor do Colégio depois da implantação da República, em 1910, o periódico

⁸⁵¹ *Diário dos Açores*, edição n.º 8.368 de 16 de dezembro de 1919, 1.^a pag.

⁸⁵² *Diário dos Açores*, edição n.º 8.370 de 18 de dezembro de 1919, 1.^a pag.

⁸⁵³ *A Pátria*, edição n.º 37, de 18 de dezembro de 1919, 2.^a pag.

⁸⁵⁴ *A Pátria*, edição n.º 37, 2.^a Pag.

lamenta que isso tivesse sucedido, pois se decidisse abraçar o novo regime com "o seu prestígio, com a sua energia, com a sua inteligência e com o privilegiado destaque que lhe dava a sua fortuna, [poderia] continuar a trabalhar pelo progresso da sua e nossa querida terra".⁸⁵⁵ Numa referência em concreto às cerimónias fúnebres relata, sem resistir à formulação de uma crítica à intervenção do orador de serviço:

"Ao seu funeral, que foi uma imponente manifestação de saudade e respeito, compareceram representações de todas as classes sociais, civis e militares, notando nós, entre outros, S. Ex.^a os Srs. governador civil, administrador do concelho, comissário da polícia, presidente e vereação da Câmara, com o estandarte municipal, e a comissão distrital do Partido Republicano Português. *A Pátria* esteve representada pelo nosso ilustre e querido diretor, Sr. Dr. António de Medeiros Franco.

Usaram da palavra no cemitério, enaltecendo as qualidades do malogrado cidadão, os srs. Dr. Luís Bettencourt de Medeiros Câmara e Gil Mont'Alverne de Sequeira, que, apesar da soleníssima cerimónia que se realizava como com propriedade lhe chamou, lamentavelmente aproveitou para magoar quem ali tinha ido render a sua homenagem ao ilustre morto".

A 18 de dezembro, a morte do antigo chefe do Partido Progressista Autonomista de S. Miguel e Santa Maria constitui tema de notícia num outro jornal republicano então publicado em Ponta Delgada, *A República*, que a uma coluna da segunda página do seu n.º 2.605 e sob o título "Os que morrem - José Maria Raposo de Amaral", avança com pormenores do funeral:

"Realizou-se ontem o funeral do Sr. José Maria Raposo de Amaral, que foi a pé, tendo sido acompanhado por enorme concorrência de todas as classes sociais.

O caixão, envolto numa cobertura de chumbo, sem fitas e sem coroas, foi disposto numa carreta e conduzido por três turnos, sendo primeiro conduzido pelos Srs. Dr. Clemente Pereira da Costa, Joaquim Cabral, Jacinto d'Andrade e José Carvalho, o segundo pelos Srs. Dr. Filipe Cabral, Visconde do Porto Formoso, Dr. Duarte Manuel de Andrade Albuquerque e José Vieira e o terceiro pelos Srs. Manuel Nuno Gusmão, Jacinto Fernandes Gil, Duarte Cunha e Dr. Luiz Mota.

No cortejo, que era majestoso, incorporaram-se a Câmara Municipal, como seu estandarte, e três filarmónicas que executaram marchas fúnebres.

⁸⁵⁵ Ibidem.

À beira do túmulo, usaram da palavra os Drs. Luís de Bettencourt e Mont' Alverne de Sequeira, que puseram em destaque as qualidades e os serviços prestados a S. Miguel pelo ilustre extinto”.⁸⁵⁶

Quatro dias depois da morte, e com o título "Acabamos de assistir a uma verdadeira apoteose", o semanário *Açoriano Oriental*, desde sempre comprometido com as lutas autonómicas e que tem agora Augusto Inácio de Sousa por editor e gerente e José Inácio de Sousa como proprietário, vai mais longe no elogio e na apreciação sobre a vida e obra do extinto assegurando, num artigo a duas colunas da 1.ª página da sua edição 4.412 que o cortejo fúnebre se revelou uma imponente manifestação popular : "E nada admira que assim fosse! O Sr. José Maria Raposo d'Amaral era no nosso restrito meio social um desses espírito raros, cuja morte - apesar de esperada hora a hora - espantou, assombrou e revoltou como uma injustiça...Ele não era só representante dum nome ilustre - encarnava uma grande ideia - personificava um passado glorioso. À nossa sociedade e à nossa terra imprimiu uma ação enorme - um impulso atlético - uma transformação profundíssima".⁸⁵⁷ Além de sublinhar que o dirigente progressista se consagrou de "alma e coração" à causa do "bem da sua terra e do bem dos seus conterrâneos", garante: "Não temos por aí nada grande a que não esteja ligado o seu nome". Depois de referências detalhadas ao papel desempenhado pelo senhor do Colégio, em particular à sua "obra de verdadeiro insulano patriota", e aos discursos proferidos nos cemitério de S. Joaquim, o articulista concluiu: "com as mesmíssimas palavras de Penha Garcia escritas em 914 à memória de um outro grande morto: 'Se no seu túmulo os amigos quisessem escrever um epitáfio, que neste tempo de vontades túbias e de ânimos frouxos, dissesse sabiamente aos vindouros de que têmpera fora a alma de quem ali repousava, bastaria que singelamente fizesse gravar na sua fria lápide tumular esta curta e eloquente frase: 'Aqui jaz um homem!'"⁸⁵⁸

As referências na imprensa de Ponta Delgada ao falecimento de Raposo do Amaral mantiveram-se pelo mês de janeiro de 1920, sendo possível, por algumas delas, aquilatar da popularidade alcançada. A 7 deste mês, o *Diário dos Açores* publicava, a uma coluna da 1.ª página da edição n.º 8.383, uma nota que se supõe recebida da Ribeira Grande em vésperas do Natal e na qual, além de se aludir ao sentimento de tristeza com que aí se soube da morte do "ilustre e benquisto senhor José Maria Raposo

⁸⁵⁶ *A República*, edição n.º 37, de 18 de dezembro, 2.ª Pag.

⁸⁵⁷ *Açoriano Oriental*, edição n.º 4.412, de 20 de dezembro de 1919, 1.ª pag.

⁸⁵⁸ *Ibidem*.

d'Amaral"⁸⁵⁹, se destaca a homenagem prestada pela filarmónica "Voz do Progresso", cuja direção decidiu colocar a bandeira a meia haste durante oito dias mandar celebrar uma missa se sufrágio da sua alma na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com a assistência dos sócios.

No dia 17 de janeiro, o mesmo jornal publica, na segunda página do seu n.º 8.392, duas curtas informações, sobre o tema: "Foi muito concorrida a missa rezada ontem na igreja do Colégio, em sufrágio da alma do ilustre micaelense Sr. José Maria Raposo d'Amaral"⁸⁶⁰ e "Foi extraordinariamente concorrida a missa que hoje a filarmónica 'Relvense' mandou celebrar na paroquial da Relva por alma do inolvidável protetor Sr. José Maria Raposo d'Amaral".⁸⁶¹

Cerca de 25 anos depois da sua morte, José Maria Raposo de Amaral volta a ocupar lugar de destaque no *Diário dos Açores*: na sua edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944, publica um extenso artigo do historiador Urbano Mendonça Dias⁸⁶² intitulado "José Maria Raposo e Amaral Jr. - O maior e mais categorizado político do seu tempo em São Miguel"⁸⁶³, no qual o autor procura traçar o perfil e arquivar informação relevante sobre respetiva ação nos mais variadas áreas.

Se as ligações ao Partido Progressista e as relações de proximidade que manteve com o senhor do Colégio - o seu nome é referido por duas vezes na correspondência de Raposo do Amaral, primeiro numa carta dirigida ao deputado Alfredo Pereira, propondo a sua nomeação para conservador de Vila Franca do Campo⁸⁶⁴ e, depois, em 1917, sugerindo ao Visconde da Palmeira que Mendonça Dias integrasse a lista de candidatos do Partido Regionalista às eleições da Junta Geral⁸⁶⁵ comprometem a independência do

⁸⁵⁹ *Diário dos Açores*, edição n.º 8.383, de 7 de janeiro de 1920.

⁸⁶⁰ *Diário dos Açores*, edição n.º 8.392, de 17 de janeiro de 1920

⁸⁶¹ *Ibidem*.

⁸⁶² Nascido a 28 de Julho de 1878 em Vila Franca do Campo e aí falecido a 14 de fevereiro de 1951, Urbano de Mendonça Dias licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1903. No seu tempo de estudante colaborou em diversas publicações, entre elas a *Phenix*, de que foi coeditor com Ernesto Ferreira, entre 15 de Julho de 1902 e 30 de Março de 1904. Concluído o curso, regressou a Vila Franca, assumindo funções de ajudante do Conservador da Comarca, que exerceu em paralelo com o exercício da advocacia. Revelando interesse pelo jornalismo que vai cultivar ao longo de toda a vida, fundou a revista quinzenal *A Vida*, que teria vida, participando no movimento que levou à fundação do Externado de Vila Franca, uma escola particular de ensino secundário cujo funcionamento acabaria por constituir a sua principal atividade. Além do desempenho de funções docentes, ocupou diversos cargos de caráter social e político, designadamente o de provedor da Santa Casa da Misericórdia, o de administrador do concelho e de governador do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Desenvolveu, também, pesquisas sobre história e cultura dos Açores, publicando variadas obras de diversos géneros, nomeadamente teatro, romance, historiografia e etnologia.

⁸⁶³ *Diário dos Açores*, edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

⁸⁶⁴ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 26, Fol. 36-37.

⁸⁶⁵ UACSD/FAM-ARA/D/DI/Lv. 29, Fol. 446-447.

autor, garantem-lhe, porém, uma posição de observador privilegiado em relação à personalidade a que se refere o texto.

Depois de destacar o prestígio que já alcançado pelo pai que atingira o cargo de Par do Reino e de sublinhar o fato de "toda a ilha" lhe ter prestado homenagem na "maior romagem até ao cemitério de São Joaquim" jamais vista, Urbano Mendonça Dias descreve o "Sr. José Maria do Colégio" nos seguintes termos:

“Era alto, forte, bem proporcionado, manso no falar, sério não prodigalizava o riso, mas era afável, cortês, chão, familiar, o que na verdade , destoava da sua sisudez habitual, mas por isso mesmo encantava toda a gente com quem se punha a conversar. Falava-nos como nos conhecesse de longa data, como se fôssemos muito da sua intimidade, e punha-nos o braço por cima do ombro, para uma conversa mais íntima, conquistando assim amigos em todas as classes.

Vivia então numa grade intimidade com todos os seus rendeiros e feitores (capatazes), que recebiam dele as atenções e deferências que ele tinha para com todo o eleitorado, porque, acima de tudo, ele era político e em todos via um eleitor.

Por sua vez os rendeiros e os feitores tinham o patrão num alto conceito e estima, pelas deferências e favores que constantemente recebiam”.⁸⁶⁶

Ao insistir na ideia do apreço em que Raposo de Amaral era tido pelas classes populares micaelenses alega o conhecimento pessoal de diversos amigos fiéis entre os homens da terra, citando o caso particular de "João da Mãe d'Água, um homem assim também forte, cheio, pessoa de opinião e ganhara esse nome, do sítio em que vivia aqui em Vila Franca, junto às terras do seu patrão que estavam à sua guarda , olhando pelos rendeiros, pelas rendas e pela maneira como eles as trabalhavam , que tudo era em proveito da casa"⁸⁶⁷, que "daria de vontade sua vida pela do Patrão".⁸⁶⁸

Segundo sustenta, os sentimentos de simpatia e de fidelidade manifestados pelos feitores alargava-se também aos seus rendeiros, porque, como refere, "as terras eram *cómodas nas renda*", sublinhando que eles tinham uma frase típica para dizerem isto e mostrarem o seu reconhecimento: "*Aqui nestas terras um hortelão ganha uma jaqueta!*". O texto de Mendonça Dias é particularmente esclarecedor na importância atribuída aos rendeiros que sustentavam suas famílias cultivando as terras que lhes alugava:

⁸⁶⁶ *Diário dos Açores*, edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

⁸⁶⁷ *Ibidem*.

⁸⁶⁸ *Ibidem*.

“Aos domingos o Sr. José Maria recebia no seu escritório, no edifício do Colégio, os rendeiros que eram dali perto, que queriam conversar sobre aqueles seus negócios da lavoura, em que todos estavam envolvidos e tanto se interessavam.

O domingo era, pois, para ele um dia de trabalho, de mais trabalho mesmo do que qualquer outro dia da semana, mas condescendia nisso em benefício dos rendeiros, que, coitados, não podiam perder um dia útil na semana para aquelas conversas, que bem se podiam ter no dia de descanso, dedicado ao Senhor. Conversava imenso com eles, indagava de tudo, do estado das novidades na terra, dos preços que corria no mercado, do que o ano vinha prometendo, e aconselhava-os, dava a sua opinião, mas então quando ele sentia a campainha da Igreja do Colégio a anunciar que o Padre ia subir ao altar, ele cortava logo o fio à conversa e dizia a quem quer que com ele estivesse: - Olhem, vocês vão agora à missa e depois voltam cá cima para continuarmos.

O Sr. José Maria ia então pelo corredor largo do colégio, até à tribuna da sua Igreja, ouvir missa, que ele era crente e praticante; estou-o a ouvir, de uma vez que sentimos os sinos da Igreja a repicar, anunciando o Vático a um enfermo, no tempo em que isto se fazia, ele dizer muito sério: - *"É o nosso Pai que vai fora!"*.⁸⁶⁹

O texto do investigador de Vila Franca sugere, por outro lado, uma explicação para o fato de Raposo de Amaral não ter concluído o curso universitário que frequentara em Coimbra, a qual é omissa na correspondência, tanto dele como do pai. Relata detalhadamente Mendonça Dias:

“Fez os seus primeiros estudos aqui na sua terra, em Ponta Delgada, e seguiu depois para Coimbra para continuá-los, ainda em preparatórios e depois na Universidade, na faculdade então chamada de Filosofia, que era a faculdade da gente nobre e rica daquele tempo; mas a carreira das letras não o seduzia e, por isso, passado algum tempo, pensamos que no terceiro ano do curso, desistiu por um pretexto fútil. Foi o caso: De uma vez, quando ele andava já na Universidade, entrou na aula com a batina desbotoada, a deixar ver um lindo colete de pele de coelho, bem assertoado e fofo que trazia vestido e que seria, sem dúvida, um regalo usá-lo naquele tempo frigidíssimo que fazia na terra dos estudantes.

O Mestre, de soslaio, como os mestres costumam olhar, viu aquilo e comentaria lá consigo - não gosto destas exhibições, nem as tolero aqui na aula.

⁸⁶⁹ *Diário dos Açores*, edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

Era assim a velha usança da Universidade e o Mestre não se conteve que daí a pouco não implicasse com o aluno: "O senhor está-nos a mostrar o se colete de pele de coelho! E o aluno abotoou imediatamente a batina, a esconder debaixo dela o objeto de luxo e de conforto que provocara assim o reparo do ilustre catedrático, que, todo Olímpico, continuou na sua:- "Como o senhor sabe, está hoje completamente proibida a caça aos coelhos, e o seu colete demonstra, suficientemente, a infração à lei".

O aluno não ficou nada satisfeito com a insinuação do Mestre, ali na aula, diante do curso, que o estava a olhar, no sorriso de troça costumado, a quem está em foco, e respondeu:

- Eu comprei assim feito por necessidade de o usar, não fui eu que cacei os animais.

Mas o Mestre não queria saber de desgraças, e continuou na sua:

- O senhor é que está na posse das peles proibidas, o senhor é que é o responsável; veja no que está metido!.

E naquele dize tu, direi eu, o Mestre deu a perceber que estava capacitado de que o caçador dos coelhos era o possuidor das suas peles manufaturadas em um colete!

E levaram assim a serrar neste pequeno debate, um a dizer que sim e outro a dizer que não, e porque os alunos serrem sempre pior que os mestres, ele ficou vencido, mas disse para o condiscípulo do lado, que não tomara atitudes para não se meter na questão: Não volto cá mais!

E não voltou: fez as suas malas, partiu para São Miguel, estando a mais de meio do curso. E contou ao pai isto assim, e, na independência de que Deus o fadara, arrematou a exposição:

- Não estive para o aturar!

E foi por isso que ele se não formou, e como filho mais velho e único varão, foi a pouco e pouco, ainda mesmo em vida do pai, assumindo a administração dos bens, guiando-os na rotina agradável em que vinham embalados, num crescente aperfeiçoamento que mais os valorizava e distinguiu, e fez-se lavrador!"⁸⁷⁰

Num artigo de carácter biográfico que ocupa parcialmente três páginas do *Diário dos Açores*, Urbano Mendonça Dias destaca, de igual modo, a intervenção do senhor do Colégio "no desenvolvimento comercial e industrial das fábricas e nas empresas que se foram montando na ilha, às quais ele deu seu esforço, nos Conselhos de Administração e direção a que pertenceu; e não lhe foram estranhos, em geral, todos os empreendimentos industriais, comerciais e agrários desta ilha, fazendo -se neles sentir ,muitas vezes, a sua vontade e o seu auxílio". Mas é sua ação política que mais destaque

⁸⁷⁰ *Diário dos Açores*, edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

lhe merece, narrando episódios considerados exemplares da dedicação do dirigente progressista, da forma como era respeitado em Lisboa e do modo como procedia com aqueles que se lhe dirigiam:

“Depois da sua lavoura e administração da sua casa, que ele tinha como dever de ofício, e não o descurava, o que ele fazia, no que empregava toda a sua inteligência, atividade e préstimo, era na política, na administração das causas públicas da sua terra, no servir os amigos, os correligionários e toda a gente em geral que lhe batia à porta.

Não pensava noutra coisa, a sua vida era realmente aquela, vivia isso, e fez o maior partido político nesta ilha, tendo sabido rodear-se dos maiores valores intelectuais e morais daqui; e dentro da Monarquia, como progressista e como autonomista, ele fazia-se ouvir no Poder Central, e conheciam-no e respeitavam-lhe o prestígio, a honestidade e o tato político e a independência. E a propósito cá vai uma história, das que se passam nos bastidores da política, nos Ministérios a seu respeito:

De uma vez, o Sr. José Maria recomendou para o Ministério da Fazenda, como era então o que hoje se chama Ministério das Finanças, um processo qualquer, muito simples, de um Guarda-fiscal; estavam então os progressistas no poder. Mas de Lisboa não vinha nem recado, nem mandado, e soube-se então que o partido regenerador cá da terra se interessava exatamente pelo contrário, e tinha o caso muito recomendado ao Diretor Geral, que lhe era muito afeiçoado. José Maria, quando soube isto, torceu o nariz e disse para si, mas os outros ouviam:

- Mau!

E escreveu a um dos nossos deputados cá da ilha a explicar-lhe toda essa trapalhada, e acabou assim a carta⁸⁷¹:

- 'Eu quero isto!'.

O Sr. Deputado, já se vê, foi com tudo aquilo ao chefe, o Conselheiro José Luciano de Castro, que deu logo as suas ordens, e o conselheiro Espregueira, então Ministro da Fazenda, foi informado do pedido, mas o Diretor Geral por onde corria aquele caso nem atava, nem desatava e passadas alguma semanas, o deputado recebeu segunda carta da ilha: - Então esse caso do Guarda-fiscal?

O Sr. Deputado voltou ao Conselheiro José Luciano, que se afligiu por não terem ainda resolvido o pedido do seu velho amigo, e exteriorizou:

- "E então o José Maria que é um homem de melindres!".

⁸⁷¹ As referências avançadas pelo articulista são insuficientes para a identificação da carta citada, mas são frequentes as missivas remetidas aos deputados e a membros do Governo reclamando nomeações de funcionários nos mais diversificados níveis e escalões da administração.

O deputado deu a entender que o Diretor Geral era muito afeiçoado aos regeneradores e que propositadamente ia protelando o caso, que era já conhecido na ilha. Parece que o Sr. Conselheiro não ficou muito lisonjeado com a insinuação, e respondeu:

"Se eu desmancho é que constituo ministérios, acho que também poderei desmanchar e criar Direções Gerais!" E telefonou logo ao Conselheiro Espregueira:

- Da ilha o José Maria insta pela resolução daquele caso do Guarda-fiscal. é necessário que eu vá aí por causa disto?

E o caso resolveu-se, já se vê, imediatamente, a contendo da política progressista da ilha, para satisfação do seu Chefe que nas altas esferas era tido como "*homem de melindres*", como quem diz de opinião, que se tem de respeitar, de peso e valor, à porta de quem toda a gente ia bater para satisfação dos seus desejos.

Tenho na minha frente a evocação de um destes episódios descritos e publicados pelo próprio recomendado num dos aniversários do falecimento do grande homem: é de um rapaz de 19 anos que frequentava então o curso de Sargentos do Regimento de Infantaria. Vamos aqui transcrever um bocadinho, sem lhe ter pedido autorização, mas ele desculpará pela intenção, que é de homenagem à alta figura.

Ele estava em véspera de exames e não tinha como os seus condiscípulos quem o recomendasse; alguém havia-lhe falado no Sr. José Maria Raposo como boa recomendação para os oficiais, mas ele não o conhecia, nem tinha quem o apresentasse, mas não desanimou: foi sozinho confiado em si. Diz então:

"Fui recebido com afabilidade, expus-lhe ao que ia, e fui logo, sem evasivas, francamente servido. Nunca mais esqueci a fidalguia, bondade chã, de um tal acolhimento, feito a um garoto, como então eu era, sem recomendação alguma".

A política era a sua vida, nem ele tratava de outra coisa com mais interesse, e ia sempre olhando e experimentando e aperfeiçoando a sua máquina eleitoral e, já se vê, lançando a rede a este e àquele que à ilha chegava, para o seu partido que engrossava constantemente, quer na oposição quer no governo. E ouvia-nos, e pedia por nós e impunha-se, quando o caso isso requeria, e se muitas vezes o fez às claras, muitas, mesmo muitas, os fez às ocultas!".⁸⁷²

O articulista faz ainda particular referência à participação do último chefe progressista micaelense no primeiro movimento que conduziu à publicação do decreto de 2 de março de 1895 que atribuiu autonomia administrativa aos distritos açorianos, comentando, a propósito da caricatura "Torre Autonomica", de Augusto Cabral, publicada na imprensa da época: "já lá está ele também a trabalhar de parceria com

⁸⁷² *Diário dos Açores*: edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

Francisco Bicudo, do partido regenerador e Manuel Jacinto da Ponte, do partido republicano, a levantarem uma viga enorme que Manuel da Ponte chama 'pau de três quinas'. O Sr. José Maria cá em baixo grita aos dois companheiros, que estão nos andaimes, a puxar a viga: 'Vá lá, vá, oh! iça!', e ,pouco depois diz-lhes ainda: 'Para animar eu assobio o hino da Maria da Fonte; vá lá, oh. Iça!'”⁸⁷³



Caricatura *A Torre Autónoma* de Augusto Cabral que integrou a exposição realizada no Relvão (Ponta Delgada) em 1895

Além de enunciar os diversos cargos públicos e de eleição desempenhados por Raposo de Amaral, destacando as funções de provedor da Misericórdia, que desempenhou "com o maior equilíbrio orçamental possível" e a longa permanência à frente do Município de Ponta Delgada, "onde deixou uma obra realizada: A canalização de água potável, a iluminação, a distribuição das águas, tudo teve uma prosperidade impressa pelo partido progressista, durante a sua gerência". Além da presença da Junta Geral, sublinha que mesmo quando não exercia diretamente cargos institucionais a sua presença continuava, porque "no governo de Ponta Delgada esteve quem ele indicava, durante o tempo em que no Governo estava o seu partido e era com o seu voto que para lá [Junta Geral] iam os seus correligionários".⁸⁷⁴

Refere-se igualmente à sua participação no processo de criação de um colégio de ensino secundário privado que durante anos funcionou em Ponta Delgada e, numa

⁸⁷³ *Diário dos Açores*, edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

⁸⁷⁴ *Diário dos Açores*, edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

alusão aos seus aliados políticos em Lisboa, destaca a especial relação de amizade mantida com João Franco, narrando detalhes do propósito deste em nomeá-lo Par do Reino:

“Era amigo particular do conselheiro João Franco, amigos de tu, desde os tempos de Coimbra, onde se conheceram e se deram, mas em política estavam afastados, um era progressista, o outro regenerador, mas escreviam-se, falavam e cada um deles dentro dos princípios de correção, que andava então muito viva naquele tempo, olhavam-se e namoravam-se!

Mas quando houve a cisão no partido regenerador, entre João Franco e Hintze Ribeiro, e depois da morte deste, o Conselheiro João Franco aproximou-se muito do Conselheiro José Luciano de Castro, com que os dois amigos de Coimbra ficaram muito próximos um do outro, e aqui na ilha, José Maria fez o que pode por ele, que João Franco agradeceu, dizendo-lhe na sua carta de 9 de janeiro de 1908:

'De harmonia com o que aqui te disse, e muito embora as nomeações não se façam por enquanto, falei com El Rei sobre alguns nomes entre os quais o teu, para a Câmara dos Pares, o que ele aceitou muito bem e inteiramente aprovou.

E como quem o põe à vontade de partidarismos, mas prepara terreno para o que der e vier, ele acrescenta logo abaixo, como bom e fino político que foi:

Escusado é dizer que a tua nomeação será feita sem carácter partidário. Apenas te pedirei, pela situação de inferioridade em que o Governo se encontra atualmente na Câmara dos Pares para vires tomara assento e assistires às sessões, logo desde a abertura do Parlamento.

De resto só deves o lugar aos teus merecimentos e qualidades, valimento e posição social, tendo eu verdadeira satisfação em, de alguma forma, concorrer para ocupares uma situação que de direito te pertence'.

Mas mataram El Rei logo de seguida, e com El Rei o Príncipe herdeiro, que estava educado para lhe suceder, e seguiu-lo-á a esta tragédia da vida portuguesa: José Maria sofreu um grande abalo com o regicídio, manifestou-o imediatamente e não concordou com a orientação do Governo que se seguiu ao de João Franco”.

Urbano Mendonça Dias reporta-se ainda à atitude adotada pelo senhor do Colégio depois da implantação da República, a 5 de outubro de 1910, afirmando que se "recolheu a casa, à sua vida particular, reconhecendo logo pelos primeiros dias de vida do novo governo, o que estava guardado para o País", tendo aí ficado "sete compridos anos, que foram seguramente para ele sete anos de constrangimento e de luto, vendo

como as nossas administrações locais eram descuradas e como o Poder Central não nos atendia, nem nos ligava importância". Sustenta, porém, que a "desatenção que o Estado teve para esta ilha de São Miguel quando foi do ataque dum submarino alemão, a 4 de julho de 1917, em que nos sentimos verdadeiramente abandonados pelo Poder Central, estimulou os micalenses reagirem", esboçando-se "a ideia de organização de um partido fora e acima das tricas em que os outros andavam envolvidos". É neste cenário que, conclui:

“José Maria Raposo começa a dar sinal de si, ele havia sido o maior político da sua terra no tempo da monarquia, e era-o ainda que nenhum outro havia aparecido igual ou melhor; e ele movimenta-se, aquele vício da política estava dentro dele, os sete anos de recolhimento não o haviam modificado, e convida os seus amigos, por anúncio nos jornais, naquele mês de novembro de 1917, a uma reunião, "todos os seus amigos e contemporâneos, sem distinção de partidarismo político, que se interessem pela boa administração desta ilha, a reunirem-se no edifício do Coliseu Avenida, no próximo domingo pela uma hora da tarde, a fim de aí trocarem impressões sobre assuntos que dizem respeito às próximas eleições administrativas".

Quando naquele dia, 4 de novembro, ele apareceu no palco do Coliseu, que estava repleto, até às portas, do povo de todas as classes e de todos os lugares da ilha, foi recebido com a maior e mais prolongada salva de palmas que se podia esperar, de carinho, de adesão, de esperança.

Falaram diversos oradores. O Dr. Luís de Bettencourt congratula-se por o ver regressar ao seu posto político, interessando-se diretamente pelas administrações locais, e propõe, como diz o diário *A República* de 6 de novembro daquele ano de 1917, que "a Assembleia delegasse na pessoa do Sr. José Maria Raposo d'Amaral a escolha dos elementos que comporiam as listas das futuras eleições administrativas", o que foi aprovado numa grande aclamação.

E daqui nasceu o partido *Regionalista*, que tanto interesse despertou em todos os políticos, em especial os antigos monárquicos, os independentes, os neutros, todos aqueles que se haviam recolhido em casa, mas estavam com vontade de voltar a servir a Pátria. E nas eleições dos corpos administrativos foi o novo partido às urnas, com a posição dos políticos do novo regime; mas pouco mais viveu o ilustre Chefe *Regionalista*".⁸⁷⁵

⁸⁷⁵ *Diário dos Açores*: edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

Por respeito, consideração à obra feita ou por receio das consequências foram escassas e isoladas as críticas publicamente dirigidas ao senhor do Colégio, cuja ação apenas seria contestada de forma frontal por adversários políticos em plena efervescência do regime republicano. Pelo contrário, e sobretudo depois do seu precoce desaparecimento, repetiram-se os elogios ao papel desempenhado por um dos principais ativistas da elite micaelense na transição de oitocentos para o século XX.

Conclusão

A 14 de dezembro de 2015, o jornal *Público* dedicava as duas páginas centrais a uma reportagem sobre um tema pouco usual na sua rotina editorial, a História. Sob a sugestiva manchete "Todas as Memórias podem dar em livros", o periódico lisboeta dava conta da iniciativa de dois italianos radicados em Portugal - a designer Clara Barbacini e o sociólogo Roberto Falanga - de instalar, em Lisboa, um arquivo destinado a acolher diários privados.

Fundada dois anos antes da edição do matutino que dava nota da iniciativa, a Associação Arquivo dos Diários tinha já garantido na Biblioteca de S. Lázaro (freguesia urbana da Arroios) um espaço de receção do espólio que se propunha recolher, pretendendo os mentores do projeto seguir o exemplo do que acontece em Itália com o Archivio Dairístico Nazionale: "Em Pieve Santo Stefano, na Toscana, o Archivio Diarístico foi criado em 1984 pelo jornalista e escritor Saverio Tutino. Guarda hoje cerca de sete mil diários, cartas e alguns objetos especiais".⁸⁷⁶

Partindo do pressuposto de que "todos queremos deixar uma marca no mundo, um sinal de que passámos por cá"⁸⁷⁷, os responsáveis da Associação Arquivo dos Diários fundamentam a valia do empreendimento no cada vez maior reconhecimento do particular pela História "que aprendeu a valorizar as micronarrativas e a respiração do quotidiano que transportam"⁸⁷⁸. Roberto (doutorado em Coimbra) vai mais longe ao sublinhar: "Aprendi mais a ler diários dos que fugiram da zona vermelha do franquismo do que a estudar manuais escolares".⁸⁷⁹

Clara e Roberto sustentam que através das narrativas privadas se "entra na casa das pessoas, se tem acesso aos seus pequenos grandes problemas"⁸⁸⁰, acede-se à "vivência individual e, através dela, a diferentes perspetivas sobre os grandes acontecimentos históricos"⁸⁸¹, conseguindo-se "uma visão da História que vem de baixo [e apurar] as implicações da política na vida social".⁸⁸²

⁸⁷⁶ *Público*, ed. n.º 9374, p. 26.

⁸⁷⁷ *Ibidem*.

⁸⁷⁸ *Ibidem*.

⁸⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁸⁰ *Público*, ed. n.º 9374, p. 27.

⁸⁸¹ *Ibidem*.

⁸⁸² *Ibidem*

Pelo que conhecem do caso italiano em que os relatos particulares assumem já relevância, especialmente para a construção da História da Grande Guerra, acreditam que, no que a Portugal diz respeito, os diários poderão dar um valioso contributo para uma redescoberta da Guerra Colonial e reescrita dos acontecimentos subsequentes ao 25 de Abril, como, por exemplo, o processo de retorno dos portugueses das colónias.

Se nos períodos apontados por Clara Barbari e Roberto Falanga os relatos privados se relevam valiosos para a construção História, por maioria de razão o serão para eras mais recuadas. Os impulsionadores da Associação Arquivo dos Diários reportam-se a períodos onde a imprensa, a rádio e até a televisão se assumem como testemunhas do quotidiano, ao contrário do que acontece em oitocentos e até nas primeiras décadas do século XX, quando a imprensa é um palco sempre controlado e de acesso apertadamente restrito. Faz todo o sentido que, em tais circunstâncias, os historiadores valorizem cada vez mais, como tem ocorrido nas últimas décadas, a história da vida individual ou privada, como reconhece Carlos Cordeiro:

"A História tem assistido, nos últimos tempos, à renovação dos estudos biográficos. Após décadas de uma historiografia preocupada, sobretudo, com as análises estruturais sobre a economia, os movimentos sociais, a evolução das mentalidades, em que o indivíduo parecia ter sido relegado para o limbo da História, regressa o estudo biográfico, não enquanto exercício panegírico, mas na abordagem científica do papel do biografado no ou nos contextos históricos que é preciso compreender".⁸⁸³

Baseado em primeiro lugar na correspondência pessoal (espécie de diário?), o trabalho que aqui se conclui procura retratar os dramas pessoais e os principais momentos da vida de uma figura que viveu intensamente a sua época e que, pela importância dos cargos e tarefas em que se empenhou, pode, em simultâneo, ser tomada como representativa do grupo ou grupos sociais de pertença.

Trata-se, na prática, de relatar uma versão dos factos a que está associado na perspectiva do próprio senhor do Colégio, sendo legítimo o questionamento acerca da respetiva veracidade a, podendo mesmo suspeitar-se das intenções subjacentes ao empenho do biografado em garantir cópia de toda a sua da correspondência. Sendo certo

⁸⁸³ CORDEIRO, 2010, p.105.

que no período em que viveu a correspondência recebida e expedida assumia um forte caráter documental (tanto servia para comprovar e conferir encomendas, para confirmar negócios ou estabelecer compromissos, como para fornecer orientações de índole política ou, simplesmente, para confidências), a verdade é que em Raposo de Amaral se destacará um particular cuidado no registro, organização e arquivo do que escreveu a uma grande e diversificada rede de correspondentes e colaboradores.

Herdeiro de uma das maiores fortunas da ilha de S. Miguel, José Maria Raposo de Amaral deverá desde cedo ter tido consciência da importância do papel social que o futuro lhe reservava em resultado do legado recebido e que integrava um posto de liderança social conquistado a pulso pelo seu bisavô, cujo patrimônio se viu aumentado sobretudo devido a atividades (entre elas o transporte de escravos) desenvolvidas no Brasil e pelo avô, que chegou a deter título de morgado e que ampliara tanto os bens como o prestígio da família Raposo de Amaral. O coronel Nicolau fez do antigo Convento dos Jesuítas em Ponta Delgada uma faustosa residência familiar, adquiriu e restaurou a Quinta da Glória (Livramento) e construiu a Igreja de S. Nicolau nas Sete Cidades.

Do pai, que foi Par do Reino, o senhor do Colégio herdou, ainda em vida parte deste vasto patrimônio, uma robusta rede de correspondentes e colaboradores e o mandato de chefe partidário, liderando a estrutura local do Partido Progressista até aos últimos dias da Monarquia.

Pelas raízes e patrimônio, José Maria Raposo do Amaral viveu claramente uma vida de fronteira: a condição de grande proprietário rural garantia-lhe um lugar entre os "nobres e possidentes" e as suas atividades de político progressista e industrial asseguravam-lhe lugar de destaque na galeria dos membros de uma classe média de espírito empreendedor que o seu tempo produziu. Na época em que viveu, a sociedade micaelense caracterizava-se pela existência de um enorme fosso entre pobres e ricos, integrando a elite local herdeiros de antigos morgados e comerciantes e industriais dinâmicos:

"S. Miguel era a ilha em que mais se salientava a classe nobre e possidente, por deter a maior parte da propriedade territorial. De entre os maiores contribuintes do concelho de Ponta Delgada, mais de 90 por cento eram grandes proprietários agrícolas e alguns com investimentos no comércio da laranja. Representavam as restritas famílias de tradição morgadia e os seus herdeiros, alguns dos quais, não

obstante terem estudado na universidade, conciliavam o bacharelato em direito ou medicina com a posse de quintas, matas, terrenos de cultivo ou estufas de ananases.

A posse da terra conferia grande riqueza e poder, a lei da extinção dos morgadios viria a produzir os seus efeitos niveladores, obliterando, a pouco e pouco, a vetusta aristocracia. (...). Ainda assim, mesmo depois da abolição dos vínculos, os morgados micaelenses, por intermédio de hábeis estratégias de casamentos, souberam manter na sua posse muitas das propriedades da família, acrescentando-lhes bens nacionais vendidos em hasta pública e terrenos baldios, à medida que foram vedados".⁸⁸⁴

Com um património rural comparável ao de famílias tradicionais com as do Marquês da Praia e Monforte, Marquês de Jácome Correia ou Barão das Laranjeiras, o senhor do Colégio surgia ligado a uma classe média em ascensão, composta por "empresários, cujos sucessos pecuniários, associados a uma crescente responsabilidade e consideração, consolidados pelo avolumar de um sólido património imobiliário, granjeavam a integração entre as velhas e grandes casas".⁸⁸⁵ Tratava-se, é certo, de um grupo reduzido de que faziam parte, entre outros, Clemente Joaquim da Costa, Filipe Maria Bessone, Joaquim Fernandes Gil, Manuel Inácio da Silveira, Salomão Bensaúde ou Luís Soares de Sousa, os quais se "notabilizaram na sociedade local, pelo mérito, fortuna e cidadania, devido aos seus negócios e iniciativas empresariais"⁸⁸⁶ que procuraram impulsionar numa economia muito ligada à terra e com um índice de desenvolvimento insuficiente para garantir modernas condições de vida capazes de impedir o permanente flagelo da emigração.

Enquanto dirigente do Partido Progressista, cuja comissão executiva local integrou desde a sua fundação, na década de setenta, e que viria a chefiar formalmente com a morte do pai no início do século XX, na condição de presidente da Câmara de Ponta Delgada, de sócio da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense ou de administrador da fábrica de álcool de Santa Clara (depois fábrica de açúcar), José Maria Raposo de Amaral assumiu, não raras vezes, a liderança da oposição à tendência política conservadora partilhada pelos seus pares da elite de herdeiros da terra. Uma tal

⁸⁸⁴ SILVA, 2012, pp. 116-117.

⁸⁸⁵ Idem. p. 117.

⁸⁸⁶ Ibidem.

circunstância poderá tê-lo ajudado a ganhar a simpatia de "uma crescente classe média urbana, de comerciantes, artesãos e funcionários públicos em processo de afirmação"⁸⁸⁷.

Para a construção desse desiderato não terá também deixado de contribuir a sua própria imagem: "Era alto, forte, bem proporcionado, manso no falar, sério não prodigalizava o riso, mas era afável, cortês, chão, familiar, o que na verdade, destoava da sua sisudez habitual, mas por isso mesmo encantava toda a gente com quem se punha a conversar"⁸⁸⁸, conforme descreve um seu contemporâneo.

Figura destacada na gestão pública do último quartel de oitocentos e das duas primeiras décadas de novecentos, terá tido plena consciência da crescente importância da classe média que surgia e que procurou integrar nas equipas que constituía, seja para disputar eleições parlamentares seja para dirigir autarquias ou a importante atividade da Santa Casa da Misericórdia. Apesar de nas suas escolhas privilegiar frequentemente a família, José Maria Raposo de Amaral não ignorava a importância de chamar à sua equipa de colaboradores elementos então fundamentais para assegurar influência social e eleitoral. Esse desígnio explicará o seu particular empenho em conseguir a nomeação de protegidos para funções de destaque nos serviços públicos em fase de crescimento, no mais variado tipo de instituições, do hospital ao liceu, da Junta Geral à política, às escolas primárias e aos correios. Com a criação de novos órgãos administrativos decorrente da implementação da autonomia consagrada no decreto de 2 de Março, por que se tinha batido, e graças às políticas de expansão do aparelho do Estado adotadas nos últimos anos da monarquia assistia-se a um permanente aumento do número de funcionários públicos."Entre o crescente funcionalismo contabilizavam-se os professores, os chefes de serviços ou de repartições, os escrivães, os tesoureiros, ao amanuenses, os oficiais de diligências, os regedores e outros mais que desempenhavam cargos de eleição ou de nomeação, que evidenciavam uma relativa proeminência social".⁸⁸⁹

Além da abertura ao novo testemunhada por uma permanente renovação de equipas e de um constante e apertado controlo exercido sobre os seus colaboradores, o senhor do Colégio nunca se descuidou no trato com uma classe particularmente influente na sociedade micaelense, o clero. Apesar de partilhar com os demais membros da classe social de pertença um sentimento anti-jesuítico legado pelo movimento liberal,

⁸⁸⁷ SILVA, 2012, p. 118.

⁸⁸⁸ Urbano Mendonça Dias, In *Diário dos Açores*, edição n.º 19.710, de 17 de julho de 1944.

⁸⁸⁹ SILVA, 2012, p. 119.

não ignorava o papel no púlpito junto de uma população maioritariamente analfabeta. Sendo verdade que "no final do século XIX o Estado resumira a Igreja à esfera espiritual, retirando-lhe qualquer protagonismo temporal e, portanto político"⁸⁹⁰, como refere Susana Costa, citando Manuel Clemente, "segundo as opiniões liberais mais laicas e anticlericais, o povo rude e ignorante [da ilha de S. Miguel], era muito influenciado pelo clero e pelas ideias que este inculcava, alimentando muitas vezes a superstições e temores infundados".⁸⁹¹

No decurso da sua longa carreira política os vários conflitos que manteve com a Diocese e com o Governo a propósito da nomeação de padres e párocos demonstram a importância que reservava à Igreja, igualmente confirmada por uma presença em procissões e celebrações religiosas e pelo financiamento que garantia a instituições católicas. José Maria Raposo do Amaral empenhou-se em garantir o apoio da Igreja, mesmo quando esta perdia fiéis:

"Muito do seu público estava agora [último quartel de oitocentos] entusiasmado com outras questões. Em 1865-1866 dera-se a Questão Coimbrã (cuja ala contestatária era liderada por dois açorianos, Antero de Quental e Teófilo Braga); entre 1869-1870 reunira-se o Concílio Vaticano I, Pio IX declara o dogma da infabilidade papal [1870], um ano mais tarde realizam-se as Conferências do Casino, onde Antero considera a religião católica tridentina como uma das causas da decadência nacional; dois anos depois Oliveira Martins escreve a Teoria do Socialismo (1872); cinco anos depois Eça de Queirós publica a primeira edição de O Crime do Padre Amaro e é fundado o Partido Socialista (1875) e um ano mais tarde é criado o Partido Republicano (1876)".⁸⁹²

O contato direto e regular com as classes trabalhadoras representa outra das estratégias do quotidiano que lhe asseguraram uma popularidade pouco comum entre os dirigentes da elite micaelense da época: José Maria Raposo de Amaral reunia-se regularmente com os seus rendeiros e era abordado na rua por cidadãos anónimos em busca de ajuda e amparo.

O relato do dia a dia sugerido pela sua correspondência permite atribuir-lhe um perfil eclético que vai do interesse por atividades de lazer tão dispareas como a caça, a

⁸⁹⁰ COSTA, 2008a, p. 67.

⁸⁹¹ SILVA, 2012, p. 120.

⁸⁹² COSTA, 2008, p. 68.

piscicultura, a criação de pombos ou a floricultura, as quais o impelem à interação e relacionamento com os mais diversificados indivíduos dos mais variados grupos sociais. A variedade de funções de natureza profissional que desempenha, da gestão empresarial à gestão pública, e, sobretudo, a política, claramente a paixão da sua vida, revela-se, por outro lado incompatível com uma estratégia e resguardo social que eventualmente pretendesse adotar, alinhando com o padrão de comportamento dos seus pares das elites de terratenentes que, ainda em finais de oitocentos, procuravam manter a distância:

"Apesar do declínio da velha aristocracia possidente e, por outro lado, da lenta ascensão social das denominadas classes intermédias, ainda em finais do século notava-se, por parte dos primeiros, a salvaguarda das diferenças e o distanciamento social. Apesar de uma certa aspiração à igualdade por parte dos que detinham uma posição inferior e de uma vaga consciência dessa possível igualitarização, por parte das elites, estas persistiam nas suas tentativas de isolamento, à revelia da vida moderna que fazia emergir novas formas de sociabilidade e de convívio".⁸⁹³

A capacidade de relacionamento interclassista e a abertura à inclusão de novos protagonistas no seu grupo de ação e a adesão desde cedo ao processo reivindicativo de uma gestão autónoma dos interesses locais e do distrito parecem explicar o sucesso e popularidade invulgar do Senhor do Colégio que se manteve até ao fim da vida, sobrevivendo às mais conturbadas revoluções económicas, técnicas, sociais e políticas que marcaram o agitado período em que viveu, e que foi especialmente marcado, em Portugal, pela conturbada transição do regime monárquico para o republicano, e, na Europa, pelas mortandade e destruição trazidas pela Grande Guerra.

Sem ter de mudar de causas - continuou fiel ao regime monárquico e aos ideais autonómicos por que sempre se bateu (embora com dúvidas pontuais sobre a gestão de recursos por parte da administração do distrito) - José Maria Raposo de Amaral permaneceu um político de referência em plena República.

A mudança de regime, com o seu cotejo de agitação e ações de perseguição aos monárquicos, que não o atingiram pessoalmente, remeteram-no para os bastidores da atividade partidária, mas não o liquidaram como ator político. Embora de forma

⁸⁹³ SILVA, 2012, p. 119.

discreta, Raposo de Amaral continuou a agir nos bastidores e o seu nome permaneceu uma referência, como se percebe pelo que os seus adversários escreveriam e/ou admiradores por ocasião das respetivas cerimónias fúnebres. Por exemplo, o periódico republicano *A Pátria* lamenta, então, que não tivesse aderido à República, pois com "o seu prestígio, com a sua energia, com a sua inteligência e com o privilegiado destaque que lhe dava a sua fortuna, [poderia] continuar a trabalhar pelo progresso da sua e nossa querida terra"⁸⁹⁴ e o *Açoriano Oriental* sublinhará: "Não temos por aí nada grande a que não esteja ligado o seu nome".⁸⁹⁵

Ainda dois anos antes do morrer, iria surgir, aliás, à frente de um novo movimento de cariz regionalista que emergiria na sequência de uma reunião realizada a 4 de novembro no Coliseu Micaelense, convocada para tratar de questões relacionadas com o funcionamento das autarquias, da Junta Geral e das eleições administrativas. Nessa assembleia magna, a que presidiu, os próprios socialistas, que já o haviam namorado no seu jornal, *O Protesto*, declararam expressamente o apoio à ideia então defendida de criação de um Partido Regionalista sob a orientação do senhor do Colégio⁸⁹⁶. A nova organização partidária revelar-se-ia particularmente ativa durante o sidonismo, voltando a catapultar Raposo de Amaral, que já em 1915 tinha fundado o Centro Monárquico de Ponta Delgada, entretanto extinto, para a ribalta política.

Também sem abdicar do usufruto do conforto e do luxo que a sua condição de homem rico lhe proporcionava - a sua mesa surgia fornecida pelo que se melhor havia em várias partes do mundo, a família envergava a última moda de Paris em roupas e chapéus e viajou Europa à semelhança do que faziam os seus parceiros de classe - a gestão austera de recursos por que sempre se bateu permitiu-lhe expandir o património recebido, comprando terras e investindo, por exemplo, nas indústrias do álcool, depois do açúcar, e do chá.

Mas se ao nível dos negócios e da política a vida lhe terá corrido de feição - fora os dissabores próprios de uma atividade conflituosa por natureza e o falhanço da nomeação como Par do Reino por mera ironia do destino - já na família nem tudo aconteceu como desejava: o primeiro filho morreu aos cinco anos vítima de doença infecciosa, a filha mais velha fugiu de casa para desposar um genro que rejeitava, causando-lhe "o maior desgosto da vida", o primo Francisco, cuja escolha para

⁸⁹⁴ *A Pátria*, edição n.º 37, de 18 de dezembro de 1919, 2.ª pag.

⁸⁹⁵ *Açoriano Oriental*, edição n.º 4.412, de 20 de dezembro de 1919, 1.ª pag.

⁸⁹⁶ CORDEIRO, 1999, pp. 307-370.

Governador Civil tinha proposto, traiu a sua confiança, ameaçando ocupar o seu lugar de chefe partidário, e Nicolau, cuidadosamente preparado para o lugar de sucessor, fracassou no projeto de formação universitária, nisso continuando a tradição da família. Do assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro resulta o afastamento de João Franco, um chefe de Governo de um partido que não o seu, mas com quem tinha estabelecido um pacto de colaboração - previamente consentido pelo líder progressista, José Luciano de Castro - em nome da defesa dos interesses do distrito. Tal opção acabaria, porém, por provocar-lhe alguns dissabores, constituindo pretexto para uma das raras manifestações de publicas de contestação de que foi alvo na imprensa, protagonizada por José Bruno Tavares Carreiro. A queda do Governo de um amigo dos tempos de Coimbra, cuja determinação admirava, impediu também a concretização da sua nomeação para Par do Reino, entretanto combinada. Por resultar no desaparecimento dos partidos monárquicos, a implantação da República acaba, por outro lado, com a força política em que sempre militou e de que era a principal referência em S. Miguel.

Vítima de um cancro da próstata que o surpreendeu pouco depois dos sessenta anos, José Maria Raposo de Amaral Júnior não viveria, porém, o tempo suficiente para liderar uma nova fase do movimento autonomista açoriano nem para assistir ao desmoronamento de uma das mais ricas casas dos Açores, cuja preservação e engrandecimento tinha constituído um dos maiores desígnios do seu combate, nem ao completo fracasso daquele que tão empenhadamente preparou como herdeiro. O mundo que José Maria Raposo do Amaral conhecera e fomentara estava prestes a terminar. O seu desejo de revitalização do regime monárquico nunca seria concretizado e a sua ilha, os Açores e Portugal iriam conhecer novos desafios e outros desígnios. Mas, naturalmente, esta será uma história a contar em outras biografias.

A que agora se conclui, nem sequer tem a pretensão de esgotar o tema, podendo, inclusivamente, falhar pelas lacunas que apresenta, seja pela penumbra em que deixa algumas das fases da vida do biografado, seja pela fragilidade que evidencia tanto ao nível do contexto como ao do contraditório. Poderá, até, ter errado na identificação os momentos essenciais da vida do senhor do Colégio, tomando o acessório por essencial. Assim sendo, deverá ser entendida como um exercício de construção de uma narrativa sobre a vida de um homem que ao longo de várias décadas se deu ao trabalho de, metodicamente, arquivar uma volumosa correspondência de que se podem extrair outras biografias eventualmente divergentes e, quiçá, contraditórias. Novas versões do rastro

deixado por José Maria Raposo de Amaral Júnior certamente enriquecerão esta abordagem, que pode, desde já, sair beneficiada com a consulta do que entretanto publicaram autores como Maria Isabel João, Carlos Cordeiro ou Guilherme Reis Leite.

Talvez outros possam dar resposta à dúvida que este trabalho deixa em aberto: terá sido o senhor do Colégio um progressista convicto?

Fontes

1. Fontes Manuscritas

ARA - Arquivo Raposo de Amaral, 36 vols. (1855-1920): C - José Maria Raposo de Amaral; D - José Maria Raposo de Amaral/filho; Y - Partido Progressista; ADP - Administração de Propriedade; DI - Documentos Individuais.

AGMS - Arquivo Mont' Alverne de Sequeira (GMS - Gil Mont' Alverne Sequeira).

ABS-JC - Arquivo Brum da Silveira-José do Canto (JC - José do Canto).

VPGR/DROT-DsP - Vice-Presidência do Governo Regional, Direção Regional de Orçamento e Tesouro, Direção de Serviços do Património / Proc. Igreja Colégio (1971-1973).

BPARPD/ACMPD - Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada. BPARPD/ Informação não tratada, maço 439.

BPARPD, Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, *Termos de Posse dos governadores civis e secretários gerais (1818-1956)*.

BPARPD, Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, *Termos do Conselho Distrital de Agricultura*.

BPARPD, Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, *Actas das sessões*.

BPARPD, Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, Atas das Sessões, Livro 003 (1842-1858) a Livro 017 (1916-1919).

BPARPD, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.

2. Fontes Impressas

ABREU, Eduardo (1893), *Imposto sobre o álcool*.

Almanaque Popular dos Açores (1870, 1871, 1872 e 1873), Ponta Delgada, Tipografia Rua do Frias.

Almanaque Económico dos Açores para 1866, (1866), Ponta Delgada, Tipografia da Persuasão.

CARQUEJA, Bento (1894), *Os Açores, notas instantâneas*, Ponta Delgada.

FRUTUOSO, Gaspar (2005) *Saudades da Terra, Livro IV*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura.

JUNTA GERAL DO DISTRITO DE PONTA DELGADA (1892), *Sessões de 1891*, Ponta Delgada, Typographia Campeão.

_____ (1893), *Trabalhos de 1892*, Ponta Delgada, Typographia Campeão.

_____ (1917), *Relatório Novembro 1817*, Ponta Delgada, Typographia Central.

MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria (1932), *Em prol da descentralização: livre administração dos Açores pelos açorianos*, Ponta Delgada.

MOTA, Aristides Moreira da (1892), *Projeto de lei apresentado à Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 3 de Março de 1892*, Ponta Delgada, Typographia do Campeão Popular.

_____ (1905), *Para a história da autonomia administrativa dos Açores: campanha de propaganda em 1893*, Ponta Delgada, Typographia do Campeão Popular.

_____ (1905), *Para a história da autonomia administrativa dos Açores: documentos inédito*. Ponta Delgada, Typ. Commercial.

QUENTAL, Antero de (1868), *Portugal perante a Revolução de Espanha: Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, Lisboa, Tipografia Portuguesa.

RESENDES, José Augusto da Costa (1893), *Reflexões de um democrata*, Ponta Delgada, Typographia do Campeão Popular.

SILVA, Manuel Emídio da (1893), *S. Miguel em 1893: cousas e pessoas, cartas reproduzidas do Diário de Notícias de Lisboa*, Ponta Delgada.

SUPICO, Francisco Maria (1995-2001), *Escavações*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada (4 volumes).

3. Periódicos

Açoriano Oriental (1835)

Autonomia dos Açores (1893-1897)

O Autonomista (1898-1943)

O Binóculo (1882-1884)

O Correio Micaelense (1846-1881)

Correio Micaelense (1889-1894)

Correio Micaelense (1908-1911)
A Descentralização (1898-1899)
Diário dos Açores (1870)
O Distrito (1906-1910)
O Localista (1900-1902)
A Persuasão (1862-1911)
O Povo Açoriano (1886-1889)
O Preto no Branco (1896-1899)
A República Federal (1883-1888)
A República - semanário (1910-1911)
A República- diário (1811-1920).

Bibliografia

- AA. VV. (1990), *História Universal, Imperialismo Moderno, Guerras Mundiais, a Década de 80*, Lisboa, Ciclo de Leitores.
- AA.VV (1990), *Atlas Histórico, Da pré-história aos nossos dias*, Lisboa, Ciclo de Leitores.
- AAVV (2008), "A liberdade e os proveitos (1836-1895)" (Parte IV), in *História dos Açores. Dos Descobrimento aos nossos dias*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- ALMEIDA, Pedro Ramos (1979), *História do colonialismo português em África, cronologia século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ANDRADE, Manuel Jacinto de (1995), *Autonomia, vultos e factos*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Educação.
- ANTUNES, José Freire (2004), *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livros.
- BENJAMIN, Walter (2010), *O Anjo da História*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- BLOCH, Marc (1997), *Introdução à História*, Lisboa, Europa-América.
- BOURDIEU, Pierre (1983), *L'illusion Biographique*, Paris, Éditions de Minuit.
- CARINO, Jonaedson (1999), "A biografia e a sua instrumentalidade educativa", in *Educação e Sociedade XX*, N.º 67, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- CARVALHO, Manuel (2015), *A Guerra que Portugal quis Esquecer*, Porto, Porto Editora.
- CASCÃO, Rui (2011), "O quadro material: entre paredes. À volta da mesa: sociabilidade de gastronomia", in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea(56-92)* Lisboa, Círculo de Leitores.
- CASTRO, José Manuel de (2007), *D. Carlos (1863-1908): a vida e o assassinato de um rei*, Lisboa, Plátano.
- CASTRO, Aníbal de (2008), *O regicídio de 1908, uma lenta agonia da História*, Lisboa, Livraria Civilização Editora.
- CATROGA, Fernando (1996), "Positivistas e Republicanos", in *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- COGAN, Donard (1988) "British empire cable communications (1851-1930)" in *Arquipélago História*, n.º especial (pp.165-193), Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

_____ (S/D), *The Irish submarine cable stations : a technological history*, Norwich; University of east Anglia.

COMISSÃO Autónoma de Ponta Delgada (1994), *Fotogravuras Literárias*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura.

CORDEIRO, Carlos (1995), "Regionalismo e antirrepublicanismo: José Maria Raposo do Amaral (1910-1918)", in *Arquipélago História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

_____ (1999), *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra.

_____ (2010), "José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957): de abnegado regenerador a autonomista pragmático", In *Outros Combates pela História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

_____ (1990), "Reflexões em torno do Decreto de dois de Março de 1895", in *Insulana*, vol. XLVI (pp. 57-86), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

_____ (1987), "Liberalismo e descentralização - a Intervenção de Aristides Moreira da Mota", in *Atlântida, Ciências Sociais*, vol. I (pp.25-54), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____ (1990), "O Iberismo e os Açores. Notas para uma investigação", in *Revista da História das Ideias*, vol. XII, Coimbra, Universidade de Coimbra.

_____ (2003), *O fenómeno emigratório açoriano: leituras e contextos*, Coimbra, Quarteto Ed.

CORDEIRO, Carlos, ÁVILA, José Mendonça Brasil e ROSA, Eduardo Ferraz (1989), "Caetano Andrade Albuquerque, Açoriano e autonomista", in *Açorianidade e autonomia: páginas escolhidas*, Ponta Delgada, Signo.

_____ (1989), "Luís Bettencourt, Autonomia progressiva", in *Açorianidade e autonomia: páginas escolhidas*, Ponta Delgada, Signo.

_____ (1989), "Fundamentos da Autonomia: Aristides Moreira da Mota, Caetano Andrade Albuquerque e Mont' Alverne de Sequeira", in *Açorianidade e autonomia: páginas escolhidas*, Ponta Delgada, Signo.

_____ (1989),

"Gil Mont' Alverne de Sequeira, uma voz açoriana na Câmara dos Deputados", in *Açorianidade e autonomia: páginas escolhidas*, Ponta Delgada, Signo.

COSTA, Carreiro da (1978)- *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores.

CORSÉPIUS, Yolanda e COSTA, Ricardo M. Madruga da (2009), "Um contributo para a história da Companhia Alemã do Cabo Submarino na Ilha do Faial", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, sep. n.º 18, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

COSTA, Ricardo Madruga da (2010), "O pulsar truculento do Atlântico", in *Os Dabney, uma família americana nos Açores*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

_____ (2012), *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana do "Século Dabney"*, Lisboa, Universidade Nova/Universidade dos Açores.

_____ (2017), *Os dias de Charlie nas Western Island - as ilhas do Faial e do Pico na visão de um turista americano a meados do século XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

COSTA, Susana Goulart (2008), *Açores: nove ilhas, uma história - Azores : nine islands, one history*, Berkeley, University of California.

_____ (2008a), "A Diocese de Angra e o Liberalismo nos Açores", in *Actas do Colóquio - Liberalismo nos Açores. Do Vintismo à Regeneração (1807-1870)*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____ (2008b), "A Igreja: implantação, práticas e resultados", in *História dos Açores, Do descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____ (2010) , "A Diocese de Angra no tempo de Hintze Ribeiro", In *Actas do Colóquio - Hintze Ribeiro (1849-1907), Da Regeneração ao crepúsculo da República, Angra do Heroísmo*, Direção Regional da Cultura.

COTTA, Alain (1977), *O capitalismo*, Lisboa, D. Quixote.

CRUZ, Henrique Manuel Gomes (2014), *Portugal na Grande Guerra: a construção do "mito" de La Lys na imprensa escrita entre 1918 e 1940*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

CRUZ, Maria Antonieta (2010), "O golpe de 31 de janeiro de 1891: uma ousadia breve?", in *Revista da Faculdade de Letras História*, 2.ª série, vol. 11 (pp. 11-31), Porto, Universidade do Porto.

DAGEN-LANEYRIE, Nadeige (dir) (2000), *Memória do Mundo, das origens ao ano 2000*, Lisboa, Círculo de Leitores.

DIAS, Fátima Sequeira (1995), *Fábrica de Tabaco Micaelense*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura.

_____ (1995a), "A importância da "economia da laranja" no Arquipélago dos Açores durante o século XIX", in *Arquipélago História*, 2.^a série, n.º 1 (pp.189-240), Ponta Delgada, Universidade dos Açores

_____ (1999), *A indústria nos Açores durante o séculos XIX*, Carnaxide, Patromonia.

_____ (2002), *A economia da laranja*, Ponta Delgada, Publiçor.

_____ (2004), "Os azares de uma comunidade respeitável: o crédito mal parado na praça micaelense na segunda metade de oitocentos", in *Economia açoriana e história económica empresarial*, Ponta Delgada, Banco Espírito Santo.

_____ (2008), *Os Açores na História de Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte e DIAS.

_____ (2010), *A Europa: o mercado britânico*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

ENES, José (1995), "O primeiro discurso Autonómico", in *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, 1895-1995*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura.

ENES, Carlos (1994), *A Economia dos Açores entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, Salamandra.

_____ (1999), *Açores: a construção da unidade e identidade regional*, Lisboa, Universidade Aberta.

FERGUSON, Nail (2015), *A lógica do dinheiro: o poder do dinheiro e o Mundo Moderno*, Lisboa, Círculo de Leitores.

FERREIRA, António Matos (1994) "Repercussões do Ultimatum no meio católico. Notas acerca do nacionalismo católico", in *Lusitana Sacra*, 2.^a série, tomo VI, Lisboa.

FERREIRA, Manuel (1997), *A Galeria Ressuscitada: a autonomia e os primeiros autonomistas*, Ponta Delgada.

_____ (2001), *Homens, sombras e estrelas*, Ponta Delgada.

FERREIRA, Pedro Soares (2011), *Entre o terror e a esperança: a revolução russa na sociedade portuguesa (1917-1921)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

FERRO, Marc (1975), *A Revolução russa de 1917*, Lisboa, D. Quixote.

- FERROTTI, Franco (1980), "Les biographies comme instrument analytique et interprétatif", in *Cahiers Internacionau de Sociologie*, Vol. 60, Paris, Presses Universitaire de France.
- FONSECA, Fernando Taveira da (1991) "Elites e Classes médias", In *História de Portugal*, Lisboa, Ciclo de Leitores.
- FLORES, Francisco Moita (1991), *Republicanismo e autonomia: comemorações de 1880-1882*, Ponta Delgada, Impraçor.
- FRANCE, Peter (2004), "From Eulogy to Biography: The French Academy Elogé", in *Mapping Lives, The Uses of Biography*, Oxford/New York, British Academy.
- GOFF, Jacques Le (S/D), *Reflexões sobre a História*, Lisboa, Edições 70.
- _____, Le Roy Ladurie, Deorges Duby e outros (1983), *A Nova História*, Lisboa, Edições 70.
- GARNEL, Maria Rita Lino (2009), "Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, Centro de História de Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1992), "Portuguese Emigration from the 15th to the 20th century", in *European Expansion and Migration*, Berg, N. York/Oxford, P.C. Emmer Ed.
- GUIMARÃES, Ângela (1983), "A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX", in *Ler História*, Lisboa.
- GRACIA, Frances Silvia (1998), "Pioneer Families of Fall River", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- HOBBSBAWN, Eric (1988), *A Era do capital (1848-1871)*, Lisboa, Presença
- _____(1990), *A Era dos Impérios*, Lisboa, Editorial Presença.
- _____(1996), *A Era dos Impérios: história breve do século XX-1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença.
- CABRAL, Manuel Vilaverde (1981), *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- HOLANDA, Sérgio Buarque da (filho) (1998) "Comércio Livre versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e sua novas feições", in *Estudos Económicos*, São Paulo, Universidade de S. Paulo.
- HOLMES, Richard (2004), "The Proper Study?", in *Mapping Lives, The Uses of Biography*, Oxford/New York, British Academy.

HOMEM, Amadeu Carvalho (1989), *A Ideia da República em Portugal, o Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva.

JOÃO, Maria Isabel (1991), *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.

_____ (1992), "Reflexões sobre Insularidade e Integração. O caso do arquipélago dos Açores", in *Mare Liberum*, Lisboa.

_____ (1992a) "Origens e Causas dos Movimentos Autonomistas Açorianos", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

_____ (1993), "Unidade Nacional Diversidade Regional: O caso dos Açores", in *Discursos Estudos de língua e cultura portuguesa* (pp. 13-28), Lisboa, Universidade Aberta.

_____ (1996), "Identidade e autonomia", in *Ler História*, n.º 31.

JOLL, James (1982), *A Europa desde 1870*, Lisboa D. Quixote.

LEITE, José Guilherme Reis (1987) "Uma reflexão sobre a autonomia dos Açores", in *Actas da VIII Semana de Estudos dos Açores, A Autonomia como Fenómeno Cultural de Político* (pp.37-49), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

_____ (1987), *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa (1892-1947)*, Horta, Assembleia Regional dos Açores.

_____ (1989), "Emigração clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX", in *Revista de Cultura Açoriana*, ano I, Ponta Delgada.

_____ (1990), *Sobre a autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Eurosigno.

_____ (1990), "A Autonomia das Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira. A experiência açoriana do século XIX", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (pp. 388-399), Funchal.

_____ (1995), *Política e Administração dos Açores de 1890 a 1910 - o 1.º Movimento Autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Letras.

LAINS, Pedro (1986), "Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada", in *Análise Social*, vol. XXII (pp. 381-419), Lisboa, Universidade de Lisboa

_____ (1998), "Causas do colonialismo português em África, 1822-1975", in *Análise Social*, Vol. XXXIII (pp.463-496), Lisboa, Instituto de Ciência Sociais, Universidade de Lisboa.

- LANGNESS, L.L. Frank Gffya (1986), *Lives: an antropological approach to biography*, Nobato, Chandler & Sharp Publ.
- LIVI-BACCI, Massimo (2012), *A Short History of Migration*, Policy Press, Cambrige, UK/ Policy Press, Malden, USA.
- MACHADO, José Joaquim Ferreira (2004), *A Administração Municipal de Ponta Delgada nos primórdios da autonomia (1896-1910)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- MACHADO, Margarida Vaz do Rego (2006), *Uma Fortuna do Antigo Regime: A Casa Comercial de Nicolau Maria Raposo (1769- 1816)*, Cascais, Editora Patrimónia.
- _____ (2010), "*A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: A Intervenção Associativa das Elites Sociais no Mundo Económico das Ilhas*", in *Anuário, n.º2, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico*.
- _____ (2016), "O Chá Raposo d'Amaral: contributo para o estudo do chá em S. Miguel", in *Percursos da História, Estudos in Memoriam de Fátima Sequeira Dias*, Ponta Delgada, Nova Gráfica.
- MADELÉNAT, Daniel (1984), *La Biographie*, Paris, Presses Universitaires de France.
- MEDINA, João (dir) (1990), *História Contemporânea de Portugal, Monarquia Constitucional, tomo II, Das origens do Liberalismo à queda da República*, Lisboa, Multilar.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (1976), *História de Portugal, desde os tempos mais antigos até ao Governo do Sr. Pinheiro de Azevedo*, Lisboa, Palas editores.
- _____ (1981), *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Palas Editores.
- _____ (1988), *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Ed. Estampa.
- _____ (2010), *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Texto Editores.
- MARQUES, Ricardo (2014), *1914, Portugal no Ano da Grande Guerra*, Lisboa, Oficina do Livro.
- MARTINS, Ana Maria Almeida (2011), *Antero de Quental e a Viagem à América, Remando contra a Maré*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MARTINS, Oliveira (1994), *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores.
- MARTINS, Rocha (2007), *João Franco, o Último cônsul do rei D. Carlos*, Lisboa, Bonecos Rebeldes.

- MATOS, Paulo Lopes e Sousa, Paulo Silveira (2008), "População e Movimentos migratórios. A atração pelo Brasil", *In História dos Açores I - Do Descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- MATTOSO, José (1998), *História de Portugal, vol. V, O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa.
- _____ (2013), *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MEDEIROS, Maria Margarida Martins Franco (2014) *O Governo Civil de Ponta Delgada na década de 1880 : a sua ação política, social e económica*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- MEDINA, João (dir) (1990), *História Contemporânea de Portugal, Monarquia Constitucional, tomo II, Das origens do Liberalismo à queda da República*, Lisboa, Multilar.
- MENDES, J. Amado (1992), *O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos*, Análise Social, Lisboa.
- _____ (1996), "Caminhos e problemas da historiografia portuguesa", in *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MINTS, I. (1987), *O grande Outubro e o mundo contemporâneo*, Moscovo, Academia das Ciências da URSS.
- MIRANDA, Sacuntala (1989), *O ciclo da laranja e os 'gentleman farmers' da ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- _____ (1999), *A Emigração Portuguesa e o Atlântico(1870-1930)*, Lisboa, Edições Salamandra.
- _____ (2001), *A época áurea da laranja: 1840-1875*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- MÓNICA, Maria Filomena (2010), *Os Cantos, a Tragédia de uma Família Açoriana*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- MORAIS, Maria da Graça David (2002), *Causas de Morte no Século XX - Transição e estruturas da mortalidade em Portugal Continental*, Lisboa, Edições Colibri.
- MOTTA, Carlos Lima da Silva (1989), "Continuidades e ruturas da política externa portuguesa em matéria colonial (1870-1890)", in *Actas da Reunião Internacional de História de África*, Lisboa.
- MUSNER & Bahn (1990), *Introdução à Epidemiologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- NUGENT, Walter (1992), *Crossings, The Great Transatlantic Migrations, 1870-1914*, Indianapolis, Indiana University Press.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1995), *A Questão Ibérica – Imprensa e Opinião: 1850-1870* (2 vol.). Porto, Universidade do Porto
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983) *Livre Câmbio e desenvolvimento económico, Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Ed.
- _____ (2002), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, São Paulo, Edusc.
- _____ (2010), *O Gosto pela História, Percursos da História Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- PERES, Damião (dir) (1935), *História de Portugal, vol. VII, Quinta época (1816-1918)*, Barcelos, Portucalense Editora.
- PONTE, Carmen (2012), "As tradições como suporte fundamental da construção e afirmação regionalistas", in *Actas do colóquio Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no contexto internacional*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura.
- PRINCE-BUDGEN, Avril (1989), *Personagens da História*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PRIORE, Mary Del (2009), "Biografia: quando o indivíduo encontra a história", in *Topoi, Revista de História*, Vol. 10, N.º 19, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- QUEIROZ, Eça (2001), *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Ulisseia.
- RATO, Maria Helena da Cunha (1983) "O colonialismo português, fator de subdesenvolvimento nacional", in *Ação Social*, vol. XIX (pp.1121-1129), Lisboa, Universidade de Lisboa.
- RAMOS, Rui (1994), "O fim dos Partidos (1897-1906)", in *História de Portugal A Segunda Fundação (1890-1926)* (Dir. José Mattoso) Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.
- _____ (2001), "João Franco: uma educação liberal (1884-1897)", in *Análise Social*, vol. XXXVI (pp.735-766), Lisboa, Universidade de Lisboa.
- _____ (2001), *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Humanas.
- _____ (2006), *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- _____ (2009), *História de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros.

- RAMOS, Rui e PROENÇA, Maria Cândida (2011), *D: Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REGO, Margarida Vaz do (1995), "Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara: Autobiografia de um autonomista", in *Actas do Congresso do 1.º Centenário da Autonomia dos Açores (1895-1995)*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura.
- REIS, António (1989), *Portugal Contemporâneo, vol II (1851-1910). Consolidação e decadência da Monarquia liberal. Esperanças e frustrações da nova ordem socio-económica. As tensões culturais. A Evolução das mentalidades*, Lisboa, Publ. Alfa.
- REIS, Jaime (1993), *O atraso económico português em perspectiva histórica : estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX : 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- RILEY, Carlos (1995), "As ilhas e a abertura da fronteira atlântica", in *Arquipélago História*, 2.ª série, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores
- _____ (2003), "A Emigração Açoriana para o Brasil, braçais e intelectuais", in revista *Arquipélago História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- _____ (2006), *Os Antigos Modernos - O liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- ROCAMORA, José António (1994) *El Nacionalismo ibérico 1732-1936*, Valladolid, Publicaciones Universidad de Valladolid.
- ROLO, Fernanda e ROSAS, Fernando (2009), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.
- SARAIVA, José Hermano (dir) (1983), *História de Portugal, vol. III, da Restauração à Revolução*, Lisboa, Lisboa, Publ. Alfa.
- SARDINHA, António (1914), *A aliança peninsular: antecedentes & possibilidades*, Porto, Civilização.
- SARDICA, José Miguel (1994), *A dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa*, Lisboa, Cosmos.
- SÉRGIO, António (1913), *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, Porto, ed. Renascença Portuguesa.
- _____ (1978), *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa Ed.
- SARTRE, Jean-Paul (1981), *A Náusea*, Lisboa, Europa-América.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1979), *História de Portugal, Vol. I*, Lisboa, Editorial Verbo.

_____ (1986), *História de Portugal*, VIII vol. Lisboa, Editorial Verbo.

SERRÃO, Joel (1974), *Emigração Portuguesa: sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte.

SCMIDT, Benito Bisso (2014), "Biografia: um género de fronteira entre a História e a Literatura", in *Narrar o Passado, Repensar a História*, 2.^a edição, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

SEQUEIRA, Gil Mont' Alverne de (1891), *Questões açorianas*, Ponta Delgada, Typ. Popular.

SOURNIA, Jean-Charles, Jacques Ruffié (1986), *As Epidemias na História do Homem*, Lisboa, Edições 70.

SOUSA, José Manuel Mota de (1960), *A Economia Micaelense da 1.^a metade do século XIX e a ação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, subsídios para o estudo de uma época*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

SOUSA, Paulo Silveira e (2013), "Emigração e reprodução social nos Açores durante a segunda metade do século XIX, o caso da ilha de S. Jorge", in *Demografia das sociedades insulares portuguesas, séculos XV a XX* (pp. 237-269), Porto, CITCEM.

_____ (2016) "Os Governadores Civis do Distrito de Angra do Heroísmo", in *Povos e Culturas*, n.º 21 (pp. 315-343), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa

_____ (2016), "Manuel Inácio Brum do Canto e Salvador Manuel Brum do Canto: os açorianos e os seus descendentes entre as elites do Estado e da política (1834-1926) in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 24 (pp. 165-178), Horta, Núcleo Cultural da Horta;

SILVA, Susana Serpa (1993), "Luxo, Riqueza e Distinção: a vida quotidiana das elites sociais oitocentistas", in *Arquipélago - Ciências Sociais, Homenagem ao Prof. Doutor Francisco Carmo, Universidade dos Açores*, n.ºs. 11-12, 1998, pp. 715-748, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

_____ (2003), *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais, 1830-1841*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

_____ (2003), "Associativismo e filantropia no tempo do Ernesto do Canto", in *Actas do Colóquio Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*, (pp. 49-69), Ponta Delgada, Universidade dos Açores / Câmara Municipal de Ponta Delgada.

_____ (2004), "Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central por meados do século XIX", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do III Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

_____ (2007) "Damas da Elite e Mulheres do Povo — a figura feminina na História dos Açores (século XIX)" in *Violante: 450 Anos do Nascimento de D. Violante do Canto. Comunicações do Colóquio*, (pp. 19-30), Angra do Heroísmo, DRC / Centro do Conhecimento dos Açores.

_____ (2009), "Em torno da visita régia de 1901 aos arquipélagos da Madeira e dos Açores", in *Arquipélago História*, 2.ª série, XIII (pp. 157-176), Ponta Delgada, Universidade dos Açores

_____ (2010), *Ponta Delgada: roteiros republicanos*, Lisboa, QUIDNOVI.

_____ (2011), "Segredos e confidências, sonhos e ideais de vida", in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores. (p. 395).

_____ (2012), "A autonomia vista pelas primeiras gerações republicanas dos Açores (1873-1920): breve contributo com base na análise da imprensa", in *Das autonomias à autonomia e à independência :o Atlântico político entre os séculos XV e XXI, actas do colóquio*, Ponta Delgada, Letras Lavadas.

_____ (2013), "Em torno da emigração açoriana para o Brasil: diferentes leituras e problemáticas", in *De colonos a imigrantes* (pp. 409-427), São Paulo, Alameda Casa Editorial.

SILVA, Susana Serpa; LEITE, José Guilherme (2006), " Os regressados do Brasil como factor de mudança social nos Açores na 2ª metade do séc. XIX", in *Arquipélago História*, 2.ª série vol. 9-10 (pp.399-407), Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1990), *O Ultimatum Inglês, política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Beta-Projectos Editoriais.

_____ (1996), *O Poder e a Guerra (1914-1918): objetivos nacionais e estratégias políticas na Europa de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa.

TELO, António José (1993), *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898-1949)*, Lisboa, Edições ASA.

_____ (2010), *A República I, do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença.

_____ (2015) *O Assalto à Escola de Guerra 1915-2015*, Porto, Fronteira do Caos.

TENGARRINHA, José (1984) "Rotativismo", in *Dicionário de História de Portugal*, (dir. Joel Serrão), vol. V (pp. 392-394), Porto, Livraria Figueirinha.

VALENTE, Vasco Pulido (1974), *As duas táticas da Monarquia perante a revolução*, Lisboa, D. Quixote.

_____ (1976), *A Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote.

_____ (1976), *O poder e o povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote.

TRINDADE, Maria José Lagos (1976), "Portuguese Immigration from Azores to the United States during the nineteenth century - A contribution to its study", in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (coord. Henry Keith e Joel Serrão).

VASQUINHAS, Irene (1993), *História de Portugal*, V vol. - O Liberalismo (1807-1890), Lisboa, Círculo de Leitores.

_____ (2011), "A família, essa 'Pátria em miniatura'", in *História da Vida Privada em Portugal - A época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores.

_____ (

VERMETTE, Mary Silvia (1998), "Dois irmãos Goulart", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

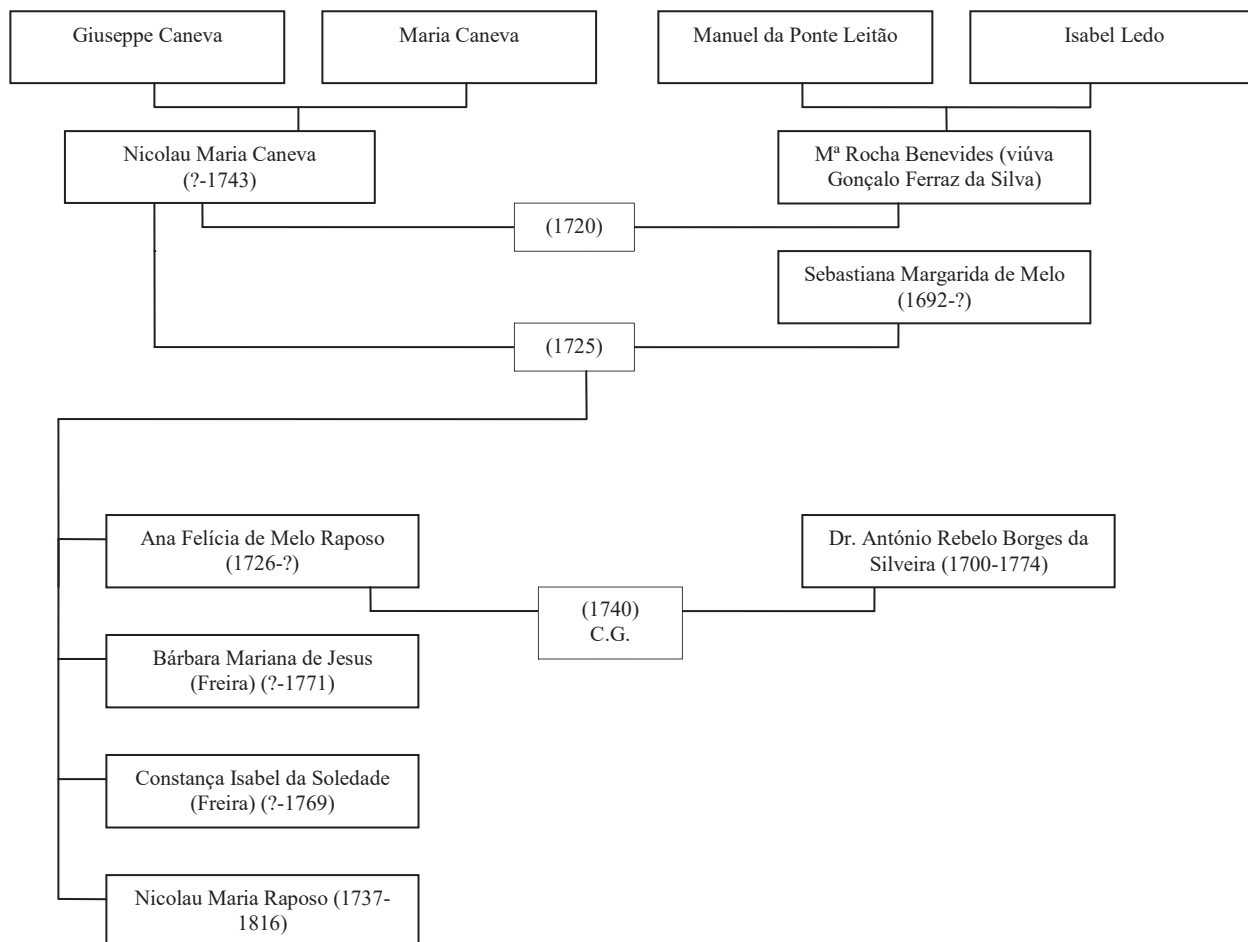
WARRIN, Donald, (1998) "Os Açorianos nas Terras dos Índios: Encontros na Fronteira Oitocentista Norte-Americana", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta.

WALTER, James (2004), "The Solace of Doubt? Biographical Methodology after the Short Twentieth Century", in *Mapping Lives, The Uses of Biography*, Oxford/New York, British Academy.

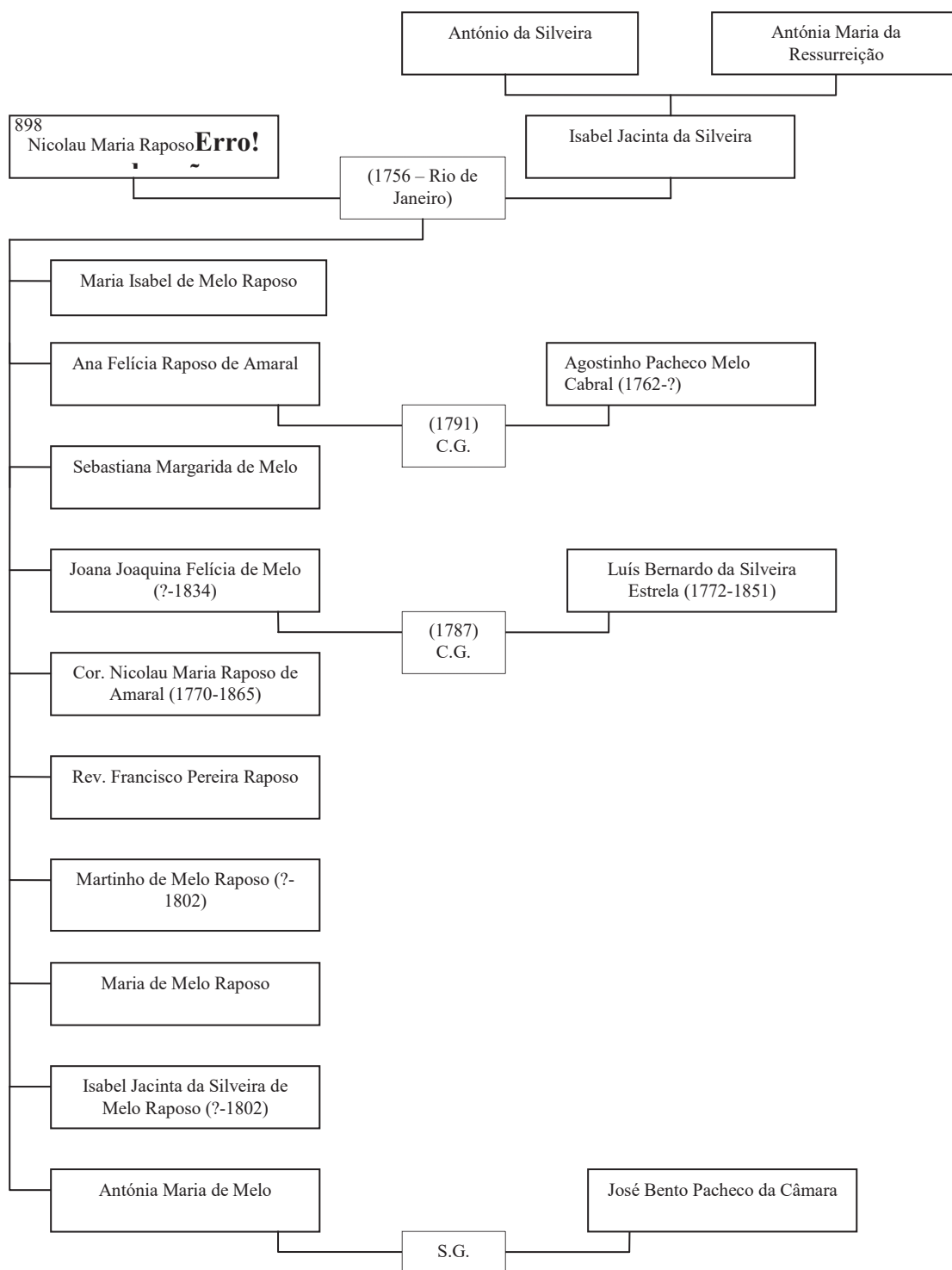
ZIMMERMAN, Tânia Regina e MEDEIROS Márcia Maria de (2004), "Biografia e Gênero: repensando o feminino", in *Revista de História Regional*, Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Anexos

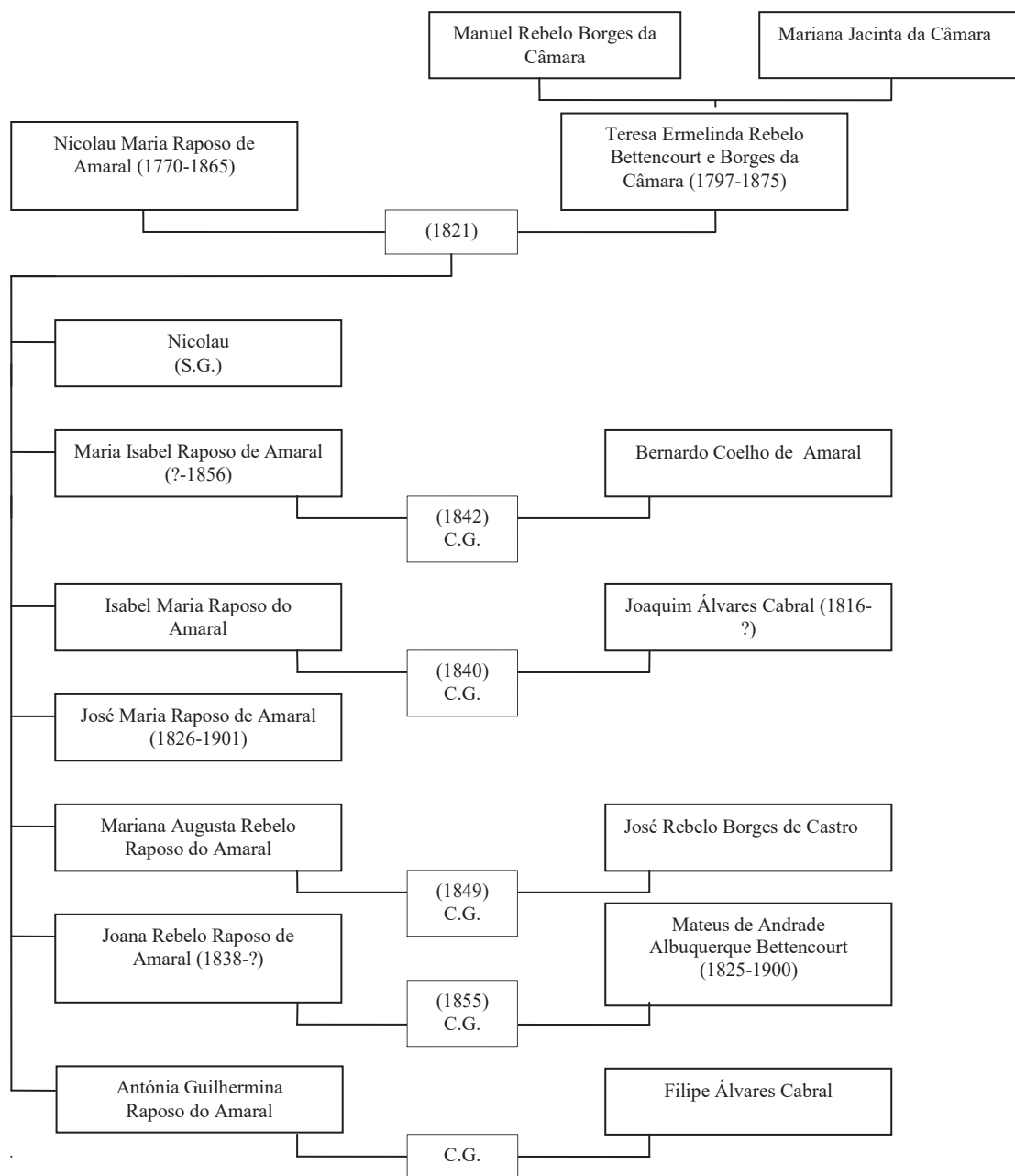
1. Genealogia da família Raposo de Amaral 897

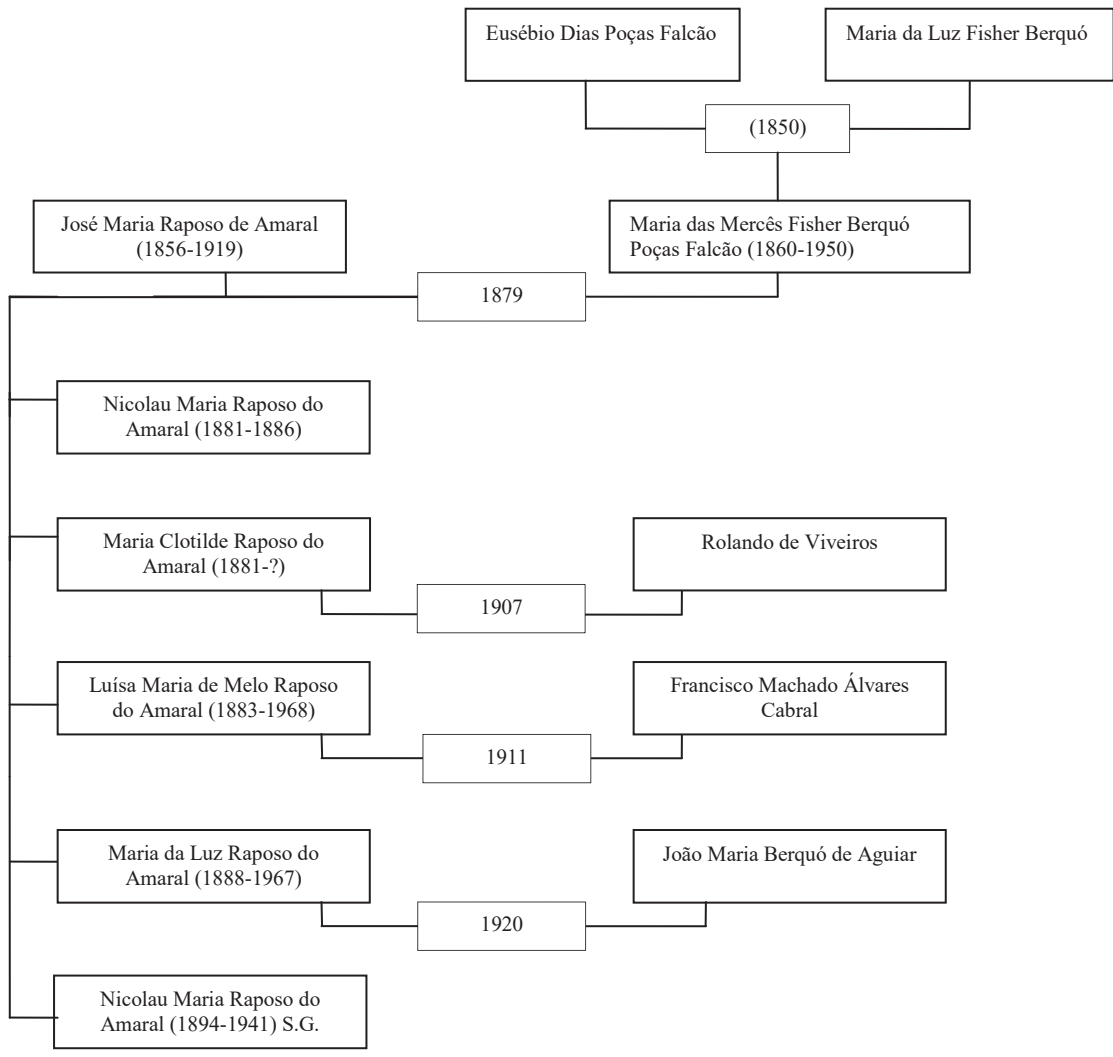


⁸⁹⁷ Genealogia baseada em pesquisas efetuadas por Hugo Moreira, com coordenação de Jorge Mello-Manuel, reunidas em texto dactilografado disponível na Biblioteca, Arquivo e Museu da Universidade dos Açores, e complementado com dados recolhidos no âmbito da preparação desta tese.

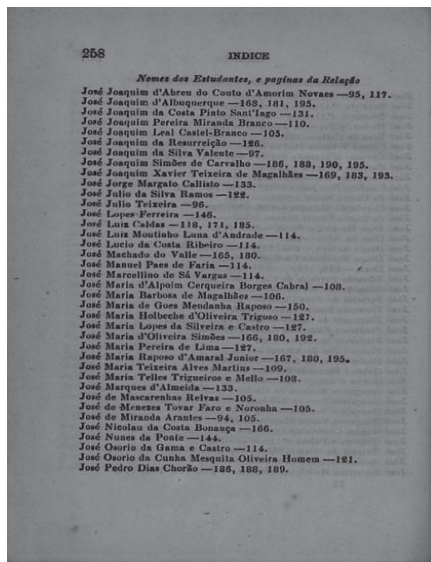
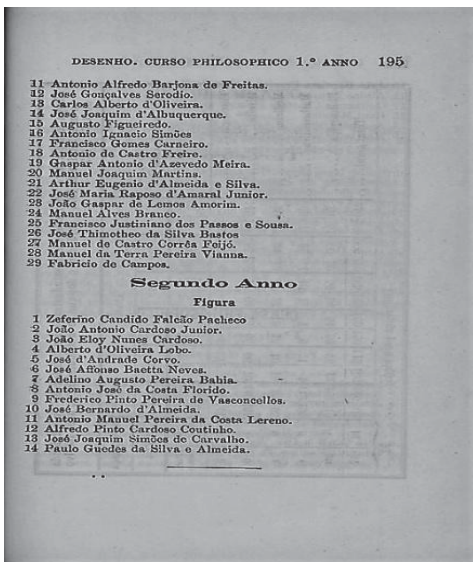
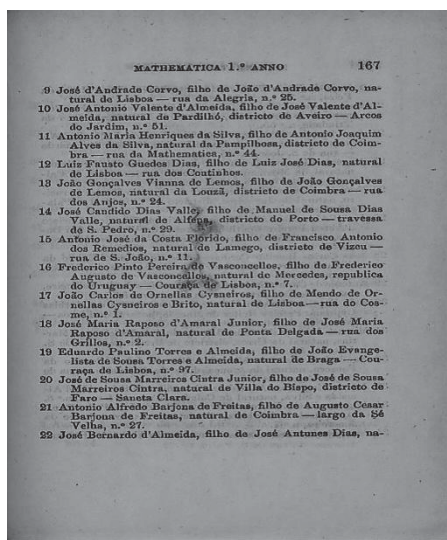
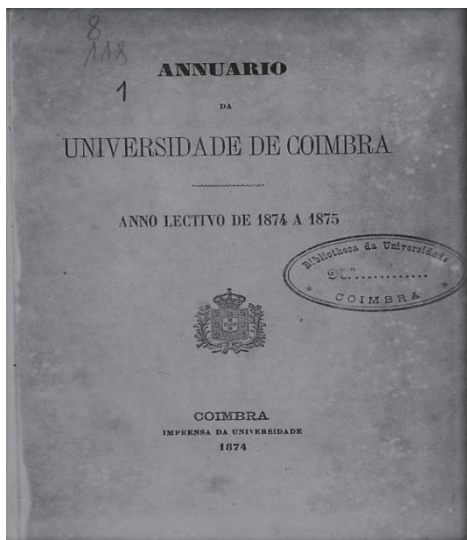


⁸⁹⁸ Nicolau Maria Raposo de Amaral (1737-1816) teve uma filha natural, Francisca Isabel de São José, Religiosa no Convento de Nossa Senhora da Esperança, que o instituiu como seu herdeiro universal por testamento de 1781, quando professou no dito convento.



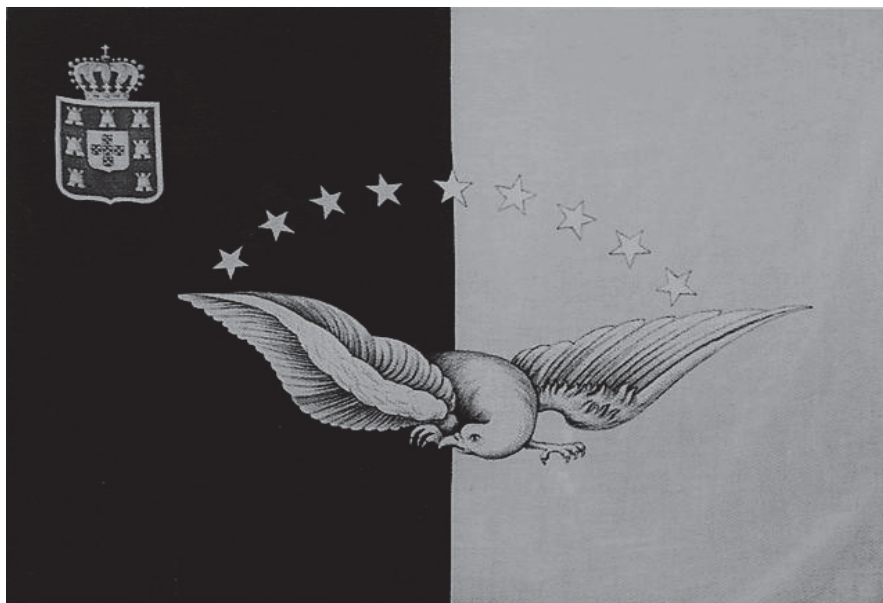


Registo de percurso universitário

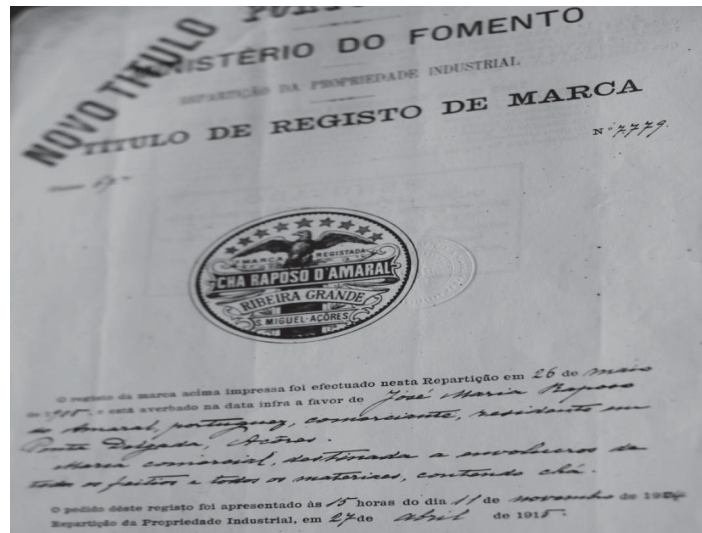




A Torre Autônômica, caricatura de Augusto Cabral exposta n Relvão em 1895



Bandeira evocativa da autonomia hasteada na casa dos Ginetes



Registo do chá Raposo de Amaral



Desenho da máquina chá verde fornecida por fabricantes inglês

3. Fotografias



Relógio da matriz de Ponta Delgada



Monumento à liberdade



Fábrica do álcool de Santa Clara adaptada para produzir açúcar

Casas em que viveu e jazida em que está sepultado o senhor do Colégio



Carvalhosa, Coimbra e vista a partir da aldeia em que viveu quando universitário



Casa em Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo, alugada para acompanhar estudos do Nicolau



Casa do Ginetes, local predileto das férias de verão



Casa da rua do Frias, hoje rua Raposo de Amaral, residência principal de José Maria Raposo Júnior



Convento dos Jesuítas, residência do pai e escritório da casa Raposo de Amaral



Jazigo da família no cemitério S. Joaquim, em Ponta Delgada, que contruiu e em que foi sepultado

Fotos da família



Bisavô, Nicolau Raposo

Avô, coronel Nicolau

Pai, José Maria

Mãe, Ângela Gouveia



Estudante Coimbra

Retrato óleo sobre tela de Francisco Álvares Cabral (genro)



Raposo Amaral, últimos anos Mercês, a esposa em pose e com a Mercês e a neta Ângela



Irmã Isabel



Cunhado Caetano d'Andrade



Sobrinho José Jacinto d'Andrade



Cunhado Luís Poças Falcão



Filho Nicolau Maria Raposo de Amaral, o sucessor



Filha Clotilde



Filha Luísa



Luísa, Clotilde e Maria da Luz



Prima viscondessa Porto Formoso



Visconde P. Formoso



Primo Francisco Andrade

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal

